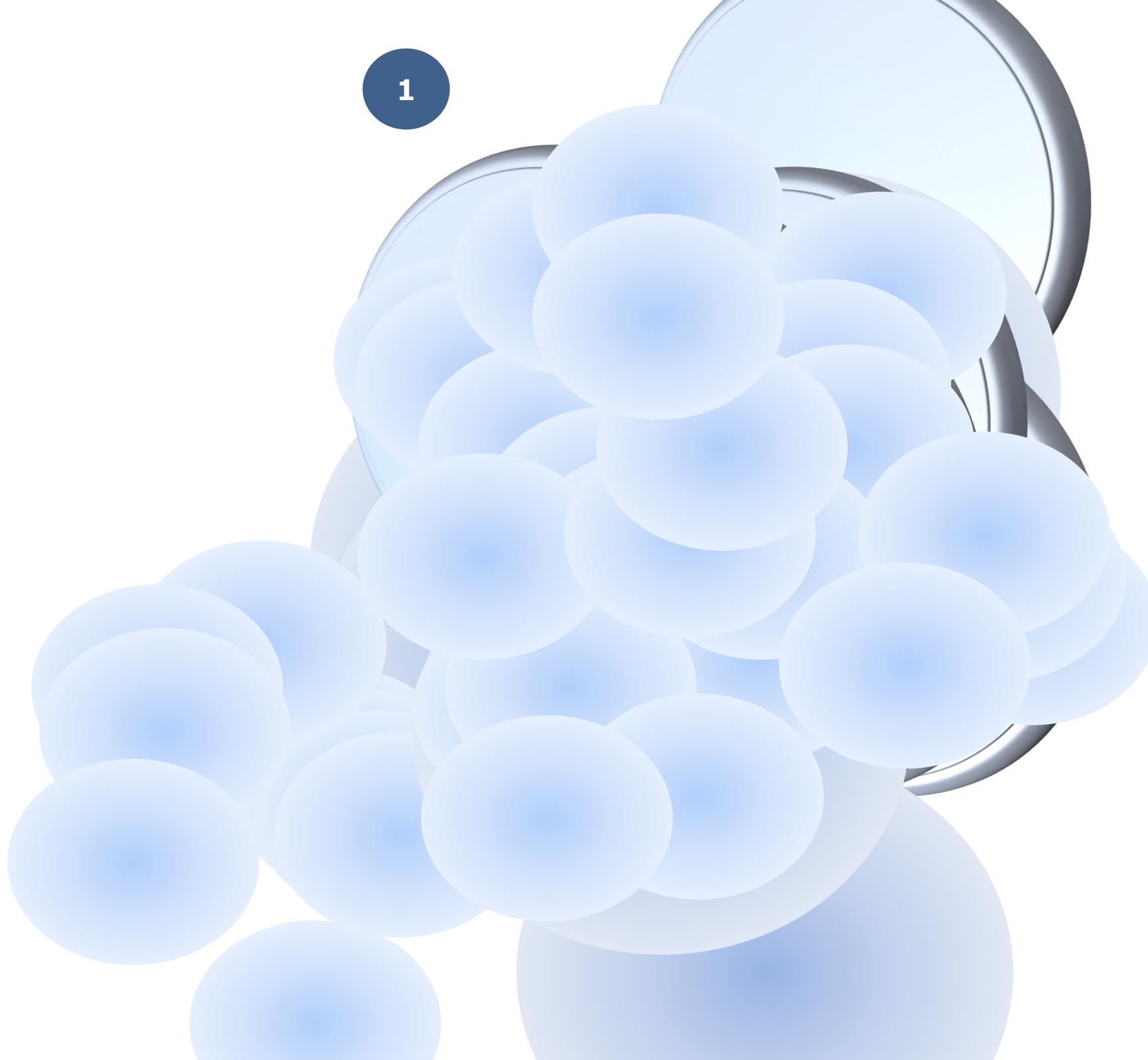




15º COLÓQUIO DA LUSOFONIA
Macau 2011



ATAS/ANAIS

15º COLÓQUIO DA LUSOFONIA /6º encontro açoriano



aicl (associação internacional dos colóquios da lusofonia)

ALTO PATROCÍNIO INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU

12-15 abril 2011 no IPM

PATROCÍNIO
Presidência do Governo Regional dos
Açores /
Direção Regional das Comunidades
**E CÂMARA MUNICIPAL DA LAGOA,
AÇORES**

Macau RAEM R P CHINA

2011 abril

WWW.LUSOFONIAS.NET

ATAS/ANAIS

15º COLÓQUIO DA LUSOFONIA
(6º encontro açoriano) 11 A 15 ABRIL 2011

ISBN 978-989-95891-7-9



alto patrocínio

<http://www.ipm.edu.mo/index.html>

e o patrocínio

Presidência do Governo Regional dos Açores
 Direção Regional das Comunidades



e



Câmara Municipal da Lagoa



Organização:

**Macau: quatro séculos de Lusofonia -
 Passado, Presente e Futuro**



ruínas de são paulo



ponte da amizade



ponte sai van



ponte gov. nobre de carvalho



ponte governador nobre de carvalho



torre de macau

1. TEMAS 2011

1. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO:

1.1. Autores lusófonos (Macau) esquecidos

[Graciete Batalha](#) (1925-1992),

[Adé dos Santos Ferreira](#) (1919-1993),

[Deolinda da Conceição](#) (1914-1957),

[Henrique Senna Fernandes](#) (1923-2010)

[Rodrigo Leal de Carvalho](#) (1932-) etc.

1.2. Autores lusófonos esquecidos Convidado 2011:

[VASCO PEREIRA DA COSTA](#)

2. LUSOFONIA E MACAU

2.1. AÇORIANOS EM MACAU

D. Arquimínio da Costa,

D. Manuel Bernardo de Sousa Enes,

D. João Paulino de Azevedo e Castro,

D. José da Costa Nunes e

D. Paulo José Tavares (todos bispos açorianos em Macau),

João Paulino de Azevedo e Castro

[http://pt.wikipedia.org/wiki/João Paulino de Azevedo e Castro](http://pt.wikipedia.org/wiki/João_Paulino_de_Azevedo_e_Castro),

José Machado Lourenço

[http://pt.wikipedia.org/wiki/José Machado Lourenço](http://pt.wikipedia.org/wiki/José_Machado_Lourenço),

Silveira Machado

<http://www.revistamacau.com/rm.asp?id=014020>,

Fernando Gomes, Restaurante Fernando em Hac Sá

<http://www.itm.com.mo/view.asp?dT=253808100>

2.2. PRESENÇA CHINESA E MACAENSE NOS AÇORES

2.3. A LÍNGUA PORTUGUESA NA ÁSIA E MACAU (no passado e no séc. XXI)

3. O ESTADO DA LUSOFONIA:

3.1. Questões e raízes da Lusofonia.

3.2. 2º Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de 1990

3.3. Vocabulários Unificados, gramáticas, a uniformização da nomenclatura científica e técnica (onomástica, toponímia, química, física), a norma culta.

3.4. Língua Portuguesa como língua segunda e como língua estrangeira

3.5. Situação do uso da língua portuguesa no mundo

3.5. Lusofonias e Insularidades

3.6. Literatura de língua portuguesa

4. TRADUÇÃO:

4.1. Tradução de autores portugueses no estrangeiro.

4.2. Tradutores CHINESES e autores portugueses

4.3. Tradução Monocultural e intercultural

4.4. Tecnologias e Tradutologia

5. conclusões

a) Como DINAMIZAR PROJETOS dos Colóquios da Lusofonia

b) MUSEU DA LÍNGUA/MUSEU VIRTUAL DA LUSOFONIA

c) CURSO BREVE DE ESTUDOS AÇORIANOS,

d) CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS

e) LEXICOPÉDIA (DICIOPÉDIA CONTRASTIVA) DA LÍNGUA PORTUGUESA

f) CRIoulos DE ORIGEM PORTUGUESA, CRIAÇÃO DE BASE DE DADOS

g) FCT E Outros projetos

2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS AICL

1. OS “COLÓQUIOS DA LUSOFONIA – AICL, ASSOCIAÇÃO [INTERNACIONAL] DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA”, são um movimento cultural e cívico que visa

mobilizar e representar a sociedade civil de todo o mundo, para pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa.

2. A Associação tem por objeto promover A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político - na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes, em qualquer país, região ou comunidade.

3. Para a consecução destes objetivos a Associação compromete-se a

- o Promover encontros científicos anuais,
- o Promover o desenvolvimento dos estudos universitários e outros, para ensino, divulgação, preservação e tradução da língua portuguesa, procurando o apoio das Instituições nacionais e internacionais;
- o Desenvolver outras ações culturais, tais como colóquios, congressos, encontros, exposições, em ligação com outras entidades;
- o Promover cursos e bolsas de estudo na área das Ciências da Cultura em parceria com outras instituições universitárias e culturais;
- o Desenvolver uma página na Internet dedicada aos estudos e atividades dos Colóquios da Lusofonia
- o Fomentar a divulgação das obras de autores em língua portuguesa através de reedições e traduções;
- o Criar grupos científicos ligados aos objetivos da Associação

4. Os cerca de 240 milhões de lusofalantes constituem uma comunidade histórico-cultural capaz de estabelecer pontes e diálogos entre os diferentes povos, culturas, civilizações e religiões, promovendo uma cultura de paz, compreensão, fraternidade e universalismo à escala planetária. Os valores essenciais da cultura lusófona constituem, com o seu humanismo universalista, uma vocação da luta por uma sociedade mais justa, da defesa dos valores humanos fundamentais e das causas humanitárias. Cada grupo de lusofalantes deve começar por ser exemplo desses valores.

5. No contexto da Lusofonia, a Galiza e Portugal aumentarão a sua influência ibérica e europeia, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola e Moçambique, a

sua influência africana, o Brasil a sua influência no continente americano e Timor a sua influência asiática, sendo ao mesmo tempo acrescida a presença de cada um nas áreas de influência dos demais e no mundo. Sem esquecer Goa, Damão, Diu, Macau, todos os lugares onde se fale Português e onde a diáspora esteja presente, os quais, embora integrados noutros estados, serão núcleos de irradiação cultural da nossa noção alargada de Lusofonia

6. Hoje, como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população (em grande parte, funcionalmente analfabeta [ou iletrada funcional]) está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto de bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Os meios de comunicação social, com a guerra das audiências, privilegiam o espetacular e o medíocre, nada contribuindo para a cultura. A nossa conformada indiferença não passa duma conivência, daí que a militância pela qualidade escrita e pela defesa do discurso oral seja imperiosa e fundamental. Enquanto isso acontece, a língua portuguesa no mundo está a ser diariamente enriquecida pelos idiomas e dialetos locais. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar, pois é um organismo vivo. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer e os Colóquios da Lusofonia querem fazer parte dessa mudança. Aqui alertamos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelos Estados ou pelos Governos e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios e Encontros, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós, sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno. Urge apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais, dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes e pugnar pelo uso da língua portuguesa nos fóruns internacionais. É imperioso reinventar o gosto pela leitura

hoje relegada para preocupação elitista que se não compadece com jogos de consola e outras formas de entretenimento que raramente introduzem conhecimentos.

7. O presente texto condensa e concretiza várias propostas, entre as quais se incluem as do Manifestos **Mitos da Lusofonia 1** (revista elo online 15 nove 2002) e **Lusofonia Agonia** de Chrys Chrystello de 2006 (<http://falar-portugues.blogspot.com/2006/02/lusofonia-agonia.html>) e as do primeiro patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra, para criar a Cidadania da Língua, proposta radicalmente inovadora num país tradicionalista avesso a mudanças. Queríamos que todos se identificassem pela língua comum que nos une. A LUSOFONIA diz respeito aos que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade. Este foi o ponto de partida, objeto de consenso entre os promotores dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, destinado a ser aperfeiçoado mediante todas as críticas e sugestões, que solicitamos e agradecemos.

8. Os Colóquios da Lusofonia decidiram, na 13ª edição (abril 2010) em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, estabelecerem-se como Associação para prosseguirem na senda do que foi conseguido a saber:

o *Em 2001, os Colóquios da Lusofonia, brotaram do nosso saudoso primeiro patrono, professor José Augusto Seabra para criar a Cidadania da Língua. Ao fim de catorze edições, incluindo uma em Florianópolis, Estado de Santa Catarina no Brasil e a próxima em Macau na R. P. da China, os Colóquios já se afirmaram, nacional e internacionalmente, como a única realização regular, concreta e relevante sobre a LUSOFONIA.*

o *Em 2002, inovámos entregando o CD das Atas/Anais com nº ISBN no início das sessões.*

o *Em 2003 assumimos o debate do multiculturalismo e interculturalismo.*

o *Em 2004 visitámos línguas e dialetos minoritários, a segunda língua oficial de Portugal, Mirandês, e fizemos a campanha que salvou o Ciberdúvidas.*

o *Em 2005, fomos os únicos, até hoje, a debater a introdução da língua portuguesa em Timor e apadrinhámos o Observatório da Língua Portuguesa na CPLP.*

o *Até 2006, postergamos o debate sobre o genocídio da Língua Portuguesa na Galiza, para catapultar os esforços do colega Ângelo Cristóvão na criação da novel Academia Galega.*

o *Em 2007, sonhámos com a criação de uma Diciopédia Contrastiva da Língua Portuguesa, criou-se o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateu-se a Língua Portuguesa no século XXI. Foi o pretexto para sermos os primeiros a debater o novo Acordo Ortográfico até então fora das manchetes dos jornais e do interesse dos políticos. O impacto e a cobertura do evento, além-fronteiras, ajudaram a ratificar o segundo protocolo modificativo.*

o *Em 2008 debatemos os Crioulos, iniciámos a campanha para criar os Estudos Açorianos e presenciámos a abertura da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio destes colóquios lançando o desafio para a criação de uma Academia das Letras nacional em Portugal.*

o *Em 2009 definimos o projeto do MUSEU DA LUSOFONIA em Bragança e decidimos levar os colóquios a outros países.*

o *Em 2010, internacionalizámos os Colóquios levando-os ao Brasil, lançámos o Curso Breve de Estudos Açorianos na Universidade do Minho, Portugal bem como os Cadernos de Estudos Açorianos dedicados à divulgação de autores de matriz açoriana, e avançámos com o projeto de tradução de autores portugueses em sete línguas (Francês, Italiano, Russo, Búlgaro, Polaco, Romeno e Esloveno) e colocámos a Lexicopédia em linha numa nova plataforma acessível a todos.*

9. Os nossos oradores "típicos" não buscam mais uma conferência para o currículo, antes querem compartilhar projetos e criar sinergias. Trocam impressões, ideias e metodologias, vivências e pontos de vista, dentro e fora do ambiente mais formal das sessões. Juntam-se aos colegas, no primeiro dia, partilham comunicações, passeios, refeições. Despedem-se, no último dia, como se de amigos se tratasse. É o que nos torna distintos de qualquer outro congresso, conferência ou seminário.

10. Criámos, ao longo destes anos, uma vasta rede facilitando o intercâmbio de experiências entre participantes. Foram eles que iniciaram o ambicioso projeto da

LEXICOPÉDIA ou Diciopédia Contrastiva nas horas livres, irmanados do ideal de **"sociedade civil" capaz e atuante** que define o voluntariado dos que trabalham nestes colóquios. Esta Diciopédia Contrastiva tem agora uma nova plataforma, mais acessível aos investigadores que nela labutam e ao público. Juntos, somos capazes de atingir o que a burocracia e a hierarquia não podem ou não querem.

11. As diversificadas sessões paralelas de música, teatro e poesia (dos Açores, Portugal, Galiza e Brasil) que sempre temos nos nossos Colóquios, continuam a criar pontes e partilhar culturas diferentes dentro do seio da Lusofonia. Temos ainda a responsabilidade de prosseguir, incansáveis, a campanha para execução do novo Acordo Ortográfico. Contamos com o laborioso apoio dos seus proponentes: Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara (nossos patronos desde 2007) e Ângelo Cristóvão, que nos têm assistido a lutar pela língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

12. Carlos Reis afirmou (julho 2008): *"uma política de língua é um desígnio nacional que deve passar de Governo para Governo. A internacionalização da língua só será possível com uma política a "longo prazo", que sobreviva aos sucessivos governos".* É esse desígnio que os Colóquios da Lusofonia, representando a sociedade civil atuante, desenvolvem desde há dez anos.

13. Em Portugal não há uma política de língua. Enquanto as Letras se mantiverem subalternas, como mera Secção da Academia das Ciências de Lisboa, falta-lhes peso e voz para a defesa da língua e das suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem afrontar. A vetusta Academia teria de ser pró-ativa em vez de reativa. O futuro e a preservação da língua não se compadecem com esperas nem vivem de glórias passadas. Portugal está irremediavelmente atrasado. Não pode esperar mais. Por isso sonhámos, desde 2008, com a criação de uma Academia das Letras, uma Academia da Língua, independente, nascida no seio destes colóquios, sem sujeições a projetos estatais. Mais um ambicioso desígnio para abraçarmos.

14. No século XI, com o início da reconquista cristã da Península Ibérica, o galego-português consolida-se como língua falada e escrita da Lusitânia. A língua portuguesa tem 800 anos. A sua História remonta ao século XII, quando El-rei Dom Dinis fundou a

Universidade de Coimbra, promovendo o desenvolvimento cultural de Portugal. *"Esse reitor ordenou que fosse usada a língua portuguesa nos documentos públicos, substituindo a língua oficial latina".* À facilidade comunicativa entre a comunidade de expressão portuguesa e a comunidade galega acrescentamos o facto de a língua portuguesa ter o seu berço na Galiza medieval, que incluía o território da atual Comunidade Autónoma Galega transcendendo-o ainda amplamente, pelo que parece legítimo reivindicar-se que a Galiza seja reconhecida pelo resto da Lusofonia como membro de pleno direito. Essa língua voltou-se ao longo dos séculos numa língua franca em vastos espaços geoculturais, com variedades e interferências múltiplas, através de dialetos e crioulos, sem deixar de manter a sua unidade estrutural, apesar da sua ductilidade e da sua capacidade de adaptação aos mais diversos contextos envolventes. Foi nessa perspetiva que ajudamos a criar a Academia Galega da Língua Portuguesa. Deseja-se que outras nasçam em países de expressão oficial lusófona.

15. Numa frase, (como disse o nosso primeiro patrono, José Augusto Seabra, no 2º colóquio),

"ela propiciou o que temos chamado um polígolo, isto é, um diálogo plural e cruzado entre povos com costumes, crenças e mentalidades várias, que foram postos pelos portugueses em contacto, pela missionação, o comércio – incluindo a escravatura e a soberania política. Na verdade, como pôs em relevo o historiador da língua portuguesa Paul Teyssier, o nosso idioma apresenta todas as características dessa universalidade: disperso por todos os continentes, ele não é restrito a um grupo étnico, a uma comunidade religiosa, a um tipo de sociedade ou a um regime político, sendo uma língua de mestiçagem cultural, de contacto e de diálogo entre vários povos. Mas foi antes de mais como língua de civilização e cultura que o Português se impôs historicamente, na sua irradiação pelo mundo, tal como profetizou o poeta-humanista António Ferreira:

"Floresça, fale, cante, ouça-se e viva

A portuguesa língua e lá onde for

Senhora vá de si, soberba e altiva..."

16. Os Colóquios da Lusofonia seguiram a saga dos navegadores de 1500 e chegaram aos Açores em 2006 para debaterem a identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições. Em 2008 tivemos a presença do escritor da baleação, o picaroto Dias de Melo (falecido pouco depois) e do micalense Daniel de Sá. Em 2009, tivemos o prolífico escritor Cristóvão de Aguiar que foi nosso convidado especial na Lagoa e em Bragança. Para 2010-2011, escolhemos Vasco Pereira da Costa, um escritor açoriano que desempenhou durante sete anos, as funções de Diretor Regional da Cultura dos Açores, antes de ser fugazmente substituído pela atual Ministra da Cultura de Portugal, Dra. Gabriela Canavilhas, presente na abertura do 11º Colóquio. Outros se seguirão. Na nossa porfia por repor os escritores portugueses, de matriz açoriana, no panteão que merecem temos outros para estudar, ler e divulgar. É para eles, suas obras e memórias, que orientaremos as edições futuras dos colóquios, para que sejam lidos e traduzidos como já estão sendo estudados nas Universidades de São Paulo, Brasil, graças às colegas Zélia Borges e Dina Ferreira; em universidades romenas e polacas, pela colega Rosário Girão. Dispomos de tradutores a trabalhar na sua tradução para posteriormente serem editados naquelas línguas. Irão ainda chegar a novos destinatários através do curso AÇORIANIDADES E INSULARIDADES da Universidade do Minho, no futuro em plataforma e-learning

<http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%C3%A7orianos/index.htm>.

17. Persistiremos nesta nossa tarefa de dar a conhecer e traduzir autores que a curta memória dos homens olvidou para além de debatermos a tradução, tema que nunca abandonámos desde a primeira edição, e continuaremos a pugnar pela aplicação do acordo ortográfico. Depois da Europa e da América, levaremos os colóquios a Macau, no continente asiático (2011), uma terra cheia de vitalidade e tradição e onde a língua portuguesa é estudada como veículo de comunicação comercial privilegiado entre a República Popular da China, África, Brasil e demais comunidades lusófonas.

18. Fazemos nossas as palavras de Agostinho da Silva, em 1974: “*A comunidade a que o propomos é o Povo não realizado que atualmente habita Portugal, a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, o Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Timor, e vive, como*

emigrante ou exilado, da Rússia ao Chile, do Canadá à Austrália” – (“*Proposição*”, in *Dispersos, Lisboa, ICALP, 1989, p. 617.*

19. Etimologicamente, Lusofonia significa fala dos lusos, mas na nossa definição cabem todos quantos *falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade*. Nela incluiremos todos os que têm o português como língua materna ou oficial. Lusófonos seremos, portanto, todos nós quantos, falando a língua de Camões, sentimos que algo temos em comum, de idêntico mas também de diferente de todos os outros que habitualmente falam outra língua e com ela se identificam. A nossa definição de Lusofonia será sempre um diálogo nessa secular língua que todos nós falamos, incluindo o conjunto dos oito países de língua oficial portuguesa e suas correspondentes identidades culturais, bem como todas as Regiões em que a língua portuguesa é também utilizada como língua materna ou de património e incluindo todos aqueles que consideram como sua própria a língua portuguesa (mesmo que seja língua segunda, terceira, etc.) Esta Lusofonia teve as suas raízes no séc. XV e XVI, quando passou a ser a principal língua universal de comunicação internacional entre todos os povos.

20. É obrigação de todos nós defender a Lusofonia, começando por defender e se possível exigir aos países de língua oficial portuguesa uma eficaz vontade política de aproximação, de cooperação, de intercomunicação cultural e até mesmo económica e de unidade entre todos eles, tendo precisamente em vista e para bem de todos, a defesa da referida Lusofonia.

21. Por outro lado, todos os países de língua oficial portuguesa deverão defender e promover a colocação de professores de português e a criação de leitorados em todos os países, regiões ou cidades em que existam comunidades de língua oficial portuguesa, sem atentar nas suas cores de pele, na sua religião e nas particularidades das suas culturas, a todos concedendo, especialmente aos jovens, o direito de frequentarem gratuitamente aulas de português e de cultura.

22. A todos nós incumbe o dever de promover a defesa, a expansão e o prestígio da nossa língua comum, patrocinando a publicação, a tradução e difusão por todo o mundo de obras literárias, científicas e artísticas, de autores de língua portuguesa.

23. Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem culturais, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem.

24. Dito isto, entendemos vital a criação da associação com o nome de **COLÓQUIOS DA LUSOFONIA – AICL, Associação [Internacional] Dos Colóquios Da Lusofonia.**

Lomba da Maia,

São Miguel Açores (Portugal)

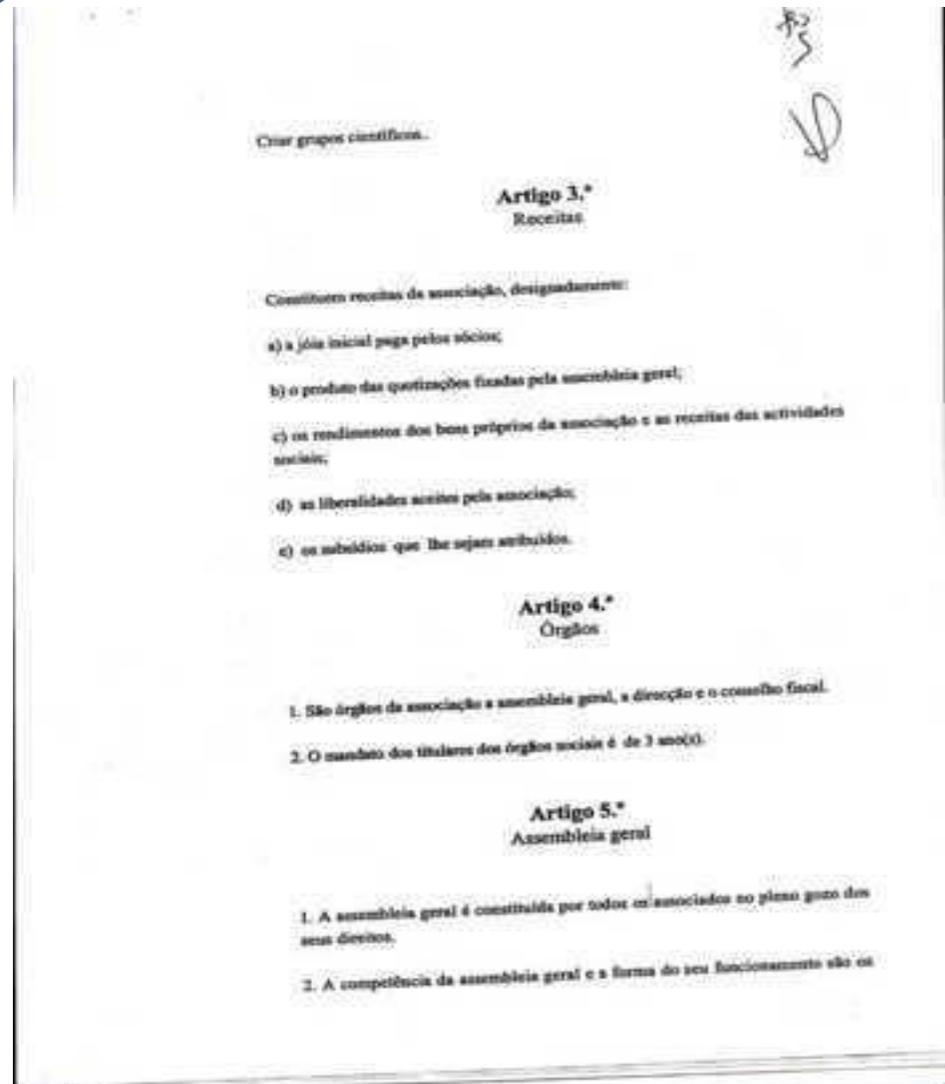
28 de outubro de 2010,

Chrys Chrystello,

Presidente da Direção da AICL

Presidente da Comissão Executiva dos Colóquios

3. ESTATUTOS AICL



estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º e 179º.

1. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois secretários, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e levar as respectivas actas.

Artigo 6.º

Direcção

1. A direcção, eleita em assembleia geral, é composta por 3 associados.
2. À direcção compete a gestão social, administrativa e financeira da associação, representar a associação em juízo e fora dele.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.
4. A associação obriga-se com a intervenção de dois membros da direcção.

Artigo 7.º

Conselho Fiscal

1. O conselho fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por 3 associados.
2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

Artigo 8.º

Admissão e exclusão

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constantes do regulamento a aprovar pela assembleia geral.

Artigo 9.º

Extinção. Destino dos bens.

Extinta a associação, o destino dos bens que integrem o património social, que não estejam afectadas a fim determinado e que não lhe tenham sido dadas ou destinadas com algum encargo, será objecto de deliberação dos associados.

Os associados declaram ter sido informados de que devem proceder à entrega de declaração de início de actividade para efeitos fiscais, no prazo legal de 90 dias.

Ass 6 dias do mês de Dezembro de 2010

Helena Cristina

Isabel Cristina

Reconheço as assinaturas supra de: Maria Helena Ferreira da Costa Simões Chrystello e de José Chrys Chrystello, feitas na minha presença pelos próprios, pessoas cuja identidade verifiquei a da primeira pela exibição do seu B.I. nº 4560910, de 05/06/2005, emitido em Ponta Delgada pelos S.I.C., e a do segundo pela exibição do seu Passaporte nº N2391947, emitido em 12/02/2010 pela autoridade competente na Austrália.

Consultado hoje no Portal da Empresa o certificado de admissibilidade nº 2010048190, emitido em 02/12/2010 pelo R.N.P.C.

4. REGULAMENTO INTERNO AICL

- 1) Foi constituída em 28 outubro e legalizada em 6 de dezembro 2010, com início fiscal de atividades em 1 de janeiro de 2011, uma **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE FINS NÃO-LUCRATIVOS**, denominada "**COLÓQUIOS DA LUSOFONIA – AICL** (por extenso, **ASSOCIAÇÃO [INTERNACIONAL] dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA**)". Dado que, pelas imposições legais da constituição da Associação na Hora, os estatutos adotados foram aqueles que a lei determina e não os que os nossos associados propuseram, elaborou-se este Regulamento Interno que complementa aqueles Estatutos Oficiais,
- 2) A Associação rege-se pela lei portuguesa e terá duração ilimitada.
- 3) O logótipo da Associação será o que consta da última página e sobre o qual existem já direitos de autor, tal como já existem direitos de autor sobre o nome "Colóquios da Lusofonia"
- 4) A sede (provisória) da Associação situa-se na Rua da Igreja número 6, Lomba da Maia 9625-115 (concelho da Ribeira Grande, distrito de Ponta Delgada), Açores — Portugal) mas a Direção da Associação pode decidir transferir a sede para qualquer outro local.
- 5) A Direção da Associação pode criar Delegações em território nacional e no estrangeiro, bem como estabelecer relações com quaisquer organizações nacionais ou estrangeiras e com elas acordar formas de cooperação consentâneas com os objetivos expressos nos estatutos.
- 6) A Associação poderá estabelecer protocolos, convénios, parcerias e relações de cooperação ou filiar-se em outras associações e organismos nacionais ou internacionais.
- 7) A Associação tem por objeto promover a INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político, conforme decorre da sua Declaração de Princípios e Objetivos na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes em qualquer país, região ou comunidade.
 1. Para a consecução deste objetivo serão organizados colóquios, editadas obras e tomadas as iniciativas que levem à congregação da comunidade académica e científica empenhada na defesa dos valores fundamentais da língua portuguesa tais como:
 2. Promover encontros científicos anuais, tais como colóquios, congressos, encontros, exposições, em estreita ligação com outras entidades
 3. Promover o desenvolvimento dos estudos (universitários e outros) para ensino, divulgação, preservação e tradução da língua portuguesa, procurando apoios das Instituições nacionais e internacionais;
 4. Promover cursos e bolsas de estudo na área das Ciências da Cultura em parceria com outras instituições universitárias e culturais;
 5. Manter a página na Internet dedicada aos estudos e atividades dos Colóquios da Lusofonia www.lusofonias.net

Conservatória do Registo Comercial

Rua da conservatória de
Tel.:
Fax.:
Email:

Relativamente à certidão requisitada sob o nº 1264/2010

CERTIFICO

que o presente documento contendo cinco folhas incluindo esta, reproduz, em conformidade com o original, o acto constitutivo e estatutos, tudo respeitante à Associação "COLÓQUIOS DA LUSOFONIA - AICL (ASSOCIAÇÃO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA)" NIPC nº 509663133.

Todas as folhas vão numeradas, rubricadas e autenticadas com o selo branco exclusivo desta repartição.
Gratuita ao abrigo do nº. 11 al a) da Lei 40/2007

Conservatória do Registo Predial/Comercial/Autoenóvel de Ponta Delgada , 2010-12-06 16:47

Conservador/Ajudante

criando nela uma seção de acesso exclusivo para os sócios da AICL.

6. Fomentar a divulgação de obras em língua portuguesa através de reedições e traduções;
 7. Criar grupos científicos ligados aos objetivos da Associação.
- 8) A Direção criará as comissões necessárias ao normal funcionamento da associação dentre as quais a sua Comissão Científica que será constituída pelos membros mais destacados e reputados, a qual avaliará os trabalhos de investigação da Associação, bem como os artigos entregues para o Anuário da Associação
- 9) O Presidente e o Vice-Presidente fazem parte efetiva da Comissão Científica da Associação
- 10) A Associação terá as seguintes espécies de associados:
1. Fundadores;
 2. Ordinários;
 3. Honorários.

11) São Direitos dos Associados:

1. O uso de um cartão de identidade de associado com validade anual
2. A fruição das instalações e serviços que estatutariamente a AICL lhes pode prestar, nos termos dos regulamentos vigentes
3. Receber gratuitamente os boletins eletrónicos e cadernos da AICL e subscrever a lista eletrónica ou blogue de troca de mensagens que eventualmente sejam criados para uso exclusivo dos associados
4. Frequentar em condições preferenciais, congressos, conferências, cursos, reuniões, e outras realizações da AICL
5. Participar nas Assembleias Gerais
6. Solicitar a realização de Assembleia Geral desde que subscrita por – pelo menos – metade dos sócios como estipulado no artigo 24 deste Regulamento.
7. Ser eleito para os órgãos diretivos da AICL.
8. Fazer parte dos órgãos diretivos desde que os associados tenham - pelo menos - dois anos consecutivos de inscrição na AICL contados a partir de 1 de janeiro de 2013.
9. Nenhum associado honorário é elegível para os órgãos diretivos da AICL.
10. Propor a admissão de novos associados.
11. Têm direito a voto os associados fundadores e ordinários, singulares e coletivos, desde que as suas quotas tenham sido pagas dentro dos prazos estipulados.
12. Os associados singulares têm direito a um voto e os associados coletivos a dois votos.
13. A suspensão temporária da qualidade de sócio da AICL poderá ser concedida pela Direção, depois de apreciada a justificação apresentada por escrito pelo sócio.
14. O direito de resignação só é concedido aos associados que tenham as suas quotas em dia

12) São deveres dos Sócios:

1. Cumprir e fazer cumprir as disposições dos Estatutos e do Regulamento Interno da AICL
2. Acatar as decisões e deliberações da Assembleia Geral
3. Pagar com pontualidade as contribuições estabelecidas e os serviços da AICL
4. Exercer sem qualquer remuneração os cargos diretivos para que sejam eleitos.
5. Prestar toda a colaboração e cooperação possíveis no âmbito das ações empreendidas pela AICL
6. Os associados poderão ainda beneficiar de outras regalias a divulgar, em devido tempo, tais como redução na inscrição dos atos científicos levados a cabo pela associação, desconto na obtenção de obras editadas pela associação, outros benefícios que venham a ser negociados através de parcerias com outras entidades, etc.

13) TIPOS DE ASSOCIADO

1. São fundadores os associados signatários, por si ou seus representantes, do ato constitutivo da Associação e os que tenham regularizado a sua inscrição até 31 de dezembro de 2010.
 2. São associados ordinários, as pessoas singulares ou coletivas que, tendo-o solicitado, sejam admitidas pela Direção a partir de 1 de janeiro de 2011.
 3. São associados honorários as pessoas ou instituições que, pela sua invulgar competência, obra científica ou experiência no domínio próprio da Associação, como tal forem designados pela Assembleia Geral, sob proposta da Direção ou dos associados.
- 14) A Direção pode propor à Assembleia Geral a eleição de um “Presidente Honorário”, dentre as personalidades de todo o mundo, que tenham contribuído significativamente para a prossecução dos superiores interesses da Língua Portuguesa.
- 15) A qualidade de associado cessa:
- 16) Pelo não pagamento de quotas por período superior a 2 meses;
 - 17) A pedido do próprio associado;
 - 18) Por morte do associado;
 - 19) Por decisão da Direção, em caso de grave atentado contra os objetivos ou o funcionamento da Associação, sob proposta da Direção à Assembleia Geral.
- 20) São órgãos da Associação:
1. A Assembleia Geral;
 2. A Direção;
 3. O Conselho Fiscal.
 4. A Assembleia Geral compreende todos os membros da Associação (exceto os membros honorários).
- 21) ASSEMBLEIA GERAL
- a. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um secretário, eleitos em Assembleia Geral, por períodos de três anos, renováveis.
 - b. A Assembleia Geral reunirá, pelo menos uma vez por ano, durante o primeiro trimestre, para aprovação do relatório de atividades e contas da Direção e do

parecer do Conselho Fiscal referentes ao ano anterior, bem como o plano de atividades para o ano em curso.

- c. A Assembleia Geral reunirá por convocação do Presidente da respetiva mesa, por sua iniciativa, ou a pedido da Direção ou de, pelo menos, metade dos associados.
- d. Os associados podem fazer-se representar por outros associados, delegando neles o seu direito de voto, sendo aceite a declaração (procuração) eletrónica dada a multiplicidade de localizações geográficas dos associados.
- e. Para que a Assembleia possa funcionar e deliberar validamente é necessário que se encontre presente ou representada a maioria dos seus associados.
- f. Se à hora marcada, para a reunião da Assembleia Geral, não se encontrar presente ou representada a maioria dos associados, a Assembleia reunirá uma hora depois, com a presença de qualquer número de associados.
- g. Compete à Assembleia Geral:
 - i. Eleger os membros da Direção e do Conselho Fiscal;
 - ii. Eleger os associados honorários;
 - iii. Aprovar o relatório de atividades e contas de cada ano e o parecer que sobre tais documentos elabore o Conselho Fiscal, bem como o plano de atividades de cada ano;
 - iv. Fixar o valor das quotas anuais a pagar pelos associados;
 - v. Deliberar sobre alterações aos Estatutos, sob proposta da Direção.
 - vi. Aprovar a cessação da qualidade de associado por proposta da Direção.
 - vii. Aprovar a criação de um Conselho Consultivo, bem como aprovar a proposta da Direção para nomear um "Presidente Honorário" da Associação.
- h. A Assembleia Geral segue o estipulado no Código Civil Português, artigos 157 a 184.

22) DIREÇÃO

- a) A administração da Associação compete à Direção, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um vogal, eleitos em Assembleia Geral, por um período de três anos, renovável.
- b) À direção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação e representar a associação em juízo ou fora dele.
- c) O funcionamento da direção cumprirá com o estabelecido no artigo 171 do Código Civil
- d) A Direção obriga-se com a intervenção de dois membros da direção.
- e) Ocorrendo qualquer vaga na Direção, esta designará, por cooptação, outro associado para a preencher até à reunião seguinte da Assembleia Geral, que deverá ratificar essa designação.
- f) À Direção compete preparar o Relatório de Atividades a ser aprovado em Assembleia Geral
- g) A Direção pode propor à Assembleia Geral a criação um Conselho Consultivo, com um número ilimitado de membros.

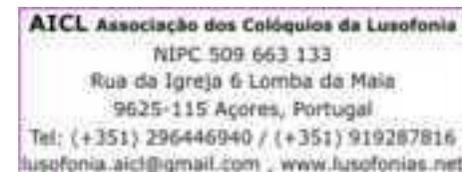
23) CONSELHO FISCAL

- a. O Conselho Fiscal será composto por três membros – um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário –, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos, renovável.

- b. Ao Conselho Fiscal compete acompanhar regularmente a atividade da Associação e da Direção e dar parecer sobre o relatório e contas de cada ano, a submeter à Assembleia Geral para discussão/aprovação (1º trimestre).
- c. As reuniões do Conselho Fiscal são convocadas e presididas pelo respetivo Presidente.

24) RECEITAS DA ASSOCIAÇÃO

- a. Constituem receitas da Associação:
 - b. A joia inicial paga pelos associados
 - c. O produto das quotizações anuais fixadas pela assembleia geral
 - d. Os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das atividades sociais
 - e. As liberalidades aceites pela associação
 - f. Os subsídios que lhe sejam atribuídos
 - g. O produto da venda de quaisquer publicações editadas e/ou de outros produtos;
 - h. O produto das inscrições em quaisquer atividades que realize ou promova;
 - i. Os donativos que lhe forem concedidos por quaisquer entidades públicas ou privadas.
 - j. Outras fontes de receitas, desde que em comunhão com os princípios estatutários da AICL e com as Leis vigentes. (ex.: prestação de serviços, como a emissão de pareceres científicos, etc.).
- 25) O Regulamento Interno pode ser alterado ou atualizado pela Direção desde que as alterações não afetem nenhum dos pontos constantes dos Estatutos Oficiais
- 26) Os Estatutos Oficiais só podem ser alterados em reunião de Assembleia Geral da Associação em que estejam presentes, por si ou seus representantes, pelo menos dois terços dos associados.
- 27) Em tudo não previsto especialmente nos presentes estatutos, regularão as disposições legais em vigor na Região Autónoma dos Açores, Portugal.



5. CORPOS AICL

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente
JOÃO MALACA CASTELEIRO
Vice-Presidente
ANABELA BRITO DE FREITAS
Secretário
ANA PAULA ANDRADE CONSTÂNCIA

DIREÇÃO

Presidente
J. CHRYS CHRYSTELLO
Vice-Presidente
Maria HELENA Ferreira da COSTA SIMÕES CHRYSTELLO
Vogal
TIAGO FERREIRA ANACLETO-MATIAS

CONSELHO FISCAL

Presidente
FRANCISCO Fernandes MADRUGA
Vice-Presidente
LUCIANO José dos SANTOS BAPTISTA PEREIRA
Secretário
M^a HELENA GARCIA ANACLETO-MATIAS

6. ORADORES E CONVIDADOS

Nome	Instituição	classificação	
<i>títulos e temas de trabalhos</i>			
1) ANA FRANCO	FAC. DE LETRAS, UNIV. DE LISBOA PORTUGAL	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MACAU ATRAVÉS DA	1.1

		LITERATURA: FICÇÃO OU REALIDADE?	
2) ANA PAULA ANDRADE	CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES	CANCIONEIRO AÇORIANO	3.5
3) ANABELA MIMOSO	CEI-EF UNIV. LUSÓFONA DE HUMANIDADES&TECNOLOGIA PORTO, PORTUGAL	RÓDRIGO LEAL DE CARVALHO: ENTRE OS AÇORES E MACAU	1.1
4) ANABELA LEAL BARROS	UNIV. MINHO, DEPTº ESTUDOS PORTUGUESES E LUSÓFONOS, BRAGA PORTUGAL	VARIAÇÃO E DESVIO NA PRODUÇÃO ESCRITA EM PORTUGUÊS PARA O PÚBLICO DE MACAU	2.3
5) ANABELA NAIÁ SARDO	UID-UNIDADE INVESTIGAÇÃO DESENVº DO INTERIOR, INSTº POLIT.º GUARDA, PORTUGAL	INTIMIDADES E AMBIENTES LITERÁRIOS E ARTÍSTICOS NA OBRA DE ANA TERESA PEREIRA	3.6
6) CARLOS BOTÃO ALVES	ESCOLA SUPERIOR DE LÍNGUAS E TRADUÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, RAEM, CHINA	ANÁLISE DE UM CASO PARADIGMÁTICO DE TRADUÇÃO CULTURAL: O BUDISMO ANTERIANO	4.1
7) CHRYS CHRYSTELLO	UNIV BRIGHTON UK/ UNIV Helsínquia FINLÂNDIA, AUSTRÁLIA	AÇORIANIDADES	3.5
8) CONCHA ROUSIA	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA	MUDANÇA DE NARRATIVA II, ANÁLISE DOS DISCURSOS APARECIDOS DESDE A CRIAÇÃO DA AGLP.	3.5 / 3.1
9) EDMA ABDUL SATAR	INSTº DA EDUCAÇÃO, UNIV LISBOA, MOÇAMBIQUE	UM "BRANCO" EM TERRAS MOÇAMBICANAS	3.6
10) EDUARDO BETTENCOURT PINTO	EDITOR REVISTA LITERÁRIA SEIXO REVIEW VANCOUVER, CANADÁ/ANGOLA	ESCRITOR CONVIDADO A REPRESENTAR A DIÁSPORA AÇORIANA NO CANADÁ	
11) EVANILDO CAVALCANTE BECHARA	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, BRASIL	AO 1990	3.2
12) MARLIT BECHARA	supranumerário BRASIL	--	--
13) FERNANDA M^a MELO ALVES	FACULTAD DE HUMANIDADES COMUNICACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, UNIVERSIDAD CARLOS III DE MADRID ESPAÑA	A LÍNGUA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE ALGUNS PROJETOS	3.1

14)	FERNANDA SANTOS	CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA PORTUGAL	O COLÉGIO DE SÃO PAULO E O PROJETO MODERNO DE GLOBALIZAÇÃO RELIGIOSA DOS JESUÍTAS A ORIENTE	3.1
15)	FRANCISCO MADRUGA	EDITORA CALENDÁRIO DE LETRAS, PORTUGAL	A IMPORTÂNCIA DO LIVRO NA PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS NO CONTEXTO DA LUSOFONIA	3.6
16)	HELENA ANACLETO-MATIAS	ISCAP, INSTº CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, PORTO, PORTUGAL	FERNÃO, MENTES? – SINTO! ECOS D' "A PEREGRINAÇÃO" NA VIAGEM COMO APRENDIZAGEM EM RICHARD ZIMLER.	3.6
17)	HELENA CHRYSTELLO	EBI MAIA, AÇORES	ORGANIZAÇÃO DO COLÓQUIO	--
18)	ILYANA CHALAKOVA	UNIVERSIDADE DE SÓFIA "ST. KLIMENT OHRIDSKI", BULGÁRIA	FRENTE FEMININA: O COLETIVO E O (DES)IGUAL	3.5
19)	ISA SEVERINO	UDI/ UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA., PORTUGAL	REPRESENTAÇÃO E LINGUAGEM NA OBRA POÉTICA DE FLORBELA ESPANCA E DE ALEJANDRA PIZARNIK: A IMPORTÂNCIA DO OUTRO NA CONFIGURAÇÃO DO EU.	3.6
20)	JACEK MATUSZAK	DIVISION OF ENGLISH STUDIES UNIVERSITY OF NOTTINGHAM NINGBO, R P CHINA / POLÓNIA	DIVERGÊNCIAS NA PERCEÇÃO DA ESTADIA DOS PORTUGUESES NA CIDADE DE NINGBO NO SÉCULO 16 BASEADAS NO LIVRO "PEREGRINAÇÕES" DE FERNÃO MENDES PINTO E EM FONTES CHINESAS CONTEMPORÂNEAS	3.1
21)	JOÃO CHRYSTELLO	SUPRANUMERÁRIO A COMITIVA OFICIAL, EBI MAIA AÇORES	APOIO TÉCNICO AO SECRETARIADO	-

22)	JOÃO MALACA CASTELEIRO	ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, PORTUGAL	28 ANOS DE LABUTA PELO ENSINO DE PORTUGUÊS EM MACAU E NA CHINA	3.4
23)	CONCEIÇÃO CASTELEIRO	supranumerário PORTUGAL	--	-
24)	JOHN MCKENNY	DIVISION OF ENGLISH STUDIES UNIVERSITY OF NOTTINGHAM NINGBO, R P CHINA/ REINO UNIDO	DIVERGÊNCIAS NA PERCEÇÃO DA ESTADIA DOS PORTUGUESES NA CIDADE DE NINGBO NO SÉCULO 16 BASEADAS NO LIVRO "PEREGRINAÇÕES" DE FERNÃO MENDES PINTO E EM FONTES CHINESAS CONTEMPORÂNEAS	3.1
25)	JOSÉ EDUARDO FRANCO	CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA PORTUGAL	O COLÉGIO DE SÃO PAULO E O PROJETO MODERNO DE GLOBALIZAÇÃO RELIGIOSA DOS JESUÍTAS A ORIENTE	3.1
26)	LEONG CHEOK I	Centro de Estudos das Culturas Sino-Occidentais INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, RP CHINA	O Ensino da Gramática e o Dicionário de Verbos Chinês-Português	2.3
27)	LUCIANO PEREIRA	ESE INSTº POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL	O CONTRIBUTO AFRICANO PARA O FABULÁRIO DE EXPRESSÃO PORTUGUESA	3.6
28)	LUIIS GAIVÃO	EX-ADIDO CULTURAL EX-ASSESSOR SECº ESTADO REFORMA EDUCATIVA, PORTUGAL	CULTURAS LUSÓFONAS E INTERCULTURALIDADE	3.5
29)	LURDES ESCALEIRA	INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, RP CHINA	ANTOLOGIA BREVE DE AUTORES MACAENSES	1.1
30)	Mª CÉLIA LIMA-HERNANDES	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL	GRAMATICALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO COGNITIVO: ESTRUTURAS X-QUE NO PORTUGUÊS DO BRASIL.	3.5
31)	Mª DO CARMO MENDES	UNIVERSIDADE DO MINHO BRAGA, PORTUGAL	AS PAIXÕES ORIENTAIS: CAMILO PESSANHA E MACAU	1.1

32)	M^a DO ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS	DEPT ^o ESTUDOS ROMÂNICOS, UNIV. DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL	HOMENAGEM A HENRIQUE DE SENNA FERNANDES	1.1
33)	M^a HELENA ANÇÁ	UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL	EM TORNO DA LÍNGUA PORTUGUESA: SABERES E CRENÇAS DE AFRICANOS NÃO ESPECIALISTAS	3.4
34)	M^a JOSÉ REIS GROSSO	UNIVERSIDADE DE LISBOA PORTUGAL	REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM SENNA FERNANDES	1.1
35)	MANUEL JOSÉ SILVA	INVESTIGADOR, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL	CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS 'DESVIOS' DA NORMA LINGUÍSTICA PORTUGUESA	3.1
36)	MÁRIO MOURA	TÉCNICO SUPERIOR/ MESTRE EM MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO, CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE, AÇORES	HISTÓRIA DE DOIS AÇORIANOS NO MUNDO	3.5
37)	ORLANDO BELO	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA, UNIV. MINHO, GUALTAR, BRAGA PORTUGAL	EXPLORAÇÃO DE UM SISTEMA DE DADOS TEI DE CORPORA TEXTUAIS EM CRIoulos ORIENTAIS DE BASE PORTUGUESA	2.3
38)	PAULO ANTUNES	UNIVERSIDADE DOS AÇORES, EBI MAIA AÇORES	NEMÉSIO E O SER AÇORIANO	3.5
39)	SUSANA ANTUNES			
40)	PERPÉTTUA SANTOS SILVA	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO & ESTUDOS DE SOCIOLOGIA, ISCTE-IUL LISBOA PORTUGAL	APRENDER PORTUGUÊS NA RAEM: RAZÕES E OUTRAS REPRESENTAÇÕES	2.3
41)	RAQUEL MACHADO*	UNIVERSIDADE AVEIRO, PORTUGAL	CONCERTO CANCIONEIRO AÇORIANO	--
42)	RAUL LEAL GAIÃO	--- LISBOA, PORTUGAL	ADÉ: REPRESENTAÇÕES DE <i>DÓCI PAPIAÇÂM DI MACAU</i>	1.1
43)	ROLF KEMMLER	CEL/UTAD UNIV DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, VILA REAL, PORTUGAL/ ALEMANHA	UMA QUERELA LUSÓFONA COM FINAL FELIZ: A ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO	

			ORTOGRAFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA 1990	
44)	TIAGO ANACLETO-MATIAS	PARLAMENTO EUROPEU, BÉLGICA	O ESTADO ATUAL DA LÍNGUA NA COMUNICAÇÃO À ESCALA EUROPEIA E MUNDIAL. EM QUE POSIÇÃO ESTRATÉGICA SE ENCONTRA E ENQUADRA O PORTUGUÊS? – VISÕES E REFLEXÕES	3.5
45)	VASCO PEREIRA DA COSTA	ESCRITOR CONVIDADO, AÇORES	"ANGRA DO HEROÍSMO – ESCALA UNIVERSAL DA LITERATURA"	3.5
46)	ZAIDA FERREIRA (PINTO)	ESCOLA SUPERIOR TURISMO E HOTELARIA IPG – UDI, INSTITUTO POLITÉCNICO GUARDA PORTUGAL	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS E LESLIE SILKO - DOIS AUTORES, DUAS VOZES NA DEFESA DA PRESERVAÇÃO DO PLANETA	3.6

16 PAÍSES E REGIÕES REPRESENTADOS

AÇORES / ALEMANHA / ANGOLA / AUSTRÁLIA / BÉLGICA / BRASIL / BULGÁRIA / CANADÁ / ESPANHA / EUA / GALIZA / POLÓNIA / PORTUGAL / REINO UNIDO / MACAU, RP CHINA / MOÇAMBIQUE

7. HINO DA LUSOFONIA

AUTORIA de Vasco Pereira Da Costa, Isabel Rei e Concha Rousia

Portugal, Galiza e Angola

Moçambique, Príncipe, Macau

E Brasil, Malaca, Goa, São Tomé

Cabo Verde, Timor, Guiné-Bissau

Nossa Pátria é a Língua Portuguesa

Nela cabe toda a geografia

Sete mares, sonhos, ventos numa voz

Nosso encontro na Lusofonia

8. HORÁRIO - xv colóquio da Lusofonia: Macau - Quatro Séculos de Lusofonia: Passado, Presente e Futuro

Data: 12 A 15 de abril de 2011

Local: Instituto Politécnico de Macau

Organização: Associação dos Colóquios da Lusofonia e Instituto Politécnico de Macau

Dia 12 de abril de 2011, 3ª Feira

9.30	Acreditação de Participantes	
10.00	Cerimónia de Abertura: Discursos Oficiais Sessão Paralela 1 Música e Poesia	Alunos da ESLT/IPM Pianista: Ana Paula Andrade Conservatório de Ponta Delgada Soprano: Raquel Machado Univ. de Aveiro
11:30	Intervalo	
12:00	Vídeos Sobre os Açores e Macau	
12.30	Intervalo	
15.00	Sessão 2 - Academias	Moderador: Chrys Chrystello
	28 Anos de Labuta pelo Ensino do Português em Macau e na China	João Malaca Casteleiro Academia das Ciências de Lisboa, Portugal
	Mudança de Narrativa II, Análise dos Discursos Aparecidos desde a Criação da AGLP	Concha Rousia Academia Galega da Língua Portuguesa, Galiza
	O Acordo Ortográfico 1990	Evanildo Bechara Academia Brasileira de Letras, Brasil
	Uma Querela Lusófona com Final Feliz: A Entrada em Vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa 1990	Rolf Kemmler , Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD, Vila Real/Alemanha
16.20	Debate	
16.30	Intervalo	
17.00	Sessão 3 - Tema 3	Moderador - Rolf Kemmler
	José Rodrigues dos Santos e Leslie Silko Dois Autores, Duas Vozes na Defesa da Preservação do Planeta	Zaida Ferreira Pinto Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
	Frente Feminina: O Coletivo e o Desigual	Ilyana Chalakova Univ. de Sófia, Bulgária
	Representação e Linguagem na Obra Poética de Florbela Espanca e de Alejandra Pizarnik: A Importância do Outro na Configuração do Eu	Isa Severino UID, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

	Em Torno da Língua Portuguesa: Saberes e Crenças de Africanos Não Especialistas	M^a Helena Ançã Univ. de Aveiro, Portugal
18.00	Debate	
18.30	Sessão Paralela 2 Documentário Patuá	

Dia 13 de abril de 2011, 4ª Feira

09.00	Sessão Paralela 3: Passeio - Macau Antigo Sessão Paralela 4: Poesia no Jardim Camões	<i>Declamadores:</i> Concha Rousia, Chrys Chrystello, Luciano Pereira e Vasco Pereira da Costa
12.30	Livraria Portuguesa de Macau	
13.00	Intervalo	
15.00	Sessão 4 Tema 1	Moderador - Helena Anacleto-Matias ou Edma Satar
	A Construção da Identidade de Macau Através da Literatura: Ficção ou Realidade	Ana Franco Univ. de Lisboa Portugal
	Considerações Sobre Alguns "Desvios" da Norma Linguística Portuguesa	Manuel José Silva Univ. do Minho, Portugal
	Aprender Português na RAEM: Razões e Outras Representações	Perpétua Santos Silva ISCTE – Instituto Univ. de Lisboa, CIES-IUL, Lisboa, Portugal
	Adé: Representações de "Docí Papiaçám Di Macau"	Raul Leal Gaião Portugal
16.00	Debate	
16.15	Intervalo	
16.30	Sessão 5 Tema 3 -	Moderador - Vasco Pereira da Costa
	A Língua Portuguesa no Ciberespaço	Fernanda Melo Alves Univ. Carlos III Madrid, Espanha
	Moçambique Um Branco em Terras Africanas	Edma Satar Univ. de Lisboa
	O Contributo Africano Para o Fabulário de Expressão Portuguesa	Luciano Pereira Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal
17.15	Debate	
17.30	Intervalo	

17.45	Sessão Paralela 5 Apresentação dos Escritores e das Obras	Livraria Portuguesa
--------------	--	---------------------

Dia 14/04/2011, 5ª Feira

09.30	Sessão 6 Tema 3 -	Moderador - Edma Satar ou Tiago Anacleto-Matias
	O Ensino da Gramática e o Dicionário de Verbos Chinês-Português	Leong Cheok I. Centro de Estudos Sino Ocidentais, Instituto Politécnico de Macau
	Varição e Desvio na Produção Escrita em Português para o Público de Macau	Anabela Leal Barros. Universidade do Minho, Portugal
	O Colégio de São Paulo e o Projeto Moderno de Globalização Religiosa dos Jesuítas a Oriente	Fernanda Santos e José Eduardo Franco. Univ. de Lisboa, Portugal
	História de Dois Açorianos no Mundo	Mário Moura. Câmara Municipal da Ribeira Grande, Açores
10.30	Debate	
10.45	Intervalo	
11.15	Sessão 7 Tema 1.1.	Moderador - Anabela Mimoso ou Concha Rousia
	Camilo Pessanha As Paixões Orientais	M^a do Carmo Mendes. Univ. do Minho, Portugal
	Antologia Breve de Autores Macaenses	Lurdes Escaleira. Instituto Politécnico de Macau
	Representação da Língua Portuguesa em Senna Fernandes	M^a José Reis Grosso. Univ. de Lisboa, Portugal
	Homenagem a Henrique de Senna Fernandes	M^a do Rosário Girão dos Santos. Univ. do Minho, Portugal
12.30	Debate	
13.00	Intervalo	
15.00	Sessão 8 Plenária Tema 3 Açorianidade	Moderador - Luciano Pereira ou Rosário Girão
	Vídeo Homenagem Contra O Esquecimento	
15.30	A Importância do Livro na Preservação das Línguas no Contexto da Lusofonia	Francisco Madruga Editora Calendário das Letras, Portugal

	Escritor Açoriano na Diáspora	Eduardo Bettencourt Pinto , Vancouver, Canadá
	Açorianidades Literárias	Chrys Chrystello Univ. de Brighton, UK e Univ. de Helsínquia Finlândia, Austrália
	“Angra do Heroísmo – Escala Universal da Literatura”?	Vasco Pereira da Costa Escritor Açoriano Convidado do Ano
17.00	Intervalo	
17.30	Sessão Paralela 6 IIM Apresentação do IIM e Observatório da Língua Portuguesa pelo Dr Jorge Rangel e Assinatura do Protocolo com o IIM	
19.00	Cerimónia de Lançamento do Livro "Macau nos Anos da Revolução Portuguesa 1974-1979" pelo ex-Governador de Macau, General Garcia Leandro	Clube Militar

Dia 15 de 2011, 6ª Feira

09.30	Sessão 9 Tema 3	Moderador - Manuel J. Silva ou Helena Anacleto-Matias
	O Estado Atual da Língua na Comunicação à Escala Europeia e Mundial: Em que Posição Estratégica se Encontra e se Enquadra o Português – Visões e Reflexões	Tiago Anacleto-Matias Parlamento Europeu, Bélgica
	Culturas Lusófonas e Interculturalidade	Luís Gaivão Ex-Adido Cultural de Portugal
	Rodrigo Leal de Carvalho: Entre os Açores e Macau	Anabela Mimoso Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Portugal,
	Nemésio e o Ser Açoriano	Susana Antunes e Paulo Antunes , Escola Básica 2,3 da Maia, Açores e Univ. dos Açores
11.00	Debate	
11.15	Intervalo	
11.45	Sessão 10 Tema 3	Moderador - Rosário Girão ou Helena Chrystello

	Gramaticalização e Processamento Cognitivo: Estruturas e X-Que no Português do Brasil	M^a Célia Lima-Hernandes Univ. de São Paulo, Brasil
	Fernão Mentos? – Sinto! Ecos D’A Peregrinação” na Viagem como Aprendizagem em Richard Zimler	Helena Anacleto-Matias Instituto Politécnico do Porto, Portugal
	Intimidades e Ambientes Literários e Artísticos na Obra de Teresa Pereira	Anabela Sardo Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
12.30	Debate	
	Intervalo	
15.00	Sessão 11 Vários Tems	Moderador - Concha Rousia ou Tiago Anacleto-Matias
	Análise de um Caso Paradigmático de Tradução Cultural: O Budismo Anteriano	Carlos Botão Alves Instituto Politécnico de Macau
	Divergências na Perceção da Estadia dos Portugueses na Cidade de Ningbo no Século 16 Baseadas no Livro “Peregrinações” de Fernão Mendes Pinto e em Fontes Chinesas Contemporâneas	John Mckenny e Jacek Matuszak Division of English Studies, University of Nottingham Ningbo, China
	Exploração de um Sistema de Dados Tei de Corpora Textuais em Crioulos Orientais de Base Portuguesa	Orlando Belo e Anabela Leal Barros Univ. do Minho, Portugal
15.45	Debate	
	Intervalo	
16.30	Sessão 12 Conclusões e Propostas	Moderador - Chrys Chrystello Evanildo Bechara, Malaca Casteleiro, Concha Rousia, Vasco Pereira da Costa
17.00	Sessão de Encerramento – Especial Lusofonias	

9. DISCURSO DE ABERTURA

Ilustres anfitriões, convidados e demais presentes

O poeta devaneia, deus dispõe e o homem pratica. Estas poderiam ser as palavras que melhor definiriam a génese deste 15º colóquio da lusofonia. Segundo os arqueólogos, **Macau**¹ já era habitada no Neolítico, há 6.000 anos. Durante a dinastia Ch'in Ch'ao Qin (248- 206 A.C.), Macau pertencia ao condado de Panyu, na prefeitura de Nanhai (hoje Guangdong). Em 1152, na dinastia Song do Sul, o governo de Guangdong uniu as ilhas² para formar o condado de Xiangshan e Macau passou a fazer parte deste. Foi nesta época que se registou oficialmente a presença de habitantes na área, em busca de asilo das invasões mongóis.

Entre 1368-1644 AD, durante a Dinastia Ming, pescadores de Cantão e de Fujian estabeleceram-se em Macau, construíram o famoso Templo de A-Má e várias povoações, como Mong-Há. Pensa-se que o Templo de Kun lam, o mais antigo de Macau, se localizava precisamente nesta região do norte da Península de Macau.

Em 1535, as autoridades de Guangdong transferiram o departamento de tributação de comércio com o estrangeiro para Macau e autorizaram os navios mercantes estrangeiros a ancorar em Macau, o que deu origem ao desenvolvimento do comércio entre a China e os países ocidentais. Em 1554, o governo Ming autorizou os portugueses a negociar com a China em Langbai e Haojing, o que facilitou a influência de Portugal em Macau nos quatro séculos seguintes.

Os portugueses estabeleceram-se ilegal e provisoriamente em Macau sob o pretexto de secar a sua carga. Foi em 1555 que os portugueses começaram a frequentar uma pequena península na ilha de Hèong-Sán (Heungshan), hoje Tchông-Sán, no delta do rio das Pérolas. Na ponta meridional dessa península encontram um vistoso templo consagrado à deusa M-Nèong, vulgo A-Má que dava o nome de Amá-Ou ou A'-Má-Kong a essa baía que aportuguesaram para Amacao. Vinte e seis (26) anos

depois a povoação era a Cidade de Nome de Deus, atual Ou-Mun com todas “*as liberdades, honras e preminencias*” que gozava então a cidade de Évora³ pois era o único entreposto através do qual os chineses comerciavam com os seus vizinhos japoneses.

Em 1557, as autoridades chinesas deram autorização para os portugueses ali se estabelecerem, concedendo-lhes um certo grau de autogovernança. Em troca, os portugueses foram obrigados a pagar 500 taéis de prata em aluguer anual e impostos. Desde então, Macau desenvolveu-se como um entreposto e intermediário para o comércio triangular entre a China, o Japão e a Europa. Este comércio lucrativo trouxe enorme prosperidade a Macau, tornando-a numa grande cidade comercial e ajudando-a a atingir o seu auge durante os finais do séc. XVI e o início do séc. XVII.

Para além de ser um entreposto comercial, Macau desempenhou também um papel ativo e fulcral na disseminação do Catolicismo, como ponto de formação e de partida de missionários para os diferentes países do Extremo Oriente. Por este motivo, o Papa Gregório XIII criou, em 1576, a Diocese de Macau. Estes missionários desempenharam um papel importante no intercâmbio cultural, científico e artístico entre a China e o Ocidente, e no desenvolvimento da cultura e da educação de Macau.

Em 1583, foi criado pelos comerciantes de Macau, o Leal Senado, sede e símbolo do poder e do governo local. Este organismo político, considerado como a primeira câmara municipal, foi fundado para proteger o comércio, estabelecer ordem e segurança na cidade e resolver os problemas quotidianos. Apesar de a partir de 1623 Macau passar a ter um Governador português,^[5] o Leal Senado, continuou a manter uma grande autonomia até à primeira metade do século XIX e a exercer um papel fundamental na administração da cidade.

¹ (em chinês: 澳門; pinyin: Àomén; em cantonês: Oumun)^[15]

² dos condados de Nanhai, Panyu, Xinhui e Dongguan

³ Macau, Factos e Lendas de Luís Gonzaga Gomes, Tipografia Mandarin, Macau, Outubro 1979

Em 1638-1639, o comércio com o Japão foi interrompido, devido à política de isolamento levados a cabo pelo xogum japonês, Tokugawa Iemitsu, o que afetou seriamente a economia local, que entrou rapidamente em declínio. Numa tentativa de ocupar Macau e a transformar em colónia, Portugal encetou uma série de invasões depois da Guerra do Ópio (1839-1842).

Em 1887, foi subscrito o “Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português” e quando a China e Portugal estabeleceram relações diplomáticas em 8 de fevereiro de 1979, os dois governos acordaram que Macau era parte integrante da China, embora provisoriamente sob administração portuguesa.

Em abril de 1987, foi assinada, em Pequim, a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa, que marcou para 20 de dezembro de 1999 a data em Macau regressou oficialmente à pátria.

Com a sua economia em rápido crescimento após a reunificação, tal como o seu símbolo tradicional, uma flor de lótus viçosa, Macau, desenvolve-se rumo à prosperidade e a um futuro brilhante.

Por volta de 1525, nasce um parente de Vasco da Gama, Luís Vaz de Camões⁴, pertencente à pequena nobreza. Nomeado para provedor-mor dos bens de defuntos e ausentes da China, Camões parte para Macau em 1556.

Reza a tradição que Camões esteve em Patane, sítio aprazível e pitoresco, chamando-se-lhe, ainda que impropriamente, Gruta de Camões. Conta a lenda que, enquanto ali permanece, Camões ali fica à beira-mar onde, escreve, dia após dia, os versos de Os Lusíadas. Todavia, a própria gruta parece desmentir a versão da lenda: é extremamente

pequena, quase uma fenda na rocha, frequentemente salpicada pelas águas das marés mais altas.

É improvável que Camões tenha conseguido permanecer nela durante tanto tempo. Esta tradição plurissecular foi acatada e respeitada por todos os historiadores e biógrafos do poeta, havendo apenas divergências acidentais da parte de Teófilo Braga, João António de Lemos Pereira de Lacerda, Juromenha e Wilhelm Storck quanto à data da sua vinda e outras minúcias, ficando, porém, de pé o facto principal, a estada do poeta em Macau, segundo longamente escreveu o Padre Manuel Teixeira⁵.

A vitalidade das tradições lendárias depende essencialmente de dois requisitos. É necessário que o objeto a que se referem se imponha pela sua grandeza à admiração contemplativa de todos os tempos. É-o igualmente que a própria tradição, nos diversos fatores que a constituem, seja adequada a esse objeto.

As tradições pertencem ao folclore, há nelas, preponderante, um elemento estético; e toda a obra de arte precisa, antes de mais nada, de ser bem equilibrada. Quanto à grandeza gigantesca de Camões, está acima de qualquer discussão. Resta ponderar se Macau, esta exígua península do mar da China ligada ao distrito chinês de Hèong-Sán, tem qualidade para andar associada à memória dessa epopeia e à biografia do poeta sublime que a cantou. Ora essa qualidade tem-nas Macau como nenhum outro ponto do globo, como escrevia Camilo Pessanha em "A Pátria" a 7 de junho de 1924 (citado em <http://theprovince.blogspot.com/2010/03/macau-e-gruta-de-camoes-por-camilo.htm>).

Camões despediu-se da gruta de Patane, que escutara o eco dos seus sonhos e do seu desespero, e apresentou-se ao capitão da Nau de Prata. Interrogado sobre o papel enrolado que levava na mão, Camões respondeu que era toda a sua fortuna, a epopeia Os Lusíadas, que, segundo a lenda, terá sido escrita naquela gruta, com toda a alma e toda

⁴ filho do fidalgo Simão Vaz de Camões e de Ana de Sá Macedo,

⁵ <http://www.library.gov.mo/macreturn/DATA/PP272/index.htm>

a saudade de português, injustamente privado da pátria, seu maior tesouro e único companheiro de infortúnio.

Da amurada da nau, Camões ouviu uma voz de mulher que o interrogava sobre a sua tristeza. Era uma nativa de Patane, em quem nunca tinha reparado, apesar da sua extrema beleza. Tin-Nam-Men era o seu nome e significava “Porta da Terra do Sul”, a Porta do Paraíso. Tin-Nam-Men tinha observado Camões, durante muito tempo, sem nunca se atrever a falar-lhe. Perdidamente apaixonada, tinha-o seguido até ao barco. Partiu com o poeta, e conta a lenda que ali nasceu mais uma relação amorosa na vida romanesca de Camões. Com a Nau de Prata a afundar-se na foz do rio Mekong, embarcaram as mulheres num batel e os homens salvaram-se a nado. Camões, de braço no ar, segurando Os Lusíadas, nadou até terra, mas o barco onde seguia a linda Tin-Nam-Men foi engolido pelas ondas. Foi à bela Dinamene, como o poeta lhe chamou, que Camões terá dedicado os seus belos sonetos "Alma minha gentil, que te partiste..." e "Ah! Minha Dinamene! Assi deixaste".

<p><i>Ah, minha Dinamene assi deixaste Quem não deixara nunca de querer-te! Ah, Ninfa minha, já não posso ver-te, Tão asinha esta vida desprezaste!</i></p> <p><i>Como já para sempre te apartaste De quem tão longe estava de perder-te? Puderam estas ondas defender-te Que não visses quem tanto magoaste?</i></p> <p><i>Nem falar-te somente a dura Morte Me deixou, que tão cedo o negro manto Em teus olhos deitado consentiste!</i></p> <p><i>Ó mar! Ó céu! Ó minha escura sorte! Qual pena sentirei, que valha tanto, Que ainda tenho por pouco o viver triste?</i></p>	<p><i>Alma minha gentil, que te partiste Tão cedo desta vida, descontente, Repousa lá no Céu eternamente E viva eu cá na terra sempre triste.</i></p> <p><i>Se lá no assento etéreo, onde subiste, Memória desta vida se consente, Não te esqueças daquele amor ardente Que já nos olhos meus tão puro viste.</i></p> <p><i>E se vires que pode merecer-te Alguma cousa a dor que me ficou Da mágoa, sem remédio, de perder-te,</i></p> <p><i>Roga a Deus, que teus anos encurtou, Que tão cedo de cá me leve a ver-te, Quão cedo de meus olhos te levou.</i></p>
---	---

O Rio das Pérolas⁶ desagua no Mar da China e banha, de um lado, Hong Kong, do outro, Macau. O próprio nome induz a promessas de riqueza.

Os encantos de Macau souberam atrair o *pintor* George Chinnery (1774-1852) que aqui viveu a partir de 1852 e o arquiteto George Vitalievitch Smirnoff (1903-1947) a partir de 1943.

Muitas outras personagens aqui se radicaram encantadas pelos sortilégios orientais e deixaram um considerável espólio literário como Manuel da Silva Mendes, nativo de Famalicão que chegou em 1901 e morreu em 1931, contemporâneo de Camilo Pessanha nascido em Coimbra em 1867, e residente em Macau a partir de 1894 tendo falecido em 1926.

Há ainda um macaense muitas vezes esquecido que é Luís Gonzaga Gomes falecido em 1976 com 69 anos e autor de inúmeras obras. Também gostaríamos de aqui render preito a [Graciete Batalha](#) (1925-1992), [Adé dos Santos Ferreira](#) (1919-1993), [Deolinda da Conceição](#) (1914-1957), [Henrique Senna Fernandes](#) (1923-2010) e [Rodrigo Leal de Carvalho](#) (1932-) (bibliografia em <http://www.acvl.pt/titulos.php?selecao=aut&id=1847>) entre muitos.

Como dizia Mallarmé “*No fundo, o mundo é feito para acabar num belo livro*”.

A experiência da viagem como deslocação no espaço – e no tempo – sempre esteve intimamente ligada à escrita, e a partir do século XIX nasce o conceito de “Viagem ao Oriente”, espaço mítico, visão encantada de orientes fabulosos e mágicos onde os ocidentais projetam seus sonhos e fantasmas, etapa essencial da iniciação espiritual, quicá topográfica e topológica, à moda da velha Grécia com uma apropriação empírica, sensorial e intelectual do lugar. Decorrem tanto no imaginário dos autores como nas pátrias inventadas, países mentais e utopias que visam retratar.

⁶ (Zhu Jiang, 珠江 [pinyin](#): Zhū Jiāng)

Há uma noção que convém reter, nunca nos seus séculos de existência deixou Macau de fascinar e de marcar indelevelmente os que por aqui passaram, como foi também o meu caso entre 1976 e 1982. Aqui aprendi novas linguagens e culturas enriquecendo esta bagagem que comigo transporto às costas, caixeiro-viajante de sonhos que insisto em tornar realidade. Assim se explica que o 15º colóquio da lusofonia tenha chegado não numa nau quinhentista mas nas asas desse sonho a que chamamos Lusofonia. Etimologicamente, significa fala dos lusos, mas na nossa definição cabem todos quantos falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade. Nela incluiremos todos os que têm o português como língua materna ou oficial. Lusófonos seremos, portanto todos nós, quantos, falando a língua de Camões, sentimos que algo temos em comum, de idêntico mas também de diferente de todos os outros que habitualmente falam outra língua e com ela se identificam.

A nossa definição de Lusofonia será sempre um diálogo nessa secular língua que todos falamos, incluindo o conjunto dos oito países de língua oficial portuguesa e suas correspondentes identidades culturais, bem como todas as Regiões em que a língua portuguesa é também utilizada como língua materna ou de património e incluindo todos aqueles que trabalham como sua própria a língua portuguesa (mesmo que seja língua segunda, terceira, etc.).

Esta Lusofonia teve as suas raízes nos séculos XV e XVI, quando passou a ser a principal língua universal de comunicação internacional entre todos os povos do mundo.

Foi com esta percepção que o Instituto Politécnico de Macau, através dos professores James Li (Changsen) e Choi Wao Hao, teve a visão e ambição de nos ajudar a trazer este colóquio até Macau, acedendo a um patrocínio do evento sem o qual jamais seria possível reunirmos aqui este vasto leque de especialistas em várias áreas do conhecimento.

Foi graças à sua denodada persistência que nos orgulhamos de termos aqui representantes dos quatro continentes da grande nação de lusofalantes. Bem hajam por terem tido a sabedoria, ancestralmente herdada por milénios de civilização chinesa, de reconhecer a força e a capacidade de realização dos Colóquios da Lusofonia e de permitirem aos que aqui vivem esta partilha imensamente rica da qual esperamos possam frutificar novos e arrojados projetos para anos vindouros.

Isto de Lusofonias e Lusotopias tem muito que se lhe diga. Falta muitas vezes aos Estados Ocidentais a visão, o amor e a dedicação que só alguns indivíduos conseguem ter pela língua e cultura. Governos e governantes estão de candeias às avessas para a defesa desses valores, tal qual a população de S. Miguel nos Açores, está sempre de costas para o mar, enquanto outras não vivem sem ele, como no Pico.

Em 2001, os Colóquios brotaram do intuito de criar uma Cidadania da Língua. Queríamos que todos se irmanassem na Língua que nos une. Pretendíamos catapultar a Língua para a ribalta, numa frente comum, na realidade multilingue e multicultural das comunidades que a usam.

A nossa noção de LUSOFONIA abarca os que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade.

Em 2010 atravessamos os mares para ir ao Brasil e em 2011, embarcamos na nossa nau para arribar a Macau onde hoje se fala mais Português do que quando aqui vivi entre 1976 e 1982. Ao contrário de Vasco da Gama os Colóquios da Lusofonia não buscam o caminho marítimo para as Índias, antes se deslumbram com o que foi feito em Macau nos dez anos de regresso à soberania chinesa. Ao fim de 15 edições, continuamos como a única realização regular, concreta e relevante sobre a LUSOFONIA, com um variado leque de participantes de todo o mundo.

Os Colóquios da Lusofonia na saga dos navegadores chegaram aos Açores em 2006 para debaterem a identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições.

Em 2008 tivemos a presença do escritor da baleação, o picaroto Dias de Melo (falecido pouco depois) e o micalense Daniel de Sá. Em 2009, tivemos o prolífico escritor Cristóvão de Aguiar nosso convidado especial na Lagoa e em Bragança. Para 2010-2011, escolhemos Vasco Pereira da Costa, um escritor açoriano que desempenhou durante sete anos, as funções de Diretor Regional da Cultura dos Açores, antes de ser fugazmente substituído pela atual Ministra da Cultura de Portugal, Dra. Gabriela Canavilhas, presente na abertura do 11º Colóquio.

Outros se seguirão. Na nossa porfia por repor os escritores portugueses, de matriz açoriana, no panteão que merecem temos outros para estudar, ler e divulgar. É para eles, suas obras e memórias, que orientaremos as edições futuras dos colóquios, para que sejam lidos e traduzidos como já estão sendo estudados nas Universidades de São Paulo, Brasil, graças às colegas Zélia Borges e Dina Ferreira; em universidades romenas e polacas, graças à colega Rosário Girão.

Dispomos de tradutores a trabalhar na sua tradução para posteriormente serem editados naquelas línguas com apoio do Instituto Camões. Chegaram a novos destinatários através do 1º curso de AÇORIANIDADES E INSULARIDADES da Universidade do Minho, da colega Rosário Girão, que passará – em breve - a ser ministrado em plataforma *e-learning*.

Nos últimos anos, assinámos parcerias com Universidades, Politécnicos e Academias para, com a sua validação científica, completar projetos como a Diciopédia Contrastiva da Língua Portuguesa e iniciamos o processo de passagem a associação cultural sem fins lucrativos concluído em dezembro passado. As colegas Helena Chrystello e Rosário Girão estão a ultimar uma Antologia de Escritores Açorianos Contemporâneos para

serem estudados no currículo regional dos Açores. Há mais de um ano lançámos na nossa página, os Cadernos de Estudos Açorianos, que visam dar a conhecer um pouco da obra dos inúmeros escritores açorianos, vindos das ilhas, onde se bem que haja mais vacas que gente, o clima, vegetação, vulcões e terremotos criaram um número desmedido de escritores. Por isso mantemos como parceiro indiscutível, um patrocinador institucional desde 2008, a Câmara Municipal da Lagoa, através do seu Presidente Eng.º João Ponte, que infelizmente não pode estar aqui presente – como previsto - em representação do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Os nossos oradores não buscam mais uma conferência, mas compartilham projetos e criam sinergias. Permutam impressões, ideias e metodologias, vivências e pontos de vista, dentro e fora das sessões. Com os colegas, repartem passeios, refeições e despedem-se no último dia como se de amigos se tratasse. É o que nos torna distintos de qualquer outro congresso. Irmanados no ideal de "sociedade civil" capaz e atuante, juntos, somos capazes de atingir o que a burocracia e a hierarquia não podem ou não querem.

Todos aqui estão para nos ajudar a prestar uma justa homenagem a VASCO PEREIRA DA COSTA, nosso escritor convidado. Trazemos exemplares de algumas das suas obras e iremos perseverar para que sejam lidos e traduzidos.

Os temas escolhidos para este ano retratam bem a posição dos Colóquios, como construtores de pontes entre Lusofonias entre as Américas, do Brasil ao Canadá, Açores, África, Europa e a China. Sempre houve açorianos em Macau e foi daqui que o chá partiu para a ilha de São Miguel, onde existem as únicas plantações europeias da planta. Teremos além das palestras científicas, música, teatro e poesia de Macau, Açores, Galiza e Brasil, graças ao apoio incomensurável e à enorme bondade do Governo da RAEM e do nosso patrocinador,

Instituto Politécnico de Macau. Para além de proporcionar a viagem e estadia, concedeu apoio logístico a esta vasta comitiva que inclui representantes das três Academias de Língua Portuguesa e colegas de 16 países e regiões:

AÇORES / ALEMANHA / ANGOLA / AUSTRÁLIA / BÉLGICA / BRASIL / BULGÁRIA / CANadá / ESPANHA / EUA / GALIZA / POLÓNIA / PORTUGAL / REINO UNIDO / MACAU, RP CHINA / MOÇAMBIQUE

Parafraçando Cristóvão de Aguiar direi da Língua de todos nós:

Amo-a sem o empecilho da palavra. Amo-a com os olhos, os ouvidos, as narinas abertas ao cio de seus aromas. Amo-a com sentidos conhecidos e desconhecidos, a imaginação em fogo. Amo-a com as vísceras do corpo e da alma. Aprendi a amá-la. O Amor aprende-se, cultiva-se, rega-se. Necessária uma predisposição íntima onde se alastre essa Ferida Amável, como tão eloquentemente escreveu, em título de livro, o Poeta Egito Gonçalves. Os poetas têm sempre razão!" In Cristóvão de Aguiar (in Nova Relação de Bordo, diário ou nem tanto ou talvez muito mais, Publicações D. Quixote, 2004)

É esse amor e o espírito de poeta que me trouxe a mim, e aos nossos convidados até esta MACAU, onde vivi seis anos, para o que espero seja o nosso maior colóquio realizado até hoje.

Bem hajam por terem apoiado este sonho.

10. ATAS/ANAIS: Biodados, sinopses e trabalhos finais

1) ANA AGUILAR FRANCO CEAUL, UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL



ANA CRISTINA DE AGUILAR COSTA FRANCO encontra-se a preparar a tese de doutoramento no Programa de Estudos Comparatistas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma tese sobre José Rodrigues Miguéis, ao abrigo de uma bolsa concedida pela Fundação Ciência e Tecnologia (FCT). Tem o mestrado em Estudos Anglísticos (2001), pela Universidade de Lisboa, com a dissertação *Ralph Waldo Emerson: Uma Reflexão sobre a sua poesia*; obteve a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o bacharelato em Tradução (1985), pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA).

É membro do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa (CEAUL) na linha de ação nº 5: Estudos Americanos.

Lecionou tópicos de Estudos Portugueses, incluindo Língua e Cultura Portuguesa para estrangeiros, no Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona, bem como no Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; lecionou *Língua e Cultura Inglesa* no Instituto Superior de Novas Profissões.

Tem apresentado e publicado diversas comunicações no âmbito do ensino de PLE, Literatura e Cultura Portuguesa, Tradução, cujas temáticas se enquadram nas suas áreas de estudo. É sócia do Centro de Formação e Apoio Escolar, *Saladula*, em Lisboa. Escreveu um conto infantojuvenil que será publicado oportunamente.

TEMA 1.1. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MACAU ATRAVÉS DA LITERATURA: FICÇÃO OU REALIDADE? ANA AGUILAR FRANCO, UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL

A literatura enquanto testemunho de vivências, sentimentos, história e estórias de povos desempenha um papel relevante na construção e manutenção do património identitário de qualquer grupo sociocultural.

Não obstante a importância da tradição oral na preservação de uma cultura, a forma escrita, seja ficção, seja realidade, é garante de permanência para além do tempo dos seus fazedores.

A presente comunicação visa abordar aspetos pertinentes observados em contributos literários sobre o território de Macau, bem como na sua relação com visão sociocultural que lhes está subjacente.

Que Macau é dado a conhecer ao leitor nos textos de José dos Santos Ferreira (Adé), Luís Gonzaga Gomes, Padre Manuel Teixeira, João de Melo, Deolinda da Conceição, Maria Pacheco Borges, Maria Ondina Braga, Henrique Senna Fernandes ou Rodrigo Leal de Carvalho? E nos romances de João Aguiar ou Agustina Bessa Luís? E no soneto "Macao" de W. H. Auden, ou nas crónicas de Ian Fleming sobre Macau, inseridas na sua obra *Thrilling Cities*, onde também encontrou matéria para a criação de James Bond? Ou ainda nos contos de Macau selecionados e traduzidos de português para inglês por David Brookshaw? Macau surge então mesclada por luzes inspiradoras diversas que no seu conjunto vêm construindo e fazendo perdurar a riqueza do mundo lusófono, neste caso específico, luso-chinês.

*A terra perfumou-se
com o aroma celestial de A Má*

*e a poesia ficou para sempre
naquele lugar...*

Jorge Arrimar, novembro de 1985

Todos os lugares têm magia; uma magia construída pelos olhos e pelo coração de quem a sente. O autor do poema, que deixou as brumas dos Açores para se aventurar por terras do Oriente, revela Macau como um espaço marcado desde o início pela ação dos deuses, pairando entre o profano e o sagrado, um espaço de mistério. Pela mão da literatura se caminha à descoberta do outro e de nós.

O título da comunicação associa a criação literária ao processo que está subjacente à construção da identidade de um povo, que deixa aos coevos e aos vindouros uma miríade de imagens oscilando entre a lenda, o sonho e a realidade. Como Alice Vieira afirmou (1996: 1600-1619):

*É a escrita que nos traz a história das terras, da civilização, do mundo.
Antes que das terras nos chegue um testemunho escrito é quase como se existissem – ou se existissem apenas na lenda, nas histórias que vão passando de boca em boca.*

A afirmação, que dá início ao seu livro *Macau, da Lenda à História*, salienta a importância do registo escrito, quer sob a forma de ficção, quer sob a forma de relato histórico, pois desempenha um papel ímpar na construção da memória coletiva, e é garante de permanência para além do tempo dos seus criadores, não obstante, a importância da tradição oral, em certos casos. A literatura contém em si a possibilidade de funcionar como testemunho de vivências, sentimentos, da História e de estórias de povos, desempenhando um papel crucial na construção e manutenção do património identitário de qualquer grupo sociocultural. Que Macau é dado a conhecer, por exemplo, nos textos de Venceslau de Moraes, Ferreira de Castro, José dos Santos Ferreira (Adé), Padre Manuel Teixeira, Padre Benjamim Videira Pires, Deolinda da Conceição, Maria Ondina Braga, Henrique Senna Santos? E em romances de Eça de Queirós, Miguel Torga, João Aguiar, Rodrigo Leal de Carvalho, Agustina Bessa Luís? E no soneto "Macao" de W. H. Auden, ou nas crónicas de Ian Fleming sobre Macau? Ou ainda nos contos de Macau selecionados e traduzidos de português para inglês por David Brookshaw?

As questões ligadas à identidade suscitam discussão, fruto da vivência de cada indivíduo *per se* e enquanto elemento de um grupo sociocultural específico. No caso deste território que foi recebido por Portugal, em vez de conquistado, em agradecimento por parte da China pela ação dos portugueses na defesa da região contra os piratas, os naturais de Macau vivem de forma distinta esse facto.⁷ Um artigo, de 2007, no suplemento em português do jornal *Tai Chung Pou*⁸ aborda a questão da identidade macaense na perspetiva das gerações mais jovens. O artigo apresenta quatro jovens, quatro vivências diferentes, quatro respostas diferentes: "*Acho que sou macaense*"; "*Macaense. Sou filha de mãe chinesa e pai português, sei falar as duas línguas e vivo em Macau, que é a mistura de duas culturas*"; "*Não me sinto macaense simplesmente por ligação à terra, se tenho uma origem é portuguesa, e a cultura europeia sempre me fascinou [...] Sou um cidadão do mundo e sinto-me mais livre nesse aspeto. Gosto de saber que estou à vontade entre dois mundos*"; "*Os macaenses mais velhos têm um ar diferente, não me sinto igual a eles, mas sei que pertença à comunidade*". Se acrescentarmos a estas perspetivas as daqueles que não obstante terem nascido noutra país, em Portugal por exemplo, escolheram esta península para seu lar, ou daqueles que nascidos em Macau têm raízes chinesas, é fácil concluir como esta "Cidade do nome de Deus" encerra em si uma riqueza cultural imensa.

A partir das letras de alguns escritores e poetas que, entre finais do séc. XIX e ao longo do séc. XX, estiveram de algum modo ligados a Macau, e cuja ligação se reflete na sua criação, é possível observar facetas da identidade deste território. Neste sentido, há que destrinçar o contributo de quem nasceu em Macau, de quem ali permaneceu e, ainda, de quem o imaginou sem nunca o ter visitado, mas que em determinado momento tornou Macau o centro da sua criação.

Este é precisamente o caso de Eça de Queirós, cuja capacidade descritiva n' *O Mandarim* poderia fazer crer que o escritor tivesse estado na China e em Macau. Na

verdade, não foi esse o caso. Além da expedição ao Egito e à Palestina, que realiza em 1879, para assistir à inauguração do Canal do Suez, dos livros que leu sobre a China, o seu interesse pelo Oriente parece ter sido ampliado pela sua atividade enquanto cônsul de Portugal em Cuba. No artigo "A emigração como força civilizadora", o escritor aborda a situação dos *coolies* na Ilha de Cuba, as circunstâncias do recrutamento feito em Macau, seguindo todos as normas, para que ninguém embarcasse contra vontade, as "*expedições de chinos*" com todas as condições de higiene (pois os contratos trespassados aos novos proprietários tinham preços que variavam de acordo com a robustez), as condições desumanas em que eram depois obrigados a trabalhar nas plantações. O contacto com a realidade destes chineses saídos da China via Macau com passaporte português permitiu ao escritor obter informações em pormenor sobre o percurso destas pessoas, sobre as circunstâncias e a forma de vida nas regiões de onde provinham na China, cultura e modos de vida. No artigo, o escritor traça o quadro de todas as situações irregulares que acompanhavam um processo que Portugal havia criado corretamente, mas perante as quais o diplomata português no terreno não conseguia opor-se. Segundo Carlos Reis (2010:1-4), o lado oriental de Eça, está ainda presente na personagem Teodorico d' *A Relíquia* e surgem laivos em Carlos da Maia, Basílio ou Fradique Mendes. Além destes aspetos do domínio literário, a cabaia oferecida pelo seu amigo Bernardo Pinheiro de Melo (Conde de Arnoso) aquando da sua deslocação a Pequim, em 1887, para a assinatura do primeiro tratado luso-chinês, com que se fez fotografar, realça o apelo que o exótico exercia sobre ele. Parafrazeando Carlos Reis. "*Ele (Eça) dizia que vestindo aquela cabaia ganhava usos, mentalidade e salamaleques chineses*." Outro caso seguiu o mesmo percurso criativo. Agustina Bessa-Luís inspirada pelo virar de uma página tão importante na História de Portugal e de Macau, publica em 1999 o romance *A Quinta-essência*, em que um europeu vai descobrindo a essência feminina através das mulheres orientais com quem se cruza, acabando por se ir descobrindo também. A ação, que decorre num

⁷ Para um estudo mais aprofundado sobre esta questão, cf. o artigo "Fronteiras da Identidade: O caso dos macaenses em Portugal e em Macau, de Francisco Lima da Costa.

⁸ *Tai Chung Pou*, que significa "Diário para todos" é o jornal mais antigo de Macau.

ambiente de mistério, entre as duas culturas, explorando a herança chinesa do macaense, remete para um aspeto do panorama literário em Macau que se prende com a ausência de autores chineses a escreverem sobre Macau. Tal é a opinião manifestada por Henrique de Senna Fernandes em entrevista concedida a Inácia de Morais, em 2005: "*Não há nenhum chinês que escrevesse sobre o viver de Macau do ponto de vista de um chinês, as referências às ruas, às histórias, à História de Macau*" E interrogava-se também: "*(Tenho curiosidade em saber como é que os chineses identificam Macau, como cidade europeia ou chinesa?)*" Esta será uma pergunta que merece encontrar resposta.

Ao universo imaginado, contrapõe-se o universo vivenciado, obviamente modelado pela natureza dessa experiência, como já foi referido. Da sua permanência na baía da deusa A-Má, deixou registo Venceslau de Morais, para quem o Japão foi a paixão de uma vida, mas que antes de se japonizar, aí desempenhou funções de oficial da marinha e de magistério, aí viveu o tempo suficiente para casar com uma macaense chinesa, de quem teve dois filhos. O seu livro *Traços do Oriente* inclui contos, crónicas e textos diversos. O conto "A outra mamã" aborda um episódio da vida da jovem Atchan comprada ainda criança por outra chinesa algures numa feira em Cantão, para ser criada e ensinada a ser gentil, em Macau. "*O facto é vulgaríssimo*" e "*a dona tratava-a bem*", como comenta o narrador. Mas o ponto central passa-se quando Atchan, então com quinze anos, num momento de extrema fragilidade e tristeza, fala de quanto gostaria de ver a "*luco maman*" (a outra mamã) e chora "lágrimas de fel". Explica o narrador que a revelação desse episódio visa contrariar vozes que dizem serem "*as filhas do celeste império: entes abjetos para quem as delicadezas do sentimento são dons defesos; contam-no em conversa os que visitaram a china, dizem-nos os livros de viagens*".

Prosseguindo o périplo, desta feita sob a forma de crónica de viagem, refira-se Ferreira de Castro que em resultado das suas viagens inclui, no seu livro *Volta ao Mundo*, um capítulo à sua estada em Macau. Neste, o leitor entra em Macau via Hong Kong, sob o risco da pirataria e a beleza da paisagem. Fala do passado de piratas e a chegada dos portugueses, mas defendendo o povo chinês:

Mas tanto se ouve falar em pirataria e tão assombrosos se apresentam, ainda, certos hábitos da China, que o leitor longínquo de narrativas sobre o velho país

chega a arrecadar a impressão de que o todo o povo chinês vegeta em prazer de remotas crueldades e selvajarias. Ao contrário, não existe em toda a Ásia gente mais afável e de tão grata convivência. Há piratas na China como há salteadores na Europa, gangsters na América, ladrões no mundo inteiro. (1002)

A descrição continua com o casario nortenho salpicando a encosta a que se sucede o estilo puramente chinês, a traça da cidade que, mantendo o oriente e o ocidente, encerra em si a cidade portuguesa e o bairro chinês. O escritor comenta a este respeito: "*os portugueses, que amam impor o seu critério onde quer que se encontrem, fizeram aqui uma exceção à regra – e respeitaram a estética e os hábitos chineses.*" A crónica menciona ainda a situação da língua portuguesa, a presença de Camões, a origem do nome de Macau, a religião e o jogo. Os espaços descritos ganham uma dimensão psicológica ao serem descritos por meio de personificações ou animismos: "*o navio...arrogante*", "*os juncos deixam-se ficar desdenhosos*", "*os declives [...] sob os quais serpejam românticas veredas*", "*depois entramos nas verdes sendas da colina de Camões. É um admirável parque, cheio de amáveis recantos.*"

Outros visitantes deste canto no Oriente foram inspirados, deixando essa evidência nos seus textos literários. Além dos romances de João de Aguiar, inspirados no espaço de Macau, nomeadamente *Os Comedores de Pérolas* e *Dragão de Fumo*, considere-se ainda Maria Ondina Braga com *A China fica ao Lado*, *O Jantar Chinês*, *Noturno em Macau*. Lendo os contos "A morta" e "A doida", inseridos na obra *A China fica ao Lado*, que a autora constrói a partir de factos reais a que tem acesso em primeira mão, o leitor está perante duas ficções que interpretam Macau como um espaço de refúgio para os chineses em fuga. No primeiro caso, Mei-Lai, refugiada da China continental, conta à narradora a história de coragem da sua avó que após uma vida de sacrifício para, depois de viúva, criar dez filhos, enviá-los para a América onde prosperaram, conseguir fazer face à revolução em que perdeu tudo o que tinha, dar alento às outras mulheres e decidir fugir para Macau, morrendo a caminho de Coloane, em dia de tufão. Os foragidos lograram sepultá-la no seu destino: "*por causa dela, do seu exemplo, do seu valor, é que eles chegavam à terra da liberdade.*" No segundo conto, "A doida", passado em Coloane, tudo

gira em torno da personagem principal, cujo mistério em vão a narradora e a amiga conseguem desvendar:

aparecia de repente sobre as pedras, sem ruído, como um lagarto. [...] Doida, fugira da China continental com o filho, que morrera já em terra de exílio. O marido que a devia seguir, nunca aparecera. Enterrado o filho na praia, vinha ela ao anoitecer esperar o marido. Ela própria fugira de noite. Era também de noite que o marido devia escapar. De noite, os mortos ressuscitavam. E, todas as noites, a doida ali, à espera...

O espaço de refúgio associado a um universo de extremos, de morte, loucura e mistério, contrasta com as impressões do poeta W. H. Auden, inglês naturalizado americano. Das suas viagens para escrever, juntamente com Christopher Isherwood, um livro sobre o Extremo-Oriente, que lhes havia sido encomendado pelas editoras Faber & Faber e Random House, passa por Macau em 1938. Dessa experiência resultará o poema "Macao":

*A weed from Catholic Europe, it took root
Between the yellow mountains and the sea,
And bore these gay stone houses like a fruit.
And grew on China imperceptibly.*

*Rococo images of Saint and Saviour
promise her gamblers fortunes when they die;
Churches beside the brothels testify
That faith can pardon natural behaviour.*

*This city of indulgence need not fear
The major sins by which the heart is killed,
And the governments and men are torn to pieces:*

*Religious clocks will strike; the childish vices
Will safeguard the low virtues of the child;
And nothing serious can happen here.*

O viajante de raízes protestantes dá início à descrição de Macau com a expressão "a erva daninha da Europa católica". Os versos oscilam entre campos opostos, entre o pecado fácil e o perdão igualmente fácil, entre o jogo e a virtude, entre os ventos da guerra sino-japonesa e a paz ali vivida, naquela cidade de indulgência. O tom irónico que vai pontuando a descrição pode ser exemplificado pela palavra indulgência que tem implícita uma crítica à prática das indulgências, um dos fatores que subjaz aliás à cisão da Igreja

de Roma, dando origem à Igreja Protestante, e que torna mais evidente o ambiente de falsas moralidades em que se viveria. Ainda a nível do contexto religioso, o leitor fica a conhecer a sua influência na arte sacra, ao mencionar a arte barroca, mais precisamente ao rococó, e as representações dos santos, também aqui contrastando com a formação religiosa de Auden, ao merecer-lhe o realce. Mas nada de verdadeiramente grave aqui acontecerá. Curiosamente, alguns versos foram alterados em edições posteriores, como assinalou o professor e investigador George Monteiro ao identificar, na edição de 1976, alterações que podem ser lidas como reinterpretações do sentido do poema, à distância de quase quarenta anos. Assim, os 3º e 4º versos passaram a: "*Its gay stone houses an exotic fruit / A Portugal-cum-China oddity*" estabelecendo uma relação direta entre Macau e Portugal, e surgindo este como direto responsável pela realidade de Macau. Curiosamente "city" evolui para "town" deixando perceber o crescimento da urbe, ou quiçá, da dimensão do estado de indulgência.

As marcas da religião católica que tanto impressionaram Auden, e que noutros registos surgem a caracterizar a paisagem, dão início estão também presentes no poema "Macau" do Padre Benjamim Videira Pires, de 1950, segundo outra perspetiva:

*Macau, de igrejas e ermidas
voltadas ao mar profundo
foste o guião da Cruzada
de Portugal pelo mundo...*

A chegada dos portugueses trazendo consigo a revelação de um outro credo

*Lembra um campo de papoilas
a "Rada" cheia de velas
E o sol espalha-se em riso,
ao dar em tuas janelas.*

*Macau, mirante de sonho,
com longínquos horizontes,
quantas façanhas se escondem
nas repregas dos teus montes!*

Macau, terra de sonho, aventura e descoberta inspiradora

*As ilhas que te rodeiam
são um colar de cristal
para o marfim do teu busto
de princesa oriental.*

*Macau, das cercas floridas
a cantar à luz do dia,
de noite, embala-te o sono
o berço da ventania.*

*Parece, à luz do poente,
a tua figura esbelta
um bago que se desprende
do cacho de ilhas do Delta.*

Macau feminina, sobressaindo por entre o mar e as ilhas, como a princesa do oriente

*Macau, dos hotéis e barcos
sempre em adeus e em viagem,
nas águas da Praia Grande
revês-te em tua miragem.*

*Aquarela impressionista
de ruas que são bazares;
adejam pregões e pombas
de mistura, pelos ares...*

*Macau, Padrão glorioso
de descoberta final...
E se mais mundos houvera,
lá chegara Portugal!*

Mas Macau é ainda a terra de contrastes, de chegada e partida, dos jogos de azar, a terra de mistura com o exotismo oriental, a descoberta suprema que enriquece o património português.

*Camões, soldado e poeta,
vigia a noite calada:
Uma das mãos toca lira
e a outra segura a espada.*

*Macau, da névoa infinita
e das noites de luar,
és caravela perdida
nas ondas mortas do mar.*

A presença do Poeta de Portugal, símbolo de outro sonho, "soldado e poeta" mescla de força e virtude, perdido para lá do fim do mundo conhecido.

*As Ruínas de S. Paulo,
voltadas ao mar sem fim,*

*lembram a face de Cristo,
no Sudário de Turim...*

*Macau, dos montes suaves,
- em cada monte uma ermida -,
o manto azul de Maria
seja o Céu da tua vida!*

*"Senhora, do alto da Guia,
avistais o bom e o mau:
Na hora incerta que passa,
sede a Estrela de Macau!"*

Por fim, tal como nos primeiros versos, a referência à religião católica, ao manto da proteção divina a envolver a natureza. O poema é construído em torno das marcas culturais que estão na base da formação desta terra, marcada por uma dimensão onírica, abençoada pela Igreja de Roma, paradoxalmente complementada pelo colorido do culto oriental e pelas práticas culturais chinesas.

Este ambiente diferente conquistou Ian Fleming que na sua viagem para redigir crónicas sobre algumas cidades do mundo para o jornal *Sunday Times*, e que serão posteriormente publicadas em livro com o título *Thrilling Cities*, visita Macau, em 1959. Afirma Rogério Miguel Puga (2010), "O famoso viajante chega a Hong Kong, e a secção dedicada a essa cidade termina abruptamente, dando lugar à descrição de viagem-descoberta a Macau". A sua passagem foi tão eficazmente inspiradora que ali encontrou material para a construção do seu agente secreto 007. Segundo Puga, Fleming descreve Macau, à semelhança de Auden, como um espaço luso-chinês, com peculiaridades próprias de uma miscelânea de costumes, num ambiente de espiões, casinos, tráfico de ouro durante o pós-guerra, que dá origem a um comentário interessante sobre o modo como ocidentais e orientais se relacionam com este metal precioso, "pois os asiáticos não confiam no dinheiro em papel e acreditam que sem se ter ouro nunca se é rico". Puga menciona o autor Philippe Pons (Macao, 2000:118-122) que afirma "que o Dr. Lobo, então com 70 anos, natural de Timor, com ascendentes malaíes, chineses e portugueses serve de base para a personagem Goldfinger". Menciona ainda Bertil Lintner (Blood Brothers: Crime, Business and Politics in Asia, 2002: 402) que "afirma que Lobo pode ainda ter

servido de influência para outra personagem, *Oddjob* no filme *Goldfinger*. Fleming descreve a Macau dos anos 50 e 60 do séc. XX como

"um local misterioso e um dos mercados financeiros mais interessantes do mundo [...] uma imagem sui-generis não apenas a cidade pitoresca e histórica, mas também o seu lado negligé".

Curiosamente, Fleming encontrou também inspiração para o seu primeiro livro sobre James Bond, *Casino Royale*, na Lisboa do tempo da guerra, ninho de espões, porta de saída da Europa para os refugiados.

Aos de cá e aos lá, Macau inspirou à medida da vivência de cada um. No caso dos escritores naturais de Macau, as temáticas centralizam-se em questões mais próximas da perspetiva de quem integra pertence o espírito do lugar. As obras de José dos Santos Ferreira (Adé), Henrique Senna Fernandes e Deolinda da Conceição constituem textos incontornáveis exprimindo a memória do local e contribuindo para a construção da identidade de Macau. No caso de Adé, os seus textos constituem um testemunho etnográfico significativo, procurando pintar quadros de Macau e promover a defesa do patois (patuá). No caso de Deolinda da Conceição, os seus contos, compiladas num único livro *Cheong-Sam – A Cabaia*, de 1956, evidenciam uma preocupação com a temática macaense, o amor e o espaço cultural macaense. Quanto a Henrique Senna Fernandes, as crónicas da vida macaense recriam o ambiente de Macau, entre o meio chinês e o europeu, estão presentes no livro de contos *Nam Van*. David Brookshaw ("entrevista" 2006), autor de um estudo crítico sobre literatura portuguesa com referência a Macau, intitulado *Border Gates: Perceptions of China and Modern Portuguese Literature e tradutor de contos e crónicas de autores portugueses e macaenses para inglês* considera que Senna Fernandes se refere ao território de Macau do passado, "enraizado na memória de um Macau do princípio do séc. XX". Trata-se de uma paisagem que perdura no imaginário dos escritores macaenses, alimentada por uma memória coletiva, bem como pela preocupação em recuperar o lado mais provinciano. Brookshaw, na entrevista conduzida por Vanessa Sérgio, em 2006, admite também a associação de

Macau a uma aura de decadência, romanceada, que parece tratar-se de um estereótipo, uma vez que Macau, é segundo ele, de igual modo um centro cultural.

Macau surge então mesclada por luzes inspiradoras diversas que no seu conjunto vêm construindo e fazendo perdurar a riqueza do mundo lusófono, neste caso específico, luso-chinês. Algumas facetas são transversais a vários textos, como sejam uma aura de sonho e mistério, aprimorada pela presença material ou imaginária dos piratas, a paisagem marcada pela tradição católica, a cidade portuguesa e a cidade chinesa. Ao leitor cabe a aventura da descoberta por entre as visões que lhe são oferecidas pelas palavras mágicas da literatura.

Bibliografia

- Auden, W.H. "Macao" (2009) disponível em <http://macauintigo.blogspot.com/2010/09>
- Araújo, Luís Manuel (2000) "A Viagem Oriental de Eça" in *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. nr.9-10, 68-74.
- Beja, Helder (2010) "Essa China que ele sentiu" entrevista a Carlos Reis. Disponível em <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2010/10/22>
- Braga, Maria Ondina (1996) "A morta" e "A doida" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas*, 1545-1559.
- Brookshaw, David (2000) "Imperial Diasporas and the Search for Authenticity: the Macanese fiction of Henrique Senna Fernandes" in *Lusotopie* 2000, 271-282.
- Brookshaw, David (2006) Entrevista a David Brookshaw in *Plural Pluriel: Revue des cultures de langue portugaise*. Disponível em www.portugalpluriel.org
- Caniato, Benilde Justo (1997) "Literatura de Macau em Língua Portuguesa" in *Via Atlântica*, nr.1, 174-178.
- Castro, Ferreira de (1996). "A volta ao mundo" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas*, 991-1009.
- Conceição, Deolinda da (1996) "O calvário de Lin Fong", Sai long Cuai: 'Demónios do Ocidente', significando os Portugueses", "O romance de Sam Lei" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas*, 1339-1352.
- Espadinha, Maria Antónia (2010) "A Literatura Macaense em Língua Portuguesa: Rutura ou Continuidade?" Disponível em www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/sl06/01 23.10.2010
- Fernandes, Henrique Senna (1996) "Varapau-de-osso" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas*, 1439-1457.
- Ferreira, José dos Santos (1996) "História de Maria e Alferes João" e Macau, in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas*, 1401 -1418.
- Júnior, António Conceição (2011) "Deolinda Conceição: a mulher e a obra". Disponível em www.archives.com/deolindaconceicao/comunicacao1.asp
- Lages, Alexandra (2007) "Conceito de identidade macaense nas novas gerações"

Disponível em <http://taichungpou.blogspot.com/2007/10>
 Monteiro, George (2011).
 Disponível em <http://www.thefreelibrary.com/Auden+on+Macao.-a0185166824>.
 Morais, Venceslau de (1889, 1890) "A Outra Mamã" e "A Gruta de Camões" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesa*, 673-693
 Pires, Padre Benjamim Videira. (1996) poema "Macau", de 1950 in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesa*, 1367- 1398.
 Puga, Rogério Miguel (2010) disponível em www.revistamacau.com
 Queirós, Eça de (1996) "A Emigração como força criadora" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesa*, 646-658
 Rogers, Pat (2001) *The Oxford Illustrated History of English Literature*. Oxford: Oxford University Press.
 Vieira, Alice (1996) "As mãos de Lam Seng" e "Macau, da lenda à História" in *De Longe à China – Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesa*, 1601-1619.

2) ANA PAULA ANDRADE CONSTÂNCIA, CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES



ANA PAULA ANDRADE (1964) – Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano).

Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos.

Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano. Estudou três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade. Em 1989 realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana. Em 1990, participou num concerto na Universidade S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o concerto para piano em DóM de Mozart.

Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas ilhas do arquipélago. Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores. Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal "Quatro Oitavas" em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades. Em 2010 foi a pianista convidada dos colóquios para o XIII Colóquio Anual da Lusofonia em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde deu um concerto acompanhada da Orquestra (de cordas) da UDESC. Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional, desempenhando nos últimos 3 anos o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Música de Ponta Delgada.

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.

É A PIANISTA RESIDENTE DOS COLÓQUIOS.

É SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA-GERAL DA AICL.

INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.

REALIZARÁ UM RECITAL DE PIANO ACOMPANHADA POR RAQUEL MACHADO



inúmeros artigos de revistas, participações em congressos nacionais e internacionais, conferências, etc..

Foi membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (dos Colóquios da Lusofonia e da Câmara Municipal de Bragança) em 2010.

É diretora da revista ECOS.

Além de numerosos artigos de investigação sobre temas de língua e cultura em revistas e jornais, de manuais para o ensino da Língua Portuguesa para os 2º e 3º ciclos, é autora de um razoável número de livros de literatura infantojuvenil:

- História de um rio contada por um castanheiro (Porto Ed., 1986);
- Era um azul tão verde... (Porto Ed., 1993);
- *O tesouro da moura* (Porto Ed., 1994);
- *D. Bruxa Gorducha* (Porto Editora, 1995 e Gailivro, 2006);
- *O último período* (Âmbar, 2002);
- *Um sonho à procura de uma bailarina* (Âmbar, 2002)
- *Parabéns, caloirá!* (Âmbar, 2003);
- *Quando nos matam os sonhos* (Âmbar, 2005);
- *O Tesouro do Castelo do Rei* (Âmbar, 2006);
- *Foz Coa: entre céu e rio* (Gailivro, 2007);
- *Traz os olhos cheios de palavras* (Âmbar, 2007);
- *A vida pela metade* (Gailivro, 2007);
- *O cavalo negro* (Câmara M. de Gaia, 2008);
- *As férias do caracol* (Novagaia, 2009), entre outros em coautoria.
- *Aquela palavra mar*, (ed. Calendário de Letras 2010)
- *Irá apresentar novo livro no colóquio em Macau*

3) ANABELA MIMOSO, CEI – EF, ULHT, UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO, PORTUGAL



ANABELA DE BRITO FREITAS (MIMOSO) é licenciada em História, mestre e doutora em Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é investigadora na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Lisboa). Tem uma vasta obra escrita que vai desde a literatura infantojuvenil (obras como: *D. Bruxa Gorducha*, *Foz Coa –entre céu e rio*; *As férias do caracol*; *Aquela palavra mar...*), à literatura tradicional (*Contos tradicionais do povo açoriano de Teófilo Braga*: introdução, seleção e notas) e a estudos sobre a Geração de 70 (*S. Cristóvão de Eça de Queirós* – introdução), além de

TEMA 1.1. AUTORES LUSÓFONOS (MACAU) ESQUECIDOS RODRIGO LEAL DE CARVALHO: ENTRE OS AÇORES E MACAU, ANABELA MIMOSO, UNIVERSIDADE LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO PORTUGAL



É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.
É VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-GERAL DA AICL.
INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011



TEMA: 1. HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO:

Nascido em 1932, nos Açores, Rodrigo Leal de Carvalho viveu quase 40 anos (até 1999) em Macau, desempenhando aí funções de delegado do procurador da República. Foi em Macau que escreveu os seus oito romances (*Requiem para Irina Ostrakoff* -1993; *Os Construtores do Império* – 1994; *A IV Cruzada* – 1996; *Ao Serviço de Sua Majestade* - 1996; *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres* – 1999; *A Mãe* – 2000; *O Romance de Yolanda* – 2005; *As Rosas Brancas de Surrey* – 2007), que revelam ambientes e personagens macaenses.

Pretende-se, através da leitura destes romances perceber como Rodrigo Leal de Carvalho entendeu a mulher nesta cultura: relações sociais, conflitos, adaptações, estilos de vida...

1. Introdução

A obra de Rodrigo Leal de Carvalho não sendo muito vasta, é sobretudo muito rica em problemáticas e temas. Dado que não podemos aprofundar todos eles (esperamos fazê-lo em outra(s) ocasião(ões)), optamos por centrar a nossa atenção no tratamento da figura feminina. Mas, e porque mesmo assim a fonte era quase inesgotável, tivemos de restringir a nossa análise a um determinado grupo de mulheres. Pela sua importância na obra, impunha-se que fosse a mulher oriental. Ora, como a mulher oriental, especialmente a chinesa, foi também a companheira eleita pelos portugueses da metrópole (reinóis) para com elas se unirem, dando assim origem à sociedade macaense cujos elementos femininos conservam a graça, a delicadeza, o bom trato das suas mães, serão também as macaenses alvo da nossa análise. Esta vocação do português para a miscigenação é um dos mitos da nossa História que encontra na beleza, na sensualidade e na feminilidade da mulher asiática a sua justificação plena.

2. A Vida de Rodrigo Leal de Carvalho

Rodrigo Leal de Carvalho nasceu em 1932 nos Açores, na Praia da Vitória, ilha Terceira. Foi delegado do procurador da República na ilha do Pico, em S. Tomé e Príncipe e depois pediu a transferência para Macau, onde foi recebido por Henrique Senna Fernandes, então substituto nomeado e em exercício nesse cargo. Foi juiz de direito em Macau e Luanda; ajudante do procurador da República e depois procurador da República em Lourenço Marques; desembargador do tribunal da relação e juiz do tribunal administrativo de Lourenço Marques; diretor do gabinete de assuntos jurídicos do Ministério da Coordenação interterritorial; procurador da República e depois procurador-geral adjunto em Macau; presidente do Tribunal de Contas de Macau; juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, já na situação de jubilado.

Viveu em Macau entre 1959 e 1999 (com pequenos interregnos). A sua atração por Macau está bem patente na frase que profere, aquando do *in memoriam* de Senna Fernandes: «*Macau, a minha pátria de adoção*», ou como dirá em *Os Construtores do Império*: «desde a primeira hora, filho adotivo de Macau» (p. 223). A sua devoção a este pequeno território foi reconhecida em 1998, quando recebeu a medalha de ouro do Governo de Macau. Em 1999, pouco antes da transferência de soberania, deixou Macau para nunca mais lá voltar.

Pelo tempo que viveu no Extremo Oriente, pode dizer-se que o seu orientalismo se pode comparar ao de outros autores, como Wenceslau de Moraes, para quem, segundo Machado «*ele correspondeu, como correspondera para Fernão Mendes Pinto, a uma funda experiência pessoal*» (1982: 82). No entanto, podemos dizer que R.L.C. foi bem mais além do «*impressionismo jornalístico*» de Wenceslau, como lhe chamou Machado (*id.*: 83), conforme verificaremos.

3. A Obra

Todos os oito romances de Rodrigo Leal de Carvalho revelam ambientes e personagens macaenses: *Requiem para Irina Ostrakoff*-1993; *Os Construtores do Império*

– 1994; *A IV Cruzada* – 1996; *Ao Serviço de Sua Majestade* - 1996; *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres* – 1999; *A Mãe* – 2000; *O Romance de Yolanda* – 2005.

O autor publicaria ainda, em 2007, uma outra obra (esperemos que não seja a última, como nos garantiu), *As Rosas Brancas de Surrey*, enquadrada na iniciativa editorial do diário macaense *Ponto Final*, “*Cinco anos – cinco livros*”, lançada em 2004, em colaboração com a Editora Livros do Oriente (editora de Rodrigo Leal de Carvalho, dirigida pelo Dr. Beltrão Coelho). Consistia na publicação semanal de capítulos de cinco obras inéditas de temática macaense de cinco autores portugueses e que seriam editadas pela Livros de Oriente na íntegra, depois de publicadas em folheto. Estes textos foram também disponibilizados na Internet.

Curiosamente, foi o *Requiem*, a primeira obra, a que teve maior sucesso, muito embora, não nos pareça a mais brilhante do autor que explica assim este êxito: «*Talvez o elemento surpresa tenha alguma coisa a ver com isso, pois eu era conhecido em Macau havia cerca de 40 anos como magistrado, discreto, pouco amigo de dar nas vistas, até um tanto apagado. De repente, surjo, aos 60 anos, com um romance. E, ainda por cima, com tema familiar ao leitor de Macau e, segundo convicção que se criou, retratando gente conhecida!* O livro teve um êxito considerável, proporcional ao reduzido mercado de Macau...» (entrevista ao *Expresso*; sublinhado nosso). Este êxito significou a sua tradução para chinês, por iniciativa do Instituto Português do Oriente, que lhe atribuíra também o prémio Camilo Pessanha de 1992, bem como a publicação de uma segunda edição. Segundo Ana Paula Laborinho, não será ao elemento surpresa que se deveu este sucesso, pois, «*embora nele apareçam alguns caminhos perdidos, soluções mal encontradas de escrita, desconcertos – a história é poderosa*» (1992, sublinhado nosso).

Poderosa é também a história do seu segundo livro, *Os Construtores do Império*, que o próprio autor considera o livro «mais conseguido» (entrevista ao *Expresso*). Mas aqui a história, habilmente tecida, é servida por uma técnica narrativa amplamente baseada na ironia que o autor serve com gosto. Aliás, esta ideia de Império é a base, a coluna vertebral, de outros livros, nomeadamente do terceiro – *A IV Cruzada* – que versa uma outra faceta de construtor do Império: a eliminação do crime organizado em Macau.

Curiosamente, agora é o próprio narrador/autor que assume o seu papel de construtor do Império. Esta intervenção de um “eu” na narrativa que a torna altamente credível, os conhecimentos prévios do leitor sobre as tríades, o recurso a personagens de outras narrativas (ex.: “Mae West”) contribuem ainda mais para criar essa convicção de que se retrata na obra factos e gente real, “gente conhecida”. O contacto direto que o autor teve em Macau com as gentes deste submundo propriamente chinês, ter-lhe-á despertado essa mesma curiosidade, essa «*vontade de descoberta, mais: uma paixão da descoberta, paixão paralela à experiência*», em tudo semelhante àquela que Álvaro Manuel Machado encontrou nos escritos de viagem do Humanismo português (1983: 19).

Construtor de impérios é também o Conde de Barca d'Alva (*O Senhor Conde e as suas três mulheres*) e Mr. Blackfoot, protagonista da obra que, embora intitulando-se *As Rosas Brancas de Surrey*, também nos relata a vida do construtor de um outro Império, desta feita o britânico. Construtores do império britânico são também várias das personagens de *Ao Serviço de Sua Majestade*, obra cujo subtítulo (Uma história de amor), bem podia ser mudado para “os construtores do império britânico”, possibilidade que o próprio narrador certamente não desdenharia (não fosse já ter emprestado esse título a outra obra), pois ele próprio retrata McGuire, efetivamente, como um “*construtor do Império*” (p. 53).

Muito embora R.L.C. não escreva para dar corpo a um mito, não é para admirar que sejam postos em paralelo os dois Impérios – o português e o britânico – já que em Macau, devido à proximidade com Hong Kong, ambas as administrações se cruzam e entrelaçam. Do confronto entre as duas formas de colonização sobressai a bondade da colonização portuguesa, realizada através da aceitação do Outro, sobretudo quando o Outro é a Outra.

Não são só os enredos que se cruzam na obra do nosso autor, também as personagens perpassam de uns para outros livros, algumas delas com existência real, porque vários destes livros são efetivamente baseados em histórias reais, pois a especificidade da sua profissão colocava-o numa posição privilegiada para conhecer muitos dramas vividos nesse longínquo pedaço do “Império”. É o próprio autor a admiti-lo em entrevista ao Jornal Tribuna de Macau:

«- *Quase todas as suas histórias têm uma fundamentação real...*

- ...Ou foram inspiradas em acontecimentos reais que conheci. Simplesmente a vida real só raramente nos aparece como uma história ordenada. Por outro lado, os casos de que tomei conhecimento vinham lacunosos, cheios de “*loose ends*”. Ora, o que eu pretendia não era fazer crónicas mas ficção, com toda a liberdade que assiste ao ficcionista. Daí que a realidade conhecida tivesse sido manipulada à medida do necessário ou conveniente ao interesse romanesco da história. Naturalmente que os factos reais tiveram intérpretes reais mas as personagens das histórias de ficção são, naturalmente também, personalidades fictícias. Ainda que possam ser inspiradas em gente de carne e osso, ainda viva ou falecida, são de tal modo deformadas pela liberdade do romancista que caem no domínio da pura imaginação. As minhas são, pois, imaginárias e não pretendem retratar seja quem for. Em qualquer caso, não deixaria de parafrasear a injunção do grande Eça a Bulhão Pato que se vira retratado no João da Ega: «*Meus senhores, queiram sair das minhas personagens!*» - (nº 3287 - nova série).

Logo o primeiro romance (*Requiem para Irina Ostrakoff*) parte de um facto real. O autor conta-o assim:

«*Em 1960 ou 61, faleceu subitamente em Macau, no Consulado Geral Britânico e na altura do cocktail (nem por isso muito bem servido) pelo aniversário da rainha, uma senhora, russa de nascimento, que não deixava herdeiros conhecidos em Macau. De acordo com a legislação então vigente, o tribunal da Comarca procedeu ao arrolamento do seu espólio. Foi desta forma que tomei conhecimento dos traços gerais da sua história que, pelo inusitado e romanesco, se revestia de grande conteúdo dramático. Logo nessa altura se me suscitou o interesse em a relatar. Circunstâncias profissionais impediram-me de imediatamente o realizar e só muito mais tarde – primeiro em Moçambique e em Portugal, numas férias judiciais de verão, o passei ao papel*» - *Jornal Tribuna de Macau*, nº 3287 (nova série).

Ou como dirá com mais pormenores, numa outra entrevista:

«*A minha primeira comissão em Macau (1959/63) revelou-se decisiva. Fiquei “marcado” pela terra e pelas suas gentes. Foi nessa altura que tomei contacto com o drama de Irina — que na vida real teve outro nome — e formei o desígnio de um dia o contar. Chegou tarde. Só quando, passados mais de dez anos, já então juiz-desembargador na Relação de Lourenço Marques, pude gozar de verdadeiras férias, retomei o projeto e, em poucos dias, escrevi um pequeno esboço da história. Esse papel foi para o fundo de uma qualquer gaveta e cá ficou de novo esquecido por mais de 20 anos. Em meados da década de 80, a atividade editorial em Macau despertou e isso lembrou-me o rascunho. Consegu*

descobri-lo e retomei-o. O êxito do livro levou-me a lembrar outras histórias de Macau». Expresso.

De resto, nos paratextos da própria obra se pode confirmar os anteriores depoimentos. Em “Duas palavras em jeito de prefácio” pode ler-se: «*Quantas histórias saborosas a relatar... Ouvei algumas delas: por razões de profissão tive mesmo de contactar com protagonistas de outras*» (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 6). E mais à frente refere mesmo que, a partir «*de factos que eu, pessoalmente, verifiquei ou que pessoas de boa fidedignidade me contaram parti para compor uma história plausível, saborosa, divertida ou tocante*» (p. 7).

Por isso mesmo, Ana Paula Laborinho terá dito a propósito de *Irina Ostrakoff*: «*À primeira leitura apresenta-nos uma história de escrita realista, reconstituição mais ou menos fiel de tempos e espaços. E o mérito não seria pouco: através de Irina e subsidiariamente de Igor, apareceriam recortados fabulosos e contundentes períodos e lugares que constituem as memórias mais traumáticas da nossa História recente: da Rússia czarista, ao Paris do fim da belle époque, à cosmopolita Xangai, ao fim do mundo de Macau*» - (1993: 58)

Foi precisamente o que aconteceu em relação a *A Mãe*. Os factos que deram vida a esta obra foram relatados ao autor por interposta pessoa: «*Quando uma amiga de Macau me contou um episódio ali ocorrido logo após a guerra do Pacífico, apercebi-me do seu potencial dramático e, imediatamente, o título que me ocorreu foi o de A Mãe*» (Entrevista ao *Expresso*). Esta circunstância já tinha, aliás, sido assinalada também no seu *incipit*, onde se lê que, sendo uma obra de ficção, foi «*inspirada embora numa ocorrência verídica em Macau, no pós-guerra do Pacífico, e contada por Gabi Andrade Borges*» (p.5) e é ela também uma história de imigração de russos brancos.

No entanto, em relação a *O Senhor Conde e as suas três mulheres* e a *O Romance de Yolanda* o autor adverte nos respetivos *incipit* para o facto de as situações e as personagens serem imaginários. Contudo, para o leitor, e uma vez que nestas obras as personagens se entrecruzam com personagens de obras anteriores, mas mantendo as suas características, elas são percebidas como reais, tal a força e a coerência que mantêm.

Este facto também acontece nas outras obras (e é, algumas vezes referenciado pelo próprio autor em notas de rodapé), pelo que muitas das personagens extravasam de umas para outras obras. Os Penha, os Senna-Fernandes, os Guterres, são figuras transversais a várias obras e todos aparentados entre si na restrita sociedade macaense.

Logo na sua segunda obra, figura Tarcísio Guterres, cônsul honorário da Islândia, que tivera um papel importante na primeira obra, aparece, na festa do Skylight, a pensar em Irina que ali cantara (p. 70). Volta a ser referido em *O Romance de Yolanda*, tal como a sua primeira mulher, D. Mafalda. Também aí aparece Big Bertha, a prostituta tornada quiromante, ex-companheira de profissão de Mui Mui e estará também em *A IV Cruzada*. D. Beta, figura importante em *Os Construtores do Império*, figura também em *O senhor Conde*. O cadete inglês McGuire e Detty, figuras centrais de *Ao serviço de sua majestade* estão novamente presentes em *Senhor Conde*. Por exemplo, os Penha-Nantes (O Comodoro e *nhonha Patri*), figuras centrais em *O Senhor Conde*, voltam a figurar em *O Romance de Yolanda* (p.15). Até o costureiro chinês, Cara-de-Gato, veste personagens em várias obras (*O Senhor Conde*, *O Romance de Yolanda*). O Padre Percival, o anjo da guarda dos imigrantes, apesar de apreciador de uísque e raparigas, atravessa vários romances. Mr. Blackfoot e o cadete McGuire (*As Rosas Brancas de Surrey*) irão também figurar em *Ao Serviço de Sua majestade*, sendo McGuire, desta feita, o herói. A vida dos Ostrakoff (*Requiem para Irina Ostrakoff*) cruza-se ainda com a dos Yacovitch em *A Mãe*. E estes são apenas alguns dos muitos exemplos que poderíamos apontar. Ora, é nesta permanência, nesta insistência, que cabe a “certeza” da “existência palpável” destas personagens, “certeza”, reiterada ainda quando o narrador faz sentir a sua presença, o que acontece em algumas das obras.

Esta coerência contribui para criar uma sociedade verosímil, bem localizada no espaço e no tempo (a Revolução russa, a II Guerra, anos 50...). Porém, ao manter a presença das mesmas famílias macaenses (obviamente respeitando a passagem temporal) gera-se no leitor a expectativa, a ilusão de que pode ir a Macau e aí deparar com o Conde de Barca d'Alva, com o P.e Percival e de que pode ir comer jarga de ovos nos Starches & Scones. Através deste jogo de realidade/ ficção consegue-se criar, mais do que verosimilhança, a

ilusão de realidade, de um mundo nosso conhecido, ao alcance da nossa mão, facto que é acentuado pela presença de personagens verdadeiramente reais e sobejamente conhecidas, como o Sr. Stanley Ho, «*que ainda não era Sir, mas ansiava sê-lo*» (*Yolanda*: 54) ou como o Dr. Senna-Fernandes (*O Senhor Conde*: 488).

Como vimos, podemos dizer, de um modo geral, que a construção do império, aliada ao cruzamento (possível ou não) dos povos, leia-se miscigenação e imigração, são as temáticas abordadas por Rodrigo Leal de Carvalho.

Que pretende o autor com a sua obra? No prefácio de *Irina*, o autor refere, com uma certa modéstia, que a obra

«*não contém qualquer tese nem pretende transmitir, de forma declarada ou encoberta, qualquer mensagem... Mas se, por ventura, quiserem nelas ver alguma intenção de crítica a uma sociedade em vias de extinção... ou um apelo pela situação dolorosa dos refugiados... be my guest*» (p. 7).

Ora, mesmo sem assumir essa pretensão, o autor consegue traçar um quadro poderoso de Macau, cadinho de povos e culturas, exemplo de miscigenação e liberdade num Oriente exótico, sedutor, mas problemático. Se o autor admite na sua escrita eventuais influências da literatura anglo-saxónica (em entrevista a José Pedro Castanheira, no *Expresso*), a verdade é que ela tem um carácter marcadamente macaense pela temática abordada, medianamente insular-açoriana pela vocação das suas personagens para a emigração e para a construção de impérios, vincadamente português pela ironia recorrente, mas manifestamente universal pela profundidade de análise das personagens (a que não é indiferente a sua passagem de um para outro livro, possibilitando o acrescentamento de pormenores, o vê-las sobre outro ângulo ou apenas o reforço das características já apontadas na primeira vez que apareceram), pela riqueza, pela seriedade e pela perenidade das problemáticas tratadas.

4. Macau

Em conformidade com o princípio «um país, dois sistemas», consignado no art. 31 da Constituição da RPC, Macau foi considerada Região Administrativa Especial da República

Popular da China, retomando a China o exercício da soberania sobre Macau em 20 de dezembro de 1999. No entanto, Macau foi durante mais de 450 anos ponto de encontro da cultura oriental e da ocidental, de salutar convívio e enriquecimento mútuo, onde as duas culturas predominantes - a portuguesa e a chinesa -, se encontraram. As relações óbvias e pacíficas entre os dois povos criavam uma situação excecional que o autor explica assim: «nas teias das leis e do relacionamento das comunidades de Macau, os chineses não eram bem estrangeiros, eram... eram... eram chineses» (*O Romance de Yolanda*: 60). A frase é bem eloquente.

Macau, cidade cosmopolita, ponto de encontro de desvairadas gentes, foi também «*sempre um porto de abrigo para os fugidos às guerras, à miséria, à fome. E aos problemas políticos também. No passado recente abrigou russos brancos, chineses, indonésios, vietnamitas, filipinos e até portugueses perseguidos pelos credores ou por mulheres ciumentas. E alguns, poucos, pelas ideias políticas*» (Entrevista ao *Expresso*). Este aspeto já tinha sido denunciado em *Os Construtores do Império*, para uma época bem determinada: «*As autoridades da China Continental tinham permitido a fuga de mendigos, narcodependentes – pakfanistas, como o macaense mais cruamente os batizara – vagabundos, tuberculosos, deficientes físicos ou mentais; em suma, os improdutivos*» (p. 54) que, sem outra porta que se lhes abrisse, aportavam a Macau.

Acolhidos num território tolerante que permitia uma saudável relação entre os povos, deram azo à formação de uma *half-caste* de portugueses ambientados – os macaenses. Não admira, portanto, que o autor aí encontrasse suficiente matéria ficcional:

«*Arribado na década de cinquenta à então província ultramarina de Macau, fui de imediato conquistado pela cidade, pela sua maneira de viver e, principalmente pela sua gente. Fadado (ou condenado), pela sorte ou pela geopolítica, a cadinho de culturas e etnias, o minúsculo enclave acabou por ser um porto de abrigo para gente de mundos vários que aqui vieram parar por desvairadas razões: espírito de aventura e ambição pelo lucro fácil, refúgio às convulsões político-sociais da região e à loucura de uma guerra que lançara o mundo em fogo, evasão a problemas sociais ou familiares ou inútil fuga aos demónios próprios de cada um*» (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 5).

«*Encravado como um grão de arroz*», ou «*como um espinho*» - *O Senhor Conde*: 144) na China, o «*minúsculo rincão português*», tão pequeno que, «*Quando a China espirra,*

Macau treme» (p. 59), revelou-se local importante nas relações do Ocidente com o Oriente em variadas ocasiões.

No entanto, esta sociedade miscigenada possuía uma identidade própria que era vital para a sua sobrevivência. A construção desta identidade fora *«instalada, desde sempre, na educação das classes superiores da sociedade macaense, como processo de autonomização à imensa mole demográfica circundante que, pela simples força dos números, os ameaçava submergir»* (*Ao Serviço de Sua Majestade: 377*). A compreensão, a aceitação do Outro passou assim pela incorporação de algumas das suas características na cultura do Mesmo, aquelas que, num dado momento, mais necessárias eram para a sua coesão e mesmo para a sua sobrevivência.

Aliás, essa miscigenação instituiu-se na obra como um fenómeno tipicamente português, pois a administração britânica de Hong Kong *«reprovava terminantemente as ligações dos seus homens com mulheres asiáticas»* (id. p. 26), ainda que tivessem sangue e nacionalidade portugueses. Diga-se de passagem que é notório na obra o desprezo dos ingleses pelos portugueses não só por parte das autoridades inglesas, mas também pelos próprios súbditos de sua majestade, como Lady Agatha Allenby, mãe de McGuire, que até sentia *«suspeita e desprezo pela validade das distinções e títulos portugueses nobiliárquicos ou militares»* (ib: 72). Por isso, lamentava amargamente o gosto do filho que queria casar com uma “*half-caste*” e, por conseguinte, viria a ter filhos mulatos, confusão de etnia, já que sua senhoria entendia que *«para além da Mancha, eram todos mais ou menos a mesma coisa»* (p. 75) e anunciou ao marido que o filho iria *«casar com uma preta»* (p. 105) e que quando lhe fazem notar que era com uma macaense e não com uma preta, ela responde *«é a mesma coisa»* (p.106). Se bem que, segundo a lógica do marido, bem mais tolerante, não fosse bem a mesma coisa, uma vez que, se Macau ficava na China, isso queria dizer que ela era chinesa, o que *«sempre é melhor que uma preta»* (p. 106). A ligação com qualquer pessoa que não fosse anglo-saxónica significava sempre *«o desprestígio para a Administração Colonial e até para o Governo e, daí, para a Coroa»* (p. 108). O Governo de sua majestade tudo fazia (embora sub-repticiamente) para desencorajar os casamentos mistos. Quando aconteciam, além de implicarem a perda do

cargo público, era uma vergonha para a sociedade que ostracizava o casal (p. 253), o que era visível em todas as classes sociais (p. 304).

As explicações para esta política são dadas pelo superior hierárquico de McGuire:

«as recomendações de Londres são no sentido de não encorajar a confraternização com os locais porque prejudica os estudos... Além de que a familiaridade excessiva gera o desprestígio da raça e compromete o perfil de autoridade que os cadetes, como futuros oficiais públicos, representantes do Rei e da Pátria, devem manter!» (*As Rosas Brancas de Surrey: 181*). Assim a política seguida, *«embora jamais expressa em regulamento – era a de não permitir o casamento dos Colonial Service officers com nativas, mesmo incluindo as mestiças de raça oriental»* (p. 186).

Esta proibição é também visível em *As Rosas Brancas do Surrey*, onde se diz taxativamente que *«Londres não vê com bons olhos os britânicos com famílias nativas»* (p. 68). Curioso é o facto de o protagonista, Mr. Blackfoot, inglês sim, mas filho de um mineiro, pobre ainda por cima, aspirasse a ser *gentleman*, *«-Se é que havia gentlemen de outras nacionalidades»* (p. 99), considerava ele. E nem mesmo no Oriente as diferenças étnicas se esbatiam, já que Blackfoot temia a sua ligação com uma nativa, pois

«deixaria de ser recebido em qualquer clube britânico de Singapura ou mesmo de outras nacionalidades e só lhe restaria mesmo, o acesso à sociedade nativa ou, quando muito, ao Club Lusitano porque os sócios, já de si miscigenados, não estranhavam a união entre europeus e indígenas» (p.118).

O seu desdém pelos *half-caste* leva-o a comentar em relação a Winslow: *«És mestiço! Não enganas ninguém...»* (p. 147) e mais adiante haveria de o insultar, acusando-o mesmo de macaquear um *gentleman* inglês (p. 150). Obviamente que a não-aceitação do Outro por parte da administração inglesa e dos súbditos de “sua majestade”, reflexo provável do medo da perda de autoridade sobre ele, serve bem de contraste com a política colonial que o autor entende ser a reinante em Macau.

Curiosamente esta bondade da miscigenação de portugueses e chinesas não funciona quando se trata de chineses, conforme parecem revelar os preconceitos étnicos do Sr. Lau *«chinês puro, da etnia Han, sem gota de sangue estrangeiro»*, uma vez que esta personagem

«nutria um dissimulado desdém pelos de sangue mestiço, como Lito, filha de uma chinesa violada por um brutamonte de Cabrelas do Alentejo – assim o imaginava o Sr. Lau por não admitir que uma compatriota se pudesse encantar pelo urso do Pedrosa – ou

Yolanda produto também de uma miscigenação tão complexa que ninguém sabia destrinçar» (O Romance de Yolanda: 90).

Falava de barriga e de boca cheia, pois o seu dinheiro permitia-lhe a independência no país do Outro (que, desta feita, somos “nós”, logo, é o Mesmo), permitia-lhe, inclusive, uma certa superioridade que, sendo económica, ele entendia como total. Diga-se, porém, em abono da verdade, que a miscigenação só parece ser bem aceite se se der em Macau. Fora deste contexto, ela levanta problemas, embora não prejudiquem a sua consumação: é o que parece acontecer em *Os Construtores do Império*: Maria Mafalda, açoriana branca e loira, estava em vias de casar com Tarcísio, moreno macaense de olhos amendoados. Ora, esta ligação afetava a família de Mafalda, embora não a ponto de impedir o enlace. Ao contrário, a própria o considerava Tarcísio um galã. Também em *Ao Serviço de Sua Majestade*, nos Estados Unidos onde viviam, na eminência de ver Detty casada com um chinês, Maggie, sua parente, propôs-se intervir, refugiando-se na desculpa de que Detty nunca seria aceite pela família dele, tradicional e muito fechada, e fazia-o «*um pouco inconscientemente, ignorando os seus próprios preconceitos, radicados na infância de macaense da primeira sociedade onde, mesmo só quanto aos homens, se admitiam as mal secretas aventuras e ligações ilícitas com chinesas, mas nunca os casamentos na igreja*» (p. 384).

Paradigmática é Leonor, de *As Rosas Brancas de Surrey*, que bem pode ser a representante da integração e da miscigenação:

«tão nova e dotada de tamanha compreensão, produto de uma tolerante civilização que soubera absorver e adaptar-se a tantas etnias e costumes de tão desvairadas latitudes e longitudes que aceitava, sem receio nem reboço, a miscigenação a até adotava os estranhos costumes das populações nativas» (p. 271).

Este convívio interracial tinha reflexos na moral e nos valores da comunidade:

«A moral social local, quer da comunidade macaense quer ainda mais da chinesa, consentia essa liberal sofisticação de costumes, manifestação viva da interpenetração dos valores culturais da região...» (O Senhor Conde: 396),

mas também fruto da emigração de lindas mulheres, que confundiam os olhares dos latinos, sobretudo as de Xangai.

Assim, alguns dos costumes orientais eram bem sedutores para os machos lusos, que lamentavam apenas o facto de as «*sucessivas Administrações Portuguesas não terem sabido aproveitar a lição de quatrocentos anos de contacto com a milenária cultura chinesa, mais antiga, mais sábia, mais realista, que admitia, na harmoniosa estrutura familiar e sob o austero império da Primeira Esposa, um número indeterminado de concubinas e até “bichas”, solução muito cómoda e prática*» (*Os construtores do Império*: 137), diz o autor com não-disfarçada ironia.

Várias vezes é salientada esta “liberalidade” da cultura oriental:

«A interpenetração dos valores culturais das múltiplas comunidades locais, a flexibilidade dos códigos morais ou sociais do Oriente, a influência no meio macaísta dos usos e costumes chineses que instituíra na Colónia o concubinato com o reconhecimento social e legal, o contacto frequente com a sexualidade liberal dos aventureiros de outros mundos e etnias... o temperamento fácil das gentes do Sueste Asiático, as noites quentes e sensuais dos Trópicos... tinham adoçado a rigidez de fachada vitoriana e marialva, da moral sexual de importação lusíada e conferido à sociedade macaísta uma tolerância e sofisticação que comportava... a admissibilidade de pequenas infrações sexuais, aventuras pré-maritais com ou sem sequência matrimonial, recatados adultérios» (O Senhor Conde: 214).

A queda inevitável pelas belezas asiáticas, bem como a flexibilidade dos costumes sexuais funcionam assim como forte motivação para a aceitação de alguns dos costumes do Outro.

5. A mulher

Nesta panorâmica, não admira, portanto, que a mulher tenha um lugar privilegiado na obra de R.L.C. Aliás, as personagens femininas são personagens poderosas na obra do autor e, se bem que esta galeria seja muito grande e abranja mulheres de várias nacionalidades, incluindo ocidentais (entre as quais as portuguesas), são as mulheres orientais, de uma maneira geral, as que mais interesse despertam ao autor. Por isso, são essas que aqui nos merecem algumas palavras de reflexão. Por orientais entenda-se, especialmente as de origem chinesa e destas, talvez as de Xangai, sejam as mais louvadas devido à brancura da sua pele (*O Senhor Conde*: 278).

A verdade é que a atração pela mulher oriental não é específica de Macau. A sexualidade desenfreada do Dr. Saraiva, o seu gosto por asiáticas ou apenas mestiças, já se manifestara na Beira (Moçambique), onde ele tivera a sua primeira aventura com uma indiana (era uma cliente), bela, sem dúvida, de

«*pele mate e olhos de corça, aveludados e medrosos (...) de sari colorido que se colava às formas arredondadas e lhe deixava a descoberto uma mão-travessa de estômago cor de chocolate, claro*» (*Os Construtores do Império*: 18).

Mas, seria mais tarde, então sim, em Macau, no *Paramount*, restaurante e *night club*, que tivera a grata surpresa de encontrar alguns casais mistos - ele ocidental, ela oriental – surpreendendo-se com o facto de a mulher ser sempre «*nova, esguia, bem torneada, na sua cabaia muito justa e brilhante, colarinho duro e alto, e grandes aberturas laterais até meia-coxa*» (p. 52). Afinal, outros homens como ele sentiam o mesmo fascínio por aquelas mulheres. É que, elas dançavam bem, estavam perfumadas, tinham «*peles perfeitas e corpos esculturais, de feições enigmáticas, escondendo sabe-se lá que emoções ou sentimentos*» (p. 53)... Várias vezes, ao longo deste livro e dos outros, é ressaltada a beleza serena e um tanto enigmática da mulher oriental, a sua sensualidade e a suavidade da pele: «*as senhoras chinesas tinham uma complexion de pétala de rosa*» (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 602), característica que as macaenses herdariam.

O manifesto desprezo pelo Outro e o prazer próprio levava a que a mulher oriental servisse mais para refrear a concupiscência do homem ocidental (não só a dos portugueses) do que para os sagrados laços do casamento, sobretudo em relação aos não portugueses. É assim que Mr. Grossmit não hesita em aconselhar Blackfoot a nunca se envolver com uma mulher oriental. «*Nem mesmo com uma mestiça. Isso seria o fim da sua carreira. Se precisar de mulher, procure uma por aí, pague e bye-bye*» (*As Rosas Brancas do Surrey*: 59), pelo que não admira que, fruto das sucessivas ondas de imigração em massa e, para seu mal, fruto da sua beleza, muitas figurarem na obra como prostitutas (*taxi-girls*). *Taxi-girl*, de agradável presença, alegre e capitosa, oriunda de Xangai, era a célebre (na obra) Mae West (não a atriz hollywoodesca, obviamente), que fazia as delícias dos clientes do Café de Paris, gerido por Igor Ostrakoff. A prostituição terá sido o destino não apenas de orientais, mas também de ocidentais, no fundo será a história de

sobrevivência de muitas mulheres arribadas em anos conturbados, como conta a história pungente da mãe russa (*A Mãe*) que é obrigada a vender a orientais ricos a virgindade das filhas.

Algumas, as mais belas, as mais afortunadas, as que encontraram macaenses ou reinóis poderão ser amantes destes (se já casados) ou ascender à categoria de esposas, se solteiros ou viúvos. Por exemplo, Annie Chan, refugiada de Xangai, primeiro aparece como amante de Tarcísio Guterres, ainda em vida da mulher Mafalda, depois acaba por casar com ele, tornando-se assim consulesa. Também Nancy (em *O Senhor Conde*), bela, de «*pele clara de marfim novo*», era amante do gerente do Banco Nacional Ultramarino, o que se devia ao facto de ser proveniente de Xangai (e «*era sempre de Xangai que vinham as melhores*» - p.253 -, por serem brancas, como vimos).

Claro que também aparecem muitas asiáticas como empregadas de restaurantes ou bares, cozinheiras domésticas ou em restaurantes, camareiras. Muitas são bem industriosas. Em *O Senhor Conde*, Siu-Fá, recolhida pelas irmãs Abranches, de «*belo cabelo liso, a cair-lhe pelas costas como numa pequena cascata negra e brilhante*», tem uma sexualidade bem atrevida que a autoriza a sonhar com o amor de algum reinol, a partir com o conde, a trair a sua protetora e a casar com ele (p.278). Com 23 anos tinha uma ideia bem clara do que queria da vida, uma vez que «*não estava disposta a casar com qualquer um que fizesse dela sua criada, a enchesse de filhos e depois arranjasse outras mais novas, como faziam os chinas... E os portugueses também!*» (*O Senhor Conde*: 279). Viria a ser herdeira do império económico da primeira esposa do conde, tendo-se vindo a revelar uma ótima administradora.

Também não faltam casos de algumas destas raparigas a quem lhes interessa o casamento com um português para obter a nacionalidade portuguesa. Assim, Mui Mui (*Os Construtores do Império*), ex *taxi-girl*, casou com um macaense, mas nunca amou o tirânico marido, embora tenha sentido verdadeira ternura pela sogra que a entendia bem. Não será para admirar que o homem português não fosse visto por ela com muitos bons olhos, e que ela passasse «*a demonstrar certa relutância em ligações com portugueses macaenses ou metropolitanos*». Desta maneira, passou a preferir os seus coétnicos

menos exigentes e mais realistas (p. 237). O que quer dizer que se a mulher asiática ou macaense é escolhida para vir a ser boa esposa e boa amante, o mesmo não se poderá dizer do homem macaense.

Fruto da sensualidade, da beleza destas mulheres orientais ou fruto do interesse dessas belas mulheres, ou ainda de um outro atributo não menos interessante - «a resignação ancestral da mulher oriental, habituada à natureza traiçoeira dos homens em geral e dos europeus em particular» (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 323) - fizeram-se muitos casamentos com reinóis, donde provieram os macaenses. A longa ausência dos colonos, a solidão, o clima e a beleza da mulher asiática incitam à sua procura, garantindo uma provisão razoável de mestiças (*half-caste*), belas, de «olhos negros, vivazes e tentadores» (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 28), sedutoras devido «à suavidade do sotaque» ou ao «calor do temperamento» (p. 29). Estas macaenses acabaram por assumir lugar de destaque na sociedade local. Em *Os Construtores do Império*, Maria Barros é a mulher do delegado de saúde, «baixinha e esguia, com poucos traços orientais e grandes olhos castanhos, só ligeiramente amendoados, de cabelo preto, curto e bem tratado, era alegre e comunicativa, faladora, com doce sotaque macaísta, abundância de interlocuções britânicas» (p.44). Figura ainda gentil «que a múltipla maternidade ainda não deformara, a cara redonda de nariz pequenino, a boca bem desenhada, de lábios carnudos, e olhos grandes e muito escuros e alimentados de um fogo que ele [Dr. Saraiva] não sabia ler» (C.I: 143). Estimada por quantos a conheciam, era «por demais conhecida a sua bondade, a gentileza, a educação, o encanto do seu convívio» (p. 74). Suzie de Penha-e-Nantes é ela também «bem torneada, de pulsos e tornozelos finos», depois «tinha uns lindos olhos escuros, cujo amendoado acentuava por um pródigo recurso ao lápis de carvão... simpática, alegre e comunicativa» (id., p.45), «franca e aberta» (p. 66), «demasiado expressiva, demasiado desinibida», segundo pensava o traidor tenente Bernardes, seu namorado a prazo, apesar do seu romantismo incurável. Para mais tinha «um coração de ouro» (p. 47). Ela própria reconhece que «as orientais têm mais encanto» (p. 47). Figura tão simpática, o autor não resiste a fazê-la aparecer novamente, em *O Romance de Yolanda*, onde se fica a saber que o seu traidor tenente viria também a gozar dos prazeres

desta desenvolta macaense (p. 32), senhora de um excessivo à-vontade (p. 83), «sensual, foga e apaixonada» (p. 74). Detty, de que já falámos, (*As Serviço de Sua Majestade*) era «bonita, alegre, desinibida» (p.8).

Vale a pena ler a descrição dos seus atributos:

«pequena de estatura mas esbelta, sem prejuízo das redondezas de formas, com todas as curvas nas adequadas proporções e devidos lugares, exhibia uns olhos travessos, muito escuros e acentuadamente amendoados, num palminho de cara redondo e gaiato, emoldurado dum corte de cabelo preto, luzidio, "asa de corvo"... a par de um narizito retroussé, um pouco mais carnudo do que estimaria, e uns lábios cheios e sensuais» (p. 8).

Mesmo que não fossem belas, nem jovens, havia encanto nestas mulheres. Assim, Cesaltina Santos, primeira-ajudante do registo civil,

«era uma macaense de meia-idade bem conservada, pequena e redondinha, de feições agradáveis, lindos olhos vivos e negros e lábios carnudos sempre pronto a abrir-se num sorriso divertido» (Surrey: 262).

Assim, Aline, que «sem ser exatamente uma beldade macaísta, não lhe faltavam, ainda assim, atrativos físicos capazes de cativar alguns dos militares da Marinha ou do Exército em serviço na Colónia» (Sr. Conde: 115).

Até Mr. Blackfoot, apesar do seu desdém pelos *half-caste*, «reconhecia, porém, que as moças da terra [de Macau] eram atraentes e disponíveis» (*As Rosas Bancas de Surrey*: 176). Sobretudo pela beleza e suavidade da pele: «-Pois estas macaístas têm a sorte de ter uma pele!...» dirá Maria Belmira, personagem de *O Senhor Conde* (p. 514). É uma galeria de mulheres belas, gentis e femininas que o autor nos apresenta.

Mulheres alegres, modernas, desinibidas, cheias de vontade de viver, bem distanciadas das austeras portuguesas continentais, tinham um grande grau de liberdade de ação:

«os breves love affairs das senhoras de Macau eram considerados com a bem disposta tolerância de uma pequena comunidade de harmoniosa miscigenação, descendente de europeus meridionais, comerciantes e/ou aventureiros, e mulheres orientais de temperamento quente e disposição condescendente. Desta conjugação, fermentada ao calor tropical e humidade ambiente, resultara alguma liberdade de costumes que se aproximava da elegante sofisticação das classes privilegiadas das grandes capitais do Ocidente» (*O Romance de Yolanda*: 7-8).

Não se pense que a sociedade não era ciosa do seu recato. Na verdade, «apesar disso e ainda que os pequenos “arranjos” sentimentais dos nhuns macaístas, rotundos, sólidos e respeitáveis pilares da comunidade, fossem aceites sem reserva e praticamente à luz do dia, já se exigia às filhas da terra, nhonhas ou nhonhonhas, aquele mínimo recato imposto pelo respeito da opinião dos outros, codificadas nas assaz lassas convenções sociais locais».

Bom, a liberdade era mais ou menos semelhante para ambos os sexos, pois também as senhoras dispunham de algum espaço e, assim, embora muito

«condignamente, como era timbre das mulheres macaenses», organizavam Ladies' Nights em contrapartida às noites machistas dos rotários (*Construtores do Império*: 75).

Importava era não escandalizar. Daí que tenha causado perplexidade o comportamento de Yolanda, *half-caste*, logo com um esperado comportamento dócil e submisso. Logo é-lhe censurado o seu comportamento em relação ao ex-marido: «Uma mulher chinesa nunca se atreveria a rebaixar um homem, assim em público», (p.132). Mas este comportamento já tinha antecedentes, já que ela saíra a D. Mísia, sua mãe, (p. 123). Pelos vistos, ambas tinham herdado o temperamento insubmisso dos progenitores ocidentais. Até Mrs. Bellows, macaense, casada com um inglês (caso único na obra), haveria de lamentar o romance que Yolanda mantinha com o filipino, não tanto pelo romance em si, pois eles eram comuns, «mas o seu caráter mais do que declarado, ostensivo, descarado!» (p. 22). Daí que a pior ofensa que se podia fazer a uma rapariga fosse chamar-lhe “garrida”, já que, a atrevida, dava nas vistas, atraía as atenções.

Apesar do recato exigido, esta flexibilidade de costumes era, contudo, bastante do agrado dos machos lusitanos, sendo a mais entusiasta de todos, o Dr. Saraiva Marques (*Os Construtores do Império*), que apreciava «desde a chinesinha silenciosa, delgada, introvertida, quase assexuada, até à macaense vivaça, de formas abundantes e desinibidas» (p. 63).

De uma maneira geral pode então dizer-se que as «raparigas macaenses, de todos os níveis ou classes sociais eram hospitaleiras e gentis, bem-dispostas, divertidas, com uma desinibição sofisticada que não ficava a dever à juventude americana dos anos vinte».

Eram sobretudo muito disponíveis e, «para algumas, até o estado civil não era muito significativo, não era conditio sine quo non. Não tinham qualquer preconceito contra viúvos ou divorciados. E, quanto aos casados, o divórcio era sempre possível!» (Surrey: 174).

Mas, não há dúvida que esta relação interracial pode-se revelar muito complexa – daí as suas potencialidades narrativas. É que os próprios macaenses não estavam isentos de preconceitos étnicos ou rácicos em relação a outros asiáticos não chineses. Em *O Romance de Yolanda*, D. Mísia, mãe de Yolanda, escandalizava-se com a paixão da filha por um filipino «que ninguém sabe quem é nem donde vem! Um filipino! E preto, ainda mais preto que os landins das Portas-do-Cerco!» (p.29) e mais à frente dirá: «Toda a gente sabe que filipino ou é músico ou é chulo» (p. 30). Preconceito a que a própria Annie Chan (chinesa ela própria), casada com um macaense, perfilhava: «Metida com um filipino! E ainda por cima, tão escuro, quase preto! Parece incrível!» (p.31).

Orgulhosas das suas origens, que afinal são mestiças, as macaenses veem as chinesas com algum desdém. Assim, D. Beta, confrontada com o casamento do filho com uma chinesa, acabaria por a aceitar com resignação: «- Que pena ser china!... Mas vá lá, é tão branquinha!» (*Os Construtores do Império*. 91) e acabaria por amar como filha e por desejar que o neto tivesse a pele clarinha como a mãe e não escura como o pai, que afinal era seu próprio filho (p. 100). Integrada numa sociedade branca que, se bem que minoritária, era hegemónica, D. Beta aspirava a ter uma descendência fisicamente cada vez mais próxima do Outro (que aqui é o Mesmo – o reinol).

Curiosamente, é por intermédio do régulo mandinga, Babahoo, que o autor melhor exprime a sua ideia de preconceito racial. Assim, quando McGuire declinou o casamento com uma das suas filhas, o régulo entendeu perfeitamente, já que «ele também não autorizava o casamento das suas filhas com qualquer boçal balanta ou salum-salum do Senegal» (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 479). No fundo, as divergências seriam mais étnicas do que rácicas.

O que ressalta é que, apesar dos preconceitos, o que nos ingleses é uma posição consciente de repulsa pelo Outro e de não-aceitação, entre os macaenses parece-nos

ser apenas uma fugaz mostra da sua “superioridade” de mestiços que o sangue ocidental, a proximidade do Mesmo, segundo eles, justifica.

6. Dos Açores a Macau

Os Açores, terra de origem do autor, têm uma presença explícita diminuta na obra de R.L.C. Mas, na verdade, os Açores estão lá, como um dado adquirido, como as ilhas mal-amadas e mal-conhecidas.

Em primeiro lugar, através das personagens. Assim, logo na sua primeira obra, aparece Maria Mafalda. Esta personagem figurará em várias outras obras do autor. Ela «*nascera nos Açores, ligada por laços de afinidade a uma família da pequena nobreza ilhoa, os barões de Nordela*» (*Requiem para Irina Ostrakoff*: 15). O amor pelos Açores e a saudade de Mafalda pela sua terra-mãe são sublimados no restauro que ela fará da casa onde vai habitar em Macau com o marido: pinta-a de branco com persianas verde escuras «*à semelhança da casa dos pais nos Açores*» (I: 26).

Em *Ao Serviço de Sua Majestade*, além da presença de Mafalda, também aparece D. Venceslau Goulart de Bettencourt, bispo de Macau, Malaca e Singapura, natural de Urzelina, S. Jorge que, segundo o autor/narrador foi «*um distinto príncipe da Igreja*» (p. 114). Em outra obra, figura ainda outro clérigo: «*O padre Fabião, um açoriano de Urzelina, S. Jorge, trazido para o seminário em criança, por sua Excelência Reverendíssima, o então Bispo de Macau, D. Venceslau Goulart de Bettencourt, tinha pouca vocação religiosa*» (*A Mãe*: 155). Um padre pouco exemplar, mas disso

«*não tinha culpa, era o seu temperamento, misto de sensualidade latina e apetite flamengo, herança de algum ancestral ido da Flandres nos longínquos anos de quatrocentos, como servidor de Wilhelm Van der Hagen, o donatário da Ilha*» (155).

Passado marcado pela colonização flamenga, pelo domínio de algumas famílias privilegiadas.

Na segunda obra, *Os Construtores do Império*, logo nas primeiras páginas, fala-se, com uma certa ironia, nas

«*..nossas ilhas adjacentes, tão verdes e lindas, que eles [ministros salazarentos] ainda não conheciam mas onde, todos e cada um projetavam deslocar-se na primeira oportunidade*» (p.10), retratando assim o esquecimento a que os Açores foram votados durante o Estado Novo. Quase no final dessa mesma obra, com saudade e quase por acaso, haverá o autor de falar nas «*revistas americanas da minha infância nos Açores*» (p. 226).

Mas a presença açoriana não se fazia sentir só em Macau. Também nas Bermudas se faz sentir essa mesma presença numa abundante e ancestral colónia portuguesa (*Ao Serviço de Sua Majestade*: 562), justificando assim, mais uma vez, a vocação do açoriano para construtor de impérios, se bem que uma significativa maioria dos seus membros já tivesse nascido aí (p. 566). E foi exatamente nessa comunidade que uma moça

«*em traje regional das ilhas portuguesas, de lenço campesino, blusa branca e saia de lã caseira, vermelha barrada a preto, cantou a alma açoriana, que é a alma bem portuguesa, hino de todo um povo:*

- Os teus olhos
Pretos, pretos,
São gentios,
São gentios
Da Guiné...
Da Guiné
Por serem pretos,
Da Guiné
Por serem pretos,
Gentios
Por não terem fé»
(*Ao Serviço de Sua Majestade*: 607-8).

Parece-nos, contudo, que, de algum modo, os Açores são vistos com um certo olhar autocrítico: é assim que se brinca com a pronúncia de uma professora micaelense de Rabo de Peixe que, destacada em Macau, não logrou pôr os seus alunos a exprimirem inteligivelmente em português (*O Romance de Yolanda*: 25), o que é também a expressão da rivalidade (saudável) interilhas.

Autor açoriano, se não há uma presença explícita muito relevante na obra, sempre que o narrador coincide (?) com o autor, através da presença do “eu”, os Açores estão lá também presentes, tal como está presente uma característica bem açoriana: a emigração, de que o próprio autor é um ótimo exemplo.

Referências Bibliográficas:

- Ativa:**
 Carvalho, R.L. (1993). *Requiem para Irina Ostrakoff*. Macau: Livros do Oriente.
 Carvalho, R.L. (1994). *Os construtores do Império*. Macau: Livros do Oriente.
 Carvalho, R.L. (1996). *A IV Cruzada*. Macau: Livros do Oriente.
 Carvalho, R.L. (1996). *Ao Serviço de Sua Majestade*. Macau: Livros do Oriente.
 Carvalho, R.L. (1999). *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres*. Macau: Livros do Oriente.
 Carvalho, R.L. (2000). *A Mãe*. Macau: Livros do Oriente.
 Carvalho, R.L. (2005). *O Romance de Yolanda*. Macau: Livros do Oriente.
 Carvalho, R.L. (2007). *As Rosas Brancas de Surrey*. Macau: Livros do Oriente.
- Passiva:**
 Laborinho, A.P. (1993). *Requiem por Irina Ostrakoff*. *Revista de Macau*. Fevereiro 1993, pp. 57-62.
 Lourenço, E. (1982). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
 Expresso. Entrevista de José Pedro Castanheira, disponível em 02/02/2011 em: <http://group.xiconhoca.com/2009/01/17/rodrigo-leal-de-carvalho-do-oriente-ao-romance-autor-de-a-mae/>
 Machado, A.M. (1983). *O mito do Oriente na Literatura Portuguesa*. Lisboa: ICALP.
A Cultura em Portugal — Teoria e História, Livro I — Introdução geral, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982, p. 118.
Tribuna de Macau, nº 3287 (nova série), sexta-feira, 9 de outubro de 2009.

4) ANABELA LEAL BARROS, DEPTº DE ESTUDOS PORTUGUESES E LUSÓFONOS DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Anabela Barros é Professora Auxiliar no Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da Universidade do Minho, e investigadora do Centro de Estudos Humanísticos. Doutorada em Linguística Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação intitulada *A poesia de Tomás de Noronha segundo a tradição manuscrita* (2008).

Desenvolve os seus trabalhos de investigação e lecionação no âmbito da Linguística Histórica, da História da Língua Portuguesa, da Filologia e Ecdótica, sobretudo na área da edição e estudo filológico e linguístico da poesia barroca.

Dedica-se paralelamente ao campo dos estudos da língua portuguesa no mundo, particularmente em Macau e Timor, bem como dos crioulos de base portuguesa (estando presentemente a desenvolver uma base de dados dos crioulos de base lexical portuguesa, conjuntamente com especialistas em Bases e armazéns de Dados, e estudos das

reminiscências em crioulo e português de famílias de origem macaense que deixaram de dominar essas línguas ou de tê-las como maternas).

Orienta projetos e teses de mestrado e doutoramento no âmbito da história da língua portuguesa, do ensino-aprendizagem do português e das contribuições lexicais do português para línguas asiáticas.

Foi de 1991 a 1995 docente na Universidade de Macau, Instituto de Estudos Portugueses, onde lecionou em 2010 como Professora-Visitante da Universidade do Minho, tendo nesta mesma condição lecionado na Universidade de Timor Leste, em 2001 e 2003.

TEMA: 2.3. VARIAÇÃO E DESVIO NA PRODUÇÃO ESCRITA EM PORTUGUÊS PARA O PÚBLICO DE MACAU, ANABELA LEAL DE BARROS, UNIVERSIDADE DO MINHO, ANABELA LEAL DE BARROS, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

*Pois é preciso saber que a palavra é sagrada
 Que de longe muito longe um povo a trouxe
 E nela pôs sua alma confiada
 (Sophia de Mello Breyner Andresen, O nome das coisas)*

É muito abundante por todo o território de Macau o material escrito em português e destinado à população, especialmente a utilizadora desta sua língua oficial (ao lado do chinês): nas ruas, serviços públicos, meios de transporte, estabelecimentos comerciais, etc. Essa omnipresente e comunicativa produção escrita não acha paralelo ao nível da produção oral, o que explica as suas características.

Tratando-se essencialmente de material linguístico traduzido a partir de um original em chinês (ou inglês), ou diretamente produzido por falantes de língua materna chinesa com distintos graus de domínio do português, evidencia elevado grau de erro, tipologicamente variado (mais raro nos escritos antigos de mão portuguesa). O estabelecimento de uma tipologia desses erros, que abarcam todos os subsistemas do código linguístico, é muito

esclarecedor para o estudo da aquisição do português como língua não materna, para a história da língua portuguesa em geral, e em particular da língua conservada em Macau. Essa produção linguística é ainda de interesse para a história do léxico, em aspetos como a conservação de vocabulário antigo, o intercâmbio com línguas exóticas, uma evolução semântica própria, enriquecendo o leque da variação diatópica e diacrónica do português. Por outro lado, revela divergências e peculiaridades pragmáticas dignas de investigação.

Para muitos desses desvios acharemos raízes nas características das línguas chinesa e inglesa, seja por serem, respetivamente, a língua materna dos emissores do texto em português e a estrangeira que melhor dominam, seja porque um falante de língua materna portuguesa sucumbiu às suas fortes interferências no momento em que transpunha ou compunha o seu discurso, em qualquer dos casos eventualmente traduzindo a partir daquelas línguas. Outros, contudo, acham melhor explicação em aspetos antigos do próprio português, que conservou ou ganhou em Macau traços peculiares, convidando à dilucidação etimológica, semântica e fonológica (histórica) das unidades lexicais ou estruturais em causa.

1. Introdução: o ponto de chegada: escrito de uma língua românica na China

Ao contrário do que acontece na China continental, é extraordinariamente amigável a paisagem linguística de Macau, na qual os enigmáticos caracteres chineses têm convivido lado a lado, por ruas, becos e travessas, ao longo de mais de quatro séculos, com as letras portuguesas. Língua de tradição peregrina, com origem remota nas línguas indo-europeias de povos que ao longo dos tempos se foram deslocando desde as regiões do Cáucaso até à extremidade ocidental da Hispânia, o português chegou a Macau no século XVI, pela boca dos seus falantes, e com eles se instalou e foi evoluindo e preenchendo o espaço público, sobretudo na sua vertente escrita, que perdura.

Essa língua escrita, apesar de constantemente renovada ao ritmo da construção e da reconstrução urbanas, revela ainda hoje traços peculiares, sinais de antiguidade, de modernidade, e sobretudo de mudança e de desvio, fruto do contexto geográfico, histórico, sociológico e linguístico em que veio a achar-se, tal como canta a poesia de Sophia (Breyner, 2011: 653):

*Cruzam-se muitas e diversas gentes
Vindas de muitos e diversos mundos
Vestindo muitas e diversas roupas
Falando muitas e diversas línguas
Vêm de muitos e diversos ritos
E cultos e culturas e paragens*

2. Da variação

Em termos lexicais, é possível surpreender no português escrito em Macau traços antigos como os deixados pelos vocábulos *algibebe* ou *silo* (*autossilo*), que aí têm tido grande acolhimento:

1. *Algibebe*
2. *Loja de Algibebe*
3. *LOJA DE ALGIBEBE VENG SANG*

Algibebe, *aljabebe* ou *aljabebe* proveio do ár. al-jabbāb, 'o que vende *jubā*' (em port. *aljuba*, de al-jubbā, 'vestido, manto; espécie de loba que usam alguns orientais', mas também *jubão/gibão*, 'tipo de casaco curto'). Designando *algibebe* o 'vendedor de roupas feitas' é arabismo comum em Portugal desde o séc. XVI, e muito disseminado por toda a România. De tão estranha que deveria ser a forma para o utilizador do chinês, e talvez mesmo o português, ela passou a surgir como *Algibebe* no nome de várias lojas de artigos de vestuário. Curiosamente, algumas, como é o caso de 3 (vd. acima), são, conforme indica o nome em chinês, lojas de Vestuário para defuntos. As exclusivas, de roupa pronto-a-vestir e específica para os finados⁹.

⁹ Devido ao tamanho e número das imagens, revelou-se impossível a sua inclusão neste trabalho; as fotografias dos anúncios, letreiros e demais placas aqui referidas serão, todavia, apresentadas, com a versão chinesa, durante os Colóquios.

1. *AUTO-SILO DO JARDIM COMENDADOR HO YIN*
2. *AUTO - SILO DE NAM VAN*

Silo é forma pré-romana, aparentada com o basco *zilo*, *zulo* ('buraco', com o sentido primitivo de 'cova para guardar grão'), provavelmente do celta *sīlon*, 'semente' (Corominas, 1982). Chegado ao português provavelmente através do castelhano (em que se documenta desde o séc. XI), usava-se em português no séc. XIII como sinónimo de *fossa*, *cova*, *poço* (Machado, 1952), contudo, o sentido original, relacionado com o grão, é o que perdura no seu uso geral como 'tulha', 'celeiro'. Os silos, covas ou subterrâneos cavados ou aproveitados para guardar cereais, eram elemento autóctone e antiquíssimo na Hispânia, achando-se disseminados por todo o território, o que explica o uso local e exclusivo desta palavra, que só depois se terá disseminado por outras línguas românicas. Tendo-se transitado da designação do cereal para a da cova em que este se guardava, silo surge documentado igualmente para nomear qualquer cova, subterrâneo ou masmorra. É, pois, legítimo o emprego macaense do termo para batizar os parques automóveis, ora escavados na terra, ora elevados nos céus. Curiosamente, esta mesma mudança ocorreu na Península Ibérica no armazenamento dos cereais, tendo os silos passado de covas subterrâneas a cones que riscam os ares.

Autossilo, no português moderno e contemporâneo em Macau, coloca, contudo, problemas, pois com semelhante composição teria de designar um parque que se ocupasse automaticamente de arrumar os veículos; pretende-se, porém, significar parque automóvel, com abreviatura imprópria em português, mas que também ocorre com outros adjetivos: *porta auto* (a automática do autocarro). O uso de abreviaturas incomuns em português é, aliás, mais alargado, imitando por vezes o inglês: *Linha info* (abreviatura de *informativa*, em vez de *linha de atendimento* ao público).

Um apontamento lexical curioso é o da superabundância atual de nomes técnicos, fruto dos progressos nas áreas da construção e da segurança, na maior parte dos casos facultando-se a tradução em português, embora nos mais diversos graus de fidelidade e correção (veja-se, por exemplo, como até *Drencher* merece, em várias placas, um equivalente português com lusa cedilha, DRENÇHER):

1. *JUNÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASPERSORES*
SPRINKLER INLET
2. *F.S. INLET*
BOCA DE ALIMENTAÇÃO DA B.I.
3. *ENTRADA DE DRENÇHER*
DRENCHER INLET
4. *FIRE HOSE REEL*
SARILHO DE MANGUEIRA

Por outro lado, é tal a proliferação de indicações linguísticas relativas à segurança nas ruas e nos edifícios que já em Macau se tratam por tu muitos desses dispositivos, muito parcamente assinalados em Portugal; assim, a *Boca-de-incêndio* é comumente *B.I.*, o que poucos leitores de português estariam aptos a descodificar de imediato:

1. *FIRE HYDRANT*
B.I.
2. *SAAM B.I.*
EXTERNAL / FIRE HYDRANT

Quanto aos eloquentes *sarilhos de mangueira*, foi preciso que os Portugueses viessem para, ou a Macau para poderem contactar com eles mais intimamente. Anunciam-se por todo o lado, e com honras de parede e pedra nobre, em caracteres dourados. Em Portugal escasseiam quase tanto os próprios sarilhos de mangueira, mais circunscritos ao ambiente dos bombeiros, como os letreiros que deveriam identificá-los em língua local. O substantivo *sarilho* acha-se documentado no português desde o séc. XIII; do lat. *sericūla* ('pá de dobar'), diminutivo de *sera* ('tabuinha', 'tranca'), para além dos seus outros significados, designa vários tipos de instrumento ou dispositivo para fazer meadas ou enrolar fio ('dobadoira'), corda ou mangueiras, sendo ainda sinónimo de *nora*, 'sistema para tirar água de poços'.

Um fenómeno recente e digno de nota, nos últimos dez anos, foi o aparecimento de traduções com vocabulário característico do português do Brasil, que em Macau surge historicamente deslocado. É o caso do *ómnibus* por *autocarro* (ex. 1), *venda a varejo* por *venda a retalho* (ex. 2) ou *toalhas-de-papel* por *lenços de papel* (ex. 3):

1. [papel colado no vidro do autocarro]
Aviso a passageiro

De acordo com o aviso da Direção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, de 11 horas da manhã do dia 26 de outubro de 2010, os ônibus de rotas No. 9 e No. 16 da minha companhia, será reintegrado "Mercado S. Lourenço" (Abrir espaço na frente da temporária).

Os passageiros que requer tomar o ônibus da rota No. 9 e 16 da minha companhia, Você pode usar o ônibus acima de embarque e subindo e descendo através. Pedimos desculpas por qualquer inconveniência causada.

Transmac S.A.R.L.--- 25/10/2010

Diante de tal aviso, não irão longe os falantes de português que não possam socorrer-se do seu chinês para melhor compreender o que fazer nessa inconveniente ocorrência, mas muito agradecem certamente ao Senhor Presidente da Transmac a simpatia do aviso que em pessoa lhes dirige, e em língua portuguesa, ainda que seguindo alternadamente as normas de Portugal, do Brasil e, essencialmente, a "norma de Macau"!

2. ST- 1

ESCADARIA ST- 1
PARA VENDERA VAREJO 1 / F E 2 / F
STAIRCASE ST- 1
TO RETAIL 1 / F & 2 / F

Os habitantes e transeuntes de Macau que leem português e conhecem *varejo* – derivado regressivo de *varejar* documentado desde 1407 (Machado, 1952) – sobretudo como 'ação de bater nas árvores para fazer cair os frutos', ficarão agradecidos pelo inglês *retail*, que os esclarecerá mais do que esse equivalente português, usado em contexto comercial apenas no Brasil: *Venda a varejo*, venda por miúdo, correspondendo a *venda a retalho* em Portugal. *A varejo*, a *retalho*. *Loja de varejo*, a que vende a *retalho* (Morais, 1990).

[INSTRUÇÕES DE HIGIENE AO PASSAGEIRO]

[...]

• *Quando espirrar ou tossir, deve tapar a boca e o nariz. Deve embrulhar com toalhas-de-papel as expetorações e secreções e deixá-las dentro dos recipientes de lixo com tampa.*

Em Portugal, a toalha de papel existe apenas para cobrir mesas, não para designar *guardanapos* de café, de folha interligada para puxar; *toalhetes* de vários tipos; *lenços* descartáveis, os *lenços de papel* que aqui fariam falta, sejam de pacote, dobrados, ou de

caixa, interligados. É verdade, porém, que seriam bem insuficientes os lençinhos portugueses, diante de tão épicas *expetorações* (por *expetoração*), agravadas pelas demais *secreções* a *embrulhar* conjuntamente e a *deixar dentro* dos caixotes de lixo (e perante tão explícitos conselhos até o português se ressentir: sendo antecedente mais próximo as *expetorações* e *secreções*, são estas as deixadas dentro dos recipientes, não as toalhas nas quais se embrulharam; mas não leve o conselho demasiado à letra: não meta a mão nos recipientes para as deixar mesmo lá dentro, deite os lenços de papel nos caixotes de lixo com tampa! Até porque nem no original chinês o verbo é *deixar*, mas sim *deitar*, *lançar*, *atirar*, como em português. Mas agora perguntemo-nos: o português que foi definido como língua oficial em Macau, língua da comunidade portuguesa, macaense e chinesa com raízes no século XVI, não foi o português de Portugal, ou seja, seguindo a norma portuguesa? Esta mistura de normas no século XXI, indissociável do forte espírito multicultural e plurilingue que reina em Macau, não sobrestimará as capacidades universalistas e políglotas do público leitor?

3. Do desvio

O tipo e a amplitude do desvio linguístico em Macau mereceriam maior atenção por parte dos destinatários da literatura que aí se disponibiliza em língua portuguesa, e merece sem dúvida estudo aprofundado e detalhado por parte dos linguistas, para benefício da língua, da linguística contrastiva e da metodologia de ensino do português como língua não materna (interlíngua, interferência, análise do erro).

Como ponto de partida, limitámo-nos a recensar e coligir elementos, com os quais esboçamos uma tipologia de erros.

No dia-a-dia, o leitor de português encolhe os ombros ao erro, sorri reconfortado pela presença nas placas da língua sua conhecida, mas ampara-se no inglês ou no conhecimento prático da rotina da cidade para corrigir o sentido deturpado que interferências e erros de vária índole conferiram ao aviso.

Não fosse essa boa vontade e entendimento tácito entre gentes, credos, culturas e línguas, ou interlínguas, no seu estado cristalizado de aprendizagem incipiente, e todos andariam a contrapelo da lei, da norma, do aviso.

Vejamos um simples exemplo; na passagem da Taipa para Macau, à entrada da ponte Nobre de Carvalho, o leitor de português fica a saber o seguinte:

Só é permitida a passagem de autocarros e táxis na Ponte Nobre de Carvalho

Não sendo taxista, limita-se a sorrir e a encolher os ombros; vê todos os dias os táxis e autocarros a circular em qualquer das três pontes... poderia, apoiado no aviso, dirigir o seu automóvel particular à velha e querida ponte, mas sabe que o aviso não pretende dizer o que de facto diz.

A simples troca na ordem dos sintagmas leva-o a significar que autocarros e táxis só podem passar nessa ponte e não em outra, todavia, o leitor interpreta o espírito do texto, não a letra: *Na ponte Nobre de Carvalho só é permitida a passagem de autocarros e táxis*. E não costuma haver infrações a tão sensata norma, ainda que a tradução portuguesa a elas convide.

Apontemos, então, alguns tipos de erros comuns no português escrito para o público em Macau:

3.1. Aspetos gráficos

- Simples falha de grafemas, por falta de familiaridade do redator do anúncio ou do operário que fabricou a placa:

1. RESTAURANTE 'MOU KEI'
2. SERRDURA [em todas as lojas da mesma cadeia]

¹⁰ Palavras com grafemas trocados, aproximados, em falta ou em excesso são repetidamente esculpidas em valiosas pedras de modernos edifícios, figuram aplicadas em placas ou surgem pintadas em material nobre, mas nunca feitas em série, podendo num mesmo espaço evidenciar grande variedade de formulações

¹¹ É tal a distância que vai de uma língua como a chinesa até línguas indo-europeias como o português e o inglês que não somente a primeira é vítima destes desvios, mas também a segunda. Mas essa não é, pelo menos, língua oficial no território:

3. ESTABELECIMENTO DE COMIDAS TIN TIN FO WO
4. ESTABELECIMENTO DE COMIDAS / MENG MUN KOI HOI SIN SEC FU
5. VÁLVULA DE CORTE GERAL DE GÁS
TELE. DE FORNECEDOR: 28413232
TELEFONE DE EMERGENCIA DO CORP DE MBEIROS: 28572222
TELEFONE DE SCCORRO: 999

- Excesso de outros, pelo mesmo motivo:

1. ESTABEELECIMENTO DE COMIDAS KU NAM H M MEI SEK
2. SUPPERMERCADO GOOD LUCK
3. Boca de alimentação de / boca de incendio (Saida)¹⁰

- Troca de alguns:

Telefone de Emdrgenda do CB: 28572222
Telefone de Emergenda do CB: 999

- Reprodução apenas aproximada de um grafema ou mesmo palavra inteira, substituindo um por outro semelhante, em imagem especular ou simplesmente invertida, não raras vezes em placas, letreiros e mesmo estampada em toda a superfície de um veículo:

1. CONZERTO DE TAK KEI
2. ESTABELECIMENTO DE CONIDAS / HUNG PUN KEI
3. ESTABEELIMENTO DO COMIDAS PO KEI
4. Associação de amizade de conterrâncos de Longjiang de Shunde de Macau
5. BOUTIQUIS SENG-HENG
6. ASSOCIACAO DE BENEFICIENCIA "QUATAOPAGODES" COLOANE

- Separação e junção erradas de palavras, no ex. 1 por interferência da forma inglesa (*Sport – De Sportivo*)¹¹:

1. Black Cat Sport Association Macau
Clube De Sportivo HakMao¹² Macau
2. CENTRO DE EXPLICA SÕES "HOI SAM UN TEI"

1. PEKN GDUMPLNGS [placa de restaurante]

2. CHINA TRA VERSER VICE (MACAO) LTD. [em toda a parte lateral de um autocarro]

¹² Coloca-se ainda neste letreiro o problema da tradução não equivalente, na versão inglesa Black Cat – na portuguesa mantendo-se o chinês *Hak Mao*, sem separação de adjetivo e substantivo, por *Gato preto*.

- Metáteses gráficas várias, revelando desconhecimento da língua em que se produzem as placas, por vezes figurando lado a lado:

1. JUNÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS / DE ASPERSOR-1º. 2º ANDAR
2. JUNÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS / DE SAPERSOR-3º. 4º.5º. 6º. 7º. 8º ANDAR

- Ausência ou colocação errada de diacríticos (acentos, cedilhas, hífen), por não existirem no chinês, podendo igualmente surgir afastados dos grafemas ou da palavra, tal como a própria pontuação (*saida*, *veiculo (passim)*; *sexta - feira*), ou troca de uns por outros: *chá* (chá), *ás*:

Mamacare – CUIDADOS DE MATERNOS / PRODUTOS PARA / CRIANCAS

3.2. Aspetos fonéticos e grafofonológicos

Alguns aspetos espelham processos fonológicos comuns na produção oral em português de indivíduos de língua materna chinesa, outros são comuns na história da língua portuguesa:

- Escrita fonética, imitativa do som ou realização oral, não etimológica (em 1 com a normal diferenciação da vogal *e* para *i* e posterior semivocalização):

1. *Edifício Orquídia Florida*, 2010 [nome esculpido na fachada]
2. *FIRE EXTINGUISHER*
*EXTINTOR DE FOGO*¹³

- Reprodução escrita da pronúncia elíptica da preposição *para*, apenas esperável no discurso oral:

*AREA PRA PROFESSORES E FUNCIONARIOS*¹⁴
FOR STAFF ONLY

- Epêntese de uma vibrante em final de sílaba, em palavras com outra(s) vibrante(s), provavelmente por analogia com palavras possuindo sílabas terminadas em vibrante:

1. *OURIVERSARIA E JOALHARIA SINCERO LDA.*
2. *OURIVERSARIA LEONG KEI*
3. *JUNÇÃO DE ALIMNETAÇÃO DOS SERVIÇOS / DE ASPERSOR-CAVE R/C SOBRELOJA*

- Assimilação ou harmonização vocálica (*longividade* por *longevidade*):
ESTA BELECIMENTO DE COMIDAS PARA SAÚDE E LONGIVIDADE U POU VO

- Paragoge, ou influência do inglês (*chinese* por *chinês*) e ainda, no ex. abaixo, simples epêntese de semivogal ou caso de analogia por contaminação (*MEDICIONAL*, como *dicionário, adicional...*):

CHÃ DE MEDICIONAL CHINESE HOI TSING

3.3. Aspetos morfológicos

- Falta das necessárias preposições, já que na língua chinesa essa relação se estabelece com base na posição dos elementos a relacionar:

1. *LOJA MOBILIA TIN MAN*

São muito abundantes os casos em que se alinham apenas lado a lado os elementos com conteúdo semântico, sem preposições nem concordâncias que aclarem a lógica dos sintagmas:

2. *PRONTO-A-VESTIR CIDADE PELE ITÁLIA*
3. *HING WA COZIMENTO EQUIPAMENTO CO.*
4. *VICÓRIA SISTEMA COMPANHIA*
VICTORY SYSTEMS CO.
5. *CENTRO CANCER DE INVESTIGAÇÃO DE MACAU*

- Inclusão desnecessária das mesmas, por ser o seu uso estranho à língua materna:

1. *Mamacare - CUIDADOS DE MATERNOS*
2. *CHÃ DE MEDICIONAL CHINESE HOI TSING*

¹³ Também com desvio lexical, por *Extintor de Incêndio*.

¹⁴ No espírito elíptico do inglês, e de qualquer anúncio: Reservado a professores e funcionários.

AUTOMÓVEL LIGEIRO

←

- Utilização da preposição errada:

1. ESTE ELEVADOR DÁ ACESSO AO:
Cave, R/C, 1º e 2º andares
2. RESTAURANTE JUNCO DAS ILHAS
SEGUNDA ÀS DOMINGO
BUSINESS HOUR
MONDAY TO SUNDAY

- Ausência de artigo em estruturas no qual é indispensável, mas presença do mesmo naquelas que não o admitem, devido à sua inexistência no chinês:

1. *Tenha cuidado com carteiristas*¹⁵
Beware of pickpockets
2. FUMAR PREJUDICA SUA SAÚDE E SAÚDE DE OUTRA / SS-SERVIÇOS DE SAÚDE
3. *Café de / Amizade*¹⁶
4. TELE. NO. DE FORNECEDOR: 28413232 [na mesma placa]
5. VÁLVULA DE CORTE GERAL DE GÁS
TELE. DE FORNECEDOR: 28413232

- Artigo em excesso quando se refere um tipo de objeto, a sua natureza ou identidade, sem que se forme frase ou teçam outras considerações a seu respeito (caso em que se imporia a sua individualização pelo acrescento do artigo):

O MANIPULO DA PORTA DE EMERGÊNCIA

Artigo excedentário também quando o substantivo ou sintagma implicam "algum", não todo o produto ("Fugas de gás", não "Fuga do gás"):

LINHA DE EMERGENCIA DE 24 HORAS ESCAPE DO GAS: 28923456

- Referência no singular a substantivos que representam toda a sua classe ou tipo, género, em vez do plural:

1. MOTOCICLO KUN KEI LDA.
2. P

¹⁵ Neste caso, o inglês poderá ser a fonte direta do erro, ainda que o chinês não possua artigo, o que contribui para a sua desconsideração. Neste caso o conteúdo linguístico da advertência pública no original chinês também é possível em português, embora menos comum, de facto: *Acautele os seus pertences*. Sendo toda a tradução um ato intercultural, é correta e recomendável a preferência pelo mais popular *Cuidado com os carteiristas*, mas elíptico quanto ao verbo e exigindo a presença de

- Uso no plural de substantivos cujo singular já contém essa informação de variedade:

Outros Lixos
Other Waste [no caixote do lixo verde]

3.4. Aspetos sintáticos e morfossintáticos

- No que respeita à ordem dos elementos no sintagma e na frase, evidencia-se abundantemente em Macau a colocação do adjetivo ou outro sintagma modificador do nome antes do mesmo:

1. ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS AZUL CEU CAFÉ
2. *Exact fare (no refunds)*
Exacta tarifa
3. [INSTRUÇÕES DE HIGIENE AO PASSAGEIRO]
De acordo com as instruções dos Serviços de Saúde de Macau, para prevenir a gripe e outras doenças contagiosas, a TCM apela aos Srs. Passageiros para tomarem as abaixo indicadas medidas de prevenção. [...]

- A colocação do complemento determinativo antes do substantivo ("Tele. no." por "n.º de tel.", embora fosse mais económico simplesmente *Tel.*):

TELE. NO. DE FORNECEDOR: 28413232
TELE. NO. DE EMERGENCIA DO CORPO DE BOMBEIROS: 28572222
TELE. NO. DE SCCORRO: 999
LINHA DE EMERGENCIA DE 24 HORAS ESCAPE DO GAS: 28923456

- Estrutura que copia a chinesa e a inglesa, por exemplo, nas placas comerciais, começando pelo nome do estabelecimento e só depois se indicando o tipo de estabelecimento ou produto comercializado:

MEI FONG GAS

artigo, materializando e especificando estes amigos do alheio, em vez de os manter como categoria vaga.

¹⁶ Afinal, em 3 é a Amizade que dá o nome a este Café, e em 4 e 5 refere-se especificamente o fornecedor concreto deste gás, com um número de telefone específico.

- Não raras vezes, a colocação de substantivos ou adjetivos lado a lado substitui-se completamente a qualquer harmonização gramatical:

*Dr. Wong Wing Ping (Médico Dentista)
Licenciado de Estomatologia (J.N.U.)
Diploma de Prótese (S.U.M.S.)
Certificado de Ortodontia (S.U.M.S.)
(Digito intra-oral câmara equipamento)*

- Falta de concordância de número, inexistente no chinês (no ex., o substantivo indicando tipo de produto é visto como singular, apenas enquanto indicador da natureza do produto):

ARTIGOS PARA SAPATO MENG KEI

- Falta de concordância de género do adjetivo com o substantivo que qualifica, por interferência do chinês, isento de variação de género:

*1. Associação Desportivo de Energicos de Macau
2. MESTRE DE EXERCICIO "HEI KONG" TRADICIONAL CHINESA / LEONG KEI SON
3. RESTAURANTE 'VEGETARIANA FAVORÁVEL'*

É por isso muito frequente, na interlíngua escrita de Macau, cristalizada ao longo do tempo neste ponto incipiente de familiaridade com a língua portuguesa, muito influenciado pelo chinês, a falta simultânea de concordância de género e de número:

LOJA DE MOBILIAS-EUROPEU HONG KEI

- Concordância com o substantivo errado (no ex. com o sujeito, e não diretamente com o qualificado, dentro do Complemento determinativo: *aço inoxidável*), não sendo esse sequer o mais próximo:

OBRAS DE ACO INOXIDAVEIS CHON YIP

Tratando-se de anúncios, placas dirigidas ao público, a linguagem deveria ser concisa, elíptica, económica, mesmo porque os espaços em que se escrevem, esculpem ou colam são de dimensão reduzida. No entanto, frequentemente incluem elementos gramaticais em excesso e ainda palavras e sintagmas redundantes:

1. FAVOR DE SAIR PELA PORTA CENTRAL

2. FAVOR DE NÃO ESTACIONAR AS VIATURAS

Aparentemente, entende-se *estacionar* como verbo capaz de aceitar um CD que não fosse um veículo automóvel, ou viatura, um ser humano. Veja-se, por exemplo, este caso de profunda redundância, em que o passageiro não teria tempo para prestar atenção à sua entrada ou saída do autocarro e ainda ler até final o aviso a tempo de poder seguir a tão amável advertência nele incluída:

Senhor Passageiro. Para a sua segurança por favor não estacione junto às portas de entrada e saída do veículo. Obrigado.

1. Uma vez que o leitor será alguém parado do lado de fora ou de dentro do autocarro, é desnecessária num aviso a presença do destinatário (Senhor Passageiro).

2. Se o autocarro tiver duas portas, uma para entrada e outra para saída, a advertência servirá para aquela em que se acha colado o aviso e ainda poderá ser alargada a qualquer outra pelo leitor. Além disso, só se assegurará que o utente terá esse cuidado em mente se estiver colado o texto em cada uma das portas, pelo que é redundante qualquer redação que inclua mais do que "junto à porta".

3. A existência da advertência já será interpretada como sinal de cortesia por parte do utente, sendo desnecessários "por favor" e "obrigado". Sobretudo quando a frase ainda inclui "para sua segurança". O desejável carácter elíptico dos avisos não significa que estes não devam ser delicados; no entanto, o excesso de cortesia fica muitas vezes a dever-se, não ao original chinês, mas ao tradutor, como neste caso.

4. Este sintagma é geral, não se centra e detém na segurança de cada utente, como objeto ou tópico da frase, caso em que seria acompanhada de artigo (a segurança...). Neste caso, é expressão fixa, tradicional, *para sua segurança*. É que, na origem da língua portuguesa, o determinante possessivo excluía o artigo, substituindo-o, só gradualmente tendo começado a coexistir com ele, no período arcaico ou galego-português.

5. Por fim, o verbo *estacionar* só pode ter como sujeito um ser humano quando ele conduzir um veículo. O corpo humano não estaciona, apenas permanece, para ou se detém. Assim: *Não permaneça junto à porta*.

3.5. Aspetos lexicais, semântico-pragmáticos e socioculturais

- Uso de abreviaturas incomuns no português europeu:

1. *Linha info*
Info Line
2. *CUIDADO PORTA AUTO*

- Confusão de diferentes termos existentes no português (*trás, atrás*):

SAIA PELA PORTA DE ATRAS
OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

- Uso na tradução de equivalentes equivocados:

1. *OBRAS DE AÇO INOXIDÁVEIS CHON YIP* (por Portas de aço...)
2. *OLEO DE OSTRA VENG SANG* (por Molho de ostra...)
3. *JUNÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASPERSOR – RESTO DE CHÃO E CAVES DO CASINO* (por rés-do-chão...)
4. *BAR COM KARAOKE PRIMEIRO* (por Bar de Karaoke)
5. *SERVIÇO DE INCÊNDIO* (por Alarme de incêndio)
FIREMAN'S SWITCH

- Uso de vocabulário, construções e formulações que decalcam o inglês (em diversos casos, pede-se desculpa pela "inconveniência causada", "the inconvenience caused", em vez do simples *Pedimos desculpa pelo incómodo*):

AVISO
Serve o presente para informar os inquilinos deste prédio, que a nossa técnica irá proceder a manutenção do sistema de alarme do incêndio no dia 16 / 12 / 2010, pelas --- horas.
Pedimos a imensa desculpa pela conveniência causada.
Macau, 15 de 12 de 2010
A Companhia,

- Quantidade de informação desigual nas várias línguas:

1. *Associação Desportivo de Energicos de Macau* (em chinês apenas *Energia*, sem inclusão do topónimo)

Por vezes, impõe-se desde logo a necessidade de um diálogo interlinguístico que ultrapassa as duas línguas oficiais, pois a tradução em inglês é a mais informativa:

2. *ESTACIONAMENTO PROIBIDO*
LP-GAS ROOM
NO PARKING
2. *Recipientes de Plástico*¹⁷
Plastic Bottles

- São igualmente comuns as traduções equívocas e não equivalentes entre línguas:

RESERVADOS PARA PASSAGEIROS INVÁLIDOS, DOENTES OU IDOSOS E SENHORAS GRÁVIDAS OU TRANSPORTANDO CRIANÇAS AO COLO. [no vidro de alguns bancos do autocarro]

Isto é, homens com crianças ao colo têm apenas o direito a permanecer de pé. Ora, o original chinês refere literalmente "inválidos, doentes, grávidas, idosos e pessoas com crianças ao colo", ou "crianças de colo".

PROIBIDO PARAR NOS DEGRAUS [autocolante de ambos os lados da porta]

Ou seja, ficar na fila à espera de pagar ou de conseguir entrar não seria o pão nosso de cada dia, como é. Surge, contudo, noutros autocarros a versão correta (embora tão cortês que já não proíbe, apenas solicita por favor), desperdiçando-se, portanto, o esforço profissional da tradução ao produzir avisos díspares:

1. *FAVOR NÃO PERMANECER NOS DEGRAUS*
2. *FAVOR NÃO ABRIR A PORTA / (DE PRÓPRIA RESPONSABILIDADE)*¹⁸
3. *Seja atencioso*
Para maior conveniência dos passageiros em pé e dos que querem descer do autocarro quando este esteja completo. Pede-se o favor de não ocupar estes lugares. Excepto em caso de manifesta necessidade.

Eis, pois, lugares que estarão sempre ocupados, diante da humana e imperativa necessidade de descansar! Afinal, quanto pode a conveniência de uns (que até queriam descer mas já não querem) diante da necessidade de todos?

¹⁷ Equivalente excessivo, conduzindo a resultados práticos indesejáveis; o original chinês, tal como a tradução inglesa, admite apenas *garrafas de plástico* no caixote do lixo; somente o leitor de português irá, por isso, deixá-lo repleto de caixas de comida, pacotes de iogurte, etc.

¹⁸ A porta do autocarro teria, assim, responsabilidade própria; ou então significaria tal sintagma que pode abrir a porta, se se puder atribuir a responsabilidade a outrem...

4. *Segure-me bem no corrimão quando utilizar as escadas rolantes.*¹⁹
Hold the handrail.

Individualizemos ainda algumas questões pragmáticas:

- Tratamento do público de modo excessivamente familiar, pelo plural "você", com recurso à terceira pessoa do plural dos verbos, numa espécie de substituição moderna da 2.^a pessoa do plural:

*APAGUEM AS BEATAS, NÃO DEIXEM FOCOS DE INCÊNDIO*²⁰

A oscilação entre registos acha-se ainda patente no uso do coloquial *beata*, pelo corrente *cigarro*, para designar mais expressivamente a extremidade do dito, sobretudo quando já apagada ou descartada.

- A redação ou, neste caso, tradução de placas, avisos e outra literatura sucinta exige uma linguagem elíptica, mais eficaz. No tocante à redundância, podem surgir avisos com o dobro das palavras esperáveis:

*ATENÇÃO
ESTA ÁGUA ESTÁ IMPRÓPRIA
PARA CONSUMO HUMANO
NÃO BEBER*

O adjetivo *humano* foi acrescentado devido à falta de transparência, para o emissor, do substantivo *consumo*, que neste contexto já tacitamente implica a 'ingestão por pessoas'. Achando-se a placa mesmo ao lado do fontanário (o FONTENÁRIO DA FLORA), elimine-se também o demonstrativo "esta" e elimine-se o verbo "está", já que se dispensa a frase completa, retire-se *humano* e *Não Beber*, já que o leitor alfabetizado está ciente do que se deve fazer diante de um líquido impróprio para consumo.

SAIR SÓ DEPOIS DE ABERTA APORTA [aviso na porta automática, no interior de autocarro]

Para certas formulações excessivas (vd. 1) existe, contudo, noutros locais e nos mesmos contextos a alternativa curta (mas em 2 ainda com preposição excedentária):

1. *FAVOR UTILIZAR PORTA CENTRAL PARA SAÍDA*
2. *FAVOR DE SAIR PELA PORTA CENTRAL*

São também extremamente comuns em Macau os excessos de amabilidade, somente em alguns casos por interferência do chinês, língua mais dada a doces e explicativos conselhos paternalistas, ou maternais:

1. [cartaz temporário na paragem de autocarro]

Aviso a Passageiro

De acordo com regulamento da DSAT, durante feriados entre 22, 24 e 25 de Dezembro de 2010, ônibus MT3 vai parar, peço atenção aos passageiros.

Os passageiros podem levar a empresa a outras rotas de autocarros para o destino. Nós desculpamo-nos por todas as inconveniências causadas!

[Transmac, S.A.R.L.--- 20/12/2010]

2. [cartaz temporário na paragem de autocarro]

Aviso a Passageiro

De acordo com regulamento da DSAT, durante feriados entre 1 de Janeiro de 2011, ônibus MT3 vai parar, peço atenção aos passageiros.

Os passageiros podem levar a empresa a outras rotas de autocarros para o destino. Nós desculpamo-nos por todas as inconveniências causadas!

[Transmac, S.A.R.L.--- 30/12/2010]

Aspeto inverso a evitar, mas comum na tradução de anúncios, placas e avisos públicos, é, não já no âmbito da sua correção mas em termos pragmáticos, o do carácter negativo ou disfórico do discurso equivalente: *NÃO SUJAR* [no interior do autocarro] é mais vulgar e menos construtivo do que *MANTENHA LIMPO O AUTOCARRO*, como, aliás, reza o original chinês.

4. Conclusão

corrimão", embora a escada esteja em circulação e o tempo escasseie para tanta leitura, recomendando um económico *Segure bem no corrimão*.

²⁰ Melhor: Apague o seu cigarro antes de o depositar no caixote do lixo, ou Apague o seu cigarro, evite incêndios.

¹⁹ Ou seja, apenas a criança pediria ao pai que a segurasse bem ao corrimão. Ou a já perfeita amabilidade de tão longa advertência, nada elíptica, seria ainda requintada pelo eventual dativo ético, "segure-me", no meu interesse, não caia, tal como coloquialmente dizemos aos filhos: "Tu come-me já essa sopa!". E, mais uma vez, o chinês é especialmente demorado e amável na advertência, não se poupando a palavras; literalmente, "Quando utilizar as escadas rolantes deve agarrar bem o

Macau é, com toda a evidência, uma Babel de línguas (vd. 1. MIRADA TRAVEL LIMITED; 2. SUPPERMERCADO GOOD LUCK), tal como uma Babel de luxuosos edifícios rivalizando com os astros; um jardim de pedras que falam, tão comunicativas como as gentes. Mas por que razão falha unicamente, nestes hotéis e condomínios de cinco estrelas, nestes edifícios luxuosos, o orçamento para uma boa e homogênea tradução?

1. ESCADARIA PST- 1
ATÉ O ASSOALHO DO REFÚGIO 8/F
USE POR FAVOR
A ESCADARIA RST-2 EM 8/F
PARA QUE O ACESSO À TORRE 1
STAIRCASE PST- 1
UP TO 8/F REFUGE FLOOR
PLEASE USE STAIRCASE
RST-2 AT 8/F
FOR ACCESS TO TOWER 1
2. PULL HANDLE TO FULL EXTENT
TO SHUT OFF EMERGENCY VALVE
PUXE ASA A PLENO EXTENTTO
FECHA FORA VÁLVULA DE SURGIMENTO
FAZER LUME
GAS BUTANO
PERIGO DE EXPLOSAO
PROIBIDO FUMAR OU
3. AVISO
COMUNICAMOS QUE COMO É DE FERIADOS, NOSSO BANCO NÃO SE ABRE NOS
DIAS 24 A 27 DE DEZEMBRO (SEXTA - FEIRA A PRÓXIMA SEGUNDA - FEIRA)
BANCO TAI FUNG

Diante do notório e comovente esforço governamental e individual para manter nas ruas uma língua falada e compreendida por poucos, mas uma língua indubitavelmente com direitos de cidade, só está em falta a crítica construtiva. Enquanto língua oficial da RAEM, é à comunidade que a trouxe, que a fala e compreende, que o português se destina, é a ela que homenageia. Tal implica também, todavia, que o estado em que se acha e em que se vai achando depende antes de mais do seu público leitor. Por outro lado, uma língua oficial merece tratamento oficial... Assim, deixamos apenas uma

pergunta: não teria esta terra de abundância, este epifânico local de confluência de múltiplas gentes, línguas e culturas, no qual o português e os portugueses se acham desde sempre simbioticamente entrelaçados com o chinês e os chineses, e com a origem da cidade, orçamento e sensibilidade política para a criação e manutenção de um Gabinete para os assuntos da língua portuguesa? Ou seja, de um gabinete em prol da imagem e da concretização digna do papel do português enquanto língua oficial da RAEM?

*"não sabes tu q' a lingua Portuguesa / não tem o Mundo igual outra em nobreza [?]
(D. Próspero dos Mártires, Pegureiro do Parnaso, Biblioteca da Ajuda, ms 49-III-52, 227)*

*Contra os portugueses, q. escrevem em castelhano²¹
Não he justo compor em castelhano
Quando esta nossa língoa he tão divina,
Que por ser natural era so digna
De engrandecela em verso soberano.*

*Cantou o grão Virgilio Mantuano
Na sua mesma língoa, q. he latina,
O grego Homero a grego a lira afina,
O mesmo fez Petrarca Italiano.*

*Se estes q. tanto as Musas sublimarão
Nas proprias línguas suas, lhe importara
Cantar em outra língoa diferente,*

*Na nossa Portuguesa só cantarão
Por ser compendiosa, doce, e clara,
Fecunda, rara, vnica, e excelente.
(Anónimo, Biblioteca Nacional, ms. 10894, 314)*

Em nobre e antigo português se leem em Macau duas placas, a primeira à entrada da Fortaleza do Monte:

*ALTO! SENTIDO! / RECORDA POR UNS INSTANTES A HISTÓRIA LINDA
DA NOSSA / PÁTRIA. ENTRA ALTIVO E DE / CABEÇA ERGUIDA PORQUE ÉS
/ SOLDADO DESSA PÁTRIA.*

²¹ A valorização das excelências da língua portuguesa feita neste soneto inscreve-se no âmbito do movimento de apologia da língua pátria relacionado com a rejeição da castelhana como língua

literária dos escritores portugueses, com motivação política mas também intenções de demarcação relativamente a certos códigos literários (Aguiar e Silva, 1971: 127-128).

A segunda inspirando os milhares de turistas de variegadas nacionalidades que nos últimos séculos têm entrado diariamente na China:

A PÁTRIA HONRAI QUE A PÁTRIA VOS CONTEMPLA

A pátria, ali na China e à entrada da China, é Portugal, e é a língua portuguesa.

Referências Bibliográficas:

Andresen, Sophia de Mello Breyner (2011), *Obra poética*, Edição de Carlos Mendes de Sousa, Lisboa: Caminho.

Corominas, Joan (1983), *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*, 3ª edición muy revisada y mejorada (1ª, (1961). Madrid: Editorial Gredos.

Corominas, Joan e José Pascual (1980), *Diccionario Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Ed. Gredos.

Corriente, Federico (2008), *HdO, Dictionary of Arabic and Allied Loanwords – Spanish, Portuguese, Catalan, Gallician and Kindred Dialects*, Leiden: Brill.

García de Diego, Vicente (1989), *Diccionario Etimológico Español e Hispánico*, 3ª ed. aumentada, Madrid: Espasa-Calpe.

Machado, José Pedro (1952), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 5 vols. Lisboa: Livros Horizonte.

Morais Silva, António de (1990), *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, Lisboa: Ed. Confluência (1961).

Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (1971), *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Coimbra: Centro de Estudos Românicos.

ANABELA OLIVEIRA DA NAIÁ SARDO é licenciada em Ensino de Português e Francês, mestre em Estudos Portugueses e doutoranda em Literatura Portuguesa na Universidade de Aveiro.

Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1991, começou a lecionar no Instituto Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto.

É, atualmente, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria deste Instituto, onde lecionava desde o ano 2000 e tinha sido, também, durante quatro anos, Presidente do Conselho Técnico-Científico dessa Escola.

Para além da investigação que está a realizar acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz alguma pesquisa ao nível do turismo literário, um turismo de nicho em franca expansão em alguns países europeus, bem como noutros de continentes diferentes.



É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.

5) **ANABELA NAIÁ SARDO, Unidade De Investigação E Desenvolvimento Do Interior, Instituto Politécnico Da Guarda Portugal**



TEMA 3.6. INTIMIDADES E AMBIENTES LITERÁRIOS E ARTÍSTICOS NA OBRA DE ANA TERESA PEREIRA, ANABELA SARDO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, GUARDA, PORTUGAL

O objeto de análise deste texto é a obra de uma das autoras mais interessantes da narrativa portuguesa contemporânea, a escritora madeirense Ana Teresa Pereira, cuja produção literária tem vindo a ocupar um lugar invulgar no âmbito da nossa literatura.

Esta singularidade fica a dever-se a diversos fatores como, por exemplo, a possibilidade da leitura cruzada de cada uma das suas narrativas (contos, novelas e alguns romances), jogando, à semelhança do que afirma Sara Figueiredo Costa a propósito do livro *Contos* (2003), “*com os elementos e as referências presentes nos outros contos e construindo uma teia de significações que funciona como um espelho, movendo-se a cada momento para permitir a leitura de situações e personagens de um outro ângulo, sempre mais inesperado do que o do conto anterior*” (2004: 1).

A originalidade advém, igualmente, da recorrência das personagens que, em cada texto, avocam uma outra maneira de recriar o seu passado. E, ainda, dos elementos espaço-temporais. Por si só, estas duas características estruturais fazem, da obra em questão, um exercício de leitura fora de comum, permitindo um percurso fragmentário, mas infalivelmente global pelo conjunto da obra, conferindo à mesma uma unidade forte e imprevista que só a leitura de todos os livros permitirá atingir.

Para reforçar a ideia de que a obra pereiriana ocupa um espaço incomum na literatura portuguesa, lembramos a opinião de Duarte Pinheiro (que surge apenas no seguimento de outras anteriores, como a de Rui Magalhães, a de Eduardo Prado Coelho ou a nossa), quando afirma que esse facto se fica a dever a dois aspetos essenciais: a questão do género e a forma como o mesmo é explorado pela escritora. Destarte, a peculiaridade advém não tanto “*porque as suas histórias constituem um género novo*” (Pinheiro, 2009: 13), embora a própria autora o diga claramente numa entrevista que deu a Maria Leonor Nunes (2008): “*parece pretensioso, mas acho que os meus textos constituem um género.*”

O parecer de Duarte Pinheiro vem na sequência dos estudos de Rui Magalhães, que se havia debruçado sobre a questão do género dos textos da autora funchalense, partindo da conceção todoroviana de fantástico (Magalhães, 1999), e da nossa própria opinião, quando admitimos uma certa dificuldade em classificar os textos de Ana Teresa Pereira, uma vez que o registo neles verificado se coloca entre “*o real e o onírico, a objetividade e a subjetividade, o realista e o fantástico*” (Sardo, 2001a: 120).

Logo, a originalidade resulta muito mais, como muito bem assevera Pinheiro, do facto das histórias pereirianas “*darem voz a um género até agora explorado esporadicamente ou, pelo menos, remetido a pequenas incursões estilísticas levadas a cabo por alguns dos melhores prosadores da história literária portuguesa – o fantástico. Eça de Queirós, Gomes Leal, Álvaro de Carvalho e até o próprio Camilo Castelo Branco (...) criaram histórias de cariz fantástico, mas nunca assumiram o fantástico como género literário; estas narrativas, sobretudo curtas, devem ser entendidas como obras fantásticas isoladas, não constituindo um percurso literário contínuo neste género que se possa equiparar àquele da escritora Ana Teresa Pereira.*” (2009: 13). A narrativa pereiriana, excetuando a produção literária juvenil, é, pois, marcadamente fantástica de acordo com a opinião deste estudioso.

Para além dos aspetos e dos níveis de recorrência mencionados, uma outra característica nos parece fundamental para distinguir a obra de Ana Teresa Pereira, conferindo à sua produção literária aquilo que gizámos chamar “*escrita obsessiva*”. Trata-se das alusões sistemáticas à literatura, ao cinema, à música e à arte, em geral, que se situam num plano de intimidade com os textos, que faz delas componentes narrativos indispensáveis para a compreensão dos mesmos. Por esta razão, podemos afirmar que a linguagem cinematográfica (tal como a linguagem poética para além da técnica, como em Tarkovsky, David Lynch ou Hitchcock) é inerente à forma de escrever de Ana Teresa Pereira, na medida em que, como refere Sara Costa, o leitor consegue aperceber-se “*de temas e topoi característicos de diferentes cinematografias*” (Costa, 2004: 19).

Podemos, portanto, dizer que o universo literário de Ana Teresa Pereira se construiu a partir de intimidades e ambientes literários e artísticos que revelam o mundo em que a

escritora madeirense cresceu e continua a viver, um universo repleto de livros e filmes. A análise das suas narrativas permite perceber que a forma como a escritora encara e entende a vida tem a ver com a sua leitura dos livros e de que toda a sua experiência é feita não só de factos, do que lhe acontece, mas também do que acontece nos livros que leu e lê, traçando um território muito seu, que explora de um modo obcecado, criando um universo literário à sua imagem e semelhança.

O ambiente e a convivência literária e artística, que marcaram a vida da escritora desde a sua infância, parecem justificar as relações intertextuais e os diálogos que estabelece com os grandes criadores que subtendem as suas criações. Poetas e escritores como Enid Blyton, Hans Christian Anderson, Henry James, Nathaniel Hawthorne, E. A. Poe, para referir apenas alguns dos mais representativos, acompanham a escritora desde a infância. Foram entrando na sua existência muitos outros escritores, poetas, filósofos, pintores, músicos e realizadores de cinema que a fascinam e influenciam, de uma forma muito intensa, a sua escrita. É o caso, por exemplo, de William Irish (Cornell Woolrich), W. B. Yeats, R. M. Rilke, Iris Murdoch, Wilkie Collins, Anne Rice, Nietzsche, Freud, Dante Gabriel Rossetti, M. Rothko, Klimt, Klee, Bach, Tarkovski ou Nicholas Ray, que descobrimos ao longo dos seus livros numa permanente, insólita e obsessiva associação. A complexidade das referências revela a erudição de Ana Teresa Pereira e coloca-nos diante da sua habilidade como escritora para além de atestar, de uma forma inquestionável, a importância da arte no seu universo literário.

De todas as alusões literárias que Ana Teresa Pereira faz ao longo das suas histórias, gostaríamos, no âmbito deste artigo, de destacar-se algumas das que consideramos basilares. Começamos por relembra aquela que perpassa grande parte da obra: a imagem da escritora e filósofa irlandesa Iris Murdoch (1919 – 1999)²², conhecida pelos

seus romances filosóficos. Esta afinidade ultrapassa a mera relação autor/leitor ou mesmo a de uma escritora que influencia a outra, como se pode aferir, por exemplo, no livro *Se Eu Morrer Antes de Acordar*: “ – *You were once adored. Tu és adorada...*” (Pereira, 2000a: 184).

A forma como a escritora irlandesa emerge no texto revela a imensa admiração, quase uma forma de veneração por parte de Ana Teresa Pereira. A elegia começa com a presença das citações preliminares, que servem de epígrafe ao primeiro e terceiro contos, e culmina no conto que dá título ao livro, porquanto se une, na personagem Iris, a história de Iris Murdoch (ou, melhor, a interpretação que Ana Teresa Pereira faz de parte da vida da autora de *O Tempo dos Anjos*) com as suas próprias histórias e obsessões. Iris, de *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, é Iris Murdoch, mas é, também, Ana Teresa Pereira, na medida em que as personagens e os textos parecem revelar a imagem da escritora, como se pode verificar em diversos momentos da obra, dos quais se destaca, por exemplo, este excerto de *Se Eu Morrer Antes de Acordar*: “*E não havia nenhum escritor vivo que lhe fizesse falta. Ted Hughes morrera, e Marguerite Duras, e a escritora que mais amava, e nenhum deles escreveria um próximo livro (...)*” (Pereira, 2000a: 170), e pelas entrevistas dadas pela escritora: “tudo o que escrevemos é autobiográfico” (Nunes, 2008: 11). Assim, a menção constante a Iris Murdoch, acompanhada por muitas outras referências e citações, de que destacaremos apenas algumas daquelas que se nos afiguram como as mais importantes, transformam a obra numa imensa antologia de afetos e fruições pessoais.

Outra alusão recorrente é William Irish (1903 -1968)²³. Paira em *Até Que a Morte Nos Separe* como noutros textos da autora, nomeadamente logo no primeiro livro *Matar a Imagem*: “*E William Irish... Eu era ainda menina quando lera If I Should Die Before I Awake*”

romancista, fazendo contrastar o retrato de uma jovem e vibrante mulher, intelectualmente brilhante, com a sua vida posterior, quando os efeitos da doença de Alzheimer, de que foi vítima, começaram a devastá-la, acabando por ficar completamente dependente do seu marido John Bayley.

23 William Irish, pseudónimo de Cornell Woolrich, é chamado “o poeta das sombras”, escritor de contos misteriosos de tristeza e horror, e comparado, por muitos, a Edgar A. Poe.

22 Dame Jean Iris Murdoch frequentou a Badminton School, em Bristol, e, entre 1938 e 1942, estudou, em Oxford, no *Somerville College*, *Literaturas Clássicas*, *História Antiga* e *Filosofia*, tendo efetuado uma pós-graduação também em *Filosofia*. Deu aulas no *Royal College of Art*. A partir de 1963, dedicou-se à escrita, tendo produzido vinte e seis romances em quarenta anos, os últimos escritos já enquanto sofria da doença de *Alzheimer*.

A sua história está retratada no filme *Iris*, dirigido por Richard Eyre em 2001. O filme é baseado no livro de John Bayley *Iris – A Memoir and Elegy for Iris* e conta a história da vida da filósofa e

(Pereira, 1989: 22). O mesmo acontece em *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, que tem exatamente o título do conto de William Irish, publicado em 1937.

Outro escritor que influenciou, de forma indelével, a obra de Ana Teresa Pereira foi Henry James, em especial através do seu livro *A Volta no Parafuso*, cujo universo subjaz ao da escritora ao nível dos aspetos temáticos (os temas da identidade e da solidão, fundamentais na obra pereiriana), e, concomitantemente, ao nível dos aspetos formais, como é o caso da perspetiva narrativa, relação muito bem estudada por Duarte Pinheiro no subcapítulo 1. 1 do capítulo III da sua tese de doutoramento (2010). A própria escritora faz referência, na entrevista dada a Maria Leonor Nunes (2008), à perspetiva usada por Henry James em toda a sua obra literária e, em particular, em *A Volta no Parafuso*. Pelo que a conclusão de Pinheiro nos parece muito bem conseguida quando condensa, num parágrafo, a ideia de que “*da perspetiva narrativa à descrição espacial, da temática à construção da personagem, tudo nas narrativas pereirianas parece ter origem em Henry James. A escritora madeirense e o escritor anglo-americano coexistem no mesmo campo literário, partilham e vivem de modo profundo e apaixonado a mesma escuridão*” (Pinheiro, 2010: 194).

O mesmo se passa com Daphne Du Maurier, principalmente através do livro *Rebecca*. O espaço deste romance povoa de imagens algumas narrativas pereirianas. Manderley faz parte “*do vasto leque de elementos de ficção que têm marcado a escritora madeirense ao longo da sua carreira*” (Pinheiro, 2010: 264). Neste caso, até aquela que é considerada como uma das mais belas e fantásticas primeiras linhas de toda a literatura, a que dá início ao romance de Du Maurier, “*A noite passada sonhei que voltava a Manderley*” (Maurier,

2009: 7), aparece nas narrativas de Ana Teresa Pereira. O ambiente de Manderley, perturbante e ermo, torna-se o cenário de algumas das histórias pereirianas e habita o imaginário de certas personagens, desde o seu segundo livro, *As Personagens*, até *A Noite mais Escura da Alma* ou *Histórias Policiais* (no conto “*Numa manhã fria*”), por exemplo. Todavia, é no texto que consideramos ter um dos mais belos títulos de toda a obra de Ana Teresa Pereira, *O verão selvagem dos teus olhos*, que acontece aquilo que Manuel Freitas chama “*um ato extremo de criação*” (2009: 33). Como afirma, não se trata de “*palimpsesto, dialogismo ou intertextualidade*”, mas de “*um livro que nasce literalmente de um outro livro*” (Freitas, 2009: 33).

É, pois, através da escrita referencial, por “*ligações subterrâneas*” (Pereira, 2004: 84) que somos transportados através do labiríntico universo artístico que está subjacente ao de Ana Teresa Pereira. É pela escrita referencial que chegamos autores, a imagens, e temáticas obsessivas. Diluem-se, nos livros, citações e evocam-se, continuamente, discursos literários, cinematográficos e pictóricos mais ou menos ocultos. Numa constante associação, somos confrontados com alusões a muitos outros escritores e, também, poetas, filósofos, pintores, realizadores de cinema e músicos, mas, também, somos surpreendidos com excertos ou sínteses de narrativas, de livros e de filmes (verdadeiros ou inventados por Ana Teresa Pereira), bem como referências a situações e a personagens.

Assim, com o mesmo sentido de harmonia com que a aranha constrói a sua teia, o pintor junta as cores ou o compositor as notas musicais, a escritora liga e enreda enunciados, leituras e estéticas num jogo desconcertante que nos leva, obsessivamente,

Alguma da sua extensa bibliografia foi adaptada ao cinema. A partir de livros seus foram realizados cerca de doze filmes. Por exemplo, *La Mariée était en Noir – The Bride Wore Black*, em 1967, de François Truffaut ou *Rear Window*, de 1954, de Alfred Hitchcock.

Foi um dos principais escritores do que se chamou “romans noirs”, “black novel” ou “dark or black fiction”, que fazem parte do “noir style”, do cinema e da literatura, que tanto parece agradar a Ana Teresa Pereira.

O termo “roman noir” foi usado, pela primeira vez, pelos franceses no século XVIII para descrever o romance gótico britânico. No século XX, adquiriu um novo significado e foi usado para nomear um movimento de literatura e cinema americanos, que teve início em criações que se intitulavam “hard

boiled thrillers”. Começou com as histórias de Raymond Chandler, John Carrol Daly, Dashiell Hammett e todos os escritores de “Black Mask”, dos anos vinte e trinta, e incluía desde os filmes com Humphrey Bogart até aos romances de Jim Thompson e James M. Cain. Estendeu-se até aos anos noventa com escritores como Lawrence Sanders e Thomas Harris, entre outros, que descrevem o lado negro da sociedade americana, mas também dão uma interpretação vital e profunda da mesma. Em *Até Que a Morte Nos Separe*, fazem-se diversas referências que revelam o gosto da escritora por obras e autores que têm a ver com este movimento de literatura e cinema americanos. Ver, por exemplo, nas páginas 36, 53, 54, 58 deste livro.

às obras e aos autores que as personagens dos seus livros amam e que são, afinal, aqueles que moldam o universo literário de Ana Teresa Pereira: “As minhas personagens fazem aquilo que me interessa, aquilo que compreendo melhor” (Nunes, 2008: 11). E é a essas personagens que, direta ou indiretamente, dedica os seus livros.

As dedicatórias explícitas nem sempre acontecem, como se pode constatar em livros como *Matar a Imagem*, *As Personagens*, *A Última História*, *Num Lugar Solitário*, *O Vale dos Malditos*, *A Linguagem dos Pássaros*, *O Sentido da Neve* ou *O Fim de Lizzie*, por exemplo. Grande parte dos livros tem inscrições iniciais que deixam transparecer outras afeições da escritora madeirense. Alguns são “dedicados a um cão” como a própria confessa numa entrevista dada a Alexandra Lucas Coelho (1999a: 1). Consagra, “Ao Charlie”, livros como *Fairy Tales*, *A Noite Mais Escura da Alma*, *A Coisa Que Eu Sou*, *O Rosto de Deus* e *Se Eu Morrer Antes de Acordar* e, “Para o Charlie”, *Quando Atravessares o Rio*. Aos seus gatos, destina *As Rosas Mortas*.

Estas dedicatórias vêm mostrar uma das relações fundamentais que distinguem a obra de Ana Teresa Pereira: o amor aos animais, em especial aos cães e aos gatos, uma das características que herdou de seu pai. A outra, a paixão pelos livros e pelos filmes, também lhe foi inculcada através da ligação que manteve com o progenitor durante a sua infância:

“O meu pai acompanhou-me, foi quem me ensinou a ler (...). Lembro-me dele ler ‘Os Cinco’ comigo... era com se vivêssemos aquilo tudo em conjunto (...). A relação com o meu pai era muitíssimo importante, passava sobretudo pelos livros e pelo cinema. (...) É algo que em mim é visceral” [sic] (Coelho, 1999a: 1).

E esse amor profundo aos livros e aos filmes assoma, desde logo, nas histórias que dedica a alguns dos seus escritores de eleição. A Iris Murdoch (“para Iris Murdoch”), “a escritora que mais amava” (Pereira, 2000a: 170), consagra *Intimações de Morte*, *Se Nos Encontrarmos de Novo* e o conto “O tempo dos fantasmas” de *O Ponto de Vista dos Demónios*. “Para Nicholas Ray e William Irish” foi escrito *Até Que a Morte Nos Separe*. E,

“para Silver Kane (Francisco González Ledesma), que criou o material de que são feitos os [seus] pesadelos” (Pereira, 2001a), compôs *A Dança dos Fantasmas*. Finalmente, como não poderia deixar de ser, dedica, de igual modo, livros a personagens literárias: *A Cidade Fantasma*, por exemplo, “Ao Dr. Gideon Fell”, o detetive criado por John Dickson Carr; e *O Mar de Gelo*, “para Tom”, a personagem que perpassa a obra pereiriana²⁴. É ainda de referir que *A Neve* tem como dedicatória “para a Quinta do Palheiro Ferreiro, onde nasceram tantas histórias”.

À medida que nos embrenhamos nas narrativas de Ana Teresa Pereira, descobrimos claramente que a leitura que a escritora faz da vida tem a ver, em grande medida e especialmente, com a sua leitura dos livros, como já afirmámos, mas, igualmente, com a interpretação que faz dos quadros dos pintores, que tanto aprecia, dos filmes dos seus realizadores de eleição e, ainda, de determinadas composições musicais que vai evocando, numa espécie de melodia de fundo, ao longo da sua obra. Como já foi referido, Ana Teresa Pereira cresceu no meio de livros de autores de língua inglesa que marcaram decisivamente a sua vida e a sua obra, como a própria afirma em mais do que uma entrevista. É de realçar que este pormenor circunscreve, também, o universo existencial das personagens das suas histórias como as próprias anunciam. Atente-se, por exemplo, na seguinte citação de *A Última História*: “Lera novelas de Henry James e vira filmes de Hitchcock, estudara criminologia, histórias de crimes célebres. E lera muitos poemas negros, sobre a morte e os fantasmas”. (Pereira, 1991a: 47).

A referência aos criadores e artistas que moldam o universo literário das personagens (e o seu próprio) é, então, uma marca fundamental da obra da escritora que utiliza ou se refere ao discurso e à obra do “outro”, numa acumulação de planos distintos de uma mesma realidade. Os textos aduzidos passam a constituir o seu próprio texto, resultando o enunciado de outros enunciados, mas, essencialmente, da leitura muito pessoal das obras dos criadores que foram preenchendo a sua existência desde a infância, bem como

²⁴ A este respeito, leia-se a dissertação de Rosélia Fonseca (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*.

de experiências e de estéticas que a autora interliga. Podemos afirmar que Ana Teresa Pereira vai muito para além da mera intertextualidade (que encontramos, claramente, nas epígrafes dos livros, nas citações, nas paráfrases e na recorrência a características dos géneros policial e fantástico, numa espécie de *pastiche*), porquanto refere constantemente as suas inspirações. Fala dos escritores, pensadores e artistas de que gosta sem qualquer presunção, citando-os com à vontade na língua original, sobretudo os ingleses.

Como já asseverámos anteriormente, a cosmovisão, que molda a existência de Ana Teresa Pereira, delimita, analogamente, a das personagens das suas diegeses, cujos universos existenciais são marcados pela arte e por referências obsessivas ao mundo dos livros, dos quadros, da música e dos filmes. Este aspeto revela-se logo no primeiro livro, *Matar a Imagem*, que funciona, de diversas formas, como uma espécie de iniciação ao percurso literário desta escritora madeirense.

À semelhança da sua criadora, as personagens das narrativas pereirianas são seres especiais e têm características peculiares. Sempre artistas, sobretudo escritores, mas também escultores, pintores, atores ou realizadores de cinema, constroem a sua existência peculiar à volta do mundo da arte, revelando, dessa forma, um universo cultural amplo e complexo que se manifesta na constante referência a nomes e obras (ou excertos de obras) mais ou menos conhecidos do leitor. Porém, nos livros de Ana Teresa Pereira, acontece mais do que a mera intertextualidade que ocorre entre textos e outras formas de expressão artística, como composições musicais, quadros ou filmes. Esta característica vai ter reflexos na relação que o leitor passará a manter com as narrativas, uma vez que ao mesmo é exigido, para além de um mais ou menos amplo conhecimento do mundo, em geral, um saber prévio acerca do universo da arte que permita identificar as alusões sistemáticas, tendo em conta que, ao contrário do texto científico em que há a referência explícita das obras e dos autores citados, as menções são, nos textos literários, normalmente implícitas.

Desta forma, entre os textos de Ana Teresa Pereira e o seu leitor deverá ocorrer, obrigatoriamente, a partilha de um conhecimento comum ao nível do mundo artístico, especificamente no que diz respeito às áreas da literatura, da pintura, da música e do

cinema. Por outro lado, as referências constantes funcionam como uma forma de persuasão do leitor que se vê compelido a pesquisar sobre os autores ou as obras que desconhece, mas que as personagens destes textos mencionam reiteradamente e que moldam os seus universos existenciais, processo que leva também o leitor a amar esses criadores e essas obras, sistematicamente referidas.

Podemos afirmar que, em Ana Teresa Pereira, a repetição de nomes, a recorrência a intertextos e a influências admitidas funcionam como elementos fundamentais do seu modo de escrita. A este respeito, Rui Magalhães chama a atenção para a questão da análise destas influências, afirmando que há *“um curioso mecanismo de projeção” que leva a autora a ler as obras que refere “de uma forma absolutamente pessoal que lhes confere uma dimensão que não está presente nelas ou, se o está, não constitui o seu modo natural de ser”* (Magalhães, 1999b: 24). Este tipo de procedimento pode ser entendido, com maior facilidade, se recordarmos uma espantosa “teoria hermenêutica”, enunciada, pela narradora de *As Personagens*, no seguinte excerto: *“À tarde, ficavam na biblioteca. Ele fazia-a ler durante horas, e depois ensinava-a a representar. E à noite fazia-a ver os seus filmes, todos os que ele amava, forçava-a a amá-los também. Mostrava-lhe as histórias paralelas, invisíveis, que eles escondiam. E forçava-a a amá-los também”* (Pereira, 1990: 132). O que aqui se afirma, relativamente às personagens deste segundo livro escrito por Ana Teresa Pereira, assenta perfeitamente no que parece ambicionar a escritora em relação aos seus leitores. Os seus textos induzem os leitores a descobrir a identidade e a obra dos autores constantemente referidos, a ver os filmes dos realizadores mencionados, a apreciar os quadros dos pintores de eleição e a ouvir a música que tanto impressiona as personagens. Nesta escritora, este aspeto reveste-se de um significado particular, uma vez que a mesma convoca, para o âmbito dos seus livros, os autores que ama, referindo-os e citando-os obsessivamente.

Um outro tópico que não poderá deixar de ser realçado é que, inúmeras vezes, para além da referência e da citação, a escritora imagina e fantasia a partir da leitura que faz dessas obras. Entretece, desta forma, realidade e ficção num jogo de subtil fingimento e encanto arrebatador. Noutras situações (recordemos as suas crónicas, por exemplo),

escreve sobre livros e filmes que nunca existiram, como confessa numa entrevista dada em 2008: “*Não sei se é visível a importância que Borges teve para mim, aprendi com ele a escrever sobre livros que não existem, sobre filmes que não existem. Uma vez escrevi uma crónica sobre ele e mencionei um livro que não existia (...)*” (Nunes, 2008: 11).

O título do nosso artigo “*Quando a ficção vive na e da ficção*” (2000), esclarece a importância que a ficção possui na construção do universo narrativo de Ana Teresa Pereira uma vez que, como aí afirmamos, “*a ficção vive dentro da ficção e as histórias vivem de imagens literárias (e artísticas) que condicionam a construção.*” Deste modo, Duarte Pinheiro, concordando com a nossa opinião, declara que “*na origem narrativa dos textos pereirianos parecem estar outros textos literários, as personagens pereirianas parecem assemelhar-se a outras personagens desses mesmos textos, e as imagens literárias e artísticas obsessivamente presentes nas obras da escritora funchalense provocam a sensação no leitor de terem sido entrevistadas num outro momento*” (Pinheiro, 2010: 154).

A arte é fundamental para uma criadora que se dedica, de alma e coração, à leitura e à escrita, que gosta de conviver com os seus “fantasmas”, como afirma, e que imagina o universo como uma infinita biblioteca, à semelhança de Jorge Luis Borges, escritor que tanto aprecia. Recorde-se o que pensa um dos protagonistas da série de contos de aventura juvenil, de que é autora, que considera a biblioteca como um “paraíso”, de tal forma está contagiado por essa obsessão, quando se aventura a descobrir o segredo escondido numa biblioteca, que se revela magicamente como uma “floresta” (Pereira, 1991c: 48) de livros. O mesmo se passa em *A Última História*, quando a narradora atesta: “*O paraíso, pensou, tinha mesmo de ser uma biblioteca. Onde ela passaria a eternidade com Tom. Ou com Charlie. Era quase o mesmo*” (Pereira, 1991a: 147).

Referências bibliográficas

I. Livros de Ana Teresa Pereira

- (1989) *Matar a Imagem*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
 (1990) *As Personagens*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.
 (1991) *A Última História*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
 (1993) *A Cidade Fantasma*. Lisboa: Editorial Caminho, SA Coleção Caminho Policial.

- (1996a) *Num Lugar Solitário*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
 (1996b) *Fairy Tales*. Black Son Editores, (53 pp.).
 (1997a) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.
 (1997b) *A Coisa Que Eu Sou*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (1998a) *As Rosas Mortas*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
 (1998b) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Círculo de Leitores
 (1999) *O Rosto de Deus*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2000a), *Se Eu Morrer Antes de Acordar*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2000b) *Até Que a Morte Nos Separe*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2000c) *O Vale dos Malditos*. Black Son Editores.
 (2001a) *A Dança dos Fantasmas*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2001b) *A Linguagem dos Pássaros*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2002a) *Intimações de Morte*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2002b) *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2003) *Contos*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2004) *Se Nos Encontrarmos de Novo*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2005a) *O Mar de Gelo*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2005b) *O Sentido da Neve*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2006a) *Histórias Policiais*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2006b) *A Neve*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (108 pp.).
 (2007) *Quando Atravessares o Rio*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
 (2008) *O Fim de Lizzie*. Lisboa, Relógio D' Água Editores.
 (2008) *O verão Selvagem dos Teus Olhos*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
 (2009) *As Duas Casas*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
 (2009) *O Fim de Lizzie e Outras Histórias*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.
 (2010) *Inverness* Lisboa: Relógio D' Água Editores.
Literatura juvenil
 (1991a) *A Casa dos Pássaros*. (78 p.).
 (1991b) *A Casa dos Penhascos*. (85 p.).
 (1991c) *A Casa das Sombras*. (75 p.).
 (1991d) *A Casa da Areia*. (83 p.).
 (1992) *A Casa do Neveiro*. (85 p.).
 Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Labirinto.

II. Obras e artigos sobre Ana Teresa Pereira

- COELHO, Alexandra Lucas (1999a), “Eu estive aqui antes”. *Público*, 17/07.
 COELHO, Eduardo Prado
 (1999) “Intimidações de Morte”. *Público*, 17/07.
 (2002), “A Ficção de um Absoluto”. *Público*, 5/01.
 (2005) “O que morrerá comigo quando eu morrer”. *Público, Mil Folhas*, 10/09.
 (2006) “Onde tu estás é sempre o fim do mundo”. *Público, Mil Folhas*, 21/01.
 COSTA, Sara Figueiredo (2004), “Seleção de contos de uma das autoras mais interessantes da narrativa portuguesa”. Disponível em www.canaldelivros.com, (<http://anateresapereira.blogspot.com/2004/08/seleco-de-contos-de-uma-das-autoras.html>), consulta em 16/11/2010.

FONSECA, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Funchal: Universidade Católica Portuguesa.

FREITAS, Manuel (2009), “O verão selvagem dos teus olhos”. *Expresso* (revista *Atual* n.º 1896), 28/02, pp. 33 a 34.

HORTA, Maria Teresa

(1991b) “A Última História’. Um policial diferente”. *Diário de Notícias*, 28/07.

LUZA, Vera, (2007), “Ana Teresa Pereira confessa-se”. *Jornal da Madeira, Revista Olhar*, 30/06.

MAÇO, Tomás

(1993a), “A noite dá-me um nome”. *Jornal da Madeira*, 05/07.

(1993b), “Eu Escrevo Contos de Fadas”. *Jornal da Madeira*, 22/05.

MAGALHÃES, Rui

(1992), “O Jardim das Sombras Inquietas”. *Vértice 50*, setembro - outubro.

(1996), “Para além do possível: o poder criador da palavra em António Ramos Rosa e Ana Teresa Pereira”. *Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas*, Aveiro: Atas do 2º Encontro de Estudos Portugueses, outubro.

(1999b), *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga: Ed. Angelus Novus.

NEVES, Pedro Teixeira (2002), “O Universo Mágico de Ana Teresa Pereira”. *Agenda Cultural*, fevereiro.

NUNES, Maria Leonor (2008), “O outro lado do espelho”, *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13 a 26 de agosto.

PINHEIRO, Duarte Manuel (2009), “O fantástico em Ana Teresa Pereira”. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502, pp. 10 a 16.

(2010), *Além-sombras: Ana Teresa Pereira*. Tese de Doutoramento, Porto: Universidade Fernando Pessoa.

PIRES, Jorge P. (2002), “Os Mundos Paralelos”. *LER Livros & Leitores*, n.º 54, primavera.

SARDO, Anabela,

(2001a), *A temática do amor na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.

(2001b) “Ana Teresa Pereira: histórias de amor e solidão”. *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.ciberkiosk.pt/livros/index.html>, junho).

(2001c), “A Sedução do diabólico”. *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/atp.html>, 3 de agosto).

(2001d), “O Rosto de Ana Teresa Pereira”. *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 18.

(2002), “Quando a ficção vive na e da ficção”. *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/sardo.html>, 19 de maio).

(2005), “Ana Teresa Pereira: uma ‘geografia interior’ de sombras e cores”. *Românica, Revista de Literatura, Cores*, n.º 14, Universidade de Lisboa, Edições Colibri.

(2010), “A obra de Ana Teresa Pereira: velhas histórias, contos de fadas ou pesadelos?” *Atas/Anais 2010 do 13º Colóquio da lusofonia – 5º encontro Açoriano*, abril; 2010, ISBN 978-989-95891-4-8, pp.51 a 64.

(2010), “Os anjos e outras temáticas recorrentes na obra de Ana Teresa Pereira”. *Atas finais do IXº Colóquio da lusofonia – Bragança*, setembro/outubro, ISBN 978-989-95891-5-5, pp. 25 a 34.

III. Outras referências bibliográficas

BARTHES, Roland

(s/ data), *Literatura e Realidade*. Publicações D. Quixote.

BORGES, Jorge Luís

(1989), *Obras Completas*. S/l., Círculo de Leitores, ISBN 972 – 42 – 1791- 4.

BRESSIÈRE, Irène (1974), *Le Récit Fantastique*. Paris : Librairie Larousse.

CAILLOIS, Roger (1965), *Au cœur du fantastique*. Paris: Gallimard.

CHEVALIER, Jean e CHEERBRANT, Alain (1982), *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Ed.

Teorema.

COELHO, Alexandra Lucas,

(1999a) “Eu estive aqui antes”. *Público*, 17/07.

(1999b) “Normalmente sou vampiresca”. *PÚBLICO*, 17/07.

CUDDAN, J. A., (1991), *Dictionary of Literary Terms and Literary Theory*. London: Penguin Books

ELIADE, Mircea,

(1952), *Images et Symboles, Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Editions Gallimard.

(S/d), *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70.

(1963), *Myth and Reality*. Illinois: Harper & Row, Publishers, Inc.

IÑÉZ, Eduardo

(2002), *História da Literatura Universal*. Vol. VI, *O Século XIX Literatura Romântica*. Lisboa: Círculo de Leitores.

(2003a), *História da Literatura Universal*. Vol. VII, *O Século XIX Realismo e Pós-Realismo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

JAMES, Henry

(1996), *The Turn of the Screw*. Edited by Paul Roberts

(2003), *A volta no parafuso*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.

MAURIER, Daphne Du (2009), *Rebecca*. Lisboa: Editorial Presença.

MURDOCH, Iris, (2000), *O Tempo dos Anjos*. Mem Martins: Publicações Europa - América, (título original: *The Time of the Angels*, 1966)

THOMPSON, Jim - Editor, (1997), *Crime Novels: American Noir of the 1950s. Library of America*. (ISBN-10: 1883011493; ISBN-13: 978-1883011499).

TODOROV, Tzevetan

(1965), *La Séduction de l'Étrange. Étude sur la Littérature Fantastique*. Paris: PUF.

(1966), «Les catégories du récit littéraire», *Communications*, 8, pp. 125 a 151.

(1970), *Introduction à la Littérature Fantastique*. Éditions du Seuil, Coll. Poétique.

VAX, Louis

(S/d.), *A Arte e a Literatura Fantástica*. Lisboa: Editora Arcádia, S.A.R.L.

XAVIER, Leonor (2008), “Histórias submersas”. *Máxima*, Ano 20, N.º 232, janeiro, pp. 28 a 30.

6) CARLOS BOTÃO ALVES, ESCOLA SUPERIOR DE LÍNGUAS E TRADUÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, RAEM, CHINA



CARLOS MIGUEL BOTÃO

ALVES, professor da Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau, ensina há vinte e quatro anos em Macau várias disciplinas nas áreas da Cultura e Filosofia assim como da Língua e da Literatura.

Cursou Filosofia na Universidade Católica Portuguesa antes de, pela Câmara de Comércio e Indústria de Paris, ter estudado Tradução e Interpretação.

Fez o seu mestrado em Estudos Luso -Asiáticos com uma dissertação sobre o Budismo Indiano na obra poética de Antero de Quental, sendo aliás na interseção dos discursos literário e filosófico que tem incidido a sua investigação, tendo já publicado vários artigos sobre esta temática tratada em várias vertentes. Última atualmente a sua tese de Doutoramento em Estudos Comparatistas na Universidade Clássica de Lisboa sobre a relevância da sabedoria budista nas obras de Antero de Quental e de Manuel da Silva Mendes, numa perspetiva da tradução cultural. Ao longo de mais de vinte e cinco anos tem sido tradutor e intérprete para várias instituições internacionais, companhias multinacionais e para vários departamentos dos governos de Macau, de Hong Kong e de Taiwan, cruzando as línguas francesa, portuguesa e inglesa, das quais tem um excelente domínio. A sua experiência como tradutor tem, há vários anos a esta parte, sido aplicada

em contexto pedagógico-didático no curso de tradução e interpretação do Instituto Politécnico de Macau.

TEMA 4.1 UM CASO PARADIGMÁTICO DE TRADUÇÃO CULTURAL: O BUDISMO ANTERIANO: O BUDISMO INDIANO NA OBRA POÉTICO-FILOSÓFICA DE ANTERO DE QUENTAL, CARLOS MIGUEL BOTÃO ALVES, (INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU) RAEM, CHINA

“Translation is always a shift not between two languages but between two cultures.” In “Experiences in Translation”, Umberto Eco.

É nossa intenção neste ensaio apresentar, argumentar e discutir aspetos vários em torno da complexa problemática do alcance da tradução e do ato de traduzir nas suas implicações de cariz tanto linguístico, como cultural na obra poética de Antero de Quental.

Estes dois aspetos, aliás, logo à partida, não se excluem, mas sim implicam--se de forma intrínseca: língua é cultura, e esta não se desenvolve, manifesta e desvela senão por meio daquela.

O ser e o pensar são efetivamente (faces d) o mesmo, e é nas múltiplas relações que λόγος tem com ὄντος que se estabelecem os limites epistemológicos do entendimento humano, o qual se manifesta, desde os alvares da tradição ocidental, e de modo muito peculiar na escrita de Antero de Quental, de uma forma filosófico-poética. (Não nos esqueçamos neste particular que todo o pensamento pré-socrático é expresso sob a forma de poemas, em cuja concisão e profundidade desabrocha tanto o pensar teórico-lógico, como a sugestão plural e metafórica da linguagem poética).

É pois na (e pela) relação estreita entre a lógica e a ontologia que a poesia concetual, de espessura metafísica e com densidade existencialista, de Antero de Quental se apropria, por meio de um elaborado e multifacetado processo de tradução cultural, de elementos da tradição budista indiana, integrando-os na sua muito peculiar cosmovisão, tentando desvendar o sentido do existir e do pensar humanos. Interessa-nos o esclarecimento de como este processo de apropriação se desenvolve, e de como esses

mesmos elementos ganham um novo sentido (e sentir) no polissistema filosófico-poético anterior pois que, por meio dela, poderemos encontrar caminhos novos de entendimento do texto (cultural) fonte e do texto (cultural) de chegada.

Pela nossa análise, pretendemos fazer ressaltar com uma nova frescura, quiçá surpreendente, um aspeto pouco aprofundado de textos da literatura portuguesa no seu pendor filosófico, e nas relações que, pela filosofia, estabelecem com outras grandes tradições culturais.

Tentaremos fazer ressaltar aspetos da atividade tradutória em geral, e da tradução cultural em particular, tendo por foco a receção, transformação e ativação que Antero de Quental faz de um conjunto de conceitos importados da tradição budista indiana. Incidiremos a nossa atenção no processo de deteção, transformação e receção que uma cultura faz de elementos de uma outra, quando, em determinado momento, ambas entram em contacto e, daí, analisaremos as formas através das quais esses elementos recebidos e “traduzidos” ganham novo sentido pelo novo contexto em que foram colocados.

Macau, fevereiro, 2011.

Interessa-nos neste ensaio averiguar e analisar as condições e as interferências que agem e co-agem na transferência de uma cultura a outra e tentar desvelar um pouco acerca daquilo que nos parece ter acontecido com a apropriação e reconstrução que Antero de Quental faz do budismo indiano.

Se quisermos usar uma linguagem kantiana, diremos que nos interessa conhecer as condições transcendentais de possibilidade de uma cultura incorporar aspetos de uma outra, percebendo-se assim como se tornou tão profícuo o termo “Tradução Cultural” para o Estudo da Cultura (e para os Estudos de Tradução muito em particular), quando já tem basta e longa voga entre etnólogos em geral e antropólogos culturais em particular.

Neste ensaio encaramos a Tradução Cultural como o enquadramento epistemológico dentro do qual tentaremos esclarecer e lançar luz sobre os desenvolvimentos e transmissões interculturais, investigando especialmente novos aspetos e fenómenos culturais que são originados pelo contacto, “trans-missão” e “trans-posição” entre

diferentes línguas, sociedades e culturas. Estamos pois em face de um campo de “confluência” de várias disciplinas (os Estudos de Tradução são eles mesmos “interdisciplinares), tais como a antropologia, a economia, a história, a linguística, os media, a música, a filosofia, a religião, a sociologia, as artes e a literatura, que é o caso que agora nos interessa para esclarecer o caso do “budismo anterior”.

Analisaremos alguns dos elementos e termos que, sendo originalmente próprios do budismo, foram absorvidos e “traduzidos” por Antero e estão presentes em toda a sua obra, constituindo uma das suas traves centrais (essa é uma parte da nossa tese) tentando explicitar ao longo do nosso texto como a subsunção destes conceitos pela cosmovisão anterior é uma forma elaborada de tradução cultural pois que o conteúdo desses conceitos ganhou novas formas quando transitou do contexto indiano e foi importado por Antero. Faremos uma explanação mais demorada dos termos que nos parece terem tomado uma posição central no novo contexto cultural, parecendo-nos ser este um caso paradigmático de tradução cultural. De referir, contudo desde já, que esta matéria nos ocupa há vários anos, e que sobre ela continuaremos a investigar, pois que a consideramos um ato de tradução cultural muito complexo quanto profundo muito raro na cultura portuguesa no concernente a elementos literário-filosóficos orientais.

Diz Antero em carta a A. Jaime de Magalhães Lima que a sua obra, e muito especialmente os sonetos, são uma tentativa de condensação das suas reflexões seguindo a fórmula “um Helenismo coroado por um Budismo”, querendo com ela significar uma aliança entre duas correntes de pensamento (ambas orientalizantes) que tendem para uma explicação da Realidade com um projeto semelhante: a elevação do sujeito gnosiológico e ético, num processo de transformação ascética da consciência.

Assim, poderemos desde já estabelecer uma relação fundamental entre o pensamento e a expressão literária e filosófica de Antero: a disciplina na linguagem (sobretudo na sua

condensação na forma do soneto) acarreta uma concomitante disciplina de pensamento que implicará concisão e profundidade – duas das traves mestras da “ética budista” resumida na “via das oito regras (óctuplo caminho)” dentro dos conceitos de *shila* (discurso correto) e de *samadhi* (visão de profundidade). Para Antero, e nas palavras de Nuno Júdice, nesta confluência do Poeta com o Homem racional consiste num “interseccionismo pessoal”.

Observamos que esta via alia a escrita à vida, tornando a poesia um verdadeiro “romance autobiográfico”, “um processo de viver por dentro a historicidade do Poético”.

Desta feita, poderemos compreender que a tradução cultural, entendida na esteira do Romantismo (irmãos Schlegel), tome o conhecimento de si próprio como o género primeiro de tradução, uma forma de tradução que verte o (auto-)conceito e as práticas do sujeito em equivalentes que, nas palavras de Octávio Paz, “formam o nosso próprio *vocabulário*”: a aprendizagem da língua é uma aprendizagem de tradução (em primeiro lugar de si para si). Também para Antero a poesia tende a ser, cada vez mais, um prolongamento da reflexão, aspeto que, na linha de Eduardo Lourenço, poderíamos exprimir da seguinte forma: dada a natureza ideal e intemporal da inspiração anterioriana, e o conflito que a alimenta, que sendo uma pura interpelação do espírito por si mesmo no meio de um mundo incompreensível, necessita (também para si próprio) de ser traduzido. Antero reconhece a originalidade da sua escrita literária visto que é simultaneamente tão individual - porque é lírica – mas, afinal, o que ali interessa é só o que tem de geral e humano, ou, se se quiser, o que tem de filosófico.

Tanto assim é que, um interessante “jogo de tradução” de correspondências se pode estabelecer entre as “noções” budistas que se tentarão encontrar e fazer sobressair sobretudo nos sonetos e as mesmas em textos de carácter marcadamente discursivo e filosófico, tais como as “Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX”, “O Sentimento da Imortalidade”, “Ensaio sobre as Bases Filosóficas da Moral ou Filosofia da Liberdade”, e também, porque não dizê-lo, as “Cartas”.

Um dos princípios básicos do Budismo que Antero usa para perspetivar a nível ontológico a Realidade é a afirmação do sofrimento universal ou *duhkha*.

*Só males são reais, só dor existe:
Prazeres só os gera a fantasia:
Em nada, um imaginar, o bem consiste,
Anda o mal em cada hora e instante e dia.*

A realidade é toda ela um espetáculo de *duhkha* na medida em que toda ela devém incessantemente e em si não tem a sua razão de ser. Nada é absolutamente na realidade, pois nada é simples, sendo só absolutamente Não-ser.

A inquietação de Antero vai no sentido de aspirar ao intemporal, num desejo – *trishna* - que é o motor do devir universal. Numa perspetiva ontológica todos os seres, e o Homem por razão de causa, procuram o que ainda não são e/ou têm, sendo essa procura, à partida, inatingível. Daí que, em termos ontológicos, Antero tenha “traduzido” este devir universal num sofrimento búdico: um correr sem alcançar, sabendo que não se alcança:

*Se buscamos o que é, o que devia
Por natureza ser não nos assiste;
Se fiamos num bem, que a mente cria;
Que outro remédio há aí senão ser triste?*

Mostra-se aqui o fundo búdico da conceção da realidade: o sofrimento é a essência da realidade que, contudo, aparenta ser prazer e o bem é nada, já existir é negativo:

Que sempre o mal pior é ter nascido!

Neste eco do peso do *karma* no ato de gerar ou de vir a ser, temos paradigmaticamente um exercício de tradução cultural na procura (quicá por paráfrase) do equivalente de um elemento de outra cultura que de facto valha e funcione na cultura própria do Poeta.

Poder-se-á objetar, dizendo que (como fica claro na estrutura circular do soneto “A Germano Meireles”) o que se sublinha é somente um dos aspetos do movimento dos seres em tornarem-se algo diferente, dado que, a par do sofrimento, poderá existir igualmente prazer. Contudo, este aparece sempre como somente um momento daquele, pois todo o prazer contém em si a semente do seu fim, e, portanto, do sofrimento. Se perspetivado o

sofrimento em termos absolutos, diremos que, por um lado é a morte o limite em que todos os desejos e esperanças se tornam nada; e/ou, por outro lado, o mero pensamento dela nos conduz à consciencialização da relatividade da existência ou da existência em devir, produzida pelo desejo.

O conceito de *duhkha* é, muitas vezes, em Antero “traduzido” num puro sentido existencial como sofrimento, mas o Poeta imprime-lhe igualmente um sentido ontológico (que nos interessa aqui sublinhar) como a consciência de que tudo o que é, o é de forma relativa ou impermanente (outro termo que Antero usa na tentativa de traduzir a verdadeira dimensão ontológica do termo budista).

*Noite, vão para ti meus pensamentos,
Quando olho e vejo, à luz cruel do dia,
Tanto estéril lutar, tanta agonia.
E inúteis tantos ásperos tormentos...*

Ao realçar a antítese noite/dia – limites dentro dos quais se produz a reflexão no soneto “Nox” – sublinha Antero o caráter contingente da realidade, patente igualmente em todo o léxico usado que parafraseia a referida *duhkha* (estéril, agonia, inúteis, tormentos, que continua na segunda quadra com lamentos, trágica, suportados a nível da pontuação por um uso repetido das reticências). Assim, se por um lado o Poeta se dá conta da essência de efemeridade que é o real - a *anitya*- (ou impermanência em termos búdicos), anseia, por outro, pela noite, pois nela a existência tende a esbater-se. A *anitya* é uma característica fundamental – diz Antero em termos ocidentais “a essência” – de tudo quanto existe e por nós é captado, quer pelos sentidos, quer pela mente.

*Se buscamos o que é, o que devia
Por natureza ser não nos assiste;*

É a *anitya* o fundamento do espetáculo da realidade.

*Oh! Antes tu também adormecesses
Por uma vez, e eterna, inalterável,
Caindo sobre o mundo, te esquecesses,*

*E ele, o mundo, sem mais lutar nem ver,
Dormisse no teu seio inviolável,
Noite sem termo, noite do Não-ser!*

O Poeta, seguindo a profundidade do termo oriental, não se contenta com o alívio dado pelo descanso do esquecimento originado pela noite, pois que, não sendo, de facto, uma solução para a questão ontológica, não é senão uma etapa no caminho da conceção do real como Não-ser: um Não-ser que é, no fundo, a verdade da realidade.

Desta feita, Antero tenta traduzir a total impermanência da realidade na inevitável fixidez do conceito e, consciente desta antítese, tenta oferecer a este o sentido de impermanência daquela: a impermanência da realidade manifesta-se num vasto e contínuo devir que concretamente se estabelece por um essencial nexos de relações; ou, em termos búdicos, por *pratityasamutpada*, que se poderia traduzir por “linha de origem dependente”:

*Pedindo à forma, em vão, a ideia pura,
Tropeço, em sombras, na matéria dura,
E encontro a imperfeição de quanto existe.*

*Recebi o batismo dos poetas,
E assentado entre as forma incompletas
Para sempre fiquei pálido e triste.*

Neste excerto do soneto “Tormento do Ideal” – uma clara paráfrase da *duhkha* - podemos constatar como, de forma condensada, se exprime um conjunto de ideias búdicas que neste ensaio tentamos fazer ressaltar. Aqui está a *duhkha* (a tristeza), fruto da *trishna* (“Pedindo à forma, em vão, a ideia pura”) que mostra a realidade essencialmente como *anitya* (“encontro a imperfeição de quanto existe”), mas que deixa entrever a verdade da realidade (“a Beleza que não morre”), que, todavia, deixa o Poeta triste, porque também ele existe e “participa” dessa imperfeição: irremediavelmente se encontra (é essa a sua condição) “assentado entre as formas incompletas”.

Inicia-se o soneto com a afirmação da tristeza face ao mundo, após o conhecimento do que verdadeiramente é, e, encerra-se com essa mesma tristeza, que é a chave do soneto e a sua baliza ideológica. Quanto a esta, encontra paralelo e explicação no primeiro verso do primeiro terceto: o “Tormento do Ideal” é-o da “ideia pura”, da “Beleza que não morre” e que (só) é dada a conhecer a alguns como o “batismo” de exceção (interessante a equivalência também por termos do Cristianismo que criam neste jogo semântico-

ideológico uma síntese original e muito anterior): um verdadeiro renascer para uma nova existência, pois que tudo quanto existe é imperfeição (“formas incompletas”).

Note-se como, nos exemplos apontados, a definição é feita pela negativa (usando repetidamente prefixos de negação) como que para realçar por oposição a tal “Beleza que não morre”. Delimitam-se os contornos do conceito pela negativa, pois que, assim parece, tudo o que se disser do seu conteúdo na língua de chegada, é insuficiente. Antero questiona implicitamente a tradutibilidade total do conteúdo cultural, tocando a questão dos limites da linguagem.

Em vez de afirmar que o Mundo ou a Realidade está em mudança, Antero leva-nos a afirmar que o Mundo ou a Realidade É a mudança. A “linha de origem dependente” (*pratīyasamutpada*), no fundo, é a formulação ontológica da impermanência da realidade: já que nada é absolutamente, a Realidade mais nada é do que um conjunto de fenómenos que se interligam num dado momento e num dado espaço, e é assim por nós apreendida como tal (um eco das categorias transcendentais a priori da Razão Pura). A *duhkha* tem, pois, uma causa ontológica (não é do domínio do arbitrário e do absurdo) que é a origem dependente que caracteriza incontornavelmente os fenómenos e o seu devir.

*Já sossega, depois de tanta luta,
Já me descansa em paz o coração.
Caí na conta, enfim, de quanto é vão
O bem que ao Mundo e à Sorte se disputa.*

*Penetrando, com fronte não enxuta,
No sacrário do templo da Ilusão,
Só encontrei, com dor e confusão,
Trevas e pó, uma matéria bruta...*

*Não é no vasto mundo – por imenso
Que ele pareça à nossa mocidade –
Que a alma sacia o seu desejo intenso...*

*Na esfera invisível, do intangível,
Sobre desertos, vácuo, soledade,
Voa e paira o espírito impassível!*

No soneto “Transcendentalismo”, com forte cunho narrativo e seguindo um esquema de dialética espiralar, Antero de Quental tenta espelhar todo o percurso ético-metafísico

do budismo: declara-se inicialmente não já a tristeza (como antes vimos traduzido), mas o “sossego”, o “descanso” e a “paz”, porque se percorreu sem ilusão a realidade tomando-a por aquilo que ela é: “Ilusão” – o Mundo (e a Sorte) como “sacrário da Ilusão” (mais uma vez o reforço da aceitabilidade da tradução pela síntese com o vocabulário cristão). Há um “envelhecimento” sábio do Poeta, após uma “mocidade de ilusão” que, para além do Mundo e da Sorte, entrevê a verdade que sacia a alma: o “desejo intenso” culmina na impassibilidade que “sossega” (ou que “já sossega”). Um sossego impassível encontrado no “coração”, na “alma” ou no “espírito” – interior, portanto – que é indefinido (as reticências) e que, em termos búdicos, é uma tradução do “Nirvana”, a que voltaremos mais à frente.

Tudo no mundo é um “composto de partes” (*skandhas*), formando um plural em termos ontológicos de onde decorre o seu relativismo e movimento. O fluxo é exatamente a relação de mudança que os agregados estabelecem incessantemente entre si. Nada é, embora por meio da linguagem que usa conceitos universais, se tenha a ilusão de encontrar essências permanentes.

*Em nada, um imaginar, o bem consiste,
(...)
Se fiamos num bem, que a mente cria;
Que outro remédio há aí se não ser triste?*

A mente cria a ilusão da permanência, mas o que o termo linguístico traduz não é mais do que a ilusão da continuidade e da unidade do conteúdo das experiências, tomando várias etapas das mesmas como uma unidade quando, no fundo, são simplesmente uma sucessão numa linha de origem dependente.

Assim sendo, não há qualquer identidade para além dos *skandhas*; a mudança e a realidade dão-se, pois, num fundo de Não-ser (*anatta*).

*Longo tempo ignorei (mas que cegueira
Me trazia este espírito enublado!)
Quem fosses tu, que andavas a meu lado,
Noite e dia, impassível companheira...
(...)*

*Mas não te amava então nem conhecia:
Meu pensamento inerte nada lia
Sobre essa muda fronte, austera e calma.*

*Luz íntima, afinal alumiou-me...
Filha do mesmo pai, já sei teu nome,
Morte, irmã coeterna da minha alma!*

Neste soneto (“Elogio da Morte” IV) caracterizado fortemente pelo diálogo e comunicação direta, a Morte de tudo o que existe no Mundo é vista como um meio para o Poeta se dar conta de como o Morte de si é ganhar-se. Num exercício de tradução daquilo que parece uma contradição Antero perspectiva, num primeiro momento, a Morte como uma primeira reação à *duhkha* da realidade: um desejo niilista a que corresponde uma ascensão numa visão superior de concepção da realidade (ascese).

*Atravesso, no escuro, a névoa fria
Dum mundo estranho, que povoa o vento,*

A negação da realidade é uma forma de morte que dá “Luz” e é afirmação do verdadeiro conhecimento. Já no soneto “Elogio da Morte” II, se afirmava o fundo de Não-ser da realidade pelo qual ela deve ser concebida a nível interior (é a “Luz íntima” que alumia); porém, tal fundo de Não-ser para o Homem não corresponde a uma afirmação de irresponsabilidade a nível moral. Antes pelo contrário, ao negar a permanência para além dos compósitos que interagem, destrói-se o desejo e o interesse individuais e aponta-se este como o caminho ético a seguir. A conduta humana deve ser orientada segundo uma disciplina que implica a cessação do desejo e, portanto, do sofrimento.

*Que místicos desejos me enlouquecem?
Do Nirvana os abismos aparecem
A meus olhos, na muda imensidade!*

*Nesta viagem pelo ermo espaço,
Só busco o teu encontro e o teu abraço,
Morte! irmã do Amor e da Verdade!*

Neste “Elogio da Morte” há a enunciação de um percurso iniciático de desprendimento da realidade: para além “dos sonhos”, do “vago esquecimento”, da “fantasia”, acede a consciência à imensidade da Realidade; “muda imensidade e ermo espaço”, “Morte” do

que Não-É, mas que cria o “Amor” (e não já o mero desejo) da “Verdade”: o “Nirvana” que é a imensidão, o silêncio e a solidão que permite o abraço e a libertação da Verdade.

Como objetivo de toda a ação está o fim de qualquer ação em si própria: o Nirvana que na sua indefinição e intradutibilidade é usado como tal por Antero. Refere-se a uma ataraxia em face do que é impermanente e a uma extinção da ação por força do interior do próprio Homem e não por qualquer agente exterior.

Esta disciplina atinge-se por meio de um processo de rigor ascético:

*Tu que crês, nem amas, nem esperas,
Espírito de eterna negação,
Teu hálito gelou-me o coração
E destroçou-me da alma as primaveras...*

*Atravessando regiões austeras,
Cheias de noite e cava escuridão,
Como um sonho mau, só ouço um não,
Que eternamente ecoa entre as esferas...*

*- Porque suspiras, porque te lamentas,
Cobarde coração? Debalde intentas
Opor à Sorte a queixa do egoísmo...*

*Deixa aos tímidos, deixa aos sonhadores
A esperança vã, seus vãos fulgores...
Sabe tu encarar sereno o abismo!*

Num primeiro momento esta via conduzirá o Homem à consciencialização da causa do sofrimento fruto do desejo, e Antero tenta traduzi-la por meio de um processo que contém um marcado paralelo com o pensamento socrático e estoico: *duhkha* tem uma causa e portanto pode ser superada. Tal superação far-se-á por meio daquilo que poderíamos chamar uma maiêutica da sabedoria, que acontecerá como uma consequência da disciplina mental (*samadhi*). Não se trata de uma vida ascética de afastamento do mundo tal qual é entendida no Ocidente e Antero não usa esse paralelo para evitar um equívoco de tradução.

*Sonho de olhos abertos, caminhando
Não entre as formas já e as aparências,
Mas vendo a face imóvel das essências,
Entre ideias e espíritos pairando...*

*Que é o mundo ante mim? fumo ondeando,
Visões sem ser, fragmentos de existências...
Uma névoa de enganos e impotências
Sobre vácuo insondável rastejando...*

Aqui, no soneto “Contemplação”, a via ascética consiste exatamente no controlo da mente – e da linguagem como instrumento da sua expressão, a que aludimos no início do ensaio – para que esta considere a Realidade e os seus elementos tais como são. Que tome o impermanente e o compósito como tais e não os confunda com o Absoluto e com o Uno. A disciplina mental leva a uma visão profunda da realidade com “Outra luz, outro fim...”, para além da aparência, a qual primeiro só se pressente, mas que, quando atingida com um grau elevado de permanência, eclipsa o sofrimento e mostra o Não-ser nas coisas.

Este estádio de verdadeira conceção está além do nível fenoménico (“formas/ruído/lida/forças/desejos/vida...”) e, mais uma vez, é traduzido como sendo em si um além, “vácuo”. Atente-se, sobretudo na segunda quadra do soneto “Nirvana”, à oposição que é feita entre a definição da vida do Mundo (com palavras de forte movimento) e a delimitação pela negativa da quietude do Nirvana. No primeiro terceto há um paralelo evidente com o percurso da saída da caverna platónica ou do percurso das parábolas de Buda da “Vela” e da “Corrente”: o momento de superior visão que requer um novo caminhar, que aqui é vista como uma emergência (“o pensamento (...) emerge a custo” para a “bela luz da vida, ampla, infinita”, num paralelismo também com a luz da verdade do mito prometeico), é fundamentalmente um nível superior de consciência.

*Para além do Universo luminoso,
Cheio de formas, de ruído, de lida,
De forças, de desejos e de vida,
Abre-se como um vácuo tenebroso.*

*A onda desse mar tumultuoso
Vem ali expirar, esmaecida...
Numa imobilidade indefinida
Termina ali o ser, inerte, ocioso...*

*E quando o pensamento, assim absorto,
Emerge a custo desse mundo morto
E torna a olhar as cousas naturais,*

*À bela luz da vida, ampla, infinita,
Só vê com tédio, em tudo quanto fita,
A ilusão e o vazio universais.*

É, portanto, o caminho do Nirvana (apontado neste soneto com o mesmo título) o estádio que permite a penetração nos compósitos da realidade e atinge o seu âmago de Não-ser.

De sublinhar que o meio para caminhar nesta via é o conhecimento: uma redefinição gnosiológica que está na base de uma conduta ética e que Antero tenta traduzir, nos limites mesmo da linguagem, num registo poético de forte pendor filosófico.

Para terminar, gostaríamos de sublinhar o facto de termos tido o cuidado de fazer uma reflexão a partir dos textos de Antero, tentando mostrar como, nos limites epistemológicos enunciados inicialmente acerca dos aspetos da tradução cultural que se nos mostram relevantes, vários princípios e ideias do budismo enformam a visão anterior da realidade, para além de constituírem, não só uma reflexão acerca dos limites da tradução cultural, mas sim, e sobretudo o suporte da sua síntese poético-filosófica; aquilo a que o próprio Antero chamou de “budismo como corolário do helenismo”, como no início referimos.

Fica pois claramente explanado no nosso ensaio como a transmissão de conteúdos culturais que são apropriados defetivamente de outras tradições culturais, simultaneamente enriquecem a visão própria, mas, para que possam ser de todo “lidos”, implicam um trabalho de “trans-missão” para o contexto cultural da receção (os referidos aspetos do limite da tradução e de, na nova língua e cultura, certos conteúdos e termos poderem ser compreendidos), fazendo com que o fenómeno da tradução seja de facto relevante sobretudo para a cultura de chegada.

Com este caso paradigmático de Tradução Cultural para a Cultura Portuguesa (o da tradução de elementos budistas na cultura nacional num registo poético-filosófico) quisemos colocar questões dentro dos limites teórico-epistemológicos que inicialmente desenvolvemos: as crenças, os sentimentos, os elementos, as referências e as reflexões de cariz filosófico e mesmo religioso são os elementos que constituem o cerne de uma

cultura e, por isso mesmo, são aqueles que levantam mais obstáculos e problemas à tradução (cultural).

Em jeito de conclusão, quisemos portanto deitar alguma luz sobre as questões que se levantam à tradução cultural, pois que com o escolhido caso anterior, esta implica um duplo processo de “des-contextualização” e de “re-contextualização”: de “leitura” do Outro e sua possível (parcial) apropriação e de “domesticação”, em que a tradução linguística não é senão a sua parte mais visível e que torna manifesto este complexo trabalho de “trans-missão”. Da análise das condições de possibilidade (re-perspetivação cultural) sublinhámos os fatores de ordem cultural como o conjunto de determinações (constrangimentos) que atuam sobre a atividade tradutória, fazendo com que deva ser pela descrição do impacto (sempre plural, a vários níveis e complexo por natureza) que ela tem na cultura de chegada que a tradução é relevante. Foi de forma paradigmática, utilizando o texto anterior que há vários anos nos ocupa, que tentámos esclarecer os processos desta dupla perspetiva que sempre acarreta a tradução cultural: um processo de “trans-codificação” (linguística, poética, filosófica...), que encerra a descodificação, a recodificação e a nova codificação e que culmina dialética e enriquecedoramente numa transposição cultural, em que os agentes maiores são exatamente os tradutores: em nosso entender, Antero foi-o de forma paradigmática. Macau, março de 2011.

BIBLIOGRAFIA (Antero de Quental e Budismo):

- QUENTAL, Antero de, *Cartas I, II*, col. Obras Completas de Antero de Quental, organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, ed. Comunicação, Lisboa, 1989.
- QUENTAL, Antero de, *Filosofia*, col. Obras Completas de Antero de Quental, organização, introdução e notas de Joel Serrão, ed. Comunicação, Lisboa, 1991.
- QUENTAL, Antero de, *Sonetos*, organização, introdução e notas de Nuno Júdice, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1994.
- AA.VV., *Antero de Quental (1891-1991)*, in revista Portuguesa de Filosofia, Braga, abril-junho, 1991.
- AA.VV., *Poesia Romântica Portuguesa*, antologia organizada e prefaciada por Álvaro Manuel Machado, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1982.
- CIDADE, Hernâni, *Antero de Quental*, ed. Presença, Lisboa, 1988.
- CARVALHO, Joaquim de, *Evolução Espiritual de Antero de Quental e Outros Escritos*, ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1991.
- COIMBRA, Leonardo, *O Pensamento Filosófico de Antero de Quental*, Guimarães ed., Lisboa, 1991.

- LOURENÇO, Eduardo, *Antero ou a Noite Intacta*, ed. Gradiva, Lisboa, 2007.
- SILVA, Lúcio Craveiro da, *Antero de Quental – Evolução do Seu Pensamento Filosófico*, Livraria Cruz, Braga, 1959.
- AA. VV., BORGES, Paulo & BRAGA, Duarte (orgs.) *O Buda e o Budismo no Ocidente e na Cultura Portuguesa*, Ed. Ésquilo, Lisboa, 2007.
- CHATTOPADHYAYA, Debiprasad, *Indian Philosophy*, People's Publishing House, New Delhi, 1993.
- COOMARASWAMY, Ananda K., *Buddha and the Gospel of Buddhism*, Munshiran Manoharlal Publishers, Nova Delhi, 1985.
- PULEO, Mev, *The Struggle is One: Voices and Visions of Liberation*, Albany, State University of Nova Iorque, 1994.
- PULIGANDLA, R., *Fundamentals of Indian Philosophy*, Abingdon Press, Nova Iorque, 1975.
- RADHAKRISHNAN, S., & RAJU, P. T., *The Concept of Man*, Harper Collins Publishers – India, Nova Delhi, 1988.
- RADHAKRISHNAN, S., *Eastern Religions and Western Thought*, Oxford University Press, Nova Delhi, 1988.
- SHARMA, Chandradhar, *A Critical Survey of Indian Philosophy*, Abingdon Press, Nova Iorque, 1975.

BIBLIOGRAFIA (tradução):

- AA.VV., *Comparative Literature Worldwide: Issues and Methods*, Lisa Block de Behar, Montevideo, 2000.
- AA.VV., *Cultural Translation: Reclaiming a Metaphor*, University of Hyderabad, Mumbai, 2004.
- APTER, Emily, *The Translation Zone, A New Comparative Literature*, Princeton an Oxford, Princeton University Press, 2006.
- AUERBACH, Erich, *Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature*, Tr. Willard R. Trask, Princeton, Princeton University Press, 1953.
- BASSNETT, Susan, *Comparative Literature: A Critical Introduction*, Oxford, Blackwell, 1993.
- , *Translation Studies*, Rev. ed. London, Routledge, 1991.
- BENJAMIN, Walter, “*The Task of the Translator*”, in *Illuminations*, ed. Hannah Arendt, tr. Harry Zohn, 69-82, Nova Iorque. Repr. In Venuti, *The Translation Studies Reader*, 15-23.
- BOURDIEU, Pierre, “*L’identité et la représentation*”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35, 63-70, 1980.
- BURKE, Peter, “*Languages and Communities in Early Modern Europe*”, Cambridge University Press, Cambridge, 2004.
- CASANOVA, Pascale, *La République mondiale des lettres*, Paris, Seuil, 1999.
- DAMROSCH, David, *What is World Literature?* Princeton, Princeton University Press, 2003.
- DERRIDA, Jacques, *The Ear of the Other, Otobiography, Transference, Translation*, University of Nebraska Press, New Ed edition, 1988.
- DUARTE, João Ferreira, (org.), *A Tradução nas Encruzilhadas da Cultura*, Colibri, Lisboa, 2001.
- EVEN-ZOHAR, Itamar, “*Polysystem Theory*”, *Poetics Today*, v.11, n.1, 1990.
- EVEN-ZOHAR, Itamar, “*The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem.*” *Poetics Today* 11 (1990). HALL, S., & Du Gay, P., *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage, 1996.
- GUILLÉN, Claudio, *The Challenge of Comparative Literature*, Tr. Cola Franzen, Cambridge, Harvard University Press, 1993.
- HERMANS, Theo, (ed.), *The manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*, Leuven/Lovaina, 1985.
- HERMANS, Theo, (ed.), *Translating Others*, Leuven, 2006.

HERMANS, Theo, *Translation in Systems: Descriptive and System Oriented Approaches Explained*, St. Jerome, Manchester, 1999.

KARAMANIAN, Alejandra Patricia, "Translation and Culture", in *Translation Journal*, vol. 12, nº1, Nova Iorque, 2008.

LEFEVERE, André, (ed.), *Translation/History/Culture: A Sourcebook*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 1992.

LONGINOVIC, Tomislav Z., *Fearful Asymmetries: A Manifesto of Cultural Translation*, University of Wisconsin-Madison, 2002.

MINER, Earl, "On the Genesis and Development of Literary Systems, I", in *Critical Inquiry*, v,2:339-353.

NIDA, Eugene A., *Language, Culture and Translating*, Shanghai Foreign Language Press, Shanghai, 2001.

PREMPATI, D., "Why Comparative Literature in India?", in Dhawan, *Comparative Literature*, 53-65.

ROBYNS, Clem, "Defending the National Identity", in Andreas Poltermann (ed.) Berlin, Erich Schmidt Verlag, 1995.

ROBYNS, Clem, (ed.), *Translation and the (Re)production of Culture. Selected Papers of the CERA Research Seminar in Translation Studies, 1989-1991*, Leuven/Lovaina, 1994.

SAUSSY, Haun, *Comparative Literature in an Age of Globalization*, John Hopkins University Press, Baltimore, 2006.

SHUSTERMAN, Richard, (ed.), *Bourdieu: A Critical Reader*, Blackwell Critical Reader, 1999.

TOURY, Gideon, *Descriptive Translation Studies and Beyond*, John Benjamins, Amesterdão e Filadélfia, 1995.

TOURY, Gideon, "In Search of a Theory of Translation", Tel Aviv, Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980.

THRIVENI, C., "Cultural Elements in Translation. The Indian Perspective", in *Translation Journal*, vol 6, nº1, Nova Iorque, 2002.

VENUTI, Lawrence, (ed.), *The Translation Studies Reader*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel, *The Modern World-system*, Nova Iorque, Academic Press, 1976.

WELLEK, René, "The Crisis of Comparative Literature", in *Concepts of Criticism*, ed. Stephen G. Nichols, 282-95, New Haven, Yale University Press, 1963.



CHRYS CHRYSTELLO (n. 1949) não só acredita em multiculturalismo, como é um exemplo vivo do mesmo: Nasceu no seio de uma família mesclada de Alemão, Galego-Português, Brasileiro e Português paterno e de marrano materno.

Publicou, aos 23 anos, poesia "Crônicas do Quotidiano Inútil (vol. 1)". Foi para Timor em 1973 onde foi Editor-Chefe do jornal local (A Voz de Timor) em Díli, antes de ir (1976) desempenhar funções executivas como Economista, Chefe da Divisão de Serviços Administrativos, na Companhia de Eletricidade de Macau

7) CHRYS CHRYSTELLO, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, AUSTRÁLIA



BRASÍLIA 2010 MONUMENTO A JUSCELINO E SARAH KUBITSCEK DE OLIVEIRA

Depois, radicar-se-ia em Sydney (mais tarde Melbourne) como cidadão australiano onde viveu até 1996.

De 1967 a 1996, dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa escrita). Até 1994, escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

Durante muitos anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural daquele país. Foi Jornalista no Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários.

Foi também Tradutor e Intérprete no Ministério da Imigração e no Ministério de Saúde do Estado de Nova Gales do Sul.

Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor.

Divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook). Igualmente difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (com quatro séculos).



VILA DO PORTO. ILHA DE SANTA MARIA. ACORES 2010

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters), Chrys lecionou em Sidney na Universidade UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes. Durante mais de vinte anos foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Interpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council (UTS Universidade de Tecnologia de Sidney).

É *Mentor* dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido.

É igualmente *Revisor* (Translation Studies Department) da Helsinki University.

Membro do Conselho Consultivo do MIL

Como jornalista, publicou milhares de trabalhos em jornais e revistas. Nas últimas duas décadas, como conferencista, apresentou temas de linguística e literatura em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, etc.).

Em 1999, publicou o livro e Ensaio Político "Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975, esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou (e-book) a monografia "Crônicas Austrais 1976-1996".

Em 2005 publicou o "Cancioneiro Transmontano 2005" e publicou (e-book DVD) outro volume dos seus contributos para a história "Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter" (> 2600 páginas, ed. de autor CD).

Entre 2007-2010, traduziu obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente Daniel de Sá (Santa Maria ilha-mãe, O Pastor das Casas Mortas, "S. Miguel: A Ilha esculpida", "Ilha Terceira, Terra dos Bravos", Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dores "Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel) ", além de guias de turismo e mergulho sobre os Açores e outro material.

Em março de 2009 publica "**Crónica Açores: uma Circum-navegação, DE TIMOR A MACAU, AUSTRÁLIA, BRASIL, BRAGANÇA ATÉ AOS AÇORES**", volume um, cronicando as suas viagens em volta do mundo e publica agora o segundo volume no 15º colóquio. Organiza os colóquios da lusofonia (desde 2001-2002), mantendo o interesse no ensino de tradução, multiculturalismo e inglês.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

É PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AICL

LIDERA A DELEGAÇÃO A MACAU.



RECEÇÃO, ALMOÇO E PALESTRA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 29 MARÇO 2010



11º COLÓQUIO DRA. GABRIELA CANAVILHAS, MINISTRA DA CULTURA, LAGOA 2009



TEMA 3.5. DAS CRISTANDEDES CRIOULAS LUSÓFONAS DO ORIENTE À LITERATURA AÇORIANA CONTEMPORÂNEA CHRYS CHRYPELLO, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, UNVERSIDADE DE BRIGHTON REINO UNIDO, UNIV. DE HELSÍNQUIA, FINLÂNDIA/AUSTRÁLIA

Da colonização britânica e holandesa nasceram Estados. Da portuguesa nasceram comunidades de afeto. A língua portuguesa era língua franca; “portugueses” eram todos os que professassem a fé católica; amigos e aliados, todos, os que aceitassem um quinhão nessa comunidade. As “lusotopias” não eram da Coroa mas das comunidades que se formavam, cresciam e prosperavam, na unidade religiosa das igrejas e na entreatada das misericórdias. Resistiram aos ventos e tempestades da história.

Teimosamente, mantiveram a língua, os costumes, a memória da linhagem.

A língua crioula falava-se nas Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente (Korlai, Birmânia, Malaca, etc.). Foi usada na Tailândia (Ayuthia/Ayutthaya) e, Bangucoque até aos anos 50 do séc. XX, onde permanecem vocábulos correntes no relacionamento familiar e nas práticas católicas.

Os fados da Humanidade, desde que Vasco da Gama unira o Ocidente ao Oriente, não se prendiam a um só reino, uma só nação ou um só hemisfério. Somente gente surda e fechada, não reconheceria que, escancarado para sempre o Caminho das Índias, o mundo se globalizaria cada vez mais, tornando-se algo único, entrelaçando para sempre

povos e continentes num destino comum. Ainda hoje estamos rodeados dessa gente mouca e empedernida. O mesmo se passou com os Colóquios. Isto de Lusofonias e Lusotopias tem muito que se lhe diga. Acolhemos nos Colóquios, como premissa, o conceito de açorianidade formulado por José Martins Garcia que, «por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura», admite a existência de uma literatura açoriana «*enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*».

Há vários tipos de autores, os açorianos nascidos e vividos no arquipélago (ausentes ou não), os emigrados, os descendentes, os insularizados ou ilhanizados e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Falta destrinçar se os podemos incluir a todos nessa designação açórica, literatura de significação açoriana, escrita que se diferencia da de outros autores de Língua portuguesa com especificidades que identificam o autor talhado por elementos atmosféricos e sociológicos descoincidentes, justaposto a vivências e comportamentos seculares sendo necessário apreender a noção das suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizam face aos antepassados, às ilhas e locais de origem.

Em 1973, a caminho de Dili, Timor Português, rumei por Bangucoque de ar irrespirável com mais de 40 °C e 95% de humidade Na pista ruminavam búfalos de água que era preciso afugentar à chegada de cada avião. Nesse tempo, a capital do antigo reino do Sião era uma pacata urbe que não sofria da massificação turística nem de grandes confrontos armados. Sobre ela escrevera

NO REINO DO SIÃO

é já dia

os arrozais me espreitam

verde o país

castanho é bangucoque

em plena pista búfalos pachorrentos

a banhos de lama
 camponeses debruçados
 nos pântanos colhem o arroz
 pequenas árvores dividem o asfalto
 chove lá fora
 sob 42° C de sol
 lufadas de calor húmido nos penetram
 densa respiração no ar por condicionar
 lentas formalidades num inglês arrevesado
 a vida possui aqui uma lenta ritmia
 todo o tempo nos espera
 nas autoestradas camionetas com jovens
 patrulhas militares
 todos os veículos se cruzam dos lados todos
 coloridos templos incrustados de pedrarias
 ouro maciço de budas
 descalços com cintos sagrados
 nos embasbacámos
 este o país do mistério
 igrejas e fortes portugueses
 memórias de tratados reais siameses e lusitanos
 o mercado flutuante é uma cidade imensa
 longos canais pútridos nesta veneza oriental
 sente-se o aroma do dólar nas ruas
 por entre golpes de estado adiados
 a cem quilómetros se combate
 é o apelo do futuro
 os thais são simpáticos e ardilosos
 milhares de anos de sabedoria a explorarem europeus
 os preços função da nacionalidade
 no faustoso erawan hotel
 o luxo grandiloquente oriental
 a sofisticada comodidade do ocidente

uma volta rápida pela cidade dos mil-e-um-templos
 para lá das faces mudas

se encerra
 o mistério
 o convite
 voltarei
 um dia.

Ao lado ficava a Birmânia (Myanmar) por onde os Portugueses andaram, embora poucos o saibam hoje e mais a sul era a cidade mais desejada, Malaca.

Fernão Mendes Pinto voltou para Malaca, onde estava o seu capitão, e ao seu serviço começou uma nova aventura. Tantos caminhos fez, tantas guerras viu e tantos países visitou, que é impossível contá-los. Fora enviado a Martavão no golfo de Bengala onde foi aprisionado e feito escravo com os companheiros por um general do rei da Birmânia. Subindo o Ganges e o Bramaputra acompanharam o general até à capital do Calaminhão (Tibete?), observando as suas extraordinárias práticas religiosas. Sucedem-se batalhas, cercos, marchas de exércitos em que os soldados se contam às centenas de milhar. Há revoltas, traições, suplícios no país devastado pela Guerra. Um dia, na confusão da batalha, os Portugueses escapam-se. Descendo numa jangada os rios que correm para o golfo de Bengala...para Goa. (Excertos do prefácio de António José Saraiva à "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto, ed. Sá da Costa, 1961)

Fernão Mendes Pinto regressou a Portugal, pobre como um Job e apelidado de mentiroso. Voltara do Japão e de Goa em 1557. Fixara-se numa quinta no Pragal, perto de Almada e requerera uma tença como prémio dos seus serviços no Oriente. Esta foi-lhe concedida vinte e seis anos mais tarde, em carta de janeiro de 1583, mas em 8 de julho seguinte falecia. Quando estava apoquentado pela nostalgia do Oriente, no fim da vida, sentava-se na margem do Tejo. Esperava as caravelas com a Cruz de Cristo, de velas desfraldadas ao vento, para que as tripulações lhe transmitissem coisas do Oriente. Foi acusado de "intrujão" pela retrógrada mentalidade portuguesa da época e acochado pela censura demolidora da Santa Inquisição, mas reportou a realidade do Oriente como nenhum português até hoje na sua Obra em dois volumes "A Peregrinação".

Os portugueses chegados ao sudeste asiático, não fugiram à regra da época. São humildes, ordeiros, fiéis aos Reis que servem, como soldados mercenários, fossem

estes do Sião ou do Pegú (Birmânia). Lutaram homens lusos, irmãos de sangue, em campos adversos, embrenhados na poeira provocada pelas patas, as bestas de guerra, dos elefantes... Os gemidos desses portugueses, feridos na peleja, encontraram o apoio moral e espiritual do irmão, inimigo, no campo de batalha em Lampang. Passados 450 anos, da coragem dos soldados portugueses o feito, ainda se encontra na memória dos locais. A seiscentos quilómetros de Bangucoque, os canhões portugueses, estão expostos em um jardim público na cidade de Lampang, num fortim, no templo Budista, "Prakaew Dao Tao". No museu do templo, estão duas armas ligeiras da grande peleja... O templo foi murado e no cimo foram montadas as tradicionais ameias portuguesas que foram trazidas para a Bangucoque moderna; imortalizadas no Grand Palace, na Montanha Dourada, e em outros sítios. Portugal transforma o mundo depois de 1500 como elo de ligação entre o Ocidente e o Oriente. As armas, as especiarias, a cruz e o amor são fatores importantes para a fixação do homem luso no Oriente. Assimilou-se a outras etnias com facilidade. Não abandonou os filhos que as mulheres lhe deram, casara sob os preceitos da Igreja Católica. Formara comunidades lusodescendentes, que ainda estão vivas, em Malaca e Singapura. Adaptara-se ao meio que o acolheu, amado pela magia da submissa mulher oriental.

(Excertos Monumentos de Portugal na Tailândia, José Gomes Martins <http://portugalnatailandia.blogspot.com/2010/06/soldadosarmasa-cruz-e-o-amor.html>)

Da colonização britânica e da holandesa nasceram Estados mas da portuguesa nasceram comunidades de afeto. Praticamos o monopólio, destruindo a concorrência mas contando com fidelidades regionais que extravasavam o interesse diplomático, comercial e político da coroa. A língua portuguesa era língua franca, "portugueses" eram todos os que professassem a fé católica, amigos e aliados todos os que aceitassem um quinhão nessa comunidade. As "lusotopias" não eram da Coroa mas das comunidades que se formavam, cresciam e prosperavam, na unidade religiosa das igrejas e na entreajuda das misericórdias. Resistiram aos ventos e tempestades da história. Teimosamente, mantiveram a língua, os costumes, a memória da linhagem. Na Birmânia, no Sião, na Malásia, na Indonésia há populações que orgulhosamente afixam o nome de Portugal. Os outros passaram. Ficámos lá, sem apoios e sem estímulo do Portugal distante, abúlico e "europeu", que regrediu para a visão tardo-medieval dos contactos internacionais: a Bruxelas, a costa da Guiné e pouco mais. A "Ásia Portuguesa" está para além das Portas do Cerco, do bazar de Díli e dos limites de Goa. Pede-se que os decisores de Lisboa abram os olhos e tirem partido da imensa vantagem que foi, é e será se o quisermos, a grandeza em terras da Ásia. © Miguel Castelo Branco

http://www.alamedadigital.com.pt/n1/portugueses_oriental.php

Em 1511, Malaca era um centro económico transbordante de riqueza.

O Sultão foi mandado para o exílio depois de Albuquerque a conquistar facilmente pois sonha já com a fundação do vasto império português na Ásia e conquista Ormuz, no estreito que liga o Índico ao Golfo Pérsico (1507) e Goa (1510). O Mar Vermelho está na posse da navegação portuguesa com o controlo marítimo em direção ao Mediterrâneo. As embarcações do Império Otomano transportando mercadoria de Malaca pelo Golfo Pérsico e Mar Vermelho, já não assustam Albuquerque. Pretende ir

mais além: o senhorio absoluto do comércio da Costa do Coramandel na Baía de Bengala, Reino do Pegú, Malaca, Samatra e Sião. No pensamento do grande português, estavam outras terras no sul dos mares da China estendendo-se até ao Japão.

Albuquerque não é só um guerreiro indomável, é um diplomata, negociador inteligente que prefere tratar dos assuntos pacificamente que servir-se das armas. Não pretende conquistar países, deseja apoderar-se dos grandes pontos estratégicos de comércio onde todos vivam na melhor das harmonias. Falta, para concretizar o seu objetivo a administração do empório de Malaca.

À península malaia chegam têxteis da Índia, sedas e cerâmicas da China, cravo das Molucas, noz-moscada de Banda, papel de arroz de Samatra, cânfora do Brunei, madeira de Sândalo de Timor, pau-santo, benjoim, chifres de Rinoceronte, marfim, pérolas, carpetes, adagas, baticques de Java. Os mercadores árabes do Cairo, Meca, Adén, Ormuz e da África Oriental, chegavam carregados de armas, tapeçarias, talheres de cobre, ópio, água de rosas e incenso. Juncos chineses aportavam com seda em bruto para manufaturar vestidos brocados, drogas aromáticas, coralina e marfim. Do reino do Sião aportam, todos os anos, 30 barcos com carregamentos de laca, madeira de teca, pedras preciosas, roupas, pimenta e metais que permutam por escravos ou por mercadorias. Da Birmânia vinha arroz, produtos agrícolas, rubis, estanho e prata. De Palembang (Samatra) escravos, ervas medicinais e produtos alimentares conservados. A presença portuguesa foi particularmente forte na região (séc. XVI e XVII). Muitas palavras birmanesas são de origem portuguesa: *Lelain* (Leilão); *Tauliya* (Toalha); *Natatu* (Natal); *Balon* (Bola, Balão); *Waranta* (Varanda). In Carlos Fontes <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOP.html>

Um interessante guia para a Birmânia é o *Further India* de Hugh Clifford (ed. White Lotus Co. Bangkok 1990).

Publicado pela primeira vez em 1904, o autor, acérrimo defensor do sistema colonial britânico, descreve de um modo isento para a época, a epopeia do desbravamento destes territórios pelos ocidentais, desde os árabes aos primeiros portugueses como Albuquerque e outros (*the Filibusters*). Fala dos exploradores, desconhecidos para os portugueses, António de Faria, António de Miranda, Duarte Fernandes, Ruy de Araújo, Francisco Serrano, António de Abreu, Pedro Afonso de Loroso, o conhecido Fernão Mendes Pinto, dos franceses Mouhot e Garnier a quem se atribui erradamente a descoberta dos templos de Angkor Vat, dos holandeses e dos ingleses.

O termo flibusteiros aplicado aos portugueses deve-se a serem, de todos os que exploraram o sueste asiático, os únicos que construíram fortes, impuseram a religião e comercializaram pela força.

Até à sua chegada, eram os árabes os únicos cuja influência se alastrava até ao oriente e nunca se imiscuíam na política local. O posterior sucesso dos holandeses e ingleses deveu-se ao facto de só quererem o comércio, nunca as terras nem as almas das gentes. A colonização veio depois. Essa perspetiva é nova, para os que nasceram e cresceram no mundo paroquial da epopeia quinhentista da História de Portugal de Adolfo Simões Mueller. Muitos sentem-se afrontados ao lerem opiniões sobre Vasco da Gama diferentes das que o ensino da Ditadura inculcou nos jovens portugueses.

Como acontece com a Birmânia, também a religião predominante no Sião (Tailândia) e o alfabeto servem de prova da forte influência cultural indiana durante o primeiro milénio, embora os primeiros relatos históricos só comecem no séc. X. A religião é a mesma, os alfabetos são distintos, mas de inspiração comum.

No ano de 849 foi criado um reino Thai cuja capital era Pagan (hoje Bagan). O seu santuário fica na China (lunão), de onde se deslocam para Sul (séc. X e XII) desalojando o reino khmer para sudeste e atual Camboja. Um príncipe funda a capital em Ayuthia (1350) e ganha a supremacia no Sião. Foi um reino com elevado grau de sofisticação, como os portugueses descobriram quando se tornaram vizinhos ao conquistarem Malaca quando o Sião esteve envolvido em luta épica com os birmaneses.

Do contacto ficou a norma, que perdurou por mais de 300 anos, da corte siamesa empregar o português como idioma diplomático, para desconcerto do embaixador norte-americano que ali apresentou credenciais no séc. XIX. Sob o tema da presença portuguesa na Ásia. Jorge Morbey (ex-Presidente do Instituto Cultural de Macau) escreveu (Jan.º 2006) ao então Presidente Jorge Sampaio, longa missiva da qual se extraem excertos:

Como referiu o descendente de portugueses, Arcebispo Emérito de Mandalay (Birmânia) U Than Aung, onde a maioria do clero católico é de origem portuguesa com origem em Pegú (1600), quem nunca recebeu a mais tênue manifestação de solidariedade nada tem a esperar. Que poderão as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente esperar de Portugal? A sua incapacidade nesta matéria tem sido uma evidência secular, filha da ignorância e do preconceito. A pequena Cristandade Crioula Lusófona de Korlai [Chauil], na Índia, somente em 1982 seria revelada ao Mundo pelo etnólogo romeno Laurentiu Theban. A Cristandade Crioula Lusófona da Birmânia já não usa a língua crioula e perdeu os nomes e apelidos cristãos, apesar de permanecer fiel à religião católica. As Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente mantidas na ignorância dos conflitos entre Portugal e a Santa Sé lutaram anos sem fim contra as novas autoridades eclesiais por as considerarem estrangeiras. Clamaram sempre pelo envio de clero, de Portugal, Goa ou Macau. Em vão. A transferência de domínios entre países europeus, de Portugal católico para a Holanda protestante, constituiu o

pano de fundo em que emergiram as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente. Com a substituição da dominação portuguesa, permanecendo nas terras que as viram nascer, deportadas para outras paragens, ou forçadas à emigração, essas comunidades mestiças talharam a sua identidade própria que perdurou até aos nossos dias, assente em dois pilares principais: a religião católica e a língua crioula. A religião fora trazida de Portugal ou de Goa. Convertidos ou nascidos nela, com ela haveriam de morrer, geração após geração. A sua língua, o crioulo, era a língua portuguesa que lhe garantia o estatuto de língua franca no litoral da Ásia e da Oceânia, desde o séc. XVI até à sua substituição pelo inglês, no séc. XIX. Holandeses, ingleses, dinamarqueses e franceses não podiam prescindir de um “língua” [intérprete] a bordo para poderem comerciar nos portos do Oriente, na língua que as Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente falavam e, muitas, ainda falam. Tratados, entre países europeus e poderes locais, foram firmados nessa língua, por ser a única a que os europeus podiam recorrer para comunicar no Oriente. Hoje, Cristão” [Kristang] e “Português” [Portugis] são sinónimos. A profanação e a destruição de igrejas e mosteiros, a expulsão dos padres, a proibição do culto católico, as deportações maciças, a redução de muitos à condição de escravos, compeliram os membros dessas cristandades à clandestinidade e à emigração: Macau, Índia, Insulíndia, Sião e Indochina. Tais irmandades permaneceram até aos nossos dias e conservam determinadas prerrogativas que limitam a autoridade dos párocos. Perdida a confiança que a Santa Sé depositara desde o séc. XV no Rei de Portugal, na sequência do corte de relações diplomáticas do Governo liberal em 1833 e a extinção das ordens religiosas por decreto de 31 de maio de 1834, o Padroado Português do Oriente sofreu um golpe mortal, na Índia, no Ceilão, no Sudeste Asiático, na China e na Oceânia. Os missionários do Padroado não seriam substituídos. O clero secular de Goa ocorreu em socorro das Cristandades Crioulas Lusófonas do Oriente que iam ficando sem religiosos. A língua crioula falava-se nas Cristandades Crioulas da Tailândia (Ayuthia/Ayutthaya) e, Bangucoque até aos anos 50 do séc. XX, onde permanecem vocábulos correntes no relacionamento familiar e nas práticas católicas. Na Indonésia, além de Java, nas Flores [Larantuka e Sikka], ilhas de Ternate, Tidore e Bali. Em Timor [Lifau e Bidau]. No Bangladesh - Chittagong e Dacca – até aos anos 20 do séc. XX era muito viva a presença da língua crioula nas Cristandades locais. © Jorge Morbey <http://combustoes.blogspot.com/2006/01/os-crioulos-portugueses-no-orient.html>

O homem português na Ásia nunca esqueceu a pátria. Tomemos o exemplo de Venceslau Morais, Escondia as suas misérias no exílio nipónico e tendo escrito e enviado dezenas de cartas e postais ilustrados à irmã Francisca Paul, para Nelas (Beira Alta), nunca lhe referiu a intenção de regressar a Portugal. A memória do Cônsul de Portugal em Kobe, no longínquo Sol Nascente, ficou nos anais das relações culturais entre Portugal e o Japão. <http://www.portugal-linha.pt/legado/voriente/psiao3>.

Por tudo o que atrás ficou dito recorde-se o grande universalista português. No último canto de “Os Lusíadas”, Vasco da Gama, o almirante herói, é recebido pela deusa Tétis na Ilha dos Amores. Lá, naquele espaço encantado, ela lhe descortinou a Máquina do Mundo, a visão do Cosmo e dos continentes da terra recém-descoberta pelos lusos,

cena que coloca o poeta português como quem por primeiro, no campo das letras europeias, percebeu os efeitos irreversíveis da globalização que então dava os seus primeiros passos.

*"Vês aqui a grande máquina do Mundo,
Etérea elemental, que fabricada
Assim foi do Saber, alto e profundo,
Quem é sem princípio e mete limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e superfície tão limada,
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende"*
(Canto X, 80)

É então que a deusa, abrindo os braços para enfatizar a amplitude, a magnitude do reino agusto, aponta ao Gama as mais diversas regiões do mundo.

Povoam-na "gente sem lei", a bruta multidão, "bando espesso e negro de estorninhos", do império do Benomotapa (Zimbabué) à Taprobana (Sri-Lanka). Todos à espera da chegada da cruz, desenhada na vela principal da nau dos argonautas lusitanos. Mostra-lhe o Mar Vermelho, o Monte Sinai, a segura dura e arenosa da Arábia, o Tigre, o Eufrates, o planalto dos cavaleiros da Pérsia, o estreito de Ormuz, o Sind, a terra dos Brâmanes onde S. Tomé tentara a conversão dos gentios, o Ganges e o Indo, a terra da Birmânia, o império do Sião, Sumatra, a ponta estreita de Singapura, o Camboja e o rio Mekong no qual Camões naufragou mas salvou os versos. Em seguida, margeando com os olhos a costa da Cochinchina (o Vietname), mostrou-lhe a China e mais longe o Japão, de onde vinha a maravilhosa seda e o ouro fino. De tudo se desprendia o aroma do cravo, da noz-moscada, do licor perfumado do benjoim, do coco do mar, do incenso, da mirra e do raro âmbar, de onde se extraem fragrâncias mil. Tétis, voltando-se para o outro lado da Terra, apontou-lhe as partes recentemente conquistadas pelos castelhanos, que lançaram o seu rude colar sobre as gentes cativas do Novo Mundo. Da Terra de Santa Cruz, do litoral do Brasil, o braço lusitano já carregava o tronco vermelho, o Ibirapitanga dos nativos, para dele extrair as tintas para os panos. Reembarcados os portugueses, partindo da Ilha dos Amores, aos adeuses no convés, velas soltas ao vento em mar tranquilo, carregados de refrescos e iguarias deliciosas, navegaram de volta à boca do Rio Tejo.

De então em diante estavam todos convencidos de que os fados da Humanidade, desde que Vasco da Gama unira o Ocidente ao Oriente, não se prendiam a um só reino, a uma só nação ou a um só hemisfério. Somente gente surda e endurecida, fechada, teimosa, não reconheceria que, escancarado para sempre o Caminho das Índias, o mundo

se globalizaria cada vez mais, tornando-se algo único, entrelaçando para sempre povos e continentes num destino em comum. Ainda hoje estou rodeado dessa gente surda e empedernida.

O mesmo se passou com os Colóquios. Isto de Lusofonias e Lusotopias tem muito que se lhe diga. Falta aos Estados a visão, o amor e a dedicação que só alguns indivíduos conseguem ter pela língua e cultura de um povo. Governos e governantes estão de candeias às avessas para a defesa desses valores, tal qual a população de S. Miguel está sempre de costas para o mar, enquanto outras não vivem sem ele, como no Pico. Falarei brevemente de dois autores que lutam contra os Fados da Humanidade mostrando a globalização da língua portuguesa através da sua visão açoriana do mundo.

Vozes críticas ou arredadas dos estereótipos não abundam nem são benquistas. As elites dominantes e os poderes caciqueiros logo se insurgem. A ingratidão, vergonha e falta de patriotismo são epítetos comumente usados para denegrir os que ousam. Citam-se páginas relevantes da heroica gesta açoriana, com destaque para as guerras liberais e desventuras de emigrantes que triunfaram. Surgem editoriais e recensões violentas nos jornais locais. Os caixeiros-viajantes da cultura logo se arrogam o direito de defender a açorianidade ofendida pois nela assenta exclusivamente o seu currículo. Tais declarações de repúdio raramente extrapolam os cantos do arquipélago pois falar dos Açores ainda não é moda na grande capital do Império.

Foi isto que, por mais de uma vez, aconteceu ao meu amigo escritor Cristóvão de Aguiar. Apodaram-no de tudo e mais alguma coisa, pois convém sempre ser mais papista que o papa. Em meios pequenos é consabida a tendência para apoucar aqueles que da leis do esquecimento se desembarçaram, como diria o vate, enquanto o imperador e seu séquito distribuem viagens e mordomias. É uma questão de tempo até começarem a zurzir nos forasteiros que ousam opinar sobre o arquipélago dos Açores. Quando se perora sobre as nove ilhas, filhas de Zeus, urge não melindrar os interesses estabelecidos. As

visões críticas ou não conformadas aos cânones podem acarretar sérios riscos para a saúde mental dos seus autores. Terras pequenas, invejas grandes ou a reprodução literária do mote popular “*a minha festa é maior que a tua*”. Para o comum dos mortais a vida prosseguiria o seu rumo, mas os Açores são uma réplica miniatural da corte lisboeta. As elites não perdoam aos que não comungam da verdade única com força de dogma que os sustenta e valida.

Cristóvão escreve com uma pluma incómoda. Reservou-se um papel de narrador que pensa, fala e escreve sem recorrer aos lugares comuns que tamanho gáudio causam na população. Não reivindica verdades absolutas ou duradouras, limita-se a (d)escrever o que sente e vê. Criaram-lhe a fama de irascível. Quantas vezes com justas e fundadas razões? Recebi “*avisos amigos*” para tais perigos quando o convidei a estar na Lagoa (março 2009) para o 4º encontro açoriano. Congratulo-me que, relutantemente, Cristóvão tenha acedido. Ao longo de meses trocamos correios eletrônicos e telefonemas criando uma amizade saudavelmente aberta e crítica durante a qual aprendi imenso com a personagem que tantos cuidados incutia aos arautos e defensores da paz podre açoriana.

Cristóvão é um permanente **Passageiro Em Trânsito**, título do seu mais benquisto livro, sempre na rota do inconformismo. Ele é a voz que se não cala e tem o direito a tal. Chama os bois pelo nome sem se deter nas finuras das convenções do parece bem ou mal. É crítico impiedoso dos destinos que alguns queriam que fosse eterno, o da subserviência e submissão aos senhores das ilhas, descendentes diretos dos opressores da gleba. Grandes narrativas que se assemelham a uma técnica de *travelling* em filmagem, com grandes planos, zooms, e paragens detalhadas nos rostos e nas mentes dos atores principais das suas crônicas e outros escritos. A câmara detém-se e escarpeliza a alma daqueles que ele filma com as suas palavras aceradas como vento mata-vacas que sopra do nordeste. Cristóvão de Aguiar, já o disse, não é um autor fácil nem facilita, exige quase tanto dos seus leitores como de si mesmo, ele é o magma de que são feitas as gentes de bem destas ilhas. Tal como as palavras sentidas, gravadas fundo num granito

que não existe nas ilhas mas que encontro na Relação de Bordo I. Verdade seja que ando imerso na sua escrita tateando como um recém-nascido às escuras fora do ventre materno. Ele é um escritor que se crê maldito porque outros o fizeram assim, e porque é de si mesmo um ser acochado por tudo e por todos, mas sobretudo por si mesmo. Para ele, a escrita nunca será catarse pois ela é fruto de amores incompreendidos entre si e a sua ilha... Psicanalisando as gentes e a terra que o viram nascer adotou o Pico como nova ilha mátria em 1996. Como ele diz (Relação de Bordo II pp. 199-200) *Primeiro foi a ilha, nunca mais a encontramos como a havíamos deixado...trouxemos somente a imagem dela ou então foi outra Ilha que conosco carregámos...*

A escrita lávica de Cristóvão fica a boiar no nosso imaginário. Ninguém consegue escrever da forma única e inimitável como só ele sabe e sente sobre os Açores. Essa a sua forma de amar e de recompensar a terra que o viu nascer...para que desate as grilhetas que a encarceram no passado e ele se desobrigue finalmente da tarefa hercúlea de carregar a ilha como um fardo ou amor não-correspondido, que nisto de ilharias há muitas paixões não correspondidas. É um lídimo representante da mundividência açoriana na escrita contemporânea e é tarefa dos Colóquios da Lusofonia torná-lo benquisto e conhecido no mundo inteiro. Com a literatura os autores açorianos iam chegar mais longe. Libertar-se. Para isso teriam de mondar mercados novos e virgens, como a selva amazônica antes dos novos bandeirantes. Se não chegassem às novas gerações açorianas, poderiam alcançar descendentes, expatriados e os que aprendem o orgulho da nação açoriana, na sua cultura, tradição e outros valores primordiais que tão arredados das escolas andam hoje. Mas os colóquios queriam levá-los a mercados e leitores insuspeitos, até à velha Cortina de Ferro onde há apetência para escritores lusófonos.

A ilha para **Natália Correia** é Mãe-Ilha, para **Cristóvão de Aguiar**, Marilha, para **Daniel de Sá**, Ilha-Mãe, para **Vasco Pereira da Costa**, Ilha Menina, para mim nem mãe, nem madrastra, nem Marília nem menina, mas Ilha-Filha, que nunca enteada. Para amar sem tocar, ver engrandecer nas dores da adolescência que são sempre partos difíceis.

Toda a vida fui ilhéu, perdi sotaques Ma não malbaratei as minhas ilhas-filhas. Trago-as a reboque, colar multifacetado de vivências dos mundos e culturas distantes. Primeiro em Portugal, ilhota perdida da Europa durante o Estado Novo, seguidamente em mais um capítulo naufragado da História Trágico-marítima nas ilhas de Timor e de Bali, seguido da então (pen)ínsula de Macau (fechada da China pelas Portas do Cerco), da imensa ilha-continente denominada Austrália, e nesta ilhoa esquecida de Bragança no nordeste transmontano, antes de arribar à Atlântida Açores.

Cumes de montanhas submersas que assomam, a intervalos, aqui no meio do Grande Mar Oceano onde se mantêm gentes orgulhosas e ciosas das suas tradições e costumes, em torno da família nuclear dizimada pelo chamado progresso. Os políticos ocupados na sua sobrevivência sempre se olvidaram da presença mágica destas ilhas de reduzidas proporções e populações. Como se fosse uma espécie de triângulo das Bermudas, onde tudo o que é relevante desaparece dos telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas ínsulas, apenas evocadas pelas catástrofes naturais e pelo anticiclone do bom ou mau tempo.

Falemos da literatura. Acolhemos nos Colóquios, como premissa, o conceito de açorianidade formulado por **José Martins Garcia** que, «*por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura*», admite a existência de uma literatura açoriana «*enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*»²⁵.

No 4º Encontro Açoriano da Lusofonia, **Cristóvão de Aguiar** rejeitou o rótulo de literatura açoriana, por considerar que faz parte da produção literária lusófona. «*O título (literatura açoriana) é equívoco, porque pode parecer que é uma literatura separada da literatura portuguesa*», afirmou à agência Lusa o escritor. **Machado Pires** sugeriu em tempos “*literatura de significação açoriana*”. Outros preferem o termo “matriz açoriana”.

Há vários tipos de autores, os açorianos nascidos e vividos no arquipélago (ausentes ou não), os emigrados, os descendentes, os insularizados ou ilhanizados e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Falta destrinçar se os podemos incluir a todos nessa designação açórica. Lentamente, todos encontraram o seu espaço, não havendo minguia de quantidade, mas, frequentemente sem projeção fora das ilhas, com exceções contemporâneas como as de **João de Melo, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Vasco Pereira da Costa e Dias de Melo**, para citar alguns. Tarefa inglória tem sido a de os tentar convencer que a sua universalidade é de matriz açoriana e só assim os conseguiremos levar ao grande púlpito do mundo, a eles, autores que se contentam em ser portugueses.

Quedemo-nos, doravante, na perspicaz apreciação que faz Cristóvão de Aguiar da obra, intitulada *Nas Escadas do Império* de Vasco Pereira da Costa, autor que hoje é aqui homenageado:

“Não é por acaso que Vasco Pereira da Costa, poeta de mérito, mas ainda no silêncio da gaveta, se apresenta no mundo das letras sobraçando uma coletânea de contos. Numa terra onde quase todos sacrificam às (as) musas e se tornou quase regra a estreia com um livrinho de poemas, a atitude (ou opção) do autor de Nas Escadas do Império não deixa de ser de certo modo corajosa como corajosos são os contos que este livro integra. Não fora o receio de escorregar na casca do lugar-comum, e eu diria que esta mancheia de contos vivos, arrancados com mãos hábeis e um sentido linguístico apuradíssimo ao ventre úbere, mas ainda mal conhecido, da sua terra de origem, vem agitar as águas paradas, onde se situa o panorama nebuloso e um tanto equívoco da literatura de expressão açoriana. O conto que abre esta coletânea, Faia da Terra, é bem a prova do telurismo, no sentido torquiano do termo, de que o jovem escritor (Angra do Heroísmo, junho de 1948) está imbuído, sem cair no pitoresco regionalista, tão do agrado de muitos escritores açorianos. Não resta a mínima dúvida de que o Gibicas, A Fuga e outras peças de antologia que aqui figuram vêm contribuir para o enriquecimento do conto português de especificidade e caraterística açoriana. Contudo, Vasco Pereira da Costa corre o risco (e ele mais do que ninguém disso está consciente) de vir a ser queimado nas labaredas inquisitoriais de certos meios ideológico-literários açorianos que têm tentado, oportunisticamente, mas sem raízes verdadeiras, edificar [...] uma literatura açoriana em oposição à Literatura Portuguesa. Nas Escadas do Império, quer queiram ou não os arautos da mediocracia, vem dizer-nos exatamente o contrário.”

Com efeito, não podia deixar de ser mais justo o juízo de valor supracitado.

²⁵ http://lusofonia.com.sapo.pt/acoress/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11

1. Em primeiro lugar, estreia-se Vasco Pereira da Costa, em 1978, com a coletânea de contos, *Nas Escadas do Império*, à qual se seguirão a novela *Amanhece a Cidade* (1979); a memória *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo* (1980); os poemas de *Ilhíada* (1981); *Plantador de palavras* *Vendedor de lérias*, antologia de novelas galardoada com o prémio Miguel Torga no ano de 1984; *Memória Breve*, (1987); *Risco de marear* (Poemas em 1992); e, por fim, três obras poéticas, a saber *Sobre Ripas Sobre Rimas*, *Terras* e *My Californian Friends*, (respetivamente publicadas em 1994, 1997 e 1999).

- 2) Em segundo lugar, urge referir a originalidade de Vasco Pereira da Costa, evidente tanto na sua obra poética como na sua prosa, que vem, segundo o Autor de *Raiz Comovida*, agitar as letras açorianas. Assim sendo, e numa perspetiva temática, cumpre realçar o telurismo genuíno patente em “Faia da Terra”, história do enamoramento de Teresa por um americano da Base, da sua subsequente partida para o Novo Mundo, já com o nome de Mrs. Teresa Piel, e da secagem da faia, dois meses após a descolagem do avião da *Pan America*. Nesta novela inaugural perpassam vivamente, como que fotografadas ao vivo, as rotineiras fainas insulares que, pela via da repetição, regem o quotidiano do ilhéu: “*Era sexta-feira e a mãe amassava o crescente com a farinha de milho. No forno estalavam a rapa, o eucalipto e o loiro: [...] Lavou depois as folhas de botar pão e veio sentar-se ao pé dos meus socos de milho – bois de veras, espetados com palhitos queimados arremedando os galhos – no estrado do meio-da-casa. Arrumou as galochas no sobrado [...]*” (1978: 11).
 Por vezes, é a loucura insular que faz a sua aparição em cena, na figura do poeta Vicente, “*um Côrte-Real impotente, tacanho e degenerescente*” (1978: 71), o qual, volvido esse tempo em “*que escrevia coisas tão lindas, de tanto sentimento*”, tem o despautério de acumular guarda-chuvas na

falsa e de publicar no jornal da Ilha desairosos alinhavos poéticos: “*Prometeu / Prometeu / Não cumpriu / A promessa / Homessa!//*” (“A Fuga”, 1978: 74).

3) Em terceiro lugar, e ainda na ótica de Cristóvão de Aguiar, a coragem de Vasco Pereira da Costa, que a sátira, nas suas diversas vertentes, revela à saciedade. Assim sendo, atente-se quer na crítica ao salazarismo, regime repressor, totalitário e punitivo dos que ousam transgredir as regras impostas - “*Como vim aqui [à ilha] parar? É simples: por ser anarquista e não peitear o Manholas de Santa Comba*” (“O Manel d’Arriaga”, 1978: 31) -, quer na crítica à mentalidade medíocre, cuja pequenez constangedora se espria, em espaço íntimo e público, pela vida de outrem tão sigilosamente resguardada quanto violada de supetão - “*[...] cada qual dava a sua sentença, todos em grande pensão, e não havia alcatra de couves que, à hora da ceia, não fosse temperada com palpites de desenlace.*” (“primavera”, 1978: 59) -, quer na crítica ao jornalismo barato e ao provincianismo dos articulistas, cujo discurso, pouco inovador, se vai ritualizando - “*Começou então o embaraço. No jornal de amanhã, por entre os aniversários da gente fina [...] as partidas e as chegadas, os partos e as notícias do País e do Estrangeiro, os casamentos e os pedidos de, os horários de barcos e de aviões, as orações ao Menino Jesus de Praga e ao divino Espírito Santo [...]*” (“A Fuga”, 1978: 82-83) -, quer, por fim, na crítica a uma certa ‘cultura de superioridade’ que ‘Mestre’ Gibicas se apresta a denegar: “*[...] estávamos de língua entre os dentes para sibilar o th. O professor fazia empenho pois [...] era uma vergonha virem por aí abaixo os americanos e nós sem sabermos agradecer. [...] Até que foi a tua vez [Gibicas]. [...] Agarraste na caixinha vermelha, azul e branca, com as estrelinhas desse people para o nosso povo e, sem esperar o afago da farda grandalhona, gritaste-lhes alto, como ninguém ainda o fizera: -*

SANABOBICHAS!” (“Gibicas”, 1978: 137-138-141). Em asterisco de rodapé, explica o Autor o neologismo: “Son of a bitch”.

4) Em quarto lugar, a variedade genológica em que se move o Escritor homenageado, desde o conto e a novela, até à memória e à “crónica” breve, passando pela Poesia. E, a este propósito, não resistimos à tentação de transcrever alguns excertos.

O primeiro de O PLANTADOR DE PALAVRAS

“Ah, meus senhores, mas isto aqui não é a Itália. É a mui nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo, ao tempo em que o Autor nela carregava a sua adolescência de amores, temores e rancores. Como podem observar, uma cidade espartilhada entre mar e mar, com dois castelos a estrangulá-la; com suas casas, nobres por fora e burguesíssimas por dentro; praças com estátuas e engraxadores; lojas sonolentas, comerciantes lentos e clientes ensonados; automobilistas imprevidentes nos seus vinte à hora, que quase atropelam a distração dos peões; um governador civil e três governadores militares; cinquenta e sete prostitutas; dezanove bombeiros voluntários que voluntariamente vão de borla ao cinema; vinte e cinco meninas que namoram à janela e, estatísticas de ontem, catorze desfloradas nos saguões; um bispo, dois monsenhores, sete cônegos na sua Catedral; três parvos oficiais, que fornecem o riso oficial e obrigatório nos dias úteis e inúteis; um Presidente para a sua Câmara, com o seu secretário e um contínuo – que, por ser funcionário público, não está incluído no número dos três parvos oficiais que o quadro comporta. Esta cidade tem trinta e quatro velhas de lenço e três senhoras idosas de chapéu; quarenta e sete bêbados e oito senhores que andam às vezes alegriños; cento e vinte e nove rapazes, cento e trinta e duas raparigas, vinte e dois meninos e trinta e uma meninas; o número de naiões – invertidos encartados e Sócios de Mérito da Corporação das Criadas de Servir – é de setenta e sete, mas nunca foi feito o recenseamento dos homens com pitafe; quarenta e três professores do Liceu, dos quais vinte são professores do Seminário Maior, onde há quinhentos e setenta e oito seminaristas menores, dos quais oitenta e nove vírgula seis por cento oriundos da cristianíssima ilha de São Miguel o Arcanjo e do Senhor Santo Cristo dos Milagres e ainda de outros Senhores, que se passeiam no Jardim Duque da Terceira, todas as quintas, entre as duas horas e sete minutos e as quatro horas e quarenta e oito da tarde, em bandos de estominhos; quinze chauferes, um cauteleiro, sessenta e nove caloteiros identificados com o indicador da mão direita, noventa e seis donas-de-casa e igual número de maridos operacionais; quarenta e sete viúvas praticantes, vinte e seis viúvas protestantes e oito viúvas de fresco ainda indecisas; sessenta e oito cavalheiros são simultaneamente irmãos devotos da Confraria de Nossa Senhora do Monte Carmelo, da Irmandade do Senhor dos Passos e da Ordem Terceira de São Francisco; quatro agiotas dissimulados, que vestem de preto e usam chapéu, e que se sentam, para o negócio, na terceira banquetta do Pátio da Alfândega; cinquenta agentes da Polícia de Segurança Pública, dos quais três são da Secreta e, por isso, para não serem conhecidos, trajam à paisana: o Cebola, o Tombado e o Zarolho; dois vendedores de milho

torrado, pevides e caramelos sugardady; duzentas e nove beatas de novena, quarenta e oito de terço e mantilha, vinte devotas de enfeitar capelas, dezassete de sacristia, catorze irmãs de padre e meia dúzia de sobrinhas; um batalhão de soldados do Castelo, que aparecem à boquinha da noite triste, arrastando as botas tristes pelo empedrado tristonho; três namoradas de aspirantes, que fazem todas as recutas; uma média de um vírgula oito por mil de americanos da United States Air Force Azores Pochugal por dia, facilmente reconhecíveis pelo tamanho dos pés e por uma garrafa de Matíós Rossé dançando na mão direita; quarenta e três indivíduos usam gravata verde porque são adeptos do Lusitânia e trinta e nove põem gravata vermelha porque são sócios do Angrense, havendo que mencionar ainda dois laços – um poeta e um boticário. A cidade tem dezoito tabernas, seis cafés e duas pastelarias.

Vamos agora mudar o cenário...”

VENHO CÁ MANDADO DO SENHOR ESPÍRITO SANTO

[...] ...e o Imparador que se desempenhe do seu ofício em obrigação ao Senhor Espírito Santo, e festejemos nós com ele, [...] Antes de mais, o Imparador dar-lhe-á três pancadinhas na porta do meio e dirá:

– Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo convidar o dono da casa para acompanhar o Senhor Espírito Santo e a mim, na sexta-feira, para matar o bezerro, e, no sábado, para ajudar a levar a carne, e, no domingo, para me acompanhar de casa até à Igreja, da Igreja até a casa, jantar comigo e levar o Senhor Espírito Santo ao Imparador novo.

É de ir!

A coisa promete, e olhe que não terá alcatrinha de coives apanhadas no bacelo... O Imparador sabe da sua função e lá por casa, que a Imperatriz tem brios, há de ter Mestra que faça umas sopas a preceito, com olores de hortelã, pão de mesa, bom vinho velho, arroz doce e... alcatra!...

Alcatra!... Alcatra!...

Se cada terra tem o seu manjar peculiar, se a **Paella** é valenciana, o borrego alentejano, a **Lasagna Stuffata** dos italianos, o **Roast-beef** das Inglaterra, as esquisitices francesas, as enguias da Murtosa, a Alcatra – é nossa!

Já dizia Tia Livramento que para fazer uma boa Alcatra era preciso uma boa gueixa. [...] E o Imparador já separou um cambulhão de cebolas doiradinhas, e já mandou o pequeno mais moço à quinta das Medeiros apanhar loiro cheirosinho, e já despachou a pequena do meio para a Venda do Linhares buscar uma baratinha de pimenta em grão e pau-de-cravo, e já provou e aprovou um vinho de cheiro velho e encorpadinho, que guardava sacramente na loja de trás-de-casa, e já disse à Sua Senhora que haverá de ser daquele toicinho fumado mais largo que se tirariam as taliscas, e já aventajou ao Prudêncio Sacristão para avisar amanhã na missa da manhã que queria falar com a Tia Machada, e já apanhou uma rama de calibres e de faias e já rachou e pôs a secar umas achas bem asseadas para não se babarem como babões e que façam um fumo incensador [...]

(VENHO CÁ MANDADO DO SENHOR ESPÍRITO SANTO. ANGRA DO HEROÍSMO, 1980. PP. 6-7.

DE O PLANTADOR DE PALAVRAS

“A ilha, para ele [Ti Fausto], não são freguesias, canadas, casas, faias, inhameiros, macieiras, pastos, gado e todo o povo. É uma namorada antiga, que ele afaga nos dias ensoados e que ama com paixão maluca nas noites curtas e eternas. [...] Amar a Ilha

Menina, de olhos puros como dois torrões de lava fresca e vidrada e gotejante da seiva da terra. Ir na dança do seu meneio de baile, dedilhado nos bordões do violão mais cantante. [...] Amar a Ilha Mulher, inteiriça e possante, arranhar uma pétala de perfume e lume, sentir-lhe os requebros, o bafo quente da boca ferosa, gostar na ponta da língua o cerúmen das orelhas fugidias, [...] Amar a Ilha Mãe, regaço acolhedor e cáldo. Pousar a cabeça no repouso do seu ventre largo. Deixar que a sua mão se esqueça e se abandone na nuca sonolenta. Abrir então os olhos e animar esta pietá com um beijo lento na palma da mão e o sorriso abrindo-se devagar, desatento à estátua que ora forjo - Ti Fausto e a Ilha, [...] Ti Fausto serve-me de verdelho. Saudamos a comoção que nos amarra a esta mesa.

Uma gota boia num sulco de madeira. [...] Ti Fausto estala a língua e estende-me o olhar cínico de deus incréu:

- E aí está como um neto de lavradores, filho de comerciantes, tem as mãos finas... Plantador de palavras... Vendedor de lérias...

Cá estou eu, Ti Fausto, o doutor da letra redonda, com a gana de invocar o teu amigo Arquimedes, com quem deambulaste em Antioquia, e de quem recebeste nos ouvidos divinos o grito da descoberta.

Cá estou eu, Ti Fausto, buscando a justificação que me dê o contentamento de mim. Porque, com a minha lavoira de palavras, consegui explicar-me toda (toda...?) a verdade familiar. E absolvo-me. O meu eureka é este: o ser capaz de, pelo domínio da palavra, encontrar a remissão para a renúncia... imperdoável. Com esta esfera que escreve [...] tudo me parece verosímil e tão cheio de verdade! Como ser eu o filho de Manuel Terra Policarpo, arribado na chalupa Esperança à baía de Angra com uma trouxa de linho, uma saquinha de trapos donde roera o último biscoito de raiz de feto, e a carta ao desconhecido. Era o ano de 1920. Meu pai tinha dez anos.

Por saber estão ainda os segredos da sua infância – nunca revelados: o sofrimento está entranhado nas nervuras mais profundas do esquecimento desejado.

O menino perdeu-se nas canseiras impiedosas de uma ilha com fome. E apenas o conheço homem feito, fazendo a vida na Terceira, que é ilha de festas e panzoadas – no dizer dos velhos picarotos que lavram as águas do mar e cravam os arpões da vontade no negro mais sáfaro das lavas arrefecidas.”

(“Plantador de palavras”, Plantador de palavras Vendedor de lérias. Coimbra, Serviços Culturais, 1984 – “Prémio Miguel Torga”, pp. 18-19-35- 36).

- transcreve-se, por fim, o poema “Rose era o nome de Rosa”:

*A mãe disse não mais
não mais eu não mais tu filha
não mais nomes na pedra do cais
não mais o cortinado da ilha*

*não mais Rosa sejam Rose agora
não mais névoas roxos ais
não mais a sorte caipora
não mais a ilha não mais*

*Porém Rose o não mais não quis
e quis ver a ilha do não mais
o cortinado roxo infeliz
os nomes na pedra dos cais*

Pegou em si e foi-se embora.

Não mais Rose.

Rosa outra vez agora.

(My Californian Friends ed. Gávea Brown: 1999)

Não será esta a universalidade da açorianidade?

chrys chrystello lomba da maia, açores, agosto 2010

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, Cristóvão de, (1978) Raiz Comovida (A Semente e a Seiva), 1.ª ed., Centelha, Coimbra, 1978 (Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa); 2.ª ed. Bertrand, 1980 (esgotado)

Aguiar, Cristóvão de, (1988) Passageiro em Trânsito, novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai acrescentando mais um conto), 1.º ed. Editora Signo, Ponta Delgada, 1988;

Aguiar, Cristóvão de, (1999) Relação de Bordo (1964-1988), diário ou nem tanto ou talvez muito mais, Campo das Letras, Porto, 1999 (Grande Prémio APE /CMP, 2000)

Aguiar, Cristóvão de, (2000) Relação de Bordo II (1989-1992), diário ou nem tanto... Campo das Letras

Aguiar, Cristóvão de, (2003) Raiz Comovida, Trilogia Romanesca, Lisboa: Publicações Dom Quixote (Edição revista e remodelada).

Aguiar, Cristóvão de, (2003) Trásfega, casos e contos, Publicações Dom Quixote, Prémio Miguel Torga 2002, 1.ª ed. 2003; 2.ª ed. 2003

Aguiar, Cristóvão de, (2004) Nova Relação de Bordo (III Volume), diário ou nem tanto... Publicações Dom Quixote

Aguiar, Cristóvão de, (2004) Nova Relação de Bordo (III Volume), diário ou nem tanto... Publicações Dom Quixote

Aguiar, Cristóvão de, (2005) Marilha, sequência narrativa, Publicações D. Quixote

Aguiar, Cristóvão de, (2007) A Tabuada do Tempo, a lenta narrativa dos dias, Prémio Miguel Torga 2006, Livraria Almedina, Coimbra

Aguiar, Cristóvão de, (2007) Miguel Torga, O Lavrador das Letras, um percurso partilhado, Livraria Almedina

Aguiar, Cristóvão de, (2008) Braço Tatuado – Retalhos da guerra colonial – Nova versão, P. D. Quixote, 2008; 2.ª ed. 2008

Aguiar, Cristóvão de, (2008) Charlas Sobre a Língua Portuguesa, Livraria Almedina, 2008
BRASIL, Luís António de Assis, (1994) “A Narrativa Açoriana pós-Vinte e Cinco de abril”, in Organon, vol. 8, n.º 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Chrystello, J. Chrys, (2009) Chrónica Açores: uma circum-navegação. (vol. 1), Ponta Delgada: Ver Açor, Lda.

Da Costa, Vasco Pereira, (1978) Nas Escadas do Império: Contos. Coimbra, Centelha, 1978.

Da Costa, Vasco Pereira, (1979) Amanhece a Cidade, romance. Coimbra ed. Centelha

Da Costa, Vasco Pereira, (1980) Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, novela; ed. Banco Espírito Santo c Comercial de Lisboa. Lisboa

Da Costa, Vasco Pereira, (1981) Ilhíada, (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. “Gaivota”.

Da Costa, Vasco Pereira, (1984) *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*, Coimbra, Câmara Municipal, 1º Prémio Miguel Torga 1984

Da Costa, Vasco Pereira, (1987). *Memória Breve*, contos. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura

Da Costa, Vasco Pereira, (1992) *Riscos de Marear*; (poesia) Ponta Delgada : Eurosigno

Da Costa, Vasco Pereira, (1994) *Sobre ripas sobre rimas*, Coimbra: Minerva, 1994

Da Costa, Vasco Pereira, (1997) *Terras* (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Da Costa, Vasco Pereira, (1999) *My Californian Friends*, ed. Gávea Brown

De Almeida, O. T., (org.) (1983), *A Questão da Literatura Açoriana*. Recolha de Intervenções e Revisitação Angra do Heroísmo, SREC. (org.)

De Almeida, Onésimo Teotónio, (1986), *Da Literatura Açoriana Subsídios para um Balanço*. Angra do Heroísmo, SREC. (org.)

De Sá, Daniel, (1992) *Ilha Grande Fechada* (romance), Lisboa, ed. Salamandra, 2ª ed VerAçor 2010

De Sá, Daniel, (1995) *Crónica do Despovoamento das Ilhas* (e Outras Cartas de El-Rei) (crónicas históricas), Lisboa, ed. Salamandra

De Sá, Daniel, (2007) *O Pastor das Casa Mortas*, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

De Sá, Daniel, (2007) *Santa Maria, Ilha-Mãe*, Ponta Delgada, ed. VerAçor, 2007

Dores, Victor Rui, *Ilhas do Triângulo - coração dos Açores* ed. VerAçor.

Garcia, José Martins (1974) *Katafaraum é uma Nação*, col: Peninsulares Literatura. Editor: Assírio & Alvim

Garcia, José Martins. (1987), *Ainda a questão da Literatura Açoriana In Para uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 9-32.

Garcia, José Martins (1992) *Katafaraum* resurreto, Edição do Autor

Garcia, José Martins (1997) *Contrabando original*, Lisboa, ed. Salamandra col. "Garajau", 2ª ed.

Nemésio, Vitorino. (1923) *Por que não temos Literatura Açoriana* [entrevista com Vitorino Nemésio, por Rebelo de Bettencourt] In Almeida O. T. (org.) (1983), *A Questão da Literatura Açoriana. Recolha de Intervenções e Revisitação*. Angra do Heroísmo, SREC

NEMÉSIO, Vitorino. (1932) "Açorianidade" in *Insula*, n.º 7-8, Ponta Delgada, julho, 1932

NEMÉSIO, Vitorino. (1994) *Mau Tempo no Canal*, 7.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.

NEMÉSIO, Vitorino. (1994) *Mau Tempo no Canal*, 7.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.

Pavão, J. Almeida. (1991), *Constantes da insularidade numa definição de Literatura Açoriana, In Caminhos da Cultura*. Ponta Delgada, Instituto Cultural Ponta Delgada: 133-152

Pires, A. M. B. Machado. (1983) *Para a Discussão de um Conceito de Literatura Açoriana. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLI: 842-858

Pires, A. M. B. Machado. (1983) *Para a Discussão de um Conceito de Literatura Açoriana. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLI: 842-858

Pires, A. M. B. Machado. (1987), *A Identidade Cultural dos Açores*, Sep. De *Arquipélago* (série Línguas e Literaturas), IX

Valadão Serpa, Caetano. (1978) *A Gente dos Açores*, ed. Prelo 1978

Valadão Serpa, Caetano. (2000) *Uma Pessoa só é pouca gente*, Lisboa, ed. Salamandra col. Garajau

8) CONCHA ROUSIA Academia Galega Da Língua Portuguesa, Galiza



CONCHA RODRIGUES

PERES, Nascida em 1962, Covas (Os Brancos, Galiza) Psicoterapeuta.

Licenciada em 1995 em psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela, *especialidade em psicologia clínica*.

Master in Science, Marriage and Family Therapy, Universidade de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação "Multilingualism and psychotherapy".

PUBLICAÇÕES:

- *As Sete Fontes*, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa Arcos Online (www.arcosonline.com), Arcos de Valdevez.

- "Dez x Dez" 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

- "Cem Vaga-lumes" Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.

Herança, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

- Primeira Antologia do Momento Litero Cultural, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

- Nas Águas do Verso. Antologia. 2008, Porto, Portugal.
- Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.
- Poeta, Mostra a tua Cara. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil., Volume 7 da Coleção “Poesia do Brasil”, correspondente ao XV Congresso Brasileiro de Poesia, que se celebra em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil. Tem publicado poemas e outros textos em diversas revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural.
- Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.
- Um dia, Publicado em A Nossa Terra 2006. Análise da violência de género.

PRÉMIOS

1. Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.
2. Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.
3. Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza, o romance “A Língua de Joana C”
4. Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.
5. Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.

6. Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza. Com o



romance “A Língua de Joana C”

REPRESENTA A AGLP EM SUBSTITUIÇÃO DE ÂNGELO CRISTÓVÃO

INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL

TEMA 3.5. LÍNGUA NA GALIZA: MUDANÇA DE NARRATIVA II, ANÁLISE DOS DISCURSOS SURGIDOS NA GALIZA DESDE A CRIAÇÃO DA AGLP. CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Este estudo parte do conceito de mudança de narrativa que se tem produzido na conceção da língua na Galiza desde a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Inclui portanto uma introdução do ponto de vista teórico deste fenómeno sociolinguístico que está a ter lugar na Galiza no momento atual e conclui com a análise dos diferentes discursos que confirmam a hipótese da mudança desta narrativa linguística que está a ter lugar.

Neste trabalho tratar-se-á de ver como na prática se está a produzir essa mudança antecipada já desde o momento da criação da AGLP.

Desde a criação em 2008 da Academia Galega da Língua Portuguesa, na Galiza tem-se produzido uma mudança na narrativa linguística.

O discurso dominante que havia sobre a língua da Galiza afirmava que era uma língua diferente da língua portuguesa; com a criação da AGLP, esse discurso fica obsoleto e começa um período que podemos denominar de período de aparição de novos discursos.

Hoje em dia proliferam os discursos que contemplam a língua da Galiza como uma língua não diferente da língua portuguesa.

Os políticos, as personalidades sociais fazem afirmações que corroboram que a mudança, mesmo que lenta, estão a ter lugar.

A hipótese apriorística afirma que os novos discursos fogem de afirmar que galego e português são línguas diferentes, e todos eles põem de manifesto a nova conceção de galego e português serem a mesma língua.

Alguns discursos afirmarão isso de forma explícita e outros afirmarão de forma implícita.

Também se analisará como esta mudança na conceção da língua incrementa o poder da língua portuguesa na Galiza.

1) Introdução

No estudo ‘Mudança de Narrativa Linguística’, publicado no Boletim da AGLP (Rousia, 2009) analisei a mudança de narrativa linguística que está a ter lugar na Galiza desde a criação em outubro de 2008, da Academia Galega de Língua Portuguesa (AGLP).

O presente estudo trata de dar conta da mudança que está a ter lugar na situação linguística na Galiza, tal e como se vai resumir no parágrafo a seguir:

Com a aparição e implantação definitiva do discurso da AGLP na sociedade, independentemente da magnitude da audiência para este discurso, rompe-se a unicidade do discurso dominante que até esse momento fora considerado como o único válido.

Desde o nascimento da AGLP o velho discurso fica visivelmente debilitado ao se mostrar de forma aberta que não consegue satisfazer a inteira realidade linguística na Galiza. No estudo citado prognostiquei a aparição de uma fase que denominei fase de ‘aparição de discursos intermédios’.

Pode-se agora afirmar que o prognóstico está-se a cumprir e na atualidade estamos em plena fase de surgimento de discursos intermédios para definir o que é a língua na Galiza.

Com a mudança de narrativa muda a distribuição das quotas de poder na questão da língua na Galiza; antecipando que o modelo de língua reintegracionista na Galiza, agora com a AGLP à cabeça, se vai ir reforçando socialmente dentro do território galego; levando os diferentes setores da sociedade galega a assumir maiores quotas de responsabilidade respeito de seu rol em prol da defesa da língua na Galiza, independentemente de que denominemos essa língua galego ou português.

2) Introdução ao conceito de Narrativa

Entender-se-á o conceito de narrativa linguística como o conjunto de histórias a ter em conta à hora de definir o que na Galiza somos desde o ponto de vista linguístico. Mudança de narrativa fará referência às mudanças nas conceções, e portanto nos discursos que definem o que somos os galegos e galegas desde o ponto de vista linguístico, e o que não, (Rousia, 2009)

Estas mudanças de discurso têm repercussões tanto na escrita como na oralidade, que não são bem a mesma cousa; tal e como conclui “a linguagem escrita não representa diretamente a linguagem falada. Como se deriva de vários factos, é evidente que os dous sistemas são, quando menos, parcialmente autónomos” (Stubbs, 1980).

Claramente, fala e escrita são diferentes; mesmo que estabeleçamos que a palavra falada precedeu a palavra escrita num sentido histórico, e mesmo que esta foi baseada naquela, não são o mesmo.

Haverá que ter também em conta que a escrita não é ouvida mais sim vista, com tudo o que isso implica no mundo ocidental, no que a visão está considerada por cima dos outros sentidos.

A escrita permite a incorporação da dimensão temporal, onde as pessoas podem determinar o tipo de organização que vão dar à informação e às experiências, e podem também, com efeito, produzir relatos marcadamente diferentes dos eventos (Chafe, 1985).

Por esta razão a narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, e por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita. Então conseguiremos uma mudança de narrativa linguística do que é ou não é a língua na Galiza na medida em que sejamos capazes de o fazer no âmbito da escrita, é dizer, na medida em que sejamos capazes de que se “veja” com os olhos. Não é suficiente com que se fale na mudança é preciso que se escreva, que se criem discursos, que se veja essa mudança.

3) Mas, por que a necessidade duma mudança de narrativa?

Quando uma narrativa deixa de ser satisfatória para abarcar com suas definições a realidade vivida por alguns membros do coletivo linguístico, provoca mal-estar nesses indivíduos e/ou coletivos. Isto acontece quando as histórias nas que narram as suas experiências os indivíduos, tal e como eles ou outros as contam, não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos que são importantes mas que de ser incluídos na narração iriam contradizer a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos (White & Epston, 1990). Antes de conceber qualquer mudança há dous conceitos a ter em conta, e que condicionam tanto uma narrativa como a sua mudança; são o conceito de “poder” e o conceito de “conhecimento”, conceitos que devem ser considerados inseparáveis (Foucault, 1980).

O discurso linguístico dominante na Galiza, têm sido escrito por instituições como a Junta da Galiza, a Real Academia Galega (RAG), e o Instituto da Língua Galega (ILGa), ao longo dos últimos 30 anos. Nessa narrativa tenta-se convencer o falante, especialmente quanto que leitor, de que o galego é uma língua diferente do português.

Analisar os motivos desta atitude que podíamos chamar de desviada do ponto de vista linguístico, fica fora do objetivo deste estudo. Trata-se de uma decisão política que nos afasta das ideias do galeguismo histórico, que pretendeu sempre a confluência, ou a fusão do galego com o português. Nesta linha a elaboração da escrita do galego vai tentar afastar-se ao máximo do português; porque se galego é diferente de português, é necessário que isso se veja na escrita. Portanto, independentemente de considerações históricas da língua e considerações acerca de qual era a ortografia mais adequada para representar as diversas falas, dado que a língua oral era a principal forma de língua que se tinha na Galiza, se escolheu uma ortografia que fosse diferente da do português; naturalmente se a ortografia escolhida fosse uma coincidente com a do padrão português, se estaria contradizendo a ideia central do discurso dentro do próprio discurso; que afirma que o galego é uma língua diferente do português.

Ora bem, este discurso criado e imposto desde as Instituições para que se aceite que o “galego” é uma língua diferente do “português”, mostra-se incapaz de dar conta da totalidade das experiências dos falantes, quando descobrem como podem não apenas compreender português escrito mas também falado, e por tanto o discurso não acaba nunca de coalhar. Com o passo do tempo este discurso vai-se fazendo mais poderoso, mas não consegue varrer da realidade linguística a insatisfação e o mal-estar nos diversos setores da sociedade galega, que veem negada a sua experiência real. Impõe-se apenas porque tem poder. Esse poder, a narrativa linguística que na Galiza, dita o que é e o que é não a língua, tenta-nos levar a aceitar como único conhecimento válido que o galego é uma língua diferente do português. E assim é como o reintegracionismo passa a ter que sobreviver nas margens do sistema. E quando falamos de poder temos necessariamente que falar de conhecimento porque são inseparáveis; se um domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, se um tem o poder sobre uma área, controla o conhecimento nela, (Foucault, 1980). No campo da narrativa linguística na Galiza desde os poderes estabelecidos institucionalmente vai-se pedir a todo aquele que se expresse por escrito na nossa língua, que o faça usando a norma da Real Academia Galega. Ora, como bem sabemos, quem retenha o poder sobre um domínio

define também o conhecimento sobre esse domínio. Mas apesar destes esforços dos organismos de poder para impor o seu discurso, a cada vez mais pessoas se mostram insatisfeitas com ele, e as tentativas de criar um novo discurso desde o movimento reintegracionista vão ser constantes. Mas para que um discurso alternativo possa surgir tem que haver uma forma de conhecimento alternativo capaz de se erigir como tal conhecimento rendendo como ineficaz o conhecimento “unitário” para de explicar algumas questões importantes para o discurso linguístico. (Rousia, 2009). Foucault sugere que será através da recuperação dos conhecimentos autónomos, que sobrevivem nas margens da sociedade e da sua união com os conhecimentos eruditos, que os conhecimentos subjugados conseguirão a sua insurreição contra o efeito do conhecimento dominante que se acha vestido de “verdadeiro” com seu discurso institucional (Foucault, 1980). E quando isto acontecer aparece, uma história alternativa. O passo seguinte será o de atribuir significado a esse fenómeno que não pode ser explicado dentro do discurso dominante.

Com a criação da AGLP, que é fruto dos esforços de todo o movimento reintegracionista ao longo de décadas, (Durão, 2008), os conhecimentos linguísticos que vinham sendo subjugados pelo poder estabelecido, tanto os conhecimentos eruditos como os indígenas ou locais, passam a ser salientados de forma a não poder ser ignorados nunca mais. Portanto uma nova narrativa que satisfaça esta nova informação que agora a sociedade tem, faz-se imprescindível. Com a elaboração desse discurso fica patente que o discurso oficial não podia explicar algum aspeto essencial para a língua da Galiza.

Com a criação da AGLP consegue-se uma separação total do discurso unitário e dominante; não só se afirma que o “galego” não é diferente do “português”, contradizendo a premissa central do discurso da RAG, senão que se afirma que se deve chamar “português”, e nasce assim o novo discurso que derruba a unicidade do discurso dominante, ficando estabelecida a existência de uma narrativa.

A partir do momento em que o novo discurso se faz visível, o velho discurso perde a sua força, perde a sua qualidade de discurso único; isto é, a partir do momento em que

um discurso alternativo que contradiz o discurso oficialmente estabelecido permeia o suficiente na sociedade, passamos a um período no que se pode dizer que ficamos sem paradigma que possa satisfazer a essa sociedade. Isto acontece também nas teorias científicas, o que Kuhn denomina como mudança de paradigma (Kuhn, 1972). Aqui a AGLP, e o movimento reintegracionista em geral, têm o labor de continuar a fazer visível a existência desse novo discurso e, se possível, ampliar a audiência à que chegar; mas nem o reintegracionismo, nem a AGLP, são já os únicos no “jogo” que consiste em atribuir significado a realidade, encaixando essa nova informação.

O que acontecerá a partir deste momento será o surgimento de discursos narrativos para tentar explicar esses novos dados. Ou seja, uma vez que a AGLP foi criada, e a essência do seu discurso, que podemos resumir com “galego igual a português”, foi capaz de penetrar na sociedade, rendendo como ineficaz para explicar esse evento o discurso até então único, que afirmava justamente o contrário: “galego diferente de português”, o que acontecerá será a aparição de novos discursos que tentem explicar o que acontece. O que nunca em nenhum caso se vai passar, como já se afirmou, é que o novo discurso passe a substituir o velho.

4) Apresentação dos discursos linguísticos surgidos na Galiza desde a criação da AGLP em 2008

Como eu já anunciara no meu estudo de 2009 (Rousia, 2009), desde a criação da AGLP têm aparecido diversos discursos que tratam de explicar esta nova realidade linguística na Galiza; dentro destes discursos temos uns que são explícitos, ou seja, textos escritos afirmando literalmente que galego e português são a mesma língua; e temos outros que fazem essa afirmação de forma tácita, discursos que, sem expressá-lo diretamente, permitem porém que isso seja intuído.

Finalmente temos os acontecimentos práticos que sem fazer um discurso escrito explícito para definir a unidade da nossa língua, atuam afirmando implicitamente a premissa de que galego e português são uma mesma língua.

A função de todos estes discursos é a de catalogar e acomodar a nova informação que foi criada com o discurso da AGLP, que segue a ser mantido vivo e com força, tanto na sociedade como no âmbito internacional da nossa língua; esta presença de força do discurso da AGLP é imprescindível para que o processo de mudança na sociedade continue, mas este é já, como já foi dito, um processo que pertence ao contexto global da sociedade galega.

Assistimos atualmente ao momento mais importante da mudança de modelo linguístico para a língua na Galiza, no que se está a produzir a geração de significado, é com esse fim que os novos discursos são criados, sejam os seus autores conscientes ou não de tal processo.

Destes novos discursos e da sua adequação e aceitação vai depender o caminho que tomem as futuras tendências linguísticas na Galiza.

5) Discursos Intermédios

Naturalmente não se vão incluir aqui, porque já foram amplamente apresentados, nem o velho discurso dominante, que mesmo que enfraquecido segue tendo a sua vida, nem o novo discurso da AGLP. O discurso da AGLP vai incrementando a sua força na medida em que os novos discursos surgidos se aproximam dele e se distanciam do velho discurso.

Nove discursos vão ser apresentados; deles salientaremos aquelas partes que fazem referência a questões relacionadas com a nossa língua. Estes discursos não são a totalidade dos aparecidos desde outubro de 2008, quando se inaugurou a AGLP, mas são uma amostra bastante ampla deles, e são também representativos dos diversos setores da sociedade. Começaremos com os discursos mais diretos e explícitos para logo tratar dos indiretos ou implícitos.

5.1. Discurso 1

Aníbal Malvar: “Afastar o galego do português foi um erro propiciado pela direita.”

Este escritor galego com residência em Madrid, com uma obra literária muito extensa, e que recebeu os prémios Xerais e García Barros respondia numa entrevista com o jornalista Macos Useiro, no Xornal.com, com essa frase, em 16 do 10 de 2010. A entrevista tratava também doutros temas para além da língua e a ortografia, mas aqui transcreve-se apenas os que têm relevância para a língua. No contexto de falar do galego e sua inferioridade frente ao castelhano na Galiza argumenta este escritor:

“O galego tem três milhões de falantes potenciais, e o castelhano muitos milhões mais. O que se passa é que tivemos um erro político já há muitos anos fomentado pela direita, que foi afastar o galego do português, que é a nossa língua. Nós pertencemos a cultura galego-portuguesa. É dizer, o galego (em referência ao modelo de galego RAG) em si mesmo é uma criação. Quanto a medidas de discriminação creio que a superveniência de um alimento que só nasce entre três milhões de habitantes não deve ser mantida. É dizer, ou colhemos e nos fazemos portugueses – que seria a minha postura política - ou não há nada a fazer.”

5.2. Discurso 2

O intercâmbio pendente: "O da ortografia distinta foi uma ótica castelhana para manter o galego afastado do português" José Rodrigues dos Santos da Universidade de Évora, Portugal, respondia assim na sua entrevista com Montse Dopico, para o jornal Galicia Hoxe:

“O português pode ser unha oportunidade para reforçar o galego fronte a pressão do castelhano. Assim o crê o antropólogo José Rodrigues dos Santos, investigador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, que ontem participou na Conferência Internacional de Tradição Oral de Ourense.”

- Falou de conservação e preservação das culturas orais. Pode aclarar as diferenças?

“Conservamos algo quando o guardamos nos registos, memórias, arquivos. Mas preservar é fazer que a prática se mantenha viva. Se fosse a música de gaita, preservá-la-íamos criando escolas de gaiteiros... O legado da cultura oral preserva-se hoje de distintos jeitos: através da música folk, por exemplo. Aqui está a haver iniciativas nesse sentido... A noção principal que eu utilizei na minha intervenção é a de forma cultural. Formas culturais são a música, a dança, a língua... Cada uma tem a sua estrutura própria, uma coletividade que é portadora dessa forma cultural e mecanismos de regulação que impedem que se torne noutra coisa. Esse é o perigo, o contágio, a contaminação. É o problema do galego com o castelhano, ou do francês do Quebec com o inglês. Porque o que se passa é que se dão relações desequilibradas. O castelhano é o dono do espaço ibérico, domina o galego porque é mais forte, e então exerce um papel opressivo sobre o galego. Isso mesmo ocorre coa música: a que vem da tradição oral compete com o rock, o pop... que é o que mais se escuta nos media. O francês do Quebec pode apoiar-se na referência da França, e o galego poderia fazer o mesmo com o português”

- Como poderia, então, o galego apoiar-se no português?

“Há uma história linguística comum, o português é filho do galego, ainda que eu prefiro falar de galego-português. Há várias estratégias. Primeiro, que a Galiza entrasse na comunidade de países de língua portuguesa. E que houvesse mais intercâmbio cultural.”

- Já há intentos disto: projetos conjuntos como o Filminho, e associações que trabalham nesse sentido: Agal, AGLP, o grupo Galabra... mas também há receios. Por quê?

“Eu penso que o problema são os estados espanhol e o português. Mas é um problema do curto prazo. Poderiam fazer-se intercâmbios de estudantes... é necessário criar um sentimento de comunidade linguística. Seria bom que houvesse estâncias linguísticas em Portugal. O galego está isolado e seria um jeito de reforçá-lo. Eu observo que aos galegos lhes saem expressões como *bueno*... Tampouco estão justificadas muitas das diferenças ortográficas. O galego teria que manter formas próprias, pero eu penso que deveria integrar-se no acordo ortográfico luso-brasileiro... O da ortografia distinta foi unha ótica castelhana para manter o galego afastado do português.”

- Que lhe parece o projeto de ‘Ponte nas Ondas’ de promover o património imaterial comum para a sua declaração como património da Humanidade pela Unesco?

“Que nunca vai ir adiante porque a Unesco sempre escolhe coisas mais concretas. O património imaterial é um conceito muito amplo. A música poderia passar, ou a língua, pero o Estado espanhol nunca vai propor o galego para isso, eu acredito.”

- Que traços comparte essa cultura oral comum?

“Encontramos os mesmos contos dos dois lados, a mesma poesia popular... Teria que haver uma cátedra de literatura galego-portuguesa. Seria um jeito de prestigiar o galego, pois o problema é que foi tradicionalmente uma língua de pobres, de labregos, ao contrário do castelhano, que tem uma burguesia que o apoia. Os galegos poderiam fazer seu o património da língua portuguesa: considerar sua a música ou a literatura em português. Para isso, os portugueses também tem que abandonar a ideia de que são os proprietários do português, igual que pensam os franceses do francês”

5.3. Discurso 3

“**Ainda hoje a projeção exterior da cultura galega passa pela intermediação dos cenáculos madrilenos, onde está o poder**” Vítor Freixanes, escritor, intelectual galego e diretor da Editorial Galáxia, 15,11,2010, entrevistado por Xurxo Fernandez, para o jornal Galicia Hoxe, afirma:

“A língua galega tem identidade de seu, muito fundamentalmente porque a língua é a consciência que os falantes têm dela. A língua é um espaço no mundo: espaço de identidade, no que nos reconhecemos. Mal assunto se nos despojámos dos falantes, que a vivificam decote e som a razão da sua existência. Mais também é certo que o galego forma parte duma grande irmandade: galego-luso-brasileira, que mesmo inclui as nações ou territórios de África que falam este idioma, ou variantes destas falas. Há que aprofundar nessa relação, entre outros argumentos porque nos resulta útil (também economicamente),

porque amplia o nosso espaço objetivo de relação, mas tendo em conta a primeira parte desta resposta: a língua tem que ser reconhecida como tal polo conjunto da sociedade galega, não por um grupinho de especialistas mais ou menos expelidos. A língua não se produz nem se desenvolve num tubo de ensaio, senão na dialética do grupo social que a fala.”

5.4. Discurso 4

Intervenção de Henrique Monteagudo no FestLatino de Lisboa, 27 abril de 2010.

Este discurso é feito em nome do Conselho da Cultura Galega, e nele o Professor da Universidade de Santiago de Compostela e Académico RAG (embora nessa altura ainda não fora proclamado) começa com uma análise do nascimento da nossa língua, o que ele denomina:

“...comunalidade de origem do galego e do português atuais, e que dá uma posição determinada ao galego e à Galiza na história da língua portuguesa. Uma posição que ainda não está corretamente refletida, ao meu entender, no relato canónico dessa história e menos ainda no imaginário cultural dos povos de expressão portuguesa.”

A continuação Monteagudo abordou a divergência no caminhar desta língua comum, que chega ao momento atual no que começou a...

“desenhar-se um horizonte de futuro, o processo de recuperação da plena normalidade social e cultural para o galego se devia apoiar no português e devia orientar-se no sentido de **uma progressiva integração da Galiza na ampla rede de comunidades culturais de expressão portuguesa**”.

Finalmente o seu discurso progride em relação às aspirações e às iniciativas para um estreitamento de contactos culturais, humanos e de todo tipo, da Galiza com os países de expressão portuguesa em tempos mais recentes e para o futuro. Neste sentido, Monteagudo salienta que se deveria fazer menos ênfase nos aspetos puramente ortográficos ou formais da língua e se deveria intentar procurar uma abordagem mais compreensiva...

“um pouco na linha do que antes dizia a professora Isabel Pires de Lima, de pôr a ênfase nos ‘contidos’, e levantar um pouco a ênfase nos aspetos formais. Uma abordagem que julgamos que pode ser mais frutífera e não privilegiando a perspetiva filológica que se tem revelado escassamente produtiva ao nosso entender. E com esse espírito de colaboração ativa e construtiva no horizonte de um maior conhecimento e reconhecimento mútuo das distintas e ricas culturas que constituem o **nosso património espiritual comum**, que nos apresentamos aqui oferecendo da nossa parte às entidades e organismos destas culturas de **expressão portuguesa** toda a nossa boa vontade, o nosso muito ou pouco saber e as nossas possibilidades para difundi-las na Galiza.”

5.5. Discurso 5

O Bloco Nacionalista Galego (BNG) e o Bloco de Esquerdas de Portugal comparecem juntos no Parlamento Galego em data de 18 de janeiro de 2011 para promover a receção da RTP na Galiza, e para solicitar do Governo Galego a implantação do ensino de português nos centros de ensino na Galiza.

O discurso de Bieito Lobeira em representação do BNG, é uma novidade, já que representa o apoio explícito deste partido, o mais importante no seio do nacionalismo galego, para o reintegracionismo.

Resumo dos discursos de Bieito Lobeira e de Catarina Martins:

Bieito Lobeira:

"Um idioma, um sistema linguístico que falam 220 milhões de pessoas no mundo... Entender a reintegração linguística no espaço comum galego-português como um fator do nosso idioma, a que lhe atribuímos utilidade universal, mas também como elemento de desenvolvimento económico e social da Galiza... O feito de nos achegar à lusofonia, ao galego-português, vai-nos enriquecer culturalmente, linguisticamente, mas também economicamente, do ponto de vista económico, comercial ou laboral. Abre novos caminhos".

Catarina Martins:

"Os direitos culturais das várias nações da Europa são essenciais ... Partilhamos, Portugal e a Galiza, um mesmo espaço cultural e linguístico, o espaço do galego-português Partilhamos um mesmo sistema linguístico ... Sabemos bem que a televisão é hoje um dos instrumentos mais importantes de afirmação da cultura e da língua ... Esta ligação entre Norte [de Portugal] e a Galiza é uma reivindicação da Galiza mas é também uma necessidade de Portugal, da Região Norte, de afirmação cultural, e de desenvolvimento".

5.6. Discurso 6

A presidenta do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, entrevista-se com o Conselheiro de Educação do Governo Galego e assina um convénio de colaboração com o Conselho da Cultura Galega, 11,11,2010.

A presidente do Instituto Camões Ana Paula Laborinho, assinou com o presidente do Conselho da Cultura Galega (CCG), Ramón Villares, um convénio de colaboração que, sem estabelecer atuações concretas para já, representa uma "amostra da colaboração"

entre estas instituições para "a promoção exterior da cultura galega", que "forma parte historicamente da cultura expressada em língua portuguesa", as palavras entre aspas são de Ramón Villares.

Trata-se pois de um interesse mútuo de divulgação da cultura galega tanto em Portugal como no Brasil, e lá onde o Instituto Camões conseguir chegar, e da promoção da cultura Portuguesa na Galiza. Ana Paula Laborinho celebrou este acordo, que permitirá a "aproximação destas duas culturas". *"São muitas as culturas de expressão portuguesa, e esta aproximação permitirá fazer mais ricas essas culturas"*, entre aspas as palavras literais de Laborinho.

Na linha destas ações o conselheiro de Educação, Jesus Vázquez, aposta por introduzir o português no ensino galego através duma matéria optativa como língua estrangeira. Esse foi outro dos temas que a presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, tratou na sua viagem a Compostela. Ao esse encontro, dirigido a trabalhar no estabelecimento de mecanismos de colaboração em matéria de atividades de formação e promoção da língua portuguesa, assistiram também o secretario geral de Política Linguística, Anxo Lorenzo; o representante do Instituto Camões na Galiza, Samuel Rego, e a conselheira de Educação da Embaixada portuguesa na Espanha, Filipa Maria Paula Soares. Entre os objetivos deste encontro, figura também que o departamento de Jesús Vázquez reconheça as atividades de formação permanente do professorado do Instituto Camões.

5.7. Discurso 7

As centrais sindicais galegas solicitam que a língua portuguesa seja oferecida como segunda língua estrangeira nas escolas galegas. Publicado em O Xornal.com 17 de dezembro de 2010.

Os sindicatos CIG-Ensino, FE-CC OO, FETE-UGT, ANPE, STEG, CSIF e CNT uniram-se para apresentar no Registo Central da Junta da Galiza um escrito ao Diretor Geral de Educação no que reclamam um novo impulso à docência de língua portuguesa na Galiza.

"A lingua portuguesa é falada no mundo por mais de 200 milhões de pessoas e Galiza tem uma vantagem competitiva nesta área a respeito do resto de autonomias", portanto,

os sete sindicatos demandam “uma correta e normativa implementação da especialização do ensino do português... No seu argumentário, as centrais destacam o aumento da demanda do ensino do português, a deficiência dos serviços para esta docência, a necessidade de potenciar os estudos desta língua ou o mandato que a Carta europeia de línguas regionais e minoritárias lhe dá aos Estados sobre o ensino de idiomas...”

Segundo os assinantes, a implantação do português...

“seria a forma de concretizar a potencialidade do galego, já que ao estudar unha língua próxima e útil dar-se-ia visibilidade e competitividade à sociedade galega aumentando a sua capacidade de comunicação efetiva e significativa com um grande número de países e falantes do mundo. Abriria muitas novas portas e daria novas perspectivas económico-produtivas á nossa comunidade”.

5.8. Discurso 8

Unidade de Comunicação Científica do CEER

A esta instituição estão associadas as três universidades galegas, a de Santiago, a de Corunha e a de Vigo e as universidades portuguesas de Porto, Minho, e Trás-os-Montes, e alguns outros centros de investigação.

A divulgação científica na Euro-região Galiza-Norte de Portugal, como podemos ver na sua página web, leva implícita a aceitação de que galego e português são a mesma língua. Os diversos apartados desta página web, e as notícias que nela aparecem, estão escritas numa normativa ortográfica ou outra dependendo do país de origem de quem escreva; as escritas por portugueses estão em norma padrão português, quanto que as escritas por galegos estão maioritariamente escritas em norma RAG. E os usuários que estão cadastrados recebem todas as notícias diretamente, afirmando pois na prática a intercompreensão e a legibilidade absoluta das duas variantes da língua.

5.9. Discurso 9

Abertura de um Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta de Lisboa em Rianjo, janeiro de 2011.

O dia 24 de janeiro, às 13h00, no Salão de Plenos da Câmara Municipal de Rianjo, o seu Presidente, Pedro Piñeiro Hermida assinou um protocolo de colaboração com o Reitor da UAb, Carlos Reis, pelo qual a entidade universitária vai instalar um Centro Local de Aprendizagem (CLA) nesta vila galega, o que vem a representar a primeira instituição deste teor que se erige fora de território português.

O ato foi inaugurado pela autoridade municipal que, em presença de representantes da vida política, cultural e económica, mostrou a sua satisfação por a prestigiosa entidade universitária se projetar a toda a Galiza desde o concelho que preside.

A seguir interveio o professor doutor Carlos Reis que começou afirmando que se sentia em casa e que o regozijava estar na vila onde nascera Castelão que, para as pessoas da sua geração, era a porta de entrada da Galiza cultural moderna. Durante a sua intervenção Carlos Reis agradeceu a presença dos "seus amigos" da Academia Galega da Língua Portuguesa e, a seguir, citou Ernesto Guerra da Cal, seu mestre em estudos queirosianos.

Para o professor, não se trata do primeiro centro no estrangeiro mas “para cá do Rio Minho”. Os cursos que vai oferecer serão acessíveis, de todos os pontos de vista, aos galegos e às galegas. O ensino a distância, em seu parecer, é altamente sofisticado e deixou ser a porta traseira de acesso ao ensino superior. Aqueles que na Galiza procurarem os serviços da UAb estarão em casa própria.

A Academia Galega da Língua Portuguesa esteve representada no ato pelo seu presidente, o catedrático José-Martinho Montero Santalha. Estiveram também em representação da academia Concha Rousia, João Trilho e Isabel Rei. Ainda, o académico Valentim R. Fagim assistiu ao evento em representação da Associação Galega da Língua e Alexandre Banhos, sócio da Pró Academia, esteve em representação da Fundação Meendinho.

Os discursos feitos nesta celebração foram realizados nas variantes linguísticas de cada um dos oradores, o mesmo que os documentos assinados, afirmando-se deste jeito que se trata de uma mesma língua com suas variedades.

6. Conclusão

Estes nove discursos são intentos da sociedade galega, através de suas instituições, de atribuir significado à nova realidade linguística na Galiza, explicar os novos dados. A sociedade vai ir provando estes novos discursos e vai ir aceitando-os ou rejeitando-os dependendo de multitudes de fatores. Um desses fatores vai ser, quem é que escreve esses novos discursos. O mesmo discurso, com as mesmas palavras, vai ter maior ou menor aceitação dependendo de quem o defenda. Também vai ser importante o seguimento, o que acontecer logo destas primeiras afirmações, mas esse será o passo seguinte, ver quais discursos tiveram mais efeito na sociedade, isto vai necessitar um período de tempo mais amplo. A AGLP vai ter que continuar a manter vivo, e com força, o seu discurso para que esses novos que surjam, se propaguem e permeiem nas distintas capas da sociedade. Na medida em que a AGLP se fortaleça, tanto na Galiza como na Lusofonia, maior será a força e capacidade de triunfar dos novos discursos que se assemelhem ao discurso desta Academia.

De aqui em diante se esses novos discursos surgidos passam a ser aceites pelas estruturas de poder nas instituições galegas, então o modelo reintegracionista se irá fortalecendo, irá aumentando o seu poder na sociedade galega, e portanto também a sua responsabilidade na questão da língua na Galiza. Quantas mais pessoas, setores da sociedade galega, e outros organismos internacionais se envolvam na defesa deste modelo de língua, mas poder vai ir adquirindo.

7. Referências Bibliográficas

- Chafe, W. (1985). Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In D. R. Durão, C. (2008). *Síntese do reintegracionismo contemporâneo: Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*. Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Khun, T. (1972). *Structure of the scientific revolutions. Seg. Ed. Chicago: University of Chicago Press*.
- Rousia, C. 2009. *Mudança de Narrativa Linguística: Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*. Santiago de Compostela: Tórculo Artes Gráficas.

Stubbs, M. (1980). *Language and literacy: The sociolinguistics of reading and writing*. London: Routledge, Kegan, Paul.

White, M., & Epston, D. (1990). *Narrative means to Therapeutic Ends*. New York – London: W.W. Norton & Company.

- 9) **EDMA SATAR, Instituto De Educação, Universidade De Lisboa / Mocambique**
esatar@hotmail.com

EDMA ABDUL SATAR nasceu a 1 de fevereiro de 1950 em Quelimane, no distrito da Zambézia, em Moçambique.

Seguiu os estudos básicos e secundários em vários colégios no país e em Portugal. Entusiasmou-se desde cedo por línguas estrangeiras, falando para além do Português, sua língua materna, o Inglês, Francês, Alemão e Espanhol. Frequentou o antigo 7º Ano Liceal no Liceu Pero de Anáia na Beira, em Moçambique. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas, na variante Francês/Alemão, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Terminada a Licenciatura, prosseguiu uma pós-graduação em Ciências Documentais.

Tem um Mestrado em Comunicação e Linguagem, na especialidade de Lexicologia/Lexicografia e o Curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação e Linguagem, e prossegue a tese de doutoramento na especialidade de Tradução. Possui

ainda o Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Ciências da Documentação e



Informação.

Fazendo a ponte entre a Linguística e a Documentação, realçou a importância da organização das terminologias especializadas no processo de tradução/indexação documental, apresentando vários artigos em encontros, jornadas e simpósios, particularmente no XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com o artigo “*A linguística e a semiótica em diálogo com a análise documental*”, na VII Jornada de AETER em Madrid sobre *Lenguas de Especialidad y Lenguajes Documentales*, onde apresentou a comunicação “*Cuestiones aspectuales y lexicográficas de los descriptores del Proyecto Ciberdoc*”.

Desenvolveu a “Aplicação Ciberdoc” destinada à avaliação e pesquisa documental. Com as suas propostas contribuiu para a reavaliação dos conceitos de Informação e de Análise Documental, nomeadamente no que se refere à “noção” e aos “campos temáticos” no acesso à ciberdocumentação.

Realça-se a sua participação no Curso International Terminology Summer School 2007 na Cologne University of Applied Sciences em Colónia, Alemanha, com a apresentação de um PowerPoint intitulado “*O que significa traduzir em Linguagem Documental*”.

É CORRESPONSÁVEL (COM O PROFESSOR DOUTOR LUCIANO PEREIRA) PELO PROJETO DA DICIOPÉDIA CONTRASTIVA DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA.

INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL



TEMA 3.6. UM “BRANCO” EM TERRAS MOÇAMBICANAS, EDMA SATAR, UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL, MOÇAMBIQUE

Mais do que uma homenagem contra o esquecimento, neste XVº Colóquio da Lusofonia em terras bem distantes do palco, no qual se desenrolam os acontecimentos descritos nesta obra, pretendo dar a conhecer um escritor que deve ser desconhecido para muitos. Não se integra no rol dos escritores portugueses nem nos mais badalados moçambicanos e, da sua autoria, conhecem-se apenas dois livros.

Os acontecimentos, enquadrados num realismo que ultrapassam as características deste movimento literário, têm como pano de fundo a Zambézia, uma das províncias mais ricas de Moçambique.

A sua descrição é de tal forma realista, que considera as coisas como são e, a tal ponto, que não esconde os nomes dos personagens, nem os lugares são fictícios.

A fiel imitação das narrações dos factos não esquece o pormenor da data nem da hora, numa relação mimética entre os personagens e os cenários da pequena Nicoadala, vila situada a vinte quilómetros da capital.

Que o ateste quem lê a descrição da traição da mulher do Muanavila, “pequena” do Fortunato, o assalto da “pretalhada” à loja deste desafortunado amante e a visita da mulher ao “macaqueiro”.

A. Lopes Marques era um português da “metrópole” que escolheu a terra moçambicana para trabalhar e onde se sentia bem, longe das lembranças da bomba lançada pelo seu pai em terras do Barreiro. Nessa terra, onde a palavra “política” ganhou sentido na “liberdade” que encontrava na casa de Nunes, e onde o grupo de camaradas se reunia sem medo, a favor da oposição. Afinal, ali não havia apenas colonialistas, mas homens que adotaram as terras africanas como suas.

Descritores: Literatura, Literatura portuguesa, Língua portuguesa, Literatura africana, Língua Chuabo/Etchwabo.

1 Enquadramento literário da obra

As descrições desta narrativa intitulada “O feitiço do branco” enquadram-se no movimento literário caracterizado por “realismo”. Desprovido de qualquer romantismo, o conteúdo deste “romance” foge às cenas idealizadas ou romanceadas, que tocam os contornos do naturalismo, com paisagens observadas na situação real. Na verdade, Lopes Marques vê objetivamente o que se passa à sua volta e observa com frieza cada reação dos fatos humanos vividos e dos acontecimentos nos meios e ambientes naturais, sociais e políticos. O realismo que o Reis acrescentou à descrição do tiroteio entre o enfermeiro e o Cesário, “*Peh... pah... pah...*”²⁶ é prova disso.

2.1. Cenários

Para além de os principais fatos narrados decorrerem na pequena vila de Nicoadala, vários outros cenários embelezam as narrações dos acontecimentos passados na casa ou na cantina do Fortunato e na serração, outros pequenos cenários, tais como a salina, o hospital, a taberna do “monhé”, e as paisagens, são descritos com pormenor.

A descrição da ampla paisagem que os protagonistas gostavam de admirar ao fim da tarde, quando regressavam do passeio domingueiro, o coqueiral abrindo-se no horizonte, as plantações de chá do Gurú e de Milange, as acácias floridas, o mar de plantas de cana-de-açúcar, enriquecem a obra e obriga a uma recordação grata para os que reconhecem aqueles lugares. As plantações de arroz, qual seara de ouro a estender-se ao longo das duas margens da estrada que liga Quelimane a Nicoadala. Essa terra que antigamente era de penúria, daí o significado “morro de fome”, é atualmente a fornecedora de produtos frutícolas e onde se encontram as melhores laranjas, tangerinas e suculentos ananases! Assim como Nhamacata que significa “carne” levada num recipiente de barro preto. O mato verdejante de Mopeia a Morrumbala, Maganja da Costa e Pebane, onde os caçadores se perdiam na caça ao “palave” e enfrentavam algum leão que se lhes cruzasse no caminho, que os obrigava a puxar pela espingarda, muitas vezes com a ajuda da zagaia de algum machileiro. Finalmente, o Clube onde se reuniam para jogar à canasta, onde as peneirentas, que tanto enjoavam a Clotilde, aproveitavam para mostrar os seus vestidos novos, e onde se refugiavam no tempo do calor e das chuvas de dezembro! Chuva, que era também abençoada como seiva necessária, para que o capim e os caniços da cana-de-açúcar voltassem a verdejar.

2.2. Personagens

Como em todos os romances, existem personagens principais, secundários ou meros figurantes que preenchem os espaços da narração. Fortunato, o cantineiro forte que os

²⁶ O ruído dos tiros da espingarda, p.265.

negros acreditavam ter feitiço no corpo, por ter conseguido vencer uma tentativa de assassinio, é o personagem principal. A Clotilde, filha do protagonista, educada em colégio de freiras, que sofria calada as traições do seu marido Cesário, sofrimento que a levava a procurar alívio e apoio nas mães que tanto a queriam. A Mãe Luísa, a Mãe Purificação e esse Alguém a quem se dirigia constantemente, quando apelava à Sua bondade e tolerância para os pecados da cidade. A Sufiana, negra bonita que trazia Fortunato às voltas, por quem ganhara a alcunha de “tadua muzungo”²⁷. O Dualina, que não entendia porque Fortunato andava sempre no encalce da negra, “*porque é que branco quere mulher de preto!*”²⁸ O macaqueiro que socorria os aflitos que o procuravam e que preparara a poção que curara o Muavila. As brasileiras que, chegadas para divertir a cidade num *show* de revista se comportaram de modo tão leviano e louco. Não fora o mergulho de um dos presentes que tirara a Aracy de dentro do rio, para onde caíra às três horas da manhã, ter-se-ia afundado no Licuar. Mergulho que, depois de salva, foi classificado de “bobaje”²⁹, naquela noite da “caipira” e “sucúri”.

Não falta, nesta obra, o triângulo amoroso. O Cesário, marido de Clotilde, que andava feito com a Leopoldina, noiva e mais tarde mulher do enfermeiro Colaço, o Fernando com a Angelina, casada com o Pascoal, de quem tinha duas filhas. Um brutamontes que fazia levantar murmúrios por toda a cidade, por passar o tempo com mulheres e cerveja, a ponto de gastar todo o dinheiro que não chegava para a família.

2.3. Ações

As ações que dão vida às descrições desta narrativa estão relacionadas com o assalto dos negros à cantina do Fortunato, a traição e vingança do Muavila ao desafortunado, a permanência e restabelecimento deste no hospital, após o tremendo acidente. A visita

de Sufina ao feiticeiro e a experiência que este fizera com o gato. “*Aquela manobra do gato nunca falhava (...) e se o gato morresse, havia de ser verdade tudo quanto saíra da boca dele*”³⁰. O macaqueiro não falhava! O esconderijo de Muavila na machamba, a fugir dos cipaios. O vulto que ele vira por detrás de uma moita de espinheiras. As duas ensinadelas ao Cesário, a primeira, quando do ataque do enfermeiro que, pela calada da noite rondava a casa para se encontrar com a Leopoldina. Quando sentindo-se “atingido por uma pancada brutal em plena cara, o deixou entontecido e o fez cambalear”³¹. Pobre Cesário! Embora tivesse dado troco vingado ao enfermeiro espezinhando-o vertiginosamente, o tiro que levava no palmar, junto à casa do marido da amante fazia-o lembrar que não devia meter-se com ele. A morte dos dois filhos de Cesário, o da amante e o da mulher, ainda por nascer! Que desgraça! Desgraça que levava o Cesário “*oito dias e oito noites de constante fervilhar*”³², e que o levava a admitir: “*resigna-te!* “*só tu és o culpado*”³³. Mas, apesar disso, o seu íntimo reconhecia que “*ele era o pai que fora mutilado também (...) e era “o marido a quem competia abeirar-se da mulher, sofrer com ela, reconfortá-la (...)”*”³⁴. Restava-lhe voltar à tarimba de solteiro e esquecer o passado. Tinha que olhar em frente para a nova África que se “*vai vestindo, alindando e arrebicando maneiras*”³⁵, a compasso dos escândalos da produção do arroz e das questões políticas. O resto tinha sido “*bebedeira de África*”³⁶ que, apesar dos infortúnios e dos desgostos, tivera um final feliz. Para fechar o cenário das frivolidades, não faltou o arrojo político no encontro dos camaradas em casa do Nunes, no Torrone, para a tão desejada reunião da Oposição, que o Rama preparara com “*lágrimas nos olhos*”³⁷ e “*um viva ao valente que desafiava a tirania*”, numa “*tremenda ovação*”³⁸. Assim se viu o Fortunato metido na Política, ele que nada conhecia da Constituição e se indagava, afinal, “*O que era isso dos*

²⁷ Tradução da expressão regional [“branco maluco”].

²⁸ p. 108.

²⁹ Bobagem. Termo brasileiro que significa disparate, tolice, p. 182.

³⁰ p. 221.

³¹ p. 231.

³² p. 278.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibid.

³⁵ p. 282.

³⁶ p. 283

³⁷ p. 236.

³⁸ p. 237.

vexames ao Artigo 8º, “o que era isso do Consenso Público”, “o que era isso dos Cadernos Eleitorais”?³⁹. Agora, o Fortunato já podia fazer política à vontade, sem medo...

3. Contornos sociopolíticos

Encontramos nesta obra expressões que nos parecem chocantes no modo como são identificados os personagens consoante a sua etnia, tais como branco, indiano, mulato, e negro, todas elas eivadas de grande conotação racista. Excluindo a designação suave de “o muzungo” como que a respeitar as “intenções do branco”, as outras expressões são sempre acompanhadas com um sentimento, às vezes, indefinível. Mas, não deixam de ilustrar a estratificação social moçambicana, fruto do sistema político-social de então. O início do primeiro capítulo descreve a perda da mulher de Fortunato, num misto de raiva e dor, cujas causas ligadas às condições climáticas e ambientais, o calor e os mosquitos, se junta a causa pior, “o negro”⁴⁰. “Raça de negros” que me tiram anos de vida, “mulato de uma figa” que por cima é safardana e burro, a tasca do “monhé” onde se juntavam para beber uma loirinha e comer mariscos, são outras expressões das identificações sociais. Estas designações caracterizam a estrutura social do país, onde o lugar do negro correspondia ao estrato mais baixo. Esta realidade da estratificação verifica-se ainda hoje em Moçambique, mas de forma inversa, pois o negro tomou o lugar do branco, como é natural. Estas referências, enquadradas no sistema da época, estavam longe de serem ofensivas e desprezíveis, se atendermos a outros factos como o que protagonista expressa, ao encontrar no Chiposse” um negro fiel, a quem quero como a um irmão”⁴¹, o preto como leal, amigo e irmão, ou mesmo o sentimento que demonstra o seu fraquinho pela negra Sufiana, que fazia o Dualina perguntar-se, sem encontrar respostas, “porque é que um branco quer mulher de preto, (...) se o branco tem comida de branco, tem casa de branco, tem roupa de branco, e tem mulher de branco!”⁴², porque é que aquele branco

que tinha feitiço no corpo queria uma preta que vivia numa casa maticada e vestia capulana?!

3. Riqueza lexical

O texto está impregnado de grande riqueza lexical, com vocábulos de língua portuguesa e de língua regional. Muitos dos termos portugueses apresentam uma grafia diferente, quer devido a erros ortográficos ou mesmo por terem sofrido uma alteração espaço-temporal. Algumas expressões do texto merecem tradução, por exemplo, “Mio dinotucula murrobué paká”⁴³, ou “ueio uloga, mokuka muéne”⁴⁴.

3.1. Vocábulos do Português de Moçambique

Como vocábulos da língua regional apresentamos alguns exemplos, cujas definições podem ser consultadas na Lexicopédia Contrastiva da Língua Portuguesa⁴⁵:

- Balalaika (balalaica) (s. f.) - peça de vestuário masculino, constituído por calções e camisa de manga curta, em geral em tons de cinzento ou caqui.*
- Boçal (adj.) – ignorante; grosseiro; estúpido*
- Capinar (v.) – retirar o capim*
- Capulana (s. f.) – peça de roupa feminina, constituída por um pano enrolado em todo o corpo ou apenas na parte inferior do corpo e segurado pelas ancas.*
- Chibante (adj.) – enfeitada; bem vestida; bem arranjada*
- Cipaio (s. m.) – agente da polícia regional*
- Fazer “à-jour” (v.) – fazer uma espécie de renda em volta de uma toalha de mesa ou um lençol*
- Macangueiro (s. m.) - feitiçeiro; curandeiro*
- Machamba (s. f.) – terreno de cultivo*
- Machileiro (s. m.) – empregado que carregava a machila, espécie de liteira usada nos anos quarenta e cinquenta. Atualmente designa o trabalhador acompanhante e encarregado de carregar e descarregar a carrinha ou o camião.*
- Mainato (s. m.) – empregado doméstico encarregado de passar a roupa*
- Mata-bicho (s. m.) – primeira refeição da manhã, a garfo e faca*
- Matabicho (s. m.) - gorjeta*
- Mataca (s. f.) – terra (areia) amassada com água*
- Matope (s. m.) – terra (areia) muito molhada*
- Monhé (s. m.) – designação pejorativa aos indianos, que significa “senhor”, numa das línguas regionais da Índia*
- Peneirenta (adj.) – vaidosa; pedante; convencido; presunçoso*

³⁹ p. 236.

⁴⁰ p. 7.

⁴¹ p. 211.

⁴² p. 108.

⁴³ Tradução da língua regional para o português [“eu levei o remédio do gato”], p. 221.

⁴⁴ Tradução da expressão em língua regional para o português: [“você disse (que ele) bebia “], p. 223

⁴⁵ Pereira, Luciano; Satar, Edma, Coords (2007) – Lexicopédia Contrastiva da Língua Portuguesa, <http://www.diciopedia.org>.

Quinhenta (uma) – moeda antiga portuguesa que valia cinquenta centavos
 Saguete (s. m.) - gorjeta
 Samaçoa (s. m.) – a figura mais idosa e com mais poder num regulado
 Sarna (s. f.) – doença da pele causada pela falta de higiene
 Temba (s. f.) – zona habitacional dos negros
 Zagaia (s. f.) – arma de caça semelhante a uma lança

3.2. Vocábulos da língua regional Chuabo

Bia – panela (s. f.)
 Budu – saco (s. m.)
 Dila – pequeno (adj.)
 Luane – pedaço de terra para cultivar produtos hortícolas, em geral, com uma casa rural (palhota) (s. f.)
 Macubar – folha de palmeira seca (s. m.)
 Maningue – muito (adj.)
 Milando – zaragata; discussão (s. f.)
 Muana Mutchuabo /Mwana N'chwabo – filho de Quelimane; filho da Zambézia
 Munge (peixe) – peixe-pedra (s. m.)
 Murrobué – remédio (s. m.)
 Muzungo – senhor (referido a “branco”) (s. m.)
 Namedorro – pássaro africano (s. m.)
 Nharrugué – leão (s. m.)
 Nhumba/Numba – casa maticada (palhota) (s. f.)
 Nipa – bebida feita com arroz moído e água, depois de fermentada (s. f.)
 Oova – medo (s. m.)
 Ovanéne – aqui mesmo! (interj.)
 Palave – animal selvagem da família da gazela (s. m.)
 Kizumba (s. f.) - hiena
 Tadúa – maluco; louco (adj.)
 Tomondo – traseiro (s. m.)

3.3. Acordo ortográfico

Os vocábulos que aparecem com a grafia diferente podem ser fruto de erros próprios de quem não possui muita instrução ou mesmo da forma de escrita fora de uso, como podemos constatar nos exemplos que se seguem:

Alfim, (adv. tempo) - no fim
 Alquilador (s.m.) – alugador
 Assentuar (v.) – acentuar (p. 177)
 Consumição (s. f.) – consumação
 Despreso (adj.) – desprezo
 Falazar (s. m.) – falar sem nexos, atabalhoadamente.
 Fortalhaz (s. m.) – fortalhaço
 Paresser (paressessem) (v.) – parecer
 Quere (v.) – quer (querer)
 Restoiçar (retoicar) (v.) – divertir-se brincando
 Surpreza (surpresa) (s. f.) – admiração

4. Conclusão

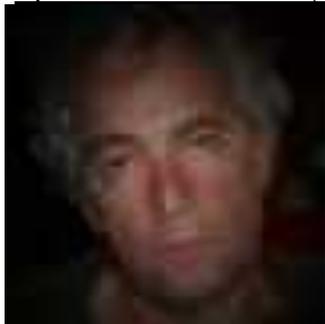
Para um indivíduo branco deslocar-se para terras distantes e desconhecidas significava, na época, mais do que uma aventura, a que não podia esquivar-se, já que não podia suportar mais a situação política da “metrópole” por um lado, e a esperança de uma vida melhor, por outro. Vencida a primeira impressão da terra, os mosquitos, o calor, os negros, o protagonista foi-se acostumando ao ramerrame do trabalho naquela pequena cidade de Quelimane que ele via crescer, bem pertinho daquela Nicoadala, onde decidira assentar arraiais!

Protagonista em cenas que ora o faziam sentir-se infeliz ora contente consigo próprio pelo trabalho que desenvolvera naquela terra e lhe dera dinheiro, o Fortunado representa o grupo de portugueses que deixaram para trás uma vida de sacrifício que não lhes trazia muitas alegrias, no continente europeu, para enfrentarem uma vida dura de más condições, mas com trabalho que os enriqueceram e dignificaram. Aos poucos, foram-se adaptando no convívio do grupo de portugueses que, às vezes, matavam saudades da terrinha com vinho, ginjinha, chouriço, cervejinha, as febras... Mas nada que os levasse a trocar o convívio com a carilada, o frango à cafreal, as chamuças, as mangas, as rodelinhas louras de ananás, as tangerinas, o coco e os passeios ao longo dos palmeirais e dos arrozais. Dizia-se que, quem bebesse água de coco já não regressaria à terrinha. Ali, sim! Tinha-lhes sido também dada oportunidade para viajarem pela selva, pelo mato verdejante, pelo capim seco, ou desfrutarem da sombra dos magueirais. Apesar de todas as desgraças que teve de enfrentar, tudo lhe fora grato. Em África, era assim!

4. Referências Bibliográficas

Marques, A. Lopes (s.d.) – *O feitiço do branco: (tadúa muzungo)*. Romance de África. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola. – (Coleção Ultramar;1)
 Academia das Ciências de Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian (2001) – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Com o apoio do Ministério da Educação e do Instituto Camões. Lisboa: Editorial Verbo.

10) **EDUARDO BETTENCOURT PINTO, escritor, VANCOUVER, CANADÁ, representa a comunidade açoriana na diáspora**



Eduardo Bettencourt Pinto. Nasceu em Gabela, Kwanza Sul, Angola, em 1954.

Tem ascendência açoriana pelo lado materno.

Cresceu em Luanda e saiu do país em setembro de 1975.

Fixou residência no Zimbabué e depois em Ponta Delgada, Açores. Reside no Canadá desde 1983.

É editor da revista literária online *Seixo Review*.

<http://www.seixoreview.com/>

A sua poesia está traduzida para Inglês, Castelhana, Galego, Catalão e Letão. Está representado em várias publicações em Portugal, Angola, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Reino Unido.

É funcionário estadual, consultor informático e editor da revista literária *Seixo review*, na Internet. Escreve para publicações no Canadá, Estados Unidos, Portugal e Brasil.

Organizou e publicou *Nove Rumores do Mar - Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea* (1996). Está representado em várias antologias, nos Estados Unidos, Reino Unido, Portugal e Brasil. É membro do P. E. N Clube Português. (página pessoal do Eduardo (<http://www.eduardobpinto.com>)). Recebeu o Prémio Nacional Bienal Copa 2008, instituído pelo Congresso Luso-Canadiano.

Publicou vários livros de poesia e ficção. Alguns deles: *Menina da Água* (1997), *Tango nos Pátios do Sul* (1999), *Casa das Rugas* (2004) e *Travelling with Shadows/Viajar com Sombras* (2008).

Tem em preparação o livro *One Day Between Us*, ficção.

DESLOCA-SE A MACAU A CONVITE DOS COLÓQUIOS COM APOIO DA DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES DA PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES.

É O AUTOR ESCOLHIDO PARA OS CADERNOS AÇORIANOS Nº 10

<http://www.lusofonias.net/estudos%20e%20cadernos%20a%C3%A7orianos/cadernos%20a%C3%A7orianos%2010%20eduardo%20bettencourt%20pinto.pdf>

TEMA 3.5. LITERATURA AÇORIANA CONTEMPORÂNEA, A RUA DAS GAIVOTAS, EDUARDO BETTENCOURT PINTO, VANCOUVER, CANADÁ

Organizar a Antologia *Os Nove Rumores do Mar* foi um privilégio e uma homenagem aos Açores. Terra da minha mãe, andou sempre comigo mesmo nos meus dias africanos. A sua voz vinha das ilhas com o seu vincado timbre micaelense, e que me levava com frequência a imagens antigas – às casas da minha avó Irene na Rua da Vila Nova, à dos meus tios Veneranda e Guilherme na Rua de Lisboa, ao sombrio e etéreo Campo de S. Francisco e à transcendência do mar. Mas foi na poesia que toda essa carga simbólica repercutiu num imenso e harmónico cenário. Aprendi que uma antologia é uma mesa de convívio e de nutrição da alma, e que nas suas páginas ressoa o canto, o chão de um povo e as suas mais elevadas palavras.

A RUA DAS GAIVOTAS, EDUARDO BETTENCOURT PINTO

Hoje é o último dia de setembro. O sol, fraco, esvoaça como uma grinalda na tarde que termina. Esta cadeira, que alberga o corpo deste homem sentado na sua ausência, põe-no defronte da janela, de vidros duplos, pois este clima não contemporiza com ninguém.

O outono chega aqui já cheio de navalhas. Tenho-a fechada aos sons do quintal: ao rumor dos pinheiros, que amo como se fossem meus filhos, e aos pássaros, evadindo-se ao frio que se aproxima. Esperá-los-ei em abril, como sempre. É nessa altura que Beethoven nasce no meu jardim.

Soterrado nas dunas da distância, e neste computador, poema a poema foi crescendo a Antologia *Os nove rumores do mar*. Não há trabalho mais ingrato e solidão maior que passar incontáveis dias juntando palavras. Mas existe uma dignidade única, elevando-se da silenciosa voz dos nossos dedos, esses instrumentos de ternura e raiva que despertam, de quase nada, um sortilégio de ressonâncias.

Ainda muito novo já privilegiava a ideia de um lugar, um ponto geográfico, matéria que fosse também templo mítico de permanente regresso emocional. Para mim, que desde os quatro anos de idade tenho atravessado a vida com uma mochila de memórias e vivências às costas, nos últimos anos mais sedentária nesta terra canadiana de Pitt Meadows, as errâncias, cíclicas, têm-me permitido reter um caudal de experiências novas, e, através delas, um aprendizado vivificante e um enormíssimo somatório de afetos.

Trago no sangue o mar dos Açores e as oliveiras de Verride. No espírito, a transcendência de África. Há um orgulho superlativo nestas afinidades e vivências telúricas, indissociável do meu subconsciente e da minha empatia. Não pretendo com isto esconder-me numa clareira semântica com saída labiríntica para lugar algum, como se fosse mero estratagema para requisitar os serviços beneméritos de um decifrador de enigmas. Quero antes salientar as minhas influências culturais e o porquê de uma

antologia açoriana organizada por mim.

Comecei a escrever poesia na Rodésia, tardio ia já o ano de 1975. No papel, amargas linhas confessionais traduziam em palavras tímidas o meu alvoroço e a minha insatisfação perante a catástrofe angolana — a guerra, a destruição da alma do país e o desmembramento do seu tecido social e familiar. Para um jovem de vinte anos, a canga era demasiado pesada. A poesia, correndo sob o pulso como um regato, levava-me para margens outras que não as da sensaboria sentimental. Havia nela segurança, refúgio, a companhia de um interlocutor.

Quando cheguei aos Açores, março cantava sobre as águas do mar. Contido, apaguei-me dentro de mim em busca de ecos, tão destroçado estava o coração, ardida e traumatizada resfolegava a memória dos meus últimos e atribulados dias angolanos. O abalo e a opressão que sentia digladiavam-se com a sobrevivência de um ideal: a paz na minha terra, a justiça, o reencontro de uma geração da qual partiriam para o futuro descomplexadas vozes e atitudes sãs, no respeito pelo Outro, até ao mais frágil osso da sua integridade. Levei alguns meses fechado dentro de jornais, virando páginas, buscando num parágrafo um resquício de esperança, uma pomba de luz. A ilha corria-me sob os pés, gritando, acariciando os meus passos naquelas breves e desarticuladas passagens pelo meu quotidiano insular, transformado num degredo interior. Mas eu não ouvia o chamamento, cego e surdo, tão perdido estava na chuva da minha própria tempestade.

Quando finalmente me libertei, foi como se navegasse num sopro de luz. A ilha era um poema rodeado de água por todos os lados. Entrava na minha casa, grudava-se às paredes com o seu odor de espumas, trazia-me novos amigos, o gosto pelas coisas mais simples. Nas estantes, que minha avó Irene religiosamente guardava, estavam os livros do meu avô, Rebelo de Bettencourt, poeta dos Açores. Li-os todos. Depois mergulhei na poesia de Antero de Quental, Natália Correia — amiga de infância de minha mãe —, Roberto de Mesquita, Álamo Oliveira, J. H. Borges Martins, J. H. Santos Barros, Emanuel

Félix, entre tantos outros. Na verdade, através dessa poesia, corria por inusitados caminhos do espírito, ao mesmo tempo que encetava um percurso de aprendizagem da alma ilhoa, da sua vida, complexidades, referências psicológicas, harmonias e dissensões. Só um dia, avançada ia a minha vivência açoriana, dei comigo no centro da ilha, no mitológico mês de setembro, que entrou nas minhas palavras com o seu vinho novo e seus cantares híbridos.

Se o gosto pela palavra se torna num vício, para mim nunca o foi. Já o disse em poesia: a minha estância é entre o folgado das heras, rente à respiração das coisas, na ternura que se adensa com as causas do espírito. Por elas me bato, com as ferramentas pobres, é certo, do meu entusiasmo. "O poeta — escreveu Eugénio de Andrade no seu modo inconfundível — *é um homem de bruscas iluminações, não tem fórmulas para chegar à poesia; ninguém lhe pode apontar caminhos; chega-se lá como os cegos, tateando (...)*".

O espaço do poeta não é apenas o do seu universo criativo, normativo nos hábitos, alcançado às pirâmides do exílio da casa, habitat e sacrossanto refúgio. Tem que sair do seu casulo e dar as mãos ao mundo em solidariedade. Ainda nos Açores, pareceu-me insuficiente a pequena luz da claraboia do meu quarto, nem bem isso, uma falsa com teto baixo (no qual, de vez em quando, ia uma cabeçada desprevenida), os papéis da escrita sobre a secretária da minha avó, a precária máquina de escrever aguardando a pressão dos dedos indecisos. Então, de parceria com o poeta Emanuel Jorge Botelho, envolvi-me no projeto da revista *Aresta*, Artes & Letras. A par dela, codirigi a página literária *Seixo*, com Laurindo Cabral, jornalista do Gabinete do Ministro da República nos Açores.

Anos depois, no Canadá, decidi criar uma pequena editora, *Seixo Publishers*, de reduzido alcance comercial. Foi sob esta chancela que saiu a primeira edição da Antologia *Os nove rumores do mar*, agora tão carinhosamente reeditada pelo Instituto Camões, graças, sobretudo, à nobre e pronta receptividade de Armandina Maia.

Ocorreu-me a ideia deste projeto estava eu em Tulare, Califórnia, pequena cidade no Vale de San Joaquin, como participante num ciclo de conferências que todos os anos, em maio, congrega razoável número de académicos e escritores. Pareceu-me importante e culturalmente urgente organizar uma antologia da poesia açoriana atual, e promovê-la junto da Comunidade Portuguesa nos Estados Unidos e no Canadá. Contudo, deparava-se-me o problema de apresentar o produto — um livro — em ambiente assaz alienígena, que é o comércio da saudade. Que perspectivas teria de venda, em direta competição com postas de bacalhau e latas de azeite, pois na diáspora podem-se contar pelos dedos as livrarias existentes. Felizmente, o apoio e a disponibilidade de pessoas amigas, organizações sociais e culturais, me resolveu o problema, proporcionando-me condições para vários lançamentos, nos quais se escoaram razoável número de exemplares. Recordo com gratidão o apoio de Onésimo Teotónio Almeida, Universidade Brown, Casa dos Açores da Nova Inglaterra, Biblioteca Casa da Saudade em New Bedford, Diniz Borges em Tulare, Goretti Silveira em San José, Califórnia e, finalmente, Regina Calado em Vancouver.

A poesia traduz a alma e a essência de um país e de um povo. Levar à comunidade açoriana na América do Norte a voz dos seus poetas afigurou-se-me como uma causa maior, espalhar de ecos na desertificação social que é, em muitos casos, o viver cercado de vazios por todos os lados. A antologia *Os nove rumores do mar* foi, e agora volta a ser com a sua reedição, uma das mais vivificantes experiências editoriais da minha vida.

Sinto, por outro lado, que os poetas açorianos não têm tido o espaço e a atenção que merecem. O debate sobre haver ou não uma Literatura Açoriana encontra-se asfiziado se compararmos, por exemplo, com o privilégio mediático que as literaturas africanas usufruem, aliás merecido. São literaturas pujantes, dinâmicas, já com dois prémios Camões — Pepetela (Angola) e José Craveirinha (Moçambique). Creio que, em parte, esta falta de diálogo se apresenta minada por fatores políticos, mais que por questões de puro exercício ensaístico e de teoria literária, que só ela deveria ter aqui expressão. O

particularismo cultural, a postura psicológica e filosófica, os mecanismos emocionais inerentes a uma vida a meio do mar, são fatores determinantes para uma diferença dentro do corpus da Literatura Portuguesa. Sendo parte integrante desta, o imaginário do escritor açoriano é, no entanto, único. Não é questão, sublinhe-se, de se atirar displicentemente para o cesto dos papéis amarrados. As diferenças e os opostos, na sua génese, existem como íman de atração e nunca como polo de energias antagonistas. O esplendor das palavras açorianas deverá servir como mote para um cantar de mãos dadas, e não como veículo de possíveis incompatibilidades, sejam quais forem as suas motivações.

Queria que esta Antologia servisse de ponte entre os Açores e o Continente, e fosse recíproco o movimento de esforços. Eu estou de fora. Não nasci nos Açores, sou um africano branco a viver no Canadá. Contudo sinto-me açoriano no meu amor pelas ilhas, e lisboeta nas memórias que retenho. Tenho por Portugal a paixão e a lealdade do filho adotivo; por Angola, minha pobre terra, um afeto infinito e sem remédio. Queria, como quem pede do deserto um copo de água, olhos para esta poesia dos Açores. Tão portuguesa de Portugal e tão insular dos Açores.

Estas vozes múltiplas e açorianas dos Nove rumores do mar são raízes de água, alma do mar, das viagens míticas e imaginadas, da terra, queda no sonho gravitante. E das gaivotas também. São elas que elevam para os céus das ilhas o seu coração mais branco, o inefável horto da alegria.

(Texto que serviu de base à apresentação da Antologia "Os nove rumores do mar", reeditada em Lisboa, pelo Instituto Camões, na coleção Insularidades.)

Esta antologia foi lançada em Toronto, no dia 13 de outubro de 2000, com o apoio do Instituto Camões e dos departamentos de língua portuguesa das Universidades de Toronto e York.

11) EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, BRASIL / PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928. Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô. Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos. Aos dezessete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo mineiro Lindolfo Gomes.



Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro *Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa* artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas.

Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados.

Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964.

Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

Foi Diretor Tesoureiro da Academia Brasileira de Letras (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).

Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições.

Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi membro do Comitê Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete.

Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

- a. A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),
- b. O Futuro em Românico (1962),
- c. A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),
- d. A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),
- e. Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),
- f. As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a Moderna Gramática Portuguesa, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

É PATRONO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA E DOS ENCONTROS AÇORIANOS DESDE 2007.

INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL



Resumo da palestra sobre o Acordo Ortográfico de 1990 agora em fase de implementação espaço da CPLP

Evanildo Bechara

Quando se começaram no século XIX, as primeiras tentativas com base científica para a simplificação e unificação do então anárquico sistema ortográfico da língua portuguesa, o propósito maior da reforma era oferecer condições para melhor e mais racional aprendizagem de alfabetização e escrita das palavras às crianças que iniciavam os cursos primários.

Hoje, além de continuar este mesmo propósito educacional, associam-se motivações culturais e políticas para atender às novas exigências de maior difusão da língua portuguesa no mundo e, por meio dela, participar das crescentes oportunidades de política cultural, comercial e tecnológica, de um bloco de jovens nações emergentes, que procura maior presença no campo internacional que se iniciou no século XXI, fortalecendo-se vigorosamente no futuro próximo.

Começaremos por encarecer as qualidades do texto do Acordo Ortográfico de 1990, por guardar os princípios alcançados pelas reformas anteriores, especialmente com o Acordo de 1940, vigente no sistema ortográfico dos signatários luso-africanos.

Dentro desta perspectiva, procuraremos afastar algumas críticas desarrazoadas à iniciativa de implementar o novo Acordo já em 2009, na preparação da 5ª edição do *Vocabulário Ortográfico* da ABL.

Na implantação das Bases do Acordo a um universo de quase trezentos e sessenta mil vocábulos, foram adotados pela Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL os seguintes procedimentos metodológicos que garantem fiel compromisso aos propósitos dos signatários oficiais:

- a) respeitar a lição do Acordo;
- b) estabelecer uma linha de coerência do texto como um todo;
- c) acompanhar o espírito simplificador do texto do Acordo;
- d) preservar a tradição ortográfica refletida nos formulários e vocabulários oficiais anteriores, quando das omissões do texto do Acordo.

Em face destes princípios, a Comissão houve por bem ir mais além do que está expresso nas Bases do Acordo.

Por outro lado, acrescenta a mesma Comissão outras sugestões como possíveis acréscimos para a 6ª. edição do VOLP da ABL e, se aprovadas pelos signatários oficiais, integrar o texto revisto do Acordo de 1990.

12) FERNANDA MELO ALVES UNIVERSIDADE CARLOS III DE MADRID, ESPANHA

FERNANDA MARIA MELO ALVES, fmeloa2@hotmail.com, debial@uc3m.es, fmeloa@bib.uc3m.es Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Universidad Carlos III de Madrid, Calle Madrid, 126, 28903, Getafe- Madrid, España

Formação

Doutoramento em Documentación: Bibliotecas y Archivos en Entorno Digital, Universidad Carlos III de Madrid, 2007.

Pós-graduação em Ciências Documentais, Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), 1990/1993. Especialização em Ciências da Educação, Universidade Aberta, Lisboa, 1990/1991.

Curso de Especialidad en Estudios Hispánicos para Estudiantes Extranjeros, Colegio de España, Salamanca, 1984.

Licenciatura en Filología Románica, Universidade de Lisboa, 1980. Bacharel em Línguas e Literaturas Modernas, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, 1977.

Curso Superior de Secretariado e Tradução, Instituto Superior de Línguas e Administração, Lisboa, 1972.

Experiência Docente

Docente do Departamento de Biblioteconomía y Documentación da Universidade Carlos III de Madrid.

Docente de Língua Portuguesa, Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril, Ministério de Economia, Portugal, 1994/2002.

Docente de Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Francesa em várias Escolas de Ensino Secundário (ME), Instituto Español en Lisboa (ME de Espanha), Externato Marquês de Pombal, em Portugal, 1976/1994. Professora de Português e Francês na Escola Secundaria Francisco Manyanga, Maputo, Moçambique, 1975/1977.

Experiência Investigadora.

Integrou-se como investigadora em 1998, no Departamento de Biblioteconomía y Documentación da Universidade Carlos III de Madrid, e colabora com a Cátedra Fundación Ramón Areces de Estudos Portugueses Luís de Camões, da mesma universidade. Colabora em projetos de cooperação internacional ao desenvolvimento com os países africanos lusófonos, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique. Tem participado em várias conferências e reuniões científicas, nacionais e internacionais, e publicado vários artigos. É consultora e assessora de projetos de cooperação internacional. Exerce em simultâneo a atividade de tradutora e intérprete. Colabora como voluntária em projetos de ONGs e outras instituições.

TEMA 3.1. A LÍNGUA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE ALGUNS PROJETOS FERNANDA MARIA MELO ALVES, UNIVERSIDADE CARLOS III DE MADRID, ESPANHA

1. Introdução

Ultrapassada a época da dominação colonial, a língua portuguesa representa uma garantia fundamental de identidade para os povos que falam português. No atual contexto internacional, o reconhecimento da dimensão política e económica da língua⁴⁶, mesmo para as nações estabilizadas, impõem uma reflexão aprofundada que permita estabelecer objetivos claros e uma estratégia adequada para os atingir. Por outro lado, o desempenho do seu papel de comunicação, requer uma atualização constante que a torne funcionalmente capaz de transmitir as novas ideias e os novos conhecimentos científicos.

A língua carece também de difusão suficiente que justifique a sua escolha como veículo de comunicação, como segunda língua, razão pela qual a modernização do idioma e o aumento da eficácia do ensino de português constituem vias indispensáveis para que o português ocupe um espaço digno no universo cultural globalizado.

Iniciamos a abordagem ao tema com uma referencia a algumas reflexões de Fernando Pessoa (1889-1935) sobre a política da língua portuguesa, que consideramos oportunas para a análise a realizar.

É por demais conhecido o valor da sua obra e a sua defesa da língua como pátria, dada a sua divulgação e reconhecimento nacional e projeção internacional, mas o uso abusivo e estereotipado de algumas expressões descontextualizadas desvirtua, algumas vezes, e simplifica uma obra e uma personalidade tão complexa e contraditória. Alguns dos seus textos doutrinários em prosa revelam as suas reflexões sobre conceitos linguísticos, tais como estatuto, sobrevivência, uso, utilizadores, difusão, didática, flexibilidade e outros, e sobre estratégias linguísticas.

Em relação à sua época, consideramo-los uma autêntica política diplomática, inovadora e projetada para o futuro. Transcrevemos um texto do autor em estudo sobre a projeção da língua, ressaltando a respetiva atualidade:

A primeira condição para uma permanência de uma língua no futuro é a sua difusão natural, o que depende do simples fator físico do número de pessoas que a fala naturalmente. A segunda condição é a facilidade com que poderá ser aprendida; se o grego foi fácil de aprender, todos nós teríamos, hoje, o grego como segunda língua. A terceira condição é que a língua terá de ser o mais flexível possível, de modo a poder responder na íntegra, a toda as formas de expressão possíveis, e de conseqüentemente ser capaz de espelhar com fidelidade, através da tradução, a expressão de outras línguas e assim dispensar, do ponto de vista literário, a sua aprendizagem.

Ora, falando não só do presente, mas também do futuro imediato, na medida em que este possa ser considerado como fator de desenvolvimento das condições embrionárias do nosso tempo, só há três línguas com um futuro popular – o inglês (que já tem uma larga difusão), o espanhol e o português (Pessoa, 1997: 148-149)⁴⁷.

⁴⁶ Albuquerque, Alexandra; Esperança, José Paulo. El valor económico del portugués: lengua de conocimiento con influencia global (em linha), 2010. Real Instituto Elcano (RIE). Disponível em:

www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari127-2010. Instituto Consultado a 8 de março de 2011.

⁴⁷ Pessoa, Fernando. *A Língua Portuguesa*. Assírio & Alvim. Lisboa, 1997: 148-149.

2. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a estratégia da Língua Portuguesa

O estudo que apresentamos pretende analisar vários projetos que patenteiam diferentes iniciativas e as soluções encontradas para potenciar a promoção do português no mundo, refletir sobre os resultados alcançados, bem como propor outras iniciativas e ações concretas com objetivo comum.

Um dos grandes marcos da identidade dos povos lusófonos foi a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁴⁸ em 1996, baseada em vínculos histórico-culturais, sendo a Língua Portuguesa, o mais significativo. A instituição norteia-se pela concertação política e pela cooperação em todos os domínios.

Uma das primeiras iniciativas dos países da comunidade foi criar em 1990 o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)⁴⁹ que se destina à promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais.

Com a criação da CPLP em 1996, a quem o instituto está vinculado, realizaram-se várias reuniões e diligências destinadas a atualização da instituição, entre as quais se destacam em 1997, a I Conferência de Ministros da Educação da CPLP, da qual resultaram várias conclusões referentes ao IILP: a revisão do seu enquadramento jurídico, a apresentação de um plano de atividades e a localização da sua sede em Cabo Verde. Em 1998, na Cimeira da Praia, foram aprovados os novos Estatutos do IILP⁵⁰.

De então até hoje, foram feitas várias revisões dos Estatutos, eleitos vários diretores e elaborados vários Planos de Atividades. Neste momento, a instituição está em fase de reforma, tem um novo plano de ação, para o qual lhe foram atribuídas as condições propícias para o cumprimento adequado dos respetivos objetivos⁵¹.

Tendo como tema a Língua Portuguesa, a VII Cimeira da CPLP em Lisboa, realizada em 2008, aprovou uma declaração final⁵², que se refere, entre outros aspetos, às

estratégias a tomar sobre a promoção e divulgação da Língua Portuguesa. Dando continuidade às recomendações nela apresentadas, a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial⁵³, realizada em Brasília, em 2010, contou com a participação dos oito estados membros e dos representantes dos Estados observadores associados.

Numa primeira etapa, o evento decorreu com a realização de debates entre escritores, professores, académicos, editores, jornalistas e outros profissionais diretamente vinculados à difusão da língua, para reflexão sobre amplo leque de questões, desde o fortalecimento do ensino do idioma e sua implantação em organizações internacionais, até à sua importância para as diásporas de nacionais dos países da CPLP.

A segunda etapa culminou com a realização da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, durante a qual se analisaram as estratégias e ações para a projeção da língua portuguesa, com vistas à formulação de recomendações destinadas à VIII Cimeira da CPLP de Luanda, em 2010⁵⁴, a última realizada. A institucionalização da norma de escrita do português, com a adoção do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa⁵⁵ constitui um exemplo medida, relativamente recente, do que pode ser feito em conjunto.

Outra estratégica é a participação conjunta dos países lusófonos na Feira do Livro de Belgrado em 2011⁵⁶, que se realiza no último trimestre de cada ano, capital da Sérvia, na qual a Língua Portuguesa é a convidada de honra. A partir da experiência adquirida em

⁴⁸ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Disponível em <http://www.cplp.org/>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁴⁹ Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Disponível em <http://www.iilp-cplp.cv/>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁵⁰ Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Conheça o IILP. Disponível em: http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54. Consultado a 8

⁵¹. *Suplemento do JL* n.º 1041, Número 155, 25 de agosto de 2010, ano XXX. Novo Fôlego para o IILP. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/encarte-ii/novo-folego-para-o-instituto-internacional-de-lingua-portuguesa.html>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁵² Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). *Declaração de Lisboa* (em linha). VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Lisboa, 25 de julho de 2008. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=163>. Consultado a 8

⁵³ Ministério dos Assuntos Exteriores. Brasil. I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, Brasília, 25 e 31 de março de 2010. Disponível em <http://www.dc.mre.gov.br/box-02/brasil-conferencia-internacional-sobre-o-futuro>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁵⁴ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Declarações finais*. VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Luanda, 23 de julho de 2010. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/info_462. Consultado a 8

⁵⁵ Portugal. *Diário da República* n.º 193, Série I-A, 4370-4388. Disponível em <http://dre.pt/pdfgratis/1991/08/193A00.pdf>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁵⁶ City of Belgrade. Events. Disponível em: <http://www.beograd.org.rs/cms/view.php?id=201299>. Consultado a 8

Belgrado, podem-se organizar futuras iniciativas destinadas a satisfazer o interesse que a língua portuguesa desperta na região, designadamente entre os países da área de influência da antiga União Soviética, como é o caso a futura criação de Centros Culturais CPLP⁵⁷.

3. As Estratégias linguísticas de Portugal e do Brasil

Os únicos países da CPLP que têm ação de política externa institucionalizada, em matéria de promoção da Língua Portuguesa, são Portugal e Brasil.

Em Portugal, a atuação do Instituto Camões (IC) abarca vários cenários que correspondem a variados programas, ações e atividades, que passamos a descrever⁵⁸:

O relevo e a projeção da língua portuguesa enquanto país membro da CPLP (intrafronteiras dos países CPLP; e das Organizações Internacionais e Regionais em que a LP é língua de trabalho, de que é exemplo o espaço ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

A definição de estratégias de promoção da língua portuguesa, da cultura portuguesa e das culturas em língua portuguesa por Portugal enquanto Estado-Membro da UE, pugnando por fazer valer a língua portuguesa como Língua de Oito Vozes Culturais, nomeadamente através das suas expressões literárias.

A promoção da língua e cultura portuguesas em correlação com os seus próprios interesses sociopolíticos, sejam eles relacionados com o mundo da economia sejam com o universo das diásporas portuguesas, ou melhor, de língua portuguesa, apostando na promoção do ensino da língua portuguesa em três áreas geográficas

(África, no Magreb; Ásia, na China e na Índia; América, nos Países OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos); nos EUA e no Canadá.

No Brasil, compete ao Departamento Cultural a política de divulgação e de ensino da língua portuguesas no estrangeiro, bem como a difusão internacional da cultura brasileira⁵⁹, através da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, uma unidade responsável pelo gestão da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, que se estende por mais de 50 países e é composta por:

Os Centros Culturais Brasileiros constituem o principal instrumento público de promoção da Língua Portuguesa. Na atualidade funcionam 21 centros, estando distribuídos doze no continente americano, seis na África e três na Europa.

Os Institutos Culturais são entidades locais de direito privado. Os sete institutos existentes neste momento complementam as atividades dos centros.

A rede de Leitorados reúne professores especialistas em Língua Portuguesa e em cultura brasileira, selecionados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e por instituições estrangeiras de nível superior para atuação nestas últimas. Atualmente estão em funcionamento 60 leitorados, distribuídas por instituições de ensino superior de todo o mundo.

Além de Cursos de Português junto a Vice-Consulados.

Recentemente foi criado o Instituto Machado de Assis (IMA)⁶⁰, cuja missão é propor e executar a política de divulgação e de ensino da língua portuguesas no estrangeiro.

Formular e coordenar as políticas de promoção da Língua Portuguesa no Brasil e no mundo.

Induzir, catalisar e organizar a pesquisa em Língua Portuguesa.

⁵⁷ Entrevista de Paula Laborinho, atual presidente do Instituto Camões, ao *LusoJornal* n.º 019/II de 19/01/2011. Disponível em http://www.ccpf.info/articles/lusojornal_on019.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

⁵⁸ Fundação Luso-Americana. *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo. Anexo I*. Lisboa, 2007: 46-53. Disponível em <http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁵⁹ Ministério das Relações Exteriores. Brasil. *Promoção Cultural - Língua Portuguesa*, 2011. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa/view>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁶⁰ Instituto Machado de Assis. Ministério de Educação. Brasil. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=820&id=13443&option=com_content&view=article. Consultado a 8 de março de 2011.

Ser referência em Língua Portuguesa para o ensino e formação de professores.

Promover atividades científicas e culturais, no Brasil e no mundo, visando à promoção e difusão da Língua Portuguesa.

4. A Língua Portuguesa no ciberespaço: algumas experiências lusófonas coroadas de êxito

Para dar continuidade a todo o esforço já realizado, organizaram-se estratégias e concretizaram-se projetos institucionais no espaço lusófono, com modelos de cooperação internacionais adaptados às necessidades identificadas, e com o objetivo de partilhar o conhecimento, projetar a Língua portuguesa no ciberespaço e divulgar as culturas dos povos lusófonos.

4.1. Alguns projetos a nível da CPLP

Tivemos o cuidado de selecionar algumas experiências aplicadas a diferentes áreas do conhecimento, tais como o desporto, o livro, a saúde e a documentação, e que resultaram da articulação de políticas de língua, de informação e de comunicação a nível da CPLP. Para facilitar a perspetiva global, apresentamo-las por ordem cronológica em relação às respetivas criações:

- *A Rede de Informação Desportiva da CPLP (CPLP Sport) de 2002.*
- *O portal e-livro em português (o alargamento para a língua portuguesa do e-livro) de 2003.*
- *O ePORTUGUESe de 2004.*
- *O Programa Global de Valorização do Património do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de 2005.*

A CPLP Sport é um portal de informação desportiva situado no Brasil, na linha das diretrizes da CPLP, buscando a integração desses países também por meio do desporto⁶¹.

No momento da sua criação, foram definidos os seguintes objetos no momento da sua criação:

- *Desenvolver um sistema de intercâmbio de informações, ações e programas desportivos.*
- *Defender e promover o uso da língua portuguesa como código de comunicação privilegiado na divulgação de informação desportiva.*
- *Prevenir e corrigir fenómenos de exclusão, diretamente relacionados com o acesso à informação desportiva.*
- *Promover o desenvolvimento dos sistemas desportivos.*
- *Harmonizar os processos de recolha, tratamento e divulgação de informação desportiva.*
- *Proceder de forma sistemática e criteriosa à recolha, tratamento de informação desportiva e à sua divulgação.*
- *Facilitar o acesso à informação desportiva em língua portuguesa aos cidadãos lusófonos espalhados pelo mundo, em particular os residentes nos países africanos.*
- *Caraterizar a oferta e a procura de formação de agentes desportivos e de atividade física, bem como as estruturas desportivas.*
- *Caraterizar o grau e a natureza da utilização de novas tecnologias por parte dos agentes desportivos.*
- *Potencializado o desenvolvimento dos sistemas desportivos.*
- *Desenvolver mecanismos interativos de participação generalizada na coleção de informação a tratar e divulgar.*
- *Estimular o desenvolvimento dos projetos de cooperação por parte das federações desportivas.*

⁶¹Rede de Informação Desportiva da CPLP (CPLP Sport). *Objetivos* (em linha). Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/cplp/objetivos.jsp>. Consultado a 8 de março de 2011.

- *Rentabilizar os processos de cooperação bilateral e multilateral no domínio do desporto nos países de língua portuguesa, aumentando a velocidade e a qualidade de recolha da informação, produzindo também, desta forma, uma redução dos custos relativos a essa cooperação.*
- *Promover processos de formação à distância via Internet.*

Esta rede nasceu em 2002, numa reunião de Ministros responsáveis pelo Desporto da CPLP, que teve lugar em Cabo Verde⁶², tendo-se iniciado, no ano seguinte, o funcionamento da Website institucional, e instalado a estrutura e as missões técnicas em todos os países membros. Atualmente o portal tem apenas disponível a informação brasileira e alguma portuguesa e angolana, mas irá integrando gradualmente a documentação dos outros países lusófonos.

O e-Book⁶³ é um portal que funciona como biblioteca virtual, dando acesso a publicações em inglês, espanhol e português de cerca de 150 editoras, mundialmente prestigiadas, que publica livros, conteúdos académicos, investigações científicas de formato eletrónico para comercializar com as bibliotecas. Os objetivos deste projeto orienta-se para:

- *Permitir às bibliotecas aumentar as suas coleções de um modo lucrativo e eficiente, ganhando dinheiro, espaço de armazenamento e tempo de trabalho.*
- *Oferecer também um banco de dados para integrar o catálogo da biblioteca.*
- *Oferecer aos usuários uma documentação considerável, variada, atualizada e sempre disponível através dum poderoso motor de busca.*

Os resultados alcançados com a participação neste projeto de numerosas bibliotecas dos Estados Unidos, de Espanha e da América Latina, permitiram o alargamento do e-livro para a língua portuguesa, através de um acordo realizado na 3ª Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (Comest), efetuado em 2003 no Rio

de Janeiro, ao qual se seguiu uma Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia da CPLP⁶⁴ sobre a disseminação de conhecimento e que contou, a partir desse momento, com o apoio da UNESCO.

Para o e-livro em português foram definidos os seguintes objetivos⁶⁵:

- *Dar acesso a livros em língua portuguesa (no futuro cerca de 20.000).*
- *Beneficiar os países lusófonos que têm acesso restrito à informação científica e de qualidade.*
- *Possibilitar a publicação da produção científica dos pesquisadores de todos os países lusófonos criando, a médio prazo, uma rede de intercâmbio de conhecimento.*

Outro exemplo de cooperação institucional a nível dos países de CPLP é o ePORTUGUESe, uma Rede de Informação de Saúde em Português, criada em 2004, com origem no projeto Desenvolvimento de redes de informação em Ciências da Saúde para os países de CPLP. O apoio da Health-EIP/KMS-WHO da OMS permitiu promover redes de informação em línguas não oficiais da organização e a criar a Biblioteca Global em Saúde/Global Health Library.

Os participantes no projeto ePORTUGUESe são a BIREME, o Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, com experiência do modelo da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e os Ministérios de Saúde dos países membros da CPLP. A gestão compartilhada do conhecimento tem como objetivos:

- *Facilitar o acesso à informação atualizada em saúde, removendo a barreira do idioma.*
- *Capacitar, adaptar e desenvolver o modelo da Biblioteca Virtual em Saúde nos países de língua portuguesa.*
- *Dar visibilidade e facilitar o acesso à produção técnica e científica nacionais.*
- *Contribuir para a transferência do conhecimento, favorecendo ações e políticas de saúde.*

⁶² Comunidade de Países de língua Portuguesa. Reunião de Ministros, responsáveis pelo Desporto da CPLP. Praia, 2002. Disponível em http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2Fredes%2Fdesporto%2FConDesporto_Praia02.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

⁶³ E-Book. Disponível em <http://www.ebook.com/>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁶⁴ e-livro. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Disponível em http://listas.ibict.br/pipermail/bib_virtual/2004-May/000116.html. Consultado a 8 de março de 2011.

⁶⁵ e-livro em português. Disponível em <http://www.e.livro.com>. Consultado a 8 de março de 2011.

- Criar comunidades de práticas, revitalizando a produção e compartilhando o conhecimento.

- Cooperar com os esforços da OMS para promover o multilinguismo.

E para dar continuidade ao projeto foram programadas algumas atividades futuras, tais como:

- A preparação da Biblioteca Azul/Blue trunk library-BTL em português que, numa primeira fase, abarca os documentos considerados prioritários.
- A continuação da publicação de documentos, livros, etc.
- A mobilização de recursos para garantir a sustentabilidade do projeto.
- A continuação do planeamento e desenvolvimento de estratégias para a implementação da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) nos países envolvidos no projeto.

A cooperação do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) com os outros países da CPLP tem origem na riqueza e variedade do acervo bibliográfico na base de dados bibliográficos do seu Centro de Documentação e Informação (CDI) e na vasta documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), pertencente ao referido instituto.

Este arquivo tem obtido resultados positivos com experiências de trabalho colaborativo com os países lusófonos no que toca particularmente o património arquivístico comum, caso do Projeto Resgate (Brasil) e do Projeto Reencontro (Portugal).

Durante a fase preparatória do Projeto de Digitalização do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) constatou-se que a sua concretização global passava por permitir o acesso e a utilização aos outros países lusófonos do seu fundo documental aos outros países lusófonos, com prioridade para a informação e documentação que lhes diz diretamente respeito.

Neste sentido, foram tomadas várias resoluções nas Reuniões de Ministros de Educação, de Ciência e Tecnologia, e de Cultura para:

- Desenvolver um processo de intercâmbio entre os museus, arquivos e instituições científicas dos Estados membros da CPLP.
- Apoiar a iniciativa portuguesa de disponibilização do acervo bibliográfico e documental do IICT aos outros países da CPLP.

Para alcançar estes objetivos, o Instituto de Investigação Científica Tropical realizou, em 2005, um Programa Global de Valorização do Património com a finalidade de tratar informaticamente e promover o acesso digital ao património para tornar acessível aos países da CPLP o único e valioso património cultural da Instituição, disponibilizando conteúdos em português e aumentando o conhecimento da cultura e da história lusófonas.

4.2. Outro tipo de iniciativas

Outro exemplo digno de referência é o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)⁶⁶, constituído em 1988, uma unidade de investigação científica portuguesa, sediada em Lisboa, sem fins lucrativos e de natureza privada, cujos associados são a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Universidade de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa. É financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT).

O seu principal objetivo é promover a investigação nas áreas da linguística teórica e computacional, em cooperação com empresas ou instituições nacionais e internacionais, a formação de investigadores, e a divulgação dos resultados para a comunidade científica e um universo mais abrangente.

Na última década, os investigadores da instituição têm-se dedicado à produção e disponibilização gratuita de recursos linguísticos úteis, a maioria dos quais estão reunidos no Portal da Língua Portuguesa⁶⁷, e são destinados ao público em geral.

Esses recursos incluem o Vocabulário Ortográfico do Português, um grande léxico flexionado, dicionários de gentílicos, de nomes verbais e de estrangeirismos e um vocabulário com todas as palavras que mudam com o Acordo Ortográfico de 1990, além de recursos externos como o texto dos acordos ortográficos e das nomenclaturas

⁶⁶Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC). Apresentação. Disponível em: <http://www.iltec.pt/iltec/index.html>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁶⁷ Portal da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>. Consultado a 8 de março de 2011.

gramaticais de Portugal e do Brasil, e também um conjunto de materiais de apoio ao ensino do português como língua segunda.

Também são dignos de referência, o Observatório da Língua Portuguesa⁶⁸, o Ciberdúvidas da Língua Portuguesa⁶⁹, os Museus da Língua de S. Paulo⁷⁰ e de Bragança⁷¹, de criação recente, e um grande número de outras iniciativas, mas que de momento, não são objeto deste estudo.

4.3. O projeto da Biblioteca Digital Lusófona (BDL)

A proposta que vamos apresentar dá continuidade aos exemplos cooperativos que acabámos de enumerar e tenta organizar estratégias comuns que possibilitem um projeto institucional a nível das Bibliotecas Nacionais dos Países Lusófonos, instituições com grandes responsabilidades a respeito do património cultural dos povos que habitam nesses países.

A partir do estudo de diferentes projetos internacionais, tais como a European Digital Library (EDL)⁷², a Biblioteca Virtual Iberoamericana y Caribeña (BVIC)⁷³ e a Biblioteca Virtual Andina (BVA)⁷⁴, pretendemos promover e estabelecer modelos dinâmicos de cooperação internacional no espaço lusófono, adaptados às necessidades identificadas nas instituições participantes e dos respetivos países, tendo em vista a projeção da língua portuguesa no ciberespaço e a divulgação das culturas dos povos lusófonos.

*O projeto da Biblioteca Digital Lusófona é o resultado de uma investigação realizada para a obtenção do grau de Doutor em Documentação com Menção Europeia, denominada *Articulación y complementariedad de las políticas de la lengua portuguesa, de cooperación y de información en los países lusófonos: guía metodológica para la implantación de la**

Biblioteca Digital Lusófona (BDL)⁷⁵, dirigida pelo Prof. Moreiro González, que apresentámos em 2007 no Departamento de Biblioteconomía y Documentación da Universidad Carlos III de Madrid (UC3M). O texto está disponível no arquivo aberto da universidade.

Vários são os fundamentos justificativos para um projeto desta envergadura, alguns negativos, mais numerosos e que é necessário melhorar, e outros positivos, altamente motivadores, dos quais devemos tirar partido.

Quadro Nº 1: Fundamentos justificativos para a criação da Biblioteca Digital Lusófona (BDL)

Negativos	Positivos
<p><i>A falta de acesso às TICs da maioria das bibliotecas nacionais dos países lusófonos.</i></p> <p><i>A inexistência de uma Associação de Diretores das Bibliotecas Nacionais Lusófonas, habitualmente impulsionadora de cooperação, como a Conference of European National Librarians (CENL) e a Asociación de Estados Ibero-Americanos para el Desarrollo de las Bibliotecas Nacionales de los Países Ibero-Americanos (ABINIA).</i></p> <p><i>A inexistência de um consórcio representante das bibliotecas nacionais lusófonas, como a The European Library (TEL), a European Digital Library (EDL) e a Biblioteca Virtual Iberoamericana y Caribeña (BVIC).</i></p> <p><i>O facto da Língua Portuguesa estar em 5º lugar na Internet⁷⁶.</i></p>	<p><i>O contexto internacional dinâmico na criação de produtos digitais.</i></p> <p><i>A necessidade de divulgação na Internet da língua portuguesa e das culturas dos povos lusófonos, segundo os objetivos da CPLP e de outras organizações.</i></p> <p><i>A continuidade das Políticas de Informação da CPLP de acordo com os Objetivos do Milénio.</i></p> <p><i>A existência de duas destas instituições acessíveis por Website, a Biblioteca Nacional de Brasil http://www.bn.br e a de Portugal http://www.bn.pt, ambas com biblioteca digital.</i></p> <p><i>A existência de algumas associações de profissionais de informação no espaço da CPLP.</i></p> <p><i>A existência de alguns consórcios bibliotecários no espaço da CPLP.</i></p>

Fonte: Elaboração própria.

⁶⁸ Observatório da Língua Portuguesa Disponível em: <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>. Consultado a 8 de março de 2011..

⁶⁹ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://ciberduvidas.sapo.pt/>.

⁷⁰ Museus da Língua de S. Paulo. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁷¹ Colóquios da Lusofonia. Conclusões do 8º Colóquio Anual da Lusofonia. Bragança, 30 set-3 out, 2009. Disponível em: <http://groups.google.com/group/observatorio-lp/web/conclues-do8-colquio-da-lusofonia-em-bragana>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁷² The Europeana Library. Disponível em: <http://search.theeuropeanlibrary.org/portal/en/index.html>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁷³ Biblioteca Virtual Iberoamericana y Caribeña. Disponível em: <http://eldorado.ucol.mx/>. Consultado a 8 de março de 2011.

⁷⁴ Biblioteca Virtual Andina. Comunidad Andina. Disponível em http://www.comunidadeandina.org/bda/encales_bibliotecas.htm. Consultado a 8 de março de 2011.

⁷⁵ Melo Alves, Fernanda Maria. *Articulación y complementariedad de las políticas de la lengua portuguesa, de cooperación y de información en los países lusófonos: guía metodológica para la implantación de la Biblioteca Digital Lusófona (BDL)*. Disponível em: http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/2540/7/TESSDOCTORAL-Fernanda_1.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.

⁷⁶ Internet World Starts. Disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>. Consultado a 8 de março de 2011.

Nesta investigação incluímos uma Metodologia para a Implantação da Biblioteca Digital Lusófona (BDL), um modelo criado a partir de projetos similares, que consiste em criar um portal de acesso livre e gratuito aos conteúdos digitais e digitalizados de coleções nacionais dos países lusófonos, cujo público-alvo potencial ultrapassa 240 milhões de lusófonos⁷⁷ e um número infinito de possíveis cibernautas.

Para poder concretizar-se, apresentámos o referido projeto a vários financiadores e organizações, tendo sido aprovado pela UNESCO no final de 2010. Esperamos iniciar as atividades do mesmo dentro de poucos meses.

A brecha digital nos países e nos grupos que ainda não puderam acompanhar a nova sociedade da informação e do conhecimento, com as consequências sociais inerentes, implica políticas de informação adequadas às necessidades de cada país ou região e, sobretudo, à implementação e ao acompanhamento das mesmas políticas de modo a alcançarem os objetivos desejados.

A proposta que pomos à disposição da comunidade lusófona e ao mundo em geral, e que denominámos Biblioteca Digital Lusófona, cujo site é www.bd Lusofona.org, pretende ser um modelo teórico, concetual e metodológico construído especificamente para o consórcio das bibliotecas nacionais lusófonas, mas disponível à cooperação com outras instituições patrimoniais.

Finalizamos a comunicação apelando para o entusiasmo e o esforço de todos os que falam a língua de Camões para ultrapassar o desafio da promoção da Língua portuguesa na sociedade em rede em que vivemos, no avanço global da Sociedade do Conhecimento no espaço lusófono, na projeção e dignificação da Língua Portuguesa no Ciberespaço.

Bibliografia

- Albuquerque, Alexandra; Esperança, José Paulo. El valor económico del portugués: lengua de conocimiento con influencia global (em linha). Real Instituto Elcano (RIE), 2010. Disponível em:
- http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CO NTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari127-2010.
- Consultado a 8
- Colóquios da Lusofonia/Encontros Açorianos da Lusofonia. *Conclusões do 8º Colóquio Anual da Lusofonia*. Bragança, 30 set-3 out, 2009. Disponível em: <http://groups.google.com/group/observatorio-lp/web/concluses-do8-colquio-da-lusofoniana-em-braganca>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Comunidade de Países de língua Portuguesa. Reunião de Ministros responsava pelo Desporto da CPLP. Praia, 2002. Disponível em http://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcp l%2Ffredes%2Fdesporto%2FConDesporto_Praia02.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Declaração de Lisboa* (em linha). VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Lisboa, 25 de julho de 2008. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=163>. Consultado a 8
- Fundação Luso-Americana. *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo. Anexo I*. Lisboa, 2007. Disponível em <http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf>.
- Consultado a 8 de março de 2011.
- Instituto Camões. Apresentação das conclusões do relatório preliminar do Estudo sobre o valor económico da Língua Portuguesa (em linha). Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/destaques/apresentao_estudo_valor lngua.pdf
- Consultado a 8 de março de 2011.
- *LusoJornal* nº019/II de 19/01/2011. Entrevista de Paula Laborinho, atual presidente do Instituto Camões, Disponível em http://www.ccpf.info/articles/lusojornal_on019.pdf. Consultado a 8 de março de 2011.
- Ministério dos Assuntos Exteriores. Brasil. I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, Brasília, 25 e 31 de março de 2010. Disponível em <http://www.dc.mre.gov.br/box-02/brasilia-conferencia-internacional-sobre-o-futuro>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Pessoa, Fernando. *A Língua Portuguesa*. Assírio & Alvim. Lisboa, 1997: 148-149.
- Portugal. *Diário da República* nº 193, Série I-A, 4370-4388. Disponível em <http://dre.pt/pdfgratis/1991/08/193A00.pdf>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Rede de Informação Desportiva da CPLP (CPLP Sport). *Objetivos*. [em lin](#)
- *Suplemento do JL* n.º 1041, Número 155, 25 de agosto de 2010, ano XXX. Novo Fôlego para o IILP. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/encarte-il/novo-folego-para-o-instituto-internacional-de-lingua-portuguesa.html>. Consultado a 8 de março de 2011.
- **Web consultada**

⁷⁷ United Nations. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp/>. Consultado a 8 de março de 2011.

- Biblioteca Virtual Andina. Comunidad Andina.
- Disponível em http://www.comunidadeandina.org/bda/encales_bibliotecas.htm. Consultado a 8 de março de 2011.
- Biblioteca Virtual Iberoamericana y Caribeña. Disponível em: <http://eldorado.ucol.mx/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://ciberduvidas.sapo.pt/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- City of Belgrade. Events.
- Disponível em: <http://www.beograd.org.rs/cms/view.php?id=201299>. Consultado a 8
- Colóquios da Lusofonia.
- Disponível em: <http://www.lusofonias.net/coloquiostodos.htm>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- Disponível em <http://www.cplp.org/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- E-Book. Disponível em <http://www.ebook.com/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- e-livro. Disponível em <http://www.e-livro.com/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Fundação Luso-Americana. Promoção da Língua Portuguesa no Mundo. Anexo I. Lisboa, 2007: 46-53. Disponível em <http://www.flad.pt/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Disponível em <http://www.iilp-cplp.cv/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Instituto Machado de Assis, Ministério de Educação. Brasil. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=820&id=13443&option=com_content&view=article. Consultado a 8 de março de 2011.
- Internet World Starts. Disponível e: <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Ministério das Relações Exteriores. Brasil. *Promoção Cultural - Língua Portuguesa*, 2011.. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Museus da Língua de S. Paulo. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Observatório da Língua Portuguesa Disponível em: <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>. Consultado a 8 de março de 2011.
- Portal da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>. Consultado a 8 de março de 2011
- Rede de Informação Desportiva da CPLP (CPLP Sport). Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/cplp>. Consultado a 8 de março de 2011.
- The Europeana Library. Disponível em: <http://search.theeuropeanlibrary.org/portal/en/index.html>. Consultado a 8 de março de 2011.
- United Nations. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp/>. Consultado a 8 de março de 2011.

13) **FERNANDA SANTOS, CLEPUL – CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL e DOUTORANDA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL**

14) **JOSÉ EDUARDO FRANCO, PRESIDENTE, DIREÇÃO DO INSTITUTO EUROPEU DE CIÊNCIAS DA CULTURA PADRE MANUEL ANTUNES (FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA PARCERIA COM A ESAD - FUNDAÇÃO RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA), PORTUGAL**



FERNANDA

SANTOS. Atualmente é doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil, investigando o Colégio da Bahia e o projeto pedagógico dos Jesuítas no Brasil.

É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses, na Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, e Mestre em Literaturas e Culturas dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Destaca-se como investigadora integrada no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias das Universidades de Lisboa e como investigadora colaboradora na CompaRes (Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos), sendo também investigadora no Núcleo de Estudos Africanos do Instituto Europeu de Ciências e da Cultura Padre Manuel Antunes.

Foi investigadora e bolsista da Fundação Ciência e Tecnologia no projeto *Documentos sobre a História da Expansão Portuguesa existentes no Arquivo Secreto do Vaticano*, promovido pelo Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, de dezembro de 2005 a maio de 2008.

Atua também na área da ficção literária, tendo-lhe sido atribuídos o 2.º lugar no Prémio Camões Pequeno, promovido pela Câmara Municipal de Machico, em 2009, e o **1.º lugar no 4.º Prémio Literário da Lusofonia, promovido pela Câmara Municipal de Bragança e pelos Colóquios da Lusofonia, em 2010.**

Foi investigadora na obra recentemente publicada pela editora Gradiva: *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, com a elaboração de diversas entradas em ordens religiosas e ordens honoríficas portuguesas, de 2004 a 2007; revisora da edição da obra *O Mito dos Jesuítas*, volumes I e II (versão portuguesa), de José Eduardo Franco, em 2005. Participou como revisora na edição da *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, s.j.*, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2005 e 2010.

JOSÉ EDUARDO FRANCO. Historiador, jornalista, poeta e ensaísta. Especialista em História da Cultura.

Doutorado pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris* em “História e Civilização” e Doutorado em “Cultura” pela Universidade de Aveiro, Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Tem desenvolvido trabalhos originais de investigação nos domínios da mitologia portuguesa e das grandes polémicas históricas que marcaram a vida cultural, política e religiosa do nosso país.

Especial novidade tem representado os seus estudos sobre os Jesuítas, de modo particular, sobre o fenómeno do antijesuítismo e sobre a hermenêutica dos mitos e das utopias portuguesas e europeias.

Entre a sua vasta obra publicada podem-se destacar os seguintes livros:

- *Mito dos Jesuítas em Portugal e no Brasil, Séculos XVI-XX*, 2 vols., Lisboa, Gradiva, 2006-2007;
- *O Padre António Vieira e as Mulheres: Uma visão barroca do Universo feminino*, (em coautoria com Isabel Morán Cabanas), Porto, Campo das Letras, 2008; *Padre Manuel*

Antunes (1918-1985): Interfaces da Cultura Portuguesa e Europeia, Obra coordenada em parceria com Hermínio Rico, Porto, Campo das Letras, 2007;

- *Jesuítas e Inquisição: cumplicidades de confrontações*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007;
- *Padre António Vieira (1608-1697): Imperador da Língua Portuguesa*, Coordenação e coautoria, Lisboa, Correio da Manhã, 2008;
- *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, Coordenação com Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2008, *Madeira - mito da ilha-jardim: cultura da regionalidade ou da nacionalidade imperfeita na Madeira*, Lisboa, Gradiva, 2009.

Coordena a conclusão do projeto de investigação intitulado *Documentos sobre a História da Expansão Portuguesa existentes no Arquivo Secreto do Vaticano* financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e promovido pelo Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da UCP.

É também membro da comissão coordenadora do projeto da edição crítica da *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, sj* em processo de publicação pela Fundação Calouste Gulbenkian; e coordena o projeto de edição crítica da *Obra Completa do Marquês de Pombal*.

É ainda autor e é codiretor do projeto *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e recentemente editado pela Gradiva.

Tem exercido as funções de membro da Direção do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias das Universidades de Lisboa, de Vice-Presidente da Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos e de Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Tradutores.

Atualmente é Presidente da Direção do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes (instituição da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em parceria com a ESAD - Fundação Ricardo Espírito Santo Silva), tem coordenado os cursos de Ciências da Cultura.

TEMA 3.13 O COLÉGIO DE SÃO PAULO E O PROJETO MODERNO DE GLOBALIZAÇÃO RELIGIOSA DOS JESUÍTAS A ORIENTE

JOSÉ EDUARDO FRANCO, CLEPUL – CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

FERNANDA SANTOS, CLEPUL – CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA/DOCTORANDA EM HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - BRASIL

Pretende este trabalho estudar o Colégio de São Paulo, considerado a primeira instituição universitária de tipo ocidental no Oriente, em Macau, que contava com um programa académico extenso, equivalente ao currículo de uma universidade. Este programa inclui muitas disciplinas, tais como Teologia, Matemática, Geografia, Chinês, Português, Latim e Astronomia. O objetivo deste estudo é analisar como o Colégio se tornou um centro asiático de formação de missionários católicos e contribuiu significativamente na difusão do Catolicismo na China, no Japão e em todo o Extremo Oriente, contribuindo para elevar a cidade de Macau como um importante ponto de partida de missionários católicos para os diferentes países da Ásia.

Dentro do projeto moderno de globalização religiosa dos Jesuítas, o trabalho missionário em Macau foi crucial na difusão do Catolicismo no Extremo Oriente, permitindo também um maior intercâmbio cultural, científico e artístico com outros povos e outras culturas. O Colégio também oferecia uma instrução básica para os habitantes da Cidade, ensinando-lhes coisas simples mas muito importantes, como por exemplo a ler, a escrever e a contar.

O Colégio de São Paulo, em Macau, constitui, juntamente com a Igreja da Madre de Deus, as famosas Ruínas de São Paulo. Da Igreja, restou apenas a fachada e a escadaria monumental. Não se sabe ao certo qual é a data da fundação do Colégio de São Paulo, mas a sua fundação deu-se provavelmente na segunda metade do século XVI. Em 1594, esta instituição universitária já contava com mais de 200 estudantes e 59 professores Jesuítas.

Dentro do nosso estudo, pretendemos ainda mostrar como os Jesuítas levaram a preocupação pedagógica e o projeto de ensino que os caracterizava a Macau. No campo científico, os missionários da Companhia efetuaram observações que vieram enriquecer o conhecimento das regiões que percorreram. A preocupação de aprender as línguas dos povos que evangelizavam levou-os a elaborar gramáticas e dicionários e a publicar obras de catequese e outras nas mais variadas línguas.

O Portugal dos séculos XV e XVI realiza-se como os olhos e os ouvidos do mundo na Europa e da Europa no Mundo. Esta condição epocal de maior mensageiro planetário permite a Portugal a constituição duma CULTURA literária, científica, técnica, doutrinária, filosófica e artística orientada para o encontro e troca pluricivilizacional, centrada na realidade e ideia de humanidade planetária-universal.

Luis Filipe Barreto, *A Herança dos Descobrimentos*

1. A Companhia de Jesus no contexto da modernidade

A Companhia de Jesus nasce no contexto da modernidade de Quinhentos, enraizada no humanismo da Reforma. O advento da modernidade traz consigo um afinado sentido do religioso, não menos mobilizador do que na Idade Média. A nova era da protoglobalização proporcionava a universalização do Cristianismo nos mundos recém-descobertos, mas também fazia surgir um tempo de acesa concorrência e debates no seio universo religioso, nomeadamente no contexto do catolicismo, entre as ordens católicas, quer pelo monopólio do ensino, quer pela disputa de territórios de missão. Ao mesmo tempo, com a afirmação das Igrejas reformadas, em particular as luteranas e as calvinistas, desencadeia-se um conflito fraturante no seio da Cristandade, que envolve não só intelectuais em disputas teológicas, como também a confessionalização de sociedades e estados, responsáveis políticos, diplomáticos desembocando em situações de violência persecutória e, mais tragicamente, em guerras, de entre as quais a Guerra dos Trinta Anos foi o resultado mais emblemático.

À semelhança do que acontecia com Espanha, a estratégia política expansionista do Império Português, com os seus objetivos religiosos e económicos, encontra na Igreja

Católica e nas suas multinacionais Ordens Religiosas (em particular os Franciscanos, Dominicanos, Agostinhos, Carmelitas e depois fortemente os Jesuítas) um instrumento de expansão, povoamento e colonização. O Cristianismo começou e é estruturalmente missionário. É, tal como o Islão, uma religião por mandato do fundador expansionista à escala global e, por isso, é construtora de uma dada universalidade e de uma mundividência nova. Essa característica marcou a sua caminhada histórica ao longo dos séculos, sendo que o seu estatuto missionário se alimenta da palavra e do mandato do Evangelho (Mourão, 2008: 229). As missões nascem com naturalidade no solo da Igreja em geral e das Ordens em particular. A criação do Império Português deve-se, em grande medida, à Igreja e à sua assessoria espiritual, intelectual e até mesmo técnica, fazendo assim do Cristianismo um dos elementos essenciais de expansão. (Colla, 2008: 403)

O século XVI humanista é especialmente marcado pelo desenvolvimento de diversos domínios do saber, por um interesse progressivo pelas fontes, um movimento de revitalização original. Os autores gregos e latinos são a fonte do conhecimento, bem como os primeiros autores cristãos. Cultiva-se o estudo das línguas antigas, como latim, grego e hebraico. É uma época que assiste ao investimento crescente na educação e na formação teológica e retórica das novas gerações de prosélitos da *militia Christi*.

Se a Europa aparece como um espaço dilacerado pelas cisões religiosas das reformas, fragmentada também pelos nacionalismos emergentes, mantém, no plano ético, uma unidade cultural de fundo, assente no Cristianismo e na herança da cultura clássica, que apontava, em última instância, para uma consciência do universal. Nos séculos XV e XVI dá-se um alargamento das fronteiras do universal, com as grandes navegações e a expansão europeia.

Os Jesuítas, em especial, mas sem esquecer o papel importante das outras ordens católicas, quiseram levar o mais longe possível o seu esforço utópico de universalização do Cristianismo, motivados por um ambiente de militância proselitista impulsionada pela Contrarreforma, consagrada no Concílio de Trento (1543-1563) (Urbano, 2009: 27-28).

É neste contexto que se afirma a ação educativa dos Jesuítas, sobejamente importante, tendo em conta a sua doutrina, o seu projeto educativo e a sua pedagogia. As instituições que fundaram, dirigiram e fizeram proliferar estavam alicerçadas em um ideário religioso cujo objetivo primacial era ganhar uma nova consciência e compromisso cristão dentro da Igreja Católica.

No contexto histórico, o desenrolar da Reforma protestante e sua expansão na Europa levaram a uma tentativa de fortalecer as bases do Cristianismo romano nos reinos que haviam resistido às investidas do protestantismo, como França, Espanha, Portugal, Itália. Essa será também uma missão a que os Jesuítas assumiram como frente de intervenção prioritária. A aposta na criação de uma rede internacional de colégios não pode ser desligada desta militância antiprotestante, ou seja, como instrumento fundamental para preparar novas elites católicas mais bem formadas em ordem a sustentar o movimento protestante mais alfabetizado e até mais intelectualizado. A Companhia de Jesus elege-se como um grupo missionário de elite para prosseguir o escopo de luta contra o protestantismo (Franco, 2006: 155).

Podemos, em certa medida, aventar que a primeira tentativa de criar redes globais de ensino está associada aos colégios dependentes de congregações religiosas. Neste sentido, é pioneira e emblemática a rede de colégios intercontinental dos Jesuítas, com a mesma estrutura, o mesmo ideário, os mesmos manuais e até o mesmo método de ensino⁷⁸, por vezes até com um conceito arquitetural mimeticamente reproduzidos nas diferentes paragens do globo onde implantavam os edifícios colegiais, embora com as devidas adaptações à cultura arquitetural das regiões onde se instalavam.

Com efeito, a Companhia de Jesus faz dos colégios uma realidade internacional, expandindo-os de Ocidente a Oriente, imprimindo-lhes uma dinâmica nova, aprofundando técnicas pedagógicas e institucionalizando novas modalidades no ensino. As discussões acerca da proveniência histórica dos modelos educativos atuais quase sempre se ancoram entre os séculos XVI e XVIII, onde estão grande parte das mutações estruturais

⁷⁸ Vide a edição da *Ratio Studiorum* em 1599.

da educação, como o abandono da conceção medieval de ensino, com toda as suas implicações na estrutura curricular e na organização escolar, ou as estratégias de gestão da sala de aula. (Ramos do Ó, 2003: 165-167) Produz-se uma rutura em relação às universidades e instituições medievais, cuja autoridade do professor se baseia fundamentalmente na posse e na transmissão de determinados saberes⁷⁹.

2. Os Jesuítas a Ocidente e a Oriente

A vinda dos Jesuítas para Portugal deve-se à iniciativa de D. João III, a quem o Doutor Diogo de Gouveia, responsável pelo Colégio de Santa Bárbara em Paris, indicara a existência de um novo grupo de clérigos que considerava aptos para converter toda a Índia. Conforme afirma Jorge Couto: *Apesar do relevo que o ensino veio a assumir no seio da Companhia de Jesus, este múnus não se encontrava entre os objetivos iniciais do “grupo de Paris”, ou seja, dos seus fundadores (Inácio de Loyola, Pedro Fabro, Francisco Xavier, Simão Rodrigues, Diogo Laínez, Afonso de Salmeirão e Nicolau de Bobadilla).*

Santo Inácio de Loyola aceitou ao convite do rei português e enviou para Portugal, em 1540, dois dos seus primeiros companheiros: o navarro Francisco Xavier e o português Simão Rodrigues. O primeiro partiu no ano seguinte para a Índia, enquanto o segundo ficou na Europa, lançando as bases da Província de Portugal, ereta como primeira província de toda a Ordem, em 1546.

Graças a numerosos benfeitores, com destaque para a família real, o crescimento da Companhia de Jesus em Portugal foi extraordinariamente rápido. Em 1542, foi fundado o Colégio de Jesus, em Coimbra, para formação dos membros mais novos da Ordem. Seguiu-se-lhe, em 1551, em Évora, o Colégio do Espírito Santo e, em 1553, a casa professa de S. Roque, centro das atividades apostólicas na capital. O primeiro colégio em

que os Jesuítas deram aulas públicas foi o de Santo Antão, em Lisboa, inaugurado em 1553. Em 1559, foi fundada a Universidade de Évora e, progressivamente, a atividade pedagógica dos Jesuítas foi-se estendendo às principais cidades do país.

Os Jesuítas portugueses foram educadores, confessores e pregadores dos reis e da corte, mas dedicaram-se com igual entusiasmo a um vasto leque de outras tarefas. A comprová-lo está o apelo pela dedicação ao ensino do catecismo e pela abnegação com que se entregaram aos ministérios sacerdotais e a obras caritativas. Ocupavam-se dos encarcerados, visitavam os hospitais, assistiam os condenados à morte e, indiferentes aos perigos, excediam-se em generosidade por ocasião de epidemias e calamidades.

A expansão em Portugal foi acompanhada desde o início por grande empenho missionário. Em 1542, S. Francisco Xavier desembarcou em Goa com dois companheiros e depois de percorrer vastas regiões da Índia, esteve em Malaca e nas Molucas, chegando ao Japão, em 1549. Veio a falecer em 1552, quando se preparava para entrar na China. A evangelização do Oriente continuou a cargo de sucessivas levadas de missionários que diversificaram as regiões alcançadas: Macau (1565); império do Grão-Mogol (1579), China (1583), Pegú e Bengala (1598), Cochinchina (1615), Camboja (1616), Tibete (1624), Tonquim e Sião (1626), Laos (1642). Em África, os Jesuítas estavam no Congo, em 1547, e em Angola, em 1560; em 1557, chegavam à Etiópia e, em 1560, penetraram em Moçambique, na região do Monomotapa. Em 1604, iniciaram a missão de Cabo Verde onde passaram à Guiné e Serra Leoa.

A primeira expedição ao Brasil, em que ia como superior o P. Manuel da Nóbrega, data de 1549 e foi seguida por numerosas levadas de missionários.

Inseridos no Padroado português, os religiosos da Companhia partilhavam espontaneamente da mentalidade da época, segundo a qual o apoio das autoridades civis

⁷⁹ O professor medieval dirige-se a um amplo auditório de estudantes, sem importar a idade. O conjunto de alunos é considerado um ser com autonomia, que não tem de ser estimulado nem tutelado. A ação do professor cessa quando acaba a lição. A *Ratio Studiorum* regulamenta a ocupação do espaço e do tempo de forma tal, que o aluno dificilmente questiona os métodos a que está submetido: a separação por secções, os frequentes exercícios escritos, os distintos níveis de conteúdo, os prémios, as recompensas, etc. O objetivo é que o aluno se mantenha ocupado e ativo. A aprendizagem toma a forma de um contínuo, dividindo os alunos de cada

classe em campos opostos, num sistema de competição. Todo este processo competitivo e de emulação reforça-se com debates e exames públicos, aos quais assistem as autoridades locais e as famílias dos colegiais. Compreende-se facilmente que o mérito individual e o êxito escolar encontram aqui terreno fértil, ao contrário do ensino praticado nas Universidades medievais, onde o esforço individual não obtinha recompensas imediatas e os escassos exames eram tão só uma formalidade para os que assistiam aos cursos. (Varela e Alvarez-Uría, 1991: 32-34)

constituía o caminho mais seguro e eficaz para a cristianização. Ao mesmo tempo, contudo, alguns Jesuítas mais ousados, animados pelo espírito de missão até ao risco do martírio, dispuseram-se a ultrapassar as zonas diretamente controladas pela administração portuguesa, tornando-se até exploradores europeus pioneiros de regiões inóspitas e desconhecidas. São quase lendárias as figuras do P. António de Andrade e do Ir. Bento de Góis: o primeiro viajou até ao Tibete, sendo o primeiro europeu a atravessar os Himalaias; o segundo foi o primeiro explorador português do caminho terrestre da Índia para a China através da Ásia Central.

A todas as regiões que missionaram, os Jesuítas levaram a preocupação pedagógica que os caracterizava. Principalmente no Brasil, fundaram uma rede de colégios, seminários e escolas primárias e oficinais com ensino gratuito sustentado por explorações agropecuárias e outras propriedades legadas para património dos centros de ensino. No campo científico, os missionários da Companhia efetuaram observações que vieram enriquecer o conhecimento das regiões que percorreram. A linguística foi outro campo em que se tornaram beneméritos. A preocupação de aprender as línguas dos povos que evangelizavam levou-os a elaborar gramáticas e dicionários e a publicar obras de catequese e outras nas mais variadas línguas.

Toda esta atividade foi bruscamente interrompida por decisão de Pombal, em 1759, ao ser decretada a expulsão dos Jesuítas de todos os territórios portugueses. A expulsão dos Jesuítas causou um significativo vazio no ensino e Portugal e nas suas colónias. Uma situação idêntica deu-se em Macau. Os colégios de São Paulo e de São José ficaram abandonados (Azevedo, 1984: 23). As causas desta decisão parecem encontrar-se, sobretudo, em motivos de natureza ideológica e política. A Companhia de Jesus era um obstáculo ao projeto político que se pretendia implementar: um sistema que Carvalho e Melo considerava mais moderno, centralizado no poder absoluto e inquestionável do Estado.

Dominando o sistema de ensino, em Portugal e no Ultramar, vinculados por uma ligação especial a Roma e possuidores de um grande influxo cultural, os Jesuítas formavam um corpo facilmente visto como ameaça para um sistema absolutista que

ambicionava controlar todos os aspetos da vida social, incluindo uma Igreja mais submetida ao Estado. Se a esta moldura ideológica, juntarmos a apetência pelo património considerável na posse dos Jesuítas, teremos reunidas as condições para o desencadear da perseguição. A campanha antijesuítica montada por Pombal levou à formulação de uma série de acusações publicitadas em toda a Europa. Entre essas acusações, encontravam-se: a resistência dos Jesuítas à aplicação do Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e a Espanha para a delimitação de fronteiras na América do Sul; a oposição, no Brasil setentrional, às leis que regulavam a administração das aldeias de índios; o exercício de atividades comerciais proibidas a religiosos; a decadência dos Jesuítas portugueses; a difamação do rei no estrangeiro; e a participação pelo menos moral no atentado contra D. José e na revolta popular do Porto ocorrida em 1757. A luta de Pombal contra a Companhia de Jesus não se limitou aos domínios da Coroa portuguesa. Prolongou-se, em conjunto com as cortes borbónicas, até alcançar o fim pretendido: a extinção da Companhia de Jesus, em 21 de julho de 1773, por breve do papa Clemente XIV.

2.2. Evangelização a Oriente

O caráter universalista que estrutura a dinâmica de transmissão do Cristianismo contribuiu imenso para legitimar a atividade expansionista, levando os missionários a aproveitarem essa oportunidade para espalhar a palavra do Evangelho pelo mundo (Oliveira e Costa, 1998: 3).

Os universos culturais e mentais das sociedades do Extremo Oriente afiguraram-se aos olhos dos missionários, muito mais difícil e complexa natureza em comparação com a missão tradicional europeia. Na China e no Japão, os missionários *[d]epararam-se aí com culturas, de forma mais patente e ampla no Japão e na China, que não mostravam quaisquer sentimentos e atitudes de inferioridade ou de espanto em relação à cultura dos ocidentais, diferentemente do que se tinha verificado ao longo da costa africana ou na parte já conhecida das Américas ditas Índias Ocidentais* (Franco, 2006: 194). Decorre

daqui a primeira grande dificuldade dos missionários: como persuadir estes povos, cujas tradições religiosas eram milenares, detentores de uma cultura aperfeiçoada e elaborada, acerca das vantagens da religião cristã. Alguns missionários tiveram o discernimento para perceber, em pouco tempo, que estavam perante um campo de missão radicalmente distinto, que necessitava de uma reavaliação dos métodos e estratégias de evangelização, e até uma revisão da seleção e da organização no processo de transmissão dos conteúdos doutrinários. (Ibidem: 195) Procurando levar o mais longe possível a realização da utopia da universalização do cristianismo, alguns Jesuítas agiram movidos pelo ambiente de militância proselitista impulsionado pela Contrarreforma, consagrada pelo Concílio de Trento (Oliveira e Costa, 1998: 195).

3. Macau, o Império do Meio: interface entre a Europa e o Oriente

Os portugueses atingiram a China pela primeira vez em 1513, muito antes de quaisquer outros povos europeus. Por esses anos, possuíam já bases seguras em Goa, em Malaca e em outros pontos da Ásia marítima, a partir dos quais intervinham de forma cada vez mais regular no comércio asiático. A viagem à China revelou-se lucrativa, e os portugueses passaram a frequentar regularmente o litoral meridional chinês, dedicando-se a frutuosa intercâmbios mercantis e também a contactos culturais enriquecedores.

A partir da sua base em Malaca, onde se estabeleceram em 1511, os portugueses exploraram todas as potencialidades do mar do Sul da China. A escolha da localização de Macau foi feita por volta de 1555 por mercadores portugueses familiarizados com as costas meridionais da China. (Manguin, 1999: 41) Por volta de 1557, graças a uma auspiciosa conjugação de fatores, os portugueses conseguiram autorização das autoridades chinesas para fundarem uma base permanente na pequena península de Xiangshan, na embocadura do rio das Pérolas. Assim nasceu Macau, estabelecimento português em território do Império do Meio, que em poucos anos se transformou num dos maiores e mais ativos centros portuários do mar do Sul da China.

Por volta de 1583, os portugueses estavam firmemente implantados em Macau, graças à cumplicidade de certos funcionários locais, mas também com o aval tácito do Imperador Wan Li. Depois da fundação de Macau, a Companhia de Jesus passou a utilizar este estabelecimento português essencialmente como base de apoio à missão do Japão, que conhecia então um estrondoso sucesso, com a vertiginosa multiplicação das conversões. A atenção dos padres Jesuítas dada à China irá transformá-los em observadores privilegiados, ao mesmo tempo que mantinham um eficiente sistema epistolar que permitiu a difusão de notícias cada vez mais amplas e seguras sobre a realidade chinesa (Loureiro, 1999: 34-37).

Macau foi, ao longo da sua história, um local privilegiado de encontro de povos e culturas. Os portugueses trouxeram para o território os seus hábitos e a sua língua, as suas crenças e as suas instituições, as suas técnicas e o seu saber. E encontraram em Macau a milenar civilização chinesa. Em mais de quatro séculos de convívio entre portugueses e chineses, verificaram-se constantes fenómenos de simbiose e de aculturação.

Desde a instalação dos portugueses, entretanto, Macau transformou-se num dinâmico centro de intercâmbio cultural. Para além de desempenhar o papel de centro difusor do Catolicismo na Ásia Oriental, a povoação funcionou também como centro de recolha e de divulgação de notícias sobre a China. Os portugueses e outros europeus que passavam pela cidade luso-chinesa recolhiam avidamente informações do mais variado teor sobre a China: as características geográficas, as formas de organização administrativa e política, as crenças e as filosofias, as práticas sociais e as atividades produtivas. Numerosas relações e informações preparadas por portugueses, sobretudo missionários Jesuítas, deram a conhecer à Europa a realidade chinesa, quase sempre de uma forma positiva. A primeira monografia impressa na Europa sobre o mundo chinês foi o *Tratado das Coisas da China*, do dominicano português Gaspar da Cruz (Évora, 1570).

Até meados do século XVIII, os destinos de Macau foram positivamente influenciados por pressões exercidas junto da Corte imperial chinesa pela missão jesuíta de Pequim, fundada por Matteo Ricci, em 1601. Embora a religião católica nunca tivesse alcançado

grande popularidade, os missionários Jesuítas souberam conquistar estratégicas posições no interior da burocracia imperial chinesa, nomeadamente como especialistas em astronomia e em matemática. E como Macau foi desde sempre o seu único ponto de ligação com a Europa, acorreram regularmente em defesa dos interesses do território em momentos de especial crise, como aquele que se viveu no período conturbado de transição da dinastia Ming para a dinastia Qing. Macau desenvolveu-se na confluência entre o mundo chinês e o mundo ocidental, recebendo contributos de ambos para a formação de uma identidade cultural muito própria, que se enriqueceu ainda mais através do intercâmbio com outras regiões asiáticas. Diferentes comunidades em presença contribuíram para um ativo diálogo intercultural, que produziu ao longo dos tempos curiosos fenómenos de simbiose, sobretudo a nível social, a nível institucional e a nível patrimonial (Loureiro, 2005: 666).

4. O Colégio de São Paulo: centro de missiologia e cultura

A Companhia de Jesus aceitou a responsabilidade de lecionar e dirigir espiritualmente o estabelecimento que se viria a transformar, em 1548, no grande Seminário de Santa Fé, anexo ao Colégio de São Paulo, o mais importante centro de formação jesuítica a Oriente. A decisão de exercer esse ministério revelou-se um precedente importante para desencadear uma reflexão no seio da Companhia sobre a instrução e o múnus de ensinar. O Colégio de São Paulo, em Macau, também conhecido como Colégio da Madre de Deus, tornou-se instituição de nível quase universitário (Couto, 2008: 13). É considerado como a primeira instituição universitária de tipo ocidental na Ásia Oriental, contando com um programa académico extenso, equivalente ao currículo de uma Universidade. Fundado por Alessandro Valignano, quando em 1594 ampliou a antiga escola da Madre de Deus com o objetivo de criar uma escala para preparar os missionários Jesuítas que viajavam para Oriente.

O seu programa académico incluía disciplinas fundamentais, como a teologia, a filosofia, a matemática, a geografia, a astronomia, e as línguas, Latim, Português e Chinês,

além de uma escola de música e de artes, o trabalho missionário levado a cabo pelos Jesuítas de Macau foi crucial na difusão do Catolicismo no Extremo Oriente, permitindo também um maior intercâmbio cultural, científico e artístico, com outros povos e outras culturas. O Colégio também oferecia uma instrução básica para os habitantes da cidade, ensinando-lhes coisas simples mas muito importantes, como por exemplo a ler, a escrever e a contar (Loureiro, 1999: 38). O Colégio conferia graus académicos e eclesiásticos a clérigos e a leigos e continha no seu programa de estudos um tal número de atividades letivas que o transformaram no maior instituto católico do Extremo-Oriente. Ali estavam incorporados dois seminários para seculares, uma Universidade, dotada de Faculdade de Letras, Filosofia e Teologia, uma escola elementar e escola de Música e Artes Plásticas. Assim, ensinavam-se em Macau as primeiras letras até aos mais altos conhecimentos da Sagrada Teologia. Tinha um mestre de ler, escrever e contar; dois mestres de Latim e um de Filosofia; dois de Sagrada Teologia; um de Moral e Casos de Consciência e um Prefeito de estudos. Na Igreja do Colégio conferia-se um grau em Artes aos que mereciam. O Colégio dispunha de outras dependências como uma Farmácia, ou “Botica”, a melhor de Macau, e até de uma tipografia de caracteres móveis, a primeira que os Jesuítas trouxeram para Macau e para o Japão (1588). A primeira obra impressa nesta oficina foi o relato de uma embaixada que os japoneses enviaram ao Papa Gregório XIII (1572-1585). No Colégio também se guardava o Arquivo da Província Jesuíta e instalara-se uma biblioteca com mais de 5.000 volumes. O colégio acompanhava o progresso de estabelecimentos de ensino similares (Azevedo, 1984: 12-13).

Em 1594, esta instituição universitária já contava com mais de 200 estudantes e 59 professores Jesuítas. O número de estudantes continuou a aumentar devido à intensificação do trabalho missionário no Oriente. Inúmeros estudiosos de mérito reconhecido passaram pelo Colégio: Alessandro Valignano (1578-1606), fundador do colégio e promotor do estudo das línguas japonesa e chinesa. O padre Valignano, Visitador jesuíta no Oriente, logo depois da primeira visita efetuada a Macau, em 1577-1578, delineou uma estratégia mais adaptada às realidades locais, sugerindo aos missionários uma prévia aprendizagem da língua e dos costumes chineses (Loureiro,

1999: 38), assinalando, numa das suas cartas que *era coisa muito acertada que alguns dos nossos aprendessem a língua mandarim*, adiantando que dois dos padres residentes em Macau já se dedicavam a tal tarefa (Valignano, 1960: fl. 75. apud Loureiro, 1999: 38) Graças às suas qualidades humanas e teológicas excepcionais, Valignano foi escolhido, em 1572, para encabeçar a implementação da Missão do Japão e mesmo de todo o Oriente remoto, e em 1589 compilou um vasto compêndio narrativo intitulado *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales*⁸⁰ (Gonçalves, 2008: 355; 357).

A Valignano se deve a visão estratégia e sábia de dissociar os missionários da Companhia da imagem de estrangeiros europeus bárbaros. Ao definir os princípios gerais para a missão no país, elegeu como primacial a atenção aos valores intelectuais e espirituais dos chineses; o domínio perfeito da sua língua e a manipulação de conhecimentos científicos e técnicos (Valignano, 1944: 214 e ss. apud Franco, 2006: 221).

De entre as figuras ligadas ao Colégio, destacam-se Michelle Ruggieri e Matteo Ricci, coautores do Dicionário Português-Chinês, o primeiro Dicionário europeu de Chinês. O padre Matteo Ricci foi um grande pioneiro dos estudos sinológicos, estabelecendo em Pequim as bases de uma missão jesuíta, que num lento e elaborado processo de aculturação, passava pela adoção pelos missionários de práticas sociais chinesas e pela aprendizagem da língua sínica. (Idem, *Ibidem*). Foi também o Padre Matteo Ricci quem se preocupou em encontrar nas tradições chinesas os elementos que se podiam harmonizar com os preceitos cristãos, iniciando-se um processo de inculturação que levou a introduzir na China arquétipos mentais que de uma certa maneira lhe eram estranhos (Colla, 2008: 409). Matteo Ricci, juntamente com outros Jesuítas italianos e portugueses (António de Almeida, Álvaro Semedo, Francisco de Petris, António Magalhães, Lazzaro Cattaneo, João Soeiro, etc.) foram os precursores de tantos outros Jesuítas, como os mais conhecidos Longobardi, Schall, Le Comte, Verbiest, Gaubil, Amior, entre tantos outros, que ensaiavam um diálogo com a cultura sínica, pela qual ficaram fascinados.

O jesuíta italiano Michelle Ruggieri, escolhido pelo Visitador Alessandro Valignano, foi um dos jesuítas que conseguiu, no ano de 1579, penetrar no interior da China pela via da feitoria portuguesa de Macau, abrindo assim caminho a Matteo Ricci para que este iniciasse, em 1583, a introdução do Cristianismo no Império celeste, ao receber a primeira autorização por parte das autoridades chinesas para fixar a sede da sua empresa em Shiu-Hing, da província de Kuan-gkung (Franco: 2006, 221-222).

Outras figuras ligadas ao Colégio foram

João Rodrigues, que organizou o primeiro Dicionário europeu de japonês, o Nippo Jisho;

Johann Adam Schall von Bell, conselheiro do Imperador Shunzhi, diretor do Observatório Imperial e do Tribunal das Matemáticas;

Alexandre de Rhodes (1630-1640), autor do Dicionário Vietnamita-Português-Latim, publicado em Roma, em 1651;

Michal Boym (1643), professor no Colégio, autor de numerosas obras sobre a fauna, flora e geografia asiáticas;

Ferdinand Verbiest (1659), matemático e astrónomo, corrigiu o calendário chinês, foi Chefe do Conselho de Matemática e Diretor do Observatório;

Tomás Pereira, considerado o introdutor da música ocidental na China, emissário do Imperador Kangxi no Tratado de Nerchinsk;

Manuel Dias (Yang MaNuo), introdutor do telescópio na China apenas três anos após Galileu o ter divulgado;

Martino Martini, cartógrafo e historiador; Giulio Alenio; Xu Guangqi: mandarim católico, agrónomo, astrónomo e matemático.

Alguns dos trabalhos produzidos pelos religiosos Jesuítas e pelos seus colaboradores chineses foram impressos em Macau, que por processos xilográficos, quer em tipografia de caracteres móveis. (Loureiro, 2005: 664).

Obras como o extenso tratado *De Missione Legatorum Iaponensium*⁸¹, elaborado sob a responsabilidade do padre Duarte de Sande e impresso em Macau em 1590, relatava a jornada efetuada a alguns países europeus por quatro jovens embaixadores japoneses. Mas a determinada altura incluía um largo capítulo sobre a China, no qual figuravam já algumas novidades recolhidas por Matteo Ricci.

⁸⁰ Valignano, Alessandro. (1944) *Historia del Principio y Progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales*, Josef Wicki, s.j., (Ed.), Roma.

⁸¹ Sande, Duarte de S.J. (1590) *De missione legatorum Iaponensium ad Romanam curiam, rebusq, in Europa, ac toto itinere animaduersis dialogus*, Macau: Companhia de Jesus.

Outras publicações contribuiriam em breve para difundir em Portugal, e na Europa, as informações recolhidas pelos missionários Jesuítas, que circulava eficazmente através de um elaborado sistema de *Cartas Anuas* (Loureiro, 1999: 39).

O Colégio de São Paulo de Macau teve enorme influência na aprendizagem pioneira das línguas e culturais orientais, abrigando os primeiros sinólogos ocidentais, como Matteo Ricci, Johann Adam Schall von Bell e Ferdinand Verbiest, entre muitos estudiosos notáveis da época.

Tornou-se um centro asiático de formação de missionários católicos e contribuiu significativamente na difusão do Catolicismo na China e em todo o Extremo Oriente. Neste processo, os missionários funcionaram como mediadores culturais, incluindo no programa de “evangelização” do Extremo Oriente a vontade de sublinhar as semelhanças entre o mundo ocidental e o mundo oriental, facilitando de alguma forma uma assimilação religiosa (Colla, 2008: 403).

Funcionando como um importante ponto de partida de missionários católicos para os diferentes países da Ásia Oriental, principalmente o Japão e a China, desenvolveu-se interligado com o próspero comércio entre Macau e Nagasáqui, no que ficou conhecido como Período Nanban.

Em 1639, depois de uma revolta atribuída à influência religiosa, o Catolicismo foi banido no Japão e os portugueses foram expulsos. O Colégio tornou-se então um refúgio para os sacerdotes em fuga.

Os Jesuítas abandonaram-no em 1762, quando foram expulsos pelas autoridades portuguesas, durante a extinção da Companhia de Jesus.

Em 1835, os edifícios foram destruídos por um incêndio.

Da Igreja, restou uma imponente fachada de granito e uma escadaria monumental, mas pouco do colégio.

Em 2005, as Ruínas de São Paulo, nomeadamente a fachada da Igreja da Madre de Deus, foram incluídas no Centro Histórico de Macau, por sua vez incluído na Lista do Património Mundial da Humanidade, da UNESCO.

4.1. Arquitetura do Colégio: tradição e modernidade

Em termos arquitetónicos, é curioso observar que até 1930, quase todos os edifícios de estilo ocidental em Macau foram concebidos por homens sem qualificações académicas adequadas, tendo estes criado edifícios segundo padrões e modelos culturais e arquitetónicos que não compreendiam na sua totalidade. O resultado foi uma excessiva preocupação pelo estilo, o que entrou em conflito com a integridade das edificações e com a coerência de todas as interpretações das regras estabelecidas para a composição e design. Os edifícios eram sobretudo exercícios de gosto pessoal, mais do que uma abordagem técnica correta e erudita. Estes edifícios, combinados com arquétipos locais e tradições arquitetónicas, como o *fengshui*, construindo o discurso arquitetónico sobre uma mistura viva, rica e por vezes irónica pelos seus contrastes.

É necessário ter em conta que os planos arquitetónicos eram discutidos em chinês, português e muitas outras línguas, muitas vezes com incorreções linguísticas e gramaticais. A Igreja de São Paulo, ou aquilo que restou desta, é o *ex-libris* de Macau. As ruínas de hoje são aquilo que restou da segunda igreja jesuíta, construída entre 1602 e 1638. Julga-se que foi arquitetada pelo padre Carlos Spínola, um jesuíta italiano. O desenho da fachada é puramente europeu, a composição inspirada pelas igrejas construídas na segunda metade do século XVI em Milão e Génova, mas os detalhes e alguns recursos são chineses. A fachada, com a sua composição invulgar, foi construída com granito local e dividida em quatro vãos horizontais, coroada por um frontão triangular. As outras paredes, destruídas no fogo de 1835, foram construídas com decorações de granito. O teto da catedral era de madeira, coberto de telhas de cerâmica. Esta fachada europeia, contudo, é ricamente decorada com relevos, como cenas litúrgicas, pictogramas chineses e monstros mitológicos (Marreiros, 1987: 98-100). A Igreja divide-se em ordens, numa harmonia perfeita, cada uma delas apoiada em colunas dóricas, com a sua decoração própria. Entre os diversos elementos da simbologia que a ornaram destacam-se, no segundo plano, aberto por três largas janelas, as estátuas de São Francisco de Borja, Santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier e São Luís de Gonzaga. Na terceira ordem,

à esquerda, lê-se em caracteres chineses a seguinte inscrição: *Lembra-te da morte e que não deverás pecar* (Azevedo, 1984: 16).

A mistura entre a arquitetura ocidental e a chinesa é característica de Macau. A razão principal para esta emergência é que o arquiteto europeu não podia, ou não queria, controlar todos os detalhes da construção que eram executados pelos trabalhadores chineses e japoneses. No caso de São Paulo, o arquiteto Spínola permaneceu em Macau somente entre 1602 e 1604, deixando a catedral para ser completada na sua construção por locais (Marreiros, 1987: 98-100).

5. Considerações Finais

No que diz respeito à atividade realizada pelos Jesuítas nos espaços extraeuropeus, a Companhia de Jesus foi a ordem religiosa com maior impacto na propagação do Cristianismo durante os séculos XVI e XVII. A presença franciscana, dominicana ou agostiniana não tiveram a mesma amplitude e influência no Oriente, ou pelo menos, a sua influência não foi tão mediatizada. No caso do Japão, e também no caso de Macau, os Jesuítas transpuseram o plano religioso, intervindo no plano político e económico. O estabelecimento de estreitas relações e de alianças com os poderes centrais permitiram aperfeiçoar e regular estratégias de conversão (Oka, 2008: 359). Conforme afirma Rafael Ávila de Azevedo: *Os Jesuítas, com o seu extraordinário ardor missionário, o elevado nível da sua cultura humanística, e da sua formação pedagógica, podem ser considerados os pioneiros da expansão da cultura portuguesa em Macau* (Azevedo, 1984: 10).

Paralelamente, os Jesuítas envolveram-se no trato comercial entre Macau e o Japão, aproveitando os ganhos destas atividades para estabelecer uma base económica de sustentação e expansão da missão no Extremo-Oriente (Oka, 2008: 359).

A ousadia da Companhia de Jesus revelou-se particularmente frutífera no campo de missão da China. Em nenhum outro campo de missão se revelou tão amplo e tão consequente como ali. Os missionários Jesuítas tentaram conquistar a simpatia, a admiração e o acolhimento dos chineses não só pelos interesses comerciais, mas também

pela revelação de conhecimentos nas áreas da matemática, da astronomia, da geometria, que eles ainda não possuíam. Em particular pela ciência, os missionários Jesuítas conseguiram ganhar, num longo e acidentado percurso, a confiança dos letrados da corte chinesa, sendo chamados a prestar destacados serviços no campo da ciência, da técnica e até no plano da diplomacia, como acontecera, de modo análogo, no Japão (Franco, 2006: 222-223).

Esta missão jesuíta, instalada em território imperial, permitiu a obtenção de renovadas informações sobre todos os quadrantes da realidade chinesa, contribuindo assim decisivamente para alargar e aprofundar o conhecimento europeu do Império. Os padres da Companhia de Jesus assumiram o papel de informadores oficiosos, canalizando para Portugal um inesgotável manancial de dados factuais, largamente aproveitados pela literatura ultramarina portuguesa (Loureiro, 1999: 38). Como afirma Elisabetta Colla: *A história da China na época moderna, até 1773, era sem dúvida nenhuma a história da Companhia de Jesus no Império do Meio* (Colla, 2008: 407).

O Colégio de São Paulo revelou-se um expoente máximo da atividade de globalização educativa dos Jesuítas, transformando-se no mais prestigiado instituto católico do Extremo-Oriente. Na perspectiva de universalização do Cristianismo da Companhia de Jesus insere-se também a rede de colégios Jesuítas. Para os inicianos, a mais alta finalidade das Descobertas é a conversão dos povos ao Catolicismo e a integração no corpo místico e institucional da Igreja na qualidade de batizados. Na plena consciência do seu perfil maleável, a Ordem de Santo Inácio percebeu que estava vocacionada para uma ação concertada em vários cenários de missão, investindo na formação intelectual dos seus membros, reinventando soluções para os novos desafios missionários que a modernidade lançou à Igreja (Pécora, 1994: 50).

Assim como aconteceu em outros campos de missão, a abertura de um Colégio às Portas da China, que se veio a revelar tão qualificado e qualificador pelo seu nível de ensino e pelos professores e alunos que ali conviveram e produziram saber, revelou-se um facto histórico da maior importância para história das relações culturais e religiosas entre o Oriente e o Ocidente. Além de qualificar o labor missionário dos Jesuítas,

preparando os seus membros para dialogar com as culturas muito aperfeiçoadas da China e do Japão e também de outros povos circunvizinhos do Extremo-Oriente, este colégio permitiu a formação de homens de cultura que vão contribuir para um intercâmbio significativo de produtos civilizacionais da maior relevância nesta época charneira da protoglobalização.

Traduzem-se obras científicas e pedagógicas quer da cultura portuguesa e europeia, quer dos povos missionandos, nomeadamente da China, elaboram-se histórias desses povos à luz da metodologia historiográfica ocidental, adaptam-se manuais didáticos conformes às práticas locais, destacando-se em todo este processo figuras intelectuais pioneiras no pensamento e no estabelecimento de uma visão moderna das relações entre os povos e culturas, dos quais Matteo Ricci é a mais emblemática.

Só um colégio com um programa de ensino bem estruturado, exigente, atento aos desafios das culturas e dos povos para onde teria de enviar os seus formandos poderia produzir uma plataforma de trocas culturais que se veio a tornar da maior relevância para a história do encontro e intercâmbio entre povos e culturas.

Referências bibliográficas:

1. Livro:

- Amaro, Ana Maria. (1998) *O Mundo Chinês. Um longo diálogo entre culturas*, Volume 1, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Azevedo, Rafael Ávila de. (1984) *A Influência da Cultura Portuguesa em Macau*, Biblioteca Breve, Série História, Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, Ministério da Educação.
- Barreto, Luís Filipe (2006), *Macau: Poder e Saber – Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Presença.
- Boxer, Charles Ralph. (1991) *Estudos para a História de Macau, Séculos XVI a XVIII*, 1.º Tomo, Lisboa: Fundação Oriente.
- Franco, José Eduardo. (2006) *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*, *Das Origens ao Marquês de Pombal*, vol. 1, Lisboa: Gradiva.
- Loureiro, Rui Manuel. (1999) *Guia de História de Macau, 1500-1900*.
- Mesquitela, Gonçalo. (1996) *História de Macau*. Volume I – Tomo I. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Oliveira e Costa, João Paulo. (1998) *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís de Cerqueira*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, Lisboa.
- Pécora, Alcir. (1994) *Teatro do Sacramento: A Unidade Teológico-Retórico-Político dos Sermões de Antônio Vieira*, São Paulo, EDUSP.
- Ramos do Ó, Jorge. (2003) *O Governo de Si Mesmo: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*, Lisboa: Educa.

Sande, Duarte de S.J. (1590) *De missione legatorum Iaponensium ad Romanam curiam, rebusq, in Europa, ac toto itinere animaduversis dialogus*, Macau: Companhia de Jesus.

Valignano, Alessandro. (1944) *Historia del Principio y Progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales*, Josef Wicki, s.j., (Ed.), Roma.

Valignano, Alessandro. (1960) *Livro das Cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*. Edição de Francisco Paulo Mendes da Luz, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Varela, Julia e Alvarez-Uría, Fernando. (1991) *Arqueología de la Escuela*, Madrid, Ediciones Endymion.

2. Capítulo/Artigo de Livro:

Colla, Elisabetta. (2008) “Estudar o impacto do Cristianismo na China: comparações por analogias versus saber ver”, In Pinto, Paulo Mendes, Teixeira, Alfredo (Dir.), *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionaçãõ no Império Colonial Português*, Ano VII, n.º. 13/14, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Couto, Jorge. (2008) “A difícil aceitação pela Companhia de Jesus do múnus da instrução”, in Henrique Leitão (Coord.), *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*. Lisboa: BNP, pp. 12-19.

Gonçalves, Rui Coimbra. (2008) “Alessandro Valignano, teólogo e missionário”, in Pinto, Paulo Mendes, Teixeira, Alfredo (Dir.), *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionaçãõ no Império Colonial Português*, Ano VII, n.º. 13/14, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Loureiro, Rui. (2005). “História de Macau”. In Cristóvão, Fernando (Dir. e Coord.), Maria Adelina Amorim, Maria Lúcia Garcia Marques, Susana Brites Moita. *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 663-666.

Marreiros, C. (1987) “Traces of Chinese and Portuguese Architecture”. In Cremer, R. D. (Ed.). *Macau, City of Commerce and Culture*, Hong Kong: UEA Press Ltd, 1987, pp. 87-102.

Mourão, José Augusto. (2008) “Gramatização e Missão”, In Pinto, Paulo Mendes e Teixeira, Alfredo (Dir.), *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionaçãõ no Império Colonial Português*, n.º 13/14, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Oka, Mihoko. (2008) “Os Jesuítas e o comércio entre Macau e o Japão”, in Pinto, Paulo Mendes e Teixeira, Alfredo (Dir.), *Revista Lusófona de Ciências das Religiões, Vieira e a possibilidade de um novo mundo: Missionaçãõ no Império Colonial Português*, n.º 13/14, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Urbano, Carlota (2009). “O Padre Antônio Vieira e a Companhia de Jesus”, in José Eduardo Franco (coord.), *Entre a Selva e a Corte: Novos Olhares sobre Vieira*, Lisboa/Florianópolis, Esfera do Caos.

3. Artigo de Revista:

Barreto, Luís Filipe (2006). “A Herança dos Descobrimentos”, *Revista ICALP*, Instituto Camões, edição online, pp. 1-13:

15) **FRANCISCO MADRUGA, EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS**
[HTTP://WWW.CALENDARIO.PT](http://www.calendario.pt)



FRANCISCO FERNANDES MADRUGA, Nascido em Mogadouro, Distrito de Bragança a 6 de maio de 1957, vive em Vila Nova de Gaia desde os 4 anos, foi sócio fundador das Editoras Campo das Letras, Campo da Comunicação, do Jornal “*Le Monde Diplomatique*” edição portuguesa e da Empresa de Comércio Livreiro, distribuidora da Editorial Caminho.

Foi membro da Comissão Organizadora do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Trabalhou no Jornal “Norte Popular” e foi colaborador permanente do jornal “A Voz do Nordeste”.

Teve colaboração regular nos Jornais “Nordeste”, “ Mensageiro de Bragança” e “ Informativo”.

Editou em colaboração com a Revista “BITÓRÓ” a Antologia “Novos Tempos Velhas Culturas.

Foi fundador do Fórum Terras de Mogadouro e responsável pela respetiva revista.

Foi membro da Direção da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros durante 2 mandatos.

Foi Fundador da Calendário de Letras, projeto Cultural onde desenvolve a sua atividade profissional.

Convidado a estar presente em anteriores colóquios foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, e em 2011 para ir a Macau, divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses (e dos Açores) como Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, etc.

É editor da futura Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos de Helena Chrystello e Rosário Girão, para o currículo escolar dos Açores.

Igualmente editará a Antologia ou Anuário dos trabalhos dos Colóquios.

[INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.](#)

[É SÓCIO FUNDADOR DA AICL](#)

[É PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA AICL.](#)

TEMA 3.6 A IMPORTÂNCIA DO LIVRO NA PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS NO CONTEXTO DA LUSOFONIA- FRANCISCO MADRUGA, EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS, VILA NOVA DE GAIA, PORTUGAL

Várias vezes tenho sido questionado por muitos sobre a importância destes colóquios, o que fazemos, o que discutimos, o que concluímos e mais importante do que isto, que resultados práticos para a “dita preservação das línguas no contexto da lusofonia”.

Nem sempre é fácil explicar a pessoas tão diversificadas a importância dos Colóquios e ainda mais difícil traduzir por palavras o enorme esforço de investigação que muitos dos participantes fazem no estudo de autores e da sua obra, das tradições e da inter-relação entre os vários países da Lusofonia.

Juntar tudo isto não é fácil nem será no futuro atendendo às enormes disparidades entre estes países. O trabalho desenvolvido nas Universidades e Politécnicos conduzirá a resultados palpáveis no aprofundamento destas realidades que como é sabido tem interessado académicos dos mais diversos países fora do contexto da Lusofonia.

Se é verdade que todo este trabalho está compilado não é menos verdade que não basta traduzir obras de autores para eles estarem automaticamente disponíveis. De igual modo a recolha, registo e publicação de trabalhos de investigação em torno dos dialetos enriquece em grande medida o estudo das diversas línguas. É verdade que estou a ir por um caminho polémico de uma área que não domino mas que pretendo refletir com todos vós e dar o salto para aquilo que verdadeiramente me fez estar aqui a partilhar experiências. Não vos vou falar de mercado, do valor da língua (a língua não tem preço), da edição dos livros, da distribuição dos livros. Pretendo nesta curta intervenção deixar espaço para o diálogo se assim o entenderem. Ou talvez vá, quem sabe não acabaremos inevitavelmente a conversar sobre isso mesmo.

Nesse contexto poderia iniciar o diálogo “o que faz falta”:

O que faz falta é uma política cultural de incentivo às trocas entre os diversos países onde se fala português.

O que faz falta é o apoio aos autores, editores e distribuidores que permita fazer chegar aos quatro cantos do mundo o que de melhor se escreve e edita.

O que faz falta nem sempre se resolve com dinheiro ou com mais dinheiro.

O que faz falta pela experiência das ténues trocas dentro do mercado lusófono são no fundamental as seguintes:

- Preços de transporte comparticipados.
- Facilidades aduaneiras na entrada dos livros.
- Apoio em cada país à distribuição e comercialização de livros em língua portuguesa.
- Constituição de um fundo de garantia a estas trocas comerciais.
- Apoio a deslocação de autores para promoção das suas obras.
- Organização de Feiras do Livro que permita dar a conhecer o que de melhor se faz em cada país.

É que não basta subsidiar para publicar. Talvez na última década o governo português através do IPLB selecionou um conjunto vasto de autores e de obras de clássicos de língua portuguesa a cuja edição puderam concorrer as editoras portuguesas. Obras de autores publicados estavam há muito esgotadas. Toda esta ação foi

acompanhada de uma intensa campanha de divulgação nos órgãos da comunicação social e com suportes nos próprios locais de venda. Apesar de esta ação constituir uma importante contribuição para a divulgação dos clássicos isso não foi decisivo para o êxito dos princípios enunciados. E tal aconteceu atendendo a que não existiu uma atitude concertada entre os ministérios da Cultura e da Educação.

Enquanto a Cultura dava um empurrão á Edição a Educação continuava a insistir nos programas com autores estrangeiros e autores mais mediáticos.

Mais recentemente o PNL (Plano Nacional de Leitura) recentemente alargado a todo o território nacional veio consolidar uma parceria público privada para disponibilização de meios para aquisição de livros e audiovisual para bibliotecas municipais e escolares. Mesmo neste contexto a seleção de livros da responsabilidade de um comissário nacional não tem tido em conta a proteção e o incentivo aos livros de autores lusófonos.

O caminho que se está a seguir é o inverso e tende a concentrar estas trocas comerciais com os grandes grupos editoriais que se vão instalando nos países mais desenvolvidos, como o Brasil, ou naquelas com mais oportunidade de negócio no futuro como Angola ou Moçambique. Nesta área também tem estado completamente esquecida a relação com a Galiza e as relações preferenciais com as suas Universidades, nomeadamente Santiago de Compostela, berço de Encontros, Tertúlias, estudo de autores e suas obras de um e de outro lado da fronteira.

Nada se fará sem o apoio efetivo dos governos dos diversos países. Basta lembrar o protocolo assinado com o governo da Galiza para a realização do Salão do Livro Galaico Português. Realizou-se o I na Gare Marítima de Vigo e até hoje nada mais foi feito. Nos últimos 20 anos a APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) tentou em vão atrair para as suas feiras Editores e Autores do País Convidado no contexto da CPLP. Nada se conseguiu por falta de apoio das Embaixadas apesar das boas intenções. A continuação desta estratégia conduzirá inevitavelmente a que países com menos potencialidades, não de âmbito cultural e riqueza dos seus escritores, fiquem de fora desta dinâmica. Neste contexto deve ser obrigatoriedade da CPLP o incentivo a políticas de

inclusão no âmbito cultural e da edição a par do que já está a ser feito no âmbito da consolidação da língua portuguesa com apoios vários.

Só desta forma o livro chegará ao público a preços aceitáveis para o cidadão comum. Talvez por isso ou melhor na falta disso, se percebe o porquê de se venderem tão poucos livros portugueses no Brasil e tão poucos livros brasileiros em Portugal.

Não me esqueço dos restantes países mas aí temos que investir ainda mais pois teremos que começar a construir desde a base.

O livro terá que deixar de ser o parente pobre nas relações entre os nossos países. Não entender esta importância no nosso século conduzirá inevitavelmente a um afastamento progressivo depois de 5 séculos de história comum. No século em que as novas tecnologias surgem como um avanço nos conteúdos e em que a informação circula a uma velocidade vertiginosa isso não significa que a mesma esteja disponível para a grande maioria das pessoas. Neste século o fenómeno da destruição dos livros vem pelo lado económico enquanto em séculos anteriores vinha por motivos religiosos, políticos ou de outra índole.

Neste século e no último ano venderam-se em todo o mundo 20 milhões de IPOD's cuja desatualização está aí com um mais poderoso instrumento a ficar disponível dentro de meses. A tudo isto o livro em suporte de papel tem resistido e é com este suporte que vamos ter que continuar a conviver com as novas tecnologias e com a incerteza de sempre:

- Depois de escrever o meu livro quem mo vai editar?
- Quantas cartas e e-mails terei que enviar para alguém me responder?
- Valerá a pena partilhar conhecimento?

Estas são algumas das questões que penso continuam atuais mas que depende de todos nós sabermos transformar as mentalidades e exigir que no plano cultural se nivele por cima os conteúdos e não se permita uma política de consumo imediato que não dá inserção histórica ao conhecimento.

16) **HELENA CHRYSTELLO, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA**



MARIA HELENA FERREIRA DA COSTA SIMÕES CHRYSTELLO é Vice-presidente da direção, membro dos comités científico e executivo dos colóquios desde o primeiro dia, preside ao secretariado e é moderadora de sessões.

Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema “Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso” pela Universidade Aberta.



Possui curso superior de secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Lecionou, desde 1976/1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).

Foi assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002/2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, Australia, (1995-2005).

Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986/1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais, com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade.

Pertence à ACT/CATS 'Association Canadienne de Traductologie'.

Prepara, atualmente, em colaboração com a professora Doutora Maria Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) uma Antologia de escritores contemporâneos açorianos para incluir no currículo regional em 2010

É Vice-Presidente da Comissão Executiva, membro da Comissão Científica e Preside ao Secretariado Executivo dos Colóquios da Lusofonia (em Bragança e S. Miguel, Açores). Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009.



INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL

É VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AICL.

17) **ILYANA CHALAKOVA, UNIVERSIDADE DE SÓFIA "ST. KLIMENT OHRIDSKI", BULGÁRIA**

ILYANA CHALAKOVA é de nacionalidade búlgara, licenciada em Filologia Portuguesa e mestre em Tradução e Redação, e pela segunda vez mestranda em Estudos sobre as Mulheres. Doutoranda em Literatura Portuguesa Contemporânea.

Presentemente trabalha como professora universitária de língua e cultura portuguesas na Universidade de Sófia, como jornalista para o serviço económico sobre Portugal da ADP News, e tradutora.



Tem interesses nas áreas das literaturas contemporâneas de expressão portuguesa e texto dramático português, dentro dos temas da teoria feminista, da representação do corpo e do erotismo; literaturas pós-coloniais de expressão portuguesa; literatura marginal portuguesa; o texto dramático em português e presentes e possíveis relações intertextuais com autores italianos; transferências culturais por meio da tradução. Publica tradução e crítica literária na imprensa e edições especializadas na Bulgária, Portugal e Europa Central e do Leste.

Publicações principais:

“Níveis de construção do contraste na escrita feminina de Paulina Chisinau. Dicotomias presentes e possíveis”, in *Atas do Colóquio Internacional de 15 Anos de Filologia*

Portuguesa Universidade de Sófia “St. Alimenta Ohridski”, Nov.º 07. Já tomou parte em vários Colóquios da Lusofonia desde 2007

TEMA 3.5. FRENTE FEMININA: O COLETIVO E O (DES)IGUAL OU SERÁ O FEMINISMO BRANCO MAU PARA A ESCRITORA NEGRA? ILIYANA CHALAKOVA UNIVERSIDADE DE SÓFIA “ST. KLIMENT OHRIDSKI” BULGÁRIA

O presente trabalho parte, como princípio de análise, do comparativismo literário, questionando a possível transportação de conteúdos do ensaio literário de Virginia Woolf para o universo romanesco de Paulina Chiziane. O experimento analítico estabelece paralelismo entre as considerações socioliterárias da autora inglesa e as temáticas ficcionais da primeira romancista moçambicana. O que, para além da comparação textual, o foco do trabalho pretende é dar resposta, positiva ou negativa, à pergunta: é possível empregar um inventário, marcada e marcadamente ocidental, na interpretação de fenómenos e vivências palpantemente africanos?

Mais, até que ponto é lícito, genuíno, tal paralelismo interpretativo dentro da diferenciação genérica global, isto é, pensando a mulher por oposição ao homem, e na subdiferenciação introgenérica regional, isto é, refletindo as várias faces de Eva no contexto dos seus mais variados habitáculos?

E ainda, será definível um debate ou alguns debates que nos possam servir de fio intercomunicador entre os problemas na instância dos universos femininos distintos ou cada um deles persiste em estado imutável e intransitável, renegando desta forma a ideia da fluidez?

O pensamento analítico nesta pequena digressão serve-se dos ensaios Um Quarto que Seja Seu, Três Guinéus e Profissões para Mulheres de Woolf, procurando a transposição explicadora no romance Niketche. Uma História de Poligamia de Chiziane.

Palavras-chave: escrita no feminino, universo feminino, feminismo negro, gênero, coletivismo.

1. A contribuição de uma perspectiva *marginal*

O empenho que o feminismo, especialmente o da primeira e o da segunda vaga, empregou na definição da mulher por diferenciação do homem, onde apenas o título do trabalho emblemático de Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo, é significativo da instituição da tal diferença, induziu obviamente à imprecisão da generalização. O espírito universalista no feminino, que via o seu principal inimigo no sexo oposto, tentou definir a opressão da mulher separadamente da especificidade das suas condições sociais de classe ou originalidade.

O objetivo foi claramente universal: “*To assume that all women irrespective of background have more in common with each other than with men*” (Humm 1986: 105). A generalização, como é óbvio, foi feita a partir das limitações de um debate feminino quase exclusivamente branco e de classe média-alta e/ou alta, baseando-se na experiência de um ponto de vista largamente partilhado, mas não exclusivo, e ignorando a riqueza de outros tipos de experiência da condição de mulher.

O olhar politicamente centrado da mulher branca marginalizou o tratamento do tema da mulher por outros grupos, como o da mulher negra. Já que partiu do lugar do marginalizado, é natural que o(s) debate(s) negro(s) sobre a mulher se tenha desenvolvido em forma de uma recusa à moldura cultural dada pelas pioneiras brancas. Desta maneira, “*the process of analysing the historical and contemporary positions of Black or lesbian writing, in itself, challenges some of the central categories and assumptions of mainstream feminist criticism*” (Humm 1986: 104). Ou seja, as mulheres negras viram necessidade em falar sobre as suas próprias experiências e assinalar algumas das diferenças que podiam

propor uma perspectiva diferente de significação que complete o leque da crítica feminista ou lançar uma plataforma distinta, totalmente nova, de apreciação da vivência feminina.

1.1. *Black Feminism*

O que ficou denominado como *Black Feminism* parece ter abraçado tanto a primeira ideia – a de criar uma visão completa de mulher, como a segunda – a da elaboração de uma teoria feminina nova. A primeira linha tinha como principal desafio provar às outras mulheres negras que o feminismo não era propriedade exclusiva das mulheres brancas. Em segundo lugar vinha a demanda de poderes partilhados e reconhecimento com posterior afirmação da diferença. A tarefa política que se punha ao feminismo negro era o combate contra as tendências de misoginia do nacionalismo negro.

É indicativo que nos primeiros dois casos as considerações surgiam sempre em relação ao agente feminino branco que era simultaneamente *seu* porque feminino e *alheio* porque branco. De modo que se consciencializava um estado de pertença a uma frente comum, feminina, mas de características internas distintas e parece que, sim, desiguais. Quanto ao segundo braço do feminismo negro, será, na nossa opinião, mais que contestável a definição de um novo ser, isto é, a mulher negra, que não partilhe características suficientes para fazer parte da frente comum feminina e constituindo por conseguinte um novo ponto que expanda a luta feminista à forma de triângulo⁸². A definição de Patricia Hill Collins apresenta-se como mais conciliadora visto que sublinha as características de uma espécie de filosofia que representa o feminismo negro, cujo esforço concentra-se em oferecer um ângulo único do pensamento das mulheres negras acerca do *eu*, da comunidade e da sociedade. Ou seja, a discussão das políticas da identidade tornam-se um importante constituinte da perspectiva negra do feminismo.

⁸² A ideia que Alice Walker e outras *womanistas* defendem que as mulheres negras experimentaram uma opressão diferente e mais intensa em comparação com as mulheres brancas, não é bastante para introduzir um novo conceito de matéria, já que o paralelismo se constrói à volta do mesmo ser –

a mulher, além de ser, à partida, equívoca a comparação de estados como a opressão. Reconhecemos, porém, que no que se refere à discriminação, o elemento feminino negro tende a acumular mais desfavorecimentos, ou sofrer da assim chamada múltipla discriminação.

Precisamente o debate identitário revelaria algumas tendências, paradoxais como é óbvio, de marginalização e ignorância dentro do próprio feminismo negro à semelhança da contraparte branca. Uma parte considerável do discurso do *Black Feminism* revela-se embebida dos problemas das mulheres negras, na sua condição de imigrantes, isto é, reduzindo a perspetiva ao círculo de tais mulheres e a sua participação na vida social nos estados de características e tradições ocidentais. Ao mesmo tempo, a *corrente* muitas vezes reflete sobre as questões da singularidade étnica e cultural, como sendo exclusivas e explicativas de todas as espécies de obstáculos que as mulheres negras enfrentam (no ambiente branco! sublinhe-se mais uma vez). Exatamente esta especificidade do discurso do feminismo negro, ao restringir a *geografia* dos acontecimentos e as *razões* para os mesmos, acaba por ser ela própria discriminativa, já que se esquece muitas vezes que o que é *negro* no feminismo pertence, à partida, à expressão das visões e preocupações das mulheres negras do continente africano e no continente africano. É daquele espaço que se originou e origina o âmago da singularidade e daí os problemas de distinção e as tendências centrífugas.

As manifestações culturais lusófonas, neste sentido, oferecem uma possibilidade relativamente completa de aproveitamento das questões. Por um lado, dá-se a oportunidade de a condição de mulher ser refletida no seu estado primordial, isto é, no espaço de pertença – África; por outro, a imigração feminina das ex-colónias para a ex-metrópole, nestes tempos pós-coloniais, possibilitam o olhar específico sobre o sujeito/objeto feminino *descontextualizado* e sobre todos os problemas sociais, culturais e étnicas que disso decorrem.

Visto que as narrativas dos romances de Paulina Chiziane ainda não *imigraram*, a perspetiva do *Black Feminism* que a análise de Niketche claramente privilegiará será a primeira. O cruzamento do olhar interpretativo sobre o romance com a apreciação das considerações da obra ensaística de Virgínia Woolf justifica-se pela convicção na

impossibilidade de se decidir definitivamente a favor ou contra o pensamento essencialista, e a quase certeza que o estado mais provável de persistir é o da alternância das ideias sobre a essência com as outras sobre a individualização, as duas vertentes na tentativa de satisfazer o objetivo da transformação dos objetos femininos em sujeitos e a dignificação dos mesmos a fim de alcançarem o estado de igualdade das oportunidades e o melhoramento da condição de mulher.

1.2. O rádio *versus* o tambor

O facto de a literatura ser um método pacato de oposição e luta, ou como a própria Virgínia Woolf assinala “*a única profissão que aparentemente não passou por combates ao longo do século XIX*” (1978: 81), por si só já explica a preferência desta matéria para a reflexão no ensaio.

Mas, se dentro do feminismo negro nos vamos centrar na condição da mulher moçambicana no seu ambiente de origem, logicamente se põe a seguinte questão: porque ouvir o rádio quando se tem o tambor?⁸³ Ou porque usar o pensamento ocidental sobre a mulher quando o caso concreto que está em causa é africano e já mencionámos a existência de uma perspetiva de feminismo negro, se não autónoma e oposta então pelo menos específica e complementar?

Parte da resposta a esta pergunta, que aliás foi aludida na introdução anterior, contém-se na urgência da prática abstração da míope oposição com base em traços de diferença étnica e cultural, e a necessidade de se reconhecer, às vezes, a razão dos fundamentos das posições essencialistas, mesmo sem serem abraçados de forma absoluta; outra parte da mesma resposta prende-se com questões de cariz temporal no que diz respeito ao conteúdo da agenda feminina num determinado espaço cultural físico, a sua correspondência com fenómenos semelhantes ou mesmo iguais já passados para a

⁸³ Aludimos aqui à reflexão poética de José Craveirinha, no seu poema “Quero ser tambor”, sobre a função do instrumento na África para a propagação da informação, para a discussão dos problemas e a partilha das ideias.

perspetiva de outros espaços e a possibilidade da troca de conhecimento e, acima de tudo, experiência a fim de se chegar ao principal resultado que o feminismo de qualquer cor pretende obter – a dignificação da mulher. O paralelismo a seguir vem justificar estas nossas expectativas.

6. O corpo feminino como situação

Em “Variações sobre Sexo e Género: Beauvoir, Wittig e Foucault”, Judith Butler relembra a sugestão de Simone de Beauvoir de que o corpo faculta possibilidades de ser entendido como “situação” e isto, por si, representa “*uma alternativa para a polaridade de género da desencarnação masculina e a escravização feminina ao corpo*” (1985: 145).

A alternativa consiste na duplicidade do corpo em termos de significado. Por um lado, o corpo é material que se define dentro de um contexto social, carregado de significados sociais cuja interpretação é recebida em blocos estáveis. Por outro, o corpo, preenchido de significados culturais, permite operar escolhas de interpretação entre as tais sugestões de análise. Ou seja, o corpo contém um determinado conjunto de interpretações culturais de base, de entre as quais se opera uma escolha de reaproveitamento, ou reescrita, a partir de um ponto de vista, claro, subjetivo.

Sendo o conteúdo do corpo um conteúdo cultural, o corpo então engloba o leque das construções sociais que se interrelacionam com a cultura, inclusive as construções de género.

A suspeita que Beauvoir lança, por meio da ideia da duplicidade do corpo anteriormente exposta, recai sobre a naturalidade do corpo na sua vinculação com o sexo entendida como convenção cultural.

“*Se o género é um modo de existir o próprio corpo, e esse corpo é uma situação, um campo de possibilidades a um tempo recebidas e reinterpretadas, então género e sexo parecem ser questões inteiramente culturais*”, conclui Butler (1985: 145-146).

No caso concreto do romance de Paulina Chiziane teríamos igualmente uma questão cultural complexa baseada na apresentação de um *corpo-situação* que nos fornece tanto construções sociais de género feitas como margens para uma reinterpretação subjetiva dessas *latências* de género. A subjetividade da presente interpretação centrar-se-á nas questões envolventes a condição feminina que não suportam a carga específica do étnico e do cultural mas que se alargam a generalização de fenómenos que o agente social no feminino experiencializa na sua vivência com o agente social masculino. Niketche ofereceu-nos uma vasta gama de problemas do feminino cujo conjunto podemos denominar de **corpo de inscrições socioculturais**.

Dentro deste conjunto, e improvisando a *partitura* lançada por Molly Hite com o ensaio “Virginia Woolf’s Two Bodies”, distinguimos duas espécies de corpos, nomeadamente o **corpo social**, tido como presente, ou seja, as especificidades correntes da condição feminina, e o **corpo visionário**, ou seja, aquilo que ou presentemente é, existe, mas permanece oculto, oprimido, subjogado, silenciado, por construções tradicionais sociais, inclusive os de género, ou ainda não existe mas tem capacidade latente de se desenvolver gradualmente ou até mesmo de explodir numa reivindicação inesperada. Mais um corpo intrometer-se-á na *apreciação ocidental* do texto moçambicano, que é o **corpo erótico**, ou seja, o corpo da experiência carnal, que sofre em maior grau as reflexões especulares das inscrições socioculturais.

Como Hite assinala, partindo das palavras de Lily Briscoe em Rumo ao Farol “*It was one’s body feeling, not one’s mind*”, ao sublinhar as preferências pelas sensações físicas na obra de Woolf, o corpo é que permite a mais ilimitada experiência de êxtase. Este corpo recebe o nome de “corpo modernista feminino” (Hite 2000)⁸⁴.

Independentemente da perspetiva exclusivamente literária e estética, sobretudo da segunda parte do ensaio, a distinção que faz, como refere em função com o próprio ponto de vista de Woolf, tem importância vital para o nosso paralelismo, já nos fornece os dois

⁸⁴ “In effect this body was a second physical presence in fundamental respects different from the gendered body constituted by the dominant social order. This «visionary» body, a term I adopt

following Woolf’s own distinction between novels «of fact» and «of vision» was especially the subject of Woolf’s most experimental modernist fiction.” (Hite 2000)

principais lados da ótica ocidental pela qual será lida uma experiência de vida e de escrita moçambicana no feminino.

2.1. O corpo de inscrições socioculturais

A leitura rápida do penúltimo romance de Chiziane deixa a sensação de realidade controversa em termos de temporalidade. Por um lado, são várias as referências, especialmente a objetos de uso pessoal do dia a dia e à organização do quotidiano, que remetem para uma contemporaneidade inquestionável; por outro, o texto constrói um pano de universalidade dos acontecimentos que nem a intromissão dos pormenores étnicos e culturais conseguem apagar. Podemos dizer que este primeiro ponto, o do universalismo, constitui o primeiro grau de abstração a favor das ideias essencialistas. A suspensão do tempo que, defendemos aqui, é observada em Niketche, remeterá os problemas de cariz social a tempos não necessariamente equiparáveis ao tempo físico do romance, aos anos em que foi publicado. As características sociais expedirão o debate da condição feminina para o círculo das conversações do despontar da consciência feminina, ou seja, da assim chamada primeira vaga do feminismo.

Se aceitarmos o convite de Woolf de “*encarar criticamente a pobreza do nosso próprio sexo*” (1996: 33), física e também metafórica, teremos que principiar a reflexão por uma observação à primeira vista muito primitiva – a comida.

“*Para a estrutura humana, formada por uma mistura de coração, corpo e cérebro, unificada e não dividida em compartimentos separados, como acontecerá sem dúvida dentro de mais um milhão de anos, um bom jantar é extremamente importante para o desenvolvimento de uma conversa. Quando não se jantou bem, não é possível pensar bem, amar bem, e dormir bem. A lâmpada da inspiração não se acende, quando alimentada por bife e ameixas.*” (Woolf 1996: 33) avisa-nos Um Quarto que Seja Seu.

A alerta que nos é dada acentua tanto o lado da subsistência em vida do corpo físico da pessoa como a garantia da despreocupação que permitirá o desenvolvimento

intelectual. Vem sublinhado o facto que o “bom jantar” assegura tanto o progresso espiritual (o “pensar bem”) como a expressão do lado afetivo (o “amar bem”). A descrição que a autora inglesa faz do jantar a que textualmente assiste e a subsequente reflexão sobre o significado dos símbolos que o integram dialoga com a distinção de Chiziane de “*comidas masculinas e femininas. Na galinha, as mulheres comem as patas, as asas e o pescoço. Aos homens servem-se das coxas de frangos. A moela.*” (2008: 45). Embora se trate de duas diferentes práticas culturais, o paralelismo entre a galinha de Chiziane e o bife com ameixas de Woolf é significativo dos mecanismos discriminatórios, socialmente construídos, dessas mesmas práticas em relação às mulheres. A distribuição qualitativa da comida que é feita entre os dois sexos é ilustrativa da distribuição do poder que se estabelece pelo eixo masculino-feminino na esfera privada, como é o caso de Niketche, ou na espaço público, o que nos dá a conhecer o jantar em Um Quarto que Seja Seu.

A construção patriarcal das relações sociais reserva o poder para o homem, representando as *perturbações de ordem nutritiva* uma ameaça ao *status quo* do sistema. Tais perturbações correm o risco de restrição severa no mundo ocidental, ou de punição⁸⁵, no terreno africano, visto que tendem a inverter construções sociais e paradigmas culturais que favorecem o polo masculino do eixo em detrimento do feminino. Ou seja, a subjugação do último ao primeiro pretende ser conservada quer pelo ocidente quer pela África, o que equipara a este ponto o que de branco ou negro existe nas buscas do feminismo.

Woolf logicamente põe a questão dos efeitos que esta subjugação tem no bem-estar íntimo do feminino e da repercussão desta pobreza no espírito feminino⁸⁶. Por um lado, assistiremos a efeitos visíveis no espaço privado, que refletem diretamente na vida conjugal; por outro, a capacidade de síntese intelectual feminina e a sua expressão no espaço público será fortemente ameaçada pela falta de recursos e pela fraqueza física.

Os traços de prisão que o casamento tem para o feminino explicam-se principalmente com o problema das fontes de subsistência. Portanto, convém expor e

⁸⁵ Inclusive correndo risco de morte, tendo em conta a carga mágica de Niketche.

⁸⁶ “Por que é que os homens bebiam vinho e as mulheres água? Por que era um sexo tão próspero e o outro tão pobre? Qual o efeito da pobreza na ficção? Quais as condições necessárias para a criação de obras de arte? – umas perguntas faziam surgir outras.” (Woolf 1996: 39)

debater primeiro a questão da independência económica da mulher, enquanto uma das “filhas dos homens educados” ou feiticeira do norte de Moçambique à caça do homem rico do sul. “*A nossa surpresa ante a pobreza das filhas dos homens educados ou a sua economia é, no entanto, neste caso, uma emoção decididamente desagradável*” (1978: 59) reconhece com pena Woolf em Três Guinéus. A pena é principalmente devido à elevada educação dos progenitores que mesmo assim não conseguia abrir-lhes os horizontes para a captação e compreensão das debilidades do sistema patriarcal que, de tal maneira preso às convenções sociais, privava-se do uso de todo o recurso humano que o tecido nacional possuía. O apoio e o esforço femininos durante os anos da guerra são à pressa sufocados pelas reclamações masculinas contra a participação das mulheres no mercado de trabalho e a reivindicação dos territórios profissionais perdidos.

A digressão que Três Guinéus faz por este cenário, vislumbra na saudade de Tony em Niketche dos tempos em que as suas mulheres não trabalhavam nos negócios, tratavam das casas, das crianças mas principalmente das suas comodidades enquanto homem. Quer dizer, a liberdade que se deu ao feminino, por uma ou outra razão e de uma ou outra forma, tende a retirar-se-lhe por obstinação do masculino que vê o seu poder social, por meio puramente material, ameaçado. Tanto no contexto moçambicano como no ocidental à mulher é facultada a responsabilidade complexa pelo espaço privado enquanto ao masculino cabe atuar na esfera pública. Esta última, porém, é a que gera a riqueza expressa em condição material suficientemente boa para garantir a independência. O espaço privado procria mas nada produz em termos de valor monetário:

“o mundo, nos seus moldes atuais, se encontra dividido em dois serviços: o serviço público e o privado. Num mundo, os filhos dos homens educados trabalham como funcionários públicos, juizes, soldados, e são pagos por esse trabalho; noutro mundo, as filhas dos homens educados trabalham como esposas, mães, filhas – mas não são pagas

por esse trabalho? O trabalho de uma mãe, de uma esposa, de uma filha nada vale em dinheiro a pronto?” (Woolf 1978: 70)

A última frase oscila entre a indignação da dúvida e a amargura de uma realidade que se confirma. É também real para o conjunto das mulheres que povoa o romance de Chiziane⁸⁷. A parte introdutória do texto apresenta-nos as esposas de Tony num estado de extrema dependência do marido polígamo que construiu e sustenta em termos económicos os respetivos lares. As esposas são por exclusivo dedicados aos trabalhos domésticos, isto é aos papéis sociais a que Woolf se refere. A força do coletivismo, no entanto, é o que impele as mulheres a sair de casa e ir à procura de subsistência e, digamos mesmo, de realização profissional. Um acontecimento que já nos desenha os contornos de um corpo visionário no feminino, capaz de submeter à prova a ordem social e invertê-la até, já que depois de dado como morto, o marido vê-se privado da possibilidade de exercer o seu papel de gerador de riqueza para a família.

“Em resumo, podemos alterar a nossa posição de vítimas do sistema patriarcal, pagas além de cama e mesa, para as de campeãs do sistema capitalista, detendo um rendimento anual de muitas libras que, aplicadas devidamente, farão com que ao morrer fiquemos na posse de tantos milhões que nem seja possível contá-los.” (Woolf 1978: 86)

O lançamento profissional no espaço público, porém, terá o sucesso garantido se tiver como pressupostos uma educação sólida e competências específicas. Se, como Ana de Castro Osório em As Mulheres Portuguesas nos relembra, “*está provado pela ciência que intelectualmente não há sexos privilegiados*” (Castro Osório 1905: 15), ou seja, ainda nos princípios do século passado, está a dar-se por desmentido o *equivoco* da superioridade intelectual do homem enquanto fundamentada no peso do cérebro, não se apresenta nenhum obstáculo de natureza biológica que impeça o sexo feminino de ingressar e completar estudos de qualquer grau. Os obstáculos, no entanto, surgem ao

corrente de compreensão e ajuda mútua, partilha e dedicação. Esta união não passa sem as iniciais disputas de posse e confrontos físicos mas acaba por enraizar-se na convicção da força do unido que afinal confirma, nestes parâmetros específicos, a tese de Beauvoir e suporta em parte as ideias essencialistas: “*If her functioning as a female is not enough to define woman, if we decline also to explain her through «the eternal feminine», and if nevertheless we admit, provisionally, that women do exist, then we must face the question: what is a woman?*” (Beauvoir 1993: 438).

⁸⁷ Niketche é talvez, de entre todos os seis, o romance de Paulina Chiziane que mais completa imagem constrói de um feminino em coletivo. Por muito discutíveis que sejam as considerações de Simone de Beauvoir acerca da força do coletivo, como são postas em causa pelo raciocínio individualista de Hélène Cixous e Julia Kristeva, a partilha do mesmo destino e a dor similar com que a desgraça é experimentada, contêm em si a força da união a que assistimos no texto moçambicano. Independentemente da zona de origem, que gera muitas e variadas discussões em termos etnoculturais ao longo dos diálogos no romance, as mulheres da autora conseguem fluir numa

passar da percepção de sexo (biológico) à percepção de género (sociológico). Quer dizer que mesmo que as escolas já estejam igualmente abertas aos dois sexos, ainda faltam condições para que a mulher ande pelos “caminhos” e não pelo “relvado” das universidades, e entre sozinha nas bibliotecas em vez de ser obrigatoriamente acompanhada por um homem, inclusive às breves visitas à vida académica (Woolf 1996: 18-20). A formação “deve ser igual para todos” assinala Olympe de Gouges no sexto artigo da sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã no longínquo ano 1791.

A igualdade de género na instrução na sociedade moçambicana contemporânea não parece posta em questão por Chiziane. Nenhuma das mulheres que constituem a força motriz do texto padece de uma discriminação direta em termos de educação. São visíveis, porém, os impedimentos indiretos para a receção de uma boa instrução. Os últimos prendem-se com as questões culturais, quer ocidentais quer africanas, de a mulher ser predestinada a ser boa esposa e mãe, o que pressupõe que a educação fique presa no espaço familiar e se limite aos ensinamentos mais práticos e menos científicos.

Outras questões que explicam a discriminação indireta nesta área são as condições económicas, ou as questões de classe, que impelem a mulher dos estratos menos favorecidos, desde uma idade muito pequena, para o trabalho. Os dois tipos de impedimentos indiretos são representados em Niketche no corpo social da mulher, isto é, na condição de mulher atual. Rami exemplifica o caso da filha que ainda recebeu ensino secundário por pertencer a uma família de relativas posses, ou pelo menos de estabilidade em termos financeiros.

Mesmo assim, a educação tradicional em privado esbarra, quase apaga a importância e impõe-se sobre o que foi edificado pela escola. Ou seja, assiste-se a uma crise da possibilidade de as mulheres serem instruídas por se entrar em conflito com as tradições que, sublinhemos aqui, não são exclusivamente étnicas visto que transparece o mesmo confronto no patriarcado ocidental. As rivais de Rami são na maioria o oposto a ela:

descendem de famílias menos favorecidas e por conseguinte não tiveram acesso ao ensino escolar limitando-se a receber a educação marcada pelos costumes e crenças étnicas⁸⁸. O contraste, então, dentro do corpo social quanto à educação constrói-se entre as mulheres que carecem de ensino fora de casa e a mulher que passou por este mas que vê a sua utilidade em grande parte aniquilada pelo que é tradicionalmente imposto em termos de papéis sociais de género. O romance, em qualquer caso, oferece-nos ideias visionárias no que diz respeito ao tema da educação, no *corpo* de quem é apenas amiga de Tony – Eva.

O conceito da amizade, só por si, já introduz a figura de uma mulher suficientemente independente, em termos financeiros e profissionais; é uma condição que tanto a possibilita de escolher o homem com quem conviver, contando com a afetividade, quanto estabelecer relações com um homem somente em base da partilha entre amigos. Tudo isto seria impossível para a mulher educada para servir o homem enquanto esposa e dar-lhe descendência como mãe, ou para a mulher que se vê obrigada a *ir à caça* do homem a fim de garantir a sobrevivência física esquivando-se ao trabalho de exploração ou à prostituição.

Ao tratar o tema da mulher enquanto boa esposa e boa mãe, Niketche introduz a complexidade do problema da colonização do corpo feminino através do casamento. A consideração que “*o casamento é o túmulo da confiança e do amor*” de Olympe de Gouges (1995: 309) vem suportada pelo desencadear dos acontecimentos no texto de Chiziane onde o feminino coletivo discute as razões do envolvimento pessoal, do estatuto da instituição, do perpetuar temporal da ligação. Uma grande parte da reflexão sobre o casamento, obviamente, passa pelo debate pró e contra a instituição da poligamia, e faz uma avaliação crítica das novas relações monogâmicas trazidas pelo ocidente. O ponto fraco que o romance sublinha nestas práticas é o conjunto das possibilidades ilimitadas de criar relações extraconjugais sem responsabilidades rigorosamente estipuladas como

⁸⁸ A comparação entre o modo e tipo de educação que as mulheres em Niketche representam é exemplificativo das diferenças de carácter étnico e social que existem no país entre as zonas do sul e as do norte.

é frequente nos costumes poligâmicos. O casamento monogâmico na sociedade em debate é introduzido com as duas deficiências ocidentais, visto que lhe falta o espírito e a forma de um contrato social entre o homem e a mulher, de acordo com as aspirações de Gouges. O corpo feminino no casamento em Chiziane subjugava-se por inteiro à colonização masculina⁸⁹: “No casamento, as mãos das mulheres são conchas abertas sobre a areia do mar, mendigando amor, pão, sal e sabão. O casamento significa subir para um trono de lenha e aguardar a hora da fogueira. O casamento é romântico. Nos homens, inspira mel e doçura. Inspira felicidade e ternura. Nas mulheres, inspira lágrimas, mágoas, desterro e morte. Inspira um mundo de loucura como este que estou a viver agora.” (Chiziane 2008: 244)

Revela-se aqui a crítica à construção social do casamento romântico que aprisiona a mulher numa instituição que simultaneamente dá a vida e ameaça com morte. Sublinha-se a condição de hiperfavorecimento em que se encontra o *colonizador* masculino. As conclusões são acerca da avaliação positiva que tal instituição tem para o homem e na conotação negativa que representa para a mulher.

“Ela era intensamente sensível. Era imensamente encantadora. Era profundamente dedicada. Ela dominava todas as difíceis artes da vida familiar. Sacrificava-se diariamente. Se era galinha, ela ficava com a pata; se havia uma corrente de ar, ficava nesse lugar – resumindo, ela era tão condescendente que nunca tinha uma ideia ou um desejo próprio – em vez disso preferia concordar sempre com as ideias e desejos dos outros.” (Woolf 2008: 43)

Todas estas características estão presentes na figura do “anjo da casa” que frequenta as casas de Tony. São várias casas com várias figuras de mulheres mas que convergem num só anjo quando avaliados os seus traços e as suas capacidades femininas, construídas por fora, quer dizer pelo *criador* masculino:

“Meu Tony, a tua voz sempre ditou o que eu devia fazer. O que eu devia pensar. Tu desenhavas o meu presente e o meu futuro. Foste construindo-me, grão a grão, meu divino criador. Mas as paredes que me deste são de palha, por onde passam o vento, o frio e a chuva. Construíste em mim alicerces de areia que desabam ao sabor da gravidade. Cobriste-me com um teto de vento, de ar, poroso, permeável, vulnerável. Agora que foste dado como morto, veja com os teus próprios olhos que sobrou de ti.” (Chiziane 2008: 230)

A voz de Rami que fala aqui lança-nos em simultâneo as perspetivas do corpo social e do corpo visionário em termos de postura feminina perante o casamento. Em primeiro lugar vem apresentado o papel da mulher enquanto esposa, como socialmente construída por uma ordem patriarcal, que neste caso contém em mistura a tradição moçambicana e as influências ocidentais. Este papel aniquila a personalidade humana do feminino reduzindo-o à mancha parda, ao fantasma que costuma aparecer, que incomoda, que rouba o tempo de autorreflexão. Combater este fantasma, matá-lo em legítima defesa é uma tarefa difícil mais do que lutar contra a realidade mas o que a segunda parte da citação em cima deixa perceber é que o feminino já juntou autoestima suficiente para se opor ao colonizador, para estabelecer a diferença em si entre aquilo que lhe foi imputado pela construção social e aquilo que realmente sente ser por dentro.

O *empowerment* da figura da mulher-esposa em *Niketche* é feito através das personagens de Rami e Luísa. A primeira, que é a legítima mulher, representa o primeiro passo – o da tomada de autoconsciência, consolidação das forças femininas e imposição dos valores e vontades ao agente masculino. A segunda personifica a mulher que dispõe da liberdade de escolher o homem com quem casar e mais, escolher selar um contrato social com este homem ao contrário de assinar um casamento patriarcal. As duas afirmam-se como personagens visionárias.

Portanto, a primeira questão foi resolvida.

O anjo da casa em Chiziane foi morto: as mulheres da escritora moçambicana conseguiram o quarto só para elas, garantiram as despesas mensais, interrogaram a sua condição e papel social. Ainda falta, no entanto, mobilar o quarto, decorá-lo, convidar alguém com quem partilhar (Woolf 2008: 52).

Era o momento de lançar em cena um novo corpo, desinibido de inscrições sociais.

2.2. O corpo de inscrições eróticas

A passagem do corpo das inscrições socioculturais para um estado visionário, que além de questionar já opera a diferença, põe na agenda o problema da superação do

⁸⁹ Nos termos sociais do conceito.

status quo quanto às experiências do corpo e à capacidade do feminino de as contar: “*ela tinha pensado em algo, algo sobre o corpo, sobre as paixões que para ela, como mulher, não seria apropriado dizer. Os homens, a sua razão dizia, ficariam chocados.*” (Woolf 2008: 49)

A exploração do tema do sensacional em Niketche tem o seu ponto de partida na descrição física da figura feminina que tem como processo principal a apreciação do belo:

“A Eva veio visitar-me. Apresentou-se e arrastou-me para um canto. A conversa que traz não tem nada a ver com mortos nem pêsames. Surpreendeu-me. Aproveito a ocasião para descobrir o que encantou o meu Tony. Aprecio-a. A boca dela é um caju fresco, vermelho, colhido no divino cajual. O sorriso dela brilha mais que o diamante. A sua voz solta cantos, solta pombos brancos, pérolas, pepitas de ouro. Tem a pele mais lisa que o vidro polido. Como é bela, meu Deus! Sinto por ela uma torrente de fraternidade, uma atração tão mágica como o amor à primeira vista. Trocámos confidências como velhas amigas, como irmãs gémeas.” (Chiziane 2008: 213)

A apreciação que é feita à beleza da figura feminina é clara, construída com base em comparações com a natureza – as referências mais próximas ou mesmo as únicas que uma mulher com pouca ou limitada instrução tem. A descrição em causa reforça a importância da beleza para o êxito na realização da mulher no contexto patriarcal: o homem precisa de ser encantado. O que de interessante tem esta apreciação é o agente que a faz – outra mulher, um facto que nos leva a fazer algumas observações importantes no que diz respeito ao conceito do belo.

Por um lado, a estimação da beleza feminina por outra feminina pode não implicar necessariamente sentimentos de ciúme mas sim, pode conduzir a partilha da condição, a “fraternidade” (ou melhor, irmandade). Esta consideração reconhece e sublinha a força atrativa que o belo contém e exerce sobre o recetor, independentemente do seu género social. O ato da apreciação em si representa uma demonstração dos conteúdos sedimentados pelas práticas patriarcais.

Seja como for, a contemplação da figura bela da mulher a que se dedicam numerosas passagens em Niketche, vem lançar o corpo em cena como o lugar privilegiado para o debate das emoções e sentimentos que constituem parte da experiência feminina mas

que, por causa do seu carácter erótico, são inapropriados, nas palavras de Woolf. Ou seja, o *quarto* metafórico, como aqui entendemos o corpo feminino, apresenta a sua primeira mobília – o sofá das emoções e a mesa dos sentimentos.

É claramente visível que a emancipação do corpo, própria do feminismo ocidental da segunda vaga, no romance moçambicano opera em conotações amplamente eróticas. Basta só alegar que o facto que o título vem emprestado do nome de uma dança de iniciação sexual feminina das regiões de Zambézia e Nampula no norte de Moçambique. Existe no texto uma abertura relativamente forte em termos de expressão do sensacional por meio da erotização do corpo, por exemplo no episódio da partilha do amante entre Rami e Luísa. As descrições das práticas de costumes étnicos, as aulas de iniciação, os conselhos sexuais contribuem para o mesmo efeito.

Esta abertura verbal afinal obedece à observação foucauldiana, parafraseando, que nunca até agora se falou tanto em sexo. A explosão da palavra sobre as experiências sexuais e a vivência erótica tem o significado da revolta contra a exclusividade do paradigma do amor romântico construído nos moldes patriarcais e influído na mulher.

O corpo de desejo, se assim se pode denominar este corpo de expressão sexual extrema, comporta dois modelos distintos de sexualidade feminina: o amor conjugal e o amor livre, representados respetivamente por Rami e Luísa. Levada pela amargura do abandono erótico por Tony, Rami, que aliás contém todas as características da esposa exemplar (antes da mudança), experimenta também o amor livre incentivada por Lu⁹⁰.

O ato desta experiência tem a qualidade de uma visão de mulher que terá o direito e a possibilidade de escolher as suas práticas sexuais guiando-se por exclusivo pelos ditames do próprio corpo. Desta maneira, a personagem de Rami veste o corpo do desejo tanto nos seus traços sociais de boa esposa como nos traços visionários de livre vivência erótica. A segunda experiência porém é uma latência ainda, segundo Niketche, já que sentimos o êxtase como marcadamente solitário; é preciso esperar ainda pelo futuro do êxtase partilhado. Seja como for, o primeiro passo foi feito: foi cancelada a importância

⁹⁰ Merece mencionar aqui o efeito erótico que a própria abreviatura do nome de Luísa exerce.

religiosa da castidade que rodeava a mulher de tantos nervos e instintos, e impedia que a sua sexualidade seja libertada e trazida à luz do dia (Woolf 1996: 66)⁹¹.

Um fenómeno interessante a que em Niketche se assiste é a inversão dos papéis em termos de poder de posse exercida sobre o corpo de inscrições eróticas. Com as histórias da sua aldeia, Lu conta que aprendeu que

“a vida de uma mulher é agradar. Agradar até morrer. No amor é importante conjugar um verbo de posse: ter. Eu tenho um marido polígamo, embriagado, vagabundo, enlouquecido. Mas tenho. O verbo ter é mágico. Insufla na alma poder e força. Se eu conjugo, não tenho, a força se vai e a alma vaza. O desespero vem. É o fim. Por isso eu agrado, só para poder conjugar o verbo ter.” (Chiziane 2008: 161)

O princípio das palavras confirma as construções patriarcais acerca da mulher sexuada entendida como objeto sobre o qual se tinham todos os direitos. Estas configurações machistas, porém, não comportavam a possibilidade da passagem do feminino de objeto a sujeito por meio da mesma partilha de posse: o homem tem uma mulher, e esta mulher também o tem ao homem.

A ênfase que Chiziane põe acima é que independentemente da qualidade do homem que se tem, um poder sobre o seu corpo é exercido. De alguma maneira, a mulher, a partir da condição de objeto, transforma-se em sujeito que chega mesmo ao grau de dominar o masculino subjugando-o precisamente por meio das fraquezas carnis que experimenta. Logo a seguir da descoberta das relações extraconjugais, Tony é obrigado a aceitar aos costumes poligâmicos e obedecer à ordem que as suas mulheres impõem à conduta e à organização da vida em conjunto.

Para desfrutar da sua condição de sujeito no relacionamento amoroso, o masculino subjugava-se de livre vontade embora reclame de certas condições. Algumas delas começam a revelar-se como claramente incomodativas quando, ao impor a tal ordem de conduta patriarcal, o feminino em vez de simplesmente reproduzir o socialmente construído para o papel da mulher, começa a desenvolver características de agente

suficientemente independente para se desprender, em primeiro lugar, do domínio masculino, e, se quiser, subjugar o masculino, em segundo. A subjugação do masculino nunca acontece em Niketche, visto que o coletivo feminino opta por seguir pelos caminhos da independência recentemente conquistada. Neste sentido, observamos uma potência de inversão dos papéis e não uma real inversão. A potência significa que o feminino já possui a possibilidade da escolha que é própria do sujeito.

Esta novidade é demonstrativa das marcas visionárias que trespassam todo o conjunto de representações do corpo erótico. Ou seja, o último pode ser utilizado como meio de conquistar terreno para autorreflexão a fim de se ganhar a autoestima e consciência de um ser igualmente poderoso em termos sociais. Deste modo, o corpo erótico como que se subjugava ao sociocultural mas a subjugação talvez tenha o efeito do engrandecimento do que foi secularmente subvalorizado quanto ao significado e à força do impacto.

A colonização do corpo feminino, tanto em termos de inscrições socioculturais como sensacionais, em Niketche conjuga a racionalidade da Europa com o misticismo de África. As instituições ocidentais e os ritos tribais entrelaçam-se no questionar da condição da mulher e este entrelaçamento, da escolha da própria Paulina Chiziane constitui a primeira razão da leitura do texto africano pelo prisma ocidental.

A discussão dos temas atrás revelou parencas, senão mesmo igualdades, no ponto de situação dos problemas que o feminismo, em geral, branco ou negro, ainda tem por resolver. O realce que foi dado ao corpo nesta reflexão teve a pretensão de investir o veículo mais imediato da vivência humana do valor que lhe foi tradicionalmente retirado, da mesma maneira da qual o papel igual da mulher lhe foi sempre negado pelo sistema patriarcal. Despir o corpo feminino das vestimentas do tradicionalismo de género é o processo privilegiado de revolta contra o vigente e aspiração por uma ordem social nova. Contemplar a nudez do corpo é uma maneira de despir a carne para contemplar a alma⁹²,

⁹¹ “Foi essa relíquia do sentido de castidade que ditou o anonimato às mulheres até uma época tão tardia, como o século dezanove. (...) Corre-lhes o anonimato no sangue. O desejo de passarem despercebidas ainda as domina.” (Woolf 1996: 66)

⁹² “Quero ver a nudez do meu corpo. Será que me vai assustar? Quero também ver a nudez da minha alma.” (Chiziane 2008: 149)

numa tentativa de autocompreensão e autodefinição: “Ah, mas o que é, «ela mesma»? Quer dizer, o que é a mulher?” (2008: 46) Woolf assegura que não sabe dar resposta a esta pergunta essencialista. A única possibilidade que a ensaísta vê é desenvolver práticas em mais variado leque de profissões e artes a fim de ficarem visíveis as capacidades e dignidades da mulher.

3. A mulher essência e/ou diferença ou a complexidade do andrógino

A mulher essência que nos é dada a conhecer em Niketche é

“um ser solitário na marcha da multidão. Mulher é a dor coletiva que cobre o mundo inteiro. É passado, presente e futuro, lugar e distância, ligados ao mesmo grito. Em cada passo há mulher que se dá, para dar vida à vida. Em cada instante há uma mulher que se espalha como o vento, fertilizando os campos, para transformar o planeta numa alfofa de rendas.” (Chiziane 2008: 217)

A metáfora da romancista moçambicana encontra materialização, de descrição carregadamente social, nas generalizações da ensaísta que alerta para

“um ser muito estranho e complexo. A nível imaginativo, é da maior importância; na prática, é totalmente insignificante. Invade a poesia de uma ponta à outra; na História verifica-se a sua ausência quase absoluta. Na ficção, domina as vidas dos reis e conquistadores; na realidade, era a escrava de qualquer jovem, e a quem os pais metiam uma aliança no dedo. Algumas das palavras mais inspiradas, alguns dos pensamentos literários mais profundos saem-lhes dos lábios; na vida real, raramente sabia ler, tinha dificuldade em se expressar, e era propriedade do marido.” (Woolf 1996: 60)

A perspetiva ontológica⁹³ que se recusa de integrar a imagem de tempo daria uma possível resposta à dúvida essencialista de Simone de Beauvoir, anteriormente exposta, pela conjugação da *pulsação* de mulher expressa por Chiziane num estado social de tensão assinalado por Woolf.

Os marcadores dos paradigmas culturais e étnicos, porém, levariam, suscitados ou não pelo ativismo do *Black Feminism*, à crise da impossibilidade de se atingir a situação de igual dentro do feminino e daí à urgência de se ultrapassar o abraço sufocante do

coletivismo assimilatório. Esta ultrapassagem garantiria a resolução das fraquezas do essencialismo para chegar a um estado de diferenciação, não em base racial mas antes em base sexual:

“The exploitation of women is based upon sexual difference, and can only be resolved through sexual difference.” (Irigaray 1993: 21).

O diferencialismo, sendo uma tentativa de a especificidade feminina se autodefinir por oposição à posição dominante da sexualidade masculina, comportaria assim as forças misturadas dos agentes dentro do feminino, sem porém estrangular as vozes dos “grupos pequenos e populares de mulheres” e sem desrespeitar as urgências das suas questões específicas.

Terá o feminismo ocidental de reconhecer o facto de que a defesa mais liberal dos direitos dos grupos insiste na necessidade dos indivíduos de uma cultura própria e de que apenas nesta cultura eles conseguem desenvolver a autoestima e a capacidade de tomada de decisões acerca da própria vida.

Terá o feminismo negro de reconhecer que “*most cultures have as one of their principal aims the control of women by men*” (Moller Okin 1999), como os nossos dois exemplos de cultura ocidental e cultura africana. Portanto, não será mais prolífero pôr a ênfase com o dobro da força sobre o problema social do “mito da mulher” imposto pelo opressor masculino, como convida Monique Wittig (1993: 23-24)? E não será mais justo virar a máquina da reflexão para o *ser* em si, para aquela fluidez andrógina composta pelos dois conceitos: feminina-masculino e masculino-feminino?

E sim zelar para restituir o valor que à parte feminina foi roubado, lembrando sempre que

“existem dois sexos na mente correspondentes aos dois sexos em corpo” que “necessitam de estar unidos para a mais total satisfação e felicidade. (...) de maneira a que dentro de nós residissem duas forças, uma masculina e outra feminina” (Woolf 1996: 115-116)

⁹³ O presente trabalho baseou-se precisamente na anulação da dimensão temporal e a consideração do ser como em si, sem temporalidade, tal como proposto por Zília Osório de Castro (2002: 17).

Ou seja, não esquecer que “*Não há homem sem mulher. Nem mulher sem homem. Não há um sem outro.*” (Chiziane 2008: 191), sendo a característica da complementaridade reveladora da abertura do espírito e da democracia da perspectiva interpretativa, e produtora de *paralelismos não discriminados*, isto é, de cruzamentos de experiências e considerações de diferentes paradigmas culturais que não sofram da arrogância da renegação infundamentada.

Este paralelismo possibilitará talvez que mais cedo se chegue à admiração do novo ser de recuperadas características femininas, aquele ser que por agora ainda continua visionário na figura da Lu que Rami admira pela

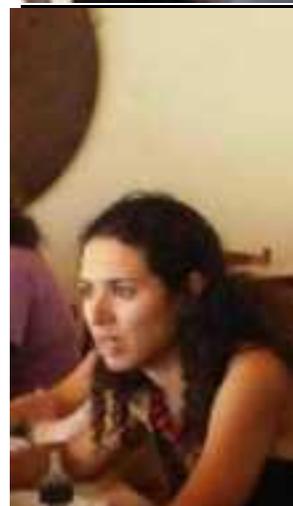
“*forma prática como ela resolve os problemas da vida. A sua sinceridade. A frontalidade. Ela não teme as bocas do mundo. É senhora de si e faz tudo o que lhe apetece. Resiste. Luta. Decide. Escolhe. E conquista da vida o seu pedaço de chão. Um chão estéril, mas o seu pedaço de chão. Ela sabe escolher a terra fértil onde germinará a flor, perfumada e sem espinhos. E escolhe as mãos delicadas que a irão colher: as que agradam e as que cuidam.*” (Chiziane 2008: 251)

Referências bibliográficas:

- Beauvoir, Simone de (1967), *O Segundo Sexo, vol. 1*.
 Beauvoir, Simone de (1993), “The Second Sex”, in Stevy Jackson (ed.), *Women's Studies. A Reader*. Harlow: Prentice Hall, pp. 438-439
 Butler, Judith (1985), “Variações sobre Sexo e Género: Beauvoir, Wittig e Foucault”, in Seyla Benhabib, Drucilla Chiziane, Paulina (2008), *Niketche. Uma História de Poligamia*. Lisboa: Caminho
 Cornell (coord.), *Feminismo como Crítica da Modernidade*, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, pp. 139-154
 Castro Osório, Ana de (1995), *As Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora
 Gouges, Olympe de (1995), “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, in Gabriella Bonacchi e Angela Groppi, *O Dilema da Cidadania*. pp.297-312
 Hill Collins, Patricia (), *Black Feminist Thought*.
 Hite, Molly (2000), “Virginia Woolf's Two Bodies”, in *Genders*, nº 31, http://www.genders.org/g31/g31_hite.html
 Humm, Maggie (1986), *Feminist Criticism: Woman as Contemporary Critics*. Brighton, Sussex: The Harvester Press
 Irigaray, Luce (1993), “Women: Equal or different”, in Stevy Jackson (ed.), *Women's Studies. A Reader*. Harlow: Prentice Hall, pp. 21-22
 Moller Okin, Susan (1999), “Is Multiculturalism Bad for Women?” in Joshua Cohen and Matthew Howard (ed.), *Is Multiculturalism Bad for Women?* Princeton University Press
 Osório de Castro, Zília (2002), *Ideias Políticas (Séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Livros Horizonte
 Walker, Alice (),
 Wittig, Monique (1993), “One is not born a woman” in Stevy Jackson (ed.), *Women's Studies. A Reader*. Harlow: Prentice Hall, pp. 22-25

- Woolf, Virginia (1978), *Três Guinéus*. Lisboa: Editorial Veja
 ----- (1996), *Um Quarto que Seja Seu*. Lisboa: Veja
 ----- (2008), *O Estatuto Intelectual da Mulher, seguido de Profissões para Mulheres*. Lisboa: Padrões Culturais Editora

18) ISA SEVERINO, UDI/ Unidade de Investigação e Desenvolvimento do Interior Instituto Politécnico da Guarda. Instituto Politécnico Da Guarda, isaseverino@ipg.pt



ISA SEVERINO é docente no Departamento de Línguas e Culturas do Instituto Politécnico da Guarda.

É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas - variante de Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em Estudos Portugueses pela Universidade de Aveiro.

Atualmente desenvolve o projeto doutoramento em literatura na mesma universidade.

Tem participado em vários congressos nacionais e internacionais, que decorreram em Lisboa, Porto, Coimbra, Ribeira Grande, Rio de Janeiro, Salamanca, Santiago de Compostela, tendo apresentado artigos que constam publicados nas atas do encontro.

TEMA 3.6 TEMA 3.6 REPRESENTAÇÃO E LINGUAGEM NA OBRA POÉTICA DE FLORBELA ESPANCA E DE ALEJANDRA PIZARNIK: A IMPORTÂNCIA DO OUTRO NA CONFIGURAÇÃO DO EU. ISA VITÓRIA SEVERINO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA/UDI, GUARDA, PORTUGAL

1.

A escritora portuguesa Florbela Espanca e a escritora Alejandra Pizarnik são, numa primeira análise, figuras dissociáveis, não tendo além do facto de serem escritoras, qualquer ponto de ligação. Os períodos que balizaram as suas vidas, separadas por décadas de distância, bem como os contextos em que as mesmas decorreram, parecem distanciar as duas mulheres escritoras-poetas.

Florbela de Alma Conceição Espanca é natural de Vila Viçosa, onde nasceu a 8 de dezembro de 1894. O estatuto insólito que marcou o seu nascimento, pois, de acordo com os registos, era “filha ilegítima de pai incógnito”, aliado à sua vida atribulada – morte do único irmão, Apeles, por quem nutria um profundo afeto; a presença de Florbela na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde apenas se encontravam catorze mulheres, num universo de 347 inscritos, suscitou estranheza entre os pares, uma vez que, naquele tempo, a condição da mulher estava confinada ao espaço do lar e a participação na vida social era restrita, sendo a sua instrução relegada para segundo plano. Florbela colaborou em jornais e revistas, nomeadamente em *Portugal Feminino*.

Também os três matrimónios contraídos granjearam à autora uma reputação pouco favorável naquela época.

Tudo isto impulsionou a autora a um exílio, um exílio ontológico, que procurou alento nas palavras e se repercutiu nas obras poéticas *Trocando Olhares*, *Livro de mágoas*, *Charneca em flor*, de entre outras. Cavou, no entanto, distâncias entre o eu e o outro, fundou-se no silêncio, numa comunicabilidade que se afigura impossível, pois ao afirmar-se num meio predominantemente masculino, pretendeu quebrar as amarras e evadir-se de clima de opressão.

Florbela suicidou-se na noite de 7 para 8 de dezembro de 1930, com 36 anos de idade, em Matosinhos, com uma dose excessiva de veranol.

A poetisa argentina, Alejandra Pizarnik, é natural de Buenos Aires, onde nasceu a 29 de abril de 1936, 42 anos depois de Florbela Espanca, numa família de emigrantes da Europa oriental. Estudou Filosofia e Letras na Universidade de Buenos Aires e, mais tarde, pintura. Entre 1960 e 1964, Pizarnik viveu em Paris, numa tentativa de se exilar, espalhando-se numa atmosfera mais cosmopolita. Aí colaborou na revista *Cuadernos* e com algumas editoras francesas: Durante esse período, publicou poemas e críticas em vários periódicos. Traduziu Antonin Artaud, Henri Michaux, Aimé Césaire e Yves Bonnefoy. Estudou História da Religião e Literatura Francesa na Sorbonne.

Quando regressou a Buenos Aires, Pizarnik publicou três das suas principais obras poéticas, *Los trabajos y las noches*, *Extracción de la piedra de locura* e *El infierno musical*, e ainda a obra em prosa, *La condesa sangrienta*. Em 1969 recebeu uma bolsa Guggenheim e em 1971 uma Fulbright. No dia 25 de setembro de 1972, enquanto passava um fim de semana fora da clínica psiquiátrica onde estava internada, Pizarnik morreu, aos 36 anos de idade, com uma sobredose de seconal que tomara intencionalmente.

A obra das duas autoras tem sido alvo de uma mesma prática levada a cabo por alguns estudos críticos - a excessiva imbricação biográfica. Assiste-se a uma tentativa de analisar os seus textos como consequência e reflexo do *modus vivendi* das autoras, contribuindo para angariação do mito de poetisas “malditas” em seu torno.

Vistas as distâncias que entre Florbela Espanca e Alejandra Pizarnik se erguem, verificamos que é justamente nesta diferença que se torna cada vez mais curiosa, insólita e interessante a análise comparatista. Efetivamente, as divergências que as separam, e que foram suscitando interrogações e apreensões da parte de críticos literários e de especialistas, sobretudo da obra florbelina, não inibem o cotejo dos textos, bem pelo contrário, agudizam a curiosidade e norteiam-nos numa pesquisa, que se afigura, profícua. Florbela e Alejandra debatem-se, quer a nível ontológico quer a nível poético, com uma relação conflituosa entre identidade e alteridade, entre o eu, si mesmo e ou outro. Ambas se revelam através da palavra, ocultando-se. Isto é utilizam a palavra, através da qual se transfiguram para assim revelar a sua existência; uma existência também ela transfigurada e, por isso, intencionalmente oculta:

Tivemos a ocasião de verificar que o discurso literário é geralmente figurado e que as figuras são deformações intencionais da transparência linguística. Daí que seja lícito apontar a intencionalidade como fator determinante da literariedade, já que é em virtude de uma intenção literária que o discurso se metamorfoseia num estado específico de linguagem em que o processo de significação conta mais com o significado ou o referente (Rocha, 1997: 30).

E é neste ponto precisamente que é importante insistir na distinção entre o real e o poético, ou a realidade que advém do poético.

Clara Rocha refere que o modo privilegiado do eu é a poesia e, “[t]al como o poeta, o autobiógrafo transpõe para a obra literária a sua interioridade” (Rocha, 1997: 62). O exercício da escrita, porém, pressupõe a transmutação da matéria vivida para a matéria literária que irrompe crivada de subjetividade, não só devido à seletividade da memória, que valoriza determinados acontecimentos em prol de outros, como também ao estilo da própria escrita que denota a subjetividade do autor.

Florbela Espanca e Alejandra Pizarnik nas suas construções poéticas e Pizarnik, ainda, no seus diários, revelam um eu em sofrimento; um eu em luta e em colisão com o mundo e, outras vezes, um eu em relação com o outro, exterior a si – o amado, objeto de desejo –, que aponta para a problemática do eu, neste caso específico da relação do eu com o outro, numa procura de si, através do outro. O outro assume, assim, diversas formas, pode ser a saudade, o amor, a vida, o desejo (Depetris, 2005: 43), constituindo um *leitmotiv* que permite ao sujeito olhar-se, afastar-se de si, para voltar a si, de forma a perceber o que em si reside.

O outro ajuda a confinar os limites do eu e a validar o seu caráter – “*Yo me levanté de mi cadáver, yo fui en busca de quien soy. Peregrina de mí, he hido hacía la que duerme en un país al viento./ Mi caída sin fin a mi caída sin fin en donde nadie me aguardó pues al mirar quién me aguardaba no vi otra cosa que a mí misma*” (Pizarnik, 2005: 243).

2.

A relação do eu com outro é um dos pontos que aproxima Pizarnik e Florbela e que é transversal nas suas obras poéticas e ainda nos diários da escritora argentina. Normalmente, esta relação é pautada pela ausência, pela carência, pela falta, pela falha e pela frustração. O desejo aqui – elemento importantíssimo em qualquer uma das duas autoras, nomeadamente o desejo erótico – não é saciado e manifesta-se de forma diferente nas duas autoras, como iremos analisar, observando ainda o modo como o eu se configura em relação à presença/ ausência do outro e ainda como representa o corpo no corpus textual.

Carolina Depetris refere que “*lo otro está presente en quien desea (por eso es deseado) pero está necesariamente ausente para ser así deseado*” (Depetris, 2005: 58), o que explica o conceito de desejo em Espanca e Pizarnik que desejam, mas não concretizam a sua satisfação. Pizarnik recupera as palavras de Octávio Paz, considerando que o desejo transmuta a realidade em imaginário, mas também o imaginário se torna real (Pizarnik, 1966, 2-3).

A relação com o outro pauta-se pelo desejo e é marcada pela espera, pela ausência, ou no caso de Florbela, por exemplo, caso tenha sido possível foi-o apenas no passado e o sentimento que permanece é a saudade, a falta, a ausência, a solidão.

Na poetisa portuguesa o desejo, a relação com o outro e o amor, reveste-se de formas diversas, mas podemos, de alguma maneira, intuir nesta descrição da relação amorosa e do desejo, um motivo comum, um enorme sentimento de frustração. Alguns dos poemas de Florbela caracterizam-se por um grande erotismo; um profundo sensualismo; um forte desejo sublimado, muitas vezes, através de uma descrição que recorre, mais do que a um tom confessional ou excessivamente pessoal, a uma comparação com as forças da natureza, com a sua energia criadora, com a primavera e a explosão que ela representa para os sentidos, como sucede no soneto “Horas rubras”:

HORAS RUBRAS

*Horas profundas, lentas e caladas
Feitas de beijos sensuais e ardentes,
De noites de volúpia, noites quentes
Onde há risos de virgens desmaiadas...*

*Oiço as olaias rindo desgrenhadas...
Tombam astros em fogo, astros dementes,
E do luar os beijos languescientes
São pedaços de prata p'las estradas...*

*Os meus lábios são brancos como lagos...
Os meus braços são leves como afagos,
Vestiu-os o luar de sedas puras...*

*Sou chama e neve branca e misteriosa...
E sou, talvez, na noite voluptuosa,
Ó meu Poeta, o beijo que procuras!
(Espanca, 2005: 196)*

Neste poema, como se pode constatar pelo próprio título, o desejo erótico impera, abandonando o lamento, que domina outras construções da autora, desencadeado pelas desilusões causadas pela relação com o outro. Assim, o sujeito poético entrega-se a uma

enorme sensação de euforia que se desenrola numa ambiência de voluptuosidade que incita a um descontrolo dos sentidos. Repare-se que a descrição das horas pode ser encarada como a metáfora do próprio ato de entrega sexual, como se pode constatar pelos adjetivos que as caracterizam com forte pendor erótico-sensual, “profundas, lentas e caladas”, feita de beijos “sensuais e ardentes”.

O meio envolvente, os elementos naturais comungam em êxtase do frenesim do eu lírico. Nos dois últimos tercetos assiste-se a um movimento inverso, parece que é o eu lírico que se incorpora nos elementos naturais, constituindo uma sinédoque da natureza, como expressa a comparação - “os meus lábios são (...) como lagos”, “Sou chama e neve”. Há ainda uma exaltação do eu que é uma força centrípeta, detentor de um poder inebriante, reunindo o calor (do fogo), a luz da chama, a candura da neve e o mistério que advém desta capacidade convergente e conciliadora de elementos antiéticos chama (fogo) /neve. Atendendo à interpretação de Jean Chevalier (1969), podemos sugerir que este poético se assume como símbolo do amor, uma vez que o fogo é o ato sexual em si, mas pode ainda remeter para símbolo da criação, como sucede na poesia da escritora argentina. O soneto termina com a invocação ao poeta, a quem o sujeito poético diz ser o beijo por que ele, o tu amado, anseia.

Neste soneto opera-se a transformação que ocorre do livro *Soror Saudade para Charneca em Flor*, aliás como elucida a própria autora no poema que abre este primeiro livro, sob a mesma efígie:

CHARNECA EM FLOR

*(...)
E, nesta febre ansiosa que me invade,
Dispo a minha mortalha, o meu burel,
E, já não sou, Amor, Sóror Saudade...*

*Olhos a arder em êxtases de amor,
Boca a saber a sol, a fruto a mel:
Sou a charneca rude a abrir em flor!
(Espanca, 2005: 209)*

Em “Charneca em flor”, o sujeito poético parece entregar-se à euforia e abandona a análise fria e desiludida das relações com o outro que até aqui o acompanharam. O signo que preside ao desejo é o da falta, da não-concretização, da sede, da insaciabilidade. Este desejo não é concretizado ou concretizável, os lexemas que o prefiguram são o anseio, a “febre” e também a procura, pois ainda que nestes dois excertos o tu pareça quase ausente, ele não deixa de surgir como uma sombra, um pressentimento, e acima de tudo, como aquele que se procura, mas que não se alcança, não chegando, por isso a satisfazer a sede.

A volúpia e este imenso desejo configuram-se de uma outra forma na poesia de Florbela, sob o motivo da entrega total ao outro. Vários são os poemas em que o sujeito poético se abandona completamente, abdica de si para se entregar ao outro, perdendo totalmente aquilo que constitui a sua identidade, ao mesmo tempo que reconhece essa entrega alucinada, como patenteia o soneto “O meu desejo”:

O MEU DESEJO

*Vejo-te só a ti no azul dos céus,
Olhando a nuvem de oiro que flutua...
Ó minha perfeição que criou Deus
E que num dia lindo me fez sua!*

*Nos vultos que diviso pela rua,
Que cruzam os seus passos com os meus...
Minha boca tem fome só da tua!
Meus olhos têm sede só dos teus!*

*Sombra da tua sombra, doce e calma,
Sou a grande quimera da tua alma
E, sem viver, ando a viver contigo...*

*Deixa-me andar assim no teu caminho
Por toda a vida, Amor, devagarinho,
Até a Morte me levar consigo...
(Espanca, 2005: 282)*

Aqui, o sentimento amoroso transmuda-se, o desejo panteísta e desenfreado, cede lugar a uma entrega exclusiva e abnegada a apenas um tu, a um abdicar da vida própria, na procura de seguir sempre os passos do outro.

Também Pizarnik, em *Los trabajos y las noches*, o tu-amado surge, pela primeira vez, mais próximo do sujeito poético, participando da sua solidão, fundando o silêncio, como sucede em “Poema”: *Tu eliges el lugar de la herida/ En donde hablamos nuestro silencio./Tú haces de mi vida/ Esta cerimonia demasiado pura* (Pizarnik, 2005a:155). O tu surge, deste modo, como um elemento protetor com capacidades regeneradoras. Transforma o lugar da ferida em silêncio e faz da vida do eu lírico uma cerimónia demasiado pura, daí se poder inferir que existe o desejo implícito deste eu, de atingir o explícito e verbalizado pelo eu florbeliano, de se entregar ao amado. O advérbio de intensidade demasiado associado a pura aponta para o carácter inverosímil desta possibilidade. E quando o amado parte, deixa no eu o vazio, a solidão e pulsões negativas, como sucede em “Cenizas” (Pizarnik, 2005a: 82-83).

Assim, a entrega ao amado, não tem qualquer garantia de satisfação, ou de reciprocidade, pois há, ao mesmo tempo, a percepção que ela tem algo de autodestrutivo, um peso negativo, na medida em que implica o abandono de si mesmo:

ESCRAVA

*Ó meu Deus, ó meu dono, ó meu senhor,
Eu te saúdo, olhar do meu olhar,
Fala da minha boca a palpitar,
Gesto das minhas mãos tontas de amor!*

*Que te seja propício o astro e a flor,
Que a teus pés se incline a terra e o mar,
P'los séculos dos séculos sem par,
Ó meu Deus, ó meu dono, ó meu senhor!*

*Eu, doce e humilde, escrava, te saúdo,
E, de mãos postas, em sentida prece,
Canto teus olhos de oiro e de veludo.*

*Ah! Esse verso imenso de ansiedade,
Esse verso de amor que te fizesse
Ser eterno por toda a Eternidade!...
(Espanca, 2005: 282)*

Ao mesmo tempo que se constitui formalmente como um poema em louvor ao outro, este soneto revela a consciência que o sujeito poético tem que a sua entrega ao outro é da ordem da submissão. Este ato de entrega está também patente em Pizarnik, como analisaremos mais à frente, mas além da entrega a um tu, há, na escritora argentina, uma entrega total à arte, à escrita e à poesia, numa tentativa de fundir o corpo com a escrita. Ligada a este abandono de si e a esta submissão ao outro, está a temática da espera, tão presente em ambas as autoras. O tu é sempre alguém por quem se espera e que não vem, o ausente, aquele que produz a falta, a carência, a frustração. Aquele que se deseja mas com quem qualquer tipo de concretização feliz parece impossível.

ESFINGE

(...)
*E ansiosa desejo – ó vã miragem –
 Que tu e eu, em beijos e carinhos,
 Eu a Chameca, e tu o Sol, sozinhos,
 Fôssemos um pedaço de paisagem!*

*E à noite, à hora doce da ansiedade.
 Ouviria da boca do luar
 O De Profundis triste da Saudade...*

*E, à tua espera, enquanto o mundo dorme,
 Ficaria, olhos quietos, a cismar...
 Esfinge olhando, na planície enorme...
 (Espanca, 2005: 185)*

Em “Esfinge” surgem mais uma vez as palavras anseio, espera, desejo, miragem, ansiedade, denunciando a atitude expectante de um eu, que anseia pela chegada do sujeito amado, mesmo sabendo que o encontro e a presença com o outro lhe está vedada.

Também o poema “Cenizas” patenteia sentimentos semelhantes aos vivenciados pelo sujeito poético florbeliano:

CENIZAS

*Hemos dicho palabras,
 para despertar muertos,*

*palabras para hacer un fuego,
 palabras donde poder sentarnos
 y sonreír.*

*Hemos creado el sermón
 del pájaro y del mar,
 el sermón del agua
 y el sermón del amor.
 (...)*

Este poema reforça a importância e o papel criador e transfigurador da palavra – a palavra desperta os mortos; faz o fogo e cria um espaço onde é possível ao eu e ao tu sentar-se e sorrir. A expressão “*palabras para hacer el fuego*” reporta-nos à analogia já feita no soneto “*Horas rubras*” da escritora portuguesa, pois também aqui, remetendo ao simbolismo do fogo “*fazer o fogo*” (Chevalier 1969), e às técnicas mais remotas de fazer fogo, por fricção, num movimento que remete ao do ato sexual. O simbolismo do fogo alcança significados polissémicos, surgindo ainda ligado à criação, podendo ser entendido como metáfora da poesia.

“Cenizas” é uma das poucas construções de Alejandra em que o eu e o tu desenvolvem uma ação conjunta, como expressa a forma verbal “hemos”. Assim, a palavra permite a este eu e a este tu estabelecer uma relação dialógica, daí a expressão “*palabras donde poder sentarnos/ y sonreír*” E o poema prossegue numa espécie de enumeração gradativa – “*Hemos dicho/Hemos creado/ Nos hemos arrodillado/ Hemos inventado*” – salientando a ação conjunta desenvolvida por este eu e por este tu.

No entanto, quando se refere a uma esfera mais terrena, ao campo social, marcada pelos olhares dos outros e ainda pelo adjetivo “terribles”, com uma forte carga negativa, para se referir às interpretações dos olhares que cada um pode fazer e aos múltiplos caminhos que é possível eleger, a ação conjunta do eu e do tu cede lugar à solidão, tema central da composição poética:

*Hemos inventado nuevos nombres
 para el vino y para la risa,
 para las miradas y sus terribles*

caminos.

O sujeito poético depara-se, à semelhança do que sucede com o eu lírico em alguns sonetos de Florbela, com a solidão, vendo aniquilada toda a possibilidade de criação e de construção que havia desenvolvido com o outro, o sujeito amado, remetendo para o próprio título do poema - “Cenizas” isto é cinzas, que remete para a destruição do ato comunicativo e consequentemente para a devastação do eu:

*Yo ahora estoy sola
- como la avara delirante
sobre su montana de oro -
arrojando palabras hacia el cielo,
pero yo estoy sola
y no puedo decir a mi amado
aquellas palabras por las que vivo
(Pizarnik, 2005a: 82-83).*

A ação conjunta cede, como já dissemos, lugar ao desalento e solidão do sujeito poético que se representa com uma certa insanidade a “avara delirante” que, na sua montanha de ouro, se assume, ironicamente, detentor de algo valioso – a palavra. A palavra, apesar de ter um valor inestimável, porque é simultaneamente criação e refúgio, não constitui, porém, salvação para o eu lírico, uma vez que não o salva da solidão e, apesar de poder usar a palavra, não pode usá-la para expressar ao amado aquela(s) por que vive.

O sujeito poético de “Cenizas” estabelece uma próxima relação com o sujeito de “Esfinge” de Florbela Espanca, pois também ele anseia estabelecer com o tu, o sujeito amado, uma comunhão – “*Que tu e eu, em beijos e carinhos,/ Eu a Charneca, e tu o Sol, sozinhos,/Fôssemos um pedaço de paisagem!*” – mas ao perceber que não é possível concretizar o seu desejo, nada mais resta que redimir-se à solidão e à espera.

Apesar de haver uma similitude na forma como irrompem os sujeitos líricos de “Cenizas” e de “Esfinge”, o primeiro encarna a imagem de algum devaneio, da “avara delirante”; o segundo a saudade, mas ambos expressam o desalento da solidão – um arroja palavras ao céu; o outro fita, fixo, a languidez da planície alentejana. Parece, no entanto, registar-

se atitudes diferenciadas, que desembocam no mesmo sentimento de resignação: o eu lírico pizarnikiano consciencializa-se da impossibilidade de patilha com o outro, numa espécie de lamentação resignada; já o eu lírico florbeliano continua, à espera, de olhos fixos na planície, como remete o uso da forma verbal “olhando”, no gerúndio, e que valida a continuidade da espera, mesmo sabendo que é inviável a presença do tu.

3.

Existe uma relação entre erotismo e poesia, porque como afirma Octávio Paz,

El erotismo es sexualidad transfigurada: metáfora. El agente que mueve lo mismo al ato erótico que al poético es la imaginación. Es la potencia que transfigura al sexo en ceremonia y rito, al lenguaje en ritmo y metáfora (...) Como todas las metáforas, designa algo que está más allá de la realidad que la origina, algo nuevo y distinto de los términos que la componen (Paz, 1994: 10).

Ao considerar que o erotismo é uma sexualidade transfigurada estabelece uma relação entre erotismo e poesia, como o próprio autor refere “*el primero es una poética corporal y la segunda una erótica verbal*” (Paz, 1994: 10). E este facto é sobretudo evidente em Alejandra Pizarnik em cuja obra se estabelece uma dialética entre o corpo (do sujeito) e o corpus textual.

Se por um lado o corpo escreve o corpus, por outro o corpus representa o corpo. Como refere Cristina Pinã, assiste-se a um “*movimiento de estetizar la vida y hacer obra con el cuerpo, en una especie de trabajo de lanzadera que tiende a fusionarlos*” (Pinã:173), chegando, em alguns casos a revelar essa tendência de fundir, como refere Pinã, a vida e a arte; a obra e o corpo e, acrescentamos nós, a criação e a morte. Há uma passagem de “*La palabra del deseo*” que ilustra bem esta fusão:

Ojalá pudiera vivir solamente en éxtasis, haciendo el cuerpo del poema con mi cuerpo, rescatando cada frase con mis días y con mis semanas, infundiéndole al poema mi soplo a medida que cada letra de cada palabra haya sido sacrificada en las ceremonias del vivir (Pizarnik, 2005a: 269).

Tentaremos, pois, desconstruir esta linguagem de Pizarnik, recorrendo à metáfora, de forma a encontrar possíveis leituras e a alcançar “sentidos mais além daqueles que designa”. O eu lírico deseja viver, num total arrebatamento, fazendo o corpus com o seu corpo, assim a linguagem corporal (imagem da fertilidade feminina) daria lugar à linguagem textual. Por sua vez, os dias e semanas resgatavam as frases (quais veias por onde circula o sangue que alimenta o feto); o eu (útero materno) gera, com o sopro, o poema, resultado de cada letra, cada palavra sacrificada; a criação (o nascimento do feto/ arte) é resultado do sacrifício da vida.

Se em algumas construções poéticas de Florbela, aqui analisadas, o eu se entrega ao outro, numa ânsia de fusão, gerando uma autodestruição, um peso negativo, na medida em que implica o abandono de si, também aqui se percebe que este ato entrega à escrita, numa total fusão, do corpo e da poesia, num ato de sacrifício, de destituição e destruição de si, como a própria confessa no *Diário* – “*La vida perdida para la literatura y por culpa de la literatura. Quiero decir, por querer hacer de mí un personaje literario en la vida real fracaso en mi deseo de hacer literatura con mi vida real, pues ésta no existe: es literatura* (Pizarnik, 2005b: 200).

4. Considerações Finais

O tema, do amor, do desejo, da relação com o outro, como já dissemos, é talvez aquele em que é possível estabelecer mais paralelismos entre as obras das duas autoras, já que, em ambas, surgem problemáticas semelhantes retratadas de forma similar, e, em alguns casos, dissemelhante, ainda que estilisticamente muito diferentes.

Esta proximidade temática e estrutural é desde logo evidente quer nos poemas quer nos diários de Pizarnik, e no lugar central que este tema ocupa.

Pizarnik assume, em especial nos seus Diários, um tom confessional que os aproxima do tom da poesia de Florbela, como nos diz Ana Becciu, são lugares mais do que de

autobiografia, de construção poética e de si mesma, considerando que a presença do tema do amor é central:

De esto tratarán sus diarios hasta el final de su vida: de amor y de sexo, de angustia, (...) Habla del deseo, de las formas del deseo en ella, analizándolas y nombrándolas con tanta lucidez y claridad que la convierten innegablemente en nuestra contemporánea.

Pizarnik, de modo análogo a Espanca, estabelece uma relação difícil e ambígua com o outro e com o desejo. Também ela o sente com toda a veemência, à semelhança de Florbela, mas aqui não há tentativa de sublimar esse desejo através duma construção poética que o liga aos ciclos da natureza, Pizarnik afirma o seu desejo e a sua carência:

Es muy tarde. Estoy excitada. Deseo un cuerpo junto al mío. Cualquiera! Cualquier sexo, cualquier edad. Eso es lo de menos! Basta un cuerpo a quien tocar y que me toque. Mi sangre galopa! AH! Deseo fervientemente! Me disuelvo en deseos eróticos. Nada de amor. No. Nada de eso. Sí! Lo que yo quisiera es vivir mi vida diurna entre libros y papeles y pasar las noches junto a un cuerpo. Ése es mi ideal. Es lascivo? Es lujurioso? Es imposible? Es mío!!! Y con eso basta (Pizarnik, 2005b: 56).

Mais do que o desejo, anuncia ainda a sua necessidade de perversão, de conflito incontido, reiterado pela linguagem torrencial e pelo tom entusiasta e imperativo conferido pelo uso de substantivos e verbos do campo semântico do prazer e do erotismo “*estoy excitada; deseo, cuerpo; sexo; tocar; toque; lascivo; lujurioso*”, pela pontuação utilizada e pelas interrogações retóricas, em tom provocatório, pretendendo questionar/chocar uma ordem instituída, ao mesmo tempo que reafirma a sua forma de estar “*Es mío!!!*”.

Segundo Nuria Girona, o corpo, e acrescentamos nós o desejo, irrompe em Pizarnik como “*un lugar de conflicto entre pulsiones y relaciones sociales, naturaleza y cultura, en especial el cuerpo de las mujeres, vigiado, sufocado, constreñido por los discursos patriarcales*”.

Não deixa de ser curioso que também nesta temática da representação do eu, da representação do corpo, através do outro, e nos motivos que lhe são subjacentes, há uma forte aproximação entre as duas escritoras. Também aqui Florbela, na relação que o eu poético estabelece com o outro, parece manifestar não-desejo por ele, mas o desejo da libertação desse outro, numa sociedade rigidamente cristalizada:

É também interessante, na sua poesia, como o confronto da sua ideia de mulher é radicalmente um confronto face à convenção do homem. E isto é muito interessante porque vai mostrar que esta poesia é uma poesia que deseja o homem, mas o homem que deseja não é o homem da ordem simbólica. É aqui irrompe o sofrimento do desejo na obra de Florbela. Não estou a falar da biografia, da biografia não quero saber. Outras mulheres poderão reivindicá-la em função do seu desejo específico de mulher. No caso dela, há um desejo de um homem que não seja o daquela ordem simbólica, e é por aqui esta poesia pode irromper como exemplo, de, porque não dizê-lo, libertação. De libertação do próprio homem que não é o desejado por Florbela. (...) Mas ela representa um combate (...) Porque ela combateu uma das coisas mais tenebrosas que se podia combater no tempo em que escrevia. Era mais tenebroso, era mais difícil, ou, se me deixarem pôr as coisas ao contrário, era menos difícil a Carlos de Oliveira, a Manuel da Fonseca, combaterem o Estado Novo, era menos difícil a Fernando Pessoa combater a República, do que era difícil a Florbela combater o patriarcado (Magalhães, 1999, 29-30).

Além da temática ser comum às duas autoras, é curioso analisar as imagens do eu sofredor que projeta de si, através da relação do eu-outro: a de um eu inconformado, carente, expetante, em ânsia; um eu que deseja e expressa o seu desejo, através da escrita do corpo no corpus textual. Mas não deixa de ser curioso que, por detrás da escrita, existe um conjunto de forças, de intenções, revelações, omissões e vontades que não são possíveis de apreender, porque, o texto “É um entre” (Magalhães, 2007: 27), tal como estes “entre” eus.

Bibliografia

Ativa

- Espanca, Florbela (2005) *Poemas*, (Maria Dal Farra ed.), São Paulo: Martins Fontes.
 Pizarnik, Alejandra (1966) “Una tradición de la ruptura”, *La Nación*, 26 de junho, pp. 2-3.
 _____ (2005b) *Diarios* (Ana Becciu ed.), Barcelona: Lumen.
 _____ (2005a) *Poesía Completa* (Ana Becciu ed.), Barcelona: Lumen.

Passiva

- Alonso, Cláudia Pazos (1997) *Imagens do eu na poesia de Florbela*, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

- Chevalier, Jean (1969) *Dictionnaire des Symboles: Mythes, rêves, coutumes, formes, figures, couleurs, nombres*, Paris: R. Laffont.
 Fibla, Nuria Girona (2008) “Ser de escritora, ser de escritura: Memórias de Juan Manuela Gorriti” in *Fernandez, P. & Ortega, M-L* (eds), pp 309-324.
 Depetris, Carolina (2004) *Aporética de la muerte: estudio crítico sobre Alejandra Pizarnik*, Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
 Magalhães, Joaquim (1999) “Demasiado poucas palavras sobre Florbela” in *Rima pobre. Poesia portuguesa de agora*, Lisboa: Edição Presença, pp. 18-30.
 Magalhães, Rui (2008) “O vazio, o absoluto e o intenso” in *Literatura e Vida* (Rui Magalhães org.), Aveiro: Universidade de Aveiro.
 Paz, Octávio (1994) *La llama doble. Amor y erotismo*, 4ª ed., Barcelona: Seix: Barral.
 Pinã, Cristina “Formas de morir: de Alberto Greco a Alejandra Pizarnik”, www.raco.cat/index.php/Arrabal/articulo/view/140520/192902, em 10/03/2011.
 Rocha, Clara Crabbé (1977) *O espaço autobiográfico em Miguel Torga*: Coimbra: Almedina.
 Thomas, Marcelo Guajardo, “Lo erótico como réplica de la muerte. Una aproximación”, http://plagio.cl/home/index.php?option=com_content&task=view&id=156, em 10/03/2011.

19) JACEK MATUSZAK UNIVERSIDADE DE NOTTINGHAM, NINGBAO, CHINA / POLÓNIA

Jacek Matuszak, jacek.matuszak@nottingham.edu.cn

Data de nascimento: 6 maio 1967

- Mestrado em Filologia Inglesa – Universidade de Adam Mickiewicz, Poznan, POLÓNIA (reconhecido pela Universidade de Brasília, UNB)

- Diploma em Ensino de Inglês para Adultos (DELTA) – Universidade de Cambridge

EDUCATION

1992 MA in English - *Adam Mickiewicz University*, Poznan, Poland⁹⁴ (Thesis: “Richard

Brautigan: Linguistic, Textual and Metaliterary Strategies to Regain Control over the Text”)

OTHER QUALIFICATIONS

2005 Cambridge DELTA (Pass/Distinction) International House, Wroclaw, Poland
 2004 IELTS Certified Examiner (#997948) & IELTS Exam (Grade 9) Nicosia, Cyprus
 1989 Cambridge Proficiency Exam in English (Grade A) South Thames College, London

WORK EXPERIENCE

CHINA, From October 2007 EAP Tutor at the University of Nottingham Ningbo, China (UNNC)

October 2008 – December 2008 Lecturer at the English Studies department of the

UNNC (lectures and seminars – Language in Context) ?

From November 2007 IELTS Examiner (The British Council, Shanghai)
ENGLAND, **August – September 2009, June – September 2008** EAP Tutor at Oxford Brookes University (pre-sessional courses)

June – September 2007 EAP Tutor at the University of Nottingham
1995-1997 ESL Teacher at Oron International Studies, metropolitan School of English and Euroway School of English (London)

1996-1997 Interpreter for Wandsworth Interpreting Services (London)
LIBYA, **May 2006 – September 2006** English Language Instructor – International House Newcastle and Northumbria University. Preparing, organizing and delivering an intensive training course to employees of the Libyan Ministry of Tourism (Tripoli)

BRAZIL, **2006-2007** EFL Teacher at *Cultura Inglesa*, a British Council-affiliated network of schools and a Cambridge exam centre, in Belo Horizonte. Intensive IELTS preparation courses, preparing students for the BEC, FCE, CAE and CPE exams, individual lessons with corporate students (CVRD)

1998-1999; 2001-2003 EFL Teacher at Greenwich Schools. Teaching Business English to top executives at Fiat Brazil and other major companies; preparatory courses for the University of Cambridge exams, TOEFL and IELTS (Belo Horizonte, MG)

2003-2004 Translator (English and Portuguese) - Custom Solutions (Nova Lima, MG) - technical texts (mostly related to mining & petroleum industry).

1996 EFL Teacher at *Escola de Línguas Euroway* (Fortaleza, CE)
1994 Regional Manager of the Polish-Brazilian Economy Enquiry Centre (Belo Horizonte, MG)

CYPRUS **June 2004 – June 2005** IELTS Examiner with the British Council (Nicosia)
September 2004 – June 2005 EAP Tutor and Listening Coordinator at the English Preparatory School of the European University of Lefke (Lefke)

February-August 2004 EAP Tutor at *EUL*. Teaching oral and written English to first year university students

POLAND **2000** Technical translator and ESL teacher (Business English for executives) - *Kwartet Translation Agency* (Poznan)

1993-1994 EFL Teachers at *Higher School of Banking and Management* (Poznan)
USA **2000-2004** Translator and interpreter for Driving Essentials (Kenneth Square, PA)

1995 Interpreter during training sessions organized by the US Federal Government - Polish Language Services (Arlington, VA)

INDONESIA **1998** EFL Teacher English First LANGUAGE (Bogor)

GREECE... ([SINOPSE E TRABALHO EM John Mackenny](#))

20) **JOÃO COSTA SIMÕES CHRYSTELLO, Assessor Técnico Dos Colóquios Da Lusofonia**

JOÃO CHRYSTELLO (N. 1996). Frequenta o 9º ano da Escola Básica Integrada da Maia em São Miguel, Açores. Apesar de muito jovem, o João, desde 2008, tem-se

mostrado um excelente assistente técnico, responsável – entre outras atividades - pela gravação e verificação das Atas/Anais em CD/DVD.

BRAGANÇA

ACORIANÓPOLIS 2010,

BRAGANÇA 2010

2009



Em Bragança (2009 e em 2010) e no Brasil 2010, desempenhou as funções de sonoplasta e luminotécnico, além de prestar um inestimável apoio informático a todos os oradores, às sessões culturais paralelas e à organização dos colóquios.

É supranumerário da comitiva oficial a Macau em virtude de não ter a idade legal para fazer parte da comitiva.



21) **JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA / FLUL LISBOA, PORTUGAL / PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007**



JOÃO MALACA CASTELEIRO, licenciou-se em

Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade.

Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado.

Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia.

Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* e o responsável pela versão portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

João Malaca Casteleiro é um convicto defensor da adoção das regras prescritas pelo *Acordo ortográfico de 1990*.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa desde 1979. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos,

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou

Presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

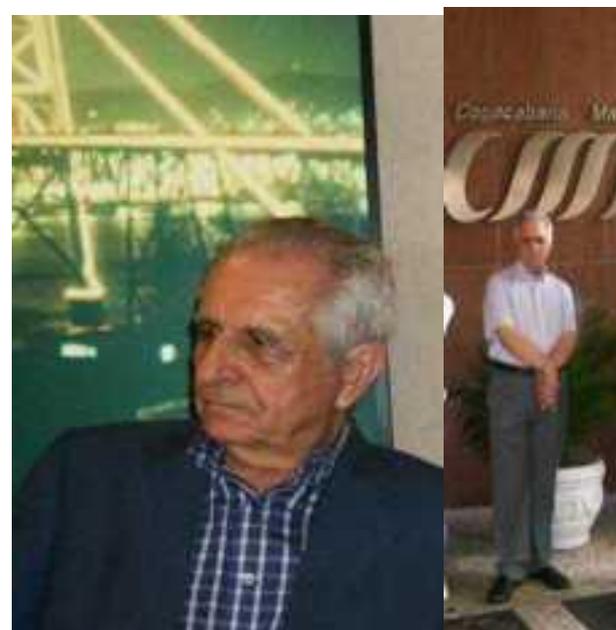


Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como Português Fundamental, Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998. A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007 e um dos mais dinâmicos promotores do novo acordo ortográfico em cuja conceção participou.



INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011
É SÓCIO FUNDADOR DA AICL
É PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-GERAL DA AICL.

TEMA 3.4. - 26 ANOS DE LABUTA PELO ENSINO DO PORTUGUÊS EM MACAU E NA CHINA

22) JOHN MACKENNY, Division of English Studies Universidade de Nottingham Ningbo, CHINA/REINO UNIDO

John Anthony McKenny, john.mckenny@nottingham.edu.cn

Nascido 25-04-1953 em Irlanda do Norte, Reino Unido

Graus académicos:

- Licenciatura Filosofia Universidade de Trinity College, Dublin. Moderatorship Honours)

-Pós-graduação em Educação da Universidade de Cambridge

- Mestrado em Filosofia da Universidade de Dublin.
 -Royal Society of Arts Diploma em TEFLA ensino de inglês a adultos (DELTA)
 - Mestrado em Ensino de Inglês para Fins Específicos Universidade de Aston Birmingham. Equivalência de faculdade de letras Universidade de Porto - Doutoramento.

Educação

1972-76 University of Dublin, Trinity College, Dublin, Eire. B.A. (Moderatorship) Hons Mental and Moral Science. Honors Degree in Philosophy
 1977-78 University of Cambridge Hughes Hall College Cambridge, U.K. Postgraduate Certificate of Education in Religious Studies
 1986-87 Aston University Birmingham, U.K. Master of Science, Ensino de Inglês para Fins Específicos: curso de 12 meses de ensino com dissertação
 1997 – 2004 School of English, University of Leeds, Doutoramento em linguística de corpus e fraseologia.

Experiência profissional:

1978-79 - Frontistirion Devletoglou -Thessaloniki, Greece - EFL Teacher
 1979 – 1984 The English Centre Madrid, Spain EFL Teacher
 jan –jun 1985 The British Council Lisbon, Portugal EFL Teacher
 jun 1985 – jun 1986 Sultan of Oman’s Airforce Muscat, Preparando Cadetes da marinha para estudos no UK
 set 1986 – sep 1987 The British Council Birmingham, U.K. Examinador em ELTS (atualmente IELTS) nas West Midlands
 1987-89 KV vid Lundsuniversitet Malmo, Sweden Formador de professores
 jan 1990 – ago 1990 Bell Residential College Saffron Walden UK , EFL Tutor
 set 1990 – set 1991 International House, Viseu, Portugal Diretor de Estudos
 out 1991 – março 1999 Escola Superior de Educação Viseu, Portugal Professor adjunto, Ensino de Inglês e formação de professores
 1991-95 Catholic University Viseu, Portugal Professor em part-time de Inglês para Estudos Empresariais

abril 1999 – out 1999 Central European University, Budapeste, Hungria Academic Writing Instructor. Dirigindo mestrados nas suas dissertações
 out 1999 – ago 2002 Escola Superior de Tecnologia Viseu, Portugal Professor adjunto Inglês para turismo
 set 2002-07 English Language Centre, Northumbria University Professor adjunto em EAP e Linguística Aplicada
 set 2007 – set 2008 University of Nottingham Ningbo, China, Chefe fundador do departamento de estudos ingleses
 set 2008 – set 2011 Universidade de Nottingham Ningbo, China Professor adjunto de linguística e língua inglesa

Publicações

1. 1998 Cal tradução para português do romance em inglês de Bernard MacLaverty.
2. -1998 Dicionário online sobre anglicismos URL: www.ipv.pt/anglicismos.
3. -1998 “Confessions of a wondering scholar” *Millenium* Jul. 1998 Nº. 1 URL: <http://www.ipv.pt/millenium/mckenny11.htm>
4. -2001 “A case study of a translation of King Solomon’s Mines by Eça de Queiroz” in *Proceedings of the Symposium on Translation Studies 1999 Viseu*

*-To be published March 2011 Englishes of the British Isles Volume 1 of 12-volume series on World Englishes co-edited with T. Hopkins. London: Continuum International.
 Membro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos APEAA
 Membro fundador da Associação de Amizade Portugal-Irlanda*

TEMA 3.1. DIVERGÊNCIAS NA PERCEÇÃO DA ESTADIA DOS PORTUGUESES NA CIDADE DE NINGBO NO SÉCULO 16 BASEADAS NO LIVRO “PEREGRINAÇÕES” DE FERNÃO MENDES PINTO E EM FONTES CHINESAS CONTEMPORÂNEAS

JOHN MACKENNY, R.P. DA CHINA/UK

E JACEK MATUSZAK, R.P. DA CHINA POLÓNIA

Este estudo foi concebido por dois colegas da Universidade de Nottingham Ningbo China e é fruto de uma serie de sincronicidades. Vindo de países diferentes (Irlanda,

Polónia/Brasil), o único ponto que temos em comum é a nossa lusofonia. Trabalhamos junto em Ningbo há mais de três anos e durante esse tempo passamos muitas vezes por uma pequena igreja na beira do mar. A arquitetura dela remete a Igreja da Nossa Senhora da Batalha em Portugal. Os clérigos e o bispo nos contaram que a igreja foi fundada por padres franceses. De fato, existe uma placa (em forma de pedra parecendo uma lápide) com nomes desses padres implantada do lado esquerdo do altar. Hoje em dia a igreja chame-se Igreja do Sagrado Coração, nome que coincide com as datas dos supostos padres franceses, e as visões de Margaret Mary Alacoq na segunda metade de século 19.

Tudo mudou quando começamos a ler a obra-prima da literatura portuguesa e universal *Peregrinação*. Desde já, pedimos desculpas por nossa utilização desse grande livro como um mero repositório de fatos históricos, geográficos e sociológicos. No entanto, reparamos que muitos dos capítulos do livro referiram se as ruas e becos do distrito da nossa igreja. Houve capítulos descrevendo o comércio e o dia a dia da nossa cidade adotiva há cinco séculos. Poderia a nossa igreja ser a Igreja da Nossa Senhora da Imaculada Conceição descrita com tantos detalhes nos capítulos iniciais de Mendes Pinto? Seria por acaso a razão da discrepância o abandono da igreja (ou, melhor dizendo, da China) por Portugueses nos tempos de *Peregrinação* e uma restauração feita três séculos depois por padres franceses?

Decidimos investigar seguindo as pistas deixadas na grande obra de Mendes Pinto: os eventos e tormentos, as ilhas e montanhas, os muitos personagens mencionados. Alguns fictícios e outros verdadeiros, ocidentais e orientais. Nossa fonte de triangulação serão historiadores chineses que podem fornecer informação sobre qualquer escrito, relato, ou alusão referindo se aos Portugueses, sejam eles em Ningbo ou nos arquivos da capital da província, Hangzhou, ou até mesmo na ilustre biblioteca dos Jesuítas em Xangai, XujiaHui.

Através do persistente questionamento das fontes disponíveis, esperamos chegar ao congresso com uma coerente historia da “nossa” cidade e do bairro Lao Waitan (“praia dos estrangeiros”) onde encontra se a igreja e onde transcorreram muitos dos eventos do

grande livro. Pretendemos também apresentar, com todo respeito, uma razoável avaliação do nível de correspondência entre as secções de *Peregrinação* que tratam de Ningbo (Liampó ou Ningbó em português) e o que pode ser averiguado com a ajuda de historiadores e informadores contemporâneos da região.

Na época da suposta estadia de Mendes Pinto na cidade de Ningbo, o imperador da China era Zhengde da dinastia Ming. Segundo professor Tianze Wang, ele não passava de um playboy que não se preocupava muito com o seu país. Ele recebeu os embaixadores de Portugal, que tentavam estabelecer relações diplomáticas entre os dois países, mas ligou muito mais para os presentes trazidos por eles do que a missão deles. Logo depois da morte do Zhengde, as discussões sobre o possível inicio de contactos oficiais entre os dois países também foram sepultadas. O motivo era o ressentimento existente no país por causa do domínio Português sobre o sul da Ásia naquela época, agravado pela crescente animosidade e desconfiança que ele causava.

Os eventos acontecendo em Ningbo foram registados numa espécie de crónica que contém relatórios mandados regularmente por oficiais locais a corte. Essa crónica é hoje acessível pela internet no site do governo local (http://gtoc.ningbo.gov.cn/art/2010/9/13/art_3193_187595.html). Segue em baixo um resumo de eventos envolvendo Portugueses em tradução de Jiajia Xu:

自1524年(嘉靖三年)起, 葡萄牙人擅入双屿港搞海上走私贸易。是年, 闽人李光头、歙人许栋窜至双屿港, 勾结葡萄牙人、日本人和中国沿海走私官员、商人, 私相贸易, 一时船舶云集, 多至港塞, 结聚至万人。

Since 1524 (Emperor Jiajing 3), Portuguese broke into the Double Island and started smuggling business in the sea. The same year Li Guangtou from Fujian province, and Xu dong went to the Double Island. They worked with the Portuguese, Japanese and Chinese

government officials, businessmen to smuggle and trade. In a short time, there were so many ships that the port was crammed. There were as many as ten thousand people at that time.

[It should be noted that the Portuguese name which was thought to refer to Ningbo, i.e. Liampo, is a calque of the Chinese expression 'double island'.]

葡萄牙人侵占双屿港后，筑馆舍、教堂，岛上住户3000人，内葡人1200人。葡人常在“货尽将去之时，每每肆行劫掠”。

After the Portuguese broke into the Double Island, they built houses and churches. There are about 3000 residents, including 1200 Portuguese. It was said that 'the Portuguese often attempted to rob when the goods were almost sold out, and people were leaving.'

1548年（嘉靖二十七年）

1548 (Emperor Jiajing 27),

四月 朱纨遣都指挥卢镗进攻双屿港，擒获李光头、许栋，俘获日本人稽天破等，击杀数百人。许栋余党歙人王直率众遁。卢镗尽毁岛上建筑，并用木石填塞双屿隘口水道，尽驱葡萄牙殖民者出港。

April, Official Zhu Wan directed Lu Tang to attack the Double Island, and Li Guangtou, Xu Dong, and Ji Tianpo (Japanese) were caught. Several hundred people were killed. Lu Tang destroyed all the buildings and constructions on the island, stuffed wood and stone in the neck of the waterway and drove away all the Portuguese colonists.

五月 朱纨至双屿港巡视填塞及毁平实情。

May, Zhu Wan went to the Double Island to check the filling of the waterway and the destruction of the buildings.

1549年（嘉靖二十八年）

1549(Emperor Jiajing 28)

朱纨遭诬罢官，引鸩自尽，倭势复张。

Zhu Wan was made a false charge and resigned. He took the poison and committed suicide. The Japanese force was built up and became strong again.

Usando as informações contidas nos arquivos e outros documentos históricos, é possível estabelecer que vários detalhes no livro do Pinto são de fato errados, portanto não podem ser verdade. Segue uma lista de exemplos:

1) Ele descreve uma batalha entre Portugal e China dizendo que tinha mais de 400 navios em Liangpo. Segundo os dados da defesa costal chinesa daquela época, o numero de navios não poderia passar de 120. Além disso, seria fisicamente impossível juntas um numero de navios tão expressivo no espaço limitado do porto de Liangpo.

2) Pinto menciona também tais frutas como bananas e líchias. Ele descreve pessoas que estariam supostamente com posse delas em janeiro e fevereiro. Essas frutas não foram cultivadas nessa região da China naquela época e menos ainda poderiam ser achadas em pleno inverno.

3) No livro do Pinto, há descrições de pessoas locais andando a cavalo e veado, além de brincar com falcões. Isso também é impossível. Falcoaria não era praticada nessa parte da China e é impossível imaginar que essas formas de entretenimento seriam aceitáveis para os locais.

4) Mendes Pinto menciona também uma ilha norte de Ningbo onde 17 imperadores seriam sepultados. Isso é impossível para um Chinês já que a ideia de ser enterrado numa ilha é repugnante dentro da cultura chinesa.

5) Professor Wang afirma que as políticas das dinastias Song (960-1279) e Ming (1368-1644) eram bem distintas. Durante a primeira, existia na China uma abertura muito grande para o mundo afora: tanto a política externa, quanto o estabelecimento de relações diplomáticas com exterior eram encorajados. Entretanto, durante a dinastia Ming, por causa dos ataques frequentes das tropas Japonesas, a política externa se tornou por necessidade muito mais cautelosa e houve um fechamento notável do país.

Professor Wang publicou vários trabalhos sobre o Mendes Pinto, ou Pinto, como os Chineses gostam de se referir a ele. Os pesquisadores chineses, mesmo apontando muitas discrepâncias entre os relatos dele e os fatos históricos da época, afirmam que as descrições de Mendes Pinto se destacam entre os escritos por vários Portugueses na época. Um dos comentários comuns feito aqui é que considerando as energias e atenção que deveriam ter sido dedicados aos interesses comerciais dele, foi formidável Pinto conseguir escrever uma crónica riquíssima em detalhe e informação.

LIGAÇÕES ÚTEIS:

<http://www.macaudata.com/macauweb/book165/html/10801.htm>

<http://filebox.vt.edu/users/jojacks2/words/sinoportuguese.htm>

23) **LEONG CHEOK I, Instituto Politécnico de Macau, China.**

Leong Cheok I, Natural de Macau, Correio eletrónico: cheok.i.leong@gmail.com

Graus académicos:

1995 – Licenciatura em Estudos Portugueses, variante de Ensino do Português como Língua Estrangeira, pelo Instituto de Estudos Portugueses, Universidade de Macau.

2000 – Mestrado em Língua e Cultura Portuguesas, variante de Estudos Linguísticos, pelo Instituto de Estudos Portugueses, Universidade de Macau.

2006 – Doutoramento em Linguística pelo Departamento de Português, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Macau.

Experiência profissional:

1991 / 2000 (março) – Professora de Português do CDL – Centro de Difusão de Línguas, Direção dos Serviços de Educação e Juventude, Macau.

1995/96 – Autora e apresentadora de dois cursos de Cantonês na TVEM – Televisão Educativa de Macau: Cantonês (Iniciação), em 1995 e Cantonês (Nível II), em 1996, projeto do Instituto Politécnico de Macau.

1997 /a 1998 – Professora de Português a tempo parcial do Instituto de Estudos Portugueses, Universidade de Macau, (em regime de acumulação de funções).

1998/99 – Leitora a tempo inteiro do Instituto de Estudos Portugueses, Universidade de Macau, (em regime de requisição à D.S.E.J.).

1999 (set) 2000 (mar) - Professora de Português do Instituto de Estudos Portugueses, Universidade de Macau, (em regime de licença sem vencimento de curta duração).

2000 – Professora de Português a tempo parcial na Escola Superior de Administração Pública, Instituto Politécnico de Macau, (em regime de acumulação de funções).

2000 (março) a (agosto) – Assistente Estagiária do Instituto de Estudos Portugueses, Universidade de Macau.

2000 a 2006 – Assistente do Instituto de Estudos Portugueses (o atual Departamento de Português da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), Universidade de Macau.

2006 a 2009 – Professora auxiliar do Departamento de Português da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Macau.

2009 à atualidade – Professora Adjunta do Centro de Estudos das Culturas Sino-Occidentais do Instituto Politécnico de Macau.

Publicações:

1997. *Cantonense – Nível I: Iniciação*. Macau: Televisão Educativa de Macau, Instituto Politécnico de Macau. Coordenação de José Rocha Dinis. (Autora e apresentadora de 100 lições editadas em cassetes-vídeo e 1 livro de 224 páginas).

1997. “*Retroação sobre o Ensino do Cantonês para Portugueses na Televisão Educativa de Macau.*” in *Português como Língua Estrangeira, Seminário Internacional (Atas)*, p. 173-178. Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Direção dos Serviços de Educação e Juventude de Macau, Fundação Macau.

2001. *Cantonense – Nível II*. Macau: Televisão Educativa de Macau, Instituto Politécnico de Macau. Coord. José Rocha Dinis. (Autora e apresentadora de 100 lições editadas em cassetes-vídeo e 1 livro de 392 páginas). ISBN: 99937-33-08-3.

TEMA 2.3. O ENSINO DE GRAMÁTICA E O DICIONÁRIO DE VERBOS CHINÊS – PORTUGUÊS. LEONG CHEOK I, (INSTITUTO POLITÉCNICO MACAU), MACAU, ERA, M RP CHINA

No contexto de Macau, o processo de ensino / aprendizagem de português como língua estrangeira é sempre um grande desafio colocado tanto aos professores que ensinam, como aos alunos que aprendem. Sendo uma docente dedicada a esta missão durante quase vinte anos, e que já foi também aluna da língua de Camões, gostaria de partilhar com os participantes deste encontro reflexões insignificantes sobre o ensino de português aos alunos chineses, realizado num contexto de ensino superior. Estas reflexões vão ser feitas à volta da área de ensino de gramática num curso de licenciatura, destinado à formação dos alunos especializados em Português como língua estrangeira. Por outro lado, também vou aproveitar esta ocasião para mencionar um instrumento, que está no processo de elaboração, e que é importante para o processo de ensino / aprendizagem que está em análise.

Nas referidas reflexões sobre o ensino da gramática vão ser analisados vários aspetos, nomeadamente a relação entre o ensino da gramática e a meta final da aprendizagem, a relação entre o ensino da gramática com o ensino de outras disciplinas, os requisitos para

uma aprendizagem com sucesso nomeadamente a importância da introdução de conteúdos certos nos momentos propícios e as condições situadas no campo psicológico.

No fim vai ser explicado como surgiu a ideia da elaboração do Dicionário de Verbos Chinês-Português, inclusivamente a utilização que se pode fazer deste novo instrumento para o ensino / aprendizagem de português pelos alunos chineses.

1. Introdução

Devido aos quatrocentos anos de administração portuguesa em Macau e sendo o português e o chinês as duas línguas oficiais da RAEM, atualmente há, nesta pequena cidade chinesa, grandes necessidades de bilingues chinês/português, tanto nos domínios administrativo e jurídico, como nos âmbitos comercial e cultural. Tem-se registado, no entanto, um certo desequilíbrio entre a procura e a oferta sobretudo de profissionais bilingues com alta qualidade, o que tem implicações em assuntos diversificados e prejudica, de certo modo, o desenvolvimento do Território.

Neste contexto, a formação de bilingues chinês/português reveste-se, em Macau, de um significado muito especial, pois o sucesso dos respetivos cursos torna-se indispensável para o progresso e a evolução da RAEM como um lugar estratégico no processo de abertura e reforma da China, nomeadamente na sua relação com os países da língua portuguesa.

2. Necessidade de ensino da gramática

A necessidade de lecionar a gramática e a forma de ensino da mesma no processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, têm a ver principalmente com duas variáveis: o objetivo da aprendizagem e as características do público-alvo.

No contexto de Macau, num curso de licenciatura destinado exclusivamente ao ensino de português, o objetivo principal da aprendizagem é claro: os alunos dotados de capacidades de comunicação suficientes para poderem satisfazer as exigências

colocadas pelo mercado de trabalho, sobretudo pelo mercado de tradução. Com efeito, independentemente do facto de o respetivo curso ser declaradamente um curso de tradução ou não, ser tradutor é sempre uma grande vocação e saída profissional dos seus alunos. Em relação à segunda variável, o público-alvo que normalmente existe para estes cursos são alunos de língua materna chinesa, cuja competência de comunicação em português, antes do curso, é nula ou bastante limitada.

Condicionado pelo objetivo definido, pelo tempo permitido para a sua realização e pelo público-alvo cuja língua materna é bem distante da língua portuguesa, neste tipo de curso, a par da progressão comunicativa e funcional que caracteriza a maior parte dos cursos de português, não se pode negligenciar a importância da progressão gramatical, pois na experiência de dezenas de anos de ensino de português a chineses, há numerosos exemplos que podem provar que, o não-domínio pelos alunos das regras morfosintáticas da língua-alvo, é uma das razões principais que levam ao insucesso da aprendizagem. Só em raros casos o aluno pode construir indutivamente, por si só e de uma forma satisfatória, uma gramática inferida como padrão orientador nas suas performances da utilização da língua-alvo.

Depois de afirmarmos a necessidade de lecionação da gramática nos cursos mencionados, passaremos em seguida à discussão sobre a forma de ensino da mesma.

3. Vários pontos chaves para o sucesso

As experiências de sucesso e fracasso demonstram que, para poder levar a bom termo o processo de ensino-aprendizagem de português no contexto específico supramencionado, o ensino da gramática tem os seus próprios princípios que precisam de ser respeitados.

O primeiro ponto a focalizar seria a decisão a propósito dos momentos certos, durante o decorrer do curso, em que deve ter lugar o ensino da gramática. Não são poucas as solicitações dos profissionais bilingues para aperfeiçoarem os seus conhecimentos gramaticais, apresentadas quando reconhecem a importância que estes conhecimentos

possuem para alcançar boas práticas profissionais comunicando em português. Porém, o resultado dos esforços dispensados para este fim queda-se sempre aquém daquele que é almejado. De facto, é muito difícil corrigir os conceitos errados sobre o funcionamento da língua que já se foram enraizando com as múltiplas repetições de atos de comunicação, durante o curso ou mesmo no exercício das atividades profissionais. Por outro lado, como todo o conjunto de conhecimentos linguísticos foi sendo adquirido, desenvolvido e consolidado com base nestes conceitos pouco apurados ou mesmo incorretos, é de facto impossível reconstruí-lo e/ou aperfeiçoá-lo.

É sempre muito mais fácil construir um modelo novo do que corrigir o modelo errado. Sendo assim, nos primeiros dois anos destinados à construção da base linguística para as etapas posteriores de aprendizagem, o controlo do processo desenvolvido pelos alunos de descoberta e assimilação das regras de funcionamento da língua-alvo, tem que ser total, processo esse que precisa de ser orientado pelo professor segundo uma evolução razoável para a aprendizagem e um ritmo adequado aos alunos. Para conseguir isto, é importante inclusivamente a carga horária semanal do professor, sobre a qual ainda voltaremos a analisar.

Em segundo lugar vamos falar da articulação entre o ensino da gramática e o ensino da língua em geral.

Quanto aos materiais de ensino, existem livros organizados em vários níveis com o respetivo caderno que é composto por exercícios predominantemente gramaticais. A utilização deste tipo de material permite a harmonia entre os dois géneros de atividades didáticas em termos de temas e léxico. Existe, no entanto, a desvantagem de que estes exercícios não são suficientes ou totalmente adequados para a concretização dos objetivos gramaticais do referido curso, que tem as suas características muito peculiares.

No que diz respeito à progressão, para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais eficiente, a introdução de novos conteúdos gramaticais deve ser imediatamente anterior à sua utilização nas aulas de língua. Porém, há casos em que, devido à peculiaridade da matéria a ensinar (como por exemplo, a estrutura da língua, cuja aprendizagem dura um período bastante alargado e é desenvolvida em conformidade com

a progressão comunicativa e funcional dos alunos, sendo os mesmos conceitos reaplicados em situações progressivamente mais complexas), pode não haver um paralelismo tão evidente entre os dois tipos de atividades.

O terceiro aspeto toca a seguinte questão: Que gramática é que se deve ensinar? Relativamente a este assunto, somos de opinião de que nem todas as regras gramaticais precisam de ser explicadas. A aula da gramática não consiste na exposição do conteúdo de um livro de gramática. Há regras que podem ser muito bem assimiladas nas aulas da língua. A par disso, há múltiplos aspetos da língua sobre os quais não se encontram explicações, e a sistematização da sua regra, porém, apresenta-se com grande utilidade para a aprendizagem pelos alunos. Este seria o desafio fulcral colocado ao ensino da gramática, o qual tem a responsabilidade de acelerar o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, a gramática que se ensina deve consistir nas regras indispensáveis para a transmissão da mensagem, assim como nos meios gramaticais, cujo significado os alunos têm dificuldades em perceber.

Tal como foi mencionado, o ensino da gramática deve acompanhar de perto a evolução da aprendizagem, vigiando as descobertas feitas pelos alunos acerca das regras de funcionamento da língua-alvo, fornecendo a tempo as explicações necessárias, para além de fazer a apresentação de novos conteúdos nas ocasiões propícias. O professor encarregado desta função deve ser o amigo mais íntimo dos alunos, que lhes possa proporcionar todo o tipo de apoio na solução dos problemas surgidos igualmente noutras disciplinas.

De facto, se os sentimentos de empatia e confiança dos alunos para com o professor são sempre importantes para o sucesso em quaisquer disciplinas, neste caso é mesmo a condição *sine qua non*, pois é mediante a exposição, sem reserva, pelos alunos dos conceitos que eles têm do funcionamento da língua-alvo, que o professor pode dar as melhores orientações e esclarecimentos sobre o assunto, dialogando e discutindo com eles. Para isto, a carga horária semanal do professor precisa de ser suficiente.

Por outro lado, o professor deve dar explicações em língua materna dos alunos para facilitar a compreensão, a comunicação, e mesmo para os alunos poderem estar suficientemente à vontade.

No curso referido, o ensino da gramática nunca deve ser lecionado isoladamente nem deve ser considerado uma componente acessória, abordando apenas a parte gramatical da língua. O professor de gramática deve ser também o professor da língua que acompanha toda a progressão comunicativa e funcional. O que ele tem são características específicas para poder dar mais apoios no aspeto gramatical, quando esta necessidade surge em momentos diferentes do processo de ensino-aprendizagem.

4. O Dicionário de Verbos Chinês-Português

Foi no contexto referido que surgiu a necessidade de elaboração do Dicionário de Verbos Chinês-Português, um dicionário bilingue que tem como base teórica o conceito da valência verbal, isto é, o verbo funciona como o núcleo na estruturação da frase determinando quais elementos é que a frase tem que conter e quais são as propriedades sintáticas e semânticas de cada um destes elementos.

Como corolário e complemento de tudo o que antes referi, e a fim de o demonstrar de forma prática, vamos observar em detalhe uma entrada contida neste dicionário de verbos: o verbo “糾纏 *jiuchan*”.

1. 你別再跟我糾纏了。

*Deixe de me **aborrecer** / **chatear**.*

2. 每次這孩子都糾纏個沒完。

*Em todas estas ocasiões / momentos esta criança **fica a incomodar** / **importunar** sem parar.*

3. 大家不要再在這個問題上糾纏了。

*Não **percamos** mais **tempo** nesta questão.*

4. 這件事已糾纏了一年多了。

***As disputas relativas a** este assunto já **duraram** mais de um ano.*

5. 我不想再在這件事上糾纏不清。

*Não quero continuar a **ficar envolvido** neste assunto.*

6. 我今天下班後被一件小事糾纏住了。

Hoje, depois de sair do emprego, **fiquei presa / retida** por um assunto insignificante.

Neste exemplo podemos verificar que, a um único verbo em chinês, correspondem várias formas verbais em português, à volta das quais às vezes se constroem frases com estruturas sintáticas muito diferentes, o que se pode verificar na quarta frase.

Trata-se de uma propriedade idiossincrática do verbo que não se pode prever através das regras gramaticais. Foi neste sentido que no ensino da gramática se sentiu a falta de material de apoio para a expressão livre dos alunos, quando estes já dominam as regras básicas de funcionamento da língua-alvo.

E foi assim, adentro deste contexto, que se tomou a iniciativa da elaboração do mencionado dicionário que contém entre mil e trezentas entradas. Com o apoio do Instituto Politécnico de Macau, o trabalho de elaboração deste dicionário já chegou à fase final. Esperamos que a publicação deste instrumento possa contribuir, de modo eficaz, para o ensino de português a alunos chineses. Muito obrigada.

Bibliografia

FRIAS, Maria José. (1992). *Língua Materna – Língua Estrangeira, uma Relação Multidimensional*. Portugal: Porto Editora.

LEGENDRE, Renald. (1993). *Dictionnaire Actuel de L'Éducation*. 2ª edição. Montréal: Guérin; Paris: Eska.

SCRIVENER, Jim. (2005). *Learning Teaching*. Edição: Macmillan Education.

VILELA, Mário. (1992). *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra: Almedina.

24) **LUCIANO PEREIRA, Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação, Setúbal, Portugal**



LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, luciano.pereira@ese.ips.pt.

- Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês)
- Mestre em Literaturas Medievais Comparadas
- Doutor em Línguas e Literaturas Românicas
- Provas Públicas para Professor Coordenador

1. Comunicações e artigos:

- *L'interculturel, l'audiovisuel et l'enseignement des langues*
- *As cores da língua portuguesa como expressão de cultura*
- *A cultura açoriano-catarinense na obra de Franklin Cascaes*
- *Paiva Boléo e a cultura açoriano-catarinense.*
- *A representação da Ilha na literatura de temática açoriana*
- *A representação da Arrábida na literatura portuguesa*

2. Ensaios:

- *O universo do imaginário*
- *Os bestiários franceses do Século XII*

- *O bestiário e os contos tradicionais portugueses*
- *A fábula em Portugal*

3. Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua

Portuguesa na Alemanha (em colaboração):

- *A cidade*
- *O mundo das línguas*



EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982/1986)
- Formando, Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1986/2010)
 - Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990/1995)
 - Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995/1996)

- Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2005 e 2010)

- Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)

INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.

É VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA AICL.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL

TEMA 3.6. O CONTRIBUTO AFRICANO PARA O FABULÁRIO DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Em África, a fábula europeia confrontou-se com um substrato local de tradição oral pujante e vigoroso.

A sua transmissão fez-se em línguas indígenas e em crioulos.

As suas origens são tão variadas quanto os seus povos e suas mitologias.

São famosas as histórias de pequenos animais arditos: a lebre, o sapo, a aranha ou a tartaruga, dependendo da sua região de origem.

“Sã Taltalugua e sualei” são algumas das personagens mais familiares de São Tomé e Príncipe.

A lebre é seguramente o animal mais arditoso da costa atlântica do continente africano. Inúmeras são as histórias de astúcia e matreirice desta verdadeira “raposa” africana.

O fabulário africano encontrou no Brasil, e em particular na Bahia, um espaço de eleição que lhe permitiu desempenhar uma das suas funções nucleares: a da resistência e a da denúncia social, reforçando a sua dimensão política e revolucionária.

Tal como a capoeira, a fábula tornou-se a expressão artística da luta do povo negro, oprimido e escravizado. Em Portugal a sua receção foi mais modesta.

As nossas lendas encerram, é certo, uma viva memória de um povo mouro encantado mas o repertório dos nossos contos tradicionais, tão imbuídos de orientalismos, permaneceu quase indiferente à sabedoria da fábula africana.

É sobretudo no século XX que antropólogos e etnólogos a divulgam em recolhas mais ou menos eruditas e que autores como Alberty e António Torrado a souberam integrar no tesouro da nossa literatura para a infância.

TEMA 3.6. O CONTRIBUTO AFRICANO PARA O FABULÁRIO DE EXPRESSÃO PORTUGUESA, LUCIANO PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL

1. Sinopse

Em África, a fábula europeia confrontou-se com um substrato local de tradição oral pujante e vigoroso. A sua transmissão fez-se em línguas indígenas e em crioulos. As suas origens são tão variadas quanto os seus povos e suas mitologias. São famosas as histórias de pequenos animais arditos: a lebre, o sapo, a aranha ou a tartaruga, dependendo da sua região de origem. “Sã Taltalugua e sualei” são algumas das personagens mais familiares de São Tomé e Príncipe. A lebre é seguramente o animal mais arditoso da costa atlântica do continente africano. Inúmeras são as histórias de astúcia e matreirice desta verdadeira “raposa” africana.

O fabulário africano encontrou no Brasil, e em particular na Baía, um espaço de eleição que lhe permitiu desempenhar uma das suas funções nucleares: a da resistência e a da denúncia social, reforçando a sua dimensão política e revolucionária. Tal como a capoeira, a fábula tornou-se a expressão artística da luta do povo negro, oprimido e escravizado.

Em Portugal a sua receção foi mais modesta. As nossas lendas encerram, é certo, uma viva memória de um povo mouro encantado mas o repertório dos nossos contos tradicionais, tão imbuídos de orientalismos, permaneceu quase indiferente à sabedoria da fábula africana. É sobretudo no século XX que antropólogos e etnólogos a divulgam em recolhas mais ou menos eruditas e que autores como António Torrado a souberam integrar no tesouro da nossa literatura para a infância.

2. Remotas origens

Esopo, seis séculos antes de Cristo é tradicionalmente tido pelo pai da fábula, todavia duzentos anos antes, Sócrates fabulava com intenções pedagógicas ou satíricas. Na Índia permanece a memória de um fictício Pilpai e de um não menos fictício Locman. Cada fabulista, tradutor, intérprete ou criador (Fedro, La Fontaine, Florian, Yriarte, Samaniego, Gellert, Filinto Elísio, Curvo Semedo, Bocage, João Cardoso de Menezes e Sousa...), contribuiu para fixar a ética e a estética do género. Universal por excelência, nenhum povo a desconhece, a sua origem e a sua expansão apaixonaram os sábios, os críticos, os literatos, antropólogos e etnólogos, tal como a fonte do Nilo sempre obcecou geógrafos e aventureiros.

Esta minha comunicação pretende apenas dar singela notícia do contributo africano para o fabulário de expressão portuguesa. Sabemos que já as fábulas esópicas estavam imbuídas de características orientais e africanas e que La Fontaine voltou a valorizá-las, regressando, em particular, às universais e diversificadas lições de Pilpai.

O Império romano procedeu a um primeiro encontro de culturas percorrendo as costas de África. O diálogo intercultural reforçou-se, mais tarde, disseminando-se pelo vasto continente graças à expansão do Islão. O rico imaginário animista permitiu a fusão de mitos, contos e fábulas. O negro, escravo de África, transportará consigo o produto dessas primeiras sincrecias, aculturamentos e miscigenações.

3. Difusão e características da fábula africana

Os primeiros africanos a chegar a Portugal e ao Brasil, no século XV e XVI, pertencem aos grandes grupos culturais sudaneses e bantos. Em primeiro lugar os iorubas, haussás, tapas, mandingas e fulas, em seguida os povos do Congo, de Angola e de Moçambique. A influência muçulmana era antiga e fortemente enraizada no primeiro grupo. Gente berbere ou moura se havia diluído no Senegal e no Sudão Oriental. Gente essa que havia ocupado um vasto espaço entre o Egito e o Atlântico, o Mediterrâneo e o Níger Mouros esses que, dominados pelos árabes, foram os aliados de Tarik e de Mussa e que

disseminaram pela quase a totalidade da Península Ibérica, antes de se retirarem para o litoral africano e de se espalharem pelo centro do continente numa estratégia de sobrevivência. Quem não reconhece no presente conto do povo cabila (Argélia) o conto do lobo e dos três porquinhos:

“O Chacal e os Cordeirinhos”

Uma ovelha teve dois cordeirinhos numa gruta que lhe servia de casa. Todo dia a ovelha ia para o pasto, comia e depois cortava grama e a levava para casa entre os chifres. Quando chegava à gruta, ela batia na porta e dizia:

- O pote entre as pernas (a teta) e o feno entre os chifres!

Essa frase era a senha. Quando os cordeirinhos ouviam-na, sabiam que a mãe estava do lado de fora. E então abriam a porta e a mãe entrava carregando o feno entre os chifres. A ovelha disse muitas vezes a seus filhos:

- Vocês nunca devem abrir a porta para ninguém além de mim. Vocês podem me reconhecer pelo que digo e pela minha voz.

Os jovens cordeirinhos prometeram obedecer.

Certo dia, a ovelha chegou em casa como de costume, com o feixe de feno nos chifres, bateu na porta da gruta e disse:

- O pote entre as pernas e o feno entre os chifres.

Os cordeirinhos abriram a porta. Nas proximidades, escondido atrás de um arbusto, estava um chacal. Ouviu o que a ovelha disse e falou consigo mesmo:

- Puxa, que bela refeição para mim. Vou visitar esses cordeirinhos amanhã.

No dia seguinte, o chacal foi até a gruta, bateu na porta e disse:

- O pote entre as pernas e o feno entre os chifres. (...)

(Frobenius e Fox, 2005, 77)

As fábulas africanas apresentam fortes semelhanças com as fábulas indígenas do continente americano, tal como as brasileiras, enquanto resultado dos contactos entre culturas originais e irredutíveis do ponto de vista das estruturas do imaginário. Do ponto de vista da velha antropologia cultural, estamos perante grupos miscigenados, aculturados e metamórficos. Os processos de criação e de recriação da sua literatura oral são bastante semelhantes. O coelho e a tartaruga de África encontram os seus correspondentes em fábulas ameríndias. Todavia, o fabulário tradicional brasileiro apresenta um grupo significativo de fábulas com origem inequivocamente africana. Luís da Câmara Cascudo apresenta vinte e duas dessas fábulas no Grande Fabulário de Portugal e do Brasil, embora lhes aponte variantes na Europa, na Ásia, e nos distantes mares da Oceânia:

“A fábula que dá ao coelho, ou ao cágado o engenho de conseguir que dois animais fortes (o elefante, rinoceronte, hipopótamo, anta, baleia, urso, gigante), puxem os extremos de uma supondo tê-lo como concorrente, é uma das mais populares em toda a América

continental insular, na África ou Oceânia. Gregos e romanos que tiveram o “cabo de guerra” como elemento desportista, não puseram a fabulação animal para exemplo da arteirice matreira. Aparece nos desenhos tumulares do Egito Médio e os berberes teriam sido os seus divulgadores no continente negro porque ainda empregam le jeu de la corde como um rito agrário, provocador de chuvas. É infinitamente menos sabida na Europa embora não ignorada, ocorrendo como um dos elementos hilariantes na festa da “Tarasque” em Tarascon, à margem do Rhône, no sul da França; passou de competição desportiva a divertimento infantil na Península Ibérica, embora com pouca insistência. A fábula é muito mais negra que europeia.” (Cascudo, V. in Grande Fabulário do Brasil:20-21).

Veja-se a seguinte versão congoleza:

“Kabundji, le Buffle et l’Hippopotame

(...)

Kabundji vint se planter devant lui et de sa petite voix l’interpella:

- Bonjour, camarade!

Le gros brouteur baissa vers le flâneur minuscule sa tête aux redoutables cornes et, le regardant de ses grands yeux:

- Tu n’as pas peur de m’accoster ainsi? Que me veux-tu?

- Ah, mon ami! Sois sûr qu’il ne faut pas avoir ta taille pour être fort. Ainsi, moi, je parie que suis aussi solide que toi!

Le buffle, à cette ridicule jactance, partit d’un formidable éclat de rire; ses fanons bavaient, son ventre énorme était tout secoué. Et il mit longtemps à se reprendre.

Mais Kabundji, nullement impressionné:

- Tu ne me crois pas? Eh bien, nous allons tirer à la corde. Celui qui entraînera l’autre sera déclaré vainqueur et aura droit à vingt croissettes.

Le buffle secoua sa grosse tête et répondit:

- Mon pauvre Kabundji, c’est bien dommage. Toi, si mâlin, voilà que ton esprit t’a quitté. Viens avec moi, je connais un sorcier dans ce village proche; il pourra peut-être te rendre la raison.

Mais Kabundji se fâcha:

- Tu vas tirer à la corde avec moi, sinon ce soir même tous les animaux de la plaine et de la forêt sauront que le buffle a reculé devant Kabundji.

Le buffle s’emporta à son tour.

- (Tufi na we!) Espèce d’excrement, s’écria-t-il, je ne sais ce qui m’arrête de te piétiner! Mais tu veux absolument perdre vingt croissettes? Où est la corde? Vite, attache-la moi aux cornes, et quand tu crieras: “J’ y suis”, je t’emporte à l’autre bout de la savane. As-tu compris? (...) (Haddad, 1984, 240-241)

Na Guiné cabe à lebre essa façanha:

“A Lebre, o Elefante e o Cavalo-marinho”

A lebre não se entendia muito bem com o elefante e o cavalo-marinho e esse desentendimento vinha, ao que parece, de questões de comida: a lebre, mais fraca, ficava sempre mal.

Depois e magicar durante alguns dias, a lebre foi junto ao elefante e disse-lhe:

- Vou fazer-te uma proposta: amarras uma ponta desta corda que aqui trago a uma perna, e eu faço o mesmo com a outra ponta e cada um puxa para o seu lado. Aquele que arrastar o adversário ganhará um monte de milho que aqui está perto.

O elefante aceitou a proposta. A lebre amarrou o elefante com a corda e seguiu com a outra em direção ao rio. Ali encontrou o cavalo-marinho (hipopótamo) a quem fez a mesma

proposta que tinha feito ao elefante. O cavalo-marinho aceitou. A lebre passou-lhe a corda e disse-lhe que iria amarrar-se com a outra ponta depois do que começaria a competição.

A lebre desapareceu e o elefante e o cavalo-marinho começaram a puxar, cada um para seu lado. (...)" (Grande Fabulário de Portugal:326-327)

Uma das características das fábulas, tais como as lendas e os contos, é fixar usos, costumes e tradições. As expressões, os provérbios e os ditados populares, mesmo os aparentemente mais regionalistas e locais, são frequentemente heranças universais, memórias de povos que nos visitaram em tempos idos, contributos de terras distantes, ecos de outras formas de pensar e de falar. Tudo o que temos de mais português é profundamente universal:

"Todos nós, brasileiros, conhecemos o ditado de macaco velho não mete a mão na cambuca", também sabido em Portugal (Pedro Chaves, Rifoneiro Português), e que Couto de Magalhães registou em nhengatu:- macaca tuiué inti omundéo ni pó cuimbúcá. Prender o símio por um cabaço cujo orifício único não permitisse a retirada da mão contendo algum objeto, é tradição imemorial e não a tivemos senão através dos contos nativos. A existência do ditado numa língua indígena é a expressiva demonstração da sua vulgaridade." (Casculo, V – Grande Fabulário do Brasil: 21)

Com exceção da tartaruga e da aranha, os protagonistas da maioria das fábulas portuguesas e brasileiras de origem africana são os mamíferos. Todavia, é sempre a inteligência dos mais pequenos, tais como a da lebre, que derrota a força e a brutalidade das feras e das bestas mais colossais.

Luís da Câmara Casculo identifica, com grande perspicácia, as duas grandes áreas temáticas da aranha: a africana, astuciosa, cruel, pérfida, invencível e sem escrúpulos, irradiando da Costa do Ouro, na atual República do Gana, inspiradora dos Anansiasen (fábulas da aranha); e a compassiva e bondosa que salva o Menino-Deus, nas tradições luso-brasileiras, muçulmanas e sudanesas, sem esquecer a sua presença, atestada por Danhardt, em Natursagem, no meio inóspito da Lapónia.

4. As fábulas afro-brasileiras

As fábulas africanas que encontramos dispersas pelo Brasil, embora com maior concentração no Estado de Salvador da Baía, testemunham da universalidade do

pensamento e da mentalidade que alguns consideravam ser legitimamente regional ou originalmente popular. São memórias que viajaram com os escravos e que por eles foram transmitidas até se tornarem património dos indígenas e dos outros povos que fizeram o Brasil. Algumas dessas histórias terão sido eventualmente transmitidas em português, veiculadas pelo português, que as perfilhava segundo a sua pragmática narrativa, pertinência e coerência ambiental.

Mais delicado será defender a origem e a autenticidade exclusivamente africana do conjunto de fábulas que no fabulário de expressão portuguesa conservaram as suas marcas inequivocamente africanas. A cultura helénica formou-se no diálogo entre a Magna Grécia e o vetusto Egipto. O Império romano estendeu-se pelo litoral africano, com maiores ou menores permanências e osmose culturais. O português viu o continente africano como um prolongamento natural e estrategicamente vital para a sua sobrevivência. Em África, e por esse mundo fora, ouviu e contou histórias, contribuindo para o reforço e para a compreensão das estruturas antropológicas do imaginário universal. As águas do mediterrâneo foram as primeiras a permitir as trocas, as fusões, as osmose dos sonhos e dos imaginários. Mas foi no século XV que o Atlântico permitiu aos portugueses a redescoberta de velhos contos, mitos e lendas em troca de uma nova cultura universalista e universalizante. A fábula "A Menina e o Quibungo", popular em todo o Brasil, prolonga a versão algarvia de "O Surrão" divulgada por Teófilo Braga em "Contos tradicionais do Povo português, vol. I, 89-90":

"Um quibungo, macacão peludo, antropófago, andava rondando as casas durante a noite e por isso os pais aconselhavam aos filhos que não andassem nas horas escuras. Um crianças atendiam e outras não davam importância às advertências. Uma menina tinha o hábito de fugir de casa e visitar os parentes durante as primeiras horas noturnas, embora sua mãe a ameaçasse constantemente com a presença do quibungo. A menina não prestava atenção e continuava andando de noite. Numa dessas ocasiões o quibungo encontrou-a e, pondo-a às costas, saiu correndo. A menina cantou:

*Minha mãezinha,
Quibungo terêê,
Do meu coração,
Quibungo terêê,
Acudi-me depressa,
Quibungo terêê,
Quibungo quer-me comer!*

A mãe da menina, zangada pela sua desobediência, respondeu:

*Eu bem dizia,
Quibungo terêê,
Que não andasses de noite,
Quibungo terêê!...*

Debalde a menina cantou pedindo auxílio a todos os de sua casa e vizinhos mas, passando próximo à residência de sua avó, esta ouviu o lamento e quando a menina cantou

*Minha avozinha,
Quibungo terêê!...*

A velhinha saiu ao encontro do quibungo, jogou-lhe água quente nas pernas, fazendo o monstro atirar fora a menina que levava. E não escapou de morrer porque a avozinha atravessou-lhe o pescoço com um espeto em brasa. A menina nunca mais andou de noite.” (Grande Fabulário do Brasil:72)

“O Surrão

Era uma vez uma pobre viúva, que tinha só uma filha que nunca saía da sua beira; outras raparigas da vizinhança foram-lhe pedir, que na véspera de São João deixasse ir a sua filha com elas para se banharem no rio. A rapariga foi com o rancho; antes de se meterem no bano, disse-lhe uma amiga:

- Tira os teus brincos e põe-nos em cima de uma pedra, porque te podem cair na água.

Assim fez; quando estavam a brincar na água passou um velho, e vendo os brincos em cima de uma pedra, pegou neles e deitou-os para dentro do surrão.

A rapariga ficou muito aflita quando viu aquilo, e correu atrás do velho, que já ia longe. O velho disse-lhe que entregaria os brincos, contanto que ela os fosse buscar dentro ao surrão. A rapariga foi procurar os brincos, e o velho fechou o surrão com ela dentro, botou-o às costas e foi-se de vez. Quando as outras moças apareceram sem a sua companheira, a pobre viúva lamentou-se sem esperança de tornar a achar a filha. O velho, ao passar a serra, abriu o surrão e disse para a pequena:

- Daqui em diante hás – de – me ajudar a ganhar a vida; eu ando pelas ruas, a pedir, e quando disser:

Canta, surrão;

Senão levas com o bordão...

Tens de cantar por força. Toma tento. (Braga, T., 1999, 89)

A fábula “A Galinha e o Urubu” é a variante brasileira de uma fábula com provável origem entre os Haussas do Sudão segundo Basset:

“A galinha era bem tratada pelo seu dono porque lhe dava um ovo por dia. Tinha milho farto e dormia agasalhada.

O urubu, trepado num galho perto do quintal, falou para a galinha:

- Você é o tipo da sorna, idiota e tola. Vive trabalhando para o homem e quando não lhe entregar um ovo por dia passam a faca na sua garganta e vai para a panela.

- Mas tenho comida à vontade e durmo sossegada.

- Vida de escrava! Melhor é a liberdade de ir para onde quiser, como eu, e dormir escolhendo o canto.

Vai a galinha, de boba, acreditou na amizade do urubu e fugiu de casa. O dono procurou-a muito mas sem resultado.

Achou muito pouco de que comer e à noite foi uma batalha para encontrar recanto para repousar. Finalmente subiu para um arbusto e fechou os olhos.

Lá para as tantas a raposa veio em cima do faro. Enxergou a galinha desprotegida e foi com ela ao papo sem demora.

Ficaram uns restos de ossos que o urubu aproveitou na manhã seguinte.” (Grande Fabulário do Brasil:73)

A fábula “Os olhos da Onça” relembra uma outra ugandesa em que o coelho joga areia aos olhos do corvo, é muito popular entre os indígenas do Brasil e entre os indígenas e negros das Antilhas e norte americanos:

“O coelho estava em luta com a onça, vencendo-a pela astúcia e atrevimento. Furiosa com as vantagens do pequenino adversário, a fera jurou matá-lo no primeiro encontro e de qualquer maneira.

Numa tarde a onça vinha furando mato e quase esbarrou com o coelho que jantava capim verde. Parou, franzindo o focinho numa alegria:

- Até que afinal, camarada coelho, estamos olhando um para o outro! Temos muito que conversar...

la aproximando-se para o salto. O coelho, imóvel, fazendo cara de susto e pavor limitou-se a dizer baixinho:

- Camarada onça! Pode agarrar-me e matar-me mas não me olhe com esses olhos esquisitos! Todo bicho sabe que olho de onça encanta a caça!

Vai a onça, vaidosa, e escancara os olhos faiscantes para ainda mais perturbar o atemorizado inimigo.

O coelho voltando-se num relâmpago meteu as patinhas na areia solta da estrada e sacudiu uma nuvem de poeira no focinho da onça.

Enquanto esta, roncando de furor, tentava abrir os olhos, o coelho desapareceu como uma sombra...” (Grande Fabulário do Brasil:76)

Mais cruel é a imagem da coelha que na seguinte fábula, retirada de uma obra para a infância, aparece na sua faceta mais sórdida e desumana:

“A ama-seca

Certa vez a Onça andava procurando uma ama-seca para criar a filhinha. Ofereceu o lugar a uma porção de bichos mas nenhuma queria emprego tão arriscado. Até que um dia veio a Coelha, e aceitou.

- Pois sim, disse a Onça. Entre aí e vá tomar conta da menina.

A Coelha entrou num buraco pequeno, onde estava a Oncinha, e lá ficou.

Todos os dias a Onça trazia comidas gostosas e entregava à Coelha para ela dar à filhinha.

E o tempo foi passando, foi passando até que um dia a Onça pediu à Coelha que lhe mostrasse a filha. A Coelha mostrou. A filhinha da Onça estava tão magra, que todos os ossos apareciam; e a Coelha estava gorda, que nem podia andar...” (Magalhães, P. R., S. D., 8)

A fábula “A sedução do beija-flor” reflete a fixação humana pela melodia. No imaginário clássico, a música amansa as feras (Orfeu), no imaginário medieval, e em particular de origem celta, a música tem a capacidade de parar o tempo, no imaginário baiano, a música prende toda a família, libertando-a do chicote opressor, lembrando o poder libertador do transe induzido pelos ritmos africanos:

“Preparando uma festa de casamento, uma escrava foi à fonte com um pote buscar água. Lá encontrou um beija-flor cantando:

*Helena, calena
Do papo lundu,
Cajila, muquila,
Zengue, zengue, zengue...
Tuíte!*

A negra deitou o pote no chão e começou a dançar sem se lembrar mais do que viera fazer. Demorando seu regresso, outra escrava foi à sua procura e viu a companheira em pleno samba, cantando para ela:

*Parceira da minha alma,
Venha ver Zizi cantar,
Quindaí,
Quindaí!*

(...)” (Grande Fabulário do Brasil:82)

5. O fabulário da África lusófona

Foi em meados do século XX que José Osório de Oliveira empreendeu uma primeira coletânea de contos tradicionais da África dita então portuguesa. Já nessa altura se queixava que a matéria estava excessivamente dispersa e que uma grande parte devia ser simplesmente ignorada pela falta de rigor e qualidade das traduções. Manuel Ferreira, também ele, em “o Fabulário do Ultramar Português”, inserido no “Grande Fabulário de Portugal” (p.295) lamenta a incúria dos que desperdiçaram a oportunidade de prestar um inestimável serviço à literatura tradicional dos povos com que nos entrelaçamos, deixando de participando assim “num dos contributos mais válidos para a psicologia e condição humana dos povos”. Os poucos contos recolhidos em português nos territórios do ex-ultramar não nos permitem então qualquer tipo de reflexão sobre a condição humana dos seus povos. Nas diferentes coletâneas, lá vamos reconhecendo alguns pontos de contacto

com o fabulário português. Para lá da diversidade das narrativas, vislumbram-se as mesmas intencionalidades, os mesmos significados, as mesmas morais e os mesmos valores humanistas. Nos contos da Guiné topamos, a todo o momento, com a hiena (o lobo) matreira, desgraçada, safada, arrogante, fanfarrona, quezilenta, estrategicamente submissa, mas sempre vencida por mais astuciosos, mais ardilosos, mais espertos, mais humildes. “ Assim como, de igual modo, é vulgar a astúcia ou o engenho escaparem à bruteza. Ou, frente ao perigo comum, a solidariedade dos fracos opor-se ou esquivar-se à prepotência dos poderosos. A lebre fina, carregada de esperteza, a ingénua cabrinha, tudo isto são pontos de contacto com o fabulário lusitano, interpretando ou simbolizando, ao cabo, virtudes, defeitos, sentimentos do homem universal.” (Manuel Ferreira in Grande Fabulário de Portugal:303)

5.1. As fábulas de Cabo Verde e da Guiné

A mestiçagem das ilhas levou à formação dos crioulos de base portuguesa mas também levou à formação de um imaginário híbrido que ora ostenta elementos tipicamente europeus, e portugueses em particular, ora ostenta elementos tipicamente africanos, com predominância para as ricas tradições guineenses. A um bestiário tipicamente cabo-verdiano (chibinho, galinha, bezerro, garça, coruja, baleia, gato, coelho, cavalo...) junta-se outro, oriundo do continente africano (elefante, peixe-cavalo ou hipopótamo). O lobo, inexistente no arquipélago, ora apresenta características portuguesas, ora evidencia traços guineenses (hiena). Enquanto na Guiné o lobo não passa de um safado, comilão e charlatão, em Cabo Verde, embora mentiroso, lambareiro, manhoso, quezilento, não deixa de por isso ser um elemento de valorização humana e tornar-se um artista, refinado tocador de violão:

“E vai a tal ponto essa humanização que de uma vez Ti lobo é enganado por ser um grande amante de música. Para ouvir cantar a galinha, que o enfeitara com a sua voz melodiosa, soltou-a da gaiola onde a tinha a engordar, deixando que ela se pispasse para nunca mais. Aliás, todas as páginas principalmente deste ciclo, estão recheadas de bailes, de música, de danças, de folias, violas, pândegas e farras, a dar-nos vivências de um povo bom, despreocupado e folião, resistindo às secas e às fomes tradicionais, sem que sobre elas encontremos referências significativas.”

(Grande Fabulário de Portugal:332)

Recolhidas, na sua maior parte, num dialeto crioulo, pertencente à mesma base do grupo dialetológico de Cabo Verde donde foi transplantado e, em menor parte, diretamente recolhido nas línguas autóctones da Guiné; contrariamente às fábulas portuguesas, as fábulas guineenses prolongam-se bastante, ricas em facécias, apresentando diversas origens; revelam um povo sedentário, dedicado à arte e à poesia; afirmam-se como verdadeiros bálsamos para as feridas provocadas pela luta pela sobrevivência. Grande parte delas, independentemente das morais e dos valores que transmitem, apresenta um epílogo que justifica certos usos e costumes do reino animal. Em “O mocho, o macaquinho do nariz branco e o Corvo”, o corvo descobre a falsidade dos cornos do mocho que a partir dessa data torna-se inseguro, refugiando-se para todo o sempre na floresta, permitindo-se apenas breves saídas noturnas. Em “A Tartaruga e a Carapaça”, ficamos a saber a razão pela qual a tartaruga possui uma carapaça:

“Conta-se que, certa vez, uma tartaruga andava perdida pela floresta onde havia muitas palmeiras, à procura do litoral. Por acaso, foi ter a uma clareira, escondida no mato, onde os «cabaros» se encontravam a pagar grandeza, sofrendo com submissão as vergastadas sem conto dadas pelos poderosos.

A presença da tartaruga num local só destinado a determinadas classes, causou o descontentamento e o ódio dos tiranos que resolveram sujeitar o animal à dura prova. A tartaruga, que até àquele momento vivera sem carapaça sentiu calafrios por não ter defesa. O mesmo não aconteceu com os «cabaros», que cobriam a cabeça com chapéus de palha, feitos de fibra resistentes, e defendiam o corpo com os braços envolvidos em mangas de toros de bambu

Em tal situação, a tartaruga teve a feliz ideia de se defender com um grande tacho de tagarra que lhe estava à mão, cobrindo as costas com ele enquanto fugia e se lançava ao mar.

Daí em diante a tartaruga passou sempre a usar carapaça e de vez em quando põe a cabeça de fora da água, antes de saltar para terra, a ver se topa no litoral aqueles grandes que a sovaram e perseguiram até ao mar.” (Grande fabulário de Portugal:305)

Algumas parecem apresentar aspetos comuns a todas as literaturas tradicionais de expressão oral, segundo o princípio das estruturas antropológicas do imaginário (G. Durand). Já Henry Junod observava que existia uma “semelhança na mentalidade das diversas raças durante a fase primitiva do seu desenvolvimento, sendo todas (as histórias) inventadas ao mesmo tempo, independentemente uma das outras.” A fábula da Raposa de Consiglieri Pedroso (1985,197) apresenta fortíssimas semelhanças com a de “O homem e o lagarto” apresentada por A. Gomes Pereira. Todavia, a presença do

hipopótamo, inexistente nos rios portugueses, e do cipó (de indubitável origem brasileira) convida-nos a concluir que a sua origem é seguramente tropical e muito provavelmente guineense:

“Em tempos que já lá vão, um homem encontrou um velho lagarto deitado na margem de um rio. O lagarto pediu ao homem que o levasse à água, porque se sentia bastante velho e sem forças para se deslocar por si próprio.

O homem quis prestar auxílio ao pobre lagarto, mas como não pode carregar às costas um bicho tão grande, resolveu amarrá-lo com uma corda e arrastá-lo até chegar à água. Quando chegaram ao meio do rio, o lagarto pediu ao homem que o desamarrasse e logo pegou por um pé, dizendo que o ia comer, porque o homem ensinava ao mundo que a bondade deve ser paga com o mal. (...)” (Grande Fabulário de Portugal:328)

Recentemente Pereira-Müller, M. M. (1998:21-22) incluiu uma versão da fábula em “Os contos da Lusofonia na coleção juvenil de Os mais belos contos tradicionais editados pela Editora Civilização:

“O Julgamento do Coelho (Conto Guineense)

Um dia um crocodilo foi dar um passeio mas perdeu-se. Encontrou uma menina a quem perguntou qual era o caminho para o rio.

- Não confio em ti – respondeu-lhe a menina.

- Eu não te vou comer. Se não acreditas em mim, ata-me os pés e as mãos.

A menina assim fez e levou o crocodilo à cabeça até ao rio. Quando lá chegou, desatou-o, mas mal a menina virou as costas para se ir embora, o crocodilo saltou para cima dela.

- O que é que queres agora? – Perguntou-lhe a menina admirada.

- Agora vou comer-te – retorquiu o crocodilo.

- Espera um pouco – pediu a menina. – Deixa-me ir chamar o coelho para ele ser testemunha da tua ingratidão.

Assim que o coelho ouviu o que se tinha passado, ficou para vida não ter.

- Tu foste muito corajosa! Como é que conseguiste levar o crocodilo até ao rio?

- Foi fácil – respondeu a menina. – Atei-lhe os pés e as mãos.

- Não acredito! Mostra-me lá como foi.

A menina pegou na corda e prendeu novamente os pés e as mãos ao crocodilo.

- E depois, como fizeste? – Quis ainda saber o coelho.

- Também foi fácil. Pu-lo à cabeça – respondeu a menina, pondo o crocodilo de novo à cabeça.

- Ouve lá – perguntou-lhe o coelho. – Os teus pais não gostam de carne de crocodilo?

- Gostam até muito.

- Pois bem, leva-lhes o crocodilo para que eles façam uma boa refeição. É o que merece quem não sabe ser agradecido.”

5.2. As fábulas de São Tomé, de Angola e de Moçambique

Apesar de algumas afinidades ao nível da formação social, São Tomé e Cabo Verde apresentam poucas e discretas semelhanças culturais. Para além das muitas histórias da carochinha legadas pelo nosso romancista já assinaladas, em 1895, por Almada Negreiros em História Etnográfica da Ilha de São Tomé, a protagonista, por excelência, do fabulário santomense é a mesma “raposa” matreira que diverte universalmente todos os povos, aqui revestindo a aparência de uma tartaruga, lembrando para a maior parte as características do vagaroso cágado angolano. As histórias de “Sã Taltalugua e sua lei” constituem certamente o núcleo fabulístico de São Tomé que o terá herdado do continente africano, tal como o indicia a seguinte fábula queniana:

“ Há muito tempo atrás, em África, vivia uma velha tartaruga que tinha um sonho muito estranho e maravilhoso sobre uma árvore mágica que dava todos os frutos da terra. Ela contou o sonho aos seus amigos e partiram todos em busca do local secreto onde se encontrava a árvore. A Tartaruga ia à frente, seguia-se o Leão, depois o Hipopótamo, por toda a parte até que um dia chegaram ao local secreto onde a árvore crescia. Era a visão mais linda que os animais já tinham tido, uma árvore com todos os frutos da terra. A Tartaruga disse uma palavra mágica para que os frutos caíssem e os animais comeram tanto quanto conseguiram.

Quando estavam prestes a voltar para casa, a Tartaruga declarou:

- Cada um de nós tem de levar uma semente diferente e plantá-la na terra para que árvores de fruto de todas as variedades cresçam por todo o mundo.

E foi exatamente isso que os animais fizeram.” (Adler, N. 2002, 56-57)

As fábulas angolanas foram transmitidas nas suas línguas aborígenes, apresentam características específicas das suas diferentes culturas e uma fauna diversificada à imagem da diversidade geográfica angolana. Sobressaem a filosofia e a lentidão do insignificante cágado; a esperteza, a manhosice e a sabedoria vivencial da irrequieta lebre e, não nos esqueçamos, da prepotência, da força e do poder do leão, rei dos animais que, por regra, são iludidos pela inteligência e pelas artes das mais vulneráveis e insignificantes criaturas:

“O Leão e a Lebre

Um leão encontrou uma lebre e quis comê-la

A lebre aflita disse-lhe:

- Não me comas porque sou pequena e mostrar-te-ei um lugar onde te podes encher de carne.

Então a lebre, depois de ter concordado, prendeu uma corda ao pescoço e seguiram em busca do local. Chegadas lá encontraram algumas palancas que admiradas vieram ver o bicho que acompanhava a lebre, perguntando como se chamava.

A lebre disse-lhes que se juntassem muitas para poder divulgar o nome. As palancas obedeceram e enviaram portadores a determinar o ajuntamento. Nessa altura a lebre disse para o leão:

- Vês o que te proporcionei para te poderes satisfazer? Se me tivesses comido, pequena como sou, não te fartavas.”

(Grande Fabulário de Portugal:378)

Também em Moçambique o leão é símbolo de prepotência e o cágado incarna a inteligência, a esperteza e a sabedoria. Em “O Cágado e a Gazela” todos os cágados se confundem uns com os outros para lograr a gazela, afirmando, deste modo, o poder mítico conferido pela capacidade de pertencer, tais como os homens, tanto à esfera do coletivo quanto à do mundo individual:

“Um cágado foi ter com uma gazela para apostar a ver qual corria mais. A gazela, espantada, disse que estava pronta para a aposta e combinaram logo ali o dia da corrida, que ficou para daí a quinze dias, e o sítio onde se haviam de encontrar.

O cágado foi para casa e chamou todos os cágados, irmãos e patrícios. Contou a aposta e combinou com os cágados para se porem na estrada à distância de um quilómetro uns dos outros.

Chegou o dia marcado. O cágado foi ter com a gazela para lhe lembrar que era aquele o dia da corrida e combinaram o sítio em que deviam de parar. Começaram a correr. A gazela no fim de um quilómetro chamou um amigo cágado e perguntou-lhe:

- Então vens ou não vens?

O cágado que estava parado naquele ponto respondeu:

- Vai andando, vai andando que eu já te apanho.

E assim por diante. A gazela em todos os quilómetros, quando perguntava pelo amigo, recebia a mesma resposta. Até que por fim já não pôde mais, e disse ao cágado.

- Não posso correr mais. Tenho de considerar a você como um «homem» de respeito.

E foi assim que o espertalhão do cágado ganhou.” (Grande Fabulário de Portugal:400)

O coelho é outro dos mestres dos engenhos e das artes de ludibriar as restantes animálias. Não tem nem a dignidade, nem a nobreza do cágado, “*Ladino como a Raposa, é certo, mas, em momentos de apuro capaz de lançar mão de expedientes pouco próprios de um cidadão que se preza: choraminga, lamenta-se, implora clemência, para, apenas se ver livre de apertos, se lançar em nova partida.*” (Idem, 387):

“A partida do coelho

O coelho e o macaco eram muito amigos. Ora o macaco tinha uma noiva que o outro, em segredo, cobiçava. O coelho pensou em romper com aquele noivado. Começou a visitar as irmãs da noiva, na ausência do amigo, e procurava diminuí-lo aos olhos delas.

- A vossa irmã está muito enganada. Ela julga que vai casar com uma pessoa importante, mas está muito iludida! O macaco é o meu burro.

As irmãs preveniram logo a noiva, mas ela como gostava muito do macaco, não lhes deu ouvidos.

Chegou o dia do casamento e o macaco foi buscar o amigo para o acompanhar à festa. O coelho tinha trepado a uma árvore, e ao ver o macaco, deixou-se cair.

Levantou-se a cambalear, queixando-se de dores temíveis nas costas. Mal podia mover-se.

-Ai, ai que me matei! Acode-me!

O macaco, muito aflito, não sabia o que fazer e tentou animá-lo.

- Ai, que não posso andar! – Gemia o coelho. – Vai-te embora se não chegas atrasado.

Mas o macaco não queria que o seu grande amigo deixasse de assistir ao casamento, e não arredava pé.

Por fim, o coelho concordou em ir mesmo assim, mas como não podia andar pediu que o levasse às costas.

- Está bem – disse o macaco. – Não me importo de te levar. Mas, quando chegarmos à povoação, desces e vais aquele bocadinho, amparado a mim, mas pelo teu pé. O que diriam os meus sogros se me vissem chegar contigo escarranchado às costas?

Lá foram.

A meio do caminho, passaram por uma cantina e o coelho então pediu que o deixasse ir comprar remédios pois estava a sentir-se muito mal. Entrou na loja e comprou um cavalomarinho. Escarranchou-se outra vez no macaco e continuaram a jornada. À entrada da povoação, o coelho rapa do chicote e dá tamanha chibatada no macaco que ele cego pela dor, desatou a correr e enfiou pela palhota da noiva. Ao verem-se chegar naquela figura, todos se convenceram que o macaco era de facto o burro do coelho. A noiva ficou furiosa que desmanchou o casamento e o macaco, envergonhado, fugiu muito depressa para o mato e nunca mais apareceu.”

6. O fabulário de origem africana na literatura para a infância de expressão portuguesa

Ao longo deste trabalho fomos fazendo abundantes referências as incursões do fabulário africano nas literaturas para a infância de expressão portuguesa. Terminamos recordando que o próprio Bocage, embora tendo-se inspirado sobretudo em La Fontaine, teve uma preferência pelas fábulas que encenavam bichos africanos (“O Macaco declamando”, “Os dois Burros e o Mono”, “O leão velho”, “O elefante e o Burro”, “O leão vencido pelo homem”).

Os nossos contos tradicionais adaptados para a infância deram, por sua vez, um espaço muito especial ao divertido macaco, arremedo do próprio homem, tanto no Brasil quanto em Portugal:

“Era uma vez um macaco com uma grande cauda. Julgava-se muito lindo, fazia a barba todos os dias, vestia-se todo janota, punha o chapéu alto, pegava na bengala, acendia o charuto, e assim ia para a rua passear e conversar um pouco para as lojas.

Os rapazes faziam-lhe grande surriada, atirando-lhe com pedras, e dizendo-lhe:

- Se não fosse o rabo, era bem lindinho aquele macaco, mas assim, que feio que ele é! Um dia, estando o barbeiro a fazer-lhe a barba, disse-lhe o macaco:

- Ó mestre barbeiro, você corta-me o rabo?

- Pois não! Ora essa! Tudo o que o senhor quiser.

Com o rabo cortado, foi então o macaco todo alegre para a rua, mas esperava-o um grande dissabor, porque os rapazes, mal que o viram, ainda lhe fizeram maior surriada, dizendo:

- Olha que tolo que o macaco é! Para ser bonito cortou o rabo, é afinal está na mesma, ou ainda mais feio ainda.

- Que desgraçado que sou! – Dizia ele. Para que mandei eu cortar o meu pobre rabo, se fiquei na mesma?

E assim triste e zangado foi a casa do barbeiro e diz-lhe

- Ó mestre, venho aqui para que você me dê o meu rabo e mo pegue.

- Como queres que eu to dê, se os gatos o comeram?” (Oferecida por D. Ana de Castro Osório. Vasconcellos, J. Leite de, 1963, 89).

José Leite de Vasconcellos (1963, 92) refere uma variante Lisboaeta, recolhida por A. Tomás de Pires, em que as crianças da rua perseguem o mono massacrando-o com os seguintes versos: “Larga o rabo que não é teu, é do filho do judeu (...) Do meu rabo fiz navalha,/Da navalha fiz sardinha,/Da sardinha fiz farinha,/Da farinha fiz menina,/ Da menina fiz viola:/Furru-m-fum-fum,/Que eu vou pra Angola.

“Macaco Simão havia chegado da África. Por falta de dinheiro, viera escondido no porão do navio. Quando desembarcou, estava sujo e com a barba muito crescida. Lavou-se como pôde e entrou na primeira barbearia que encontrou. Fez a barba, bem feitinha, pôs pó de arroz, água de cheiro, e disse ao dono da barbearia que não tinha dinheiro para pagar a despesa, mas que podia deixar o rabo, como garantia.

No dia seguinte, Simão arranhou emprego. Pediu dinheiro emprestado ao patrão e foi buscar o rabo. O barbeiro pediu muitas desculpas por não poder ser muito feio e assustar os fregueses, fora atirado à lata do lixo.

Macaco Simão deu ao barbeiro o dinheiro que lhe devia e exigiu uma navalha como compensação. O barbeiro aceitou a proposta...” (Magalhães, P., R. de, s.d., 44).

Algumas obras fazem questão em não deixar esquecer as características intrínsecas de cada ser, afirmando um estranho determinismo, embora com ligeiras variantes, veja-se “A rã e o escorpião” e “O Gato e o Rato” (Conto Moçambicano):

“Um escorpião precisava de atravessar um rio, por isso pediu a uma rã que o levasse às costas até à outra margem.

- Nem pensar! – respondeu a rã. – Conheço-te bem e sei que, se te levasse, me picavas para me matar.

- Mas nesse caso eu morreria afogado – respondeu o escorpião.

Então, a rã aceitou transportá-lo. Porém, quando estavam a meio do caminho, o escorpião picou-a com o seu veneno mortal.

- Que fizeste? – gritou a rã. – Agora tu também morrerás.

Não pude evitá-lo – disse o escorpião. – É assim a minha natureza.” (Fábulas do Mundo:5)

“Era uma vez um gato que era amigo dum rato. Um dia, decidiram fazer uma viagem até ao lago Tanganica. Quando lá chegaram, o gato exclamou admirado:

- Tanta água! Como é que vamos conseguir atravessar o lago?

- Não te preocupes – sossegou-o o rato. – Podemos construir um barco.

- Mas como?

- É fácil. Vês além aquelas mandiocas? As raízes são ótimas para os barcos.

Construíram um barco numa raiz de mandioca. Quando ficou pronto, empurraram-no para a água e saltaram para dentro. A dada altura, sentiram fome.

- Tenho tanta fome – queixou-se o gato. – O que temos de comer?

- Não te preocupes. O próprio barco vai alimentar-nos – respondeu o rato... (Pereira-Müller, M. M. 1998, 19-20)

Para terminar esta incursão pela literatura para a infância, gostaríamos de lembrar o coelho Kálulu que encantou a geração dos anos 50 e 60 e as criações de António Torrado:

“Aventuras do Coelho Kálulu

Por detrás do Mundo, longe muito longe daqui, estende-se uma região para todos desconhecida: Lagos de água azul, choupos prateados, loiros em flor, formam uma paisagem encantadora. E no meio dum terreiro, como que se quisesse abraçar toda a sua beleza, existe um carvalho enorme, ladeado de pedras ao alto, brancas como a prata e que ali estão alerta, transformadas em airosas sentinelas! É aí que vive o «Coelho Kálulu».

Tudo o que os nossos olhos avistam é maravilhoso, como são extraordinários os animais que aí vivem. E assim vão passar diante de nós, uns janotas, com requinte, outros no seu aspeto guerreiro. Vão de braço dado com todas as épocas, vão de braço dado com todas as eras. A indumentária que usam, é vistosa, garrida, colorida, dada pela própria natureza, polida com a luz do Sol e da Lua, que com os seus brilhantes reflexos, lhes dão o esplendor e a vida! (...)” (Constança, A., 1948)

Em 2004, António Torrado tornou a apresentar a versão comercial de um conjunto de fábulas que já havia inserido num Boletim Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian (1996) e que se revestem de um imenso interesse por se afirmarem como algumas das nossas fábulas contemporâneas para a infância mais originais, embora espelhem diversas origens e mitologias, com destaque para as brasileiras e africanas: “O leão estava

cansado. Não que se sentisse velho, mas isto de correr mato atrás de uma gazela, que capricha em não se deixar apanhar, puxa muito pelo corpo e acrescenta mais fome a que já se trazia. Sobretudo se a gazela ficar a perder de vista...” (Inspirado de uma fábula guineense) (Torrado, A., 2004, 12)

Bibliografia

- ADLER, Naomi (2002) Contos de Animais, Lisboa: Livros Horizonte.
- ALMEIDA, de Vieira; CASCUDO, Luís da Câmara (1961) Grande Fabulário de Portugal, Lisboa: Fólio.
- ALMEIDA, de Vieira; CASCUDO, Luís da Câmara (1962) Grande Fabulário do Brasil, Lisboa: Fólio.
- ARDAGH, Philip (1999) Mitos e Lendas de Africanas, Lisboa: Círculo dos Leitores e Editorial Estampa.
- BRAGA, Teófilo (1999) Contos Tradicionais do Povo Português, Lisboa: Publicações Dom Quixote vol. I.
- BOCAGE (2000) Fábulas de Bocage, Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.
- CONSTANÇA, Aurora (1948) Aventuras do Coelho Kálulu, Lisboa: Litografia de Portugal.
- FÁBULAS DO MUNDO – exóticas, europeias, orientais, universais (2002) Lisboa: Editorial Estampa.
- FROBENIUS, Leo; FOX, C. Douglas (2005) A Génese Africana – contos, mitos e lendas da África. Brasil: Landy Editora.
- HADDAD, Adnan (1984) Fables de La Fontaine d’origine orientale, Paris: Sedes.
- MAGALHÃES, Paulo Ribeiro de (s.d.) Histórias da Mata-Virgem, São Paulo: Edições Melhoramentos.
- OS NEGROS EM PORTUGAL (1999) sécs. XV-XIX, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- PEDROSO, Consiglieri (1985) Contos Populares Portugueses, Lisboa: Veja.
- PEREIRA, Luciano (2005) A fábula, um género alegórico de proverbial sabedoria – forma breve - Revista de Literatura. Universidade de Aveiro.
- PEREIRA, Luciano (2007) A Fábula em Portugal – Contributos para a história e caracterização da fábula literária, Porto: Profedições.
- PEREIRA-MÜLLER, M. Margarida (1998) Os mais belos contos tradicionais, Barcelos: Civilização,
- TINHORÃO, José Ramos (1988) Os Negros em Portugal, Lisboa: Caminho.
- TORRADO, António (2004) Fábulas Fabulosas, Porto: Civilização.
- VALE, Fernando (2001) Contos Tradicionais dos Países Lusófonos, Lisboa: Instituto Piaget.
- VALE, Fernando (2004) Histórias Portugueses e angolanas para as Crianças, Lisboa: Instituto Piaget.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1963) Contos Populares e Lendas, Coimbra: Universidade vol. I.

25) **LUÍS GAIVÃO, MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS LISBOA, PORTUGAL**

LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO é Mestre em Lusofonia e Relações Internacionais.

Dissertação: *CPLP: a Cultura como Principal Fator de Coesão*. ULHT, Lisboa 02 de julho de 2010.

Formador da Bolsa de Formadores do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).

Adido Cultural nas Embaixadas de Luxemburgo, Bruxelas e Luanda. Abriu o Centro Cultural Português de Luanda (1996) de que foi Diretor até 2001, ano em que foi transferido para o Luxemburgo, onde também foi Diretor do Centro Cultural Português, até 2006.

Produziu centenas de eventos culturais em todas as áreas da cultura: belas-artes, música portuguesa clássica e ligeira, literatura portuguesa, história, filosofia, poesia, pedagogia, gastronomia, didática, e ações nas áreas das bibliotecas, do teatro, da dança, da moda, do folclore, etc.



Colaborou com entidades culturais internacionais: Luxemburgo, França, Espanha, Bélgica, Catalunha, Hungria, Brasil, Cabo Verde, Angola, RD Congo, Alemanha Federal, Cuba, Madagáscar, Reino Unido, etc.

Participou em congressos em representação de Portugal e em nome pessoal, nas áreas da cultura, da educação e da língua portuguesa.

Foi em 1995, cooperante na área da Educação de Adultos, em Cabo Verde.

Professor de origem, foi Assessor do Secretário de Estado da Reforma Educativa, em 1990-91 (Pedro d'Orey da Cunha, sendo Ministro Roberto Carneiro), e Presidente do Conselho Diretivo.

Tem várias obras publicadas, nos campos literário e científico, e é autor de textos de especialidade cultural e da língua portuguesa.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

**TEMA 3.5. CULTURAS LUSÓFONAS E INTERCULTURALIDADE.
LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS PELA ULHT (LISBOA)**

A expansão portuguesa iniciou no século XV uma globalização pelo encontro de culturas, de trocas comerciais e por diversas formas de exercício do poder político e religioso, numa colonização temperada pela interculturalidade mais do que por formas de colonialismo puro e duro, na exploração do Outro.

As características culturais dos portugueses, atravessadas por diferentes influências de muitos povos e culturas que passaram pelo seu território esbateram a dureza das doutrinações e passaram além do racionalismo, construindo especiais formas de convivência, com defeitos e qualidades próprias, mas distintas de outros colonialismos mais assertivos e duros.

Trata-se de refletir sobre os aspetos interculturais que foram específicos do colonialismo português, das características diferenciadas reveladas pelos povos dos novos estados de língua portuguesa, que se seguiram, e de verificar, apesar de tudo, os sinais evidentes da colonialidade que ainda vigoram nalgumas dessas sociedades.

Uma reflexão sobre o pensamento abissal imposto pelo eurocentrismo que originou a reação do pensamento pós-abissal, bem como a necessidade de uma prática da ecologia dos saberes e da tradução intercultural, tendo em conta, por exemplo, o pensamento ontológico africano ou outras formas de pensar, levam-nos à conclusão de que a lusofonia

e a CPLP são bons exemplos do caminho para a humanização das práticas políticas e culturais.

Ou seja, é na interculturalidade que se reencontram, no caso da história da colonização portuguesa, os processos para que a humanidade prossiga, apesar dos erros, um caminho de maior esperança.

As origens interculturais da lusofonia: a expansão portuguesa.

À partida para a expansão marítima no princípio do século XV, contava Portugal com cerca de um milhão de habitantes, uma população manifestamente diminuta para a dimensão incomensurável do domínio abarcado nos 150 anos subsequentes, em terra e no mar.

Começou-se, então, pelo aproveitamento económico dos arquipélagos da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, locais desabitados, onde vigorou o sistema de capitánias-donatárias, logo seguido no imenso Brasil, habitado por índios em estágio cultural e civilizacional diferentes.

Proseguiu-se pelo recurso às conquistas, manutenção e construção de praças-fortes militares que percorriam a costa de África, primeiro a Noroeste até à Guiné, em Ceuta, Tânger, Arzila, Azamor, Safim e na feitoria de Arguim, e depois com entrepostos comerciais e portos pelo golfo da Guiné e costa ocidental, geralmente fortificados, em São Jorge da Mina, Benim, Fernando Pó, São Tomé, São Salvador do Congo, logo prosseguidos na costa oriental africana, tendo, aqui, como rivais acérrimos, variados povos islamizados, árabes, indianos e africanos, em Sofala, Moçambique, Quíloa, Zanzibar, Mombaça.

E a ação expansionista dos descobrimentos, conquistas e de relações comerciais continuou, estendendo-se ao Médio Oriente. Agora os adversários eram egípcios, turcos e persas, na Etiópia, Adén, Socotorá (entrada do Mar Vermelho), Mascate e Ormuz (embocadura do Golfo Pérsico), os quais levaram à necessidade de construção de fortalezas nos pontos-chave estratégicos para o comércio.

Seguiram-se a Índia e o Extremo Oriente, desta vez contactando com indianos, chineses e japoneses em Calecute, Cochim, Ceilão, Bombaim, Diu, Damão, Chaúl, Mangalor, Cananor, Cantão, Macau, Sucheu, Liampó, Tanegashima e, finalmente, na Oceânia, o contacto com javaneses, indonésios e malaios, em Malaca, Sião, Papua Nova Guiné, Macassar, Timor, Ternate e Molucas.

Plum (2001, p.1) afirma: “*em meados do século XVI, os Portugueses dominavam parte do mundo e do comércio superior a qualquer outro país. A África, com as cadeias de postos comerciais e de fortes que chegavam ao Oriente e, para Sul, às costas ocidentais; o domínio de grandes portos em Ormuz e Goa deu-lhes o controlo do valioso comércio do golfo Pérsico e do oceano Índico. Feitorias em Ceilão e na Indonésia colocaram o comércio das especiarias nas suas mãos. Firmemente estabelecidos na China e no Japão, traziam para a metrópole navios carregados com as suntuosidades do Oriente – sedas, porcelana, laca.*”

A partir do século XVI, com a transformação de Goa em centro capital do império oriental e de domínio do comércio marítimo das especiarias, os portugueses realizaram uma ação de trocas multiculturais (muitas delas de espécies agrícolas e pecuárias e conhecimentos científicos) sem paralelo na História do Mundo que viriam a metamorfosear-se em trocas interculturais.

Ou seja, de toda a panóplia de relações comerciais, militares, de proselitismo cristão e de políticas de alianças se teceram, aqui diferentemente dali e de forma global, os relacionamentos interculturais, estando presentes do outro lado variadíssimas culturas e civilizações até então desconhecidas.

Tornava-se, entretanto, impossível aos portugueses a manutenção de tão extensas áreas de ocupação territorial e marítima, até porque, tendo, já anteriormente, em 1494, celebrado com a Espanha o Tratado de Tordesilhas, que dividia o globo terrestre ao meio entre as duas nações ibéricas no que dizia respeito ao domínio dos mares e terras descobertas e a descobrir, denunciava já no horizonte, a discordância das nações que ficavam de fora e a abertura de várias zonas de conflito.

De facto, quando holandeses, ingleses e também franceses, com início nos finais do século XVI, resolvem imitar portugueses e espanhóis lançando-se ao mar, na cobiça das riquezas americanas, africanas e asiáticas, aquelas potências não tiveram qualquer reboço em menosprezar “os direitos” adquiridos por quem chegou e se instalou primeiro.

Para tal, invocam a caducidade da teoria do *mare clausum* de que Portugal e Espanha exerciam o usufruto e que atribuía às duas potências o domínio exclusivo dos mares nas zonas demarcadas por Tordesilhas.

Foi, então, proposto pelo holandês Hugo Grócio (1606) no tratado *De Mare Liberum* novo conceito de que o mar oceânico era livre de ser navegado por todas as nações, o que imediatamente fez seguir o ataque de corso e pirataria holandesa e inglesa às rotas e barcos espanhóis e portugueses, por parte, sobretudo, das novas companhias majestáticas formadas para comércio transoceânico.

Para agravar, a situação interna de Portugal atravessou uma gravíssima crise dinástica que provocou a união com a Espanha, de 1580 a 1640. Deste facto resultou um enfraquecimento geral das defesas dos territórios da coroa portuguesa, pois que a Espanha mantinha, precisamente, com holandeses, ingleses e franceses um aceso contencioso bélico, uma vez que esses povos eram inimigos do pretense hegemonismo espanhol – europeu e dos mares – tendo-se tornado esta questão mais um forte motivo para que, do ponto de vista militar e administrativo, os depauperados territórios portugueses ultramarinos, em alguns casos, não se pudessem defender dos ataques perpetrados pelos inimigos da Espanha, respaldados nesse mesmo conflito.

Assim, várias regiões do Brasil⁹⁵, São Tomé e Príncipe e Angola, por exemplo, caíram sob domínio holandês e só foram recuperadas após a restauração da independência, em 1640.

De igual modo, muitas praças portuguesas no Oriente foram atacadas por holandeses e outras ainda, alienadas por tática, ou por alianças estratégicas. Esta cidade de Macau

foi, igualmente, em 1601, 1603, 1604 e 1607 atacada por frotas holandesas, porém, sem efeito.

Boxer (2001, p.118-119) relata: “O conflito luso-holandês (...) começou com os ataques a Príncipe e a São Tomé, em 1598-1599 (...) entretanto, os holandeses devastaram sistematicamente o comércio português asiático desde o golfo Pérsico até ao Japão, e destruíram grande parte da longa cadeia de colónias costeiras portuguesas, conquistando-as uma a uma. Malaca (...) caiu finalmente em janeiro de 1641. Entre 1638 e 1658, conquistaram os entrepostos portugueses situados na costa de Ceilão; e as suas conquistas asiáticas terminaram com a tomada de Cochim e de outras posições portuguesas na Costa do Malabar, em 1663.”

Durante os séculos XVII e XVIII continua a desagregação do império português oriental, com a exceção de Goa – a Roma do Oriente – foco irradiador de miscigenação cultural, através da conversão, embora muitas vezes forçada, ao catolicismo e da utilização da língua portuguesa. Macau, inclusivamente, perde o fulgor comercial que até então ostentava.

E a atenção do Reino voltou-se para a grande colónia do Brasil. Aí se desenvolveu a cultura do açúcar, com o recurso à mão de obra escrava trazida de África pelos traficantes negreiros, ao mesmo tempo que se foi formando uma nova realidade cultural, fruto da mestiçagem de índios, portugueses e africanos.

Gilberto Freyre reclama para o tipo português o conglomerado das características geográficas, étnicas, religiosas, culturais que dele fizeram o descobridor-aventureiro-colono, individualizado e especial, diferente de todos os outros europeus. E passa revista pelo passado intercultural que levou à formação do povo português, reconhecendo o papel das invasões “de celtas, germanos, romanos, normandos – o anglo-escandinavo *Homo Europaeus*, o feudalismo, o cristianismo, o direito romano, a monogamia”, mas explicando que esses elementos sofreram “restrição ou refração num Portugal influenciado pela

⁹⁵ Apesar de os holandeses dominarem 7 das 19 capitanias do Brasil em 1630, nunca conquistaram todo o território do Brasil.

África, condicionado pelo clima africano, solapado pela mística sensual do islamismo.” (Freyre, 1957, p.18)

Os fenómenos de miscigenação cultural no Brasil, porque tiveram a ação concomitante de três identidades civilizacionais (ameríndia, europeia e africana), como maior país lusófono e o primeiro que ascendeu à independência política, merecem uma atenção especial.

Convém, igualmente, deixar aqui uma outra característica muito típica da colonização portuguesa e não verificada do mesmo modo e com tal profusão nos outros povos colonizadores: dada a necessidade extrema de administrar e povoar terras e não tendo braços suficientes para tal tarefa, os portugueses, de imediato se predispuseram a fazer casamentos com as mulheres nativas, e assim, por todos os territórios de expansão, apareceram os mestiços, os verdadeiros motores da mestiçagem intercultural desencadeada nos espaços que hoje são os da Lusofonia. E Macau não foi exceção, como referem Cabral e Lourenço (1992, pg.11) *“os macaenses surgem no espaço cultural e económico que é criado pelo contacto entre as duas civilizações profundamente díspares.”*

Freyre (1957, p.22) refere: *“A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses se compensaram da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas”,* ou, com mais pormenor, *“pelo intercurso com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele, puro, ao clima tropical”* (Freyre, 1957, p.25), embora, não se possa esquecer que na Índia, também aconteceu essa miscigenação com as mulheres indianas, como, aliás, a política e o exemplo de Afonso de Albuquerque se encarregam de provar.

E, voltando ao Brasil, que resultou disso tudo?

No final do século XVI a colonização do índio era um facto. Já havia perdido a sua liberdade selvagem gozada antes da chegada dos portugueses, mas ainda conservava, mesmo assim, algumas das suas prerrogativas civilizacionais e morais: os seus interesses vitais pela caça, a pesca, a guerra, o seu misticismo com as águas, a mata, os animais. O

desenraizamento total viria, apenas, com a introdução colonial da monocultura latifundiária do açúcar.

Freyre (1957, p.159) sentencia, mesmo, que *“o açúcar matou o índio”*.

O terceiro elemento cronológico – que não em importância cultural e sociológica – da miscigenação levada a cabo no Brasil, foi a chegada dos escravos provenientes de África.

Enders (1997, p.44) afirma que *“entre 1502 e 1860, nove milhões e meio de africanos são deportados para as Américas”,* sabendo-se, no entanto, que não foram todos para a cultura do açúcar brasileiro, pois muitos deles eram destinados às explorações de prata e ouro nas possessões sul-americanas espanholas ou às Antilhas e América do Norte.

O que releva, aqui, neste Brasil gigante, é toda a carga cultural que os escravos negros trouxeram e souberam adaptar e miscigenar com índios e com europeus.

Freyre (1957, p.278) pinta deste modo as aportações culturais trazidas pelos negros: *“na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de embalar meninos pequenos, em tudo o que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra.”*

Nos primeiros contactos costumavam os portugueses deixar nos locais onde tocavam, alguns “lançados” ou “tagomãos” que, geralmente, como escreve Freyre (1957, p.47) *“foram completamente assimilados pelos nativos, prescindindo de roupas, tatuando-se, falando os dialetos locais e participando até em ritos e celebrações fetichistas”*. A facilidade dos contactos, por vezes, vai até à completa imersão social.

Já em Cabo Verde o mesmo autor Freyre (1953, p.239) comenta que o seu contacto inicial com o arquipélago o faz pensar *“na miscigenação que aqui foi ensaiada de modo intenso pelo português, com judeus e, notadamente, com negros, antes de ser desenvolvida, na América tropical, sobre o lastro ameríndio. O primeiro caldeirão de ensaio dessa aventura étnica foi esta ilha de São Tiago...”*

Na Guiné a imposição da autoridade portuguesa foi complicada, pois existiam muitos grupos e etnias diferentes em conflito constante entre si, o que, se por um lado transformou a região em lugar de fácil tráfico de escravos, igualmente a tornou local de dificuldade para a ocupação portuguesa, passada a época da escravatura e iniciada a

colonização moderna, situação que exigiu um elevado número de campanhas de pacificação.

Em Angola, os portugueses estabeleceram relações políticas, diplomáticas, comerciais e religiosas primeiro com o Rei do Congo, que foi cristianizado, e depois com o reino Mbundu de Ndongo e com o reino de Ngola. Em todos estes casos, as relações foram pautadas por períodos de concórdia seguidos de períodos de guerra, num xadrez de interesses complicados, na generalidade favorável à presença dos portugueses, mas sempre com grande instabilidade latente. Desta instabilidade, no entanto, resultou uma maior facilidade para o comércio de escravos, geralmente resultante dos despojos humanos dos vencidos nas guerras.

Em Moçambique, onde a colonização se processou em contacto com nativos e com indianos islâmicos que ali se tinham estabelecido, a presença portuguesa fez-se sentir sobretudo na costa, em pontos-chave de apoio marítimo às navegações da carreira das Índias.

Na Índia, particularmente em Goa, sede do poderio português no Oriente, a aliança entre o poder político e o eclesiástico, onde a Coroa Portuguesa se assumia com o inelutável direito de espalhar a fé católica apostólica romana e o poder secular do Estado podia ser utilizado para sustentar o poder espiritual da Igreja, foram cometidos muitos abusos, tais como a demolição de templos hindus, proibições de culto muçulmano, expulsão dos não-cristãos, destruição de livros sagrados como o Alcorão e proibidas certas práticas religiosas não-cristãs, ou seja, existiu, a par da miscigenação cultural, uma intransigência religiosa que não se verificou noutros locais colonizados ou ainda em locais de estabelecimentos comerciais, nas Molucas, China e Japão.

Convém não deixar de referir o papel de extrema importância desempenhado pelos membros da Companhia de Jesus, os jesuítas, por toda a extensão dos territórios do império português: nos arquipélagos atlânticos, no Brasil, na Índia, na China, em Macau, no Colégio de São Paulo, por exemplo, berço de missionários, no Japão (meados do século XVI) e na África também.

O papel dos jesuítas passava pela catequese e doutrinação e pelo ensino das letras e das ciências e da língua portuguesa – língua do comércio –, na formação de sacerdotes e missionários, com uma boa preparação intelectual, embora também, muitas vezes com a atração e apetência pelo poder que, por ter sido levada a algumas formas de exagero, os descreditaram politicamente, até serem extintos, de 1773 (Papa Clemente XIV) até 1814 (Papa Pio VII).

No entanto, outras ordens religiosas participaram igualmente nesta global evangelização, como os franciscanos e os dominicanos.

Pela Declaração da Independência de 4 de julho de 1776, nascem os Estados Unidos da América e abrem-se as portas às independências do Brasil (1822) e das colónias americanas espanholas.

As colónias portuguesas em África, entretanto, permaneciam quase abandonadas e tornava-se necessário redistribuir os territórios coloniais de África, manancial de matérias-primas necessárias à industrialização da Europa e Estados Unidos.

A miscigenação física e cultural, fazia, entretanto, o seu caminho pelas vias da interculturalidade, sobretudo no Brasil, enquanto a África se mantinha adormecida.

2. Aspetos interculturais do colonialismo português.

Reúne-se em finais de 1884 e em 1885, a Conferência de Berlim. Enders (1997, p. 65) explica que a conferência se contentou em definir a “colonização efetiva pela *«existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e, se necessário, a liberdade de comércio e de trânsito.»* Ao lado da noção de *«colonização efetiva»* emergia a de *«esfera de influência»*” e foi graças a esta última que se tornou possível “a *partilha de territórios ainda desconhecidos.*”

O mapa de África é o resultado desta divisão feita a régua e esquadro e que dividiu o mesmo povo por várias soberanias.

Dava-se início oficial ao colonialismo moderno. Os povos que ficaram debaixo da *«ação civilizadora europeia»* foram submetidos ao colonialismo económico das respetivas

potências coloniais, com o recurso da mão de obra indígena barata para o trabalho, o desenvolvimento de uma economia de tipo capitalista, e com atitudes menosprezadoras das respetivas etnias, culturas, tradições e civilização.

Assim se passou a tentar administrar as colónias portuguesas no final da monarquia e, a partir de 1910, com a natural continuidade de processos, após a instauração da república.

Os povos autóctones não são tidos nem achados e tentam, quando possível, resistir às arbitrariedades a que as potências coloniais os sujeitam. O espírito do colonizador é capitalista e este sente-se com um mandato «civilizador».

A visão era eurocêntrica e o resto do mundo (sobretudo África) era «selvagem». Tornava-se necessário «civilizar» e «desenvolver» - o fardo do homem branco – e para isso, «ocupar» e «dominar». Portugal, cuja fraqueza política, militar e económica, no contexto europeu das grandes potências era menosprezado, reagia na medida das suas possibilidades para não ser esbulhado do seu «império» de vários séculos.

Enders (1997, pp.70-72) refere esse esforço por parte de Portugal e assinala: “*Entre 1841 e 1920, René Pélissier recenseou pelo menos 72 campanhas na Guiné e 160 em Moçambique, de 1854 a 1916. No decurso do último decénio do século XIX, 45% do orçamento de Angola, que é a colónia onde o esforço de guerra é mais importante, é gasto com as operações militares. A pacificação exige aí a presença de 40.000 homens entre 1848 e 1926. A submissão do Sul de Angola, e particularmente dos Ovambos, necessita das expedições metropolitanas até 1915*”.

E, depois de afirmar que as grandes rebeliões em Moçambique foram até ao fim do século XIX, informa que a pacificação só terminou “nos anos 20 em Angola e na Guiné, mas o exército português teve ainda que acabar com alguns casos isolados, como no arquipélago dos Bijagós (Guiné) em 1936, ou intervir contra as populações Herero no sul de Angola, em 1941”, ambos já durante o Estado Novo.

De facto, a instabilidade da I República chegou ao fim com a revolta militar de 28 de maio de 1926 e a posterior instauração do Estado Novo, um regime de ditadura que apregoava a indissolubilidade do império português, do Minho a Timor.

Entretanto, nasce a chamada bipolarização do pós-guerra e a conseqüente guerra fria, definida por Aron como período de guerra impossível e paz improvável.

Proclama-se na ONU (criada em 24 de outubro de 1945), designadamente no artigo 73.º da Carta, uma política descolonizadora, que seria confirmada pela Resolução 1514 (14 de dezembro de 1960) sobre o direito de todos os povos à autodeterminação e as duas superpotências esmeram-se na procura da hegemonia mundial, pretendendo atrair para a sua órbita de influência os países do terceiro mundo que acederam à independência através da manipulação política e económica a que se dá o nome de neocolonialismo.

Em Portugal, o regime do Estado Novo jamais permitiu a discussão das independências e, numa tentativa de justificação da «perenidade» de pertença das colónias ao espaço nacional, criou, em 1946, o Estado Português da Índia e, depois, em 1951, atribuiu às outras colónias, a designação de «províncias».

Começaram as guerras de libertação nacional/colonial: Angola (1961), Guiné-Bissau (1963), Moçambique (1964) que se arrastaram até à queda do regime, em 25 de abril de 1974, em Portugal, e seguiram-se as independências.

Convém refletir, agora, sobre as características deste colonialismo português, de convivências várias, díspares e globais, de uma ponta à outra do globo: amistosas aqui e agora, ali já guerreiras e imperiais, comerciais sempre, de cristianismo católico proselitista permanente, culturais em essência e civilizacionais, pela grandeza dos factos.

Como nação inserida no ocidente europeu, Portugal, tendo tido um berço onde se cruzaram tantas e tão variadas culturas, teve condições para ser uma potência especial na sua atuação pelo Mundo.

É unânime esta constatação sobre um colonialismo que, com alguma razão, podemos aceitar incluir-se no chamado por Moreira (1976, p. 33) “colonialismo missionário”, em que o fim do poder político colonizador “*pretende exercer uma ação civilizadora sobre o território e os seus indígenas, aceitando, por isso, a legitimidade dos interesses destes*”.

Encontramo-nos, portanto, longe da noção de “*colonialismo de espaço vital*”, que Moreira igualmente define e distingue como aquele que se pratica quando o colonizador

apenas reconhece o caráter instrumental do povo colonizado e a que Césaire (1978) se referia como coisificação do colonizado.

Este colonialismo português foi temperado pelas influências que recebeu, transportou e retornou e que todas juntas moldaram de arabescos, indianismos, africanismos e orientalismos a sua matriz europeia e cristã e que nunca mais foi a mesma, sempre em mutação, sempre se cruzando, sempre curiosa e adaptável, permitindo o diferente, predisposta à amizade, ao cruzamento de culturas e ciências e à criação do Mundo global.

Venâncio (1999, pp.12-13) esclarece que a colonização portuguesa sempre foi privada do grande capital e que os colonizadores emigrantes eram pobres e não exerciam nem distinções de classe, nem ráticas e “*daí que se tenha, então verificado uma mestiçagem, quer biológica, quer cultural, particularidade que se constitui em fator de diferenciação entre o colonialismo português e os seus parentes europeus ricos, o caso do colonialismo britânico, já aqui referido, e do francês*”, embora reconheça muitas semelhanças entre o francês e o português.

No que diz respeito à atualidade, Braga (1999, p.204) refere que as “*civilizações luso-afro-brasileiras teriam sabido preservar formas de convívio fundamentadas na sensibilidade, que muito podem acrescentar ao novo homem do século XXI*” e identifica “*o espaço da Comunidade e o espaço do convívio fraterno e generoso, em que a afirmação da afetividade, longe de ser sentimentalismo piegas, é um ato de grandeza.*”

Não se deve, por ser errado, considerar que o colonialismo, mesmo nos seus aspetos mais negativos de imposição colonial dura, não revelasse, no caso português, algumas vantagens que não se podem menosprezar.

O que escreve Cardoso (2005. P.27), embora se refira mais a Angola pode-se tomar como extensivo às outras colónias, pois que, o desenrolar das guerras coloniais, trouxe um crescimento vertiginoso na evolução socioeconómica das províncias: “*Tempos houve em que os benefícios da colonização foram inegáveis. A erradicação das epidemias, o fim da escravatura, a melhoria das condições socioeconómicas de algumas populações, evolução significativa nos hábitos de vestir, alimentar e habitação foram alguns dos mais significativos. Mas, a par desta ação positiva, a colonização revestiu-se de enormes*

defeitos e fracassos. Entre eles avultam a imposição dos costumes europeus de moralidade duvidosa, a injustiça das trocas comerciais, os preconceitos ráticos, a exploração do trabalho indígena.”

3. Independência e Colonialidade

Os efeitos da colonização e da dominação, no entanto, não desaparecem no momento da conclusão da fase de transição de poder, muito menos quando o tempo do exercício colonial se reveste da grande duração como é o caso português.

Pode-se, então, introduzir neste trabalho o termo «colonialidade».

Este conceito é tratado por Quijano (2009, pp.74-75), ao estabelecer as ligações de nexos entre capitalismo, eurocentrismo e colonialidade. Segundo ele, a colonialidade representa um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista que se sustenta “*na imposição de uma classificação racial/étnica da população do Mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal.*”

Ainda de acordo com Quijano, a origem desta colonialidade de pensamento, terá sido no século XVII, a Holanda e Inglaterra, não lhe sendo alheios os filósofos que então evolucionavam o sistema medieval tomista, substituindo-o por novas filosofias e teorias do conhecimento – Descartes, Espinoza que era português, Locke e Newton. Desse universo de intersubjetividades, nasceu um novo modo de produzir conhecimento que estava de acordo com as necessidades do capitalismo: a medição e a objetivação do cognoscível em relação ao conhecedor, para que fosse possível o controlo das relações dos indivíduos com a natureza e com a propriedade dos meios de produção.

Quijano afirma que o eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a postura cognitiva dos europeus ou capitalistas, mas também do conjunto dos educados sob a sua tutela.

Esta constatação reveste-se da maior importância para a compreensão do fenómeno cultural presente nos países que no seu passado sofreram as consequências do colonialismo e hoje acederam à independência política.

Moreira está em sintonia com este pensamento quando, rigoroso, afirma (2006, p.166): *“Existe uma herança colonial que se traduz em fronteiras físicas artificialmente impostas pelo colonizador, a tradição curta de menos de um século de sujeição de populações diferentes a uma autoridade exterior unificadora, a necessidade de comunicar dentro desse espaços usando uma língua alienígena. Se quisermos usar a conhecida distinção entre comunidades e sociedades temos em cada território algumas centenas ou milhares de comunidades sem qualquer fenómeno de sociedades que estabeleçam um tecido social conjuntivo entre elas.”*

No caso dos países lusófonos africanos e de Timor, confirmou-se a regra da herança dos territórios sem discussão, como Moreira igualmente refere, quando afirma que os novos regimes de forma nenhuma aceitaram alterar as fronteiras herdadas do colonizador, e passaram a dirigir um território independente, onde se incluem as populações que as potências coloniais ali consentiram, sem qualquer tradição comum, a não ser a da própria sujeição colonial.

Moreira chama a atenção, igualmente, para um outro facto da maior relevância para a formação de uma nação e que consiste na coexistência no espaço nacional, de variados grupos heterogéneos que não são possuidores de uma língua geral comum e que, por esse motivo, tem de aceitar a língua do colonizador como meio de comunicação. Trata-se do fator língua como fator de unidade nacional.

E, naquilo que diz respeito à formação cultural dos quadros governantes dos PALOP, é público e sabido que, tendo esses dirigentes dos movimentos de libertação, enquanto estudantes, realizado os seus estudos em universidades e meios ocidentais, sobretudo europeus, foi aí que apreenderam a importância dos nacionalismos e os adotaram como ideias matrizes dos seus pensamentos ideológicos. Quando passaram à ação contra os

colonizadores, *“assumiram, então, uma herança colonial que não incluía a nação”* (Moreira, 2006, p. 350).

Tendo em conta o panorama acabado de descrever e os fatores económico-capitalistas da globalização, faz sentido aceitar a tese de Santos (2009, pp. 7-13) de que as relações sociais são sempre culturais (intraculturais ou interculturais) e políticas, isto é, representam distribuições desiguais de poder, de que não há epistemologias neutras e que o colonialismo se traduziu numa dominação epistemológica, muito desigual de saber-poder, que refere como o que *“conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade”*.

Porém, no caso da Lusofonia e das respetivas e variadas culturas lusófonas que a compõem, parece correto aceitar a tese que para lá do multiculturalismo⁹⁶ a colonização portuguesa juntou a interculturalidade⁹⁷ quando pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para o enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural –, pois só assim se pode compreender a identidade lusófona como especial entre todas as comunidades internacionais.

Ou seja, partindo dum fraco capitalismo, a colonização portuguesa não se apresentou tão racista e segregacionista como outras.

4. Pensamento abissal e pós-abissal

Parece pacífico aceitar o princípio defendido por Boaventura Sousa Santos⁹⁸ de que a dominação económica, política e cultural, fruto do capitalismo e aplicada pelo colonialismo, conduziu a determinadas hierarquias de conhecimentos, e ainda mais, a tese de que o capitalismo global é hoje mais um regime cultural e civilizacional do que um modo de produção, abarcando domínios sociais impensáveis há pouco tempo: a família, a religião,

⁹⁶ vd. Santos (2009, p.9; nota 1)

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Este princípio é apresentado em Santos (2009, pp. 23-71).

a gestão do tempo, a capacidade de concentração, o mérito a moral, etc., com reflexos nos comportamentos sociais contemporâneos.

A realidade social encontra-se dividida entre dois polos: «o deste lado da linha» e o «do outro lado da linha» que se poderiam traduzir, por sinonímia, por «sociedades metropolitanas» *versus* «territórios coloniais».

O primeiro polo esgota o campo daquilo que conta e é importante – o Estado, a legalidade e a ciência moderna –, detém a verdade, a paz e os valores e mantém um paradigma da sociedade ocidental, baseado numa tensão constante entre um pilar da regulação social – e princípio de Estado, princípio de comunidade e princípio do mercado – e o outro pilar da emancipação com três lógicas da racionalidade: a estético/expressiva: artes e literatura; a cognitiva: ciência e tecnologia; e a moral: prática da ética e do discurso.

Uma outra característica deste polo é a posição de que o seu direito é que demarca o que é legal ou o que é ilegal, isto é, é esse direito que define o que existe e o que não existe, e a ciência moderna que desse polo também faz parte, monopoliza a distinção entre o verdadeiro e o falso, subalternizando os outros conhecimentos alternativos, como a Filosofia e a Teologia.

No «outro lado da linha» nos tais «territórios coloniais» aplica-se uma outra dicotomia: a da "apropriação/violência".

Aqui não existe conhecimento real: existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos.

Tudo o que acontece e se produz ali, no «outro lado da linha», é invisível não-aproveitável, não existe, não tem lei.

Ora, tudo isto tem a ver não só com a justificação da posse dos territórios coloniais, pois que nas teorias filosóficas do contrato social dos séculos XVII e XVIII, onde o estado de natureza é silenciado, é dado seguimento ao pensamento que já vinha de trás e que tentava justificar a posse dos territórios de conquista e descoberta – situados do «outro lado da linha» – em favor dos povos «deste lado da linha» como também se atingia o limite de procurar chegar a uma conclusão sobre se os autóctones dos territórios coloniais teriam

ou não uma alma, situação de que a controvérsia de Valladolid (1551) constituiu, sem dúvida, o ponto mais representativo.

Com as lutas anticoloniais desencadeadas na sequência da II Guerra Mundial, e com o fenómeno, mais recente, do terrorismo global, o «outro lado da linha» iniciou o seu movimento de expansão em direção ao interior «deste lado da linha», vindo a perturbar a clareza da lei e a segurança, ou, por outras palavras, originando uma nova forma de cidade e de Estado, uma vez que as questões de segurança passaram a impor a «este lado da linha» uma forma de governo indireto, de tipo colonial: privatização e despolitização de emergências sociais, fracos à mercê dos fortes, cidades com zonas selvagens e zonas civilizadas e defendidas. As consequências são, evidentemente, malélicas e torna-se necessário acudir a estas novas formas de «fascismo do apartheid social», «fascismo contratual», «fascismo territorial», em crescimento acelerado, embora o termo «fascismo» não deva ser confundido com a designação sinónima que o regime italiano viria a conhecer.

Configura-se, então, o aparecimento do «cosmopolitismo subalterno», um contramovimento de oposição cultural e política contra-hegemónica. Chama-se «pensamento pós-abissal» e fundamenta-se no pensamento de que a compreensão do Mundo vai muito além da visão ocidental.

O «pensamento pós-abissal» trata, então, de aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul e passa a dar relevo a uma ecologia de saberes.

Neste contexto, e dadas todas as reflexões até aqui realizadas, é lícito considerar-se que, no que respeita ao modelo colonial português, nem sempre foram aplicadas as fórmulas mais extremadas deste pensamento abissal. A escravatura teve fim, a miscigenação cultural e étnica deu-se, as manifestações culturais provam-no. As literaturas, as músicas, as danças, as gastronomias, as ciências e os sentimentos desenvolvem a «identidade lusófona».

5. Ecologia de saberes

Torna-se, então, muito urgente recuperar algumas das experiências de outras epistemologias. Para isso, Santos (2009, p. 52) fala da «ecologia de saberes» a qual *“recorre ao seu atributo pós-abissal mais característico, a tradução intercultural. Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não-ocidentais, estas experiências não só usam linguagens diferentes mas também distintas categorias, diferentes universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor.”*

A ecologia de saberes, segundo o mesmo autor (2009, p.469) está atenta à diferença epistemológica que *“só pode ser minimizada através de comparações recíprocas entre saberes na busca de limites e possibilidades cruzadas”*.

Ainda segundo o mesmo autor, esta ecologia de saberes confronta-se com dois problemas.

O primeiro tem a ver com a dúvida sobre a forma de comparar saberes dada a diferença epistemológica e o segundo prende-se com a dificuldade relacionada com a forma de criar o conjunto de saberes que participa de um dado exercício de ecologia de saberes já que a pluralidade de saberes é infinita.

A solução encontrada pelo autor para estes dois problemas não é unívoca porque, para confrontar o primeiro, propõe a tradução e para confrontar o segundo propunha **“a artesanania das práticas”** (Santos, 2009, p. 469).

6. O Pensamento Ontológico Africano

Sobre a filosofia africana Hountondji (2009, p. 121) escreve: “por filosofia africana entendo um conjunto de textos”, e na nota 5 da p. 123, indica que considera mais produtivo prestar atenção aos “modos e dispositivos concretos através dos quais o conhecimento é transmitido sem recurso à escrita tal como ela é usada no Ocidente. Por esta razão, devem ser chamadas, como sugeriu o linguista francês Maurice Houis (1971), *civilisations de l’oralité* – civilizações da oralidade.”

Já Ramose (2009, p.135) esclarece, referindo-se a Ubuntu, duas palavras numa só, ou seja, o prefixo *ubu* e a raiz *ntu*, sendo que *“Ubu evoca a ideia de ser, em geral. Este conceito ético enfatiza as alianças entre as pessoas e as relações entre estas. Trata-se de uma categoria epistêmica e ontológica fundamental do pensamento de África dos povos que falam a língua Bantu.”*

Para Ramose, a epistemologia do africano encara a afirmação do ser humano através do reconhecimento da humanidade dos outros, ou seja, o indivíduo é sujeito com valor intrínseco em si mesmo – não objeto – e torna-se humano apenas na esfera das relações reais que entretém com os outros seres humanos.

Partindo desta premissa, pode-se concluir o alto conceito que assume a dignidade humana entre os ubuntu e a rejeição de dogmatismos pela sua visão do universo e remata, afirmando que a Filosofia ocidental dos direitos humanos *“enfatiza a ideia do ser humano como uma entidade fragmentada sobre a qual os direitos são agregados de maneira contingencial, enquanto a concepção africana sublinha a ideia do ser humano como uma totalidade, tendo seus direitos assegurados como tal”* (Ramose, 2009, p. 170).

De qualquer modo, deverá ser prestada muito maior atenção ao conhecimento local, ao conhecimento diferente e, evitando a consideração abusiva dum qualquer complexo de superioridade, evitar a todo o custo o entendimento preconceituoso de que o local é unânime, muito longe disso.

Retenha-se o que escreveu Masolo (2009, p.514) sobre esta matéria do conhecimento e sistema cultural local: *“Deve ser-lhe dado espaço para ser complexo e diversificado, dialógico e inclusivo. (...) cada sistema cultural (de pensamentos e práticas) tem um passado e um presente, em que o peso da História requer aos habitantes que o presente seja acentuadamente diferente do passado. E o papel dos hábitos intelectuais é o de fornecer os métodos e as interrogações a partir dos quais a diferença entre passado e presente emergirá.”*

7. Pensamento de Fronteira

E chega-se, ao pensamento de fronteira que Grosfoguel (2009, p.385) explica como sendo uma resposta crítica aos “*fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais [pois] o que todos os fundamentalismos têm em comum (incluindo o eurocêntrico) é a premissa de que existe apenas uma única tradição epistêmica a partir da qual pode alcançar-se a Verdade e a Universalidade.*”

O pensamento de fronteira ao posicionar-se como anti-hegemônico e antifundamentalista, parte da premissa de que uma perspectiva de epistemologia descolonial exige um pensamento mais amplo que a norma ocidental, deve ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos políticos, éticos, epistêmicos que reflitam um Mundo pluriversal – antidesígnio universal abstrato –, e pressupõe, igualmente, que a descolonização do conhecimento traz consigo a exigência de que passem a ser tomadas a sério as cosmologias e perspectivas de pensadores críticos do Sul global, inseridos em espaços étnico-raciais subalternizados.

Ou seja, trata-se do reforço na procura de respostas alternativas de outros saberes e epistemologias que combatam o desfasamento cultural e a hierarquia de conhecimento estabelecidas pela europeização e a globalização, ou, como sintetiza o próprio Grosfogel (2009, p.407): “*aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno.*”

Por isso, considera que se trata de uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica.

8. Tradução intercultural

Que fazer, então, perante estas dicotomias epistemológicas? Será possível a tradução entre dois sistemas culturais e o exercício fecundo da interculturalidade? Como se realizará?

A linguagem é um instrumento chave para estas questões de tradução e o desenvolvimento de uma ecologia dos saberes só se efetuará se a tradução se efetivar no nível linguístico e no nível cultural. A tradução cultural assume-se como um desafio imenso e inadiável a filósofos e a sociólogos neste século XXI.

Deve ser realizada através de procedimentos de busca de proporções e correspondências, dada as diferentes epistemologias.

É que, segundo Santos (2009., p.470) os procedimentos da tradução, “*ainda que basicamente os mesmos, variam consoante os diferentes saberes que pertencem à mesma cultura ou a culturas diferentes. Neste último caso, a tradução assume a forma de tradução intercultural e o seu exercício é particularmente complexo.*”

No que se refere à artesanania das práticas, Santos afirma que a ecologia de saberes é uma opção epistemológica e política, com direito à cidadania, tanto como a opção pelo «fascismo epistemológico».

Rematando, Santos (2009, p. 473) conclui que: “*a douta ignorância e a ecologia dos saberes são as vias para enfrentar uma das condições de incerteza do nosso tempo: a diversidade infinita da experiência humana e o risco que se corre de, com os limites de conhecimento de cada saber, se desperdiçar experiência, isto é, de se produzir como inexistentes experiências sociais disponíveis (sociologia das ausências) ou de se produzir como impossíveis experiências sociais emergentes (sociologia das emergências).*”

Utopia? Pode ser, mas serve de orientação a seguir.

9. Conclusão: Interculturalidade – fator essencial dos que se exprimem em Português – CPLP.

Huntington (2009) afirma que a civilização e a cultura se referem ambas ao modo de vida global de um povo, sendo que uma civilização é uma cultura em sentido amplo e afirma também que nas sociedades não-europeias os povos tentam preservar a sobrevivência e a integridade das suas culturas indígenas, face à histórica hegemonia ocidental.

É, igualmente, sua opinião que os elementos centrais de qualquer cultura são a língua e a religião.

O crescimento da língua portuguesa apresenta tal pujança que em breve ultrapassará o castelhano e se aproximará do inglês, em número de falantes. Ou seja, o português é, hoje, igualmente, uma língua global.

Esta língua é utilizada para a expressão das mais variadas culturas dispersas por todos os continentes, assumida como língua global pela CPLP e a ela está reservado um futuro garantido.

As ricas e crescentes literaturas dos oito países da CPLP são a prova cabal da demonstração de que a língua portuguesa é muito mais do que língua oficial, é língua de sentimento e amizade, de interculturas, projeta-se muito para lá do uso prático dado à utilização da maior parte das outras línguas de expansão mundial.

Aparecido de Oliveira afirma na entrevista a Braga (1999, pp.47-50) que a primeira das preocupações na CPLP foi a de “*instituir uma sociedade rigorosamente entre iguais, de tal maneira que as dimensões físicas e políticas dos países participantes não influíssem na formação do grupo nem na sua orientação futura*” porque considerava que existia “*um fator transcendental, que nos iguala e elimina preocupações de hegemonia: a alma comum fundada pela nossa língua.*”

Depois referiu que, com a língua, “*podemos e devemos trocar as nossas experiências científicas e técnicas, realizar projetos económicos em parceria, exercer a nossa influência conjunta no horizonte do Mundo. Temos uma riqueza incalculável com a presença de, na atualidade, quase todas as chamadas raças humanas*”(p. 51).

O Mundo atravessa um período de mudanças sociais rápidas e as identidades estabelecidas dissolvem-se ou substituem-se em ritmo alucinante. Mais ainda, os problemas do declínio moral, do suicídio cultural e da desunião política são bem mais importantes do que a economia e a demografia. É necessário redefinir e criar novas

identidades. O pensamento de Huntington reflete-se na oportunidade da criação da CPLP e da sua coesão cultural (2009, p.145):“*Os alinhamentos definidos pela ideologia e pelas relações com as superpotências estão a ceder o lugar a alinhamentos definidos pela cultura e pela civilização. As fronteiras políticas são redesenhadas para coincidirem cada vez mais com as fronteiras culturais, isto é, étnicas, religiosas e civilizacionais. (...) Todavia, no Mundo moderno a identidade cultural é o fator decisivo para determinar as associações e os antagonismos de um país.*”

Grosfoguel (2009, p. 402) incentiva: “Para serem capazes de intervir eficazmente no sistema-Mundo capitalista, as agências coletivas da periferia precisam de ter um âmbito global”, pois, segundo Goody⁹⁹, citado por Santos (2009, p. 445): “*uma verdadeira 'história global' só será possível na medida em que for superado tanto o eurocentrismo como o antieurocentrismo eurocêntrico, tanto o ocidentalismo como o orientalismo. Uma tal história é mais correta no plano epistemológico, mais progressista no plano sociopolítico e cultural. Só ela permitirá que o Mundo se reconheça na sua infinita diversidade a qual inclui também a infinita diversidade das influências cruzadas, das semelhanças e continuidades.*”

A realidade impõe-se, categórica, na condenação dos resultados catastróficos decorrentes do espírito de ganância absoluto, com o menosprezo de bilhões de seres humanos no decurso da história, porque pertencem a outras culturas, outras civilizações.

Torna-se curial aceitar, neste caso, a lei nº 7 do decálogo de Bertrand Russell: “*Não tenhas medo de possuir opiniões excêntricas, pois todas as opiniões hoje aceitas foram um dia consideradas excêntricas*” (Cunha, 2008, p.49).

Bibliografia

- Braga, J. A. (Coord.) (1999). *José aparecido – o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova Editores.
Boxer, C. R. (2001). *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70.

⁹⁹ Goody, J. (2006). The Theft of History. In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. p.445.

Cabral, J. P. e Lourenço, N. (1992). *A questão das origens – As relações interétnicas e a condição feminina em Macau*. In Sociologia - Problemas e Práticas, nº 11, pp. 9-25. Disponível em: <http://repositorio-ind.iscte.pt/handle/10007/1069>. Consulta em 26.10.2010.

- Cardoso, A. S. (2005). *Angola, anatomia de uma tragédia*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. Trad. Noémia de Sousa. Prefácio: Mário de Andrade.
- Cunha, P. F. (2008). *O essencial sobre filosofia política contemporânea (1887-1939)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Enders, A. (1997). *História da África lusófona*. Mem Martins: Editorial Inquérito. Trad: Mário Matos e Lemos.
- Freyre, G. (1953). *Aventura e rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, G. (1957). *Casa grande & senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Goody, J. (2006). *The theft of history*. In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina. P. 445.
- Grosfoguel, R. (2009). *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. In B. S. Santos & M. P. Meneses (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Hountondji, P. J. (2009). *Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspetivas sobre os estudos africanos*. In B. S. Santos & M.P. Meneses (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Huntington, S. P. (2009). *O choque das civilizações*. Lisboa: Gradiva. 4ª ed.
- Masolo, D. A. (2009). *Filosofia e conhecimento indígena: uma perspetiva africana*. In B. S. Santos & M. P. Meneses (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (1976). *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*. São Paulo: Editora Resenha Universitária.
- Moreira, A. (1999). *Estudos da conjuntura internacional*. Lisboa: D. Quixote.
- Plum, J. H. (2001). *Introdução*. In C. R. Boxer (2001). *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70. pp. 11-17.
- Quijano, A. (2009). *Colonialidade do poder e classificação social*. In B. S. Santos & M. P. Meneses (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.
- Ramose, M. B. (2009). *Globalização e ubuntu*. In B. S. Santos & M. P. Meneses (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.
- Venâncio, J. C. (1999). *Literatura versus sociedade*. Lisboa: Vega.

No verão de 87 iniciou a viagem rumo ao Oriente e, desde então, tem desenvolvido a sua atividade profissional em Macau como docente de Língua Portuguesa e de Administração Pública: Escola Luso-Chinesa Sir Robert Ho Tung, Centro de Difusão de Línguas, Instituto Português do Oriente e, nos últimos 15 anos, no Instituto Politécnico de Macau.

Da sua atividade destaca o papel como membro do grupo experimental para o estudo da iniciação à aprendizagem da Língua Portuguesa nos jardim de infância luso-chineses, como responsável pela organização e acompanhamento dos Cursos de Língua Portuguesa para Funcionários Públicos e no Ensino da Língua Portuguesa para adultos e alunos universitários.

No Instituto Politécnico de Macau passou pela Escola de Línguas e Tradução e, atualmente, integra o corpo docente da Escola Superior de Administração Pública.

26) LURDES ESCALEIRA INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU, R. P. DA CHINA

Maria de Lurdes Nogueira Escalreira, natural do Porto, doutoranda em Estudos Asiáticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é detentora dos graus de mestre em Administração Pública pela Universidade de Macau, pós-graduação em Ciências da Educação, Universidade Aberta, licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Letras do Porto e Educadora de Infância pela Escola Paula Frassinetti.

Em Portugal, de 80 a 87, exerceu a docência como educadora de infância destacando a experiência no Ensino Especial.



Ao longo dos últimos anos tem vindo a apresentar comunicações e a publicar artigos em revistas científicas e atas de colóquios versando as temáticas do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, da Tradução em Macau e do Ensino Superior em Macau.

Em 2009, esteve presente, pela primeira vez, nos Colóquios da Lusofonia e, desde então, tem vindo a participar neste evento estando, de momento, envolvida na preparação do I Colóquio da Lusofonia em Macau.

Recentemente, tem vindo a estudar os autores de Macau, que escreveram em Língua Portuguesa, tendo apresentado em finais de 2010 um trabalho sobre o escritor Henrique de Senna Fernandes.

É COORDENADORA DO XV COLÓQUIO DA LUSOFONIA EM MACAU

TEMA 1.1 BREVE ANTOLOGIA DE AUTORES MACAENSES, MARIA DE LURDES NOGUEIRA ESCALEIRA, (INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU) RAEM, R P CHINA

Tendo como pano de fundo a missão dos Colóquios da Lusofonia, pretendemos apresentar, perante uma plateia de académicos das mais variadas partes do mundo lusófono, os escritores de Macau e que se expressam em Língua Portuguesa.

O nosso principal objetivo consiste em transmitir elementos sobre a vida e obra dos autores de Macau de forma a sensibilizar para o seu estudo e divulgação.

Sem dúvida que o recente desaparecimento do escritor Henrique de Senna Fernandes despoletou a discussão acerca do que tem sido escrito em Macau, sobre Macau e por gente de Macau.

Algumas iniciativas têm vindo a ter lugar, no entanto, consideramos que é necessário fazer um estudo sério e profundo para que estes autores não caiam no esquecimento e a sua obra contribua para o enriquecimento da literatura de expressão portuguesa e dê novo alento aos que lutam pela sobrevivência da “cultura macaense”.

Assim, iremos, de forma sumária, fazer uma viagem pela vida e obra de vários autores que nos deixaram a sua vivência e descreveram Macau, nos seus mais variados aspetos, permitindo-nos reconstituir a história e descobrir o “sentir” de Macau e das suas gentes.

Trata-se de uma abordagem descritiva que parte da conceção de que não existem escritores macaenses mas sim escritores portugueses que nasceram, viveram e “escreveram sobre a sua terra”.

Muitos outros escritores, de grande valor, escreveram sobre Macau e devem ser estudados, no entanto, como o tempo limita sempre as nossas opções, nesta fase do estudo, damos primazia aos autores “macaenses”.

Entendemos o termo “macaense” no seu sentido mais restrito, isto é, os “filhos da terra”, os descendentes do cruzamento entre portugueses e chineses, portadores de uma cultura e de uma forma de estar que os evidencia como grupo e que lhes confere uma identidade particular e muito própria.

Macau tem servido de inspiração e de mote a escritores e poetas que aqui nasceram ou que por aqui passaram e se apaixonaram pelo exotismo de um pequeno pedaço de mundo onde o Oriente e o Ocidente se encontraram e têm coexistido, durante mais de quatro séculos.

São muitas as páginas de livros, revistas, jornais e, mais recentemente, da internet que trazem até nós o pulsar de Macau, o viver e o sentir das suas gentes, mais parecendo peças de um puzzle que nos levam de volta à Macau antiga.

Estudar todo este legado é, quanto a nós, do maior relevo, contudo, nesta circunstância, por questões de tempo e, até, de metodologia, sentimos a necessidade de restringir o campo de estudo, daí que, iremos apenas centrar-nos nos escritores que nasceram e viveram em Macau e retratam as suas vivências e a história da sua terra na língua de Camões.

Não nos iremos deter a descrever, de forma sistemática e pormenorizada, a vida dos autores e a sua obra; esta encontra-se dispersa por páginas de jornais (Ponto Final, Tribuna de Macau, Hoje Macau), artigos variados e nos prefácios dos livros dos autores, ou mesmo, em sites da internet, como é o caso do site de António Conceição Júnior sobre a vida e a obra da mãe, Deolinda da Conceição ou, mais recentemente, nas redes sociais.

Assim, iremos, de forma sumária, fazer uma viagem pelos vários autores que nos deixaram a sua visão e descrição de Macau, nos seus mais variados aspetos, permitindo-nos reconstituir a história e descobrir o “sentir” de Macau e das suas gentes.

É nossa opinião que, apesar da dispersão dos elementos, é necessário desenvolver estudos profundos e sistemáticos sobre os autores de Macau, não devendo, quem por ventura o fizer, negligenciar os autores que apenas publicaram um ou poucos livros, porque a intensidade das palavras, das personagens e dos factos irão, por certo, absorver o espírito atento e aberto a novas visões do mundo e do homem.

Para além disso, estes parecem-nos ser o tempo e o lugar certos para falar dos autores de Macau, visto que o recente desaparecimento de Henrique de Senna Fernandes e de Leonel Barros despertaram consciências para a necessidade de divulgar as obras de autores de Macau e, por outro lado, porque estamos perante uma audiência de académicos e estudiosos de várias partes do mundo que podem contribuir para o estudo e divulgação da escrita de Macau, em língua portuguesa.

Iremos, assim, apresentar cinco ilustres “macaenses” que se atreveram a escrever em Língua Portuguesa, o que é, sem dúvida, um número muito reduzido, no entanto, como o próprio Senna Fernandes reconhecia, há algum tempo atrás,

[o]s autores macaenses foram sempre muito esporádicos. Em Macau nunca houve condições para desenvolver uma verdadeira literatura macaense. A pequenez do território e, por conseguinte, da comunidade portuguesa, aliada ao facto de Macau ter uma parca importância para Portugal, não proporcionava a existência de uma comunidade literária”. (...) Sempre me senti solitário nessa senda da escrita em português, na Ásia. A falta de incentivo e a indiferença do público desencorajavam sobremaneira quem tivesse o sonho de singrar pela escrita. Atrevo-me a dizer que escrever em português neste canto do mundo é puro desporto, que só a paixão o pode justificar. Quem tenha pretensões para voos mais elevados, a escrita em português não lembraria ao diabo!

Senna Fernandes, Henrique em entrevista inédita (O Globo)

Após estas breves considerações, passamos, então, a apresentar os seguintes escritores de Macau: Luís Gonzaga Gomes, Deolinda da Conceição, Adé dos Santos Ferreira, Henrique de Senna Fernandes e Leonel de Barros.

1. Luís Gonzaga Gomes (Macau, 1907-1976) personagem plurifacetada e autor de uma obra diversificada, a qual representa um importante contributo para os estudos e a história de Macau. Desde novo se assume como detentor de um bom conhecimento da língua e da cultura chinesas e como tradutor e intérprete, traduzindo tanto do Português para o Chinês como no sentido oposto.

Na sua faceta de tradutor dedica-se à tradução de obras chinesas, consideradas importantes para o entendimento da história de Macau, das quais se destaca a tradução, em 1945/6, do livro "*Ou Mun Kei-Leok*", de Tcheng U Lám e Jan Kuong lám, dois altos funcionários chineses que, no século XVII, visitaram Macau e procederam a um detalhado levantamento sobre a administração, os usos e os costumes dos residentes estrangeiros. É, ainda, a sua vertente de tradutor que o leva a coligir e publicar, em 1941, o "*Vocabulário Cantonense-Português*" e, em 1942, o "*Vocabulário Português-Cantonense*". Para a língua chinesa traduziu "*Os Lusíadas, contados às crianças*".

É autor de vários artigos nos quais regista memórias e descreve aspetos da vida e da história de Macau e que, posteriormente, foram reunidos em "*Chinesices, Macau: factos e lendas*", "*Curiosidades de Macau antiga*", "*Lendas Chinesas de Macau*" e "*Efemérides da História de Macau*". É autor de um grande número de estudos etnográficos¹⁰⁰ e integrou a direção de revistas especializadas e de instituições culturais, tendo desempenhado um papel ativo na sociedade de Macau e sendo, ainda, reconhecido como um musicólogo de relevo.

Através da sua vasta obra tenta contribuir para o intercâmbio entre portugueses e chineses dando a conhecer, aos portugueses de Macau, os usos e costumes chineses:

Há muita gente que, de vez em quando, sonha em voz alta, facto este que os chineses consideram como uma doença mas de pouca importância, por não afetar sensivelmente nenhum dos cinco principais órgãos da estrutura humana que para eles são: o ouvido, o olho, o nariz, a boca e o tronco.

Porém, se o caso se repete com mais frequência, a medicina chinesa classifica-o com o nome de LEI-UÂN-PÉANG, isto é "doença do afastamento da alma", quando a não atribuem a travessuras de súcubos, e amaldiçoado será aquele que padece de tal doença,

pois será tido como portador de impendentes infortúnios e de calamidades iminentes para a sua família.

Gonzaga Gomes, L. Chinesices

Luís Sá Cunha, num artigo intitulado "*Luís Gonzaga Gomes: filho-rei-da-terra*", descreve-o como a "*mais misteriosa personagem nascida e vivente em Macau durante o século passado*", um homem que amava a sua terra e que teve como lema da sua vida "*dedicação e serviço*".

Com serena dedicação tenaz, foi sendo tudo, em tudo intervindo, participando, influenciando, repuxando em mãos os fios de manipulação de todas as peças de uma cidade como num teatro de fantoches: ele foi professor, investigador, historiador, etnógrafo, jornalista, tradutor, poliglota, sinólogo, escritor, bibliotecário e arquivista, colecionador de arte e museólogo. Ele foi tudo e em toda a parte: filho-rei-da-terra.

Sá Cunha, Luís in Revista Macau

É ainda Sá Cunha que realça uma importante faceta do Gonzaga Gomes quando nos refere:

Luís Gomes nasceu em Macau, pequeno ponto amuralhado no mapa do globo terrestre; teatro de encontro de dois grandes universos culturais, ainda tão distantes e desconhecidos. E logo pensou lançar pontes, transcender limites, ir respirar mundo para o trazer intramuros. Para tanto foi antena de receção e transmissão de notícias, novidades, de informações, fontes documentais e memórias, da herança musical da humanidade.

Gonzaga Gomes participou, enquanto homem de cultura e sinólogo, de forma ativa no Círculo Cultural de Macau, criado em 1950 com a finalidade de "*promover a divulgação da cultura artístico-literária, especialmente a portuguesa... e tornar Macau, sob todos os seus múltiplos aspetos, melhor e mais perfeitamente conhecida na Metrópole, nas restantes colónias portuguesas e em todos os pontos do mundo onde se fale a língua-pátria*". Para além de um variado leque de atividades (atuações em palco, organização de debates e exposições, promoção de atividades desportivas e emissões radiofónicas, etc.) o Centro

Cunha em <http://www.revistamacau.info/index.php/cultura/luis-gonzaga-gomes-filho-rei-da-terra.html> (07/03/2011).

¹⁰⁰ "*Incansável na curiosidade e na investigação, escreveu mais de cento e cinquenta estudos de temática etnográfica para dar a conhecer à cultura portuguesa e à comunidade portuguesa de Macau as tradições, contos, lendas, memórias, costumes, festividades e mundividência chinesas*". Luís Sá

Cultural de Macau publicava, mensal ou trimestralmente, a revista trilingue “Mosaico”, Português, Chinês e Inglês, (último número data de dezembro de 1957) e na qual participaram vários escritores, entre os quais, Graciete Batalha, Luís Gonzaga Gomes e Henrique de Senna Fernandes.

2. Deolinda da Conceição (Macau,1914-1957) Primeira escritora e jornalista de Macau, professora e tradutora. A sua vida está marcada pelo sofrimento causado pela Guerra do Pacífico, facto que está bem presente na sua obra, repleta de descrições de quadros de extrema pobreza e de luta pela sobrevivência.

Que lhe importavam os preconceitos, as tradições, a decência e a dignidade e tudo quanto faz parte da vida normal se aquela que viviam fugia a todas as regras que conheceu até ali? Se ele não conseguia trabalho ela saberia prover os meios para ao sustento da família, ainda que para isso tivesse que vender a alma e o próprio corpo.

Conceição, Deolinda. (1995). *Cheong-Sam*, 18

Deolinda da Conceição viveu numa Macau onde o preconceito predominava e a mulher era subjugada ao homem, trazendo para a escrita muita da sua vivência de mulher divorciada, que luta para sustentar dois filhos e que se afirma num mundo de homens. Brookshaw identifica-a como uma mulher do seu tempo e, também, uma mulher à frente do seu tempo, apesar de ter vivido as consequências da guerra e numa cidade pequena e conservadora como era a Macau daquela época. “*She was the lone female voice among a group of Macanese intellectuals which emerged after the austere war years and flourished during the 1950s*”.

A mulher é o tema central e recorrente em toda a sua escrita e, em quase todas as suas crónicas, a mulher assume, direta ou indiretamente, o lugar central, quer na luta contra o preconceito, quer no sofrimento devido à pobreza que grassava na época ou ainda como a alma que sofre por amor.

Estamos perante uma escritora que mergulha até ao limite nesse pulsar plural que é Macau escolhendo para as suas histórias mulheres que, pela sua determinação, pelo sua força, pelo modo como lidam com o sofrimento, saem do anonimato para se transformarem

em heroínas, sujeitos principais de um mundo onde aparentemente apenas se podem mover nos bastidores.

Laborinho, Ana Paula in Conceição, Deolinda. (1995). *Cheong-Sam*

Tendo vivido em Macau, Hong Kong e Xangai revela um profundo conhecimento dos usos e costumes chineses e portugueses, bem como, da teia de sentimentos que assola os que nasceram do cruzamento entre portugueses e chineses. Ao lermos o conto “*A Esmola*” ficamos atónitos ao perceber que a escritora, em apenas 3 páginas, nos transporta para uma Macau dos tempos antigos e, de forma simples mas densa, nos fala de um turbilhão de sentimentos vividos por personagens características da Macau da época.

O pai, sabia-o ele, tinha vindo de longe, da velha Europa, (...). A mãe era aquela pobre mulher chinesa, ignorante, de pé descalço, (...) que o pai levava para casa um dia e que ali se encontrava ainda numa situação indefinida (...) a mãe que ele amava no seu íntimo e de quem se envergonhava na sociedade.

Conceição, Deolinda. (1995). *Cheong-Sam*, 27-28

O amor tem lugar na sua obra mas, também, este é abalado pelas consequências da guerra, como por exemplo, no conto “*Cheong-Sam*”, A-Chung mata Chan Nui, a esposa que ele ama e admira, mas a autora vai dando ao leitor uma justificação para os atos das personagens, mesmo para o crime, pondo na boca de A-Chung a justificação para aquele terrível ato: “*Maldita guerra! Maldita guerra, que tudo lhe levava e que fizera dele um criminoso, um assassino, um pai sem coração, um homem sem raciocínio*”. O amor entre os homens portugueses, normalmente soldados, e as mulheres chinesas (“*O Calvário de Lin Fong*”) falam da felicidade do encontro, das dúvidas e incertezas, dos choques de costumes e da submissão da mulher chinesa que obedece à vontade do homem e que, mesmo quando este parte para a sua terra natal com promessas de regresso, fica à espera que ele regresso de *Sai long* (Portugal) para poderem viver a felicidade prometida.

Deolinda colaborou com os jornais *Voz de Macau*, *Diário Popular* e *Notícias de Macau* onde publicou vários artigos e, neste último, trabalhou de forma regular tendo integrado a redação e orientado o suplemento feminino.

É enquanto responsável pelo suplemento feminino que reflete sobre a situação da mulher que (Conceição:19-12-1949)...

(...) vivera condenada durante muitos séculos (...), que só saía de casa aos domingos, acompanhada pela sua ama, para ir à Missa ou à procissão onde ia expor uma piedade muitas vezes forçada e que não tinha senão o brilho do verniz da capa do livro que ela folheava distraidamente a fim de esconder a sua abstração de momento"

... e apela para que a mulher use a sua liberdade e dê o seu contributo em

"quase todos os ramos da vida onde o homem imperava sem rival" sem que, no entanto, perca " (...) a sua sensibilidade feminina ou tornem o homem isento das suas responsabilidades que lhe eram impostas pelo código social até então".

Em 1949, num texto visado pela censura, a autora afirma:

A liberdade, sobretudo quando é usada excessivamente, não liberta verdadeiramente a mulher. Prende-lhe aos pés uma grilheta, e toda a mulher de bom senso sabe que o seu uso discreto e limitado a colocará em situação não só de superioridade perante o homem, como fará dele o seu mais dedicado servidor.

"Deolinda da Conceição, mulher, escreve sobre mulheres, dando a conhecer essa ignorada metade do céu que na sombra ajuda a construir o infinito" (Laborinho:1995), uma mulher que enfrenta o preconceito, assume a sua liberdade e chama a si a responsabilidade de dar a conhecer a Macau de então através do sentir no feminino.

A autora, quer através das personagens que vão desfilando nas suas crónicas, quer nos artigos publicados nos jornais, tece uma lúcida crítica à sociedade da época, revelando uma profunda reflexão sobre o contexto social e político de Macau e do mundo.

Em 1952, num artigo intitulado *"A época do Carnaval e o Carnaval da época"* escreve:

A Humanidade, vivendo constantemente escondida por detrás duma máscara imposta pelas convenções e pela praxe, descansa durante os dias do estruço, pois que ninguém leva a sério os atos, ainda que maliciosos, praticados durante estes dias. (...) Mas a época do Carnaval passa célere e não deixa senão uma lembrança muito vaga de quanto se disse e se fez. Porém o Carnaval da época, esse que preside a tantos atos sérios da vida, esse que domina até as nações e impera como déspota na Sociedade, esse jamais passará, descansa apenas durante três dias, porque o mundo teria de ser outro e bem outro para que ele desaparecesse completamente. O carnaval de todos os dias, o carnaval das relações de conveniência, o carnaval das mentiras ditas com serenidade, o carnaval da

hipocrisia mascarada de virtude, do vício vestindo o hábito da santidade, da intriga e da inveja, o carnaval dos apertos de mão escondendo intenções reservadas, dos sorrisos a encobrir projetos maldosos, da honestidade a disfarçar ambições ilegais, enfim o carnaval que a época presente vive, esse é que é o verdadeiro carnaval. Olha-se em roda e o cortejo carnavalesco não tem fim. (...) O carnaval de todos os dias, o carnaval de uma vida incompatível com a doutrina pregada, o carnaval das máscaras reluzentes de boa vontade, escondendo projetos criminosos, impera nesta época de mentiras e falsidades, de constantes afirmações feitas sem intenção reta. A época do carnaval não é senão uma pausa feita para tomar fôlego, para que o carnaval de todos os dias possa continuar sem interrupção forçada.

Conceição, Deolinda. (1952). Jornal "Notícias de Macau"

Deolinda da Conceição, escritora e jornalista, dedicou a sua vida à crítica literária e artística, escreveu crónicas, editoriais e alguns ensaios de ficção. Contos e crónicas da escritora foram reunidos em *"Cheong-Sam. A cabaia"*, livro publicado em 1956, em Portugal, e reeditado, em Macau, em 1995, pelo Instituto Cultural de Macau¹⁰¹.

As suas crónicas, publicadas nas páginas do Notícias de Macau, são (Brookshaw)

"(...) a popular genre widespread in the press of the Portuguese-speaking world given its focus on a moral theme or contemporary issue, illustrated by the narration of an incident drawn from everyday life". A simplicidade, intensidade e a riqueza das suas (Brookshaw) "(...) stories, and the role she played in the rebirth of the Portuguese-language press after the War, make her a unique figure in the literatures of Macau, China and the Portuguese-speaking world".

Deolinda da Conceição era uma Macaense de identidade portuguesa, transportando em si, como a maioria dos seus conterrâneos, a capacidade de, desde o berço, conviver e falar o cantonense, e bem assim o inglês. A condição de macaense permitia-lhe compreender o Outro, pois desde pequena se habituara à multiculturalidade desta cidade, aos odores e sons caraterísticos que povoavam Macau do seu tempo.

Júnior, António C. (2008)

3. José dos Santos Ferreira ou Adé (Macau, 1919 – 1993) Funcionário público e, mais tarde, secretário da STDM (Sociedade de Turismo e Diversões de Macau) foi, ainda, professor e, na sua faceta de escritor, colaborou em vários periódicos portugueses editados em Macau, foi cofundador de alguns e Chefe de Redação de "O Clarim", "Diário

¹⁰¹ O livro *"Cheong-Sam"* está traduzido em Chinês e vai na 5ª edição e alguns dos contos foram traduzidos para Inglês.

Popular", "Diário do Norte" e da Revista "Volante". A sua colaboração com a imprensa passa, também, pelo "China Mai" de Hong Kong e pela Agência "Associated Press".

O nome Adé transporta-nos, contudo, para uma Macau de tempos antigos que se teme venham a desaparecer e para memórias guardadas por quantos tiveram a felicidade de ouvir o doce embalar do dóci *papiaçám di Macau* (dialeto de Macau). De facto, a simbiose entre o dóci *papiaçám* e Adé é, por um lado, o resultado de uma vida em defesa do patuá e, por outro, o reconhecimento do valor e do esforço de um homem que se multiplica em desvelos e traz para as luzes da ribalta a voz que está a esvair-se e que é preciso revitalizar, dar uma nova vida e um carinhoso alento. Autor de peças teatrais, contos e poesia, é também ele que toma a seu cargo o ensaio e a direção das peças em patuá.

Embora tendo dedicado uma grande parte da sua vida a defender e divulgar o patuá, abraçou, também, outras causas, sociais, culturais e desportivas, e colaborou em programas de rádio.

Poeta e prosador, Adé escreveu, na língua maquista, "Poéma di Macau" (1983) e "Macau, Jardim Abençoado" (1988), tendo a Fundação Macau editado, em 1996, as obras completas do autor. Alguns dos poemas, escritos em patuá, foram musicados e reunidos em CD.

Sobre a sua obra "Macau: O Jardim Abençoado – Dialeto Macaense" o autor, na dedicatória aos leitores, na Edição do Instituto Cultural de Macau – 1988, refere que se trata de...

(...) um livrinho simples e despretensioso, como o são, afinal, a terra de sonhos e o bom povo de quem fala. Tudo que há nele, página a página, de verso em verso, foi ditado pelo coração, escrito com o amor que Macau nos inspira em todos os momentos e atos da nossa vida". E acrescenta que a maior parte " (...) é apresentado na doce "língu maquista", esse aliciante dialeto antigo criado pelos nossos maiores e que constitui, sem dúvida, uma das mais características tradições desta terra repassada de glórias e sentimentos cristãos, bem orgulhosa da Pátria que jurou amar para todo o sempre.

É ainda Adé que, na referida dedicatória, nos fala do objetivo que pretendia atingir ao escrever o "livrinho":

O mavioso dialeto entrou em vias de completa extinção. Dentro de escassos anos, dele nada mais restará senão uma pálida lembrança, como o tanger nostálgico numa suave melodia cheia de reminiscências. Será então talvez, que este livrinho e outros pequeninos

trabalhos por nós trazidos a lume começarão a ser acolhidos como coisa útil deixada à posteridade. É com este pensamento que hoje nos damos por felizes com a oferta que fazemos a Macau. Jardim Abençoado, terra de encantos que nos foi berço, de mais um contributo nosso para a divulgação do seu fascinante dialeto antigo.

Ainda na dedicatória de "Macau: Jardim Abençoado", Adé deixa transparecer a sua preocupação com a transferência de soberania: "Enlevo do nosso coração, Macau, pequenina e graciosa, gentil e acolhedora, está prestes a perder algo de muito importante que religiosamente guardou através da sua existência quatro vezes secular - a sua própria identidade como filha de Portugal". Dirigindo-se aos leitores dá conta da sua visão sobre a atitude dos homens que aqui nasceram ou passaram algum tempo:

A Cidade do Nome de Deus foi sempre olhada com carinho por muitos dos que tiveram o ensejo de partilhar as suas alegrias, nas horas felizes, e sentir os embates das suas vicissitudes, nos transees difíceis. É certo, é triste ter ela sido também, e não poucas vezes, tratada com assomos de arrogância e insinceridade, levemente lograda por espíritos interesseiros que dela se têm servido para alimentar ambições desmedidas. Os espíritos mesquinhos vêm movidos pela ganância, colhem avidamente os frutos cobiçados e regressam fartos, falando, ainda por cima, mal da terra e das suas gentes. Desses, porém, nos devemos esquecer, diligenciando por apagar da memória laivos de façanhas repugnantes.

Macau é o tema central da obra de Adé, uma "Macau pequenina, Filha de uma Pátria grande!" a que o autor chama "berço" e por quem nutre um "Amor ardente". (Poema: Macau Pequeno/Macau Pequena)

*Macau cristám,
lou-sa único riquêza,
Minha tudo ancuza na vida.
Tera di Nómi Santo
Qui Mai di Deus, co ternura,
Cubrí co Su quimám di séda.*

*Macau cristã,
Minha única riqueza,
Meu tudo na vida;
Urbe de Nome Santo
Que a Mãe de Deus, com ternura,
Cobriu com o Seu manto de seda*

O mesmo amor é dedicado a Portugal a quem reconhece a valentia e a coragem de cruzar os mares e vir a terras longínquas trazer a fé cristã.

*Portugal,
Di más grândi na Estória di Mundo,
Di más cristám na Mundo Cristám...*

*Portugal,
Dos maiores na História do Mundo,
Dos mais cristãos no Mundo Cristão...*

*Pátria di gente corajoso,
Qui cruzá mar medonho,
Já vai tera estranho,
Cavá, vêm estuhga vánda, Assi lóngi,
Criá vós, Fazê vós cristám,*

*Pátria de gente destemida
Que, cruzando mares temerosos,
Demandou terras estranhas,
Veio a estas paragens longínquas,
E te criou e te fez cristã,*

A lealdade de Macau a Portugal, mesmo nos momentos mais difíceis, é exaltada e louvada dando a Macau e às suas gentes, que amam Portugal, uma nobreza de caráter e um amor inabalável pela Pátria distante.

*Macau qui na mau tempo,
Na ora di calmaria,
Sempri têm na su coraçám
Acunga quirido di tudo nós:
PORTUGAL!*

*Macau, que na tempestade,
No tempo de bonança,
Jamais deixou de aconchegar no coração
O querido de todos nós:
PORTUGAL!*

A temática da transferência de soberania de Macau e o sonho de que Macau conserve as suas características e continue a sua ligação a Portugal estão presentes nos versos que Adé dedica à Macau, “*beleza dos meus olhos, Sol da minha vida...*” quando a questiona...

*Qualunga di nós dôs
Lôgo vai más aZinha, iou nom sabe:
Si iou,
Di estunga váli di lágri,
Co tudo iou-sa pecado,
Si vós,
Di grándi Família Lusitano,
Co vósso obra meo-ramatado.
Intrestánto, Macau,
Bérço abençoado,
Farol alumiado di iou-sa fé;
Dessá iou vêm pedí co vós:
Qui na chuva, qui na dia bonito,
Na alegria, Ó na tristéza,
Guardá sempri na vósso coraçám,
Quente, respeitado,
Nómi di nósso quirido Portugal.*

*De nós os dois,
Qual abalará primeiro, não sei dizer:
Se eu,
Deste triste vale de lágrimas,
Com todos os meus pecados,
Se tu,
Da grande Família Lusitana,
Com a tua obra inacabada.
Entretanto, Macau,
Bérço abençoado,
Farol luminoso da minha fé;
Deixa que te implore:
Quer chova, quer faça tarde linda,
Na alegria ou na tristeza,
Guardarás sempre no teu coração,
Aquecido, respeitado,
O nome do nosso querido Portugal.*

... e humildemente lhe faz um pedido...

*Intrestánto, Macau,
Bérço abençoado,*

*Entretanto, Macau,
Bérço abençoado,*

*Farol alumiado di iou-sa fé;
Dessá iou vêm pedí co vós:
Qui na chuva, qui na dia bonito,
Na alegria, Ó na tristéza,
Guardá sempri na vósso coraçám,
Quente, respeitado,
Nómi di nósso quirido Portugal.*

*Farol luminoso da minha fé;
Deixa que te implore:
Quer chova, quer faça tarde linda,
Na alegria ou na tristeza,
Guardarás sempre no teu coração,
Aquecido, respeitado,
O nome do nosso querido Portugal.*

4. **Henrique de Senna Fernandes** (Macau, 1923-2010) Advogado, bibliotecário, professor e escritor é, sobretudo, recordado como um exímio contador de histórias e um homem comprometido com os desafios do seu tempo, de Macau e dos “*macaenses*”.

Ensinou-nos a estudar com prazer a disciplina que para muitos não passava de uma grande chatice ou mesmo um mero soporífero! Ele empolgava-nos com as suas descrições das guerras, das invasões francesas, até mesmo da pormenorizada escarpelização ou descrição anatômica da estatua da Deusa Vénus de Milo que de facto nunca ouvi tão perfeita e tão rigorosa apresentação! (...) estas aulas que para nós eram melhores do que sessões de cinema nos Teatros Apolo, Nam Van, Vitória, Império ou Lido (...).

Luís Machado “Ao meu grande Mestre Henrique”,

Jornal Tribuna de Macau, 06-10-2010

É com grande naturalidade que Henrique de Senna Fernandes, excelente contador de histórias, vai dando a conhecer a sua história de vida, os seus amores e desamores, os seus encantos e desencantos, como se tudo fosse surgindo ao acaso e ele fosse aproveitando o melhor de cada momento da vida. É esse acaso que o leva a escrever desde os 11 anos quando o comentário do professor à sua redação, “*tinha ideias, continua... e que era preciso ler mais*”, o motivam e lhe dão confiança para se aventurar no mundo da escrita.

A incursão pelo romance surge (Tai Chung Pou, 30-09-2007) de um desencontro daqueles que decidem a vida de uma pessoa:

Como todas as histórias que realmente merecem ser contadas, foi uma história de amor que esteve no início de tudo. Andava no liceu, adolescente, tinha começado então o primeiro ano da década de quarenta do século passado. Ela era “tão bonita, tão realmente bonita”, uma das mulheres mais bonitas de Macau, e ele apaixonou-se. Ao contrário dos filmes, a história não teve um final feliz. “Foram desencontros e mais desencontros, más compreensões” e aquele “amor platónico” nem sequer vivia das palavras, que não se

falavam. Mas há um dia no liceu em que desceu do primeiro andar para o rés do chão e cruzaram-se. “Deitou-me um olhar rápido, mas tão perturbador. Mas este parvo não fez mais nada, não soube atuar”, recorda. “São esses pequenos desencontros que decidem a vida das pessoas”. Este foi, talvez, o mais decisivo. As aulas acabavam às 4h30, antes das seis já estava em casa. “Estava tão inspirado, já estava na minha mente fazer uma história. Fui para a sala de jantar, papel branco almaço e lápis, escrevi ‘capítulo primeiro’. E fiz uma história, o meu primeiro volume”.

Os primeiros escritos não foram publicados, nem restam manuscritos ou cópias “O livro acabou por se perder, juntamente com outros”, “Deu-se na vizinhança um incêndio (...). O baú apanhou água. Quando fui tirá-lo, bem como os livros que lá estavam, já não se aproveitava nada”. “Cheguei a publicar nos anos 40 do século passado no semanário diocesano “O Clarim” três contos, infelizmente não fiquei com nenhuma cópia¹⁰²”.

Desempenhando um importante papel no panorama cultural e na esfera social de Macau, era um defensor da cultura macaense e do patuá, tendo o seu recente desaparecimento desencadeado várias iniciativas, entre as quais a homenagem, organizada pela Universidade Nova de Lisboa e, no âmbito da qual realizámos um inquérito por questionário (11-10-11 e 10-11-11, total de 319 respostas) do qual iremos destacar alguns dos aspetos mais significativos sobre o autor e a sua obra.

H. de Senna Fernandes é uma figura amplamente conhecida e, simultaneamente, reconhecido como escritor, no entanto, no que concerne à questão relativa ao nível de conhecimento da sua obra, deparámo-nos com um cenário diferente, visto muito poucos terem lido todos os livros e cerca de metade dos inquiridos nunca ter lido nada que consiga identificar como sendo deste autor. Sem dúvida que as obras mais lidas são “Amor e Dedinhos de Pé” e “Trança Feiticeira” sendo que este facto se deve, em nosso entender e em grande parte, à influência dos filmes baseados nestas obras, os quais foram filmados e, posteriormente, exibidos em Macau, o que despertou o interesse pela leitura destas duas obras. Os Contos “Nam Van-Contos de Macau” e “Mong Há-Contos de Macau” são pouco conhecidos e os artigos publicados pelos jornais raramente são referidos.

Através dos vários relatos de entrevistas ao autor, transparece uma certa mágoa por não ter conseguido publicar nenhuma das suas obras em Portugal e é devido a esse desencanto que passa a identificar-se como um escritor de Macau sem, no entanto, deixar de afirmar o seu amor a Portugal.

Em Macau, foram editados e traduzidos, para Chinês e Inglês, “Amor e Dedinhos de Pé”, “Trança Feiticeira”, “Nam Van – Contos de Macau” e “Mong Ha – Contos de Macau”. A coletânea de fascículos sobre cinema, publicadas na década de 70 do século passado na Revista “Confluência”, e reunidos no livro “Cinema em Macau”, publicado em 2010 pelo Instituto Internacional de Macau, revelam-nos a sua paixão pelo cinema, uma das suas facetas menos conhecida, e dão-nos a conhecer o estilo de vida da época.

No prelo um livro que reúne fascículos publicados no Jornal Hoje Macau “A Noite caiu em dezembro”, e cuja publicação está prevista para abril do corrente ano.

O Instituto Cultural de Macau “ (...) editou e coeditou várias obras do escritor nas línguas chinesa, portuguesa e inglesa, a saber, “Amor e Dedinhos de Pé” (em chinês), “A Trança Feiticeira” (em chinês e inglês – “The Bewitching Braid”), “Nam Van” (em português), “Mong-Há” (em português).

Fora de Macau, (Rangel, 2009) o nome do escritor tomou algum destaque na sequência da rodagem dos dois filmes baseados nas suas obras “Amor e Dedinhos de Pé” e “Trança Feiticeira” e com o lançamento, no Brasil, em 2009, das obras “Amor e Dedinhos de Pé” e “Nam Van-Contos de Macau” sendo anunciada a publicação, ainda no decurso do mesmo ano, de “Trança Feiticeira¹⁰³”.

Colaborou com os jornais A Voz de Macau, Notícias de Macau, O Clarim e Gazeta Macaense, e com as revistas O Mosaico e a Revista de Cultura de Macau. A sua colaboração com a rádio é-nos referida por Luís Machado (JTM:06-10-2010) que nos dá conta da presença de H. Senna Fernandes na Rádio Macau onde gravou “(...) muitas

¹⁰² <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2010/10/25/entrevista-inedita-com-henrique-de-senna-fernandes-334732.asp> (8-03-2011).

¹⁰³ Informações retiradas da página online do ICM <http://www.icm.gov.mo/pt/News/NewsDetail.aspx?id=9108> (24-10-2010)

horas com as suas crónicas (...) relatadas em encontros mensais de uma hora nos estúdios, e depois passadas em episódios de 10 minutos (...)” .

A sua obra revela-nos um autor profundamente conhecedor da sua terra, que o inspira e lhe serve de cenário e de tema para os seus romances, indo buscar as personagens às memórias de pessoas reais com as quais se cruzou nos seus inúmeros passeios por Macau, que são a mistura de várias pessoas ou, apenas, fruto da sua imaginação. Os seus livros falam de histórias de amor, das diferenças sociais e dos preconceitos que transformavam os amores vividos entre diferentes etnias, macaenses e chineses, numa complicada trama de sentimentos. O amor e a mulher são sempre o foco da sua escrita revelando uma profunda admiração pela figura feminina e cantando o amor que afirma ter uma enorme influência na vida das pessoas, que leva a cometer imensos erros mas que, por vezes, é a salvação.

Sobre o autor, Isabel Castro, no artigo “*As palavras que queremos não morrem*”, Jornal Ponto Final, do dia 5 de Outubro de 2010, escreve:

Quero acreditar que Henrique é imortal, que não foi embora, que os livros dele vão mesmo ser reeditados, que as obras que deixou por publicar vão ser dadas à estampa e que o esquecimento que o marcou em vida vai dar lugar à maior homenagem que pode ser feita a um escritor: os seus livros estarem nas livrarias, nas mãos dos leitores, nas estantes das pessoas que gostam do passado que vai além do que está nos livros de História, de perceber como chegámos aqui. Senna Fernandes era uma casa, uma cidade, várias cidades, um mundo grande que merece ser lembrado na lusofonia.

Este facto relembra-nos que, apesar de existirem já alguns estudos, embora raros, como é o caso dos artigos publicados por José Carlos Venâncio e David Broockshaw, bem como a obra de Yao Jingming e Lúcia Lemos, existem ainda muitos cantos da “casa”, da “cidade”, das “várias cidades” e do “mundo grande” à espera de serem descobertos e revelados.

¹⁰⁴ Barros, Leonel. *Guia ilustrado de cobras venenosas de Macau e das ilhas, da Taipa e Coloane com recomendações para os primeiros socorros sobre mordeduras / por L. Barros* Macau: Centro de Informação e Turismo, 1978.

5. **Leonel de Barros** (Macau, 1924-2011) Escritor, pintor, desenhador, músico, escreve sobre as histórias de Macau, as lendas e as tradições que a sua curiosidade e memória foram descobrindo e arquivando e que, a partir de 1980, saltam para as páginas da Tribuna de Macau (mais tarde JTM, com quem manteve uma colaboração regular desde 1982 a 2011) e, posteriormente, são reunidas e publicadas em livros.

Apaixonou-se pela escrita e afirma escrever, à mão, diariamente porque a escrita é um vício e uma paixão que partilha com outros dois grandes amores: o desenho e os animais. O seu interesse por animais levam-no a tirar um curso de veterinária, por correspondência, e a adquirir bons conhecimentos, tanto de botânica como de ciências médico-veterinárias, o que lhe permitiu ter um importante papel na instalação do Museu Marítimo, no minizoo do Jardim da Flora e na antiga Granja do Parque de Seac Vai.

A fauna e a flora são retratadas em vários desenhos e pinturas tendo-lhe dado, também, a oportunidade de, num livro¹⁰⁴ sobre aves e cobras de Macau, aliar a escrita ao desenho sendo, simultaneamente, autor do texto e das ilustrações.

Os usos, costumes e as lendas chinesas são contados para dar a conhecer aos portugueses a cultura e as tradições chinesas.

Leonel de Barros vai desfiando as suas memórias e, pouco a pouco, as peças vão-se amontoando e alinhando, dando forma a uma parte da história vista a partir de Macau:

Portugal declarava-se assim um país neutro. Macau, porém, não ficou indiferente. Logo após a ocupação japonesa das três províncias do Nordeste da China, os habitantes de Macau reuniram apoios materiais e espirituais. (...) Foram criadas associações de assistência que enviaram para o interior da China várias equipas para reforçar a resistência chinesa e dar apoio às vítimas da guerra.

Barros, Leonel, JTM 01-09-2011

Publicou, com o apoio da Direção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), em 1999, “*Macau-Coisas da Terra e do Céu*” e, posteriormente, editados pela Associação

Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM) “*Templo, Lendas e Rituais – Macau*” e “*Memórias Náuticas*”, em 2003, “*Tradições Populares*”, 2004, “*Memórias do Oriente em Guerra-Macau*” 2006, “*Homens Ilustres e Benfeitores de Macau*”, 2007, “*Igrejas de Macau e Cerimónias Religiosas*”, 2010.

Conclusão

Em jeito de conclusão gostaria de deixar algumas das ideias que apresentei relativamente a H. de Senna Fernandes e que, em nosso entender, se estendem a todos os autores que acabamos de citar, bem como a todos os outros que escreveram em e sobre Macau.

A presença em Macau do Português e do Chinês, como línguas oficiais, e do Inglês como língua de comércio e de comunicação no quotidiano social e de trabalho, obrigam a um esforço acrescido para que todos possam ter acesso a estas obras. Se bem que a tradução para Chinês e, também, para Inglês seja já uma realidade em alguns casos, pensamos que esta deve contemplar todos os escritores sendo esta uma tarefa que se nos afigura urgente e necessária para que Macau, onde a maioria da população não domina a Língua Portuguesa, possa “*ler*” sobre Macau e conhecer pedaços da sua história. Tudo o que vier a ser publicado deveria seguir a estratégia de pensar sempre nas duas línguas, em Português e em Chinês, porque, desta forma, fomenta-se a convivência cultural e “*convidam-se*” os leitores de Língua Chinesa a conhecer as “*estórias*” de Macau.

O Instituto Cultural de Macau tem um importante papel a desempenhar, cabendo-lhe, em nossa opinião, a tarefa de reeditar tanto as obras que se encontram esgotadas como as restantes, bem como editar as que, eventualmente, possam sair do fundo das gavetas e conhecer a luz do dia.

Às instituições governamentais e não-governamentais de Macau e de Portugal cabe a missão de desenvolver e apoiar iniciativas de divulgação, dos autores e das suas obras, nos Países de Língua Portuguesa (PLP). Uma das iniciativas do governo de Macau poderia

passar pela oferta às bibliotecas escolares dos livros destes autores, acompanhando esta iniciativa com a organização de seminários sobre a vida e a obra dos mesmos.

A introdução da leitura dos escritores de Macau nas escolas é uma iniciativa que nos parece adequada por parte das instituições de ensino, públicas e privadas, onde se ensina o/em Português aconselhando-se o recurso, para além dos livros, a meios audiovisuais, à internet, documentários, filmes, etc. de forma a motivar os jovens. De realçar o trabalho da historiadora Teresa Sena, “*Macau nas Palavras*”, disponível em CD-ROM, no Museu de Macau, que nos convida a uma viagem pelos autores de Macau.

As instituições competentes devem promover e apoiar o debate e estudos sobre a literatura de Macau mas, em nosso entender, os investigadores têm que chamar a si a tarefa de dar os primeiros passos e de se assumirem como “*guardiões*” e difusores de um importante legado para a história de Macau.

Referências Bibliográficas

- Barros, L. (2009). “Um conflito visto de Macau: Macau isolada do mundo”, *Jornal Tribuna de Macau*, 01 de setembro de 2009.
- Brookshaw, D. “*Introduction to Deolinda da Conceição*”. Disponível em <http://www.arscives.com/deolinda/introduction.htm>
- Caniato, Benilde J. (2005) *Percursos pela África e por Macau*, Cotia, S.P: Ateliê Editorial.
- Castro, Isabel (2010) “*As palavras que queremos não morrem*”, *Jornal Ponto Final*, 5 de Outubro de 2010.
- Conceição, D. (1949) “A Mulher Moderna” in *Jornal “Notícias de Macau”*, 19 de novembro de 1949.
- Conceição, D. (1952) “A época de Carnaval e o Carnaval da época” in *Jornal “Notícias de Macau”*, 23 de fevereiro de 1952.
- Conceição, D. (1995) *Cheong-Sam, Macau: Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente*.
- Escaleira, M. L. (2011) *Henrique de Senna Fernandes: Um legado a não esquecer... Comunicação apresentada na Homenagem a HSF*, Lisboa: Universidade Nova.
- Júnior, A. C. (s/d) *Deolinda da Conceição*. Disponível em: <http://www.arscives.com/deolindaconceicao/comunicacao.asp>
<http://rpdruz.tripod.com/projectomemoriamaense/henrique-s.fernandes.html> entrevista inédita (O Globo)
- Sá Cunha, L. *Luís Gonzaga Gomes: filho-rei-da-terra* Disponível em <http://www.revistamacau.info/index.php/cultura/luis-gonzaga-gomes-filho-rei-da-terra.html>

27) **M^a CÉLIA LIMA-HERNANDES** *Universidade de São Paulo Brasil*

Maria Célia Lima-Hernandes, professora livre-docente e pesquisadora da Universidade de São Paulo, pós-doutoranda da Universidade de Macau. Estuda os

processos de mudança das línguas, em especial o processo de gramaticalização, numa abordagem funcionalista e perspectiva sociocognitiva. Orienta 5 doutorandos, 2 mestrados, 6 alunos de iniciação científica e 2 de pré-iniciação científica. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq/USP Mudança Gramatical do Português. Idealizadora do Simpósio Mundial dos Estudos de Língua Portuguesa, realizando o primeiro em 2007 (Brasil), o segundo em 2008 (Évora – Portugal) e o terceiro proximamente em agosto/2011 (Macau).



TEMA 3.5 GRAMATICALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO COGNITIVO: ESTRUTURAS X-QUE NO PORTUGUÊS DO BRASIL., M^ª CÉLIA LIMA-HERNANDES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

Resumo: Este trabalho tem por objetivo a discussão do processo de identificação das rotas de gramaticalização no português do Brasil à luz de uma subjacente categorização cognitiva de estruturas X-que. Em especial, detém-se no estudo da rota de surgimento das locuções conjuntivas adverbiais. Essa rota tem sido explanada em termos de mudança gramatical sem, contudo, considerar o mecanismo que deflagra esse processo. Apresento evidências de que há mecanismos sociocognitivos (metonímia e metáfora) pressionados por aspetos pragmáticos da comunicação; assim, na decisão do falante sobre o que pretendeu codificar sintaticamente, é mobilizada a memória de longo termo,

que traz a estruturação *advérbio + que* como sinônimo de conjunção subordinativa. Mostro que, na verdade, o que se tem é *advérbio + pronome relativo*, alvo de reanálise.

Palavras-chave: gramaticalização; locução conjuntiva; mudança sintática.

Introdução

Desde os momentos mais tenros de aquisição, a língua reflete um exercício contínuo de aprimoramento de capacidades cognitivas do indivíduo. Por meio de uma palavra dita somada a conhecimentos e hábitos, podem-se compreender a informação global e os objetivos do interlocutor. A língua é, assim, um sistema organizador de objetivos e intentos comunicativos, via empacotamento cognitivo. E a sintaxe, como sistema operacionador, é a forma de codificação desses intentos numa esfera linguística.

A linguagem – e aí estamos num campo mais amplo de discussão – deve ser vista, como atividade sociocultural¹⁰⁵, cujas estruturas linguísticas correspondentes a cada atividade e intenção estão a serviço de funções cognitivas e comunicativas em constante variação/mudança de sentidos contextualmente dependentes e não-atômicos. Servindo-se de categorias não-discretas, a estrutura revela-se maleável, amoldando-se continuamente a novos intentos e objetivos de quem interage, daí dizer que a gramática é sempre emergente¹⁰⁶.

Nesse quadro de emergências contínuas, as decisões de intercompreensão são sempre contextuais, e entra como dispositivo ativador ou desativador de informações codificadas o fluxo de atenção dos interlocutores combinado ao estatuto informacional. É justamente o contexto que permite aproximar mais objetivamente, conforme defende Givón (2005), aspetos pragmáticos de aspetos cognitivos. Uns e outros dependem de julgamentos contextuais. Vejamos aqui algumas dessas aproximações.

¹⁰⁵ Ideia em conformidade com Givón (1995).

¹⁰⁶ Hopper (1991) propõe cinco princípios para apreender a dinâmica da gramática em estágios mais tenros de mudança.

Relevância e importância, noções parcialmente sobrepostas, dependem da atividade cognitiva da abdução na situação de uso. O reconhecimento de *similaridade, analogia e metáfora* é sempre dependente de um processamento mental e requer a ativação de elementos do contexto comunicativo. O próprio processo de *categorização* e de *classificação* requer o julgamento contextual além do reconhecimento de traços e peculiaridades em termos de (des)semelhança. *Inferência abdutiva e raciocínio analógico* têm em sua base experiências acumuladas que funcionam como evidências para todo o processamento mental. *Explicação* e *entendimento* são noções pragmáticas que produzem raciocínio abduutivo e permitem selecionar ou elidir aquilo que já se supõe conhecido pelo outro. *Teleologia, objetivo e função* remetem a motivações adaptativas, determinadas pelo contexto as quais culminam com a busca de um mesmo propósito, no caso dos itens sob análise, comunicar de modo eficiente sem redundar nem suprimir informações relevantes. *Fundo/figura (saliência, frequência e marcação)* revelam aspectos de percepção mental intencionais ou não, guiados pelo contraste entre o que é mais perceptível (saliência), pela repetição e hábito (frequência) e pela marcação linguística, sempre com alta vinculação ao contexto comunicativo (relações de prototipicidade). *Gradação, continuum e não-discretude* revelam que usuários da língua lançam mão das virtualidades dos itens e das construções para se comunicar, e a dependência contextual percebida é fundamentalmente uma ação cognitiva.

Todos esses aspectos considerados tanto pragmáticos (e sociais) quanto cognitivos por Givón auxiliam a compreender como o contexto age na situação comunicativa. Da mesma forma, são ferramentas eficientes para descrever os usos linguísticos. Esta é a exata relação entre gramaticalização, foco de meu interesse nesta discussão, e cognição/pragmática: enquanto a pragmática volta-se ao estudo das relações existentes entre língua e contexto, gramaticalizadas ou encadeadas na estrutura da língua (Levinson,

1983), a cognição parte de operações dependentes da memória, da atenção e da interpretação de contextos específicos amplificados para a comunicação e reorganização da informação tendo em vista pressões do contexto. A combinação de efeitos pragmáticos e comunicativos pode desencadear a gramaticalização de construções fora dos movimentos típicos dos processos de gramaticalização lineares. Uma ruptura da linha sucessiva esperada entre os estágios A - B > AB > B (Heine, Claudi & Hünemeyer, 1991) pode gerar um efeito A - B > AB > C, preservando-se, contudo, a unidirecionalidade do processo em si.

Este é o lugar de onde parte este trabalho para buscar evidências de que a gramaticalização pode ser efeito de mecanismos cognitivos e pragmáticos em associação. Rompe-se, assim, com a linearidade de evolução de itens, mas corrobora-se a unidirecionalidade do processo. Para materializar essa ideia, recorro a dados do português do Brasil.

1. A língua e seus paradoxos: *a menos que*, uma locução não-prototípica

Parto do consenso de que, sob a perspectiva histórica, poucas foram as conjunções herdadas do latim¹⁰⁷, mas, como essa explicação não repousa no fato de existirem poucas conjunções subordinativas no latim escrito¹⁰⁸ (raras são as informações sobre o latim oral), senão na não-manutenção dessas no português, encaminho as discussões para a hipótese de que a expansão dessa categoria atenderia a necessidades comunicativas não somente de usar um item em uma nova função (como advérbios na função de conjunção, por exemplo)¹⁰⁹, mas também a necessidades informativas em face do conhecimento que o falante considera ter da bagagem discursivo-pragmática de seu interlocutor. E esse conhecimento considerado compartilhado, por sua vez, favoreceria a elisão de segmentos

¹⁰⁷ Segundo Bueno (1967) mantiveram-se algumas explicativas (e, ergo) e comparativas (como, nem, ou, que, quando, se, vel). Para Nunes (1930), mantiveram-se as condicionais (*si*, se), causais (*quia*, ca), finais (*ne*, nem), temporal (*quando*) e comparativas (*quam*, ca).

¹⁰⁸ "O latim, principalmente em sua língua escrita, desenvolveu ampla e complexamente a estruturação de orações subordinadas por meio de conjunções" (Câmara Jr., 1979:183)

¹⁰⁹ "Obscura é a origem de certas conjunções latinas; porém (...) a linguagem não teria criado vocábulos especiais para constituir a nova categoria. Serviriam a este fim advérbios que, de modestos determinantes de um conceito único, se usaram como determinantes de toda uma sentença; e serviram também pronomes do tipo relativo-interrogativo, ou temas pronominais acrescidos de novos elementos." Said Ali (1964:220)

informativos no segmento sintático produzido. Um efeito previsível é o estabelecimento de novas junções pela aproximação de elementos que normalmente estariam distantes. Surge, assim, um novo segmento informativo, que é reanalisado em nova paradigmática: na classe das conjunções. Nesse sentido, pode-se considerar a conjunção uma categoria metaestável¹¹⁰ e os mecanismos que explicam sua evolução derivariam de atividades cognitivas que aproximam usos estruturalmente semelhantes e os inserem numa única categoria linguística.

Falantes, ao se comunicarem, projetam o conhecimento do interlocutor e, em face do que precisam dizer, lançam mão de estruturas às vezes inovadoras (mas de forma inconsciente quanto ao efeito disso para a gramática da língua). É certo que, para compensar a perda (Nunes, 1930) ou empobrecimento (Coutinho, 1962)¹¹¹ da classe de conjunções na passagem do latim ao português, a língua vulgar recorreu principalmente a advérbios e preposições (Nunes, 1930; Coutinho, 1962) em nova função conjuncional¹¹²; é certo, também, que esse processo de renovação é recursivo e, como afirma Coutinho, teria sido similar ao do latim no passado.

A explicação para a expansão de locuções conjuntivas adverbiais no português repousa no uso de uma classe aparentemente problemática desde o latim. Nas mudanças de que a palavra *que* foi a pivô – dentre as quais as mudanças cujo efeito no português é a expansão locucional –, a base ou gatilho é exatamente o mesmo: o processamento cognitivo (ou psicológico, como queriam os neogramáticos). Nunes (1930:268)¹¹³ afirma que um item funcionando como relativo e, ao mesmo tempo, como interrogativo [*qui*

(masc.) e *quae* (fem.)] propiciou a confusão entre as formas, resultando em mudança no latim.

Em período posterior, a confusão entre *quod* (pronome relativo neutro que se liga a verbos declarativos e sensitivos) e *quid* manifestou-se. Em situação de resposta, *quod* era demandado por uma pergunta encabeçada pelo item *quid* (Quid credis?), que tinha em sua sequência esse mesmo tipo de verbo (vide estrutura da *pergunta-resposta 1*). Dado que o tipo de verbo na pergunta era o mesmo da resposta e, ainda, que as formas integravam um mesmo par de turno conversacional, então, ao se responder à questão, passou-se a ignorar a exigência de uma resposta encabeçada por *quod*. O resultado foi que a resposta também passou a ser encabeçada por *quid*¹¹⁴ (vide estrutura da *pergunta-resposta 2*):

Pergunta-resposta 1: Quid credis? Resposta: quod...> Pergunta-resposta 2: Quid credis? Resposta: quid...

O resumo desse processo de mudança sofrido pela palavra *que* pode ser lido em Câmara Jr. (1979:112), segundo o qual o pronome relativo primário do português (*que*) foi fruto do nivelamento do nominativo *qui* (masc.), *quae* (fem.), *quod* (neutro) e dos acusativos (*quem*, *quam*, *quod*). Essa explicação ecoou nas obras que lidam com o tema e tornou-se lugar-comum para as explicações sobre expansão ou remodelação do quadro de conjunções subordinativas no português da seguinte forma: houve o aparecimento da partícula *que* como conjunção subordinativa por excelência em homonímia com o pronome relativo *que*.¹¹⁵ É assim que o pronome *que* passa a integrar locuções

110 Aproprio-me de conceito da Física para argumentar que a evolução das conjunções locucionais de base adverbial tem se implementado graças a forças externas. Uma categoria *metaestável* equivale a um elemento de um sistema físico que pode perder a estabilidade por meio de interferências externas ao próprio sistema.

111 Mais recentemente, Tarallo (1994) apoia-se nesse autor, ecoando essa afirmação.

112 A lista completa, segundo Bueno (1967), é a seguinte: adjetivos, pronomes relativos e conjunções.

113 "Em virtude de confusão que, nos séculos III e IV, veio a dar-se na língua vulgar, aquele *qui* suplantou o feminino *quae*, e assumindo a si a designação dos dois gêneros [*sic*], contribui para o desaparecimento do feminino, mas também, pela semelhança de forma, do nominativo plural e juntamente dos restantes casos dêste [*sic*] número; mais tarde êle [*sic*] próprio desapareceu também e, segundo parece, em época anterior à fixação da língua pela escrita (...)" (Nunes, 1930:268).

114 Barreto (1944) a esse respeito afirma que "Em latim, nas proposições indefinidas, sejam interrogativas (diretas ou indiretas), sejam relativas, não se admite o infinitivo elíptico, que se usa em português, mas sim o subjuntivo: a) Interrogação direta: Quid faciam? Que fazer, que posso fazer? – Quid fácerem? (que fazer, que podia fazer?); b) Interrogação indireta: Nescio quid faciam (não sei que fazer) – Nesciebam quid fácerem (não sabia que fazer); c) Proposição relativa indefinida: Nihil habeo quod faciam (nada tenho que fazer) – Nihil habebam quod fácerem (nada tinha que fazer). Bueno (1967), voltando-se para o latim vulgar, afirma que essas formas já tinham um uso mais simplificado: a) *qui* (equivalendo a *quis* e *quae*), invariável em número, com referente humano e não-humano; b) *quem* (equivalendo a *quam*), invariável e com referente humano; c) *quid* (equivalendo e substituindo *quod*); d) *qualis* (*qualem* > qual) admitindo plural; e) *unde* (oriundo de *d'unde* > onde).

115 O advento da conjunção subordinativa *que* resultou primordialmente de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quid* do pronome indefinido-interrogativo (cf. parágrafo 11,

conjuntivas subordinativas. Outros fenômenos fonéticos vão se impondo simultaneamente (aglutinação de locuções em formas simples, como ocorreu, por exemplo, com a causal *porque*). Efeito desses processos são os seguintes tipos de estruturas x-que:

(i) Advérbio + que: ainda que (concessão), logo que, sempre que (tempo simultâneo), depois que, antes que (seguimento e precedência temporal), já que (causa) etc.

(ii) Preposição (*a* ou *de*) + nome + que: de sorte que, de modo que, a fim de que, ao passo que, à medida que etc.

Muitas são as conjunções que vão nascer dos usos cotidianos da língua portuguesa. Nunes (1930) reconhece que a expansão pode ter-se dado pelo desenvolvimento de novas funções (*mas, logo, ora, u, mentre, como, per inde, porende, porém, segundo, conforme, quer, non embargante*) e também pela constituição de locuções com itens que funcionavam de forma diferente anteriormente (aglutinando-se ou não)¹¹⁶. Anos mais tarde, também Bueno (1967) interessa-se pela questão e afirma que os recursos para a criação de conjunções foram variados e que não se poderia considerar somente a manutenção dos usos latinos¹¹⁷ como característico da passagem latim-português. Também Coutinho (1962:270) havia já dito que fora produtiva a extensão de uma classe para funcionar em outra classe. Referia-se à palavra *que* (proveniente de *quid*), que em função causal origina-se de *quam* (comparativo) e de *qua* (derivado de *quia*, que já era causal no latim). Apresenta, ainda, a conjunção *em que* (concessiva), que seria um vestígio de *ende* (<*inde*) em construções, como *Em que pêsse a fulano...* (*sic*). Depreende-se dessas observações que, em sendo a mudança gradual, vestígios são susceptíveis de

identificação em nichos sociais específicos e, por vezes, restritos. Essa constatação fortalece a decisão de se consultar a *internet* (ferramenta de busca *google*) como recurso de localização de dados, pois nesse espaço virtual é favorecido o contato com nichos comunicativos diversos, inacessíveis fora do plano virtual ao linguista.

A propósito dessa expansão de funções da palavra *que*, retomemos os argumentos de dois grandes historiadores da língua. Said Ali (1966) e Câmara Jr. (1979), cujas afirmações ecoaram em Tarallo (1994), em Ilari (1992) e na maioria dos linguistas contemporâneos. O argumento central desses autores é a polifuncionalidade¹¹⁸ da palavra *que*. Seria a polifuncionalidade efeito ou causa? Ao que parece, só se pode ter a consciência de que várias funções são assumidas por um item quando se reconhece o fato já ocorrido. Note-se: posteriormente às mudanças operadas, encontra-se a palavra *que* como uma partícula polifuncional, mas não há nesse fato a explicação do que deflagrou essa mudança. Câmara Jr., em suas intuições sobre a “contaminação”¹¹⁹ de usos ou, ainda, sobre “o aparecimento da partícula *que* como conjunção subordinativa por excelência, em homonímia com o pronome relativo *que*” prende-se prioritariamente aos mecanismos linguísticos e estruturais. Nesse momento, interessa-lhe, sobretudo, tratar do que possa ser o antecedente do relativo. A despeito disso, reveste sua descrição de intuições acerca das razões da mudança quando afirma haver uma confusão entre formas mediando o seguinte desenvolvimento em três fases:

IV) e sua coalescência com a outra forma neutra *quod*, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve a convergência da evolução fonética do português da conexão comparativa *quam* e da conjunção causal *quod*. De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional *que* para os mais variados padrões frasais. (Câmara Jr., 1979:184)

¹¹⁶ O autor cita, dentre outras, as seguintes: *per hoc, pero* (arc. e seu composto *empero*, ao lado de *perol* e *emperol*), *embora, todavia, também, porque, quer, sequer, salvo se, por quanto, visto como, como quer que, quando quer que, com quanto, quanto quer que*.

¹¹⁷ “Na dialeção para o português, podemos dizer, de maneira geral, que muito poucas conjunções latinas entraram em nossa língua. Valeu-se o idioma de outros recursos para constituir o conjunto das línguas” (Bueno, 1967:166)

¹¹⁸ A polifuncionalidade aqui referida não equivale ao mesmo sentido empregado por Sweetser (1990). Aqui polifuncionalidade é empregada pelos autores como equivalente a uma mesma forma que assume duas funções, sem que se possa reconhecer um liame entre as duas. Para Sweetser, polifuncionalidade refere-se ao fato de que conjunções podem desempenhar funções distintas em três domínios diferentes: do conteúdo, epistêmico e conversacional. Também não equivale ao termo *multifuncionalidade* empregada por Braga (2003), que aproxima esse termo do que Hopper (1991) chama de *divergência*.

¹¹⁹ Epiphânio Dias (1930:336) define contaminação sintática como “a fusão irregular de duas construções *que*, em separado, são regulares.” Exemplifica com a fusão das seguintes duas construções: *Parecem nunca brando pêntem ter conhecido + Parece que nunca brando pêntem conhecerem = Parecem nunca brando pêntem conhecerão*.

- esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quid* do pronome indefinido-interrogativo e coalescência de *quid* com a outra forma neutra do relativo *quod*;
- convergência da evolução fonética da partícula conectiva comparativa *quam* e da causal *quod*.
- surgimento da partícula polifuncional *que* para variados padrões frasais.

Na base desse prévio afunilamento e depois ampliação de usos conjuncionais a partir da palavra *que* esteve em plena atuação um processamento cognitivo. Essa é a razão por que me sinto confortável para hipotetizar que seria possível recuperar dos usos (situações comunicativas) as causas para a confusão entre um pronome relativo e uma conjunção. Explico: as forças atuantes na interação, como a economia linguística e o estatuto informacional, compõem a fórmula primordial para atender às necessidades comunicativas. Se se supõe que o outro já saiba uma informação, evitar repeti-la num encadeamento posterior será de bom-tom. Elidindo-a, aproximam-se unidades informacionais antes distantes no encadeamento sintático.

Said Ali (1966) reforça essa perspectiva quando diz considerar difícil que apenas a evolução fonética fosse responsável pela aproximação de dois itens (o pronome relativo e a conjunção integrante) em uma única forma, mas admite que uma espécie de “esquecimento” afetou os usos. É o que demonstra com a competição entre *quod*, *quia*, *quid*, formas tidas como concorrentes e depois não mais sendo distinguidas na linguagem “vulgar”. Mesmo que não se considere um problema o uso da palavra *que* nas orações relativas¹²⁰, a origem da confusão está justamente nos tipos oracionais *relativos* em situação comunicativa.

Antes que seja iniciada a discussão das motivações para o surgimento de conjunções no português, é oportuno apresentar uma síntese daquelas conjunções já integrantes do português desde o período arcaico. Como base de dados, utilizei as informações contidas nos autores citados no início desta seção. Deles recolherei o rol de conjunções

locucionais, propondo uma organização em blocos semânticos e formas correlacionadas, com os respectivos exemplos apresentandos.

Os quadros que se seguem são uma tentativa de se desenhar um retrato das locuções conjuntivas do português histórico. Tenho consciência da limitação dessa tarefa, pois sei que os estudiosos trabalharam com documentos específicos também limitados pelo acesso a esse tipo de material. Não há nessa exposição que faço qualquer intenção de se projetar a linha de tempo evolutivo. As datas ao lado dos autores refletem tão-somente a data de publicação da obra. Voltemo-nos ao conjunto das locuções condicionais:

	Nunes (1930)	Dias (1959)	Barreto (2002)
a não ser que	x		
contanto que /com tanto que	x	x	
(no) caso que/em tal caso que	x		x
sem que	x		
se é que		x	
uma vez que		x ¹²¹	
a tanto que		x	
em tal que		x	
com tal que		x	
posto que		x	

Tabela 1 – conjunções de condição

(1) *E caso que estas palavras cõ as obras, de que outros podem dar testemunho, mostrem aver em my a obediencia que digo, todavia não me acabo de satisfazer, por que mayor e muito mays contẽ em sy do que posso escrever* (CM, CLXXI, l. 10-5, apud Barreto 2002)

(2) *E em tal caso que a terça fica à duquesa, tome sse ã cousa junta e que Renda, assy como em Carnelhaã, se couber* (CJ, CXIX, l. 77-8, apud Barreto 2002)

(3) *E o dito Senhore lha perdoou com tanto que fosse estar em nossa cidade de Cepta dous anos* (Doc. de 1439, Doc. de Chancelaria Real, 99 apud Dias, 1959)

(4) [...] *Onde vós virdes desejo | que desejo deva sser | posto que seja sobejo | quer com pejo, quer sem pejo | sospiros podereys ter* (João Gomes, Canc.Geral, 1, 38 apud Dias, 1959)

(5) *Não podiam ter os filhos em seu poder, com tal que fossem havidos de mulher romana* (Arraiz, Dial., IV, cap. XI, apud Barreto, 174 apud Dias, 1959)

(6) *O christão pode viver em paz, guardando as mais crenças e as mais leis, uma vez que solva o tributo ao vencedor, e não attente contra a ordem publica affrontando acintosamente a religião dos dominadores* (Gama Barros, Hist., 1, 40 apud Dias, 1959)

¹²⁰ Refiro-me exclusivamente ao encadeamento oracional.

¹²¹ raro.

(7) *Acabai de conhecer quam mal entendido he o vosso escrupulo, e o vosso temor, se he que o tendes* (Vieira, VII, 65)¹²² (*apud* E. Dias, 1959)

A conjunção prototípica condicional, segundo todos os autores, desde o português antigo é *se*, mas, para as dubitativas, havia a possibilidade de se combinar *se é que*, o que provocaria, segundo Dias (1959), a ênfase nesse caráter de dúvida. Há, ainda, uma outra conjunção que marca uma intenção adicional de exceção a uma hipótese, mas que, *lato sensu*, poderia compor o quadro das condicionais. Somente Epiphânio Dias a separa das restantes. Trata-se da locução *a menos que*¹²³, alvo mais específico desta discussão por não ser prototípica e ser pouco citada entre os autores, mas muito usual hoje no português do Brasil.

2. Motivações da mudança

As motivações da mudança que prevê a passagem de uma estrutura *x-que* a conjunção perifrástica adverbial não são inéditas no desenvolvimento das línguas: ser claro e preciso enquanto se diz o que deve ser dito é um dos objetivos da comunicação em qualquer parte do mundo. As forças atuantes nessas motivações também não são novidades no cotidiano comunicativo: *estatuto informacional* (informação velha, nova, inferível) e sua relação com as *memórias* (de longo e de curto termo serão engrenagens dessa mudança).

Há três anos, enquanto refletia sobre esse processo de mudança, investi em algumas hipóteses, que serão retomadas nesta seção. São elas: a **hipótese do subjuntivo** (que explicaria por que algumas locuções conjuntivas correlacionam-se com esse modo

verbal); e a **hipótese do relativo** (que explicaria por que algumas estruturas *x-que* compostas por pronome relativo seriam levadas a uma recategorização como conjunção). Aqui, deter-me-ei na explanação da hipótese do relativo para estudar as locuções condicionais.

De acordo com Coutinho (1962:305), o pronome relativo tinha, em latim, três formas: *qui* (masculino), *quae* (feminino) e *quod* (neutro)¹²⁴. A partir do século III, *qui* substituiu *quae*¹²⁵. O mesmo se dá com *quem* em relação a *quam*¹²⁶. Sobrevive a toda essa reformulação de usos o pronome relativo clássico, segundo Maurer Jr. (1959), ainda que desprovido de formas plurais e da distinção entre feminino e masculino. Mesmo o neutro, que se manteve por mais tempo em uso, também acaba por desaparecer¹²⁷.

Os usos dos pronomes relativos do latim clássico, portanto, ainda têm preenchidos todos os casos e números, como bem demonstra Peter (1943:57), em seu quadro-resumo de três colunas. Na primeira coluna, estão os casos: no singular, tem-se uma primeira coluna referente à declinação de *qui* (qual), uma segunda, referente à declinação de *quae* (quem), e a terceira, referente à declinação de *quod* (que). São usos complexos que serão perdidos na fala popular cotidiana.

No latim vulgar, o quadro é mais simplificado, conforme demonstra Grandgent (1952:242) a partir de dados recolhidos em inscrições cristãs do séc. V. Nele é possível constatar que o pronome *quī* ocupa o lugar de *quīs* e do feminino *quae*. Nota-se também que o genitivo sofre drástica simplificação. O autor complementa que, na língua escrita, a complexidade se mantém. O autor (Grandgent, 1952:78) afirma que, ao invés de se utilizarem construções com acusativos e infinitivos, escritores de um período mais tardio

similar ocorreu com a expansão de *quid* sobre *quod*, em textos da baixa latinidade. Já no final do Império, era clara a redução dos relativos para as seguintes formas: *qui*, *que(m)*¹²⁴, *cui*, *quid* ou *quod*.
125 *bruti suae qui vixit* (C.I.L., III, 12377, *apud* Bourciez (1946:95).

126 *Faustina cum quem vixit* (C.I.L., IX, 2880, *apud* Bourciez (1946:95)

¹²⁷ "é provável que o plural neutro, *quae*, se tenha mantido por mais tempo na língua vulgar, mas acabou também por perder-se." (Maurer Jr. 1959:114).

122 Segundo Epiphânio Dias, a palavra SE podia funcionar como temporal, equivalendo a "todas as vezes que": *Se deixava Moysés cahir os braços, logo os seus hião de vencida* (Mon. Lusitana, I, 46, Cl.1, *apud* Bluteau).

123 E. Dias (1959) aproxima essa locução da francesa *á moins que*, equivalente a *a não ser que*, mas não apresenta exemplos. Acrescenta, contudo, que essa expressão caiu em desuso e passou a ser considerada galicismo no português.

¹²⁴ Bourciez (1946, *apud* Coutinho 1962:305), tendo em vista a igualdade das formas singular e plural *qui*, essa se estendeu aos contextos em que ocorriam os acusativos plurais *quos* e *quas*¹²⁴. Processo

utilizavam com alta frequência as conjunções *quod*, *quia*, *quoniam*¹²⁸. Ao *qu*¹²⁹ e *quod*¹³⁰ parece, *quod*¹³¹, em ampla¹³²

Além desses pronomes, Peter evidencia que já eram encontrados no latim os usos pronominais em estrutura composicional para sinalizar seu valor relativo indeterminado: ***quicumque***, ***quaecumque***, ***quodcumque*** (os três codificando *qualquer que*), compostos a partir dos pronomes relativos anteriormente apresentados. Chama a atenção a presença da partícula ***que*** ao final de cada uma dessas palavras para gerar o efeito de indeterminação, agregado a outro pronome relativo preposto (***qui***, ***quae***, ***quod***). O mesmo se dá com *quisquis* (quem quer que) e *quidquid* (tudo o que) além do advérbio *quoquomodo* (de qualquer modo que). A presença do relativo na formação de novas palavras com traço de imprecisão ou indeterminação, então, já era fato no latim.

Essa partícula, ao que parece de função altamente pragmática, também se juntava às conjunções coordenativas¹³³ e, embora fosse um uso recorrente no latim, como descreveu Peter (1943:140-1) na constituição de conjunções subordinativas¹³⁴, *não* aparecia nas condicionais. Também no português quinhentista, Barreto (2002:166-7) evidencia que as condicionais não incorporam a partícula *que*, apesar de Quadros (1966) ter identificado essa base semântica e formal em dados do século XV:

(8) O apóstolico de Roma ouviu dizer como prendera sua mãe e que a trazia consigo pressa e mandou-lhe dizer ao bispo de Coimbra que sacasse sua mãe de prisson e **ssenom que** o escumugaria. (...) (p.79: O Bispo Negro – séc. XV *apud* Quadros, 1966)

128 baseia-se no trabalho de H. Rönsch, *Itala und Vulgata*, 1869, p. 445-446.

129 baseia-se no trabalho de A. Audollent, *Defixionum Tabellae*, 1904, p. 549.

130 *Peregrinatio ad loca sancta*. (

131 no latim tardio, contraía-se em *qui* ou *qua*.

132 baseia-se em A. Regnier, *De la latinité des sermons de Saint Augustin*, 1886.

133 Com relação às conjunções coordenativas, também é registrada por Barreto (2002:175) a adição da partícula *que* à moda de locuções adverbiais atuais.

134 Em muitas conjunções, há o emprego da partícula *si*, como em: *etsi*, *etiamsi*, *tametsi* (concessivas); *si*, *nisi* (condicionais).

135 *Quod* tinha seu antecedente demonstrativo (*hoc*, *illud*, *id*), com que à guisa de sumário se antecipava um enunciado, como em *hoc uno praestamus vel maxime feris, quod exprimere dicendo*

O que reforça a hipótese do relativo é justamente a elisão de segmentos por haver informação compartilhada ou mudança de fronteira sintática por ambiguidade interpretativa. Reforça essa explicação Said Ali (1964)¹³⁵. Percebe-se que há a subtração de uma informação já explicitada anteriormente (talvez por questão de economia). Esse procedimento de elisão da informação compartilhada acaba por aproximar termos que originalmente estariam distantes. O que resulta é uma sequência comum que pode ter sido reanalisada como locução conjuntiva. Observem-se os mesmos trechos com os segmentos informativos, antes elididos, agora explicitados entre colchetes:

(8a) O apóstolico de Roma ouviu dizer como prendera sua mãe e que a trazia consigo pressa e mandou-lhe dizer ao bispo de Coimbra que sacasse sua mãe de prisson e **ssenom [sacasse sua mãe de prisson] que** o escumugaria. (...) (p.79: O Bispo Negro – séc. XV *apud* Quadros, 1966)

Torna-se relevante mencionar que, no português antigo, a locução *senão que* introduzia uma restrição a um asserto, tal como visto no exemplo (8) e, mais claramente, nos exemplos (9) e (10). Note-se que, nesse valor mais abstrato, a locução *senão que* desempenha duas funções em planos diferentes: no plano gramatical, codifica a ligação e hierarquia sintática entre as orações; e também desempenha função relevante no plano discursivo-pragmático (uma intenção está embutida nesse uso).

(9) Os pretendentes das Cortes em seus requerimentos são como os nossos Argonautas, e primeiros descobridores da Índia: **senão que** navegam ao revez, e fazem a viagem às aveças (Vieira, 11, 89 *apud* Dias, 1959)

(10) Bom amigo é o gato, **senão que** arranha (Prov. *apud* Dias, 1959)

sensa possumus. O antecedente podia, sem prejuízo do sentido, omitir-se, e sendo esta prática mais simples, tornou-se ela pouco a pouco em costume ao mesmo tempo que se ia obliterando a consciência da função pronominal de *quod*. O enunciado *non prigitia facio, quod non mea manu scribo* era a alteração semântica de outro que, reconstituído, equivaleria a “não faço por preguiça isto (=o seguinte), *que* não escrevo de próprio punho”. O esquecimento, fator essencialíssimo na evolução da linguagem, transformou, em tais construções, o valor primitivo de *quod* ora em conjunção causal, ora em partícula tão inexpressiva que já no latim da decadência veio a servir de mero expoente das orações subordinadas cujo caráter não se definisse por meio de outra partícula. Herdeira de *quod* assim diferenciado é a conjunção portuguesa *que*, com a variante *ca* (qua) usada no falar antigo para exprimir o sentido causal. (Said Ali, 1964: 221)

Portanto, uma oração adverbial e sua subordinante, desde que tenham sujeito comum, propiciam contexto favorável para uma mudança de fronteira sintática. Nas situações em que o usuário da língua pretenda sinalizar que está ali uma *exceção a uma hipótese*, naturalmente empregará a locução *a menos que* no português antigo¹³⁶ e também hoje no português do Brasil. Se a intenção, contudo, fosse, no passado, sinalizar a *condição de validade de um enunciado* contido na oração subordinante, então as locuções ideais eram: *contanto que, uma vez que (raro), a tanto que, em tal que, com tal que, posto que*:

(11) E o dito Senhor Iha perdoou **com tanto que** fosse estar em a nossa cidade de Cepta dous anos (Doc. de 1439, Docum. das Chancel. Reaes, 99 *apud* Dias, 1959)

No exemplo (11), a ação de perdoar era condicionada à realização de uma segunda ação. Portanto, a locução *com tanto que* revela a imposição de uma condição necessária a uma outra ação ser realizada. Duas funções novamente se revelam: conectar e hierarquizar orações; condicionar a realização de uma ação à de outra. A intenção do falante novamente é, assim, codificada. Esse emprego ainda é recorrente no português do Brasil, porém está em rota de gramaticalização que permite reconhecer, pelo princípio de divergência (Hopper, 1991) uma ampliação do estatuto funcional:

a) *a menos que 1*: a expressão está incorporada num evento comparativo, é antecedida por uma expressão quantificadora, e o efeito comunicativo é indicar que há uma desproporção temporal constatada com relação ao tema ou tópico da conversa. Pode codificar pragmaticamente lamento ou regozijo.

(12) [Segurança contará com mil policiais a menos que - CBN - A rádio ...](#)

19 horas atrás - Segurança no carnaval contará com mil policiais *a menos que* em 2010; Quinta, 03/03/2011. Baleada em assalto, mãe do jogador Roger deve ser operada hoje...

[cbn.globoradio.globo.com/.../seguranca-contara-com-mil-policiais-a-menos-que-em2010.htm](#)

(13) [Audi feito para suportar ataques tem botão que detona fixação de ...](#)

10 horas atrás - "É 18% *a menos que* o antecessor e a melhor média nesse segmento", diz Dietz. O A8 L Security vai de 0 a 100 km/h em 7,3 segundos e atinge uma velocidade...

[www.progresso.com.br/.../audi-feito-para-suportar-ataques-tem-botao-que-detona-fixacao-de-portas](#)

b) *a menos que 2*: a expressão está incorporada num evento de base comparativa, que envolve uma totalidade temporal de um evento e a sua relação com um tempo ainda a ser percorrido para se alcançar essa totalidade. É antecedida por uma expressão temporal (anos, dias, meses), e o efeito comunicativo é indicar que há uma incompletude do tempo total. Pode codificar lamento ou alívio.

(14) [Alexandre Slaviero diz que Armandinho terá final feliz em 'Ti Ti ...](#)

10 horas atrás - 25 Responses to Alexandre Slaviero diz que Armandinho terá final feliz em 'Ti Ti Ti'. a cada dia que passa um dia *a menos que* vivo disse: ... [ocanal.org/.../alexandre-slaviero-diz-que-armandinho-tera-final-feliz-em-ti-ti-ti/](#)

(15) [FENAPEF - Mensagem que circula na internet avalia uso de algemas](#)

17 horas atrás - ... nesta terça-feira a seis anos de prisão, quatro *a menos que* o máximo permitido, depois de se declarar culpado em um acordo feito com a promotoria. [fenapef.org.br > Home > Notícias > Geral](#)

a menos que 3: a expressão está incorporada num evento de base condicional, que envolve dois eventos ou fatos altamente correlacionados. Encabeça a oração que representa a condição necessária para que o fato codificado na oração com que se combina se torne realidade. Por ser uma condição hipotética, apresenta-se acompanhada do modo subjuntivo.

(16) [PortalCT.com.br - Geral - Rebeldes: Oposição diz que só negocia ...](#)

20 horas atrás - Rebeldes no leste da Líbia disseram que não negociam com o governo *a menos que* o coronel Muamar Khadafi deixe o poder e o país. Houve relatos de que Khadafi ...

[www.portalct.com.br/.../oposicao-diz-que-nao-negociam-a-menos-que-khadafi/](#)

(17) [GOMAD - A dieta do Leite • FISICULTURISMO.COM.BR](#)

1 Postagem - 1 autor - Última postagem: 15 horas atrás

A menos que você seja muito ativo, você precisará de cerca 5000kcal/diarias para ganhar peso. Faça uso do GOMAD até que você esteja na sua meta de peso. ... [www.fisiculturismo.com.br/forum2/viewtopic.php?f=4&t=116930](#)

136 E. Dias não cita exemplo desse uso no português antigo.

As emergências contínuas de funções decorrem não apenas do item formalmente identificado, pois as fronteiras não são sinalizadas tão claramente. Esse reconhecimento depende de decisões de intercompreensão que são contextuais, e o fluxo de atenção vai sendo guiado pelo estatuto informacional que lima essa relação. Por conseguinte, aspetos pragmáticos pedem a contraparte linguística. Intenções pedem codificação sintática específica. A forma sozinha é incapaz de dar conta da cena comunicativa e das intenções. Todas as operações cognitivas - reconhecer a relevância, estabelecer analogias, categorizar, inferir o objetivo do outro assim como o jogo de saliências e marcações – garantem o resultado de intercompreensões.

Conclusões

As estruturas x-que parecem ser um perfeito exemplo das relações entre gramática e pragmática, porque língua é interação, é sociedade e é uma forma de cognição. Gramaticalizar é um processo cognitivo-social, por isso discutir o papel da memória de longo-termo e da memória de curto-termo na organização das informações codificadas sintaticamente torna-se imprescindível.

Até onde pude chegar, resta fortalecida a convicção de que duas são as motivações para o processo de deslizamento funcional em três instâncias: conversacional, linguística e cognitiva. Na instância conversacional, agiram motivações internas (expressividade) e externas (bagagem pragmática do interlocutor); na instância linguística, a motivação interna atuaria no campo das categorizações, e a externa, no do contexto; na instância cognitiva, a motivação interna abarca o campo das inferências e das explicaturas, enquanto a motivação externa abarcaria o campo do entre-sentidos (ambiguidades) e de suas consequências para a língua (reanálise).

Cada uma dessas instâncias integra um só espaço interativo. A ele deve-se recorrer para entender o processo e seus efeitos, porque é nele que se surpreende a mente agindo na língua.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Mário. (1944) *Últimos estudos*. Rio de Janeiro: Epasa.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. (2002) Observações sobre as conjunções no século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia & MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (orgs.). *O português quinhentista – estudos linguísticos* Salvador: EDUFBA. (pp.161-193)
- BUENO, Francisco da Silveira. (1967) A formação histórica da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. (1979). História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão.
- COUTINHO, Ismael de Lima. (1962) *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica. Epiphânio Dias (1930)
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva (1959). *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: livraria clássica editora.
- GIVÓN, Talmy. (1995) *Functionalism and grammar*. Amsterdã: John Benjamins.
- _____. (2005) *Context as other minds: the pragmatics of sociality, cognition and communication*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- GRANDGENT, Charles Hall (1952). *Introducción al latín vulgar*. Tradução de Francisco de B. Moll. Publicaciones de la revista de filología española.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. (1991) *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago e London: The University of Chicago Press.
- HOPPER, Paul J. (1991) On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs & ILARI, Rodolfo. (1992) *Linguística românica*. São Paulo: Ática.
- LEVINSON, Stephen. (1983) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAURER JR., Theodoro Henrique. (1959) *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- NUNES, José Joaquim. (1930) *Compêndio de gramática histórica do português*. Lisboa: Livraria Clássica Editora
- PETER, José Ladislau. (1943) *Gramática latina*. Remodelada, revista e aumentada por Marques da Cruz. São Paulo: Melhoramentos.
- QUADROS, Jânio. (1966) *Gramática histórica*. In: Curso Prático de Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Formar.
- SAID ALI, Manoel. (1964) *Gramática Secundária e Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. (1966) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos.
- TARALLO, Fernando. (1994) *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.

28) **M^a DO CARMO MENDES, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA,** ***PORTUGAL ausente represnetada por Anaberla Barros***

MARIA DO CARMO PINHEIRO E SILVA CARDOSO MENDES

MCPINHEIRO@ILCH.UMINHO.PT é professora auxiliar do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da Universidade do Minho, onde se doutorou em 2006 com a tese intitulada “Don Juan na literatura portuguesa: receção de um mito literário”.

As suas áreas de investigação privilegiadas são a Literatura Comparada, a Teoria da Literatura, a Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea e as Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.

Tem participado em reuniões científicas em vários países da Europa, com apresentação de comunicações sobre Literatura e outras artes (pintura e cinema), ficção fantástica, ficção policial e narrativa breve contemporânea.

Nas suas publicações inscrevem-se cerca de 20 artigos resultantes da investigação científica nas áreas acima referidas, com especial incidência nos escritores Eça de Queirós, Agustina Bessa Luís, Padre António Vieira, Miguel Torga, Aquilino Ribeiro, Ana Teresa Pereira, Ramón del Valle Inclán, Júlio Cortázar e Álvaro Cunheiro.



É Diretora da Licenciatura em Estudos Culturais da Universidade do Minho.

Leciona em cursos de graduação e de pós-graduação as disciplinas de Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea, Literatura Comparada, Temas Avançados em Estudos Literários, Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa e Culturas Europeias (Cultura Grega e Romana).

É orientadora de teses de Mestrado nas áreas de Literatura Comparada, Poéticas



Interartes e Teoria da Literatura.

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.

TEMA 2.9 - AS PAIXÕES ORIENTAIS: CAMILO PESSANHA E MACAU, CARMO MENDES, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

Considerado como o mais alto expoente do Simbolismo português, Camilo Pessanha viveu em Macau o mais longo período da sua vida.

Poder-se-ia pensar que a estadia prolongada, de 1894 a 1926, se traduziu numa experiência dolorosa do exílio.

Tal não se verificou, todavia, pois Macau representa, na vida e na obra de Camilo Pessanha, o prazer de múltiplas paixões:

- *A paixão afetiva, traduzida em envolvimento com mulheres orientais e nas convivências com escritores que aí conhece (com destaque para Venceslau de Moraes);*
- *A paixão profissional, expressa no exercício publicamente reconhecido das funções de professor, advogado e Conservador do Registo Predial;*

- *A paixão cultural, revelada em traduções de elegias chinesas e na realização de estudos sobre a língua e a cultura desse país, cujos resultados se encontram reunidos no volume póstumo China. Estudos e Traduções (1944);*
- *A paixão literária, manifestada na intensificação, na sua única coletânea poética, Clepsidra (1920), de algumas tendências estilísticas de cariz simbolista: a procura da musicalidade; a desarticulação lógico-sintática; o gosto pelo grafismo; e o elemento visual.*
- *A comunicação pretende demonstrar, numa reconstituição da vida e da obra de Camilo Pessanha, que em Macau, não obstante a “irremissível tristeza de todos os exílios” e a penosa existência de um homem marcado por um sentimento pessoal que em muito ultrapassou a consciência generalizada de crise, o poeta e estudioso da cultura oriental viveu uma experiência humana e literariamente capital, porque aí, como o próprio confessaria ao pai, “A vida é cheia de impressões novas cada dia, ou eu me finjo que o é, num delírio artificial de grandezas, que me serviu de coragem para partir, e ainda me vai servindo para não esmorecer de todo”.*

1. Introdução

Embora não seja meu propósito fazer uma reconstituição da biografia do decadentista português Camilo Pessanha (1867-1926), importa considerar alguns elementos de uma vida indissociavelmente ligada à obra literária e aos interesses culturais mais fundos do poeta. Pretendo ainda demonstrar de que modo Macau, onde Pessanha passou a maior parte da sua vida, realizou em grande medida tais interesses.

Em Coimbra se passaram os anos de infância, adolescência e juventude. Se os primeiros foram dolorosamente marcados pelo estigma da ilegitimidade paterna, os de juventude, com a realização do Curso de Direito, foram sobretudo pautados pela boémia, mas também pelas primeiras publicações de poemas em revistas pouco conhecidas. Já

nesse período, todavia, se revela a adesão de Pessanha ao ideário decadentista e simbolista, com a colaboração na revista *Os Novos* (1894).

O início da carreira profissional foi também penoso: a fragilidade física e a instabilidade psíquica, aliadas ao exercício de um trabalho mal remunerado e à consciência, cada vez mais lúcida, de um sentimento pessoal de crise (porventura a refletir uma crise europeia generalizada), explicam que o jovem magistrado decida concorrer a uma vaga de professor no Liceu de Macau. Aí permanecerá de 1894 até ao ano da sua morte (interrompendo a estadia para curtas vindas a Portugal).

No território, Pessanha desempenhou vários cargos: o de professor de diversas disciplinas, o de Reitor de liceu, o de Conservador do Registo Predial, o de advogado e o de juiz. O reconhecimento público das suas capacidades profissionais não corresponde, todavia, a uma autoimagem favorável. A já referida debilidade física é agravada pela atração pelo ópio, uma espécie de fuga para “paraísos artificiais” que provocam no poeta uma oscilação permanente entre euforia incontida e prostração absoluta. A morte precoce, em 1 de março de 1926, com apenas 59 anos, em consequência de uma tuberculose pulmonar, interrompe uma existência marcada pelo sofrimento que a sua única coletânea poética, *Clepsidra* (1920), traduz.

Emocionalmente, Pessanha conheceu a frustração do amor não correspondido pela escritora Ana de Castro Osório. A ausência de correspondência amorosa determina, possivelmente, a sua atração efémera por diversas mulheres orientais de que rodeia em Macau. De uma dessas relações com uma mulher chinesa nascerá o único filho, João Manuel, em 1896.

2. As paixões orientais

Não obstante a vivência de sentimentos íntimos de decadência e a degradação física intensa, Pessanha encontrará em Macau diversos pretextos que desafogam o exílio voluntário: a tranquilidade económica; a convivência com escritores e amigos (com

destaque para Alberto Osório de Castro e Wenceslau de Moraes); a adaptação aos costumes orientais; o fascínio pela cultura, pela arte e pela língua chinesas.

Num texto originalmente publicado em *A Capital* (1915) com o título “Camilo Pessanha em Macau”, Alberto Osório de Castro relata as impressões vividas na casa macaense do amigo: um amplo espaço ocupado por um apaixonado pela arte chinesa, um homem cuja descrição evidencia o estado de debilitação física e de apatia quase nirvânica:

“No seu curioso casarão antigo (...) tão lindo nas suas galerias ou altas varandas, abrindo sobre as águas em que deslizavam lorchas amareladas ou cor de sépia; casarão em cujas espaçosas salas e largos corredores se desenrolava a suave e ridente fantasmagoria do seu museu chinês. (...) enconchado no seu leito espartano (...), sonolento e de joelhos à boca... uma folhecazita encarquilhada e amarelecida de salgueiro ao cair da folha” (Apud Ramos, 2001: 103).

O fascínio de Pessanha pela cultura chinesa revelou-se sobretudo na realização de traduções-recriações de elegias e de estudos sobre a língua e os costumes orientais. Compilados no volume póstumo *China. Estudos e Traduções* (1944), esses trabalhos demonstram não apenas um interesse genuíno, mas também uma forma de superar um estado continuado de sofrimento, porventura avivado, de quando em quando, pela nostalgia da pátria. As traduções de oito elegias chinesas da dinastia Ming são antecedidas por um prefácio, onde Pessanha confessa as motivações para este trabalho: as traduções são encaradas como modo de contrariar um estado de apatia permanente, mas também como homenagem a uma língua e a uma literatura que admira:

“Satisfazendo uma antiga dívida para com o ilustre diretor d’O Progresso, entrego hoje ao mesmo semanário umas poucas dúzias de pequenas composições chinesas com cuja decifração tenho entretido os ócios dos últimos seis anos de residência em Macau – os primeiros da velhice –, tirando desse esforço horas dum tão suave prazer espiritual que dele o não esperava tamanho. (...)”

“Traduzi literalmente – tanto quanto a radical diferença entre o génio das duas línguas o permite. Esforcei-me por não suprimir nenhuma das ideias contidas no original, por adjetiva e acessória que fosse – embora tendo por vezes de sacrificar a essa imposição de fidelidade os longes de ritmo e a relativa simetria de forma que eu desejaria dar à tradução de cada quadra chinesa, na impossibilidade de as traduzir em quadras de versos portugueses. Menos ainda acrescentei fosse o que fosse, no intuito de relevar pormenores, ou com a preocupação de falsos exotismos” (Pessanha, 1988: 156-7).

Pessanha empenha-se numa tradução tão fiel quanto possível, sem perder a consciência das suas limitações de tradutor e das peculiaridades da língua:

“o elemento sensorial ou musical, resultando de uma técnica métrica especialíssima (...), é absolutamente inconversível” (idem, 157).

Sublinhe-se esta observação sobre o valor da musicalidade – que, em Pessanha, demonstra também a adesão ao princípio simbolista da *Art Poétique* verlainiana: “*De la musique avant toute chose*”.

E sublinhe-se ainda que a escolha, para tradução, de composições poéticas elegíacas não é insignificante. Pessanha seleciona um género dedicado à expressão estados de mágoa e de prostração, estabelecendo-se deste modo uma articulação com o tom geralmente sofredor que marca as composições inseridas na *Clepsidra*. De facto, uma observação mais atenta das oito elegias chinesas traduzidas – “*Ascensão ao miradouro de Kiang*”, “*A noite, no pego-dragão*”, “*Sobre o terraço*”, “*Em U-Ch’ang*”, “*Evocações do passado*”, “*Fantasia da primavera*”, “*Soledade*” e “*Queixumes da esposa do ‘Hsiang’*” – mostra que a escolha não é acidental.

Em cada um dos textos perpassam motivos decadentistas: a suntuosidade associada a cenários de um passado irrecuperável e a ferida da recordação (no primeiro e no quinto); a solidão melancólica proporcionada pelo ambiente noturno e a saudade (no segundo), as evocações funéreas e a antropomorfização do entorno físico (no terceiro), o ambiente outonal tão caro aos poetas decadentistas (no quarto), o pôr do sol e os palácios em ruínas (no sexto), as recordações dolorosas de “*vozes amigas*” (no sétimo), o entardecer e o choro (no oitavo).

Contêm ainda as elegias selecionadas para tradução metáforas recorrentes da obra poética de Pessanha: a metáfora aquática, que reforça o sentido doloroso da efemeridade da vida, e a metáfora da luz, projetada no passado, como exemplarmente se mostra no breve poema, “*Inscrição*”, que abre *Clepsidra*: “*Eu vi a luz em um país perdido. / A minha alma é lânguida e inerte. / Oh! Quem pudesse deslizar sem ruído! / No chão sumir-se, como faz um verme...*” (idem, 1992: 27).

Por outro lado, a coleção de arte chinesa de Pessanha (exposta em 1915 no Palácio do Governo e depois oferecida pelo poeta ao Estado português) inclui numerosos objetos: exemplares de pintura e caligrafia, bordados, indumentária, joalheria, esculturas em madeira e marfim, pedras duras e vidro, embutidos em madeira e cerâmica. Trata-se, segundo Daniel Pires (1992: 23) de uma coleção eclética, estimada em cerca de trezentas peças, onde se destacam “*obras relevantes de grandes mestres da pintura chinesa*”.

Ao mesmo tempo, o interesse de Pessanha pela arte oriental terá reforçado algumas tendências estilísticas reiteradas na obra poética: a musicalidade (favorecida no chinês pelo monossilabismo e pela presença de tons), a desarticulação lógico-sintática do período; o gosto pelo aspeto gráfico; o elemento visual (que levou Pessanha a considerar que a escrita chinesa tem um elevado poder de evocação)¹³⁷.

A atração de Pessanha pela arte chinesa é explicitamente manifestada em vários momentos: no relato, feito pelo próprio, de uma conferência proferida em 1910; no prefácio ao livro de J. António Filipe de Moraes Palha, *Esboço Crítico da Civilização Chinesa*; ou ainda numa outra conferência, datada de 1915, onde se confessa um “*dilettanti da sinologia*” que “*apenas tem traduzido, dos principais monumentos literários da China, alguns escassos trechos avulsos*” (*idem*, 1988: 149-150).

Seria, no entanto, redutor, aceitar sem reservas a ideia de que a longa estadia de Camilo Pessanha em Macau significou uma completa hostilização ou esquecimento de Portugal. Foi, isso sim, uma experiência que evidenciou múltiplos e, por vezes, contrastantes sentimentos. Neles se incluem referências literárias e culturais à presença de Portugal no território. Num texto intitulado “*Macau e a gruta de Camões*” (escrito em junho de 1924), o poeta simbolista confessa não se rever naqueles documentos que exaltam o exotismo apenas para reforçar o sentimento pessoal de exílio da pátria.

Pessanha desvincula-se assim de uma tradição que se mostra incapaz de avaliar e apreciar um território muito diferente nas suas coordenadas mentais, culturais e civilizacionais:

“*Notáveis prosadores têm celebrado condignamente os encantos dos países exóticos. Poetas, nenhum. Os poucos que vagueiam e se definham por longínquas regiões, se acaso escrevem em verso, é sempre para cantar a pátria ausente e se neles se encontram dispersos alguns traços fulgurantes de exotismo, é só para tornar mais pungente pela evocação do meio hostil e inadequado pela sua estranheza à perfeita floração das almas – a impressão geral de tristeza – da irremissível tristeza de todos os exílios*” (*idem*, 182).

Sobre Macau e a sua relação com Portugal, sustenta no mesmo texto que o território é “*o mais remoto padrão da estupenda atividade portuguesa no Oriente. Note-se que digo padrão, padrão vivo; não digo relíquia*”. E acrescenta uma longa meditação:

“*Em Macau é fácil à imaginação exaltada pela nostalgia, em alguma nesga de pinhal, menos frequentada pela população chinesa, abstrair da visão dos prédios chineses, dos pagodes chineses, das sepulturas chinesas, das misteriosas inscrições chinesas, destacando a cada canto em retângulos de papel vermelho, das águas amarelas do rio, onde deslizam as lentas embarcações chinesas de formas extravagantes, com as suas velas de esteira fantasmáticas, e criar-se, em certas épocas do ano e a certas horas do dia, a ilusão de terra portuguesa. (...) Ainda é Macau a única de todo o ultramar português, em que se pode ter até certo ponto a ilusão de se estar em Portugal*” (*idem*, 183-4).

Em carta ao primo José Benedito (datada de 1905), Pessanha, numa das curtas estadias em Portugal que interrompem a existência macaense, confessa essa inapelável saudade do país natal. Podemos entender esta manifestação nostálgica em alguém que há muito vive num território distante:

“*Parti de Macau sem esperança de arribar a este torrão das minhas saudades, ao qual exclusivamente a minha alma pertence, como bem sabes... Os ossos, mesquinhos, esses pertencem, por um destino invencível e absurdo, ao chão antipático do exílio. Tantas vezes o tenho dito: quanto eu desejaria vir a morrer aí, nessa velha e afetuosos casa de Marmelos*” (*idem*, 69).

Mas deveremos também aceitar que este desconforto é justificado por uma longa permanência e pelo desaparecimento do sentimento de descoberta e de surpresa que, anos antes, o haviam fascinado em Macau, tal como relata ao pai: “*A vida, por aqui, é cheia de impressões novas cada dia, ou eu me finjo que o é, num delírio artificial de grandezas, que me serviu de coragem para partir, e ainda me vai servindo para não esmorecer de todo*”.

¹³⁷ cf. Spaggiari, 1982.

Partilho, com Barbara Spaggiari, as convicções de que Pessanha não sofreu desse sentimento provinciano que o levaria a hostilizar um país, o seu, onde não encontrou reconhecimento social e profissional. Em Macau, não deixa de se sentir “*um português orgulhoso da ilustre tradição de viagens e de conquistas dos seus compatriotas*”; o exílio voluntário não foi semente para um fascínio frívolo pelo exotismo.

Em sintonia com Barbara Spaggiari, Ester de Lemos defende no seu estudo sobre a *Clepsidra* que “*o ambiente [oriental] não está na obra enquanto (...) fonte de inspiração pictural, decoração exótica. Se aqui e além passam certos vislumbres de magia, certos ritmos dolentes e fulgores estranhos – isso não autoriza a concluir por um exotismo na poesia de Pessanha*” (Lemos, 1981: 47).

Profundo conhecedor da biografia de Camilo Pessanha, António Dias Miguel sublinharia, já em 1956, a duplicidade de sentimentos vividos pelo poeta em e sobre Macau: “*na Europa sentia saudades da China; em Macau, porém, era sempre o europeu*” (Miguel, 1956: 177). É possível deslindar nesta duplicidade uma angústia permanente que em Pessanha refrata tanto uma consciência de crise europeia – representada no Decadentismo – quanto uma experiência íntima de um ser às avessas com o mundo que o rodeia.

De facto, no contexto *fin-de-siècle*, onde impera o culto do exotismo, Pessanha constitui, como assinala Álvaro Manuel Machado (2003: 40-1) uma exceção (a que se juntam tão só António Patrício e Fernando Pessoa). O grande exemplo finissecular de exotismo é Wenceslau de Moraes, para quem o Oriente correspondeu “*a uma funda e decisiva experiência pessoal*” limitada a uma “*certa cultura enciclopédica, ávida de exótico e, ao mesmo tempo, de conhecimento científico*” (*idem*: 40).

Já para Camilo Pessanha, o orientalismo é interiorizado e é anterior à própria experiência oriental. Manifesta-se, por exemplo, no poema “Lúbrica”, escrito nos tempos de estudante em Coimbra, através de um orientalismo “*fatalista, cheio de premonições*” (*idem*: 41). Já em Macau, a “*imprecisão de linguagem*” que Pessanha reconhece na língua chinesa e que analisa na coleção de textos póstumos *China* (1944), o poeta insurge-se

contra “*a banal exploração do exotismo oriental*” (*ibidem*). Por isso, o Oriente existe em Pessanha:

“*a partir da ideia dum exílio, pessoal e voluntário, é certo, mas simbolizando o exílio mítico de todo um passado coletivo, voltado para uma poética da decadência que, em Camilo Pessanha, é obsessiva, ultrapassando o Decadentismo como tendência finissecular. Uma poética da decadência que é lúcida consciência da perda do passado glorioso e irrecuperável do país, elaborada a partir do elemento mais puro da poesia simbolista europeia, o sentido do vago, mas transpondo-o para um Oriente português tão concreto como interiorizado*” (*idem*, 41-2).

Como Reitor do Liceu de Macau e professor de diversas disciplinas (Filosofia, História, Economia Política, História da China, Português, Geografia e Direito Comercial), Camilo Pessanha manifestou-se profundamente interessado pela educação e, mas especificamente, pelos problemas educativos de Macau. Defende em 1919, a este propósito, a aplicação de medidas legislativas permitam que as escolas de Macau “*não se hostilizem umas às outras, antes cada uma corresponda a um fim determinado e desempenhe uma missão especial*” (Aresta, 1999: 72). Sobre a missão específica do Liceu de Macau, sustenta que ele deveria desenvolver atividades de preservação da identidade nacional no Extremo Oriente. E chega a estabelecer um vínculo entre os sistemas educativos de Portugal e de Macau:

“*O que falta a Macau é o meio educativo: são essas tradições, a língua que as traduz, o espírito que as anima, os princípios que as informam. (...) Em Macau, como em Portugal, a enorme maioria dos pais não vê na frequência dos liceus senão um estádio de preparação obrigatório, para se ser admitido à frequência dos estudos superiores, como não se vê nesta última senão um meio de se obter um diploma que habilita a ganhar a vida em condições vantajosas. Tal critério – triste sintoma, por sinal, de decadência (...) – é, sem dúvida, erro funesto*” (*idem*, 73).

3. Conclusão

Ainda que imposta por circunstâncias pessoais, a duradoura permanência de Camilo Pessanha em Macau permite concluir pela experiência de múltiplas paixões. Anteriores à ida do poeta para o território, elas podem ser lidas como tentativas (ainda que não totalmente realizadas) de superação de um sentimento ininterrupto de crise. A chegada

do poeta ao Oriente representa, de imediato, um esforço de compreensão da língua chinesa, que confessa em carta ao pai e que o anima a escrever sobre a China.

As suas funções profissionais, em particular as que se relacionaram diretamente com a lecionação, revelam uma constante preocupação com questões educativas, propondo métodos de ensino nos liceus de Macau.

A sua vasta e heteróclita coleção de arte chinesa não é uma simples acumulação de objetos. Prova, pelo contrário, uma necessidade de compreensão de uma cultura.

Sem jamais abandonar a sua condição de português voluntariamente isolado, Camilo Pessanha procurou em Macau um lenitivo para um estado íntimo de sofrimento persistente.

O exílio de Pessanha não correspondeu, por isso, a uma “moda” de atração pelo exotismo oriental.

Termino, por isso, com um arguto comentário de Arnaldo Saraiva onde se destaca a influência de Macau na vida do poeta que em Portugal melhor conseguiu cumprir os princípios da estética simbolista:

“Andou por aí a moda chinesa, mas quase ninguém se lembrou de um homem que decidiu viver (e morrer) em Macau, que aprendeu uma das principais línguas chinesas, que traduziu poetas chineses, que escreveu sobre a civilização chinesa, que viveu em companhia de mulheres chinesas (uma das quais lhe deu um filho), que colecionou preciosíssimas peças de arte chinesa (algumas das quais ofereceu ao Governo português, que por muito tempo se não deu conta da valia material e cultural da oferta). (...)”

Andou por aí a moda de festejar exílios e promover exilados, mas quem se lembrou de um antigo advogado, conservador do registo predial, juiz, professor e poeta que viveu não no exílio mais ou menos forçado, e próximo, da França ou da Argélia, mas no exílio voluntário do Oriente, que também seduziu Camões?” (Saraiva, 1984: 3)

Referências bibliográficas

Aresta, António (1994) (1984) “Camilo Pessanha, professor no Liceu de Macau”, AA.VV. (1999) *Camilo Pessanha. O fazedor de estrelas*, Macau: Direção dos Serviços de Educação e Juventude, pp. 63-74.

Lemos, Ester de (1981) *A ‘Clepsidra’ de Camilo Pessanha*, Lisboa, Verbo.

Machado, Álvaro Manuel (2003) *Do Ocidente ao Oriente. Mitos, Imagens, Modelos*, Lisboa: Editorial Presença.

Miguel, António Dias (1956) *Camilo Pessanha. Elementos para o estudo da sua biografia e da sua obra*, Lisboa: Edição de Álvaro Pinto (‘Ocidente’).

Pessanha, Camilo (1988) *Contos, Crónicas, Cartas Escolhidas e Textos de Temática Chinesa*, Organização e Notas de António Quadros, Lisboa: Europa-América.

(1992) *Clepsidra e Outros Poemas*, 7ª edição, Lisboa: Edições Ática.

Ramos, Maria Manuela Delgado (2001) *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*, Lisboa: Fundação Oriente.

Saraiva, Arnaldo (1984) “Fonte contínua de exaltação estética”, *Persona*, 10, pp. 3-4.

Spaggiari, Barbara (1982) *O Simbolismo na Obra de Camilo Pessanha*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

29) Mª DO ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS, Universidade DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL



MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS, docente e investigadora na Universidade do Minho, doutorou-se na Universidade do Minho, em 1993, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da receção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. Do romantismo ao modernismo*.

Desde então, tem-se consagrado ao ensino da literatura comparada e da literatura francesa, bem como à orientação de teses de Mestrado e de Doutoramento.

Tendo participado em muitos Colóquios, nacionais e internacionais, publicou, em 2007, “Os Fantasmas de Troia: *La Bella Elena*” e, em 2009, “*Monsieur Proust: O Homem das Leituras Solitárias*”.

É, atualmente, Diretora do Departamento de Estudos Românicos e do *Master* em Estudos Franceses, encontrando-se a preparar, de parceria com a Dr.^a Helena Chrystello, uma *Antologia de Escritores Açorianos Contemporâneos*. Ministrou na Universidade do Minho, o 1º curso breve “INSULARIDADES E AÇORIANIDADES” um projeto dos Colóquios da Lusofonia.

A publicação do seu próximo ensaio intitulado *O Retrato do Artista na Ficção* está prevista para 2011.

[INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.](#)

[É SÓCIA FUNDADORA DA AICL](#)



**TEMA 1.1. HOMENAGEM A HENRIQUE DE SENNA FERNANDES.
ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA,
PORTUGAL**

No seu *Ad Memoriam* o escritor açoriano Rodrigo Leal de Carvalho recorda a “saudável amizade” por Henrique de Senna Fernandes, revisitando o gosto comum pela literatura, pelo cinema, pela História e pela vivência de um passado de Macau que, nesse tempo, “falava alto” à embrionária “imaginação do romancista”.

Quedando-nos nas quatro obras legadas pelo escritor macaense (já que três ficaram inconclusas), difícil se torna não salientar

- *A sua vertente autobiográfica ou de autoficção, patente nos Contos de Macau (Mong-Há e Nam Van), de entre os quais destacamos, partindo da distinção estabelecida pelo advogado entre conto e romance, “Um encontro inesperado”, “Uma pesca ao largo de Macau” e “Candy” (a sua novela favorita);*
- *A sua socialidade, no âmbito da sociocrítica, vazada nas páginas dos romances Amor e dedinhos de pés e A trança feiticeira (ambos adaptados ao cinema), patente quer no contraste entre o “europeu” e o “macaense”, quer na antinomia entre a cosmopolita Xangai e a provinciana “cidade cristã”, quer no gosto pela hodologia que tanto reforça a separação entre línguas, hábitos e mentalidades como gera a indignidade de reputações e se deleita, por fim, nesse inferno de curiosidade pela vida de outrem;*
- *A sua temática recorrente ou, mais bem dito, o percurso iniciático de cunho algo picaresco dos protagonistas, a assunção compungida dos seus erros e vícios, o subsequente amadurecimento espoletado por escolhos sucessivos e o renascimento final por via do amor, traduzindo quer o renascimento da personagem, quer a fusão sino-ocidental na antiga cidade de Macau, encarada como um espaço de invejável harmonia, apesar da sua interculturalidade;*
- *A sua perspetiva narratológica, revelada com mestria tanto pelo recuo temporal de uma ação que se vem encaixar no tempo presente da intriga como pela ocorrência, a par e passo, de resumos que relembram ao leitor as vivências e mundividências das personagens.*

Na “Conclusão”, e após recapitularmos os itens supracitados, abordaremos esquematicamente algumas afinidades estéticas e literárias entre os dois “contadores de histórias”: o Autor homenageado e Rodrigo Leal de Carvalho (autor de *Requiem por Irina Ostrakoff*, de *Ao Serviço de Sua Majestade* e de *A IV Cruzada*).

No seu “ad memoriam” publicado no blog *Macau Antigo*, o escritor açoriano Rodrigo Leal de Carvalho recorda a “saudável amizade” por Henrique de Senna Fernandes, revisitando o gosto comum pela literatura, pelo cinema, pela História e pela vivência de um passado em Macau que, nesse tempo, “falava alto” à embrionária “imaginação do romancista”. Quedando-nos nas quatro obras legadas pelo escritor macaense (já que três ficaram inconclusas), difícil se torna não salientar

1. a sua vertente autobiográfica ou de autoficção, patente nos *Contos de Macau* (*Mong-Há* e *Nam Van*), de entre os quais destacamos, partindo da distinção estabelecida pelo advogado entre conto e romance, “Um encontro inesperado”, “Uma pesca ao largo de Macau” e “Candy” (a sua novela favorita);

2. a sua socialidade, no âmbito da sociocrítica, vazada nas páginas dos romances *Amor e dedinhos de pé* e *A trança feiticeira* (ambos adaptados ao cinema), patente quer no contraste entre o “europeu” e o “macaense”, quer na antinomia entre a cosmopolita Xangai e a provinciana “cidade cristã”, quer no gosto pela hodologia que tanto reforça a separação entre línguas, hábitos e mentalidades como gera a indignidade de reputações e se deleita, por fim, nesse inferno de curiosidade pela vida de outrem;

3. a sua temática recorrente ou, mais bem dito, o percurso iniciático de cunho algo picaresco dos protagonistas, a assunção compungida dos seus erros

e vícios, o subsequente amadurecimento espoletado por escolhos sucessivos e o renascimento final pela via do amor, traduzindo quer o renascimento da personagem, quer a fusão sino-ocidental na antiga cidade de Macau, encarada como um espaço de invejável harmonia, apesar da sua interculturalidade;

4. a sua perspetiva narratológica, revelada com mestria tanto pelo recuo temporal de uma ação que se vem encaixar no tempo presente da intriga como pela ocorrência, a par e passo, de resumos que relembram ao leitor as vivências e mundividências das personagens.

Na “Conclusão”, e após recapitularmos os itens supracitados, abordaremos esquematicamente algumas afinidades estéticas e literárias entre os dois “contadores de histórias”: o Autor homenageado e Rodrigo Leal de Carvalho (autor de *Requiem por Irina Ostrakoff*, *Ao Serviço de Sua Majestade* e *A IV Cruzada*).

*“Tera di fé, qui Dios j’abençoá,
Casa qui têm sosségo, têm pam;
Fogo sandido pa vêm lumiá
Alma fichado n’iscuridám. [...]”*

*Tera di fé qui tem coraçám,
Têm alma, inchido di beléza.
Sã Macau! Nôssô bérço cristám.
Di Portugal chistosa princésa.”
(Adé, 1985: 81-83)¹³⁸*

Foi numa segunda-feira, dia 4 de outubro, véspera das comemorações do Centenário da República: a notícia do falecimento de Henrique de Senna Fernandes desencadeou uma série de reações pesarasas¹³⁹ na Imprensa macaense e portuguesa,

cultura do seu berço, das suas origens.”; cf., também, artigo de Raquel Carvalho intitulado “Era como um íman” e publicado no *Tribuna de Macau* de 6 de outubro de 2010, assim como os testemunhos de Fátima Almeida, Eduardo Ribeiro e Jorge Rangel no mesmo periódico com data de 5 de Outubro de 2010; cf., ainda, os depoimentos de Wu Zhiliang, Maria Amélia António, Anabela Ritchie e Yao Jing Min no *Tribuna de Macau* de 5 de Outubro de 2010.

¹³⁸ “Aquele **língua** estranha e perdida ficou com um nome: ‘patois’. E ele, o moço poeta, que tinha tanto para dizer nessa ‘*língua estranha*’, ficou Adé, nome que o faz sempre sorrir e lhe lembra um tio poeta e uma avó que o embalava em canção ‘patois’.” (Garizo, 1985:5).

¹³⁹ Ver, no Jornal *Tribuna de Macau* de 7 de outubro de 2010, artigo de Carlos Frota intitulado “Homenagem a um amigo que parte”: “Henrique de Senna Fernandes teve a intuição – que nunca o abandonou – de responder aos novos tempos sendo igual a si próprio, fiel à língua portuguesa, fiel à

designadamente na revista *Bravo*¹⁴⁰, no *Clarim*¹⁴¹, no *Jornal Tribuna de Macau*, no *Ponto Final*¹⁴² e no *Jornal i*. Dos vários testemunhos respeitantes à figura carismática do escritor-causídico-professor, bem como à sua obra de estro multifacetado que a sétima arte imortalizou, sobressaem os de Miguel de Senna Fernandes e de Rodrigo Leal de Carvalho.

Para o primeiro, advogado e diretor do grupo de teatro *Docis Papiçam di Macau*, “Henrique de Senna Fernandes é assumidamente um autor da terra. Tem a sua linguagem, um uso muito peculiar do português. Era bom que fosse lido nas escolas onde se aprende português em Macau. [...] Toda a gente diz que ele é um escritor de Macau. Mas porque é que as suas obras não são lidas nas escolas de Macau onde se aprende português? Quem fala aqui não é o filho, é uma pessoa que se preocupa com a cultura.”¹⁴³ Quanto ao segundo, escritor nascido nos Açores e Juiz Conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça, urge transcrever alguns breves fragmentos do seu “ad memoriam”: “Quando, há mais de 50 anos, passageiro do ferry *Tai Loy*, desembarquei pela primeira vez em Macau como jovem advogado do procurador da República, o Henrique, então substituído nomeado e em exercício nesse cargo, estava à minha espera, [...] Foi ele quem me abriu o álbum de recordações macaístas que ainda hoje folheio com saudade. [...] encantaram-me as crónicas regulares que escrevia para o então ‘Notícias de Macau’: críticas de filmes, pequenos estudos sobre escritores que eu também tinha lido, recordações da guerra do Pacífico, ou de um passado macaísta que eu não vivera, mas com tão vívida nitidez que me parecia perceber-lhe a cor, os cheiros, os ruídos e os sabores de Macau, a minha pátria de adoção.”¹⁴⁴

Fundindo o segundo e o primeiro depoimentos – mau grado o evocativo retrato sinestésico da Macau antiga pintado por um “português de Macau”, Henrique de Senna Fernandes não tem sido alvo preferencial de estudo nas instituições macaístas – e transitando doravante para a obra legada, forçoso se torna verificar que vários trilhos hermenêuticos se oferecem, desde logo, à curiosidade analítica do leitor, não raro invocado e convocado.

1. A perspetiva autobiográfica, manifesta nas novelas de *Mong-Há* e nos “Contos de Macau” que fazem parte integrante de *Nam Van*, mas também presente nos seus romances. Quedemo-nos, pois, no “Frontispício” de *Mong-Há*, paratexto que firma um protocolo de leitura genologicamente dilucidativo: “*Mong-Há, hoje descaracterizada pelo avanço implacável da cidade, a caminho do norte do Território, é uma vasta área que, grosso-modo [sic], se estende da zona de Flora e de Montanha Russa até ao Porto Interior, [...] Nos anos da minha infância era uma planura recortada de hortas e várzeas de arrozal, [...] enchia-se de gente de cidade quando se anunciava o circo que nos visitava diversas vezes, [...] O leitor poderá estranhar o título da obra, [...] No entanto, a sua gestação nasceu precisamente na Pousada de Mong-Há, [...] Aqui estão [...] as minhas histórias em que se misturam recordações, experiências vividas e páginas de pura ficção.*” (1998: 5-6-7).

Do mesmo modo, a “Nota de Abertura” da 2ª edição de “Contos de Macau” esclarece que “*Nam Van é o nome chinês da Praia Grande*” que “*alimentou o fundo da minha sensibilidade e imaginação, com a nostalgia dos seus crepúsculos e a tristeza das suas neblinas de inverno.*” (1997:5-6). Emergem dos volumes supracitados retalhos de vida

¹⁴⁰ De destacar, na Revista *Bravo*, de fevereiro de 2009, o artigo de Rinaldo Gama, segundo o qual a “obra do autor é um paradigma da expressão identitária de Macau, moldada a partir da fricção entre as tradições portuguesa e chinesa, disso resultando uma ‘cultura de encontro’.”

¹⁴¹ Lemos, no *Jornal O Clarim* de 8 de outubro de 2010, que “O IC encara as obras de Senna Fernandes como ‘uma importante herança cultural de Macau. As personagens que criou consubstanciam as características da fusão cultural sino-ocidental e a sua descrição do velho Macau integra a memória coletiva da cidade.’”

¹⁴² Ver, no *Ponto Final*, extrato do artigo de Rui Rocha intitulado “A biblioteca que arde” (5 de Outubro de 2010): “Recordaria o que escrevi com o gratíssimo prazer para um catálogo do pintor Lio Man Cheong e que, de algum modo, está contido também na narrativa de Henrique de Senna Fernandes: uma abertura dialógica à intervisualidade do espaço polifónico, sincrético, mas simultaneamente ambíguo e culturalmente polissémico que é Macau [...]”.

¹⁴³ “O meu pai foi um gajo porreiro” in *Ponto Final* de 5 de Outubro de 2010.

¹⁴⁴ “Henrique e eu” no blog *Macau Antigo* de 11 de outubro de 2010.

destilados a conta-gotas pela memória afetiva de um sujeito escrevente que, fragmentariamente, revisita a sua infância e juventude, movendo-se, com uma impressionante agilidade mnemónica, entre o passado em fuga e um presente fugaz: como se de quadros vivos se tratasse, entramos, pela via da etopeia, na privacidade do Avô Conde que, depois de uma pescaria ao largo de Macau, acode a um pirata perseguido pela Alfândega Chinesa, salvamento este que lhe assegura pela vida fora a amizade profunda deste *Homo Duplex* “seu irmão e seu escravo”: “*Em Macau, era um cidadão pacífico, de bem com a lei e com os homens, que vivia numa casa ajardinada da Praia do Manduco, [...] Na terra-china, era um fora da lei, cuja cabeça, posta a prêmio, estava chorudamente alvissarada. [...] Nunca faltou ao meu Avô [...] requintadas peças de caça nem peixe maravilhoso, [...] Esta, uma faceta da vida de Macau, nos fins do século XIX.*” (1997:46); assistimos à sua Primeira Comunhão (a instâncias da Avó Condessa), a 5 de dezembro de 1934, um dos dias mais venturosos da sua existência (1998:71); visualizamos a loja de antiguidades chinesas, “*Pessanha Curios*”, na Rua de S. Domingos, bem como o seu proprietário, “*um homem magro, pálido, meão de altura, feições macaenses fortemente orientais e pouco cabelo. [...] Perguntei quem era. O meu pai respondeu: - É o filho de Camilo Pessanha.*” (1998:73); indagamos as relações entre a família Pessanha e a família Senna Fernandes, sendo brindados com a conceção de um Poeta para um ser humano em embrião: “*Camilo Pessanha era um nome que ouvia muitas vezes em casa. Não sendo íntimo, o meu pai era amigo dele. Admirava-o como advogado e jurista. Taquígrafara-lhe e datilografara-lhe muita coisa - o meu pai era um perito em taquígrafia e datilografia -, mas desses papéis nada existe que eu saiba. Ao meu pai contava as suas extravagâncias e os seus hábitos e o vício do ópio, e dizia que era um poeta. Poeta para mim nessa altura era um homem que não vivia nem procedia como um ente vulgar. Daí que, talvez por este motivo, tivesse ficado para todo o sempre a silhueta desse filho.*” (1998:73-74); acompanhamo-lo no seu itinerário de ida e regresso da Escola Primária, ritmado pelo pavor do mítico “Gato Bravo” que, não acometendo os adultos, investia contra gente miúda: “*Nunca vi o gato Bravo nem sombra do que parecesse. Aliás, nunca houve qualquer gato bravo por aquelas bandas, [...] O que teria existido era um*

gatarrão solitário, nascido ou abandonado na mata, que a noite e a imaginação tornaram descomunamente enorme, [...]” (1998:78); entramos na Livraria Paulo e/ou na Livraria Oriente, onde com ele nos abastecemos de autores clássicos ou de obras em voga, já que “*a fome de leitura devorou-me desde pequeno, animada por meu pai.*” (1998, 91); penetramos, em 1942, num prédio de dois pisos assombrado, sito no fim da Rua Sacadura Cabral, onde a mãe cumpre a crença macaísta “*de que, se os fantasmas vagueavam no mundo dos vivos, era porque necessitavam de orações para o descanso das suas almas.*” (1998:141); conhecemos não só o Fernando que, ao não convidar o Júlio para a festa, leva o narrador, indignado por tão condenável atitude, a autoexcluir-se do festim, mas também o Heitor, que tratava o protagonista com a mesma indiferença por este votada a Júlio; anos mais tarde, o ‘marginalizado’ Júlio torna-se Diretor Geral, presta, por amizade, um serviço ao narrador e casa, por vingança, com a noiva de Fernando: “*Eles amavam-se muito, diziam que tinham nascido um para o outro. Não o perdi de vista. Consegui que uma menor se pusesse por baixo dele. Era uma rapariga do povo e engravidou-a. [...] foi obrigado a casar com ela, [...] A desilusão da Virgínia quase a matou. Descobri que o pai dela, agora meu sogro, estava em graves e criminosos apuros financeiros. Ofereci-me para ajudá-lo. Caso a filha casasse comigo. [...] Casou comigo.*” (1998:211); a par destes ódios antigos e velhas amizades que nunca se atenuam, antes se agudizam, e por alturas natalícias, deambulamos com o narrador pelo Chiado, pelo Rossio e chocamos casualmente, no “Café Suíça” – “*café onde sempre e invariavelmente encontrávamos gente de Macau ou quem em Macau tivesse estado, por muito ou pouco tempo*” (1998:9) –, com o Alberto, cujos pais se reencontram após sete anos de separação, provocada pelo seu nascimento; por fim, somos confrontados com a aparição de uma mulher enigmática, que viaja no mesmo comboio e elétrico que o narrador e que este julga estar-lhe predestinada, prometendo defendê-la como Dulcineia o fora por Dom Quixote e obstinando-se a segui-la qual D. João lusitano de pacotilha.

O *acmé* da novela é tão ou mais humoristicamente inesperado quanto platónicas e quintessenciadas haviam sido as múltiplas conjecturas tecidas em torno da ‘deusa’ de perfil

delicado: “*Na porta, junto do guarda-freios distraído, ela atrasou o andar. Girando a cabeça levemente para mim, murmurou baixinho:*

- São cem ‘paus’.
 - Aturdido, como se recebesse uma vergastada, repliquei:
 - Só tenho quarenta...
 - Ora, bolas!...”
- (1998:30).

O *explicit* desta novela¹⁴⁵, pelo seu carácter inopinado e surpreendente¹⁴⁶, aparenta-se ao de Yasmine, heroína da novela epónima pela qual John Bradley – com quem o narrador-protagonista trava conhecimento, no Hotel Bela Vista, no decurso do primeiro ano do decénio de 60 – nutre paixão tão profunda que se não coíbe nem de lhe pintar o retrato, fazendo jus à sua formosura de indiana, nem de organizar uma recepção em sua honra, tendente para um almejado reconhecimento social. Bem pode a sociedade de Hong-Kong aguardar pela diva, porquanto tal espera será vã. Yasmine não comparece, optando por confessar ao narrador quer o seu amor por John, quer a razão do seu afastamento: “*Desenvencilhou-se do sari e despiu-se. Mostrou-me a nudez do seu corpo. Eu olhei, tropecei para trás e caí na poltrona, totalmente siderado, cobrindo o rosto com as mãos.*” (266). De peripécia em peripécia, e no decorrer do tempo, deparamos com o narrador de férias nessa ilha da Malásia chamada Penang, onde vive, desde a data da recepção gorada, John Bradley: “*Ela disse-me que havia um dia de voltar a Penang. É, por isso, que aqui estou [John]. Não importam os anos, ela há de aparecer. [...] Eu [o narrador] não podia desfazer aquele amor. [...] Porque a formosíssima Yasmine, de olhos*

tristes e expressão melancólica, nascera desventuradamente... homem.” (1998:273). Sobressai ainda, neste contexto, a novela “Candy”, história do reencontro, vinte e quatro anos decorridos sobre a separação, de Candy, agora “*Mrs. Morris-White, da fina-flor de Hong Kong, com uma casa no Peak, um Jaguar, um Cadillac*” (1997:84), e do protagonista, que, há vinte e quatro anos, dela abusa, por vingança e ciúme, no “Repulse Bay”. No *explicit* da novela, ela, a pseudo-inglesa - mãe de três filhos anglossaxónicos como o pai - que se aculturou mas sente a nostalgia das raízes macaístas, decide partilhar com o amigo viúvo, que gostaria de ter tido uma filha - “*[...] tens uma coisa que eu não tenho. Uma filha. Os meus rapazes são meus amigos, mas são bruscos. [...] Uma filha encher-me-ia a casa de amor e ela não estaria tão vazia.*” (1997:90) -, um segredo que data, precisamente, de há vinte e quatro anos: “*Naquela noite, tu engravidaste-me. Fui a Macau à tua procura quando descobri o meu estado, mas tinhas partido. Tentei abortar mas não tive coragem. Para ocultar a minha vergonha, parti para Cantão. Suportei uma vida infernal naquela cidade. E a criança veio, [...]. Era uma rapariga. Num momento de desespero, e porque não podia justificá-la, dei-a a um casal de chineses a quem faltavam filhos. Ela, a criança, parecia-se comigo, era o nosso retrato, e dei-a a desconhecidos. [...] Perdi a minha filha... a nossa filha.*” (1997:102).

2. A par dos contos e das novelas autobiográficas¹⁴⁷, limítrofes, talvez, da autoficção¹⁴⁸, e ditadas por uma avalanche de reminiscências que se intenta cristalizar,

¹⁴⁵ Segundo Grojnowski (2005: 7-11), “*Récit raconté, la nouvelle comporte fréquemment des marques d’oralisation. [...] De là aussi l’équivalence entre les termes de nouvelle et de conte: [...] Le roman orchestre un nombre important de personnages [...] Selon la même logique le chronotope du roman (ses références temporelles et spatiales) est d’une extension tout à fait vaste et flexible. [...] En revanche, la nouvelle limite le nombre des personnages, des événements, des données spatio-temporelles: [...]*”.

¹⁴⁶ Na perspectiva de Andrés (1998: 80-81), “*La fin [...], elle aussi, est particulièrement soignée par les nouvellistes. Elle doit laisser une trace dans le souvenir du lecteur, et par conséquent, surprendre ce dernier. [...] Plus la nouvelle est brève et plus la surprise, si tel est le ressort narratif final, doit être ouvragée avec soin. [...] la nouvelle porte en elle une exigence de perfection.*” Ver, também, a diferença entre romance e conto estabelecida por Henrique de Senna Fernandes: “*No romance, o final tem que satisfazer o leitor. [...] No conto, a solução tem que ser choque. Provocar o choque no*

leitor, um fim inesperado. No conto é mais difícil. Tem que haver uma história muito bem contada, em poucas palavras.” (Jornal Tribuna de Macau de 5 de Outubro de 2010).

¹⁴⁷ “*[...] l’autobiographie, genre longtemps sous-estimé et qui, ces dernières années, n’a cessé d’affirmer son importance croissante, sur la scène internationale, tant par l’ampleur de la production littéraire que par la qualité des travaux critiques qu’il inspire.*” (1988: 5).

¹⁴⁸ “*Ante el nuevo panorama no es extraño que haya quien considere la autonovelación como simple modificación del discurso autobiográfico, y quien, [...] reconociendo la particularidad de la novela autobiográfica, manifieste la necesidad de diferenciar los diversos subgéneros autobiográficos a partir de un género común. [...] nos enfrentamos a dos hechos constatables: por un lado, que lo autobiográfico ha experimentado una explosión a partir de los setenta, y este furor por el sujeto ha movido al novelista a la autoficción, por otro que la forma que adopta el discurso y su contenido están*

surgem as crônicas, assim 'rotuladas' pelo Autor¹⁴⁹, que definimos como registos circunstanciais, osmose de jornalismo e de literatura, da responsabilidade de um narrador-repórter que, sob uma aparência de superficialidade (não isenta de desconhecimento de artifícios literários), vai captando, de modo breve e lábil, os eventos e situações na sua transitoriedade¹⁵⁰.

Tais crônicas, que até podem estar na génese de um romance¹⁵¹, configuram a sociologia do literário, pelo que doravante nos debruçaremos não sobre o estudo socio-histórico da Macau antiga - visitada, segundo Fok Kai Cheong, em 1513, pelos Portugueses, primeiros navegadores europeus com quem os Chineses se cruzaram¹⁵² -, mas sobre a socialidade emanada pelas obras de Senna Fernandes e filtrada, por conseguinte, pela mundividência do Escritor.

Nesta sequência, a cidade do nome de Deus subdividia-se em "cidade cristã" - cuja tranquilidade era tão-somente quebrada pelo estrépito festivo do Entrudo (2008:3) -, onde "se fixava em massa a comunidade portuguesa", e em "cidade chinesa", abrindo-se ruidosamente para o Porto Interior: "Ali estavam os mercados, as boticas, os estabelecimentos de todas as artes e ofícios, as hospedarias, os ervanários, os albigebes e as casas de penhor, os fumatórios de ópio, as casas de *fan-tan* e das lotarias chinesas, os *cou-laus* (restaurantes), os *fan-tims* (casas de pasto), os lupanares da Rua da Felicidade e das transversais, o teatro do 'autochina.'" (1998:221-222).

Se a Rua Central constituía, então, o centro nevrálgico da vida coletiva, conhecendo o "Hotel Central", com o seu restaurante no rés do chão e "os seus andares de jogo e cabaret" (1998:97), um protagonismo cosmopolita, a Rua da Praia Grande era a artéria

onde os *dandies* fervilhavam ao cair da tarde, "*caracolando os seus alazões ou a pé, até ao Passeio Público que era o Jardim de S. Francisco, na época, um jardim fechado e muito frondoso, [...]*" (1997:32).

Quanto à Rua da Felicidade de antanho, ela era o coração do "bairro de amor" de Macau, fazendo parte do "Bazar": se, durante o dia, as casas tinham as janelas fechadas, à boquinha da noite os lampiões acendiam-se e as *pei-pa-chais* começavam a "florear-se de carmim, a perfumar-se." (1997:53). Transitando para as salas de cinema, urge assinalar que havia, na época, o Cinema Victória, onde se demorava o narrador a contemplar os cartazes dos filmes (1998:75), e o Capitol, "a melhor casa de cinema de Macau", na Rua de S. Domingos, metonimicamente conhecida pela Rua das "Mariazinhas": "*Não há português que chegue, para ficar ou que se demore apenas uns escassos dias que não ouça falar das Mariazinhas, as suas lojas e lojecas. Ali se compra tudo o que é útil, barato, acessível e de confeção aprazível ao gosto. Assim diz a fama.*" (1998:73).

Desta digressão turística pela Macau de antigamente, ressalta, mais do que o Hotel europeu "Bela Vista", o "Hotel Riviera", inaugurado com este nome em 1928, mas existindo desde 1880, altura em que é conhecido por "King kee's Hotel", e passando a chamar-se, aquando da sua remodelação em 1924, "New Macao Hotel".

Agente catalisador da saudade de tempos idos e espaço mítico hoje inexistente, não deixam a sua bem documentada história bem como o seu inglório 'passamento' de ser trazidos do olvido para as luzes da ribalta numa crónica homónima: "*Um dos edifícios sacrificados ao camartelo dos construtores civis foi o decrépito "Hotel" Riviera [...] É que, para o velho residente da terra e para os seus naturais, aquele edifício hoteleiro estava*

ya muy alejados de la autobiografía clásica, con la que se identificó el hombre moderno." (2000:29-30).

¹⁴⁹ "O presente escrito [Hotel Riviera] é a reprodução mais desenvolvida da crónica anterior [publicada em 1969 no extinto jornal *Notícias de Macau*] com acrescentamentos e correções de pormenor." (1998:215).

¹⁵⁰ "*Com o seu toque de lirismo reflexivo, o cronista capta esse instante brevíssimo que também faz parte da condição humana e lhe confere (ou lhe devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples situação no diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias.*" (Sá, 2008:11).

¹⁵¹ "Esta [*Amor e dedinhos de pé*] é uma obra de ficção, [...] Da crónica verdadeira, tal como ela se passou, ficou-me apenas um borrão na memória." (2008:s/p); "*Eis a crónica de uma velha história de Macau, [...]*" (2008:286).

¹⁵² Na perspetiva de Fok Kai Cheong (1996: 13), "*Os atos violentos e homicidas de que foram acusados os primeiros portugueses incluíam o rapto de mulheres e crianças para o tráfico de escravos, a captura de crianças para alimento e o desprezo pelas leis chinesas e pela intervenção social.*"

irmanado a muito evento social e histórico e todas as figuras importantes dos últimos cem anos pisaram os seus salões, ponto obrigatório onde antigamente convergiam todos os estrangeiros e todos aqueles que vinham da Metrópole ou doutras partes do Ultramar prestar serviço a estas paragens.” (1998:216).

Após um “zoom” genérico conducente à reconstituição topográfica do pequeno burgo desde os primeiros quartéis do século XX até à atualidade, Senna Fernandes desce a bem gostosos pormenores, incidindo quer nos transportes em voga - o riquexó e a bicicleta, “*veículo muito popular, numa terra com poucos automóveis.*” (1998:92) -, quer na deficiente iluminação pública - “*excetuando as artérias principais, o movimento do burgo morria cedo. Havia assim muito espaço imerso no negrume e sombras.*” (1998: 78) -, quer nos “*vendilhões ambulantes de comidas e sopas de fita.*” (1998:83).

Até as sucessivas epidemias que grassaram antes e ao longo do decénio de 30 na cidade de Macau não escapam à análise denodada do Autor, que traça o seu historial e procede à sua tipologia em função das suas conotações sociais e sentimentais - “*A tuberculose foi também aqui rapidamente uma doença romântica*” (1998:84) -, dos seus períodos sazonais de eleição - “*No verão sufocante [...] era o chamado Hong Kong foot, dolorosas pústulas nos dedos dos pés, [...]*” (1998:85) -, das suas eventuais procedências ou contágios - “*A doença [meningite cerebrospinal] teria vindo de Xangai e doutras regiões da China, [...]*” (1998:85) - e do silenciamento da sua denominação tabu: “*Outras doenças que constituíam um verdadeiro perigo, mas que ninguém se atrevia a bramar em alta voz, eram as doenças venéreas.*” (1998:89).

Neste contexto específico, óbvio se torna que a mentalidade da época, configurada pelos códigos sociais em vigor, é recorrentemente abordada, a começar pela simbologia pouco criptográfica de uma certa missa de domingo: de facto, Chico Frontaria, “*Todo enfarpelado no traje de linho branco, magnífico chapéu colonial, tipo inglês, passeou com ela [a equilibrista alemã de circo], ao domingo, depois da chique missa das onze horas da Sé, pela Rua Central, a visitar as lojas dos ‘mouro-mouros’, [...]*” (2008:22); a mesma situação é detetável em *A Trança feiticeira*, quando o narrador nos informa que Lucrécia, a esposa de Santerra, “*tornou-se fisicamente uma soberba mulher, para quem os homens*

se demoravam a olhar quando ia à missa chique à Sé Catedral, às onze horas dos domingos.” (1993:56). Não parece despreciando um relance, superficial que seja, pelo estatuto social da mulher, vivendo na total sujeição ao companheiro ou marido. Destarte, a dócil tancareira A-Chan (protagonista de uma novela galardoada com o Prémio Fialho de Almeida dos Jogos Florais da Queima das Fitas de 1950 da Universidade de Coimbra), depois de engravidar do marinheiro Manuel, não se coíbe de lhe entregar, meses decorridos, a filha de ambos, já que o futuro, internamente focalizado mediante o discurso indireto livre, não carreará alterações substanciais ao seu parco *modus vivendi*: “*Que existência lhe guardava o porvir? O rio, o eterno e inalterável rio a exigir-lhe as forças até ao alento final. O tancá, os remos, o vaivém na superfície barrenta do porto. Dias incertos, privações. A velhice insegura, a perene escravatura do ofício. Sim, ele tinha razão. Se a filha ficasse, que seria do seu futuro? Ela [A-Chang] podia sofrer porque fora criada no sofrimento, vendida pelos pais a mãos empedernidas. Mas nunca a Mei-Lai, que era tão bonita e se parecia tanto com o marinheiro de olhos azuis.*” (1997:19).

Nos antípodas de A-Chang, a adúltera Pou In troca a vida prestigiante com o seu marido Cheong, na qual avulta como sujeito dominador, por uma existência atribulada com o ator Wong, ao longo da qual mais não conhece do que a escravidão: “*Wong tornara-se um autêntico sorvedouro. As exigências de dinheiro não findavam. As quantias eram cada vez mais vultuosas e ela tinha de dar tratos à inteligência para satisfazer as suas dissipações. [...] Quando o dinheiro não chegava, o amante batia.*” (1997:128).

No que diz respeito à portadora da “trança feiticeira” de nome A-Leng, a sua coragem e determinação vão-se paulatinamente revelando: se, no início, caminha sempre atrás do companheiro, não se inibe de cortar o ar com o varapau em riste, defendendo o belo Adozindo dos zaragateiros de Cheok Chai Un: “*A-Leng não era nenhuma escrava amorfa e inteiramente submissa, retilava quando não concordava e dizia da sua lógica.*” (1993:120).

De realçar, neste contexto, o entronamento da sociedade patriarcal, o olhar nostálgico apontado ao casticismo do passado e veículo do presente atípico – “*[...] numa uniformização dolorosa, monótona e inestética*” (1993:4) – e o cosmopolitismo da Cidade

do Nome de Deus, louvada pela sua tolerância civilizacional, aplaudida pela sua dinâmica de culturas híbridas e/ou pela harmoniosa coexistência de mentalidades distintas desaguando em mútuas cedências: “[...] *Macau, terra bendita de todos os refugiados políticos e de filhos pródigos, [...]*” (1993:55); “*Eram usos e costumes de duas culturas que se misturavam, sem imposição, como se fossem a coisa mais natural deste mundo.*” (1993:130); “*Com o girar do tempo e como resultado de duas culturas, procurando entender-se numa linguagem comum, os filhos falavam ora em português, ou em chinês ou em chinês e português misturados.*” (1993:134); “*A união das suas almas, de formação e cultura tão diferentes, não devia constituir surpresa para ninguém. É Macau...*” (1993:172).

Aliás, segundo David Brookshaw, tradutor inglês de Senna Fernandes,

“Fernandes is a unique figure, for his stories are set in an entirely Macanese world, from which the Portuguese, whether as colonial officials or other representatives of the ‘metropolis’ are largely absent, and even when they do appear, they are essentially background figures. His fiction evokes not only the relationship between the Macanese and Chinese on both a social and a cultural level, but it also focuses on the internal dynamics of social change among the Macanese themselves, [...]” (2004: vii).

3. Convencional no que concerne ao ‘padrão’ de escrita, na qual alternam um cru realismo de base (a que o *patois* confere um gosto aliciante¹⁵³) e um inegável romantismo sentimental, oscilando entre uma trama camiliana e um estilo queirosiano, o tema dos dois romances de Henrique de Senna Fernandes poderia, à partida, resumir-se a uma história de amor entravada por escolhos de ordem vária e redundando num “happy end”, sinónimo de ausência dessa contradição irreconciliável configuradora do trágico. Na verdade, Francisco Frontaria e o “belo Adozindo” (atente-se na recorrência voluntária do epíteto homérico...), caracterizados por um invejável estatuto genealógico, por um letárgico

desafogo financeiro, por um culto idiossincrático do facilitismo e por uma inegável tendência para o hedonismo, vão conhecendo, de incidente em incidente inscritos num crescendo dramático, a desqualificação ignominiosa, da qual paulatinamente se redimem graças à ação salvífica da mulher (A-Leng) que um [o belo Adozindo] havia ferido pela sua indignidade ou à ação maléfica da amásia (A-Tai) que rebaixara o outro [Chico] na sua autoridade. Os seus anos juvenis são determinados quer pela aprendizagem exemplar negativa - suscetível de ser definida em termos de ineficácia do “destinateur bénéfique” e de inautenticidade do “objeto” (1979:35) -, da qual são responsáveis a Titi Bitá (e não o tio Timóteo) de Francisco e as mulheres da casa - “[...] *a mãe, a avó e as tias maternas, uma solteira e outra viúva, uma prima, filha desta, e três criadas*” (1993:9) - que idolatram Adozindo, quer pelo ferrete da formosura que fixa o destino de ambos: “- *Oh, Deus, obrigado por me fazeres tão bonito!*” (1993:10); “*Era também uma criança formosa, asseada, cheirando a sabonete, os cabelos bem penteados [...]*” (2008:8).

No fluir do tempo, a estúrdia carateriológica, acrescida do sabor a interdito de companhias desaconselháveis, do desafio tentador de apostas em mulheres (manipulando sentimentos fingidos e acalentando esperanças falsas de conúbio) e do gosto pela boémia dissipadora de fortunas conduzem Francisco Frontaria e o “belo” Adozindo à total denegação dos valores morais e sociais inicialmente aprendidos. Assim é que Adozindo, embalado pela doce melodia do *mundus mulierum*, seduz Lucrecia que “*Jamais levava a sério*” (1993:60), desonra A-Leng, pensando erroneamente tratar-se de um “*capricho que a seu tempo arrumaria*” (1993:60), é expulso pelo núcleo familiar, desdourado pelo labéu e, desenganado pelo próprio tempo que desmente o suposto “capricho”, acaba por contrair matrimónio com a aguadeira A-Leng, que havia lançado no

sucedâneos desses grandes portugueses. A cativante *língu maquista* revela não apenas o poder de criação e de assimilação dos nossos maiores, como ainda os bons sentimentos, a índole, o espírito cordial e feio bonachão dum povo inconfundível. São predicados que identificam o dialeto com a alma macaense. Maravilha pensar como esse dialeto, criado por necessidade em tempos bem distantes, se pôde ir conservando e desenvolvendo através de tantos anos sem perder o que quer que fosse do seu chiste natural.”

¹⁵³ Veja-se, por exemplo, o seguinte extrato de *A trança feiticeira* (1993: 117): “Sobretudo, um grupo de chachas-velhas que, por entre o boquizar de orações, comentava:

- *Sang obra di amuirona abusadera di Cheok Chai Un! Ferá chá di má-niong-pó. Eloutro ficã ôlo torto, vanguardado.*
- *Qui saião! Certo sang bagate... Coitado di Beba qui tanto lágri já chorá.*
- *Eu dizê bem fêto! Chubi chubi rabo-sarangong virá rabo capido!*

Ver, também, Ferreira (1985:8): “*A docí língu di Macau di tempo antigo é também obra de Portugal. Criaram-na os descendentes que viram o sol brilhar sobre Macau; utilizaram-na pela vida fora os*

descrédito, mas que aprendera a amar. Quanto a Francisco, ele conhecerá tanto a privação humilhante de independência, ao lado da despótica A-Tai, que lhe esportula o magro salário, como a perda de respeitabilidade, ao negociar a transação de A-São, filha de Pão-Sok, vendida a Lam Sang.

Esta adulteração do *eu* moral, mais visível em *Amor e dedinhos de pé* do que em *A trança feiticeira*, é corroborada pela degenerescência do *eu* físico, que a doença, hodologicamente identificada com a lepra, e o crescimento imundo da barba traduzem, bem como pela evolução algo sórdida do nome próprio reduzido a uma alcunha: com efeito, Francisco da Mota Frontaria (tenha-se em atenção a preposição de cariz nobiliárquico) passa a ser conhecido por Chico Frontaria, vulgo Chico, diminutivo ao qual, numa última etapa, se vai juntar o sintagma depreciativo “Pé-Fede”. Além do mais, toma o protagonista consciência clara desta descida ao Hades, questionando-se não raro sobre a eventual superação do seu aviltamento: “Descera tão baixo [...]” (2008:63); “[...] sem esperança de regeneração.” [segundo o Padre Serafim] (2008:69); “Resvalara para um estágio de degradação, muito pior que nos tempos do beco, ao lado da bruta vendilhã ambulante.” (2008:77); “Sempre tivera o pavor de morrer sozinho, [...] Mas agora, amarfanhado pelo inferno dos tormentos, era-lhe indiferente.” (2008:78); “Vacilou. Estava nas últimas, [...]” (2008:203); “Chico debatia-se para apagar toda a indignidade do seu passado.” (2008:217).

Vai-se, desta feita, aproximando a fase da morte/renascimento, específica do romance de iniciação: após a expulsão do espaço originário e familiar, após as ‘provas’ preliminares, físicas e morais, que o herói defronta, moldando o apelo da aventura, e após os confrontos sucessivos com os seus opositores ou antagonistas, conducentes à prostração letal, assiste-se à transformação/ metamorfose do *eu*. Adozindo, depois de uma vivência infernal ao longo de três meses, “Aprendera a conhecer melhor os homens, amadurecera” (1993:94), modificara-se devido à provação por que havia passado e, do ponto de vista de Valdemero, fora transformado por A-Leng: “Homem de temperamento tão polígamo, reduzira-se a querer e a desejar uma só!” (1993:143).

Esta modificação radical, mais patente em Francisco, é sobejamente revelada pelo campo lexical da ressurreição: “Então, apreciou [Francisco] o jardim, a passarada, a calma dormente da paisagem, a branda blandícia do mar. [...] Como se transformara” (2008:233); “Durante a minha doença e convalescença tive muito tempo para meditar. [...] Modifiquei-me, nem me conheço.” (2008:235); “Não basta dizer que me modifiquei.” (2008:236); “Já não era o mesmo.” (2008:250); “Tinha de suportar os teimosos que persistiam em arrastá-lo, não reconciliados com a sua metamorfose.” (2008:251); “Aquele dia era especial, o da reabilitação.” (2008:267). Interessante se torna assinalar que esta metamorfose do *eu* veicula a a expansão do espaço, tendo como ponto de partida a sua diminuição/restricção e como meta o alargamento ou dilatação do seu horizonte, até então fechado, denso, opaco. É só folhear *A trança feiticeira* e passar em revista o quarto da hospedaria - “Não era um lugar respeitável, mais uma casa de passe do que outra coisa.” (1993:81) -, a “casinha, ali para os lados do Hospital Kiang-Wu, dum só piso, mas com sótão.” (1993:83) e, por fim, a ampla casa da Rampa dos Artilheiros, na qual Adozindo viu “o símbolo da sua própria ascensão e saboreou melhor a sua nova situação.” (1993:158).

Por seu turno, Chico Frontaria transita do beco sórdido para a casa de Vitorina Vidal, culminando a sua convalescença na “Areia Preta” bordejada pelo mar: “Lá fora, havia a chilreada alegre da passarada. O galo da capoeira soltava um longo trinado de sultão, zeloso do seu harém. [...] O mar era apenas um murmúrio de confessionário.” (2008:232).

Ora, se o romance de iniciação preconiza a separação indivíduo-família, segundo um ritual mais ou menos dramático, bem como a experiência da tortura, implicando uma morte simbólica à qual se segue o renascimento; se o paradigma iniciático privilegia quer o itinerário circular, entrecortado pela viagem, quer o tempo de crise, sinónimo de clímax narrativo, vivido pelo herói; se o romance iniciático enfatiza, por fim, a metamorfose do “self” passível de extensão às demais personagens do romance que se movem em seu redor, parecem não restar dúvidas de que os dois romances de Henrique de Senna Fernandes são romances de iniciação e não de formação, porquanto este último se aparenta a “la historia de una educación, de un irse haciendo un hombre, de las

experiências, sacrifícios, aventuras, por las que viaja hacia la búsqueda, la conquista de su madurez.” (2001:35).

Fazendo jus à tríade equilíbrio inicial/desagregação do equilíbrio/reconstituição do equilíbrio (1983:40-41), Francisco e Adozindo comprazem-se nos “*maélstroms*” da baixeza e da vilania e, influenciados por Vitorina e A-Leng que descem à cloaca para os resgatar, conseguem ressarcir o mal infligido ou desagrar a afronta passada pela via de um matrimónio por amor, do perdão da família ultrajada e da esperança depositada nos filhos que irão perpetuar simbolicamente a sua regeneração: “*Os noivos [Vitorina e Francisco] guardaram as convenções. [...] Era preciso que se acreditasse, Vitorina ia virgem para o matrimónio. Só os dois sabiam dum deslumbrante segredo. Ela estava grávida.*” (2008:283) / “*Aurélio não sabia se devia partir ou ficar. Os netos mais velhos palravam, com mil perguntas. [...] A-Leng viu o sogro, o coração pulsando precipitadamente. [...] Suavemente, toda enternecida, murmurou: - Entra, pai. Está em sua casa.*” (1993:177).

4. Uma questão que não pode deixar de ser levantada aponta para as características cinematográficas dos dois romances, adaptados para o cinema, de Henrique de Senna Fernandes.

Quedemo-nos, nesta ordem de ideias, na descrição de planos que se sucedem numa gradação crescente, partindo do ponto mais baixo e próximo para atingir o mais elevado e longínquo, firmando, desta feita, a visualidade de uma escrita rica em sinestésias: “*O Largo de Camões dormitava, no rescaldo da canícula. Aqui e ali, nos bancos verdes, velhos e mulheres gozavam os últimos resquícios do sol da tarde. Uma cabeça de rapariga espreitava a rua, [...] Doutro lado, a Casa de Beneficência das madres Canossianas destacava-se no seu recolhimento conventual, [...] Matraquear longínquo de pedras de ‘má-cheok’. [...] Nos cimos da vegetação frondosa do Jardim do Poeta, incandesciam revérberos doirados.*” (1993:156).

Como é manifesto, nota-se uma representação da realidade um tanto ancorada numa visualidade de cariz fílmico ou, por outras palavras, um “travelling” ascendente que permite pontuar a imagem de planos de detalhe (ou macroscópicos, como diria Edgar Morin).

Do mesmo modo, a cinestesia do seu estilo adequa-se na perfeição a uma cena cinematográfica de movimento: “*Já se ouviam murmurações, cada vez mais crescentes. [...] Meia hora depois, magotes de convidados espreitavam pelas janelas, farejando escândalo. [...] Passava outra meia hora quando, no fundo da rua, rebentou o estardalhaço dum gonzo chinês e pífaros, acompanhado de explosões de panchões. [...] Animou-se a casa, [...] às janelas, os convidados eram aos molinhos. Mais pessoas afluíam e espalhavam-se na rua. Em frente da porta, entre palmas, a cadeirinha estacou. Chico pôs-se em pé, casaco azul e calças vermelhas.*” (2008:37).

Neste caso, como é bom de ver, o efeito plástico provém de uma acumulação de imagens razoavelmente estáticas, que, no conjunto, ou seja, numa sintaxe em movimento, engendram um dinamismo que faz lembrar técnicas cinematográficas como aquelas a que o cinema soviético (Kuleshov, Eisenstein) deu particular ênfase (imagens estáticas postas em movimento pela sua acumulação, numa operação sintática em que a soma das partes excede a parcelaridade de cada uma). Também a focalização interna, a par do discurso indireto livre, voz dual congraçando a voz do narrador e da personagem, se revela propícia à eventual intrusão da “voz off”, reforçando a aproximação do leitor relativa ao universo anímico da/do protagonista:

“Chamava-se Vitorina Cidalisa Padilla Vidal, com uma irritante profusão de ‘is’. Vitorina Cidalisa! Se havia nomes mais execrandos! Nenhum apelido acrescentar-se-ia a Vidal, com 32 anos, com aqueles malares que pareciam querer furar a pele, o olho vesgo e aquele corpo chato que os vestidos de saias abundantes não disfarçavam de todo. Como saíra assim magra, não entendia! O pai fora um homem cheio, sem ser gordo, a mãe franzina, enquanto solteira, engordara depois de se casar. Apenas ela não mudara de compleição.” (2008:83).

Por fim, nesta exegese constrangedoramente sucinta, urge abordar a estrutura do romance *Amor e dedinhos de pé*: a primeira parte, *in media res*, intitulada “Chico Pé-Fede”, constitui um “flash-back” cuja amplitude é aproximadamente de trinta anos; a segunda parte, “Varapau-de-Osso”, numa simetria magistralmente calculada em relação à primeira,

mais não é do que uma analepse, com duração similar, colmatando as lacunas do passado de Vitorina: a ‘armadilha’ maquiavélica em que cai Hipólito, o casamento forçado deste com Cesaltina Padilla, o nascimento de Vitorina, a morte de seu irmão Paulinho, e, por fim, o triplo falecimento de seu avô Pablo, do seu amigo Gonçalo Botelho e de seu pai Hipólito Vidal; a terceira parte, aproximando no presente de enunciação os protagonistas Vitorina e Francisco (cujo passado foi significativamente explorado na segunda e na primeira parte), incide nas relações entre “Chico Pé-Fede e Varapau-de-Osso”, posto que, consoante assevera o autor, “*As alcunhas são uma praga, colam-se à pessoa, de modo que, para as apagar...*” (2008:220); a ascensão social é tão-somente consolidada na quarta parte, que se intitula “Francisco e Vitorina”, despindo as personagens os seus epítetos depreciativos para reconquistarem a autoestima perdida do nome: “*Pouco a pouco, amorteceu a curiosidade em volta do casal, perdendo-se as alcunhas de Varapau-de-Osso e Chico Pé-Fede da memória dos vindouros.*” (2008:285).

5. Não deixará de ser interessante proceder, conquanto de um modo lamentavelmente sucinto, a um estudo comparativo, no âmbito da intertextualidade, das obras de Senna Fernandes e de Rodrigo Leal de Carvalho, detetando tanto as afinidades como as divergências estético-literárias.

Para começar, o pano de fundo histórico, cenário de guerra e conflito: em Senna Fernandes, deflagra a “nova guerra entre chineses e japoneses, numa região longínqua chamada Manchúria”, uma “guerra não declarada sino-nipónica” (1993:82-87); no romance *Requiem por Irina Ostrakoff*, somos informados de que “*Nem com o termo da ocupação nipónica cessara a turbulenta efervescência no continente chinês.*” (1993:241); o protagonismo do tema da mulher e do amor, emblematizado por *Amor e dedinhos de pé* e *A trança feiticeira*, bem como por *Ao serviço de Sua Majestade* (1996); o retorno das personagens, preconizado por Rodrigo Leal de Carvalho, em *A IV Cruzada* (o reencontro do leitor com Igor Ostrakoff, marido de Irina, no “Hotel de France”), não verificável nas obras de Senna Fernandes.

Retomando o início deste texto, e pelas razões que temos vindo a apontar e que passaremos, de ora em diante, a resumir, a obra de Henrique de Senna Fernandes deveria ser obrigatoriamente estudada nas instituições onde se aprende a língua portuguesa.

A. *Em primeiro lugar, e numa perspetiva genológica, pelo seu estro multifacetado, que tanta o leva a escrever, com invejável agilidade, uma crónica e uma novela como um romance.*

B. *Em segundo lugar, e numa dimensão temática, pela arte de saber contar estórias, autobiográficas ou não, repassadas de temas universais e, detentoras, por conseguinte, de uma indiscutível modernidade.*

C. *Em terceiro lugar, e do ponto de vista sociológico, pela pintura magistral que faz desse lugar de memória que é a Macau antiga - nunca olvidando o burgo atual num paralelismo/contraste que oscila entre a nostalgia do passado e a fé no porvir -, espaço intercultural e sincrético por excelência.*

D. *Em quarto lugar, pelo estilo acessível, e não hermético, que convida o leitor a penetrar numa diegese em que pululam personagens caracterizadas pela sua humanidade, bipartidas entre o vício e a virtude, mas capazes de sublimarem os seus instintos e de sobrelevarem a indignidade passageira.*

Por fim, não resistimos à tentação de dar a palavra ao Escritor:

“*Em qualquer dos casos, nós temos os nossos símbolos e não é pelo facto de ter nascido em Macau que deixei de amar uma pátria. Eu preciso de uma pátria, que tenho, e da qual sempre gostei e fui criado a amar. Nas escolas aprendíamos a amar Portugal. Aprendíamos coisas portuguesas, e a conhecer o seu significado. Mesmo coisas agrícolas, como o adro ou o arado... sabia lá eu o que era o arado! Temos sempre presentes os símbolos portugueses, como a bandeira e a pátria em si. A pátria é muito mais do que apenas aquele retângulo.*” (Jornal *Tribuna de Macau* de 5 de Outubro de 2010).

Referências Bibliográficas:

- Andrès, Philippe (1998) *La Nouvelle*, Paris: ellipses, col. “thèmes & études”.
 Brookshaw, David. (2004) ‘Introduction’. In Senna Fernandes, *The Bewitching Braid*: Hong Kong University Press, v-x.

Cabibbo, Paola / Goldonio, Annalisa. (1983) *'Per una tipologia del romanzo d'iniziazione'*. In Paola Cabibbo (a cura di). *Sigfrido nel nuovo mondo. Studi sulla narrativa d'iniziazione*, Roma: Editrice universitaria di Roma – la goliardica, col. "Lett(erat)ura, 13-51.

Carvalho, Rodrigo Leal de (1996) *A IV Cruzada. Novela*, Macau: Livros do Oriente, col. "Macau/Leituras".

Carvalho, Rodrigo Leal de (1996) *Ao Serviço de Sua Majestade (Uma História de Amor)*, Macau: Livros do Oriente, col. "Macau/Leituras".

Carvalho, Rodrigo Leal de (1993) *Requiem por Irina Ostrakoff*, Macau: Livros do Oriente, col. "Macau/Leituras".

Cheong, Fok Kai (1996) *Estudos sobre a instalação dos Portugueses em Macau*. Nota de apresentação de Jorge Manuel Flores. Revisão da Tradução de Isabel Flores, Lisboa: Gradiva.

Doubrovsky, Serge (1988) *Autobiographiques: de Corneille à Sartre*, Paris: Presses Universitaires de France, col. "Perspectives critiques".

Ferreira, José dos Santos [Adé] (1985) *Macau di tempo antigo (Poesia e Prosa)*, *Dialeto Macaense*, com "prefácio" de Verónica Garizo, Macau: Edição do Autor.

Goyanes, Mariano Baquero (2001) [1989] *Estructuras de la novela actual*, Madrid: Editorial Castalia.

Grojnowski, Daniel (2005) *Lire la nouvelle*, Paris: Armand Colin, Lettres Sup, col. "Lire".

Molero de la Iglesia, Alicia (2000) *La autoficción en España*, Peter Lang SA.

Sá, Jorge de (2008) *A Crónica*, São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 6ª edição.

Senna Fernandes, Henrique de (1993) *A trança feiticeira*, Fundação Oriente: Tipografia Mandarin.

Senna Fernandes, Henrique de (1997) *Nam Van. Contos de Macau*, Instituto Cultural de Macau: col. "Rua Central".

Senna Fernandes, Henrique de (1998) *Mong-Há*, Instituto Cultural de Macau: col. "Rua Central".

Senna Fernandes, Henrique de (2008) *Amor e dedinhos de pé. Romance de Macau*, Rio de Janeiro: Gryphus; Lisboa: Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas.

Suleiman, Susan (1979) *'La structure d'apprentissage. Bildungsroman et roman à thèse'* in *Poétique. Revue de théorie et d'analyse littéraire*, Paris: Seuil, N°37, 24-42.

(2002), Santiago de Compostela (2003), Bruxelas (2006), Chipre (2007), Valência (2008) e Brasil (2010). Esteve igualmente em mobilidade Erasmus na Universidade Nicolau Copérnico, em Toruń – Polónia (2009).

O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP – Viseu, 2001).

Tendo ensinado Português como Língua Estrangeira no Porto (1992/93) e na Bélgica (2006/2007), é a décima vez que participa com comunicações nos Congressos ligados à Lusofonia (desde novembro/2003 em Bragança, até abril/2010 em Florianópolis, Santa Catarina – Brasil).

Depois de ter publicado o seu primeiro livro "Emma Lazarus – Vida e Obra" em 2008, é presentemente bolsista do PROTEC/2009 ligada ao CETAPS (Centre for English Translation and Anglo-Portuguese Studies) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde se encontra a frequentar o 3º ano do curso de doutoramento em Estudos Anglo-Americanos – vertente Tradução.

Desde 1993 que é docente na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto

30) M^{te} HELENA ANACLETO-MATIAS INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

hanacleto@iscap.ipp.pt; mhelenamatias@hotmail.com

HELENA ANACLETO-MATIAS Licenciada (1988) e Mestre (1997) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Helena Anacleto-Matias completou duas pós-graduações: como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), enquanto bolsista do Parlamento Europeu, e outra em Estudos Norte-Americanos (Smith College – EUA, 1990), com uma bolsa Fulbright.

Publicou artigos em Portugal, Chipre e Países Baixos nas áreas da Linguística, Estudos Interculturais, Literatura, Tradução e Interpretação. Como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura



É SÓCIA FUNDADORA DA AICL
É SECRETÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AICL.

TEMA 3.6. -- FERNÃO, MENTES? – SINTO!- ECOS DA “PEREGRINAÇÃO” NA VIAGEM COMO APRENDIZAGEM EM RICHARD ZIMLER, HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO POLITÉCNICO DO PORTO

Os relatos fantásticos da “Peregrinação” (1614) na Ásia formaram uma escola de pensamento filosófico no imaginário europeu ou pelo menos no imaginário ibérico e, por extensão, no norte-americano.

A partir de um relato de viagem, Fernão Mendes Pinto conseguiu acordar as consciências para novos saberes, novas nomenclaturas e novas mundividências a Oriente, através do contar das suas aventuras.

De que forma é que hoje a “Peregrinação” pode ser tida como responsável por um subgénero literário que é a Literatura de Viagens?

Quais os contornos que a viagem como aprendizagem tomou com o contributo de Fernão Mendes Pinto? Em particular, qual a influência de Fernão Mendes Pinto na obra “Unholy Ghosts” de Richard Zimler?

Com uma breve análise comparativa da obra deste autor norte-americano com passaporte português, procurar-se-á defender a ideia de que ambas fazem parte de um subgénero literário, o do “Romance de Evolução” (*Entwicklungsroman*).

Pretende-se, também, trazer um contributo para os Conceitos da Viagem como aprendizagem individual e coletiva e de como esse conceito foi influenciado pela “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto.

1 – Literatura de Viagens como subgénero

Quando a Literatura Comparada emancipou a Literatura de Viagens como subgénero literário¹, concedeu à Viagem um estatuto de objeto de estudo de importância assinalável. Particularmente no âmbito dos Estudos Pós-Colonialistas, a Literatura de Viagens tem desenvolvido cada vez mais o interesse de estudiosos na perspetiva de análise da relação do Eu com o Outro, em que há, infelizmente, a tendência para o Europeísmo no que toca ao ponto de vista do Sujeito que estuda.

Na realidade, os Estudos Pós-Colonialistas vieram focar-se nos povos ex-colonizados nos locais onde antigamente se via apenas o Outro como diferente do Europeu colonizador.

A tendência para o etnocentrismo europeu é, portanto, relegada para segundo plano na ótica dos estudos Pós-Colonialistas, havendo, assim, um deslocamento da mesma: as comunidades africanas, do Extremo Oriente, das Américas e da Austrália ganham um novo interesse para os antropólogos, sociólogos, linguistas e, obviamente, também para os estudiosos da Literatura, enquanto Sujeitos que já não são o Outro, mas sim um Eu, com valor autónomo.

Homi Bhabha atacou a produção da civilização ocidental que defende as oposições binárias. Em *The Location of Culture*¹⁵⁴, Bhabha defendeu que essas relações binárias incluem o centro/margem, o civilizado/selvagem, e o esclarecido/ignorante. No dizer de Homi Bhabha, estas relações binárias são prejudicadas pelo facto de os primeiros pretenderem dominar os segundos termos dos pares binários. Além disso, para Bhabha a noção de “hibridismo cultural”² propõe o conceito das relações interculturais serem interativas, pelo que se influenciam em várias direções e não só binariamente.

Propõe-se aqui uma perspetivação metodológica dos Estudos Literários Pós-Colonialistas para a abordagem do conceito da viagem como aprendizagem.

A “Peregrinação” foi escrita em Portugal, vinte e um anos depois de Fernão Mendes Pinto ter viajado pela Ásia enquanto mercador, missionário e aventureiro; “Unholy Ghosts”

1 Especialmente a partir dos anos 90.

2 Bhabha, Homi, *The Location of Culture*, Nova Iorque: Routledge, 2004 (1ª edição 1994).

3 In Rutherford, Jonathan, “The Third Space. Interview with Homi Bhabha” in Lawrence and Wishart (eds), *Identity: Community, Culture, Difference*, Londres: Lawrence and Wishart, p. 216 et alli.

foi publicado nos Anos Noventa nos Estados Unidos da América por Richard Zimler, um escritor norte-americano naturalizado português, e constitui a preocupação central do trabalho de doutoramento que se tem levado a empreender desde 2008.

A "Peregrinação" tem sido apontada como um *"tipo de escrita, sem grande pretensão estética e de carácter essencialmente prático e noticioso, [que] saciava a sede de conhecimento dos europeus"*⁴ e tinha a intenção didática de ensinar a um europeu como deveria proceder no desempenho mercantil no Oriente.

Por outro lado, "Unholy Ghosts" tem não só um conteúdo estético-erótico, mas também didático, pois chama a atenção para uma problemática que ainda, escusadamente, constrange muitos leitores, e que reside essencialmente na exposição da relação entre SIDA e homossexualidade, de carácter interventivo e desmistificante.

Aparentemente, muito separa estas duas obras: quase quatrocentos anos separam a escrita das duas, uma é um relato que se diria de intenções jornalísticas nos dizeres de hoje e a outra é um produto ficcional construído.

Mas também há outra característica que as une: ambas são um *Entwicklungsroman* – "romance de desenvolvimento" – através do crescimento, no dizer dos alemães.

O propósito deste artigo é articular as duas obras como havendo ecos da "Peregrinação" em "Unholy Ghosts" no que toca ao tema da viagem como aprendizagem – uma enquanto aprendizagem do Outro (aquele que vive no Oriente) e a outra enquanto aprendizagem do Eu (neste caso, a personagem principal, que não o Narrador, aliás autodiegético, o António de "Unholy Ghosts").

Em ambas as obras existe a noção fundamental da viagem enquanto temática: se em "Peregrinação" a viagem é *pelo* Oriente, em "Unholy Ghosts" é *para* Oriente; de Portugal para um centro cultural da Europa – Paris.

Em ambas as obras, o desenvolvimento das aventuras faz-se por meio da viagem: se em "Peregrinação" a viagem é demorada e por paragens nunca dantes vistas, em "Unholy Ghosts" a viagem faz-se de carro americano pela Europa, através da dimensão psicológica das personagens com rumo a um desfecho inesperado da revelação "pecaminosa", num dizer pequeno burguês dos fins do século XX.

2 – Viagem: Tema e Noção

Na realidade, o tema da viagem está no imaginário cultural de qualquer ser comum, pelo menos na civilização ocidental: quando os estudantes terminam os seus cursos, confraternizam numa viagem de finalistas, que marca o ritual de passagem do estatuto de estudante para o de profissional, na idade adulta.

A viagem de lua de mel, que muitos casais recentes experimentam juntos, marca igualmente o ritual do estado de solteiro, viúvo ou divorciado para casado ou unido de facto.

Nas culturas chamadas do Novo Mundo, nomeadamente nos Estados Unidos da América do Norte, a viagem adquire uma simbologia evocativa própria: foi a partir de uma longa viagem por mar que os primeiros colonos europeus se deslocaram para os territórios americanos.

Foi também através de uma viagem, aliás involuntária e desumana, que muitos homens africanos se viram obrigadas a emigrar para as colónias europeias nas Américas, sob a condição de escravos dos colonizadores brancos.

Mas a viagem enquanto fomentadora de progresso surgiu na simbologia da noção do conceito de "Go West". Tendo em conta que a colonização europeia dos territórios dos Nativos-Americanos, vulgo Índios, começou pela costa Leste da América por ser a mais próxima do mar, aquela foi-se expandindo em direção ao interior continental, no sentido de ir para o Oeste. Nasceu a noção da conquista do novo território, que foi, horrivelmente, aniquilando os povos autóctones à sua passagem. A descoberta e a colonização dos planaltos e planícies do interior dos estados da União até chegar à fronteira com o Oceano Pacífico tornaram-se uma experiência de vida, aliás tornada mito pelo imaginário cinematográfico de Hollywood.

O objetivo era sempre ir na direção do ocidente na conquista de território até à Califórnia. A construção dos caminhos de ferro e a descoberta da existência de ouro nos rios e minas californianos atraiu outro tipo de imigração, a chinesa, no século XIX, para o

Novo Mundo. O chamado "Gold Rush" atraiu muitos milhares de imigrantes a apostar nos EUA.

Mas também já no século XX, a tendência para ir para o Ocidente nos Estados Unidos da América foi um princípio que moveu alguns intelectuais, nomeadamente pintores e escultores, bem como poetas e romancistas norte-americanos.

Referimo-nos, nesta instância, às décadas de 50 e 60 e à "Beat Generation". Alguns dos principais nomes da "Beat Generation" eram, na poesia, Allen Ginsberg, com "Howl" (1956) e, no romance, Jack Kerouac com "On the Road" (1957).

Este romance influenciou os jovens dos anos 60, que punham uma mochila às costas e partiam à descoberta do mundo. Os princípios pelos quais se regiam filosoficamente os membros da Geração Beat eram sexo livre, drogas e música. "On the Road" retrata a viagem de dois jovens – Sal Paradise e Dean Moriarty – que atravessaram os EUA da Costa Atlântica à Costa do Pacífico.

Acredita-se que Sal Paradise, a personagem principal, seja o próprio Jack Kerouac. Também são encontrados no livro alguns escritores na forma de personagens, como Allen Ginsberg, como Carlo Marx, e William Burroughs, como Old Bull Lee.

Este livro influenciou a música, desde o rock ao pop, os movimentos hippies e, mais tarde, até o movimento punk ^{5, 155}

2.1 – Rito de Passagem: a Viagem

Quanto à noção da viagem como rito de passagem, no dizer de William Almeida de Carvalho em "O Rito de Iniciação: uma Abordagem", há diversos ritos que podem ser estudados,

*"tais como: da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, da gravidez e parto, do nascimento, da infância, da puberdade, da iniciação (...), da ordenação, do noivado, do casamento, dos funerais, das estações, etc. (...) o esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria ritos preliminares (separação), liminares (margem), e pós-liminares (agregação) (...) Nas nossas sociedades modernas só há separação um pouco nítida entre a sociedade leiga e a sociedade religiosa, entre o profano e o sagrado... Entre o mundo profano e o sagrado há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de um ao outro não pode ser feita sem um estágio intermediário (...); esta passagem é acompanhada por atos especiais que, por exemplo, constituem, para os nossos ofícios a aprendizagem."*⁶

E historicamente a noção de viagem também é controversa: apesar de haver a ideia, errónea, aliás, de a Idade Média ter sido uma era fechada, sem viagens, havia os Monges peregrinos que andavam de Mosteiro em Mosteiro. Segundo Ana Paula P. Dias, da Universidade do Minho:

"Com essas viagens, surgem relatos que podem ser agrupados em três grandes grupos de textos, nos quais é possível identificar os motivos principais do respetivo imaginário: o dos mareantes, mercadores e populações urbanas (de que o Livro de Nicolau Venetto ou o Livro de Marco Polo são exemplo), o dos nobres e o dos clérigos e dos letrados. Estas narrativas de viagem medievais distribuem-se, pois, por diferentes quadrantes e encontram-se ligadas a diferentes motivações mas, no geral, são um terreno de exploração difícil, suscitando problemas no que se refere às suas origens, variantes, receção, transformação e mesmo significação. No entanto, todas parecem implicar verdadeiros códigos de conduta, explicitando modelos de comportamento e construindo paradigmas de virtude, cristalizados nos seus heróis.

*Em termos do imaginário clerical, é possível encontrar uma literatura hagiográfica constituída por relatos de vidas de santos e de peregrinações. Estas últimas, como prática cultural que se sobreponha à vida terrestre, exprimam a inutilidade deste mundo, constituindo-se como uma procura e uma demanda."*⁷

4 In Maria Alice Arruda. (2007). "O discurso sensorial da *Peregrinação*," Revista de Filología Românica, Madrid: Univ. Complutense. Anejo V, Jóvenes Investigadores, Los sentidos y sus escrituras, pp. 80-98, p. 81.

5 In http://pt.wikipedia.org/wiki/On_the_Road (consulta: 14/fev/2011).

6 In www.thegoatblog.com.br/cadenafraternal/.../087_inicia_o_almeida.doc (consulta: 14/fev/2011).

7 In <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/tetras/ensaio40.htm> (consulta: 14/fev/2011).

8 http://www.iep.uminho.pt/aac/hsi/a2005/Descobrimientos/viagens_de_descoberta.htm (consulta: 14/fev/2011).

9 In Lima, Francisco Ferreira. (1994-95). "De Caminha a Mendes Pinto: Brasil, Extremo Oriente e Outras Maravilhas" in Revista de Filología Românica. Madrid: Univ. Complutense. Nr 11-12, pp. 81-96.

10 Idem, p. 92.

11 In Maria Alice Arruda, op cit

12 Sá da Costa, "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto", 1961.

Quanto às viagens das Descobertas do século XV, nomeadamente da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, D. João II não chegou a ver concretizado o seu projeto de atingir a Índia por mar. Foi no reinado do seu sucessor, D. Manuel, que esse objetivo foi atingido.

Em julho de 1497, partiu de Lisboa uma armada comandada por Vasco da Gama. Depois de uma escala em Cabo Verde, que já era comum nestas viagens, a armada afastou-se da costa ocidental africana, aproveitando os ventos e as correntes favoráveis. Em 1498, depois de dez meses de viagem, os navios atingiram *Calecute*, na Índia. Ficou, assim concluída, a ligação marítima entre os continentes europeu e asiático.¹⁵⁶⁸

Mas a viagem é por si só uma aventura de descoberta e a descrição da mesma constitui a Literatura de Viagens. Afirma Francisco Ferreira de Lima:

“Para cada Marco Polo, que foi, olhou e viu, há dezenas de Mandeviles que vão – quando vão –, olham e não veem, viajantes para os quais prescinde-se [sic] a viagem. Aquele viaja para ver o que ainda não viu; estes, para ver o já visto. O não visto para eles será sempre rigorosamente simétrico ao já visto. E quando tal simetria não puder ser engendrada – na verdade ela jamais o é – tanto pior para o novo, obrigado a travestir-se de velho e familiar conhecido.”⁹

3 – A Viagem como Aprendizagem: comparação breve entre “Peregrinação” e “Unholy Ghosts”

Também Richard Zimler é como um Marco Polo: vai e vê o que nunca foi visto antes, ao relatar a viagem das três personagens pela Ibéria e por França, a bordo de um automóvel norte-americano. Com a visão de um nova-iorquino, o triângulo do Professor-Miguel-António faz, à medida que avança nos quilómetros, uma incursão pelo interior da densidade de sentimentos dos três homens. Mais adiante, afirma ainda Lima:

“Fernão Mendes Pinto não é nenhum deslocado no tempo; (...) prefiro vê-lo como um homem do seu tempo, e profundamente vinculado ao seu tempo, (...) imerso no seu tempo, [foi] capaz de olhar e ver o seu tempo como nenhum outro homem.”¹⁰

Também o Narrador autodiegético de “Unholy Ghosts” fala do que o preocupa na década de 90 do século XX: a problemática da epidemia da SIDA, o tal “eclipse viral” no dizer de Zimler, que mudou a sexualidade naquela década.

Segundo Maria Alice Arruda, a “Peregrinação” causou

“[u]ma espécie de abertura para um novo mundo, um retrato elaborado por meio da linguagem, descrevendo, conceituando economicamente, digamos assim, as terras novas, aliando o exotismo das paisagens ao interesse económico”¹¹.

Dizia António José Saraiva, no seu prefácio à edição Sá da Costa de 1961 da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto:

“Hoje em dia, Fernão Mendes Pinto pode considerar-se um desconhecido. Não só porque a Peregrinação deixou de ser lida fora de Portugal, mas porque os leitores portugueses nem sempre se dão conta do rico conteúdo que o livro encerra. Os eruditos continuam a discutir o problema da veracidade ou autenticidade da informação geográfica da “Peregrinação”. Uns batem-se a favor, outros contra. E esquecem o essencial: que a “Peregrinação” é, antes de mais, uma obra de arte de grande classe, uma das maiores criações romanescas saídas da Península Ibérica. É como obra de arte ou, mais precisamente, como expressão de uma consciência e de uma realidade através da ficção, que me parece que importa considerá-la, marcando o seu lugar com o seu significado dentro da história do romance na Península Ibérica e dentro da história das ideias na literatura europeia.”¹²

E se “Peregrinação” influenciou a literatura de viagens, estas encontram eco no essencial do enredo de “Unholy Ghosts”, pois é à medida que a sua viagem decorre, que o Triângulo Professor-António-Miguel vão encontrando a sua identidade sexual, a sua relação psicológica triunívoca e a descoberta de si próprios enquanto elementos que preferem viver nas margens e não no centro do sistema, o tão chamado *establishment*.

Em “Unholy Ghosts,” o tema da viagem é central e é o essencial de “Peregrinação”. Atenemos num episódio desta obra de Mendes Pinto: numa missão, Mendes Pinto chegou à cidade de Patane, que era localizada num porto da costa malaia, junto ao golfo de Sião (que é hoje a Tailândia). A comunidade portuguesa local dedicava-se ao comércio no Sião. António de Faria navegou num barco de mercadorias, mas logo que atracou no porto, o navio foi assaltado e afundado pelo pirata Coja Acém. António de Faria jurou

vingar-se e foi logo em busca do corsário, levando Fernão Mendes na tripulação. Segue-se a descrição de uma viagem de aventuras extraordinárias pelos mares e pelas costas do Sião, e também da Cochinchina, pelas margens do Anão, do Tonquim e da China, pelo sul. O capitão António de Faria luta com as tempestades e os piratas daquelas águas, fez e refez em combates que se sucedem três vezes em fortunas. Consegue encontrar o tal pirata de quem se quer vingar e vence-o em batalha naval. Essa conquista, com os despojos, tornou-o riquíssimo.

O enredo de “Unholy Ghosts” também relata aventuras de viagem, mas uma viagem que é não só física, pela Ibéria até Espanha; ela é, também uma viagem sentimental, à semelhança de “Viagens na Minha Terra”, de Almeida Garrett, que entrelaça acontecimentos históricos com uma novela sentimental entre Joanhina, Carlos e Georgina. “Unholy Ghosts” relata uma viagem em que as três personagens principais se debatem com os seus próprios sentimentos internos e, em simultâneo, se descobrem numa relação triunívoca.

A sinopse poderia ser apontada da seguinte forma: a história passa-se nos anos 90, quando um rapaz portador do vírus VIH descobre que está infetado. Impõe-se a consciencialização que a vida dele terá, necessariamente, uma duração mais curta, pois, mais tarde, poderá vir a sofrer de sintomas de uma doença dita terminal.

O seu professor de música, que é o Narrador da história, quer acompanhá-lo nos momentos que se seguem à notícia de que é portador do dito vírus; além de anteriormente ter estado envolvido com António, o Narrador tem uma larga experiência de perda de contacto com entes queridos que morreram vitimados pela SIDA, a começar pelo seu irmão, Harold.

O Professor quer apoiar António em todos os sentidos: tolera a sua revolta e todos os maus-modos deste no período pós-traumático de consciencialização que vai ter uma morte prematura. O Professor luta com a noção da esperança que não quer que o seu aluno a perca e é seu objetivo que António faça uma audição de guitarra clássica com um determinado professor, José María Landero, que trabalha no Conservatório de Paris.

Então, o Professor decide alugar um automóvel americano de grande porte, um Thunderbird, modelo de 1965, para empreender a viagem com António para a capital francesa, onde solicitará a tal audição no Conservatório.

O Professor escolhe um carro americano porque é originário do seu país, porque se parece com o automóvel do *Batman* e esse pormenor transporta-o para o seu sonho de infância, quando lia a banda-desenhada e via filmes de desenhos animados. O Professor olha para o futuro que pretende que seja promissor para o seu aluno e antigo namorado, mas com os olhos das próprias recordações da infância perdida, no dizer de Sophia de Mello Breyner, do estado de inocência versus o de experiência, no dizer de William Blake e das recordações de uma década (1970-80) em que ainda não se falava no flagelo da SIDA.

Para encetar a viagem entre o Porto e Paris, diferentemente dos colonos americanos que iam para Oeste, o Narrador, António e o pai, Miguel, que insiste em acompanhá-los, vão para Leste, em direção ao Nascente, como que em busca de uma redenção e uma nova vida para António, com aulas de música com um professor que o Narrador considera melhor do que ele.

Por outro lado, o facto de irem para o Nascente, prende-se não somente com o facto óbvio de Portugal se situar no extremo ocidental da Europa, mas, simbolicamente, com a tradição enraizada no espírito nacional, no imaginário coletivo português de o país “*estar de costas voltadas para a Europa*”, num período da pré-adesão à União Europeia, e com o estar “*orgulhosamente só*”, nos tempos da ditadura salazarista.

A personagem do Professor de guitarra, ao mesmo tempo um Narrador autodiegético, é um Norte-Americano fugido do Novo Mundo para o Velho Continente devido às memórias que o atormentam, os tais “Espíritos Profanos”, e quer recomeçar uma nova vida, refugiando-se também este, no Leste – daí que, simbolicamente, a nova vida redentora de António, que o resgatará da morte certa e próxima, terá que se dar a leste de Portugal.

Por outro lado ainda, Paris é um grande símbolo de referência cultural e oportunidades de carreiras artísticas muito maiores que no Porto, motivo pelo qual o Narrador quer levar António para França.

Daí que o tema da viagem permeie toda a obra de “Unholy Ghosts”: a nível psicológico, o Narrador vê a ida de carro para Paris como uma lua de mel com António, que afinal é condenada ao fracasso, já que Miguel insiste em constituir um triângulo, paródia do tradicional triângulo amoroso, em que há tradicionalmente dois elementos do mesmo sexo em competição pelo amor do terceiro elemento, do outro sexo. Na realidade, o pai de António, Miguel, quase exige acompanhá-los nessa viagem, a qual se torna numa viagem de aventura e liberdade; é uma “viagem de finalistas” já que António interrompe os estudos na fase final do ano académico, propondo ao seu professor que se submeta aos exames finais na Época de setembro.

Assim, a viagem é como que um rito de passagem do seu estatuto como aluno no pequeno centro cultural, que é o Conservatório de Música do Porto, para o Conservatório de Paris, a “cidade-luz”; é um rito de passagem da idade da inocência, em que António pratica guitarra no seu quotidiano, para a idade da experiência, no dizer de William Blake, com as suas Canções de Inocência e de Experiência. Aí, António conquistará uma formação musical para ser concertista de guitarra clássica; é um rito de passagem da juventude pré-síndrome da imunodeficiência humana adquirida para a idade adulta, condenada a uma morte prematura eminente.

4 – Conclusão

Com este breve estudo, pretendeu-se desenvolver a ideia de uma análise comparativa entre a “Peregrinação”, de Fernão Mendes Pinto (1614) e “Unholy Ghosts”, de Richard Zimler (1991) enquanto romances de “Desenvolvimento” (*Entwicklungsromane*).

A viagem foi vista como um rito de passagem de uma idade para um outro estágio e, especialmente, a viagem como aprendizagem. A “Peregrinação” é uma viagem fabulosa

para o Oriente e “Unholy Ghosts” é uma viagem para o interior dos sentimentos de um triângulo amoroso complicado que se vai desenhando com destino final Paris.

A relação entre o Eu e o Outro processa-se de maneira diferente nas duas obras: na mais antiga o Outro está ainda a ser descoberto no Oriente por um Eu eurocêntrico; na obra mais moderna, o Eu e o Outro estão em confronto permanente devido à dimensão psicológica das personagens principais. Além disso, a primeira cria uma sociedade com informação sobre um outro mundo, um mundo que se adivinhava novo e diferente na sua dimensão cultural entre a Europa e a Ásia.

Na segunda obra, a sociedade opõe-se, com os seus preconceitos do “sistema instituído” pelo senso comum, à noção de conceção de vida marginal, no sentido da fuga do centro para as extremidades do cânone e padrões sociais. Acima de tudo, a sociedade cria estereótipos a partir do modelo proposto pelo Narrador da primeira obra e na segunda há uma assunção da perspetiva desviante e, sobretudo, transgressora dos preconceitos instituídos.

Em “Peregrinação,” Fernão Mendes Pinto foi acusado de mentir nos seus relatos extraordinários do que viu no Oriente; a viagem em Richard Zimler adquire a dimensão do sentimento. Mendes Pinto abriu portas para a viagem; Zimler viajou com as suas três personagens também para o Oriente e, principalmente, mostrou uma viagem dentro dos sentimentos daquelas.

Se com a “Peregrinação”, Fernão Mendes foi acusado de mentir, pela sua descrição poder parecer fantasiosa demais (e daí a pergunta do título: “– Fernão, mentes?”), a resposta quanto à viagem do Narrador de Richard Zimler, por ser uma viagem pelos sentimentos de três homens em busca de si próprios, poderia ser “– Sinto!”

Bibliografia Primária:

Pinto, Fernão Mendes, “Peregrinação”, Lisboa: Sá da Costa, 1961.
Zimler, Richard, “Unholy Ghosts”, Nova Iorque: Gay Men’s Press, 1991

Bibliografia Crítica:

Arruda, Maria Alice. (2007). "O discurso sensorial da *Peregrinação*," Revista de Filologia Românica, Madrid: Univ. Complutense. Anejo V, Jóvenes Investigadores, Los sentidos y sus escrituras, pp. 80-98;

Bhabha, Homi. (2004). *The Location of Culture*. New York: Routledge, (1st edition 1994);

Carvalho, William Almeida (1997) "O Rito de Iniciação: uma Abordagem Antropológica", in *Cadernos Antropológicos*. Brasil Ed.. Nr 6, pp 14-26;

Lima, Francisco Ferreira. (1994-95). "De Caminha a Mendes Pinto: Brasil, Extremo Oriente e Outras Maravilhas" in *Revista de Filologia Românica*. Madrid: Univ. Complutense. Nr 11-12, pp. 81-96;

Rutherford, Jonathan. (1990). *The Third Space*. Interview with Homi Bhabha in Lawrence and Wishart (eds.). *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart, pp. 207-221;

Videografia aconselhada:

<http://www.youtube.com/watch?v=i13OdLX0lew> (1 de 5 partes) (consulta 26/set/2010);

<http://www.youtube.com/watch?v=5knEZsr5y4c&feature=related> (2 de 5 partes) (consulta 26/set/2010);

<http://www.youtube.com/watch?v=pA-Ag7oVhqq> (3 de 5 partes) (consulta 26/set/2010);

<http://www.youtube.com/watch?v=X11IZGTYkk> (4 de 5 partes) (consulta 26/set/2010);

<http://www.youtube.com/watch?v=8Y8sgwaEW2Q> (5ª. e última parte) (consulta 26/set/2010).

<http://vimeo.com/2647142> (consulta 26/set/2010)

Webgrafia (por ordem cronológica da consulta):

http://www.google.pt/#hl=pt-PT&source=hp&biw=1276&bih=606&q=Fern%C3%A3o+Mendes+Pinto+-+A+Peregrina%C3%A7%C3%A3o&aq=f&aql=&aq=&og=&gs_rfai=&fp=636de7b2b72d9bc9 (consulta 26/set/2010)

http://www.google.pt/#q=Fern%C3%A3o+Mendes+Pinto+-+A+Peregrina%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-PT&biw=1276&bih=606&prmd=vno&source=univ&tbs=vid:1&tbo=u&ei=DUEfTOWmFZWtjAeq092aDQ&sa=X&oi=video_result_group&ct=title&resnum=11&ved=0CE4QqwQwCg&fp=636de7b2b72d9bc9 (consulta 26/set/2010)

http://www.vidaslusofonas.pt/fernao_m_pinto.htm (consulta 26/set/2010)

https://lojas.ci.uc.pt/imprensa/product_info.php?products_id=341 (consulta 26/set/2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Fern%C3%A3o_Mendes_Pinto (consulta 26/set/2010)

<http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=74&p=85&o=p> (consulta 26/set/2010)

http://bibliotecajoanina.uc.pt/obras_raras/perigrinacao (consulta 26/set/2010)

http://www.artmuseum.gov.mo/showcontent.asp?item_id=20051022010200&lc=2 (consulta 26/set/2010)

<http://carreiradaindia.net/seccao/peregrinacao-fernao-mendes-pinto/> (consulta 26/set/2010)

http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=5621 (consulta 26/set/2010)

<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/fpinto.htm> (consulta 26/set/2010)

<http://www.rtp.pt/gdesport/?article=88&visual=3&topic=1> (consulta 26/set/2010)

<http://ocastendo.blogs.sapo.pt/428275.html> (consulta 26/set/2010)

http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/en/Homi_K._Bhabha (consulta 08/fev/2011);

http://pt.wikipedia.org/wiki/U.S._Route_66 (consulta 09/fev/2011)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Easy_Rider (consulta 09/fev/2011);

<http://www.legendsofamerica.com/66-info.html> (consulta 09/fev/2011)

<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/ensaio40.htm> (consulta 14/fev/2011)

http://www.iep.uminho.pt/aac/hsi/a2005/Descobrimentos/viagens_de_descoberta.htm, (consulta 14/fev/2011)

http://pt.wikipedia.org/wiki/On_the_Road (consulta 14/fev/2011)

31) **M^a HELENA ANÇÁ, CIDTFF, UNIVERSIDADE AVEIRO, PORTUGAL**

MARIA HELENA ANÇÁ, (mariahelena@ua.pt) é Professora Associada, com agregação, Departamento de Educação, Universidade de Aveiro (Portugal).

1. Doutoramento em Didática do Português, Universidade de Aveiro (1991). Agregação em Educação, Universidade de Aveiro (2009).

2. Investigação desenvolvida (essencialmente em Português Língua Não Materna/PLNM):

i) Orientação científica - 3 teses de doutoramento defendidas, 1 concluída, 2 em conclusão, 1 em curso; 24 dissertações de Mestrado defendidas.

ii) participação em projetos de investigação nacionais e internacionais, como membro ou coordenadora, dos quais se destacam:

– "A Língua Portuguesa e o seu Ensino em Cabo Verde (1994- 96) e Angola (1997/98), financiamentos pontuais (FCG, Grices, CIDTFF/FCT). Investigadora responsável/coordenadora.

– "Aproximações à Língua Portuguesa: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal" (POCI/CED/56110/2004), 2005-07. Investigadora responsável/coordenadora.

iii) comunicações e publicações nacionais e internacionais várias.

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL.

TEMA 3.4. “EM TORNO DA LÍNGUA PORTUGUESA: SABERES E CRENÇAS DE AFRICANOS NÃO ESPECIALISTAS”, M^a HELENA ANÇÃ (MARIAHELENA@UA.PT) CIDTFF/UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PORTUGAL)

Introdução

Portugal, ao longo destas últimas décadas, na sequência de acontecimentos nacionais e internacionais, consolidou a vocação de país de imigração, mantendo, no entanto, a sua vocação de emigração.

Segundo o último Relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteira/SEF, o total da população estrangeira legalizada corresponde a 451.191 cidadãos, em Portugal, com um crescimento, em 2009, de 3,16%. As comunidades cabo-verdiana e angolana ocupam respetivamente os 2º e 3º lugares em termos de comunidades lusófonas mais representativas, sendo a brasileira a primeira (SEF, 2010).

No contexto de partilha da Língua Portuguesa (LP), estes sujeitos têm desta língua conhecimentos próprios, advindos de muitos lugares e tempos, não só das aulas de LP, mas também de reflexões pessoais desenvolvidas interiormente, ou entre pares, ou ainda em interações com nativos.

Numa perspetiva educativa, defendemos a importância de aceder e rentabilizar esses conhecimentos, ou ‘saberes vulgares’, normalmente afastados dos contextos formais, onde unicamente são privilegiados os saberes eruditos. Pela presença de cabo-verdianos e angolanos na sociedade e na escola, e tendo como referência os saberes de ‘*real people*’ (Niedzielski & Preston, 2003: vii), um pouco na linha da *Folk Linguistics*, interrogamo-nos:

- Que perceções têm sobre a LP e sobre a sua aprendizagem? Como constroem crenças sobre esta língua? Que diálogos estabelecem com/entre a LP e a língua materna/língua nacional/ outras línguas?

Neste cenário, e com base em entrevistas semiestruturadas, analisámos os discursos de quatro cabo-verdianos e de quatro angolanos, adultos, residentes em Lisboa e Aveiro.

Os saberes vulgares, de sujeitos não especialistas, sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, têm uma relevância social e educativa evidente, sendo conhecimentos fundamentais quer para o professor de Português, quer para a área da Didática do Português Língua Segunda (DPL2), em geral.

1.Referencial teórico

Num contexto de Portugal multicultural, em que a presença de africanos se faz sentir ‘desde sempre’, mas, com especial evidência, a partir da descolonização dos territórios ultramarinos em África, a questão da educação em português ganha uma dimensão primordial. Parece-nos, contudo, que importa compreender inicialmente as perceções destes sujeitos sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, antes de encetar reflexões ‘no abstrato’ sobre modalidades de ensino da língua.

Desta forma, este texto¹⁵⁷ recupera os ‘saberes vulgares’ (*naifs*, Jodelet, 1989), assim como as representações metalinguísticas vulgares, de Beacco (2001, 2004), cruzando a *Folk Linguistics* (Niedzielski e Preston, 2003; Preston, 1993, 1996; Paveau, 2008). Assim, é focalizada a LP e a sua aprendizagem, convocando dois conceitos-chave: RM e *Folk Linguistics* /linguística folk.

O primeiro conceito assenta na possibilidade de qualquer indivíduo, independentemente do seu conhecimento mais ou menos académico/erudito, possuir saberes ‘naturais’ sobre o mundo e sobre as línguas. Quando a reflexão se debruça sobre a língua, esses saberes, explicitados ou não, conscientes ou não, controlados ou não, convergem em RM. Aliás, como nos diz Trévisse (1996: 24), qualquer aprendente tem atividade metalinguística e exercita-a independentemente do grau de sofisticação das suas RM e da adequação desta atividade e dessas representações à realidade linguística.

¹⁵⁷ Este texto retoma alguns aspetos de Ançã (2009) e Ançã (2010).

Para contextualizar o conceito de RM, convém situar a sua origem na linguística, tendo sido, mais tarde, apropriado pela didática das línguas, de início com autores muito próximos da linguística (Trévisé, 1996; Véronique, 1990, entre outros). O campo das RM, contudo, foi recobrando aspetos sociolinguísticos (Deprez, 1997) e o conceito foi necessariamente alargado.

Mais especificamente, no que se refere à apropriação de línguas, definiremos RM como o conhecimento (entre o epilinguístico e o metalinguístico¹⁵⁸), que o sujeito tem/julga ter sobre a língua, ou línguas, sobre o seu funcionamento e sobre a sua apropriação (dificuldades autopercionadas, por exemplo). Assim, qualquer discurso metalinguístico (descritivo-explicativo) se integra neste âmbito. As RM englobam o 'saber não erudito' e/ou 'saber metalinguístico ordinário', não se esgotando nele, e inscrevem-se ainda num tipo de saber mais geral (sobre o mundo, sobre as coisas), – o saber 'naif' ou vulgar (Beacco, 2001, 2004; Jodelet, 1989).

É nossa convicção que, no quadro da educação em português, a integração dos saberes do sujeito 'vulgar', no que respeita às RM e à sua construção/desconstrução será uma mais-valia. Associadas a estas, podemos encontrar as representações sociolinguísticas, naquilo que Dabène (1994) designou por: i) 'consciência normativa', quando focaliza as representações do sujeito sobre a gramaticalidade e a aceitabilidade dos discursos, seus e dos outros; ii) 'consciência sociolinguística' ao posicionar a língua em sociedade, tendo em conta as representações do sujeito sobre as línguas (materna e segunda), as suas áreas de emprego, de divulgação que vão determinar certas atitudes face a essas línguas.

Uma perspetiva desta índole, movendo-se entre fronteiras sociolinguísticas, e recuperando as vozes de sujeitos leigos em linguística, autodefinidos como não especialistas, parece não estar desligada da linguística *folk*.

O interesse pela linguística *folk* surgiu nos EUA, na década de 60, do século passado, essencialmente com Hoenigswald (1966), no âmbito da sociolinguística, realçando este autor a importância dos saberes espontâneos em qualquer tipo de ciência. Esta abordagem na época não acolheu grandes ecos, sendo necessário aguardar pelos anos noventa para o interesse se renovar, com autores como Preston (1993, 1996).

Para Niedziestski e Preston (2003) e Preston (1993, 1996), a linguística *folk* procura descobrir o que os não-linguistas sabem da linguagem, procurando 'ensinamentos' sobre as teorias linguísticas *folk* subjacentes. Estas estariam na base de "*conscious reactions to and comments on language*", enquanto as atitudes linguísticas, reações inconscientes, seriam mais do âmbito da psicologia social. No entanto, entre as reações conscientes e as não-conscientes existe um *continuum*, e não propriamente uma fronteira, não sendo possível determinar onde exatamente se inicia a zona de afastamento entre ambas.

Para finalizar, estes autores advertem que a linguística *folk* será fundamental no caso de estudos de etnografia da linguagem, a realizar com um dado grupo/comunidade. Aliás, sem as crenças de não-linguistas sobre a linguagem perder-se-iam vários dados do grupo em análise, nomeadamente dados culturais¹⁵⁹.

2.O estudo

Justificando metodologicamente o objeto de estudo (os discursos) e o instrumento de recolha utilizado (as entrevistas), daremos voz aos conceitos de: 'percursos identitários' (Gérin-Lajoie, 2002: 78-79) e 'trajetórias de apropriação' [de uma língua] (Jeanneret, 2010). No primeiro conceito, a identidade linguística é uma construção social, resultante das experiências dos participantes, evidenciada nos seus discursos e no significado que estes lhes atribuem. Pelo segundo conceito, o sujeito/aprendente considera a apropriação de uma língua como um todo, uma experiência que modificou a sua personalidade e a sua identidade, e, por esse facto, as circunstâncias de ocorrência

grau de controlo, explicitação e reflexão é embrionário ou inexistentes; distinção inicialmente devida a Culioli (1968).

¹⁵⁹ Na mesma linha, na Europa, citamos Stegu (2008) e Paveau (2008).

¹⁵⁸ As atividades e conhecimentos do sujeito diferem no grau de controlo, explicitação e reflexão, sendo metalinguísticos os conhecimentos com estas características e epilinguísticos aqueles cujo

podem/devem ser narradas. Segundo Jeanneret (2010:36) a *trajetória* pode ser vista como :

un dispositif symbolique, par lequel le sujet fait d'une série d'événements un ensemble significatif pour l'appropriation: la façon dont le sujet reconstruit son passé d'apprenant dans et par des discours.

Por conseguinte, considerámos os discursos dos sujeitos e, nos discursos dos sujeitos, o significado atribuído por estes à LP e à sua aprendizagem, e ainda a outras línguas, que com ela se cruzam.

2.1. Os sujeitos do estudo

Este estudo parte de discursos de 8 africanos (4 cabo-verdianos e 4 angolanos), obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de analisar os 'saberes vulgares' destes sujeitos, adultos, e residentes em Portugal.

Estes oito africanos têm em comum o facto de não serem estudantes de línguas ou de linguística, nem profissionais destas áreas, e, por isso, qualificados como 'não-especialistas'. Consideram, por este facto, os seus saberes nesses domínios como não legítimos. A maioria, aliás, diz não ser 'a pessoa indicada' para se pronunciar sobre questões linguísticas, ou porque 'já esqueceu a gramática', ou porque 'não fala Português corretamente'.

O grupo de cabo-verdianos é constituído por três sujeitos do sexo masculino (A, H e I) e um do sexo feminino (M), e o grupo angolano por dois sujeitos do sexo masculino (J, C) e dois do sexo feminino (Ma, Ha). No que respeita a profissões/ocupações profissionais, no caso cabo-verdiano, A e I são trabalhadores-estudantes, em Aveiro, H é estudante, e M, auxiliar de educação, na periferia de Lisboa. Têm entre 24 e 34 anos, residindo M em Portugal há 12 anos, enquanto os restantes rondam os 7 anos. Todos referem o Crioulo Cabo-Verdiano (CCV) como sua língua materna (LM). O grupo angolano é composto por dois estudantes-trabalhadores, situando-se na faixa etária dos 30: C e Ma, residentes em Lisboa, e dois estudantes de pós-graduação em Aveiro: Ha de 27 anos e J na faixa etária dos 50, ambos residentes em Portugal há um ano; os restantes estão em

Portugal há mais de 10 anos. Quanto à LM, há algumas divergências: J afirma ser o Kimbundo, C diz ser a LP, mas a sua língua afetiva é o Umbundo, Ma elege a LP como materna, e 'esconde' o Kimbundo, – apenas no final da entrevista consegue assumir que as suas raízes étnicas assentam nesta língua. Ha, por seu lado, refere três línguas: Kioko, língua da mãe, Nhanheca, língua da região onde vivia em Angola, e Umbundo, a língua do pai, e sua LM (por ser aquela mais utilizada no seio da família e a que domina melhor).

2.2. Análise das entrevistas

Sem pretender separar, nas entrevistas, as RM das representações sociolinguísticas, desenharemos os seguintes itinerários investigativos, assentes na grande temática: Percepções/crenças sobre a LP e sobre a sua aprendizagem, e sobre outras línguas

- i) discurso metalinguístico (descrições, explicações/exemplificações; julgamentos normativos)
- ii) dificuldades linguísticas
- iii) diálogos entre os sujeitos e as línguas

Começando pelos cabo-verdianos, e analisando os seus *discursos metalinguísticos*, verificamos que estes vão refletindo sobre questões linguísticas pontuais, utilizando ou não alguma terminologia. Aliás, só quando se libertam da terminologia gramatical ficam mais soltos para falar sobre as línguas e conseguem discursos menos circulares e menos hesitantes. Isso é visível, sobretudo, na locutora M, que teve um percurso académico mais curto. Utilizam especificamente um discurso interlinguístico, dado convocarem as duas línguas para a obtenção de explicações dos fenómenos em LP, ou ainda nas duas línguas.

No caso específico de descrições/explicações/exemplificações, estes sujeitos dão exemplos e explicações breves, num vai e vem entre CCV e LP. Exercitam ainda a tradução quase palavra a palavra, registando palavras iguais nas duas línguas ("cabra,

branco”, I; “kossa, que é coçar”, M), ou palavras diferentes (“falar que é *papiar*, nós é *papiar*¹⁶⁰”, M), ou ainda parecidas (“comer, *kume*”, M), tendo uma grande dificuldade em alongar o discurso explicativo e ficando quase por palavras soltas ou frases copulativas.

Relativamente a A, – o único que reflete sobre a LP –, este tenta dar uma explicação, com exemplos curtos, da utilização das preposições ‘para’ e ‘a’ com verbos de movimento. Por outro lado, A reflete sobre os deíticos espaciais em CCV: *kel-li* e *kel-la* que não exhibe a mesma distribuição espacial do que em LP, esta com um sistema ternário (aqui, aí, ali), ao contrário do sistema binário do CCV (*li, la*).

Retomando o grupo *angolano*, e no que respeita ao *discurso metalinguístico*, destacam-se dois tipos de comentários: o primeiro, no quadro da linguística *folk*: a LP é caracterizada pelas imposições da gramática tradicional (J), ou comparada com outras línguas europeias, em termos de dificuldades, sendo a LP “a mais difícil” a nível de pronúncia e de gramática e a “mais rica”, em termos lexicais (Ma); o segundo tipo de comentário, numa perspetiva ‘estética’: “bonita de ser falada”, “elegante nos seus sons” (C).

No que diz respeito exclusivamente às *descrições das línguas nacionais* de Angola, as perspetivas também não convergem, remetendo para as duas vias: a ‘estética’ e a ‘linguística’. Na primeira, o Umbundo é uma língua “única” pelo “encanto e musicalidade”, pelos jogos de sons, muito “nasais e muito africanos”(C), completada por uma vertente cultural (“língua riquíssima”) e conceptualmente transcendendo a LP (existência de conceitos intraduzíveis para Português, C). Na ‘linguística’, a perspetiva é oposta à primeira, dado apresentar o Kimbundo por omissão de “palavras e de significados”, e porque se trata de “uma língua às vezes primitiva”, precisando de recorrer ao Português (Ma); para J, os Umbundos tendem a transpor traços fonéticos específicos da sua língua para a LP, fenómenos que não sabe explicar, por exemplo, a tendência dos

seus locutores para transporem a nasalação característica desta língua para os sons da LP,¹⁶¹ aspeto que unicamente os linguistas poderão explicar. No que toca a Ha, o Umbundo, por ser a língua nacional que melhor domina, é mais fácil em termos de pronúncia e de vocabulário: “[O Kioko e o Nhanheca] têm pronúncias bastante difíceis, e eu lido com estas línguas há bastante tempo...PRONÚNCIA¹⁶² difícil e com vocabulário mais rico, têm mais palavras do que ...o Umbundo”.

Quanto aos *juízos normativos* dos cabo-verdianos, há uma preocupação grande em todos eles em dominar com correção a LP, dado em termos profissionais, a LP ser imprescindível, quer em Portugal quer em Cabo Verde. Estas representações normativas também estão presentes no que consideram ser o ‘Crioulo padrão’, i.e., o “verdadeiro”, o do interior de Santiago¹⁶³ (A, H, M). Os sujeitos dizem falar um Crioulo ‘misturado’, admitindo ainda a existência de variedades dialetais bastante diversificadas. É esta diversidade, segundo H, que vai dificultar a escolha de uma variedade de Crioulo padrão.

Os *juízos normativos* dos angolanos consubstanciam-se em comentários sobre a variedade de Português mais correta, em Portugal, Brasil, África, sempre na busca da “pureza da língua” (J), “mas Português só é um: o correto”, não importando os espaços onde é falado. Paradoxalmente, a ‘correção’, – acabam por confessar –, encontra-se no Português Europeu e o país africano que mais se aproxima deste padrão é Angola. Quanto à pronúncia, esta deve ser neutra, próxima daquilo que eles idealizam como padrão. Aliás, J demonstra bem esta preocupação ao utilizar o verbo *pecar*: “eu posso pecar no sotaque, é verdade...”.

Relativamente às línguas nacionais, Ha afirma que o Umbundo é uma língua com muitas variedades, “muito diversificada”, o que tem a ver “com a pronúncia...e com as

¹⁶⁰ O infinito é *papia* e não “papiar”.

¹⁶¹ Acrescenta ainda que estes pronunciam [d] em vez de [t], i.e., a consoante oclusiva sonora pela surda (“Há sempre esta, esta tendência de, por causa da influência da LM (...) sei lá, os linguistas podem explicar isso, em termos desse *d*”).

¹⁶² PRONÚNCIA – as maiúsculas correspondem à transcrição de uma palavra acentuada, neste caso, a falante Ha eleva o tom da sua voz para pronunciar esta palavra.

¹⁶³ Santiago é a ilha mais populosa e onde se situa a Cidade da Praia, a capital do país.

palavras”. Mas é no Huambo que se fala o “Umbundo puro”: “eles é que são mesmo os donos, entre aspas, do Umbundo”.

Outro aspeto focalizado foi o facto de terem sido desvalorizadas as línguas nacionais em Angola, no passado, consideradas ‘menores’, “dialetos”, o que originou certos preconceitos visíveis “até à independência do país”. Não obstante a designação “dialeto” remeter para o tempo colonial, estes angolanos utilizam-na nos seus discursos, oscilando com a designação “língua”, mas, sem qualquer conotação pejorativa. Nesta perspetiva de desvalorização linguística, mas, também, social, Ma afirma que o Kimbundo “não é falado pelas classes altas, só pelo povo”.

Quanto às *dificuldades autopercionadas*, nos cabo-verdianos, elas vão muito a par nos quatro entrevistados: a oralidade/pronúncia, a escrita, a estrutura da frase, a preposição com as suas contrações. M tenta justificar o fraco desempenho em LP, por um lado, porque o seu meio sociocultural é relativamente baixo, por outro, porque tem falhas desde a base (“falhas que no meu caso trouxe desde a escola”). Em Cabo Verde, a LP para ela tinha um papel muito restrito, só quando imigrou para Portugal tomou consciência de que escrevia e falava ‘mal’. No seu discurso refere alguns itens gramaticais que não explora (géneros dos nomes, “concordância”, “morfologia da frase e sintática”, “conjugação dos verbos no presente e no passado”, “os modos”), exceção para a pronúncia da vibrante uvular /R/ em que exemplifica: “Também os *erres*. Também essa dos *erres* ... garrafa, nós garafa”). Uma lacuna denunciada claramente foi o vocabulário reduzido que a conduziu a mal-entendidos: “[porque] desconhecia as palavras”. I, por sua vez, fala nas suas dificuldades na oralidade, maiores do que na escrita, embora a escrita também apresente alguns problemas, sobretudo a nível da estrutura da frase, talvez porque pense em CCV e tente traduzir (“no início metia palavras crioulas no meio do Português”), na preposição e na colocação da vírgula (“sinceramente não sei porquê”), talvez por não ter hábitos de leitura.

A, quando refere as dificuldades da estrutura da frase, também levanta a hipótese da interferência do CCV poder não ser benéfica. No entanto, o problema não será tanto a nível sintático, “sinto que às vezes quero escrever uma frase bem elaborada”; pois, A, assim como I, pretendem obter um perfeccionismo tal que caem em frases rebuscadas e talvez com um vocabulário pouco adequado ao contexto. Além disso, como referido em cima, as preposições e, mais exatamente, as contrações¹⁶⁴, são obstáculos que A justifica: “Há algum tempo que não revejo a gramática”. Aliás, este distanciamento da gramática encontra-se igualmente em I.

Relativamente às *dificuldades em LP*, os angolanos entrevistados invocam brevemente alguns aspetos pouco especificados: vocabulário, pronúncia e gramática. Ha, porém, contextualiza as dificuldades em aula de LP: estrutura da frase e sinonímia/antonímia: “tivemos sempre muita dificuldade quando o professor punha um texto, textos com sinónimos e antónimos, que eram sempre palavras bastante complexas...”. Em relação à seleção e colocação do pronome pessoal complemento (Ex: ‘eu lhe vi no sábado’ por ‘eu vi-o no sábado’), Ma diz apenas tratar-se de uma “troca”, enquanto J, C e Ha atribuem à interferência da LM, ao pouco contacto com a norma escolar, o que acontece em famílias monolíngues de línguas bantu, não se tratando do caso de J nem de C.

O outro ponto de análise coloca a tónica no *diálogo entre o sujeito e as línguas*, podendo este diálogo ser construído em meio informal (interações em sociedade, com nativos e não nativos) ou formal (na escola). Assim, que estratégias de aprendizagem e de comunicação são mobilizadas por estes dois grupos nos dois tipos de contexto?

No que concerne aos quatro *cabo-verdianos*, estes baseiam-se no ‘modelo do nativo’, para aprender a LP (“ouvindo as pessoas, estar atento”); o professor (em Cabo Verde e em Portugal), mas também os colegas (“lidar diariamente com os colegas”; I; “no trabalho, a conversar com alguém, nos serviços públicos,” M), a prática (“A língua é prática”, I), assistência a programas na televisão, sobretudo aqueles dedicados à LP (A,

¹⁶⁴ Em CCV, as preposições são simples, não admitindo contrações.

l). Se a LP não beneficiou quase nada do recurso ao CCV, o mesmo não sucedeu com o Italiano e Espanhol, para quem o Português foi uma via facilitadora (l)¹⁶⁵. Existe, ainda, um recurso remoto a gramáticas (I e A). Podemos concluir que as estratégias privilegiadas por estes sujeitos se situam mais no âmbito das estratégias sócio-afetivas, nomeadamente no diálogo com os nativos (não só como modelo linguístico, mas, também, como possibilidade de correção dos seus enunciados); por outro lado, apostam, mas em grau menor, na interação entre o sujeito e a língua quando fazem recurso à tradução, comparação, uso de gramáticas.

Por sua vez, as *estratégias de comunicação e de aprendizagem* mencionadas pelos angolanos dizem respeito à apropriação da LP em interação com os pais “porque a LP é língua oficial de Angola”, mas, também na interação com portugueses (apenas referida por M e Ha). Na aprendizagem formal, destacam a escola como o local privilegiado, porque é neste espaço que a aprendizagem é consciente. A importância do aspeto gramatical é acentuado por todos, a par da “fonética”, o primeiro aspeto a apreender numa língua. Como utensílios imprescindíveis estão a gramática e, sobretudo, o dicionário onde se buscam “sinónimos” e se aprende a traduzir.

Quando confrontados, então, com estratégias específicas, nomeiam a tradução (“sempre que se aprende uma língua, faz-se a tradução”, C), ou seja, aprender uma língua é desvendar os seus significados, mas também refletir e relacionar (“às vezes relaciono”, Ma), assim como consciencializar-se, usar a memorização, o registo escrito e apostar na interação com portugueses (referidos por Ma e Ha). A comparação entre línguas foi uma estratégia mencionada, mas, sem grande convicção. J diz recorrer primeiro “à língua base”, i.e., à LP para entender o Francês, nunca entre LP e Kimbundo “porque são línguas que cresceram em mim paralelamente”. Ma também afirma partir do Português para o Francês e Espanhol, em termos de vocabulário, dada a proximidade linguística, e do Português para o Inglês, pela distância morfossintática e, ainda, do Português para o Kimbundo: “às vezes quando conto”. C diz não recorrer muito a comparações entre

línguas, no entanto, na entrevista fala que quando estudou Inglês encontrou alguns sons que não existem na LP e foi, efetivamente, com o Inglês que se apercebeu das diferenças entre as línguas anteriormente aprendidas. Para Ha, as comparações que estabelece em termos de línguas nacionais, só passam pela pronúncia (no entanto, anteriormente, dizia-nos que o Umbundo era mais fácil do que as outras línguas angolanas, em termos de pronúncia, mas também de “vocabulário”). Quando compara o Umbundo e a LP, constata que “para dizer uma coisa, as frases parecem ser muito mais curtas...relativamente ao Português”. Mas, comparações conscientes e pontes entre as línguas, só as fez entre as duas primeiras línguas europeias que aprendeu: a LP e o Inglês.

Sintetizando, importa sublinhar que as referências dos cabo-verdianos à sua LM são mais abundantes do que à LP, embora o diálogo entre estes sujeitos e as línguas esteja em permanente (re)construção. Os angolanos colocam a LP no centro, para daí partirem para as línguas nacionais/maternas e regressarem à LP, donde efetivamente começa o diálogo, – talvez pelo peso de ser a língua oficial e, conseqüentemente, por ter sido a primeira língua aprendida em contexto formal.

2.3. Conclusões do estudo

Da reflexão sobre este estudo, podemos destacar algumas questões emergentes e comuns aos dois grupos:

- A existência de uma língua nacional (materna ou quase materna) a par da LP, vivendo os sujeitos entre estas línguas, com as quais constroem, mais conscientemente ou menos conscientemente, pontes/diálogos entre ambas.
- A presença de uma forte *atitude normativa e prescritiva* dos entrevistados. Esta é também uma das constatações de Preston, no âmbito das teorias *folk*: os sujeitos são marcadamente prescritivos, encarando a norma, não como uma abstração linguística, mas como uma realidade.

¹⁶⁵ Não se partiu da 1ª língua para compreender a 2ª (LP), mas, desta para a 3ª e 4ª línguas.

- A extrema preocupação com a correção, particularmente com a *pronúncia*; preocupação também salientada por James (1998): os locutores nativos são tolerantes com os estrangeiros em matéria de morfologia, sintaxe e semântica, mas bastante severos em termos de fonologia, sendo este domínio visto como um sinal de incompetência.

- O reconhecimento que algumas *línguas/variedades não oficiais são sentidas como inferiores* e suscitam preconceitos, sobretudo nos angolanos que se organizam em torno da LP, 'língua de prestígio', tentando justificar as ligações 'maternas' a essas línguas/variedades. O eixo linguístico dos cabo-verdianos, por sua vez, é assumidamente o CCV, surgindo a LP a um nível mais organizativo e académico, embora concorrendo sempre a primeira língua para o sucesso da segunda (Ançã, 2010).

Comentários Finais

Quando iniciámos este texto, salientámos que, numa perspetiva educativa, defendíamos a importância de rentabilizar conhecimentos/ 'saberes vulgares', normalmente ausentes dos contextos escolares formais. A nossa escolha recaiu sobre os cabo-verdianos e angolanos que representam na sociedade e na escola portuguesas, comunidades lusófonas fortes, em termos de visibilidade.

A educação em português, em geral, e a DPL2, em particular, ganhará, sem dúvida, se considerar os 'saberes' destes sujeitos, os seus comentários, as suas crenças que serão partilhadas, certamente, por outros cabo-verdianos e angolanos. São estas convicções culturais e linguísticas comuns a um grupo e a outro grupo que podem levar a esboçar algumas teorias *folk* e a fazer-nos recolocar a questão da aprendizagem da LP por estes grupos lusófonos.

5. Referências Bibliográficas

- Ançã, Maria Helena (2009) "Discursos sobre as línguas – O papel dos 'saberes vulgares' na Educação em Português". *Seminário Português Língua Não Materna. Metodologias e Materiais*. Lisboa: ILTEC/Associação de Professores de Português, 37-43.
- Ançã, Maria Helena (2010) "Contributos dos 'saberes vulgares' para a Educação em Português". *Comunicação apresentada ao 13º Congresso Brasileiro de LP/4º Congresso Internacional de Lusofonia IP-PUC/SP*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes/PUC (Brasil).

- Beacco, Jean-Claude (2001) "Les savoirs linguistiques *ordinaires* en didactique des langues: les idiotismes" in *Langue Française*, 131, 89-105.
- Beacco, Jean-Claude (2004) "Trois perspectives linguistiques sur la notion de genre discursif" in *Langages*, 153, 109-219.
- Culioli, Antoine (1968) "La formalisation en linguistique" in *Cahier pour l'Analyse*, 4, 106-117.
- Dabène, Louise (1994) *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues*. Paris: Hachette.
- Deprez, Christine (1997). "L'apprenant et ses langues : représentations métalinguistiques dans les entretiens autobiographiques". In Geneviève Zarate et Michel Candelier (org.) *Les représentations en didactique des langues et des cultures. Notions en Question*, 2, Paris: CRÉDIF/LIDILEM, 113-127.
- Gérin-Lajoie, Diane (2002) "L'approche ethnographique comme méthodologie de recherche dans l'examen du processus de construction identitaire" in *La Revue Canadienne des Langues Vivantes*, 59, 1, 77-96.
- Hoeningswald, Henry (1996) "A Proposal for the Study of Folk-linguistics". In William Bright (ed.) *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton, 16-26.
- James, Carl (1998) *Errors in Language Learning and Use*. London: Longman.
- Jeanneret, Thérèse (2010) "Trajectoires d'appropriation langagière et travail identitaire: données et analyses" in *Bulletin Suisse de linguistique appliquée*, n° spécial 2010/1, 27-45.
- Jodelet, Denise (1989) "Représentations sociales: un domaine en expansion" in Denise Jodelet (dir.) *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 47- 78.
- Niedziestki, Nancy and Preston, Dennis (2003/2000) *Folk Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Paveau, Marie-Anne. (2008) "Le parler des classes dominantes, objets linguistiquement incorrect? Dialectologie perceptive et linguistique populaire" in *Études de Linguistique Appliquée*, 150, 137-156.
- Preston, Dennis (1993) "The uses of folk linguistics" in *International Journal of Applied Linguistics*, Vol.3, 2, 181-259.
- Preston, Dennis (1996) "Whaddayaknow? The Modes of Folk Linguistics Awareness" in *Language Awareness*, Vol.5, 1, 40-74.
- SEF/ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2010). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2009*. [SEF. http://sef.gov.pt](http://sef.gov.pt)
- Stegu, Martin (2008) "Linguistique populaire, language awareness, linguistique appliquée : interrelations et transitions" in *Pratiques*, 139/140, 81-92.
- Trévisse, Anne (1996) "Réflexion, réflexité et acquisition des langues". *AILE*, 8, 5-39.
- Véronique, Daniel (1990) "À la rencontre de l'autre langue : réflexion sur les représentations dans l'apprentissage d'une langue étrangère" in *Le Français dans le Monde*, n° spécial, 17-24.

32) ***M^ª JOSÉ GROSSO, Universidade de Lisboa FLUL Portugal ausente representada por RAUL LEAL GAIÃO***



MARIA JOSÉ DOS REIS GROSSO é

professora no Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desde 1987.

Diretora do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE) e Diretora dos Estudos Pós-graduados (Mestrado e Doutoramento em Língua e Cultura Portuguesa, PLE/PL2) da mesma Faculdade.

Investigadora no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

É doutorada em Linguística Aplicada (2000) com a dissertação “O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”, estudo resultante da sua permanência em Macau como docente na Universidade de Macau e como diretora do Centro de Língua Portuguesa no Instituto Português do Oriente.

As suas áreas de estudo e de lecionação centram-se na Linguística Aplicada ao Ensino de Português (PLE/PL2) e nas áreas referenciais a ela ligadas, nomeadamente Ensino, Aprendizagem, Avaliação (PLE/PL2), Divulgação e Política de Língua, Didática

das Línguas e Estudos Interculturais; nas áreas referidas, tem orientado teses de mestrado e de doutoramento, desenvolvido projetos, escrito artigos vários, com diversas publicações e feito formação de professores em Portugal e no estrangeiro.

TEMA 1.1. A PROPÓSITO DE SENNA FERNANDES: REPRESENTAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA, (HOMENAGEM), MARIA JOSÉ REIS GROSSO, UNIVERSIDADE D ELISBOA, PORTUGAL

SINOPSE

Embora a língua portuguesa tenha tido em Macau uma presença na comunicação oral pouco significativa, o seu papel no território, ao longo dos anos, tem sido objeto de reflexão em várias áreas do conhecimento, áreas que se cruzam e que incidem frequentemente na divulgação, tradução e no ensino da língua portuguesa. Não abunda a referência aos textos em português feitos por *escritores filhos da terra*, e são escassos os trabalhos que destacam a sua escrita como transmissora do conhecimento sobre a língua e a cultura portuguesa. Acresce ainda o facto de se desconhecer a imagem que estes autores têm da língua portuguesa no território.

Este texto surge na sequência de outros¹⁶⁶ que tentam ser um contributo para o conhecimento das referências às línguas em presença, em Macau (RAEM), particularmente à língua portuguesa e à sua representação por quem era ou vivia neste território e se relacionava direta ou indiretamente com a cultura e a educação. É neste âmbito, e mais como simples homenagem, sem pretensão académica, que se escreve a propósito de Senna Fernandes.

Senna Fernandes, o homem que tinha duas vocações, diferentes profissões e atividades, além de escritor era professor, “*a minha vocação realmente era para ser professor*”¹⁶⁷, professor de várias áreas de ensino, designadamente de Português, “*Oferecia-me o lugar vago de professor de Português dos dois últimos anos do curso que ali se ministrava*”, lidando com públicos de várias idades, integrando na prática pedagógica

<http://www.itm.com.mo/view.asp?dT=357503007>

¹⁶⁶ cf. Grosso (2010), Grosso (2009).

¹⁶⁷ In *Jornal tribuna de Macau, on-line*, nº3575 (Nova série) de 5 de Outubro de 2010. Disponível em

aspetos fundamentais para uma identidade plurilingue, pluricultural, elementos como a motivação e o prazer de aprender, o afeto, a alegria, a capacidade para uma maior abertura aos outros, a capacidade para ser mais feliz. Em Guedes e Machado (1998:11), Senna Fernandes relata:

“Já era professor interino da Escola Primária, ensinando a 2ª Classe masculina. Estava habituado a lidar com garotos de verdes anos, nunca enfrentara rapazes e moças, alguns dos quais eram mais novos que eu uns seis anos. O desafio era grande, mas fui feliz no primeiro embate, soube conduzir-me daí para diante, alcancei o interesse e a atenção dos alunos. Pela vida fora, colhi o carinho desses mesmos alunos e a amizade que perduram até hoje”.

Realmente as suas palavras eram inesquecíveis para quem foi seu aluno. Muitos o consideram um modelo, não só na escrita, mas nas múltiplas atividades desempenhadas (escritor, professor, advogado, bibliotecário), uma referência na vida, como testemunha Jorge Rangel no jornal *Tribuna de Macau* em 5 de Outubro de 2010¹⁶⁸:

“Penso que todos os jovens que foram alunos dele o têm como referência. Para todos nós, se ele não foi o maior, foi certamente um dos maiores, pelo seu entusiasmo, pela sua capacidade de comunicação, pela forma de lidar com a juventude, pela sua presença assídua e pela sua disponibilidade.”

Concomitantemente ao seu papel de educador e de *escritor português de Macau* é de realçar o de comunicador entusiasta da identidade macaense, em todas as atividades que desenvolveu. Dentro das correntes atuais do ensino-aprendizagem das línguas, diríamos que é um dos promotores da diversidade linguística e cultural no território, escritor da sua identidade como espaço onde confluem muitas culturas, muitas gentes e se entrecruzam gerações, antiguidade e modernidade. É o elo entre as várias gerações, o que confirma o facto de ser conhecido como figura pública por 95% dos *naturais de Macau, ou apenas residentes*, conforme os dados referidos por Lurdes Escaleira em 3 de dezembro de 2010.

Para Senna Fernandes, a língua portuguesa é *pátria* e também *mátria*, sendo a sua *pátria todo o mundo português*¹⁶⁹.

“Não é pelo facto de ter nascido em Portugal que deixei de amar uma pátria. Eu preciso duma pátria, que tenho, e da qual sempre gostei e fui criado a amar”.

A identidade pelas línguas não se restringe à língua mais falada, à língua oficial ou de escolarização, mas é influenciada por um cruzamento de fatores. Castellotti e Moore (2002) sublinham a importância das representações como traços constitutivos da própria construção identitária, *traços da ligação entre si e os outros e da construção de conhecimentos*, assim a identidade pelas línguas envolve um conjunto de representações como as sociais e linguísticas que constituem princípios orientadores para interpretar convicções e esclarecer opiniões, perceber a função das línguas na diversidade linguística e vê-la como componente vital da diversidade cultural.

A importância das representações tem sido mencionada em várias áreas disciplinares destacando-se, na linguística aplicada e na didática das línguas (Língua Estrangeira/Língua Segunda), a consciencialização do estatuto e funções duma língua, como expressão cultural, dentro dum determinado contexto linguístico e sociocultural.

Os textos de Senna Fernandes surgem, neste âmbito, como espaços privilegiados de promoção da cultura tradicional de Macau, de divulgação da língua portuguesa, do falar macaense e do chinês (cantonês), fontes de riqueza imaterial, repositórios do viver e de saberes tradicionais na memória de um longo e continuado diálogo sem palavras entre culturas. No quadro das representações, os textos filtrados pelo afeto a Macau são identificadores duma realidade diversificada linguística e histórico-cultural, com valor evocativo que Senna Fernandes sabiamente cria e divulga.

A presença da língua portuguesa constituiu, até aos dias de hoje, um tema recorrente de conversa entre os portugueses que vivem ou residem em Macau. Um lugar-comum de diálogo de culturas, mais feito de silêncios, de isolamento, de expectativas do que de uma interação comunicativa oral ativa e escrita fluente. Culturas e línguas que convivem

¹⁶⁸ Jorge Rangel in *Jornal Tribuna de Macau*, Terça - Feira, 5 de Outubro de 2010, N°3575 (Nova Série). Disponível em <http://www.itm.com.mo/view.asp?dT=357503007>

¹⁶⁹ In *Jornal Tribuna de Macau, on-line*, n°3575 (Nova série) de 5 de Outubro de 2010. Disponível em <http://www.itm.com.mo/view.asp?dT=357503007>.

diariamente, silenciosamente, presas no seu isolamento e que raramente dialogam. É possível dizer que se trata de duas personagens que “*continuavam a falar pouco, isolados em mundos opostos*”¹⁷⁰.

Também o isolamento, o espaço fechado durante muito tempo, a repetição das conversas e o fraco desenvolvimento lexical dos jovens naturais de Macau (referido pelos professores de português) são aspetos intrinsecamente associados às características contextuais geossociais de Macau.

O indivíduo bilingue terá a tarefa privilegiada de pôr em contacto as duas realidades, portuguesa e chinesa, trabalho indispensável na comunicação entre os serviços públicos e os utentes, geralmente desempenhada por macaenses¹⁷¹ que tradicionalmente dominam também o cantonês (compreensão e produção oral).

O insucesso do ensino aprendizagem das matérias, designadamente do português é encarado também como uma das consequências da exiguidade do território:

*“A terra é dois palmos; as pessoas conhecidas com as quais se pode conversar são parentes com quem não há que dizer; se não são parentes, têm os mesmos hábitos, fazem as mesmas monótonas cousas; o que uns sabem, sabem os outros.”*¹⁷²

O meio ambiente e as condições de vida são, ao longo dos anos, apontados como fatores que contribuem para o sucesso reduzido da aprendizagem da língua portuguesa no território.

A sociedade com a qual os jovens contactam está longe da representada nos materiais didáticos e no sistema de ensino. Leia-se, como exemplo, a página sete do

Macau, Boletim informativo da repartição Central dos Serviços Económicos, nº 24, de 31 de julho de 1954, a propósito do público jovem referido:

*“O aluno fica mudo, não percebeu nada do que leu, desconhece as palavras empregadas. Ouvia-as na escola pela primeira vez (...). É necessário repetir dezenas de vezes o mesmo assunto para que a criança o compreenda ou o decore”*¹⁷³.

Sobre esta realidade é dito que Senna Fernandes “contextualiza a dificuldade que era, para os miúdos de Macau, com forte influência da língua chinesa, aprender o português que vinha do outro lado do mundo.”, Situação que é frequentemente referida não só por professores, intelectuais e também pelos que lidam com as questões do ensino da língua portuguesa. Não é só a escassez vocabular, mas também a “*grande indisciplina gramatical*” e ainda os “vícios de linguagem, morfológicos e construcionais”; para isto contribuiu a forte influência da língua chinesa; o principal problema, frequentemente referido, era o facto de as crianças locais, macaenses, que aprendiam as primeiras letras, não compreenderem o que o professor dizia, visto que falavam “um misto de português e chinês”¹⁷⁴, e o conhecimento da língua chinesa também geralmente não ser muito desenvolvido.¹⁷⁵

Em lugares de não-imersão linguística, a língua portuguesa muitas vezes separa-se totalmente duma realidade local e mostra uma existência desprovida de sentido para quem a desconhece e a estuda, aprendendo palavras que não correspondem a nenhum referente, pois inserem-se num outro conhecimento do mundo, a este propósito Senna Fernandes diz: “*Aprendíamos coisas portuguesas, e a conhecer o seu significado. Mesmo coisas agrícolas, como o adro ou o arado...sabia lá eu o que era o arado!*”¹⁷⁶

¹⁷⁰ In Senna Fernandes (1997:17).

¹⁷¹ cf. Conceito de difícil definição, empiricamente referido como “euro-asiáticos naturais de Macau, de ascendência portuguesa”, mas que Cabral e Lourenço (1993:20-21) veem como “uma identidade étnica no interior do contexto histórico da complexidade cultural e genética que tem caracterizado as sociedades marítimas do sul da Ásia, ao longo dos séculos”. A propósito deste conceito, vejam-se, entre outros, Amaro (1988:101), Batalha (1987:71), Batalha (1995:10).

¹⁷² Mendes (1979:13-14).

¹⁷³ *Macau, Boletim Informativo da Repartição Central dos Serviços Económicos - Secção de Propaganda e Turismo*, 31 de julho de 1954, nº 24, p.7.

¹⁷⁴ Dado mencionado pelo primeiro professor régio em 1775, cf. Teixeira (1982: 2).

¹⁷⁵ cf. Mendes (1979: 33-36) “*a gente de Macau, no conhecimento da língua chinesa fica-se nos rudimentos infantis*”

¹⁷⁶ In *Jornal Tribuna de Macau, on-line*, nº3575 (Nova série) de 5 de Outubro de 2010. Disponível em

<http://www.itm.com.mo/view.asp?dT=357503007>

Embora o domínio de um repertório lexical amplo seja fulcral para a comunicação, em Macau é mencionado que esse repertório é limitado, principalmente quando tem de ser expresso um pensamento mais complexo. Sobre esta questão, Manuel Mendes (1979-13) escreve a propósito do *Ensino da Língua Portuguesa em Macau*:

“Para se adquirir extenso vocabulário é indispensável que o meio seja complexo: população numerosa, diferentes classes, diferentes profissões, fauna e flora abundantes, conflitos sociais políticos artísticos, etc. Sem um meio assim dizem-se sempre as mesmas cousas, não há variedade no falar, não se espevitam ideias, não se variam as formas de linguagem, não se criam locuções novas”

A juntar-se à dificuldade de compreender a forma, significado e uso do vocabulário, associava-se a conjugação verbal. Para as crianças nascidas em Macau, que vivenciavam o seu quotidiano em cantonês, a flexão era um dos principais problemas, designadamente a conjugação verbal. Para o jovem Senna Fernandes, os verbos eram também uma das dificuldades da aprendizagem da língua portuguesa, como é recordado pelo próprio:

“O drama do jovem Senna Fernandes eram os verbos, com todos os imperfeitos, perfeitos e mais-que-perfeitos que a língua exige na conjugação. «Aprendi os verbos à força, na terceira classe» recorda»”¹⁷⁷.

Ler e escrever, motivação e treino fazem esquecer qualquer lapso na conjugação verbal; o gosto pela leitura foi-lhe inculcado no ambiente familiar, como refere no Tai Chung Pou: “Eu era um dos melhores a português, lia muito desde pequenino, o meu pai inculcava-nos o gosto pela leitura”.¹⁷⁸

Para escrever bem, dominar a palavra através do conhecimento profundo da língua portuguesa foi decisivo o papel interventivo dum professor que teve na escola primária:

“Um professor da escola primária, do quinto ano, opcional para os alunos que se queriam preparar melhor para o liceu. Foi decisivo para a minha vida nas letras. Era um profundo conhecedor da língua portuguesa, um homem muito esquisito, que tinha estudado para ser jesuíta, todo ele era jesuíta”¹⁷⁹

É de realçar que, segundo as palavras de Senna Fernandes (1986:13), durante a sua infância, se cultivava o *falar bem português*, situação que com o tempo foi substituída pelo uso do chinês e do inglês:

“Nas grandes famílias de Macau era ponto de orgulho falar-se em português genuíno. O “patois” foi combatido nos lares, nas escolas e nos jornais. De língua viva reduziu-se a língua que se falava com vergonha ou timidez, e só renascia vibrante nos dias alegres e soltos do Carnaval O português, em número diminuto, estagnou e a situação ensombrou-se mais ainda com o advento da televisão, prendendo crianças e adultos ao canal chinês, por ser mais facilmente compreendido.”

A história social, económica, política e educativa portuguesa condicionaram, em Macau, o ensino e a divulgação da língua portuguesa, embora a sua promoção fosse, ao longo dos anos, um dos objetivos mais referidos como linha fundamental da ação do governo, materializando-se em prémios atribuídos aos bons alunos de português¹⁸⁰. Longínquo ficava Portugal donde chegavam poucos livros e poucos materiais pedagógicos.

“Não havia divulgação, nem atualização da literatura, mas todas as famílias de raiz portuguesa tinham os livros em casa, armários cheios de livros. A situação degradou-se a partir dos anos 70, emigração e falta de interesse pela leitura”¹⁸¹

A falta dos recursos materiais era algumas vezes superada pelo professor, embora os recursos humanos também na época fossem escassos, era de salientar a influência da igreja em Macau.

O ensino do português, bem como toda a educação em Macau estiveram indissociavelmente ligados à própria história da Igreja e das ordens religiosas que se fixaram no Território (Teixeira:1982); sobressaem as estratégias de ensino, os métodos

¹⁷⁷ Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007. Disponível em <http://taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html>

¹⁷⁸ Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007. Disponível em <http://taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html>

¹⁷⁹ Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007. Disponível em <http://taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html>

¹⁸⁰ A este propósito são instituídos prémios para o melhor aluno de português como refere Azevedo (1984:83) “a da instituição de um prémio pecuniário pelo coronel Tamagnini Barbosa, Governador de Macau, ao tempo de cinquenta patacas, para o aluno que obtivesse nota mais elevada em português”.

¹⁸¹ Entrevista a Henrique de Senna Fernandes, Programa Peregrinações sobre a Divulgação da Literatura Portuguesa em Macau. Rádio Macau. 1997.

de algumas ordens religiosas, principalmente os dos mestres Jesuítas que incentivavam a tenacidade, o espírito combativo, a disputa pelo destaque, o gosto pela argumentação:

“Ele tinha um livro chamado Leituras Morais, em que se exaltavam as virtudes e se carregava nos defeitos. Pegava no livro e contava uma história, lendo. Tínhamos que reproduzir a história à nossa maneira. A redação que mudou a forma de olhar as palavras era sobre a inveja.”¹⁸²

Para quem gosta de escrever e se quer aventurar num livro, Senna Fernandes deixa-nos a sua sugestão:

“Pego num papel e escrevo, o primeiro jato é sempre muito lacunoso, mas é preciso ter aquela base. Depois começo a construir. No entanto, a minha experiência diz-me que não se deve demorar muito a tentar melhorar”¹⁸³.

Vou seguir o seu conselho.

Referências bibliográficas

(1)

- o Amaro, A. Maria (1988), *Filhos da Terra*, Instituto Cultural de Macau, Macau.
- o Azevedo, R. Ávila de (1984), *A influência da Cultura Portuguesa em Macau*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.
- o Batalha, Graciete Nogueira (1995), *O Português Falado e Escrito pelos Chineses de Macau*, Instituto Cultural de Macau, Macau.
- o Batalha, Graciete Nogueira (1985), “Situação e perspectivas do Português e dos crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)”, *Atas do Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo*, Vol. I, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, pp. 287-303.
- o Cabral, J de Pina e Nelson Lourenço (1993), *Em Terra de Tufões, dinâmicas da etnicidade macaense*, Instituto Cultural de Macau, Macau.
- o Castellotti e Moore (2002) *Social Representations of Languages and Teaching*, Council of Europe, Strasbourg.
- o Grosso, M. J., (2010), “O olhar sobre as línguas nas escritas de Macau”, in Ana Paula Laborinho e Marta Pacheco Pinto (orgs.) *Macau na Escrita, Escritas de Macau*, húmus.
- o Grosso, M. J. (2009), “Um Olhar Açoriano sobre Macau” in *Atas/Anais 4º Encontro Açoriano da lusofonia*, Lagoa, S. Miguel, Açores.
- o Guedes e Machado (1998), *Duas Instituições Macaenses, Associação promotora da Instrução dos Macaenses, Escola Comercial “Pedro Nolasco”*, Edições APIM, Macau.
- o Mendes, M.da Silva (1979), “O Ensino da Língua Portuguesa em Macau”, *Macau Impressões e Recordações*, Edição da Quinzena de Macau, Lisboa, pp. 33-36.

- o Senna Fernandes (1997), *Nam Van, Contos de Macau*, 2ª edição, Instituto Cultural de Macau.
- o Senna Fernandes (1986), “Macau de Ontem”, in *Presença Portuguesa no Extremo Oriente*, Instituto Cultural de Macau.
- o Teixeira, Pe. M. (1982), *A Educação em Macau*, Direção dos Serviços de Educação e Cultura, Macau.

(2)

- o *Jornal tribuna de Macau, on-line*, nº3575 (Nova série) de 5 outubro de 2010. Disponível em <http://www.itm.com.mo/view.asp?dT=357503007>
- o *Hoje Macau* de 3 de dezembro de 2010.
- o Disponível em <http://hojemacau.com.mo/?p=6082>
- o Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em <http://taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html>
- o Entrevista a Henrique de Senna Fernandes, Programa *Peregrinações* da Universidade de Macau sobre a Divulgação da Literatura Portuguesa em Macau. Rádio Macau.

33) MANUEL JOSÉ SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, Portugal.



¹⁸² Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007 Disponível em <http://taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html>

¹⁸³ Vide Henrique de Senna Fernandes, os labirintos escondidos por Isabel Castro em 30/9/2007 Disponível em <http://taichungpou.blogspot.com/2007/09/henrique-de-senna-fernandes-os.html>

MANUEL JOSÉ SILVA, investigador da Universidade do Minho, doutorou-se na Universidade de Caen (França) com um “Doctorat d’État” intitulado *Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain* (1991).

Tem participado em numerosos Colóquios, nacionais e internacionais, havendo publicado um número considerável de artigos científicos.

Em 2008, publicou o ensaio intitulado *La langue française et l’histoire*, encontrando-se, atualmente, a preparar um ensaio subordinado ao tema D. Sebastião na literatura portuguesa contemporânea.

[INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.](#)

[É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.](#)



TEMA 3.1. - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS “DESVIOS” DA NORMA LINGUÍSTICA LUSA, MANUEL JOSÉ SILVA, (UNIVERSIDADE DO MINHO)

A língua que aprendemos na escola tem uma relação muito especial com cada um de nós e com a nossa comunidade, grande ou pequena, continental ou insular. Esta relação

é, porém, mais afetiva que racional. Por isso, reagimos às mudanças que nos são impostas no que à língua diz respeito, esquecendo que esta é movimento, variação e herança que se renova e se adapta.

Se o sistema linguístico é por natureza rígido como se de um molde se tratasse, a sua utilização nas diferentes e diversas situações de comunicação torna-o flexível, o que acarreta, por vezes, desvios às normas impostas pelo sistema ou código linguístico.

Uma breve reflexão sobre algumas “incoreções”, a que muitos puristas chamam erros, constituirá o tema da nossa comunicação.

A língua pode ser estudada e analisada como código linguístico ou como meio ou instrumento de comunicação. Como sistema linguístico, as formas estruturais que o constituem são mais rígidas, pouco atreitas à evolução. É evidente que, ao considerarmos especialmente as formas lexicais deste sistema, verificamos que estas podem desaparecer das práticas sociolinguísticas quando os referentes deixam de existir, passando a fazer parte da herança e do tesouro linguístico de cada comunidade ou nação. Na minha infância, por exemplo, usava-se o termo *quartilho* (meio litro). Nunca mais o ouvi. Também nunca mais ouvi uma expressão a que os adultos por vezes recorriam: “Qual é a sua graça”? Pergunta encantadora cujo significado desconhecia.

Temos o sentimento ou intuição de que a sintaxe resiste mais à evolução porque é uma espécie de molde que dá forma a múltiplos enunciados portadores de infinitas mensagens.

Todos sabemos que o sistema linguístico português do século XVI não é idêntico ao do século XXI. No entanto, somos capazes de compreender os textos dessa época já remota. Damo-nos conta, todavia, de que, numa perspetiva diacrónica, a nossa língua, como todas as outras, evoluiu, mudou, mas não se degradou. São os falantes que a maltratam porque não a conhecem bem ou, então, mal a conhecem.

A língua comum dos portugueses não é pois uma língua fixa. Porém a sua evolução não é regular. Há nela um equilíbrio instável entre a fixidez e a evolução.¹⁸⁴

¹⁸⁴ Vendryes (1968 : 269)

O sistema ou código linguístico evolui lentamente. Não é este, porém, o momento para apresentar, sistematicamente, exemplos de tal evolução. Refiro, no entanto, e a título de reflexão, a tendência, aliás ligeira, para o emprego dos tempos verbais do modo indicativo em vez dos tempos do modo conjuntivo. O que é mais habitual é que os falantes não conheçam bem a morfologia dos tempos deste modo verbal. Na norma brasileira, esta ocorrência é bastante frequente nos meios sociais mais incultos¹⁸⁵: *Espero que ele vem amanhã! Eu não quero que você fala com ele / É uma pena que você chegou atrasado.*

A concordância ou sequência dos tempos verbais nem sempre é respeitada:¹⁸⁶ *É desde dezembro que não o via / Surpreendeu-me que ele já tenha vindo.* No entanto, as construções em que entra o conjuntivo são complexas e não têm a simplicidade das que foram apresentadas. Na verdade, são possíveis várias combinações temporais.

Esta não-concordância dos tempos verbais acontece com outras línguas irmãs, como é o caso do francês. Atualmente, o imperfeito e o mais-que-perfeito do conjuntivo não se usam. Por essa razão, quando em português se diz e escreve de modo espontâneo (pelo menos o falante medianamente culto): *Maria desejava que António viesse tomar um café com ela*, em francês dir-se-á: *Marie souhaitait qu'Antoine vienne prendre un café avec elle.*

Como sucede em francês, o futuro simples tende a desaparecer na língua portuguesa e a ser substituído pelo verbo *ir* + infinitivo do verbo principal: *Amanhã vamos dar um passeio.* Por vezes, chama-se a esta expressão verbal futuro imediato que, convenhamos, não é adequado, como se verifica na frase seguinte: *Dentro de dez anos vamos ter um aumento salarial.*¹⁸⁷ Uma outra tendência é a de empregar-se um verbo transitivo sem complemento, quando devíamos utilizar um verbo chamado pronominal reflexo: *O João curou / Maria constipou / A Academia reuniu.*

Nos jornais é muito frequente esta simplificação: “A história acelerou e o líder do PSD ainda não sabe se apanha o comboio ou se fica na estação a acenar o futuro”.¹⁸⁸ Por

vezes encontramos as graças da fala que não sabemos explicar. Todos compreendem a expressão “água-vai”, em *Ele foi-se embora sem dizer água-vai.* Não conhecemos, porém, a razão ou o fundamento do seu significado, o qual reenvia a um tempo passado e a um espaço físico que já não é nosso.¹⁸⁹ Na locução *logo que*, *logo* significa tempo imediatamente sucessivo: *Logo que o pai chegou, entrou a mãe.* Mas, quando afirmo: *Vou logo*, este *logo* quer dizer mais tarde, daqui a um bocado. No passado não era assim. *Logo* significava sempre, já, imediatamente, sem demora. Atualmente dizemos *vou já* e, até, *vou já já.*¹⁹⁰

A língua portuguesa, como todas as línguas, não é homogénea. Contudo, o poder político, a administração, as elites intelectuais e a escola propõem e defendem um modelo: a língua padrão, isto é, propõem normas linguísticas para o uso correto da língua. Cristóvão de Aguiar (2009) na sua obra *Charlas sobre a língua portuguesa. Alguns deslizes mais comuns de linguagem*, não utiliza, como acabamos de verificar, o termo *erro* mas *deslize*. *Deslize* parece reenviar a distração, negligência, *lapsus linguae*. Agostinho de Campos, insigne linguista dos anos quarenta, evoca-o na sua obra *Língua e má língua e nódoas na escrita* (1944). Os pedagogos preferem o vocábulo *desvio*.

O conceito de norma em linguística supõe a existência de um padrão, um modelo de língua: a língua padrão é, no nosso caso, o português correto. Todos nós temos a ideia de que existe esse português correto, falado ou escrito por uma elite intelectual a que desejamos intimamente pertencer. Porém, essa norma “não coincide com a língua mas é uma forma correta e definível de a utilizar”.¹⁹¹

A norma varia historicamente. Na verdade, pode acontecer que o que era considerado correto há cerca de cem anos seja tido como incorreto no tempo presente. Agostinho de Campos, na obra já citada, escreve sempre *preguntar*, *pregunta*. A noção de norma e de correto não é, pois, estática ou fixa: “[...] A evolução não é corrupção linguística. A força

¹⁸⁵ Azevedo (1976 : 23-25)

¹⁸⁶ Mateus e *alii* (2004: 267-272)

¹⁸⁷ Teixeira (1996: 535-536)

¹⁸⁸ Ribeiro (*Correio da Manhã* do 11/02/2011)

¹⁸⁹ Aguiar (2009: 31-33)

¹⁹⁰ Campos (1944: 215)

¹⁹¹ Estrela e *alii* (1991: 209)

de uma língua não reside no seu passado, mas na capacidade de se renovar e dar resposta em cada momento às necessidades do falante.” (Estrela e *alii*, (2004:17).

A evolução e a renovação de uma língua fazem-se ao longo dos tempos, sem sobressaltos, quase de maneira inconsciente. Todavia, como já foi afirmado, a língua é um produto social e propriedade de uma comunidade/nação, símbolo por excelência da sua identidade. Por estas razões, as mudanças repentinas de caráter linguístico, elaboradas por grupos de intelectuais, provocam sempre reações inesperadas, como no caso do novo acordo ortográfico. Estas reações são compreensivas e mostram que os falantes ainda se preocupam com essa herança intemporal.

Embora nem todos pensem que a norma é necessária, é óbvio que os professores sabem que ‘português’ ensinar nas escolas e aos estrangeiros. Por isso, é de aplaudir a publicação de manuais escolares e de programas televisivos e radiofónicos que podem contribuir para que os Portugueses escrevam bem e falem melhor.

Todos distinguem o ato da escrita do ato da fala. E é precisamente no ato da fala que se verificam os maiores deslizes ou desvios da norma, que não perturbam, em geral, o resultado da comunicação. O erro/desvio situa-se ou está na construção/elaboração formal da mensagem. Na frase agramatical que tantas vezes ouvimos do tipo: **Na semana passada houveram muitos acidentes na estrada*, os falantes não hesitam em fazer concordar o complemento com o verbo, pensando que *muitos acidentes* é o sujeito da frase, o que não é verdade, dado que o verbo *haver* é impessoal. É possível que o princípio de analogia funcione neste caso. Na frase sinónima, *Na semana passada aconteceram muitos acidentes na estrada*, o sujeito está colocado depois do verbo, mas os falantes não erram. Ao cometerem um erro ‘grosseiro’ com o verbo *haver*, estarão, porventura, à procura das regularidades do sistema e, por isso, aproximam a organização sintática e morfológica do primeiro enunciado com o verbo *haver* do segundo enunciado com o verbo *acontecer*.¹⁹²

Quanto aos verbos compostos *intervir* e *entretêr*, que têm uma relação válida com os verbos *vir* e *ter*, eles estão lentamente a fugir dos seus paradigmas para entrar nos paradigmas regulares do tema em -i- para *intervir* e do tema em -é- para *entretêr*. Assim, ouve-se e escreve-se, com muita frequência, frases como as seguintes: **O primeiro-ministro entrevistou na Assembleia Nacional / *João entretêu-se, durante três horas na internet*.¹⁹³

Em português, há cerca de cinquenta e cinco participios duplos (refiro-me aos verbos principais), um regular e o outro irregular, de origem latina. A norma impõe que os participios regulares sejam acompanhados de *ter* e *haver* e os irregulares sejam precedidos de *ser*, *estar*, *ficar*. *A carta foi-me entregue pelo carteiro / O carteiro tem-me entregado regularmente a correspondência*. *Carregue* não existe como participio passado assim como *encarregue*, tão usado no dia a dia.

Como podemos observar, na prática quotidiana, a tendência é para usar o participio irregular. Por isso, há bastante tolerância por parte dos linguistas no que diz respeito a esta confusão no emprego dos participios duplos.

A prática da linguagem parece suplantar a norma: “Outras vezes é a forma “regular” que se torna insólita em proveito da “irregular”; assim, a língua contemporânea parece vir restringindo os participios de *ganhar*, *gastar*, *matar*, *pagar* etc., às formas *ganho*, *gasto*, *morto*, *pago* etc. [...] Note-se que os verbos *abrir*, *cobrir*, *dizer*, *escrever*, *fazer*, *pôr*, *ver* e *vir* apenas conhecem um participio irregular: *aberto*, *coberto*, *dito*, *escrito*, *feito*, *posto*, *visto* e *vindo*.” (Lopes, 1995: 423 e 426).

Por vezes, hesitamos sobre a grafia do advérbio interrogativo de causa *porque*. Na verdade, é frequente a sua ocorrência numa ou em duas palavras. A norma propõe algumas regras que na verdade não são acatadas por todos os gramáticos e linguistas. Nas orações interrogativas diretas, que não dependem de um verbo, emprega-se *porque*, numa só palavra, quando este advérbio está associado a um verbo: *Porque não vais ao cinema?* Escreve-se igualmente numa só palavra nas interrogativas chamadas indiretas,

¹⁹² Henriques (1973: 274-275)

¹⁹³ Teixeira (1996: 537)

isto é, nas orações dependentes de uma outra oração subordinante cujo verbo significa interrogação: *interrogar, perguntar, inquirir* ou ideia de interrogação: *saber, ignorar, dizer*, etc.: *Diz-me porque não vais ao cinema*. A grafia em duas palavras obedece à regra seguinte: quando o elemento interrogativo está ligado ou associado a um substantivo (razão, motivo, pretexto) escreve-se em duas palavras, sendo o segundo elemento (*que*) um pronome interrogativo adjunto: *Por que motivo não vais ao cinema?*¹⁹⁴ As regras assim apresentadas parecem não causar hesitações ou dúvidas. No entanto, na frase *Por que esperas?* com o sentido de *Que coisa esperas tu?* ou *Qual é o objetivo da tua espera?* *Por que*, embora associado a um verbo escreve-se em duas palavras. O elemento *que* é um pronome indefinido, sinal de interrogação.¹⁹⁵ Este último exemplo vem afetar a regularidade da norma. Há linguistas que adotam uma regra mais simples. Segundo eles, deve empregar-se este elemento interrogativo em duas palavras: "*Por que é uma expressão invariável, resultante do agrupamento da preposição por e do pronome relativo ou interrogativo que* equivale a expressões como *pelo qual, pela qual, pelos quais, pelas quais*: *Diga-me a razão por que não veio; Por que não vens passear?* Emprega-se *por que* quando associado, explícita ou implicitamente, a palavras como *motivo, razão, causa*: *Não sei por que não veio passear.*" (Estrela, 1991:548-549).

Atentemos agora na frase *Eis porque havemos de ser tolerantes*: "Esta frase, graças à palavra *eis*, faz supor igualmente a existência de alguém que deseja saber *por que* razão devemos ser tolerantes [...] *Eis* é equivalente a *vou dizer, vou explicar, ora aqui está, reparem bem* e expressões congêneres. (Henriques, 1977:114). Em títulos de livros e em artigos de jornais, o elemento *porque* escreve-se numa só palavra, segundo a maior parte dos gramáticos: *Porque resistimos*. Esta frase implica *vou dizer porque resistimos*. Trata-se de uma oração interrogativa indireta.¹⁹⁶

Em síntese, a maior parte dos gramáticos propõe a norma segundo a qual o advérbio interrogativo de causa se escreve numa só palavra quando associado a um verbo. Em duas palavras, quando está associado explicitamente aos substantivos *motivo, razão,*

causa, pretexto, etc. Outros gramáticos simplificam a norma tomando-a homogênea. Assim, este elemento interrogativo escreve-se em todas as ocorrências em duas palavras, uma vez que explícita ou implicitamente está associado aos substantivos acima referidos.

Os formadores, sobretudo os que ensinam o português, são de opinião de que a língua pátria se degrada cada vez mais. Culpam os jovens de ressuscitar linguagens que nos fazem recordar os primórdios da escrita. Basta lembrar as mensagens eletrônicas... não é por essa razão que a linguagem se degrada, uma vez que o sistema linguístico se adapta a todas as situações de comunicação.

Devemos relativizar o erro, embora não o aceitemos por razões especialmente pedagógicas. Na verdade, as normas linguísticas não são fixas, variam em diacronia e mesmo em sincronia. A este propósito, cito Teixeira [1996: 530]: [...] *O ato da fala é necessariamente um ato errante porque é sempre um ato onde alguém, à procura de meios [as palavras] para se fazer entender, vai por aqui ou por ali, vagueando no grande mar da língua. É esta errância que implica a possibilidade do aparecimento do erro*".

Referências bibliográficas:

- Aguiar, Cristóvão de (2009) *Charlas sobre a Língua Portuguesa. Alguns dos deslizes mais comuns de linguagem*, Coimbra: Almedina.
- Azevedo, Milton M. *O subjuntivo em português: um estudo transformacional*, Petrópolis: Vozes.
- Bom português (2009), Porto: Editora.
- Borregana, António Afonso (2004) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Contra, Lda.
- Campos, Agostinho de (1944) *Língua e má-língua. Graças da fala e nódoas na escrita*, Lisboa: Bertrand.
- Estrela, Edite e *alii* (1991) 'Dificuldades da língua portuguesa', in *Falar melhor, escrever melhor*, Lisboa: *Seleções de Reader's Digest*, 548-549.
- Estrela, Edite e *alii* (2004) *Saber escrever-Saber falar*, Lisboa: Edição Círculo de Leitores.
- Henriques, José Neves (1973) 'Consultas e esclarecimentos' in *Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa* nº 24, 274-275.
- Henriques, José Neves (1977) 'Consultório linguístico' in *Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa*, Out, Nov, Dez, 112-113-118.
- Lopes, João Antunes (1995) *Dicionário de Verbos Conjugados*, Coimbra: Almedina.
- Mateus, Maria Helena Mira e *alii* (2004) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.
- Ribeiro, Octávio (2011) "Portugal a recibo verde" in *Correio da Manhã* do 11/02.

¹⁹⁴ *Bom Português* (2009 : 162)

¹⁹⁵ Henriques (1977 : 112-113-118).

¹⁹⁶ Henriques (1977 : 118)

Rodrigues, Adriano Duarte e *alii* (1991) *Falar melhor escrever melhor*, Lisboa: Edição de Seleções de Reader's Digest.

Teixeira, José (1996) 'Errare humanum est' (sincronia, diacronia e erro) in *Diacrítica* nº11, 529-537.

Vendryes, Joseph (1968) *Le langage. Introduction linguistique à l'histoire*, Paris: Albin Michel.

34) **MÁRIO MOURA, Mestre em Museologia e Património, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Açores,**



MÁRIO MOURA nasceu na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel (Açores), em 1957.

Reside nessa Cidade, onde exerce as funções de Chefe de Divisão de Ação Sociocultural da Câmara local.

Estudou em França e nos Estados Unidos e lecionou no ensino secundário e universitário.

Licenciou-se em História (Via Científica), no Rhode Island College, EUA, em 1983, tendo obtido equivalência, na Universidade dos Açores, em 1984.

Mestre em Museologia e Património desde 1997, pela Universidade Nova Lisboa.

É membro da Phi Alpha Theta, Associação de Historiadores norte-americanos e países anglófonos, do I.C.O.M., da A.P.O.M. e da APA: Associação Profissional de Arqueologia.

Ganhou o Lullac Award (prémio para alunos norte-americanos), uma bolsa de estudos na Brown University, EUA, em 1983, uma Bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian - 1995 (programa de estudo em Espanha e Mértola) e recebeu um voto de louvor da Assembleia Municipal da Ribeira Grande pelo estudo, recolha e exposição do espólio cultural do concelho em 1986.

Medalha de Mérito Cultural – Junta de Freguesia de Matriz Ribeira Grande -, setembro de 2008

É Presença habitual dos Colóquios da Lusofonia (Encontros Açorianos)



Outros livros publicados pelo autor:

- Arcano da Ribeira Grande, (1999).
- Memórias do presépio da Ribeira Grande, (1996).
- Memórias dos Moinhos da Ribeira Grande: um percurso terrestre à terra dos moinhos de água, (1997).
- A "Mã" da água, a "santinha" e a água que dorme: acessos à mentalidade dos moleiros da Ribeira Grande, (1999).
- Casos Falantes: azulejos de corda seca e de aresta das terras do ex-mosteiro de Jesus da Ribeira Grande, (1998).
- Andanças dos Irmãos Botelho (2006)
- Nascimento de uma Paróquia (2009)

- A Freira do Arcano, Margarida Isabel do Apocalipse” ed. Publiçor, Ponta Delgada, Açores (2010) prefácio de Chrys Chrystello
- Cinco Vidas Publiçor (2010) prefácio de Anabela Mimoso

TEMA 3.5 HISTÓRIA DE DOIS AÇORIANOS NO MUNDO, MÁRIO MOURA, CAMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE, AÇORES

O esboço biográfico do Dr. José Nunes da Ponte e de Manuel Raposo Marques, dois naturais da Conceição da Ribeira Grande, o primeiro de finais da primeira metade do século XIX, o segundo de finais da segunda metade do século XIX, ambos estudaram em Coimbra, o primeiro, seguiu medicina, o segundo música, o primeiro chegou a primeiro presidente açoriano do Senado em 1917, foi presidente da Câmara Municipal do Porto, Governador Civil e Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, o segundo foi maestro do Orfeão Académico de Coimbra durante mais de quatro décadas.

O primeiro era republicano, e como republicano mais velho da Câmara do Porto foi quem proclamou a República no Porto.

Por ter tido uma viagem traumática, segundo corre na família, nunca mais regressou em pessoa aos Açores, mas escolheu uma casa na Foz do Douro, em ambiente que não podia ser mais parecido à da sua Ribeira Grande.

Apesar de ter casado no seio de uma família nobre, da nobreza bem antiga, apesar de estar enterrado junto ao mausoléu dos sogros, onde havia brasão dos Soares de Albergaria, em Midões, fez construir um para si e para a sua família chegada, mulher e filhos cujo brasão é o mérito e não o sangue, diz assim: Mausoléu de José Nunes da

Ponte. Impressiona-me o que fez este filho de merceeiro e neto de barbeiro da Conceição da Ribeira Grande.

Raposo Marques foi um homem que regressou muitas vezes à sua terra, apesar de ser homem das 4 partidas do mundo, vinha à terra reclamar os aplausos.

Dr. José Nunes da Ponte, esposa e filhos

Dr. José Nunes da Ponte

(n. 20.10.1848 - CRG)

(f. 05. 09.1924 - FDP)

c. 03.11.1881 – SC Coimbra

D. Maria Emília Monteiro Soares de Albergaria Nunes da Ponte

(n. 06.01.1850 – Castelo Viegas - Coimbra

*f. 1.05.1909 (?) – Foz do Douro - Porto)*¹⁹⁷

Maria Ludovina

*(N. ? F. ?)*¹⁹⁸

Luís Monteiro Nunes da Ponte

(N. 17.02.1884- Resende,

F. 30.12.1971 – Foz do Douro

Maria Florinda Soares de Albergaria Nunes da Ponte de Sousa Guedes

N. 18.06.1885 – Resende

F. 04.06.1979 Foz do Douro

Maria Amélia Soares de Albergaria Nunes da Ponte

N. 02.12.1888 Foz do Douro Porto

F. 02.09.1970 – Foz do Douro

(ano em que Salazar faleceu. Estava viva quando faleceu Salazar: 27.07.1970)

DR. JOSÉ NUNES DA PONTE, (ESBOÇOS E PERFIS EM CONSTRUÇÃO), A LEMBRANÇA DEPOIS DA MORTE

José Nunes da Ponte é filho natural da vila da Ribeira Grande e filho adotivo da cidade do Porto. É mais nem menos, o primeiro açoriano a chegar a Presidente do Congresso da República Portuguesa.¹⁹⁹ Além deste alto cargo, desempenhou ainda funções de governador civil e de presidente da Câmara do Porto e de ministro da República. Por tudo isto, deveria estar para a Ribeira Grande como Teófilo de Braga está para Ponta Delgada

¹⁹⁷ Paes de Melo, Manuel Soares de Albergaria, Soares de Albergaria, edição do autor, 1952, p. 195. Contudo, mandando pesquisar nos Arquivos do Porto, nada foi encontrado naquela data. Parece que estaria viva quando a filha casa, em três de novembro de 1910, aí não se diz que falecera, porém, fosse como fosse, na pior das hipóteses em 1923 já havia falecido. Ou em 1914-15 ou 16, conforme a data da fotografia de Marco de Canaveses. Em que aparece José Nunes e a filha mas não Maria Emília.

¹⁹⁸ Informação de Miguel Nunes da Ponte, 17 de janeiro de 2010: ‘Também meu avô [Luís Nunes da Ponte] teve uma irmã que morreu criança. Era a mais velha e chamava-se Maria Ludovina. Nada mais consegui saber até porque minha tia Teresa nada mais sabia.’

¹⁹⁹ O PRP não participou, só os apoiantes de Sidónio Pais fizeram parte da Câmara e só uma das duas esteve aberta.

ou Manuel de Arriaga para a Horta, no entanto, tirando a promessa de dar à rua do Vale o seu nome, promessa há oitenta e seis anos esquecida, pouco ou nada se tem feito para honrar a promessa. Ou dignificar a sua memória. A não ser o descerramento, trinta e três anos depois da sua morte, de uma placa na casa errada. Ou a emissão de um selo com a sua efígie em outubro de 2010.

Em 1924, no final da I República, que haveria a comemorar? Nada. Aliás, a I República não se livrava da reputação, correta, de balbúrdia. Depois, já no Estado Novo, em 1957, que haveria de novo a comemorar? Pouco depois viria o sobressalto das presidenciais de 1958. Mais uma vez, que haveria a comemorar? Nada.

Se os republicanos moderados, que detestavam os radicais, não viam motivos para celebrar a República, os republicanos radicais, por seu turno, celebrando a República, também não viriam razões para incluir nas celebrações os republicanos moderados. Aliás, muitos ou poucos, não sei, dos republicanos moderados, iriam aplaudir o vinte e oito de maio e até tornarem-se adeptos da Ditadura. Como foi o caso de Luís Nunes da Ponte, filho do Dr. José Nunes da Ponte. Pelo menos inicialmente.

Só agora, no generalizado e consensual movimento de celebração do Centenário da República, se poderá reabilitar as figuras gradas da I República: radicais e moderadas? Entre as quais, se inclui o moderado José Nunes da Ponte? A explicação talvez fosse somente esta, não fora o caso de o moderado Manuel de Arriaga ter sido homenageado e o moderado José Nunes da Ponte não.

BREVE SINOPSE DA VIDA DO DR. JOSÉ NUNES DA PONTE

²⁰⁰ In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_de_Magalh%C3%A3es Luiz de Magalhães filho de José Estêvão, o grande tribuno da Monarquia Constitucional Portuguesa. Desde muito cedo ligado à política, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo como objetivo aceder a uma carreira na magistratura. Foi nomeado por José Dias Ferreira, então presidente do ministério, para o cargo de governador civil do Distrito de Aveiro. A partir daí ingressou na vida política, sendo eleito em 1897 deputado por Vila do Conde e em 1899 pela Póvoa de Varzim. A 19 de maio de 1906 foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo chefiado por João Franco. Após a implantação da República Portuguesa manteve as suas convicções monárquicas e em 1919 apoiou a tentativa de golpe de Estado da *Monarquia do Norte*, sendo então nomeado para a pasta dos

Caso curioso, mas que não adianta uma palha à biografia; aquele que mais tarde viria a ser o Dr. José Nunes da Ponte nasceu e faleceu numa sexta-feira: nasceu numa sexta-feira de outono, no dia vinte de outubro do ano de 1848, e viria a falecer numa sexta-feira do final do verão, no dia cinco de setembro do ano de 1924. Chegou a este mundo na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na Ribeira Grande, e partiu para o além na paróquia de São João da Foz, no Porto.

Conseguí registar, até ao momento, mais dez irmãos de José, mas desconheço quantos deles sobreviveram até à idade adulta. Devem ter sobrevivido sete dos onze: quatro raparigas e três rapazes.

Das raparigas, chegaram à idade adulta: Maria da Glória, Maria da Conceição, Maria Filomena e Maria da Luz. Dos rapazes: José, Damião e Manuel.

Existem descendentes diretos a viver no Porto e ramos aparentados a viver na Ribeira Grande - Mesmo saindo da ilha para nunca mais voltar, José Nunes da Ponte manteve contacto com a família da Ribeira Grande e a da Ribeira Grande com a família no Porto.

TRAÇOS E RABISCOS DO PERFIL DE JOSÉ NUNES DA PONTE - POR QUEM O CONHECEU

Por alturas da sua morte, disse dele o monárquico Luís de Magalhães, filho de José Estêvão, célebre tribuno do período da monarquia constitucional,²⁰⁰ em carta endereçada ao filho que '(...) *era austero sem segura; firme nas suas convicções, sem intolerância; dedicado à sua causa, mas sem ódios. Sonhador, sempre um adversário cavalheiresco e nobre.* (.²⁰¹

negócios estrangeiros do governo revolucionário. Foi poeta e prosador de grande mérito, seguidor da corrente literária do realismo. Fundou várias revistas e muitas tertúlias. Destaca-se, entre as suas obras, o romance *O Brasileiro Soares*, publicado com um prefácio de Eça de Queirós. Viveu na Quinta do Mosteiro de Moreira da Maia, que sua mãe adquirira em 1874. A sua casa foi local de reunião de grandes vultos da intelectualidade portuguesa, incluindo Eça de Queirós, Antero de Quental, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Jaime de Magalhães Lima, Alberto Sampaio e António Feijó.

²⁰¹ Carta de Luís de Magalhães a Luís Nunes da Ponte, [s.d][s.l.], na posse da família.

Nada disso seria surpreendente, continuava Luís de Magalhães, haviam travado conhecimento ‘(...) logo no primeiro ano de Coimbra, já lá vão [iam] 45 anos.’ O tempo, em vez de os afastar um do outro, como sucede em casos semelhantes, aproximou-os. Dizia ele: ‘(...) e a nossa amizade pela vida fora, nunca nada a perturbou, nem mesmo a política, apesar de militarmos em campos opostos. (...)’²⁰²

E, pondo de parte as palavras que a convenção social de então, porventura, impunha a propósito do momento, terminava a carta afirmando que: ‘(...) como amigo, e como português, choro a perda de um grande homem de bem (...)’

O QUE NOS REVELAM AS IMAGENS

Feita uma ligeira incursão pelos meandros da alma vistos por quem nos vê, ao caráter de José Nunes da Ponte, ficaria por saber o que ele pensaria de si próprio acerca disso mesmo, algo que talvez se vislumbre na sua poesia, e, além disso, fica por saber ainda como seria a sua aparência física. Uma primeira imagem conhecida de José Nunes da Ponte, em que ele aparece trajado de batina sobraçando uma pasta de curso (que parece ser de curso), será próxima do ano de 1879, altura em que se formou.²⁰³ Mostra-nos um homem jovem, seguro, orgulhoso, bem-parecido. Quase duas décadas depois, há um desenho a carvão, que fez capa da revista Os Pontos, de 20 de junho de 1897.²⁰⁴ José Nunes aparece aí com um ar determinado. Diz em título: ‘*Illustre clínico e Presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano do Porto.*’ Na lapela do casaco, à esquerda do observador e à direita de José Nunes da Ponte, identifico a palavra *União*, mas não

mais (será a menção a uma loja maçónica?), além da palavra *Negreiros*.²⁰⁵ Não tenho a certeza.

José encontra-se ligeiramente de perfil, virado para a esquerda do observador, tem o nariz um pouco adunco, bigode, como será sempre apresentado, testa alta, de cabelo ondulado a formar um bico na testa. A ter sido feita na altura em que saiu na revista, José Nunes seria um homem a caminho dos quarenta e oito anos de idade. Parece estar em plena forma física e de boa saúde.

Além do desenho a carvão, um quadro a óleo: homem loiro de olhos azuis. Segue-se um postal de propaganda eleitoral, com as cores verde e vermelha da bandeira e branca ao meio.²⁰⁶ Aparenta serenidade, alguém em quem se pode confiar.²⁰⁷ Continua magro. Mesmo que a fotografia tivesse sido tirada em 1911, José Nunes já andaria na casa dos sessenta.²⁰⁸ Já é um homem envelhecido.

Recentemente chegou-nos às mãos, uma cópia digital de uma outra caricatura a carvão de José Nunes da Ponte. Deve ser do início da implantação da República, pois a legenda refere: ‘*Allons enfants de la patrie/ Le jour de la gloire est arrivé!*’ (Vamos filhos da pátria! O dia da glória chegou!).²⁰⁹ Uma figura em pé, segurando a haste da bandeira bicolor republicana com a mão direita, sendo a esfera armilar a sua própria cabeça. Usa o barrete frígio republicano.²¹⁰

Mas há testemunhos indiretos de quem o conheceu. Para o ano de 1915 ou de 1916, ‘há uma bela foto do meu bisavô [testemunho do bisneto, Dr. Luís Nunes da Ponte] com a família no verão de 1915 em casa da nora Ana Corte Real Nunes da Ponte, casada com seu filho Luís, na Casa do Souto (Marco de Canaveses) que foi de minha avó Ana, depois de meu pai e agora é minha e de meus irmãos.’²¹¹ E ‘(...) um quadro a óleo e a cores da mesma época, onde sobressaem os olhos

da Matriz; Fonte: BPARPD, Casamentos, Conceição, Ribeira Grande, 1872, Registo n.º 4. (informação dada por Eng.º António Pontes); Este postal encontra-se na posse da família da Ribeira Grande. Aliás, encontrava-se, passou para outro ramo da família, pelo menos um exemplar, no ramo dos Carvalho, da irmã Filomena Nunes. Não sei se também na posse da família de João Maria da Ponte, filho do padrinho José Jacinto da Ponte. João Maria, músico, certamente foi amigo de infância de José Nunes da Ponte na Ribeira Grande. Seriam pela mesma idade. José teria mais uns dois anos do que o primo João.

²⁰⁸ Segundo o Dr. Luís Nunes da Ponte, haverá uma versão ligeiramente diferente desta.

²⁰⁹ Tradução: Mário Moura

²¹⁰ O Dr. Luís Nunes da Ponte, bisneto, enviou-me esta caricatura do bisavô em finais de novembro de 2010.

²¹¹ Tem registada atrás a data 1915.

²⁰² Idem

²⁰³ Testemunho escrito do Dr. Luís Nunes da Ponte, 28 de janeiro de 2011.

²⁰⁴ Os Pontos, Porto, 20 de junho de 1897. Uma cópia encontra-se na posse dos descendentes que vivem na área do Porto.

²⁰⁵ António Lopes, investigador da maçonaria: ‘O José Nunes da Ponte tenho-o como membro da Loja União do Porto. Só não possuímos as datas em que frequentou a Loja nem o nome simbólico.’ Negreiros, ou outro nome, poderá ser o seu nome simbólico?

²⁰⁶ Por esta altura, já haviam escolhido a bandeira definitiva? Que significa a divisão em três cores? Nada? Ei-las: no canto superior esquerdo, um triângulo verde, no inferior direito, um triângulo vermelho e no resto um espaço branco de onde sai a figura do Dr. José Nunes da Ponte.

²⁰⁷ João da Ponte, nasceu: 20 de outubro de 1850; onde: Conceição; Profissão: Recebedor; Faleceu: 23/09/1916 na Conceição; Casou: Na Conceição a 5 de fevereiro de 1872; Com Maria da Luz natural

*muito azuis. Esse quadro estava na Casa do Souto antes mencionada. Por partilhas o quadro ficou para minha irmã Ana.*²¹²

Existem fotografias, no espólio do Parlamento Nacional, que mostram um José Nunes da Ponte de fraque, elegante, por altura em que foi Presidente do Senado da República em 1918.²¹³ Já a fazer setenta anos, estava de pé, ao lado das mais altas dignidades da altura, à espera de uma carruagem que transportava o chefe do governo de então. Parece-me. É um José Nunes sereno. Já diminuído fisicamente. Digno. Ainda outra fotografia, que saiu nos jornais locais, da ilha, talvez seja a que serviu para o postal. Através da informação que se pode obter das imagens, sabemos que não seria alto, contudo, era magro, a pintura a cores mostra que tinha cabelos loiros e olhos azuis.

Acerca destes aspetos físicos, temos o testemunho do Dr. Luís Nunes, bisneto, que ouvia do seu pai, neto de José Nunes, que o conheceu em vida: '(...) *Louro de olhos azuis. Acho que não era alto. Era magro.*'²¹⁴

Na casa dos sessenta, mais razões teremos para o ver sereno na aparência e na natureza? Para ilustrar este seu lado sereno, nada como ouvirmos uma história que circula na família: o episódio da bomba colocada à porta da casa da Foz. Deu-se, talvez, na casa do filho Luís Nunes da Ponte, a duzentos metros da casa da irmã de Luís Nunes, junto à foz do Douro, ⁴

(...) com vista desafogada sobre o mar e rio. Penso que foi nesta casa do filho Luís que foi colocada a bomba, penso que em 1920-21. Continua o Dr. Luís Nunes da Ponte: '(...) meu pai, Carlos, então com sete, oito anos é que nos contou a história: estavam todos à mesa (almoço ou jantar) quando explodiu a bomba e a criada aflita veio informar o "Sr. Doutor". Ele terá perguntado se havia mortos ou feridos. Informado de que não havia, que só destruíra a porta de entrada, meu avô terá dito: vamos então acabar o almoço (ou jantar) e depois vou ver. (...)'. A notícia foi referida a nível nacional: '(...) No Diário das Sessões (...) posteriores ao episódio, há intervenções de vários deputados condenando esse atentado carbonário e solidarizando-se com o Dr. Nunes da Ponte.'²¹⁵

Pela sua poesia, ficamos com uma ideia do modo como sentia, porém não iremos além de dizer que era um homem sensível, um migrante que saiu da sua terra com pouco mais

de dezasseis anos para nunca mais regressar inteiro a ela. Apesar de, ponho as mãos no lume à vontade nisso, ter regressado em espírito as vezes que só alguém que passou pelo mesmo que ele saberá reconhecer. E para tal, os documentos escritos pouco ou nada mais adiantam. Apesar de indicarem pistas. Biografar pessoas não é o mesmo que fazer história de acontecimentos.

Continuo a referir o testemunho anterior. Veja-se a prova para o que afirmei: '*No tempo do meu avô (brigadeiro) ele mandava vinho do Porto para as ilhas e de lá mandavam ananases. Creio que pelo Natal e creio que o meu bisavô o haveria de ter feito.*'

Se José Nunes da Ponte não vinha do continente à ilha, os da ilha iam ao continente. Uma notícia de jornal, leva-nos a pensar que tal tivesse ocorrido. Ou seja, de que haveria, além de cartas trocadas entre, por exemplo, José Nunes e o primo João da Ponte, visitas dos da Ribeira Grande ao continente e ao Porto. Diz assim a nota:

*'Passageiros vindos no último paquete para estas ilhas (...) Manuel B. Velho de Melo Cabral, João da Ponte e família (...).'*²¹⁶

Antes de os pais casarem

Damião, cujo nome completo era Damião António Nunes da Mota e Florinda, que tinha a seguir a Florinda o nome Inocência, casaram em pleno outono do ano de 1845. Calhou numa quarta-feira, dia cinco de novembro.²¹⁷

No dia em que se casaram na igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição, enquanto Florinda ia fazer vinte e três anos dali a doze dias,²¹⁸ Damião fizera vinte e três a vinte e três de fevereiro.²¹⁹ Damião era viúvo. A doze de novembro completaria um ano que perdera a primeira mulher.. Damião não tardou a casar de novo.

A PROLE DE DAMIÃO ANTÓNIO NUNES DA MOTA E DE FLORINDA INOCÊNCIA DA PONTE

²¹² Testemunho escrito do Dr. Luís Nunes da Ponte, 28 de janeiro de 2011.

²¹³ Enviada pelo Dr. Luís Nunes da Ponte.

²¹⁴ Entrevista com o Dr. Luís Nunes da Ponte, Lisboa, Parlamento, 20 de março de 2008.

²¹⁵ Testemunho do Dr. Luís Nunes da Ponte, 28 de fevereiro de 2011.

²¹⁶ Diário dos Açores, 28 de dezembro de 1897, fl. 2

²¹⁷ BPARPD, Casamentos, Conceição, Ribeira Grande, Lv. 6, 1832-1860, fl. 134v.

²¹⁸ BPARPD, Batismos, Conceição, Ribeira Grande, Liv. 14, 1821-1829, fl. 38 v.

²¹⁹ BPARPD, Batismos, Conceição, Ribeira Grande, Liv. 14, 1821-1829, fl. 18

Primeiro chegou José. Dois anos depois veio a primeira de nome Maria, dois anos depois, Damião, um ano a seguir a Damião, Manuel, dois anos depois, a segunda Maria, depois sem data, uma terceira, já que há menção a uma quarta Maria em 1855, uma quinta, em 1858, uma Maria da Glória, tenho dúvidas de que seja esta, ou melhor, não tenho a certeza absoluta, em 1861, um Augusto e, em 1864, a sétima Maria.

Quando a mãe de José teve o último filho, dos que descobri, José Nunes estaria a acabar o Liceu Nacional de Ponta Delgada. Estava prestes a fazer dezasseis anos de idade.

Florinda tivera o primeiro filho, José, aos vinte e cinco para vinte e seis anos, e o último, a sétima Maria, aos quarenta e um anos. Havia chegado a idade de descansar o útero? Mesmo que não quisesse.

Que fazia pela vida o pai?

Com data de dezassete do mês de agosto, três anos após o nascimento do filho José, Damião era identificado numa relação da freguesia da Conceição, destinada ao recenseamento eleitoral, como *'logista e artesão'*.²²⁰ Passados apenas nove dias, é apresentado já não como artesão, fosse lá o que fosse que isso significasse, mas como *'proprietário e logista'*.²²¹ Desconheço de todo a diferença.

Onde foi Damião buscar o rendimento para estar bem na vida?

Para tentar responder à pergunta, valho-me do registo de fianças de Vendeiros – Retalhantes da autarquia.²²² Série documental deveras succulenta que nos abre caminhos a uma resposta plausível. Damião é um comerciante respeitado na terra: vende bebidas espirituosas a retalho. Já era em 1852.²²³ Por isso fora escolhido, creio que terá sido esta a razão da escolha, como fiança de outros vendeiros. Ele também recorre a um deles para se afiançar. Seria prática então corrente. Em 1852, José Nunes da Ponte seria muito novo

para se lembrar das atividades do pai, ainda não fizera quatro anos, mas, em 1860, já com doze, no último ano antes de ir estudar para fora da Ribeira Grande para Ponta Delgada, já então se deveria lembrar perfeitamente bem. Em 1860, Damião tem loja aberta nos Foros. Num termo de fiança, datado de vinte e sete de novembro, mais um que dá, diz-se assim: ‘

*(...) o Vendeiro Retalhante Damião António Nunes (...) declarou na conformidade das Posturas d'este Município [que] prestava como sua fiança (...) [o] seu estabelecimento de Loja de Líquidos situada nos Foros da Freguezia Conceição d'esta mesma Villa (...).'*²²⁴

Cidadania cristã de José Nunes da Ponte

Seguindo de perto os passos do católico José Nunes, primeiro do que tudo, há a registar que fora batizado, a nove do mês de novembro de 1848, com apenas vinte dias de vida, e, depois, aos oito anos de idade, em 1857, viria a cumprir o sacramento da confissão. Na vida de um cristão, a confissão era o primeiro passo que vinha logo a seguir ao batismo. Para se nascer cristão, não bastava sair do ventre materno, era preciso ir à pia batismal. Além do mais, ser cristão e católico apostólico, romano, o que José continuou a ser para o resto da vida, significava não só cumprir aqueles sacramentos mas todos os demais da Santa Madre Igreja. Para José se confessar tinha de saber a doutrina. E terá aprendido com alguém. Talvez até com o tio padre. Finalmente, atingiria a terceira etapa, a da comunhão, em 1860, aos doze anos de idade.

Vamos primeiro ver quando José se confessou e comungou pela primeira vez nas mais de sete décadas de vida que viveria. A primeira alusão a José nos róis de confessados da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, também é referido como rol de comunhão,

²²⁰ AMRG, Livro do Registo do Recenseamento dos Eleitores do Concelho da Villa da Ribeira Grande, RE-3, 1849-1852, Freguesia da Conceição, 25 de outubro 1849, Liv. 59, fls 37v-38

²²¹ AMRG, Livro do Registo do Recenseamento dos Eleitores do Concelho da Villa da Ribeira Grande, RE-4, 1851, Freguesia da Conceição, Liv. 60, fls 18v-19

²²² AMRG, Registo de Fianças de Vendeiros/Retalhantes de Bebidas Espirituosas, liv. 10, 1836-1857, e outros.

²²³ AMRG, Registo de Fianças de Vendeiros/Retalhantes de Bebidas Espirituosas, liv. 10, 1836-1857, 21 de julho de 1852, fl. 61

²²⁴ AMRG, Registo de Fianças de 1858-1863, A, liv. 18, 1836-1857, 5 de novembro de 1858, fl. 33

documento para provar a confissão e a comunhão, é a do rol da quaresma de 1857.²²⁵ José tinha então oito anos de idade.

A família já morava ao tempo na casa da rua do Vale. Os pais haviam cumprido a sua obrigação quaresmal da confissão e da comunhão. No rol de Confessados da quaresma seguinte, portanto, em 1858, ao lado de José, aparece uma irmã Maria. Mas qual delas? Desconheço qual das quatro sobreviventes das sete que Florinda deu a Damião seria aquela Maria. No de 1859, repete Maria e José. Mas quer José quer Maria, o irmão com onze anos e a irmã com nove, apenas se confessam ainda.

A situação mudaria na quaresma de 1860. Com doze anos feitos a caminho dos treze, José comunga pela primeira vez na sua vida. Uma pergunta: por que razão havendo-se confessado pela primeira vez aos oito só comungaria aos doze? Porquê? Pergunta pertinente, julgo, tanto mais que se conhecem casos de comunhões antes dos doze anos. Qual a possível explicação? José Nunes da Ponte não seria muito entusiasta na aprendizagem da doutrina? Talvez. Será pela razão de que as meninas são sempre mais aplicadas? Se é que o são. Ou de que as meninas poderiam comungar mais cedo? É bem possível.

O irmão Damião, Damião Júnior, confessava-se em 1862. Era quatro anos mais novo do que José. Aos dez, se a informação estivesse certa, o que não é o caso, Damião teria comungado. Na de 1863, um ano depois, só se confessa. O que confirma que a nota de 1862 foi incorretamente transcrita. Em 1864, não há dúvida, Damião comunga. Tem então doze anos de idade. Os mesmos que tinha o irmão José quando comungou pela primeira vez. Situação normal? Uso da família? Não sendo normal nem uso da família, pode pensar-se que seria mais uma prova de que José preferia outras coisas a decorar o catecismo? Mas, se era avesso a decorar o catecismo, na Faculdade de Medicina em Coimbra, teve de decorar ossos, veias e artérias com fatura. Não terá tido então outro remédio. Estaria mais virado para a poesia? Desinteresse?

Onde terá estudado José na Ribeira Grande? O que terá aí estudado?

Paralelamente à sua progressão no seio da Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana, com a Confissão, primeiro aos oito anos, e quatro anos depois, aos doze, com a Comunhão, estaria igualmente a progredir no seio civil da comunidade. Assim, teria aprendido, entretanto, não conheço o currículo, a existir currículo, a ler, a escrever e a contar. Mas onde o teria feito antes de ir para Ponta Delgada? Se não o fez mesmo em Ponta Delgada. Sobre este assunto, não temos rigorosamente quaisquer dados diretos, apenas alguns indícios e meras suposições.

Havia, pois, na Ribeira Grande, na altura em que José Nunes da Ponte teria idade para iniciar os seus estudos primários, professores e escolas masculinas disponíveis: à volta do ano de 1852, José Nunes teria uns cinco anos de idade, havia uma cadeira de Latim regida por António dos Santos Dias, não se indica o local; em 1856, José Nunes teria nove, dez ou à volta de dez anos, iria abrir, não se sabe se abriu, uma aula de Instrução Primária no dia 6 deste mês, na Rua Direita de Santo André, na casa n. 95, sendo o responsável o padre José Leonel Paiva; ou, em 1858, não sei se é outra ou alguma das duas anteriormente referidas, 'Eschola Publica d'Instrucção Primaria.' Teria ou não frequentado? Não sabemos. Teria o tio padre José que o batizara tido algo a ver com as primeiras letras do sobrinho? Ou algo a ver com algum apoio nos estudos? Estaria por esta altura em Ponta Delgada? Não sei.

Estudos em Ponta Delgada

Onde quer que José tenha aprendido, na Ribeira Grande, ou mesmo fora da Ribeira Grande, a ler, a escrever e a contar, em casa com mestre contratado ou com a mãe ou em casa de outras pessoas, em escola oficial ou não, certo é que José no ano letivo de 1861-1862 está matriculado no Liceu Nacional de Ponta Delgada. Andaria nos seus doze, treze anos, quando tal aconteceu. O liceu ficava nesta altura no antigo convento dos Gracianos, hoje largo Luís de Camões. Onde terá ficado o jovem José Nunes da Ponte

²²⁵ AMRG, Rol de Confessados, Conceição, Ribeira Grande, 1857, rua do Vale.

alojado enquanto esteve em Ponta Delgada nos Gracianos do ano letivo de 1861-1862 ao ano letivo de 1864-1865?

Não foi nem seria o único da Ribeira Grande a frequentar aquele liceu. Mais um indício de que os jovens da Ribeira Grande já iriam preparados para Ponta Delgada? Muito provável. Estes colegas, pela vida fora, tornar-se-iam valiosos contactos? Alguns terão mantido o contacto com José Nunes mesmo depois de José Nunes ter deixado a ilha para sempre.

Retomemos o fio à meada, vejamos quem eram os colegas da Ribeira Grande de José Nunes da Ponte no Liceu Nacional de Ponta Delgada. Sem sermos exaustivos: Egas Moniz, era da Matriz, filho de António Vitorino Moniz. Futuro ouvidor do eclesiástico da Ribeira Grande, livraria anos mais tarde, o irmão Manuel de uma trapalhada. Investigaria velharias históricas e toponímia local. Morreria precocemente.

José de Melo Nunes, que viria a ser Presidente da Câmara da Ribeira Grande. Os três filhos do cirurgião Caetano Augusto Moniz, casado com a sobrinha de Madre Margarida Isabel do Apocalipse, Teodoro, João e Caetano. Até acho que José Nunes poderia ter sido amigo de um dos três ou dos três por via do tio sangrador ou do avô barbeiro, que era afilhado de Madre Margarida, tia-avó deles.

Dois irmãos Cabido: Augusto César e José António Ferreira Cabido. Um deles, pelo menos, ligado à beneficência. Estes são os que reconheço, os que poderão ter mantido alguma relação com José Nunes. No ano letivo de 1861-1862.²²⁶

A data para a frequência do primeiro ano letivo na Graça, 1861-1862, parece ser confirmada por um pormenor do termo de batismo de José Nunes. Trata-se da primeira certidão de batismo, e, quando devidamente usadas, em História todas as migalhas são importantes, a certidão em causa data de dezanove de setembro de 1861. Teria ele doze para treze anos. Para que foi pedida? É plausível pensar que teria sido destinada a

preencher requisitos burocráticos da sua candidatura ao Liceu Nacional de Ponta Delgada. De facto, ele está a frequentar aquele estabelecimento de ensino no ano letivo de 1861-1862.²²⁷ Temos provas consistentes de que frequentou aquele estabelecimento de ensino em Ponta Delgada até ao ano letivo de 1864-1865.²²⁸

Ao ir para Coimbra, José Nunes da Ponte deixa para trás a meninice

Como filho mais velho dos onze de Damião e de Florinda, vira morrer quatro dos onze filhos dos pais: o irmão Augusto e três das sete Marias. Que possível relevância para a vida de José Nunes, terá tal circunstância? Como as vocações não vêm de uma só fonte, tal como não existe uma só nascente que alimenta o caudal da ribeira da Ribeira Grande, o desejo de salvar vidas, talvez, em parte, lhe tenha surgido como forma de compensar a morte dos irmãos. Além da provável influência do tio sangrador. É possível. Apesar de ter hesitado na vocação? É possível ainda. Porque, pode fazer sentido especular-se, que acabaria por vir a escolher medicina: a vocação que sempre desejara.

Ao entrar no barco e ao despedir-se da família, dos amigos e da terra, ainda no verão ou talvez já no outono de 1865, talvez com destino ao porto de Lisboa, José Nunes da Ponte estaria bem longe de adivinhar que nunca mais voltaria a pôr os pés na ilha. Era impossível sabê-lo então.

Poderia até, como muitos adolescentes às vezes o fazem nestas circunstâncias, ter feito uma jura de não voltar mais, mas, tal como a maioria dos que fazem tais juras, passada a euforia inicial, acabaria por vir à terra onde jurara jamais vir. Como? Apesar de o corpo de José Nunes da Ponte nunca mais ter vindo à ilha, pela vida fora, durante mais de sessenta anos, o seu espírito terá cá vindo vezes sem conta. Foi assim que veio. Terá sido assim.

²²⁶ Livro de Matrículas dos alunos do Liceu [Nacional de Ponta Delgada] de outubro de 1861: Informação cedida pelo Sr. Pedro Pereira

²²⁷ Livro de Matrículas dos alunos do Liceu [Nacional de Ponta Delgada] de Outubro de 1860: Informação cedida pelo Sr. Pedro Pereira

²²⁸ Livro de Matrículas dos alunos do Liceu [Nacional de Ponta Delgada] de Outubro de 1860: Informação cedida pelo Sr. Pedro Pereira

Segundo bisnetos, entre os quais Dr. Luís Nunes da Ponte, não teria mais voltado porque teria ficado traumatizado com a viagem de barco de ida para o continente. O brigadeiro Luís Nunes e antes José de Oliveira San-Bento, explicam-no por falta de tempo.

Estudos em Coimbra: Liceu e Universidade

Fosse o que fosse que José Nunes tivesse estudado em Ponta Delgada durante três anos, em Coimbra, José Nunes, antes de entrar para a Universidade, teve de concluir com êxito outros três anos no Liceu Nacional de Coimbra e fazer o chamado 'Exame de Madureza.'

Quando chega a Coimbra? Terá chegado em finais do verão ou no outono de 1865, dado que o início das aulas era em outubro. Se assim foi, era natural que tivesse chegado a Coimbra a tempo de se instalar antes do início das aulas em outubro.

Fazendo o ponto da situação: José Nunes terá feito os estudos primários na Ribeira Grande, aos doze para treze anos, no ano letivo de 1861-1862 no de 1864-1865 frequentou o Liceu Nacional de Ponta Delgada e de 1865-1866 a 1867-1868 estudou no Liceu Nacional de Coimbra. Já com vinte anos ou perto de fazer vinte anos, em 1868, fez com sucesso o chamado exame de Madureza para entrar na Universidade de Coimbra. José do Canto fez exatamente o mesmo percurso.

Concluindo antes de 25 de julho de 1868 o Liceu Nacional de Coimbra, a vinte e cinco de julho achava-se

'(...) habilitado (...) para fazer exame de madureza (...) como voluntário para ciências naturais (...).'²²⁹

De dezasseis a vinte de julho, andara atarefado a concluir os exames exigidos. Terá perdido, antes, alguns, deixado, ainda, outros para trás. Era tempo de os concluir para dar entrada na Universidade. Obtivera a nota de dez em Matemática. O que seguramente não

seria uma nota brilhante.²³⁰ Nota para passar à tangente, como se diz hoje. Desconheço as demais, por não virem mencionadas.

Submeteu-se com sucesso a prova escrita sendo admitido na Universidade a vinte e nove de julho. Como seria de esperar, a mãe e a família inteira na rua do Vale iam certamente rezando terços para que S. José, patrono do filho José, pedisse ao filho Jesus Cristo e à esposa, Maria Santíssima, intercessão para que os exames corresse bem em Coimbra.

Julho terá sido um mês duplamente escaldante para José. Era algo a que já se habituara. Julho era o mês do ano mais seco das ilhas, mas em nada se comparava ao tempo que fazia em Coimbra. Além do mais, tinha que estudar muito para se sair bem nos exames. A vinte e nove de julho, estava já

'(...) habilitado (...) para matricular-se [na Universidade] no 1.º ano de matemática na classe de voluntário.'

Coimbra tornara-se o sonho dos filhos da classe média portuguesa a partir da implantação do liberalismo. E José Nunes ia finalmente dar esta alegria a Damião e a Florinda. Era uma maneira segura de subir na vida. No processo miudinho e tortuoso de candidatura, consta que estudou no Liceu Nacional de Coimbra, Latim, Francês, Português, Geometria Plana, Desenho e Matemática Elementar. São referidas ainda outras disciplinas, mas, por não ser do interesse deste trabalho, fiquemos por estas.

Continuando a utilizar o mesmo processo, registe-se, no percurso de José Nunes, um mistério. Qual? O seguinte: se fez exame do 1.º ano médico em 1869, conforme certidão que pediu a sete de outubro de 1870, por que razão só termina o curso nove anos depois?

Boémia? Talvez. Hesita e muda de curso? Talvez. Um pouco de boémia e de hesitação do curso? Talvez. Desconheço o currículo do curso de medicina da universidade de Coimbra, pelo que as minhas apreciações terão de ser cautelosas a este respeito.

menos fico com a impressão, de que Coimbra não era o mesmo que Ponta Delgada. Professores mais exigentes? Um José Nunes mais distraído? Longe do controlo paternal. Será que foi mesmo assim? Cumpriu os três anos e cumpriu o exame de madureza. As disciplinas onde são mencionadas as notas, confirmam notas baixas.

²²⁹ AHUC, José Nunes da Ponte, Petições de Exame – Habilitação a Ciências Naturais – 1868 – IV – 1.ª D – 15 - 40 – 4 folhas.

²³⁰ Para poupar o leitor, não vou ser exaustivo nem fastidioso na enumeração de exames e de resultados de exames. Mas, ainda assim, pela leitura cuidadosa das datas dos exames de José Nunes da Ponte, enquanto aluno do Liceu Nacional de Coimbra, fica-se com a impressão, eu pelo

Todavia, qual o significado de José Nunes ter frequentado primeiro de 1868-1869 a 1871-1872 (não vejo 1870-1871), Matemática, e de 1871-72 a 1873-1874 Filosofia?²³¹

O mistério adensa-se ainda um pouco mais: recordemos que em 1869 fizera exame do primeiro ano de medicina, para só se ouvir falar de novo em medicina no ano letivo de 1874-1875. Entretanto, como vimos, fizera Matemática e Filosofia. Que poderemos pensar disso? A Matemática e a Filosofia eram disciplinas requeridas para Medicina? Um curso de dez anos? Exceto no ano em que diz ter feito exame de medicina, 1868- 1869, andou a tirar durante seis anos, Matemática e Filosofia. Nos últimos quatro anos tirou, seguramente, medicina.

No mesmo documento, diz-se, para o ano letivo de 1874-1875, que: '(...) fez Exame das disciplinas do Primeiro Ano de Medicina, que frequentou no presente (...)'

Aos vinte e seis para vinte e sete anos, por fim assentara. Havia andado ocupado a escrever poesia. Há poemas seus datados da década de sessenta. Sozinho lá fora, longe do controlo paternal de Damião, no ambiente efervescente de Coimbra, José Nunes terá hesitado. Datará desta altura, mais do que da altura do Liceu Nacional de Ponta Delgada, as ligações de conhecimento e de amizade que teceu com muitos dos que seriam influentes na luta pela implantação da República e dos que foram influentes na Primeira República.

A Filosofia terá contribuído para que se tornasse republicano? O Partido Republicano Português data da década de setenta. Talvez mais o ambiente coimbrão. Fez medicina neste clima. Em 1875-1876, fez os chamados atos do segundo ano de medicina. Em 1876-1877, os terceiros. Fez os terceiros precisamente a vinte e um de junho de 1877. Os pais viriam a falecer pouco depois. Em 1877-1878, já órfão, faz os quartos.

Regressemos um pouco atrás: o caminho estava aberto para iniciar a sua caminhada rumo ao Bacharelato com o exame de vinte e um de junho de 1878 em que alcançou,

'(...) [um] Bom (...) e obteve (...) treze valores (...)', finais. Ainda teria pela frente um quinto ano, o de 1878-1879. Assim no-lo confirma a certidão passada em catorze de agosto de 1882. José Nunes da Ponte: '(...) Bacharel formado em Medicina em 1879 (...)'

Um percurso que levava catorze anos. Chegara aos dezasseis para dezassete anos a Coimbra e alcançara o canudo aos trinta.

Passam-lhe o diploma do curso, ou um diploma de curso, em dezassete de agosto de 1882. Mas por esta altura, já exerceria medicina em Miranda do Corvo.²³² Não fora, pelo que percebemos, um aluno brilhante: hesitara no curso a seguir, a considerar que Matemática e Filosofia não fariam parte das disciplinas de Medicina, teve nota baixa em Matemática, um dez, e em Medicina, obtendo a nota final de curso de treze. O que não seria uma nota brilhante. Porém, a julgar pelas homenagens de que foi alvo depois de morto, no Porto, em Resende, e mesmo na Ribeira Grande, terá sido um bom profissional e um competente João Semana. Terá demonstrado na vida real ser um bom prático. Aliás, os médicos, à altura, eram mais do que tudo, práticos. Além de ter sido considerado alguém de confiança para defender os interesses da cidade do Porto, no Porto ou em Lisboa.

Constituir a sua própria família

Órfão de pai e de mãe, completaria o curso no ano a seguir à morte dos pais. O que fazer a seguir? Terá decidido casar. Mas, ainda assim, casou dois anos depois de tirar o curso. Quis assegurar-se de um emprego. Casou na igreja de Santa Cruz de Coimbra aos trinta e três anos. Numa quarta-feira. Dia normal da semana. Aos vinte e três do mês de novembro de 1881. A consorte era uma ilustre senhora, D. Maria Emília Monteiro Soares de Albergaria, filha de uma velha família aristocrática da Beira.

José Nunes era já um homem bastante maduro, tinha trinta e três anos, quando casou. Na Ribeira Grande, o primo João Maria havia casado aos vinte e um para vinte e dois anos. Com que idade teria começado a namorar Maria Emília? Como foi possível a um plebeu conquistar o coração de uma aristocrata? Era poeta, loiro, de olhos azuis, estudante de medicina ou já médico. Talvez por isso entrara no coração de Maria Emília. Era já republicano nos tempos de Coimbra ou tornara-se republicano só mais tarde no

Almedina, Casamentos 1881, assento n.º 9, fl. 5, 5v.

²³¹ Veja-se a documentação da Universidade de Coimbra. Processo de José Nunes da Ponte.

²³² Arquivo da Universidade de Coimbra, Paroquial, Freguesia de

Porto?²³³ Por exemplo, aquando da Revolução de 1891?²³⁴ Ou nas Comemorações Henriquinas de 1894? Dado o ambiente em Coimbra, a coincidência entre a estadia de José Nunes da Ponte e acontecimentos ligados à causa republicana, é provável que José Nunes já em Coimbra comungasse daqueles ideais. Até mesmo fosse aí iniciado na maçonaria.²³⁵ Na pior das hipóteses, José Nunes, tanto quanto sei, seria, na pior das hipóteses, republicano formalmente em 1897.²³⁶

Sendo republicano pode pensar-se em como teria sido aceite pela família de Maria Emília? Poder-se-ia dar o caso de haver republicanos na família. Também é sabido que os monárquicos, alguns, namoriscavam os republicanos para fazer ciúmes ao rei.²³⁷ As dúvidas religiosas que aparentou ter tido, na minha interpretação de alguns poemas, são ultrapassadas, e, doravante, manter-se-á católico. Por outro costado, não era só Soares de Albergaria, o avô era José da Silva Carvalho, paladino do primeiro liberalismo, descendente de liberais. O que atraiu José Nunes em Maria Emília e Maria Emília em José Nunes? Estas químicas nunca são verdadeiramente conhecidas, mas os atributos físicos e morais de José Nunes, encaixam bem no perfil do homem romântico que as mulheres tanto apreciavam na altura. Se calhar ainda apreciam. Mas isso não interessa para a História. Muito menos para esta nossa História.

José em novembro de 1881 morava na freguesia de Miranda do Corvo. Por seu turno, a noiva morava em Coimbra, na freguesia de São Cristóvão. Nascera em Coimbra, na freguesia de Castelo Viegas. O pai era Luís Monteiro Soares de Albergaria e a mãe Dona Ludovina Amélia da Silva Carvalho.

Os cunhados de José Nunes, com quem manteria uma boa relação pela vida fora, e de quem, segundo circula ainda na família, terá herdado bens, em Coimbra e no Alentejo, Guilherme Soares de Albergaria e José Monteiro Soares de Albergaria, bacharéis formados em Direito, foram testemunhas do ato solene.²³⁸ Terá talvez conhecido a futura esposa através dos futuros cunhados. Quem sabe? Ou nas festas académicas? Quem sabe.

Não se sabe quando iniciou a carreira de médico, se antes ou já depois de casado, mas seguramente só depois de se formar em 1879. Segundo o que conta a família, não confirmei ainda,²³⁹ inicia a sua carreira como médico em Miranda do Corvo. E parece estar certo: em novembro de 1881 está lá. Miranda do Corvo é uma vila que dista uns quarenta quilómetros de Coimbra, sede do Distrito a que Miranda do Corvo pertence. Foi mesmo médico do partido municipal ou exerceu outras funções? Não sei. Terá aí nascido a sua filha Maria Ludovina? Também não sei.

Morte de José Nunes da Ponte

José Nunes da Ponte faleceu às três horas da tarde. Havia feito, onze dias antes, setenta e seis anos de idade.²⁴⁰ A fazer fé no termo de óbito. Causa atribuída da morte: nefrite.²⁴¹ Já estaria incapacitado há algum tempo antes? Talvez até seis anos antes, no momento em que atinge o auge da sua carreira política, no verão de 1918, já revelasse

²³³ Ribeiro, Lia, António Ribeiro, Coimbra: roteiros republicanos, 2010.

²³⁴ Silva, Armando Malheiro da, Arnaldo Saraiva, Pedro Vilas Boas Tavares, Porto, roteiros republicanos, 2010. A Revolução de 31 de janeiro de 1891 não reuniu a aprovação do PRP. José Nunes, ainda que republicano, ou ainda não republicano, poderia ter ficado voluntariamente de fora. Ou então não chegou a entrar.

²³⁵ António Lopes, não exclui esta possibilidade, diz apenas que não consultou ainda o espólio maçónico de Coimbra. Talvez esta seja a explicação para o facto de não constar no Porto para José Nunes na loja União nem o nome maçónico nem a data de iniciação. Dar-se-ia o caso de ter sido transferido de Coimbra.

²³⁶ Revisto Os Pontos, 20 de junho de 1897.

²³⁷ Ramos, Rui, O Cidadão Keil, D. Quixote, Lisboa, 2010

²³⁸ Arquivo da Universidade de Coimbra, Paroquial, Freguesia de Almedina, Casamentos 1881, assento n.º 9, fl. 5, 5v.

²³⁹ Desloquei-me de balde a Miranda do Corvo como também de balde pedi à Biblioteca e Arquivo locais para me tentar encontrar prova desta sua ligação a Miranda do Corvo.

²⁴⁰ Arquivo Central do Porto, Fotocópia não Certificada, Registo N.º 1323, 5 de setembro de 1924.

²⁴¹ **Nefrite** (do grego - *nephros* - rim + *itis* - inflamação, pelo latim *nephrite*), também chamada **nefrolegmasia** (forma em desuso), consiste na inflamação dos rins, responsável por metade dos problemas renais[1].

alguns sintomas?²⁴² Não sei.²⁴³ Havendo nascido numa casa da rua dos Foros ou numa da rua de São Francisco, na Ribeira Grande, falece na casa número cento e trinta e seis da rua do Alto da Vila, na Foz do Douro, cidade do Porto. Dela podia ver-se o rio? Responde o bisneto, Dr. Luís Nunes da Ponte: ‘*Era a casa dos sogros (família Souza Guedes) de sua filha Florinda Nunes da Ponte Souza Guedes, sobranceira (a uns 300 metros) ao rio e mar, visto que sobranceira à foz do Douro (...).*’

Nascera no reinado de D. Maria II, pouco tempo antes do período que ficaria conhecido para a História de Portugal por rotativismo, e fecha os olhos no derradeiro período da I República, na presidência de Manuel Teixeira Gomes.

José Nunes vivera com o filho Luís, no Passeio Alegre, Foz do Douro, no número setecentos e dezoito. Vivia com ele quando este casou pela segunda vez a cinco de fevereiro de 1923. Todavia, em 1924 fora morar com a filha para a rua do Alto da Vila, casa cento e trinta e seis, ainda na freguesia da Foz do Douro. Nos últimos meses ou dias de vida, não sabemos quantos, de José Nunes da Ponte, filha era filha e nora era nora, a filha terá recolhido o pai em sua casa para o tratar? É possível. Seja como for, foi lá que José Nunes veio a falecer.

Enterra-se não na cidade do Porto, como seria de esperar, para quem chegou a ser Governador Civil do Porto ou Presidente da Câmara Municipal do Porto, mas em Midões, uma remota aldeia beirã. Por que razão? Por ser terra dos antepassados da esposa. E por lá ter mandado construir um mausoléu. Ainda assim, não vai para o mausoléu dos Soares Albergaria, como seria também de esperar, com brasão, mas num seu, que mandou fazer para si e para a esposa, cuja distinção não é o brasão de nobre mas a distinção do mérito: o seu próprio nome, José Nunes da Ponte. Quis vincar a superioridade do mérito sobre a aristocracia?

²⁴² Testemunho da Dr.^a Isabel Melo, 27 de fevereiro de 2011: ‘ Os sintomas da nefrite são principalmente falta de forças progressiva até não conseguirem ter forças para andar e (...) esquecimentos cada vez maiores e episódios de confusão mental (...). Dependendo da sua maneira de ser estes sintomas podem acentuar-se (...) e por orgulho próprio não querem que ninguém os veja assim. Como foi um Homem importante na sua época, não permite que ninguém veja como está incapaz, com exceção das pessoas mais íntimas pois essas, como gostam dele aceitam-no tal como

Autor: Mário Moura

Revisão: Júlio Moura e M. Pereira

Nota: Por questões de dimensão e de oportunidade, este artigo pretende apenas abordar alguns dos aspetos mais desenvolvidos em outro trabalho de maior fôlego, deixando para outra oportunidade, aspetos da sua atividade como clínico, poeta e político. Agradeço: Luís Nunes da Ponte e a Miguel Nunes da Ponte.

35) **ORLANDO BELO, **Departamento de Informática, Escola de Engenharia, Universidade do Minho E ANABELA LEAL BARROS Departamento de Estudos Portugueses, Instituto de Línguas e Ciências Humanas, Universidade do Minho**

Orlando Belo (www.di.uminho.pt/~omb) é atualmente Professor Associado no Departamento de Informática da Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

As suas principais atividades de ensino desenvolvem-se em disciplinas relacionadas com Bases de Dados, “Data Warehousing”, Processamento Analítico e Engenharia de Software. Relativamente às suas atividades de investigação, estas assentam, primordialmente, nos domínios científicos das Bases de Dados, “Data Warehousing”, Processamento Analítico e Mineração de Dados.

É diretor do curso de Mestrado e Especialização em Sistemas de Dados e Processamento Analítico, e responsável pela Unidade Curricular de Especialização em Sistemas de Suporte à Decisão, no Mestrado de Informática, da Universidade do Minho.

Licenciou-se em 1986 em Engenharia de Sistemas e Informática pela Universidade do Minho, em 1991 realizou Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica no domínio científico dos Sistemas Periciais pela Universidade do Minho e doutorou-se em

está e tentam acarinhá-lo que é o que ele mais necessita. Por isso as tuas hipóteses estão corretas do meu ponto de vista e o facto de não ter ido ao casamento do filho comprova, penso eu, a incapacidade que referi.’

²⁴³ Porém, o modo como terá reagido ao episódio da bomba da carbonária, em 1920 ou 1921, de modo frio e racional, poderá levar a pensar que a terem surgido ocorrido tais sintomas de nefrite, terão ocorrido depois desta data e antes de 1923?

1998, também pela Universidade do Minho, em Informática - área científica de Inteligência Artificial Distribuída e Sistemas Multiagente.

Publicou durante os últimos anos diversos artigos, com seleção, em conferências, na sua maioria em eventos internacionais, relacionadas com as suas principais áreas de investigação, ensino e experiências industriais. É consultor pela Universidade do Minho, através de processos de prestação de serviços especializados à comunidade, desenvolvendo atividades de análise, planeamento e desenvolvimento de soluções informáticas, especialmente orientadas para a otimização de sistemas operacionais e implementação de plataformas para acolhimento de sistemas de suporte à decisão.

Durante os últimos anos esteve envolvido em vários projetos de suporte à decisão com várias empresas, gerindo, projetando ou implementando, por exemplo, sistemas para deteção e controlo de fraude em ambientes de telecomunicações, avaliação da qualidade de dados em ambientes de data *warehousing*, manutenção de plataformas analíticas para gestão e controlo de processos de recolha seletiva de resíduos, mineração de cabazes de compras, e monitorização de parâmetros de qualidade da água em recursos hidrográficos.

TEMA 2.3 EXPLORAÇÃO DE UM SISTEMA DE DADOS TEI DE CORPORA TEXTUAIS EM CRIoulos ORIENTAIS DE BASE PORTUGUESA, ANABELA BARROS* & ORLANDO BELO, *DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PORTUGUESES, INSTITUTO DE LÍNGUAS E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DO MINHO, CAMPUS DE GUALTAR, 4710-057 BRAGA, PORTUGAL, ALDB@ILCH.UMINHO.PT, **DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA, ESCOLA DE ENGENHARIA, UNIVERSIDADE DO MINHO, CAMPUS DE GUALTAR, 4710-057 BRAGA, PORTUGAL, OBELO@DI.UMINHO.PT**

A criação e a manutenção de um sistema de dados para arquivo de *corpora* de textos em crioulos orientais de base portuguesa revela-se hoje de fundamental importância para garantir a conservação das várias manifestações destas línguas, ao longo dos tempos, e, até certo ponto, mesmo a sua sobrevivência e continuidade, assim preservando um

importante património linguístico construído à escala mundial em vários séculos de contribuição portuguesa e da língua portuguesa. Tal processo exige a colaboração interdisciplinar de linguistas, crioulistas e investigadores que dominem o português e as diversas línguas asiáticas envolvidas para a coleção de impressos antigos relativos a épocas em que essas línguas crioulas tinham maior vitalidade, a pesquisa de arquivo, e no terreno, de manuscritos em crioulo e sobre os crioulos, desde o séc. XVI, e a recolha *in loco* de registos orais. À medida que o espólio documental vai sendo recolhido, ir-se-á desenhando e aperfeiçoando a definição para um esquema de acolhimento em formato digital desses *corpora*, exploráveis nas suas diversas vertentes através de mecanismos de exploração de informação adequados. O *corpus* dividir-se-á, numa primeira fase, em dois conjuntos distintos e para fins diversos: por um lado, todo o acervo de documentação sobre cada um desses crioulos, manuscrita e impressa (muitas vezes em edições reduzidíssimas de que se perdeu o rasto, algures num pequeno ponto da Ásia), por outro, o repositório de textos em cada um dos crioulos (incluindo transcrições de discurso oral), devidamente datados e preenchendo o mais possível todo o espaço temporal desde a sua génese. Incluirá, designadamente, conjuntos de textos orais quotidianos, transcrições de canções antigas do folclore local, relatos de contos e de histórias, registos de receitas culinárias, correspondência particular ou oficial, notas de dívidas, as reminiscências linguísticas individualizadas de descendentes de falantes de crioulo ou de português em contacto, já de língua materna estrangeira, etc. Esta tão grande diversidade de documentos e fontes de informação será tipificada e mapeada para um formato de dados único capaz de acolher adequadamente, sem perda de expressividade ou conteúdo, a informação (e meta informação), potenciando a sua exploração segundo as várias dimensões de análise subjacentes a este tipo de *corpora* – temporal, temática, âmbito, língua, variedade, etc. Na criação deste repositório de documentos utilizaremos um sistema TEI (*Text Encoding Initiative*) P5 (<http://www.tei-c.org/Guidelines/P5/>) com capacidade de expressão para uma enorme variedade de conceitos e componentes textuais através de XML, disponibilizando um esquema para informação textual muito modular e de fácil adaptação a um contexto aplicacional específico como o caso que dos

corpora textuais. Neste artigo apresentaremos o processo de desenho e construção deste sistema de gestão de *corpora* textuais em TEI, revelaremos a forma como os diversos tipos de documentos crioulos orientais de base portuguesa podem ser armazenados no sistema e demonstraremos a sua exploração na procura e descoberta tanto de elementos simples como de padrões linguísticos mais evoluídos.

Os textos crioulos de base portuguesa são muito importantes para o conhecimento da contribuição portuguesa e da língua portuguesa ao mundo através dos séculos. Estes textos são uma fonte quase inesgotável de conhecimento sobre coisas que os Portugueses fizeram e deram a conhecer a outros povos ao longo das suas inúmeras viagens desde remotos tempos. Neste trabalho revelamos a base de um projeto para a criação e manutenção de um repositório de dados especialmente orientado para esse tipo de textos, em particular para os textos crioulos orientais de base portuguesa, complementado a sua descrição com a apresentação de alguns mecanismos de anotação de base TEI e de exploração do conteúdo dos textos e de eventual metainformação associada.

Palavras-Chave: Crioulos Orientais de Base Portuguesa, Acolhimento de Textos Heterogêneos, Bases de Dados Textuais, *Text Encoding Initiative*, XML, XPath.

1. INTRODUÇÃO

A criação e a manutenção de um sistema de dados para arquivo de *corpora* de textos em crioulos orientais de base portuguesa (Batalha 1983; Tomás 1992; 1995) revela-se hoje de fundamental importância para garantir a conservação das várias manifestações destas línguas, ao longo dos tempos, e, até certo ponto, mesmo a sua sobrevivência e continuidade (Hilgert 2009), preservando assim um importante património linguístico construído à escala mundial em vários séculos de contribuição portuguesa e da língua portuguesa. Tal processo exige a colaboração interdisciplinar de linguistas, crioulistas e investigadores que dominem o português e as diversas línguas asiáticas envolvidas para a coleção de impressos antigos relativos a épocas em que essas línguas crioulas tinham maior vitalidade, a pesquisa de arquivo, e no terreno, de manuscritos em crioulo e sobre

os crioulos, desde o séc. XVI, e a recolha *in loco* de registos orais. À medida que o espólio documental vai sendo recolhido, ir-se-á desenhando e aperfeiçoando a definição para um esquema de acolhimento em formato digital desses *corpora*, exploráveis nas suas diversas vertentes através de mecanismos de exploração de informação adequados. O *corpus* dividir-se-á, numa primeira fase, em dois conjuntos distintos e para fins diversos: por um lado, todo o acervo de documentação sobre cada um desses crioulos, manuscrita e impressa (muitas vezes em edições reduzidíssimas de que se perdeu o rasto, algures num pequeno ponto da Ásia), por outro, o repositório de textos em cada um dos crioulos (incluindo transcrições de discurso oral), devidamente datados e preenchendo o mais possível todo o espaço temporal desde a sua génese. Incluirá, designadamente, conjuntos de textos orais quotidianos, transcrições de canções antigas do folclore local, relatos de contos e de histórias, registos de receitas culinárias, correspondência particular ou oficial, notas de dívidas, as reminiscências linguísticas individualizadas de descendentes de falantes de crioulo ou de português em contacto, já de língua materna estrangeira, etc. Esta tão grande diversidade de documentos e fontes de informação será tipificada e mapeada para um formato de dados único capaz de acolher adequadamente, sem perda de expressividade ou conteúdo, a informação (e meta informação), potenciando a sua exploração segundo as várias dimensões de análise subjacentes a este tipo de *corpora* – temporal, temática, âmbito, língua, variedade, etc. Na criação deste repositório de documentos utilizaremos um sistema TEI (*Text Encoding Initiative*) P5 (TEI 2011) (TEI P5 2011) com capacidade de expressão para uma enorme variedade de conceitos e componentes textuais através de XML (XML 2011), disponibilizando um esquema para informação textual muito modular e de fácil adaptação a um contexto aplicacional específico, como o caso dos *corpora* textuais. Neste artigo apresentaremos o processo de desenho e construção deste sistema de gestão de *corpora* textuais em TEI, revelaremos a forma como os diversos tipos de documentos crioulos orientais de base portuguesa podem ser armazenados no sistema e demonstraremos a sua exploração apresentando algumas consultas nas linguagens que de momento podemos utilizar sobre a base de textos.

2. ANOTAÇÃO DE TEXTOS CRIoulos EM TEI

A anotação de um texto crioulo de base portuguesa segue, em termos gerais, a estrutura de um processo típico de anotação de qualquer outro tipo de documento. Porém, existem algumas particularidades que devem ser tomadas em consideração e que, de facto, exigem alguma particularização na forma de anotação e caracterização deste tipo de texto. Para fazermos a anotação dos nossos textos optámos por adotar o esquema disponibilizado pelo TEI incorporando algumas das características textuais que pretendíamos tratar no âmbito deste trabalho, em particular, elementos estruturais, características dos conteúdos e características linguísticas. O TEI foi criado durante a década de 80 com o objetivo de desenvolver os meios necessários para a criação e manutenção de métodos e diretivas especialmente orientados para a gestão de arquivos textuais sustentáveis e para a troca de textos eletrónicos. Apesar de hoje estas diretivas se poderem aplicar a qualquer tipo de texto, em qualquer linguagem, o TEI foi inicialmente planeado para ser aplicado em projetos de bases de textos no domínio das humanidades. A sua adoção por instituições, com preocupações diretamente relacionadas com a preservação de documentos ou com a sua efetiva exploração, tem vindo a aumentar de forma muito significativa ao longo dos últimos anos. Os projetos que utilizaram o esquema de anotação TEI constituem já uma lista com um grande número de intervenientes (TEI Projetos 2011). Desde catálogos de textos eletrónicos até acervos completos de bibliotecas, são muitas as áreas nas quais se tem aplicado TEI. Tudo isto é possível porque o TEI tem um leque muito vasto de elementos de vocabulário, capaz de acolher definições de metadados muito detalhadas acerca dos textos e das suas próprias fontes. Desta forma, conseguimos enriquecer o próprio documento com interpretações acerca do seu conteúdo, criando índices que facilitem a procura de conteúdos específicos, ou simplesmente preparar os documentos para intercâmbio num formato quase que universalmente aceite.

Em termos gerais, podemos entender o TEI (TEI por Exemplos 2011) como uma formulação de um conjunto de linhas de orientação, regras e recomendações para suporte

à anotação de características de textos que se considerem importantes para a sua caracterização e interpretação, constituindo hoje um leque de soluções muito diverso para processos de anotação de textos da mais variada natureza. O resultado do trabalho dos vários investigadores que se dedicaram à definição dessas linhas de orientação originou um esquema de anotação muito completo, exigindo dos seus eventuais utilizadores um grande esforço de aprendizagem. Todavia, é raríssima a situação em que seja necessário utilizar toda a extensão do sistema TEI. Habitualmente, os anotadores de textos apenas utilizam uma parte dessa especificação, associada a este ou àquele tipo de texto – prosa, poesia, drama, crítica literária, etc. Esta circunstância acabou por originar a preparação de um esquema de anotação mais reduzido, o TEI Lite (Burnard & Sperberg-McQueen 2006), que apesar de ser um esquema de menor dimensão relativamente à atual especificação de todo o sistema TEI, consegue, ainda assim, satisfazer as necessidades de anotação da maioria dos textos. O sistema TEI Lite apresenta um conjunto de 145 elementos para a anotação de um texto, sendo atualmente uma das versões mais populares do sistema TEI. Na figura 1 podemos ver a estrutura base de um documento XML em TEI Lite gerado pelo editor de XML do oXygen (Oxygen 2011). Nessa estrutura identificamos facilmente duas grandes divisões do documento: o cabeçalho (*header*) e o corpo (*body*), cuja combinação origina um único elemento TEI. O cabeçalho disponibiliza-nos informação acerca do documento em geral, incluindo descrições bibliográficas, sobre a forma como foi anotado, descrições acerca do próprio documento, ou o historial das suas várias revisões, caso tenham acontecido. Por sua vez, o corpo integra o texto do documento, com inclusão dos elementos de anotação específicos desta parte. É a partir desta estrutura base que começamos a desenvolver o nosso processo de anotação de um dado texto. Todavia, tudo o que acabámos de referir constitui apenas a “ponta do icebergue” da especificação de um documento TEI. A todos os que pretendam iniciar-se na anotação de documentos utilizando o sistema TEI, recomendamos a leitura de (Burnard & Sperberg-McQueen 2006) e a experimentação dos exemplos aí apresentados numa ferramenta de edição de XML.

```
<TEI xmlns="http://www.tei-c.org/ns/1.0">
<teiHeader>
```

```

<fileDesc>
  <titleStmt>
    <title>Title</title>
  </titleStmt>
  <publicationStmt>
    <p>Publication information</p>
  </publicationStmt>
  <sourceDesc>
    <p>Information about the source</p>
  </sourceDesc>
</fileDesc>
</teiHeader>
<text>
  <body>
    <p>Some text here.</p>
    <figure><graphic url="http://www.tei-c.org/logos/TEI-glow.png"/>
      </figure>
  </body>
</text>
</TEI>

```

FIGURA 1 – ESTRUTURA BASE DE UM DOCUMENTO TEI

Com base em experiências passadas de técnicos e investigadores da área, assume-se que um texto apresenta vários níveis linguísticos, que estão definidos, digamos, num texto principal. Isto significa que cada um dos textos crioulos do *corpus* será representado por um conjunto de vários blocos correspondendo cada um deles a um nível distinto de caracterização. Esta forma de organização revela um esquema de anotação (*schema*) que regulamenta o modo como o documento XML deverá ser escrito. Os esquemas indicam-nos, por exemplo, que elementos é que podemos anotar num dado documento, a sua ordem e frequência, e mesmo os atributos e seus domínios. Por sua vez, a utilização de documentos XML, para acolher os nossos textos crioulos bem como a sua anotação TEI, permite-nos respeitar a estrutura da informação textual dos documentos crioulos que tratarmos. A opção pelo sistema TEI neste projeto, em particular pela versão TEI Lite, foi decidida com base nesse requisito e pela capacidade de anotação que o próprio TEI coloca à nossa disposição. Porém, o sistema TEI tem inúmeros elementos para suporte à anotação de um texto (TEI P5 2011). Por um lado essa dimensão é bastante preciosa, uma vez que nos permite praticamente anotar qualquer tipo de texto, mas, por outro, pode

causar alguma indecisão quanto ao elemento de anotação a escolher – quais os elementos de anotação mais relevantes para este documento; qual o elemento de anotação que melhor resulta para este caso em particular; qual a melhor estrutura de anotação, etc.

Durante o processo de análise dos tipos de documentos tentámos identificar quais os elementos TEI que poderiam ser mais relevantes para o nosso trabalho de anotação e posterior exploração de textos. Neste trabalho apenas abordaremos exemplos de textos que enquadrámos na categoria de poemas do TEI (TEI Poesia, 2011), apresentando pequenos exemplos com anotação textual e não textual no domínio da poesia. Para cada tipo de texto incorporado nesta fase do trabalho definimos, como base de trabalho para o arranque do nosso projeto, um conjunto de elementos estruturais (etiquetas de anotação) limitado, tentando não complexificar demasiado o processo de anotação através de uma oferta de elementos muito diversificada. Poderemos sempre, a qualquer momento, introduzir mais elementos sem qualquer problema, enriquecendo, conseqüentemente, a anotação dos textos em questão. Na tabela 1 apresentamos uma pequena amostra de alguns dos elementos estruturais adotados para documentos no âmbito do projeto.

Elemento TEI	Significado	Descrição
<TEI>	Documento TEI	Identifica um documento TEI.
<teiheader>	Cabeçalho TEI	Identifica e descreve o texto.
<text>	Texto	O texto que se pretende anotar.
<body>	Corpo do texto	Contém o corpo de um texto.
<group>	Grupo	Contém o corpo de um texto composto por uma sequência de outros textos distintos.
<p>	Parágrafo	Definição de um parágrafo em prosa.
<div>	Divisão do texto	Define uma divisão no texto.
<l>	Linha de verso	Contém uma linha de verso.
<lg>	Linha de grupo	Contém um grupo de versos que atuam como uma única unidade formal.
<pb>	Quebra de página	Define a separação entre duas páginas de um texto.
<lb/>	Quebra de linha	Define o início de uma nova linha de texto.
<hi>	Enaltecedor	Enaltece uma palavra ou frase num texto.

<term>	Termo	Contém uma ou mais palavras como referência para um dado termo técnico.
<note>	Nota	Inclui uma observação ou comentário acerca de dado assunto.
(...)	(...)	(...)

TABELA 1 – EXEMPLOS DE ALGUNS ELEMENTOS TEI LITE (BURNARD & SPERBERG-McQUEEN 2006)

Na figura 2 apresentamos, a título de exemplo, um texto já anotado no sistema TEI, que revela uma estrutura típica de um poema, neste caso, de uma canção, e que utiliza alguns dos elementos que apresentámos anteriormente na tabela 1. Este exemplo constitui apenas uma amostra aleatória do nosso conjunto de textos, tendo sido selecionado para este artigo como elemento de demonstração da aplicação das operações mais relevantes realizadas no âmbito do projeto em questão. Sabemos que cada anotação depende em muito do seu anotador, o qual, com base na sua perícia e conhecimento sobre o tema, faz diferentes interpretações sobre o texto, criando anotações diferentes, com etiquetas muito diversas. Por conseguinte, o sistema de anotação pode criar um nível de heterogeneidade de anotação tal que os processos de consulta poderão produzir resultados pouco satisfatórios, dada a dispersão da classificação dos vários elementos anotados.

Nesta fase do projeto, e para o tipo de texto com que estamos a trabalhar, ainda não temos um conjunto estável de etiquetas que possamos recomendar aos anotadores como um conjunto mínimo a seguir – um subconjunto do TEI Lite – para a obtenção de um documento anotado com alguma qualidade. O processo de anotação ainda não ganhou estabilidade, uma vez que nos falta analisar alguns tipos de textos e avaliar a sua natureza para anotação. Porém, as experiências que realizámos até ao momento revelaram-nos já um conjunto bastante interessante de elementos a considerar como base de anotação nas fases seguintes do projeto. Acreditamos que nessa altura teremos já os elementos fundamentais para assegurar processos de consulta mais abrangentes, detalhados e efetivos.

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<?oxygen RNGSchema="http://www.tei-c.org/release/xml/tei/custom/schema/relaxng/teilight.rng"
type="xml"?>
<TEI xmlns="http://www.tei-c.org/ns/1.0">
<teiHeader>
```

```
<fileDesc>
<titleStmt>
<title>Cabelo Torcido</title>
</titleStmt>
<publicationStmt>
<p>Canção em Crioulo de <hi>Diu</hi></p>
</publicationStmt>
<sourceDesc>
<p>(Tomás 1992) Tomás, M.I. (1992), "A presença africana nos crioulos portugueses do Oriente: o crioulo de Damão", in Ernesto d'Andrade e Alain Kihm, Atas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa", Lisboa: Edições Colibri, 97-107.</p>
</sourceDesc>
</fileDesc>
</teiHeader>
<text>
<body>
<div type="song">
<lg type="stanza" n="1">
<l n="1">Cabelo torcido</l>
<l n="2">Cafarinho despido</l>
<l n="3">Toda gente fala</l>
<l n="4">Tem cafra de Sufala.</l>
</lg>
<lg type="refrain" n="2">
<l n="5">Huê huê huê, balhá com igual huê</l>
<l n="6">Huê huê huê, cabelos torcidos huê</l>
<l n="7">Huê huê huê, festa de Natal huê.</l>
</lg>
(...)
<lg type="stanza" n="6">
<l n="20">Todos assim dizem</l>
<l n="21">Chapado nariz</l>
<l n="22">Cabeça pequena</l>
<l n="23">Tem cafarinho de Sena.</l>
</lg>
</div>
</body>
<note>Maria Isabel Tomás publica esta canção de Cafrinho; Este tipo de canção "originalmente cantado no dia de S. Bento, o dia em que os senhores brancos concediam aos escravos cafres o lugar de honra na igreja (Moniz, 1925)" é ainda cantado pelos Crioulos de Damão durante o Natal, em frente ao presépio.</note>
</text>
</TEI>
```

FIGURA 2 – EXEMPLO DE UM FICHEIRO XML COM ANOTAÇÃO TEI

3. ARMAZENAMENTO DOS TEXTOS

A forma como os documentos são anotados revela-nos a sua estrutura base e os vários elementos textuais que achámos conveniente definir. Todas as etiquetas (*tags*) utilizadas durante a fase de anotação são elementos fundamentais para o suporte a um processo de consulta efectivo sobre um texto, em geral, ou sobre um ou mais dos elementos que o constituem, em particular. Na tarefa de criação de uma base de documentos crioulos orientais de base portuguesa, e no seu conseqüente processo de povoamento, seria conveniente que os anotadores utilizassem o mesmo sistema de anotação. Isso permitir-nos-ia definir uma estrutura homogénea para o armazenamento dos textos. Todavia, sabemos que isso seria muito difícil de conseguir. Como referimos, os investigadores que fazem a anotação dos textos aplicam critérios muito subjetivos que produzem textos com características de anotação muito distintas, apresentando categorizações de elementos muito dispersas. Isso dificulta, obviamente, a forma de realizar uma consulta à base e, numa fase seguinte, o cruzamento de elementos pertencentes a textos diferentes. Apesar disso, a qualquer momento, texto a texto, podemos saber que elementos foram associados e, assim, definir as consultas pretendidas com base nessa informação. O eventual cruzamento de dados entre documentos obrigará a um esforço adicional na definição de elementos ponte que façam a devida ligação e permitam à consulta conjugar resultados.

Vejamos então como se desenrola o processo para tratar e armazenar os textos em questão (figura 3). Depois de recenseados e coligidos, os textos são convertidos para formato digital, idealmente de forma automática, e colocados em sistemas de ficheiros específicos – um ficheiro conterá apenas um texto. De seguida, estes ficheiros são organizados em pastas e catalogados de acordo com a sua origem, data de angariação e formato (ex. cartas, receitas culinárias, canções, etc.). Adicionalmente, conterão também uma marca indicando se já foram ou não convertidos para o formato base do sistema. Após esta fase de preparação, os textos angariados estão prontos para serem anotados. Texto após texto, na fase de anotação, fazemos a análise dos seus conteúdos, identificamos e preparamos a meta informação que queremos associar ao texto, definimos o modelo de anotação TEI (o esquema de anotação) a aplicar e estruturamos o nosso

trabalho de anotação. Escolhidas as etiquetas a utilizar, o que não significa que não possamos acrescentar ou retirar etiquetas ao esquema definido, fazemos o trabalho de anotação do texto utilizando diretamente, pelo menos nesta fase do projeto, a ferramenta oXygen (Oxygen, 2011), um dos editores de XML mais reputados do mercado, e já preparado para trabalhar com TEI – na figura 4 podemos apreciar o resultado de um processo de anotação de um texto crioulo oriental de base portuguesa.

A seleção de ferramentas para a manipulação de documentos XML depende muito da natureza dos próprios textos. Podemos utilizar editores bastante simples de XML, visualizadores das estruturas dos documentos, validadores de documentos, ou outras ferramentas de publicação no processo de anotação e da sua conseqüente disponibilização. A opção pelo oXygen tomou em consideração todos estes aspetos relacionados com o trabalho de anotação que pretendíamos aplicar no nosso projeto. Além disso, esta ferramenta consegue cobrir todo o ciclo de vida da anotação de documentos, desde a sua edição até à sua consulta, num único ambiente de trabalho.

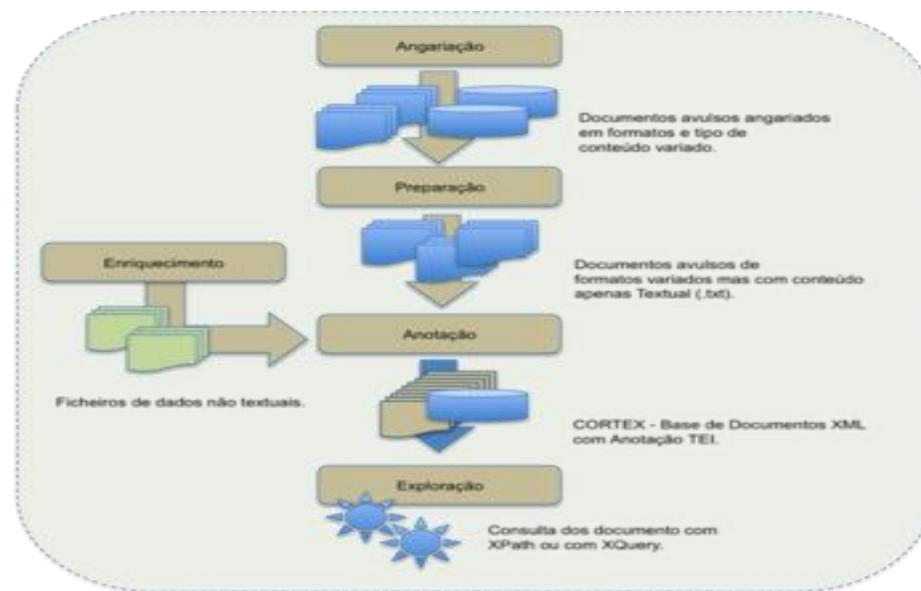


FIGURA 3 – PRINCIPAIS ETAPAS DO PROCESSO DE INSERÇÃO E EXPLORAÇÃO DE DOCUMENTOS TEI NO SISTEMA

Terminado o labor de anotação é necessário validar o texto anotado para verificar se todos os elementos de anotação TEI escolhidos estão bem definidos e posicionados – esta tarefa de validação é feita automaticamente pela ferramenta, que indica, caso se verifiquem, os erros cometidos pelo anotador. O texto só estará pronto quando obtivermos “luz verde” por parte da ferramenta (figura 4). Todos os textos anotados, validados com sucesso, são armazenados num sistema de ficheiros XML específico, organizado por tipo de documento anotado. O conjunto global destes ficheiros constitui o nosso sistema de dados TEI de *corpora* textuais em crioulos orientais de base portuguesa.

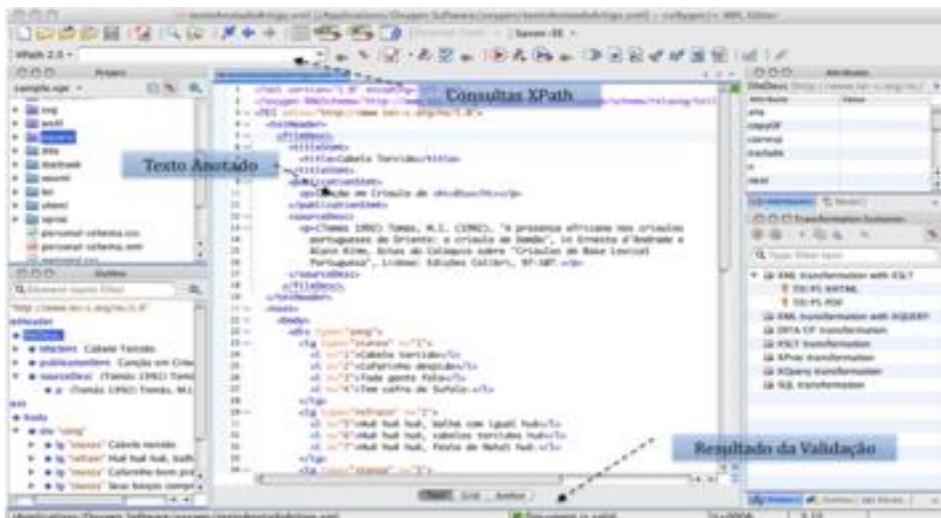


FIGURA 4 – AMBIENTE DE TRABALHO DO OXYGEN

4. EXPLORAÇÃO DOS TEXTOS

A constituição de uma base de textos poderá ser justificada por inúmeros motivos, todos eles bastante válidos segundo esta ou aquela perspetiva. Porém, a exploração da informação que contém ou da sua meta informação é, sem margem para qualquer dúvida,

um dos motivos mais fortes que conduzem à sua implementação prática e consequente manutenção e enriquecimento. Assim, podemos ver essa base como um meio de preservação eficaz para o património textual crioulo oriental de base portuguesa (como para qualquer outro tipo de texto, refira-se), assegurando assim a sua “sobrevivência” ao longo dos tempos, bem como um instrumento de trabalho de excelência para a investigação dos próprios textos e de tudo o que deles transparece, mais ou menos explicitamente. A anotação dos textos, como já tivemos a oportunidade de verificar, permite-nos marcar variadíssimos pontos de interesse, cujo objetivo, além da sua catalogação e caracterização óbvias, será, mais tarde, o de suportar processos de consulta e de análise sobre o conteúdo dos documentos e da meta informação associada. Estes dois elementos base permitir-nos-ão um leque de ações muito diverso. Desde simples consultas sobre as fontes específicas das quais emergiram esses documentos até à visualização da caracterização (ou interpretação) que um dado investigador lhe atribuiu. Tudo poderá ser realizado de uma forma relativamente simples, desde que, para esse efeito, tenhamos utilizado as etiquetas adequadas para esses processos de consulta durante a fase de anotação dos documentos. Daqui facilmente concluímos que a exploração da informação dos textos armazenados vai estar muito dependente da qualidade da anotação realizada e, obviamente, do especialista que fez a anotação. Abstraindo-nos por agora dessa questão, vejamos como passar à exploração da informação contida nos textos anotados – a última fase do nosso projeto.

A forma mais imediata que temos para fazer a exploração de qualquer um dos nossos textos anotados é através da utilização da linguagem XPath (XPath, 2011), uma linguagem de interrogação definida pela World Wide Web Consortium (W3C) (W3C, 2011) especialmente orientada para realizar consultas sobre a informação armazenada em documentos XML. A XPath tem vindo a ser incorporada com sucesso em algumas linguagens de programação, com o objetivo específico de permitir a manipulação direta de textos XML através de aplicações.

Vejamos, pois, alguns exemplos de formas de consultar a informação associada aos vários elementos de anotação TEI que foram incorporados anteriormente no documento

XML, juntamente com o nosso texto original (figura 2). A partir do ambiente principal do Oxygen temos acesso direto a uma pequena área de interface que nos permite lançar interrogações XPath sobre dado documento. Os exemplos de queries XPath que selecionámos foram os seguintes:

- 1) `/TEI/teiHeader/fileDesc/titleStm/child::title`
- 2) `/TEI/text/body/div/@type`
- 3) `//lg[@type="stanza"]`
- 4) `/TEI/text/body/div/lg/[@n="2"]`

Estas inquirições permitem-nos obter, respetivamente, o título do texto (“Cabelo Torcido”) que está integrado no documento XML sob consulta, o tipo de poema que está anotado (uma canção), que tipos de grupos de versos temos definidos (figura 5) e qual é o segundo verso (“Cafarinho despido”) do poema da canção contida no documento. Muitas outras questões poderiam ser colocadas sobre o documento utilizando XPath, mas como demonstração estes exemplos são suficientes. Na figura 5 podemos observar a forma como o Oxygen apresenta os resultados relativos à terceira interrogação apresentada. Para uma melhor compreensão da linguagem e interrogação XPath, recomenda-se a consulta de (XPath, 2011).

Info	Description - 5 items	Resource	System ID	Location
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[1] - n="1" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	20:9
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[3] - n="3" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	31:9
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[4] - n="4" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	37:9
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[5] - n="5" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	43:9
-	/TEI[1]/text[1]/body[1]/div[1]/lg[6] - n="6" type="stanza"	textoAnotadoArtigo.xml	file:/Applications/Oxygen Software/oxygen/textoAnotad...	49:9

FIGURA 5 – RESULTADO DE UMA CONSULTA XPATH

Apesar da reconhecida utilidade da linguagem XPath no âmbito deste projeto, bem como da sua aplicação ao tipo de base em questão, impôs-se-nos de um meio de interrogação um pouco mais versátil, que além do suporte a interrogações a documentos XML nos permitisse, também, fazer a etiquetagem (*labeling*) da informação proveniente dos diversos documentos armazenados na nossa base, de outras fontes XML, de sistemas de bases de dados relacionais e, por fim, de repositórios de objetos - estas duas últimas fontes de dados serão alvo de integração no projeto numa segunda fase, a fim de

suportarem o armazenamento de imagem, áudio e vídeo, de mapas semânticos, e de possibilitarem o acesso a bases de objetos de arquivos, respetivamente. Com base nestes requisitos, optaremos numa fase posterior do projeto por adotar, também, a linguagem XQuery (XQuery, 2011). Na realidade, a XQuery acaba por ser uma extensão natural da linguagem XPath (IBM, 2011), que permite fazer consultas sobre documentos XML de uma forma concisa, flexível e de fácil compreensão, operando sobre a estrutura lógica do documento XML – o modelo de dados subjacente ao documento – e não apenas sobre a sua sintaxe de superfície.

Apesar da grande versatilidade da linguagem XPath, admitimos que, para o tipo de utilizadores a que este sistema se destina, esta linguagem possa levantar algumas barreiras práticas concretas na exploração da base de textos, uma vez que possui uma sintaxe e uma semântica muito próprias, exigindo a todos aqueles que não dominam linguagens de interrogação de bases de dados, sejam elas documentais ou não, um esforço de aprendizagem inicial bastante significativo. Isto exige, a curto prazo, o desenvolvimento de uma plataforma de interrogação de fácil operação, com um interface bastante amigável, e que permita apresentar as consultas sobre os textos numa linguagem tão próxima da linguagem natural quanto possível.

5. CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO

O processo de anotação de textos em crioulos orientais de base portuguesa não é diferente do de qualquer outro tipo de texto. As linhas base de orientação para a sua anotação são as mesmas. A diferença reside, somente, na forma como decidimos estruturar a nossa base TEI de *corpora* textuais, definindo, para cada tipo de texto trabalhado, um conjunto inicial de estruturas e de elementos textuais como uma configuração inicial para inserção de um primeiro grupo de textos no nosso sistema. Todavia, como já referimos anteriormente, qualquer processo de anotação é talhado à medida de cada um dos investigadores que efetuam a anotação, o que constitui facto incontornável. Não obstante, podemos fazer com que, durante um processo de anotação, todos sigam algumas linhas de orientação geral no sentido de conseguirmos desenvolver

e manter uma base de textos capaz de satisfazer de forma consistente, de texto para texto, as diversas consultas de que um sistema deste género normalmente é alvo. Essas linhas de orientação acabaram por ser definidas através do conjunto de elementos TEI que fomos escolhendo para anotar cada um dos tipos de texto que íamos recolhendo. A partir da sua definição podemos elaborar as nossas consultas sobre a nossa base de textos utilizando XPath.

Todos os textos da base se acham em XML, o que nos garante a qualquer momento a sua migração para qualquer outro tipo de sistema de tratamento de textos. Apesar de ainda numa fase inicial de desenvolvimento do projeto, o estado atual dos trabalhos assegura-nos a constituição de uma base de textos consistente, na qual podemos desenvolver os mais variados processos de consulta, com base nos vários elementos estruturais incluídos nos textos através do processo da sua anotação. A utilização de linguagens como a XPath e a XQuery em processos de navegação sobre os documentos XML da base, selecionando os nodos e os elementos que pretendemos, asseguram-nos a ligação a outras linguagens de programação que, por sua vez, nos permitirão desenvolver novas aplicações, tais como um interface para consultas suportado por uma linguagem “próxima” da natural, bem como a criação de um mapa semântico para todos os *corpora*.

Estas são algumas das linhas de desenvolvimento futuro mais relevantes para o projeto que pretendemos colocar em prática em breve. Mas, antes disso, precisamos de reforçar o nosso *corpus*, tratar de definir novas estratégias para o enriquecimento dos metadados dos textos já anotados, incorporar novas peças de informação no sistema (imagem, áudio, vídeo, apontadores Web, etc.) e, por fim, desenvolver uma aplicação que combine num único ambiente tudo aquilo que, nesta fase do projeto, ainda fazemos com ferramentas diferentes, em alturas diferentes.

6. REFERÊNCIAS

- (Batalha 1983) Batalha, G., (1983), “Situação e perspectivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)”, in Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo, Actas, vol. 1, Lisboa.
- (Burnard & Sperberg-McQueen 2006) Burnard, L., Sperberg-McQueen, C., TEI Lite: Encoding for Interchange: an introduction to the TEI Revised for TEI P5 Release. February 2006. Disponível em <http://www.tei-c.org/release/doc/tei-p5-exemplars/html/teilight.doc.html>.
- (Hilgert, 2009) Hilgert, M., (2009), “A lipoaspiração dos dicionários”, Revista Língua Portuguesa, - 10 – 2009, Edição 48. Disponível em <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11857>.
- (IBM, 2011) How XQuery extends XPath - Things you can do in XQuery but not XPath. Disponível em <http://www.ibm.com/developerworks/xml/library/x-xqueryxpath.html>.
- (Oxygene, 2011) <oXygen/> XML Editor. Disponível em <http://www.oxygenxml.com/>.
- (TEI 2011) TEI: Text Encoding Initiative. Disponível em <http://www.tei-c.org/index.xml>.
- (TEI por Exemplos 2011) TEI by Example. Disponível em <http://tbe.kantl.be/TBE/modules/TBED00v00.htm>.
- (TEI P5, 2011) TEI: P5 Guidelines. Disponível em <http://www.tei-c.org/Guidelines/P5/>.
- (TEI Poesia, 2011) TEI By Example Module 4: Poetry. Disponível em <http://tbe.kantl.be/TBE/modules/TBED04v00.htm>.
- (TEI Projectos, 2011) Projects Using the TEI. Disponível em <http://www.tei-c.org/Activities/Projects/>.
- (Tomás, 1992) *Maria Isabel Tomás, Os crioulos portugueses do Oriente: Uma bibliografia*, Macau: Instituto Cultural de Macau.
- (Tomás, 1995) Tomás, M. Isabel (1995), “Os Crioulos Portugueses do Oriente Revisitados”. Revista Internacional de Língua Portuguesa, 14.
- (W3C, 2011) The World Wide Web Consortium (W3C). Disponível em <http://www.w3.org/>.
- (XML, 2011) XML Essentials. Disponível em <http://www.w3.org/standards/xml/core.html>.
- (XPath, 2011) XML Path Language (XPath). Disponível em <http://www.w3.org/TR/xpath/>.
- (XQuery, 2011) XQuery 1.0: An XML Query Language (Second Edition). Disponível em <http://www.w3.org/TR/xquery/>.

36) **PERPÉTUA SANTOS SILVA CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA – CIES/ISCT, PORTUGAL**



PERPÉTUA SANTOS SILVA é investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/ISCTE-IUL, na linha de investigação “Processos de Recomposição Social e Reconfiguração Cultural”, onde se encontra atualmente a desenvolver projeto de investigação subordinado à temática da língua portuguesa em Macau, para o qual conta com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

É doutoranda no Programa de Doutoramento em Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/ISCTE-IUL e bolseira da Fundação Oriente. As suas principais áreas de interesse são: metodologias de investigação, sociologia da cultura, sociologia da língua, etnicidade, migrações e identidades. Participou em diversos projetos de investigação e foi colaboradora do Instituto Camões entre 1998 e 2003, onde desenvolveu o gosto pela língua portuguesa como objeto de estudo da sociologia.

TEMA 2.3. APRENDER PORTUGUÊS NA RAEM: RAZÕES E OUTRAS REPRESENTAÇÕES, PERPÉTUA SANTOS SILVA, ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, CIES-IUL, LISBOA, PORTUGAL

De uma forma genérica, podemos considerar que todos os que se envolvem no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira (é nesta situação que se encontra a esmagadora maioria daqueles que estiveram na base da investigação de cujos resultados se fala nesta comunicação ao Colóquio da Lusofonia) têm expectativas em relação ao campo de possibilidades que essa língua lhes abrirá e que equacionam em função do *valor no mercado* que a mesma lhes pareça assumir.

Se aceitarmos, como nos diz De Swaan (2001:27; 33), que cada indivíduo irá optar por aprender a língua que, espera, lhe traga maiores benefícios e que se lhe afigura de maior utilidade, parece-nos claro que a ação desencadeada pelos atores na sua tomada de decisão se encontra nitidamente orientada para um fim e que ao comportamento desenvolvido está associado um determinado sentido.

A assunção de que uma língua, seja esta qual for, serve determinados objetivos e que aqueles que a aprendem têm em vista (ou a expectativa de) satisfazer determinadas necessidades não equivale a reduzir a uma dimensão meramente utilitarista (num sentido económico restrito) os fins que procuram atingir. Serão as diferentes conceções que têm, neste caso, sobre a língua portuguesa, formuladas de acordo com a informação que sobre a mesma detêm e de forma não independente das suas características e posicionamentos sociais, logo trajetórias, que *guiam e justificam práticas e comportamentos* dos indivíduos que em relação a esta língua orientam a sua ação. Falamos, como já se percebeu, de *representações* como sistemas de disposições e orientações, *saberes socialmente engendrados e partilhados com funcionalidades práticas diversas na interpretação da realidade* (Almeida, 1990:123).

De acordo com as características encontradas na população em análise, podemos esperar que as suas *disposições* para aquisição de recursos linguísticos em português se orientem, prioritariamente, em função de expectativas relativas ao alargamento de oportunidades profissionais. No entanto, prioritariamente não significará exclusivamente, podendo este investimento conjugar outras dimensões.

Para além de apresentar alguns dados sociográficos, procuraremos, também, avaliar o posicionamento de um conjunto de estudantes de português na RAEM neste início de

século relativamente a outros indicadores que sugerem alguma capacidade analítica no que respeita aos sistemas de disposições que estão na base de lógicas de aproximação desenvolvidas em relação à língua portuguesa.

A informação aqui apresentada foi obtida através de aplicação de inquérito por questionário e embora a aplicação deste instrumento de recolha de informação tenha decorrido no ano letivo de 2002/2003, em anos subsequentes e através de outras modalidades de observação, foi possível verificar que os dados aqui apresentados se mantêm socialmente relevantes.

O instrumento utilizado, apresentado em versão bilingue português/chinês, foi aplicado em várias instituições – Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Instituto de Formação Turística, Instituto Português do Oriente, Escola Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes (secção portuguesa, ensino recorrente, noturno) e Escola Portuguesa de Macau (10º, 11º e 12º anos) –, logo em diversos tipos, níveis e graus de ensino da língua portuguesa, permitindo encontrar algumas linhas de distinção entre grupos de aprendentes e diferentes posicionamentos perante a língua e a cultura portuguesas.

Foram distribuídos 2475 exemplares, o que, de acordo com a informação fornecida por cada instituição, correspondia ao número total de alunos inscritos que no período de referência (outubro e novembro de 2002) se encontrava a frequentar aulas de ou em língua portuguesa. Viriam a ser recolhidos 1676 questionários, o que representa uma taxa de cobertura de 67.7% do total, dos quais 1639 foram, posteriormente, validados.

1. Caracterização geral

No que respeita à estrutura etária, trata-se de uma população jovem, sendo entre as faixas etárias dos 15 aos 19 anos (49.1%) e dos 20 aos 24 anos (35.2%) que podemos encontrar a maior parte das observações, oscilando as idades entre os 14 e os 51 anos. A concentração nos dois escalões etários identificados decorre da opção tomada quanto à população a inquirir sendo, na sua maioria, estudantes universitários e do ensino secundário. No que respeita aos indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos, embora

com menor incidência, correspondem aos estudantes trabalhadores e encontram-se, sobretudo, a frequentar cursos específicos de língua portuguesa.

Verificou-se que na sua distribuição segundo o género, predominam os indivíduos do sexo feminino que representam 63.4% dos casos. Os valores encontrados ultrapassam largamente a tendência conhecida relativamente à composição segundo o sexo da população residente que, de acordo com a informação divulgada pela Direção de Serviços de Estatística e Censos da RAEM, é composta, aproximadamente, em 52% por indivíduos do sexo feminino e em 48% por indivíduos do sexo masculino, sendo a predominância das mulheres atribuída à forte componente feminina entre a população imigrante que se encontra legalmente a residir no território. Embora um conjunto significativo dos estudantes inquiridos seja de proveniência exterior ao território, este facto, por si só, não explicará a disparidade encontrada entre homens e mulheres, sugerindo o interesse em aprofundar esta dimensão de análise, recorrendo a outras fontes complementares de informação no sentido de se perceber se, mais do que atribuir às mulheres uma particular apetência pela escolha de cursos em que o português é uma língua central, os valores encontrados não serão, antes, reveladores de um processo de feminização da população estudantil, com particular incidência no ensino superior, à semelhança do que acontece, nomeadamente, em Portugal (Almeida e outros, 2003:13-15). Considerando o indicador nacionalidade, constata-se que 63.6% dos inquiridos têm nacionalidade chinesa e que 33.4% afirma ter nacionalidade portuguesa, já no que respeita à naturalidade a maioria declara ter nascido em Macau (62.3%), seguindo-se os naturais da China continental (26.7%) e, a considerável distância, surgem os naturais de Hong Kong (5.2%), de Portugal (2.8%), de outro país da Ásia (1.2%) e de outro país lusófono (1.2%).

Relativamente ao desenvolvimento de uma atividade profissional, a maioria dos nossos inquiridos não se encontra a trabalhar, tendo 25.3% declarado encontrar-se na situação de trabalhador estudante, podendo, entre estes, considerar-se que existe algum equilíbrio entre os *setores de atividade público e privado* – cerca de 50% dos inquiridos em cada um (setor público 197, setor privado 196 indivíduos). Verificou-se que existe uma distribuição por variadas áreas de atividade sem que nenhuma assumia valores que

possamos considerar significativamente elevados, destacando-se, ainda assim, com um maior peso relativo as atividades que se enquadram, genericamente, nas áreas da *educação* (16.5%), do *comércio* (10.3%), das *forças de segurança* (9.5%) e das *finanças* (6.7%). Fazendo uma leitura intrasetores, percebe-se que as áreas da educação e do comércio ganham peso por via dos trabalhadores do setor privado – onde correspondem, respetivamente, a 22.2% e 19.1% dos casos – a que se seguem as áreas da banca (9.8%) e do turismo (7.7.%), e que as áreas da segurança e das finanças ganham peso como áreas de atividade desenvolvida no setor público: 19.1% no caso das forças de segurança e 11.3% no caso das finanças. Neste setor, surgem como mais referidas, imediatamente a seguir, as áreas da educação (10.1%) e da justiça (8.3%). Quanto ao tipo de ensino que frequentavam, sendo na sua maioria estudantes universitários (61.6%) podemos encontrar também alunos que se encontram a desenvolver outras modalidades de aprendizagem da língua portuguesa. É o caso dos alunos do ensino secundário em que o português é a língua veicular de ensino (13.2%), dos alunos que frequentam um Curso Anual de Língua Portuguesa - LE²⁴⁴ (15.3%), e, ainda, o caso dos cursos específicos de língua portuguesa na Função Pública (4.0%). Entre os estudantes universitários, podemos encontrar alguma diversidade de situações – desde os cursos de Tradução, Direito, Administração, Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa, onde, evidentemente o português é essencial, aos cursos das mais diversas áreas sendo a língua portuguesa cadeira de opção, nuns casos, e, noutros, obrigatória.

2. Grau de familiaridade com a língua portuguesa

Sendo maioritariamente de origem chinesa (80.9%), o chinês como língua materna e de uso corrente foi indicado, respetivamente, por 88.2% e 89.2% dos casos. No que respeita ao português, 8.2% declarou ser de língua materna portuguesa e 1.4% considerou-se bilingue em português e cantonês; como língua de uso corrente, o

português é apontado por 6.8% dos inquiridos surgindo, ainda, associado ao cantonês para 1.6% dos respondentes. Fazendo a análise da composição linguística das famílias, percebemos que há deslocamento entre a língua materna do inquirido e a língua materna dos seus ascendentes, e que tal se verifica quer em relação à língua portuguesa quer em relação à língua chinesa (entre o cantonês e outros dialetos chineses), verificando-se diferenças entre o respondente e os pais e entre os pais e os avós.

No que respeita ao uso efetivo da língua portuguesa, foi possível perceber que esta língua corresponde, essencialmente, ao espaço de aprendizagem e que, fora deste círculo, a sua utilização parece bastante reduzida. Contudo, entre os inquiridos que declararam exercer uma profissão 83.9% declarou usar o português no desempenho da sua atividade, com particular incidência entre aqueles que se enquadram no setor público.

Sabendo à partida que, em Macau, seria possível encontrar dois grandes conjuntos de aprendentes da língua portuguesa que, do ponto de vista da terminologia (consensual) usada pela linguística, teriam distintos graus de familiaridade com a língua portuguesa – os falantes maternos e os de língua estrangeira – foi elaborada uma categorização considerando relações de *proximidade* e de *afastamento* relativamente às questões do português. Uma classificação deste tipo, como de resto qualquer outra, nunca é completamente eficaz e envolve sempre riscos; se permite perceber determinado tipo de tendências existirão, seguramente, muitas outras que nos escapam e que poderão ser igualmente importantes. Não é, portanto, nem pretendemos que seja, uma classificação perfeita que esgote todas as possibilidades de elucidação sobre o objeto em análise. O facto de termos optado por uma classificação considerando *graus de familiaridade* com a língua portuguesa não significa que advogamos do princípio que é sobre os seus falantes maternos, imigrantes e os seus descendentes, que reside o garante da sobrevivência e da expansão da língua e da cultura portuguesas no mundo. Paradoxalmente, foi precisamente por considerarmos que não se deve atribuir às origens, por si só, qualquer

²⁴⁴ Entre estes alunos podemos, também, encontrar estudantes universitários. Tendo sido decidido que quando o mesmo indivíduo frequentava duas das instituições em que o questionário foi distribuído deveria responder na primeira em que tal lhe fosse solicitado, os alunos são aqui

identificados quanto ao “tipo de ensino” que frequentam de acordo com a instituição em que se encontravam quando responderam ao questionário.

determinismo na apetência pela língua que resolvemos agrupar os nossos inquiridos segundo este critério. É evidente que consideramos que cada um de nós se relaciona diferentemente com uma determinada língua se da mesma forma falantes maternos ou estrangeiros, mas não será essa a única nem a principal razão que nos mobiliza, mais ou menos, para a sua aprendizagem.

Gostaríamos, pois, de afirmar a nossa convicção de que o *português* não é *uma coisa* só de portugueses (ou só de lusófonos *strictu sensu*), e que equacionar uma problemática sobre a língua portuguesa no estrangeiro está longe de se poder reduzir à dimensão da *retenção* (ou *não retenção*) da cultura de origem sendo assunto que, para além de lusodescendentes, respeita a segmentos populacionais mais vastos e comporta dimensões que ultrapassam a questão das pertenças étnicas.

Assim, com objetivos operatórios, através de uma combinatória de indicadores (naturalidade, ascendência, línguas maternas e corrente, local de residência e tempo de permanência em Macau do inquirido e dos seus ascendentes), foi possível agrupar os inquiridos em 5 categorias de acordo com o grau de familiaridade com a língua: *lusófonos* (incluindo neste grupo os indivíduos de PLM e PL2 e, teoricamente, com modos de relação mais *próximos* com o português) e que corresponde a 14.5% dos inquiridos; *Chineses de Macau* (CDM), *Chineses em Macau* (CEM), *Chineses da China Continental* (CHC) e *outros* (para os quais o português se apresenta claramente como uma LE, e, mais uma vez teoricamente, mais *afastados* da língua portuguesa), apresentando estas categorias, respetivamente, um peso relativo de 25.5%, 41.7%, 16.2% e 2.1% na população inquirida. Veremos, de seguida, se nalguns aspetos a estas categorias ou *grupos tipo* correspondem diferentes posicionamentos em relação ao português.

3. Algumas práticas culturais em língua portuguesa

Considerar *práticas culturais em língua portuguesa* equivale a considerar uma dimensão que transcenda a dos conteúdos linguísticos e que se inscreve no domínio das práticas e dos públicos de cultura. Falar sobre práticas culturais em língua portuguesa levar-nos-ia a debater, pelo menos, três questões centrais: a primeira coloca-se desde

logo quanto à relação entre língua e cultura, uma vez que o entendimento de uma não exclui, evidentemente, a outra; a segunda levaria a equacionar a relação entre a oferta e a procura ou, dito de outro modo, entre produção e receção ou consumo; a terceira, inevitavelmente, obrigaria a colocar o problema numa perspetiva comparativa, equacionando hábitos, práticas culturais e estilos de vida, uma vez que nos parece francamente insuficiente circunscrever a abordagem às manifestações culturais em língua portuguesa. Isto é, se um indivíduo não é *público* ou *consumidor* de determinado produto cultural poderemos esperar que o seja em língua portuguesa? Claro que nada nos garante, à partida, que tal não se possa verificar, embora se afigure como situação menos esperada. Não podendo desenvolver esse debate, decidimos, no entanto, levantar algumas pistas sobre o assunto – que a mais não correspondem do que a uma tentativa de perceber, muito genericamente, se existem entre os nossos inquiridos *procuras complementares* de componentes culturais ou se, pelo contrário, os resultados permitem percecionar *procuras divergentes*. Vamos usar apenas alguns indicadores que representam conteúdos acessíveis a todos e de uma forma regular, e ainda que nada obste a que, em relação a determinado tipo de produtos, a procura ou a exposição a certos conteúdos não possa existir sem o domínio da língua vamos considerar apenas um conjunto de inquiridos identificados com um nível de conhecimento na língua que faça prever a capacidade de fruição cultural em todos os aspetos que vamos considerar – estamos a falar de 915 inquiridos.

Cruzando a informação declarada quanto à frequência com que desenvolvem cada uma das atividades propostas (dicotomizada em “*alguma frequência*” e “*raramente ou nunca*”) e as categorias em que os inquiridos foram agrupados, podemos constatar que é na categoria *lusófonos* que se concentra a maior parte dos que indicaram desenvolver algumas atividades em língua portuguesa [Ver tabela 1].

Assume maior expressão a receção televisiva (73.4%), as consultas na Internet (66.2%) e de livros de estudo (64.6%). Quando comparados estes resultados com a regularidade com que declararam desenvolver as mesmas práticas sem ser por referência à língua portuguesa, verifica-se que é neste grupo que o afastamento é menor, o que não

constitui surpresa pelas características do grupo. Talvez não seja demais recordar que, na sua maioria, estes alunos frequentam o ensino secundário em língua veicular portuguesa e que, embora um número significativo domine o cantonês falado, não se pode esperar que tenham um domínio escrito da língua chinesa. É claro que quando consideramos práticas, numa perspetiva geral, temos de tomar em linha de conta o peso de outras línguas, nomeadamente a inglesa, e para tal apontam os resultados apurados no que respeita ao visionamento de filmes e à audição de música gravada, aspetos que, em termos gerais, são referidos, respetivamente, por 70.4% e 91.4% dos inquiridos classificados neste grupo.

A seguir aos *lusófonos*, no que respeita a práticas culturais, é no grupo *outros* e *CHC* que podemos encontrar maiores índices de frequência. No primeiro grupo, surgem mais referidas a receção televisiva (52.4%), a audição de música gravada (40.0%) e a leitura de livros (sem ser de estudo 38.1% e de estudo 33.3%) e jornais (33.3%). Na categoria *CHC*, apresentando todas as atividades valores superiores em relação às que apresentam as categorias *CDM* e *CEM*, destacam-se a consulta de livros de estudo (46.4%) e a leitura de outros livros (40.7%), a que se segue ver televisão (35.3%) e ir a bibliotecas (31.7%). Mas não é só no que respeita à língua portuguesa que este conjunto de indivíduos se destaca. À exceção de ver televisão (grupo onde este indicador apresenta o valor mais baixo) e ler jornais (ainda assim francamente mais elevado do que os valores apurados para a categoria *lusófonos*) os índices de frequência são mais elevados para todos os outros indicadores, em comparação com os grupos *CDM* e *CEM*. Em termos gerais, são ultrapassados apenas nas frequências apresentadas pelo grupo *lusófonos* no que respeita a audição de música gravada e pelo grupo *outros* no visionamento de filmes. Vale a pena salientar que, considerando a consulta de livros de estudo e a frequência de bibliotecas, os resultados parecem indicar que a categoria *CHC* tem hábitos de estudo mais evidentes. Há que referir que no que respeita aos *lusófonos* esta é a categoria onde a

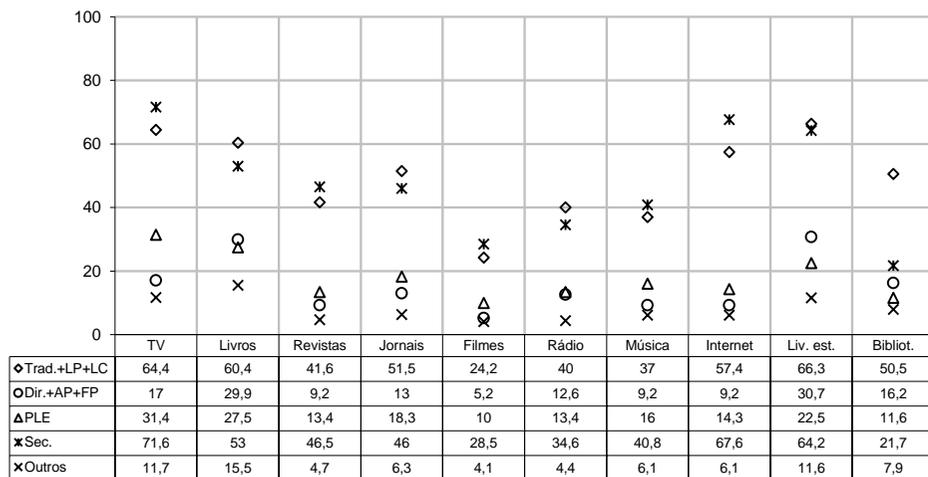
média de idades é mais baixa, sendo os inquiridos na sua maioria estudantes do ensino secundário, enquanto os restantes grupos são compostos por estudantes universitários e, também, onde se encontra a esmagadora maioria dos que já desenvolvem uma atividade profissional. Estes serão, sem dúvida, aspetos relacionados com estilos de vida que interferem no tipo e na frequência com que desenvolvem determinadas práticas. A acrescentar, ainda, que na categoria *CHC* temos um conjunto de indivíduos que revelam alguns indícios de serem provenientes de meios socioculturais mais favorecidos (em relação à maioria nas categorias *CDM* e *CEM*) como também, no que respeita à língua e à cultura portuguesas, frequentam cursos específicos em português, de nível superior, o que contribuirá para uma maior propensão a desenvolver procuras complementares nesta língua. Relacionando os indicadores que temos vindo a tratar com as áreas de formação²⁴⁵, conclui-se que existe uma associação (qui-quadrado significativo para todos os cruzamentos; $p \leq 0.01$) entre o tipo de ensino que frequentam e o desenvolvimento de atividades de índole cultural [como ilustra a figura 1].

A tendência para associar índices mais elevados de frequência das atividades propostas e os dois grupos anteriormente identificados (*lusófonos* e *CHC*) parecem, assim, ficar reconfirmadas através de uma leitura segundo os cursos ou tipos de formação em que os inquiridos se encontram, pois sabemos que o primeiro grupo frequenta o ensino secundário e o segundo, maioritariamente, encontra-se em cursos específicos de língua portuguesa, seja nos cursos de tradução e interpretação chinês/português seja na licenciatura de Estudos Portugueses.

²⁴⁵ Os cursos foram agregados em 5 categorias: 1ª – Tradução/Interpretação, Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa; 2ª – Direito, Administração Pública e Específicos para a Função

Pública; 3ª – PLE do IPOR; 4ª – Ensino Secundário; 5ª – todos os restantes cursos superiores e o pré-universitário.

Fig.1 - Práticas culturais segundo a área de formação (%)

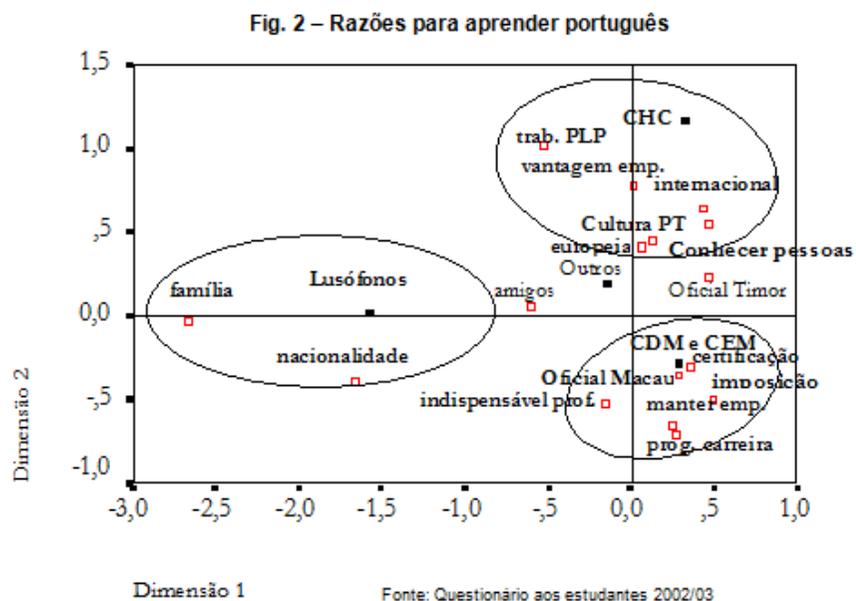


4. Razões para aprender português

Questionámos os nossos inquiridos quanto às razões para aprender português, e, fazendo uma leitura da informação em função dos grupos de origem criados, podemos dar conta de algumas diferenças. Centremos, em primeiro lugar, a nossa atenção naqueles que poderão considerar-se os *mais afastados* da língua portuguesa. Enquanto para os residentes permanentes e naturais de Macau surge, em primeiro lugar, a referência ao estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (CDM – 71.4%; CEM – 78.8%) esta é apenas a quarta razão mais referida em CHC (40.5%), surgindo, neste grupo, com maior expressão a vantagem para obter um emprego (69.3%), o facto de o português ser uma língua falada internacionalmente (58.8%) e a utilidade de dominar uma língua europeia (51.4%). Os segundo e terceiro aspetos mais referidos são, na categoria CEM, razões que se prendem com a progressão na carreira profissional (38.8%) e com a vontade (necessidade?) de obter um diploma de certificação (37.6%). Na categoria CDM, assume-se a importância da língua portuguesa enquanto língua europeia (35.2%), para progredir profissionalmente (33.3%) e como uma vantagem para obter um emprego (31.8%). Para

o conjunto dos inquiridos agrupados sob a designação *outros* surge como opção mais referida a utilidade em saber línguas europeias (54.5%), a que se segue o facto da língua portuguesa ser língua oficial em Macau (48.5%), ser falada internacionalmente (39.4%) e, uma vez mais, com questões ligadas à progressão na carreira (27.3%).

No que respeita à categoria *lusófonos*, ter nacionalidade portuguesa surge como aspeto francamente mais referido (80.7%) e a uma distância considerável dos restantes. A seguir, e ainda com alguma distância em relação às outras razões mais apontadas, são referidos os familiares portugueses (57.1%) e, como terceira e quarta opções mais referidas, respetivamente, a vantagem para encontrar um emprego (41.6%) e o estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (39.6%). Note-se, ainda, que aprender português para trabalhar num país de expressão portuguesa assume, neste grupo, o mesmo peso relativo que assume em CHC (23%), parece ser entre os que vêm da China Continental que conhecer a cultura portuguesa desperta maior interesse (26.1%) e os amigos portugueses assumem algum significado na categoria *outros* (24.2%), ligeiramente superior ao que assume entre os *lusófonos* (23.6%). Aparentemente temos aqui três tendências: por um lado, entre os mais *próximos* da língua portuguesa, a valorização de aspetos relacionados com as suas origens e relações familiares (*lusófonos*); por outro lado, entre os mais *afastados*, assumem particular importância questões utilitárias imediatas – vida profissional – e, em larga medida, relacionadas com o estatuto oficial da língua portuguesa no território (CDM e CEM), e, finalmente, os que parecem ter em conta a posição da língua portuguesa enquanto língua europeia de comunicação internacional (CHC). Estas tendências podem visualizar-se na *fig. 2 – Razões para aprender português*, que corresponde à projeção num espaço a duas dimensões das variáveis “razões” e “origens”, resultados a partir de uma análise de correspondências simples (ANACOR), efetuada com o objetivo de detetar possíveis relações entre estas duas variáveis.



5. Representações sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau

Uma das questões colocadas pretendia perceber em que posição os inquiridos colocam a língua portuguesa na relação com outras línguas e em diferentes espaços e escalas geográficas de utilização: na RAEM, na República Popular da China, na Ásia, na Europa e numa dimensão ainda mais vasta, no quadro mundial.

No que particularmente respeita à língua portuguesa, em Macau, os resultados apurados permitem perceber que os respondentes lhe atribuem, maioritariamente, a quarta posição (43.5%) embora para 21.5% esta língua seja também considerada a terceira mais útil em Macau e, para 14.9%, mesmo a segunda. Estando entre os inquiridos um conjunto de indivíduos portugueses e lusófonos, que se declararam de famílias monolíngues em português, pensar-se-á, não surpreende que seja atribuída uma posição vantajosa a esta língua até porque, não obstante o predomínio da língua chinesa e o

recurso à língua inglesa, estes alunos declararam usar, na generalidade das situações, o português. Fomos, então, verificar a ascendência dos inquiridos que colocam a língua portuguesa em Macau na segunda e na terceira posições e constatámos que, no primeiro caso, 19.2% são de origem mista portuguesa e chinesa e 60.0% são de origem chinesa, no segundo caso, 23.1% são de origem portuguesa e chinesa e 62.4% são de origem chinesa. Os indivíduos de ascendência exclusivamente portuguesa, na sua maioria, colocam o português na quarta posição. Não se poderá considerar, portanto, que sejam os portugueses a ter a percepção mais favorável da sua própria língua.

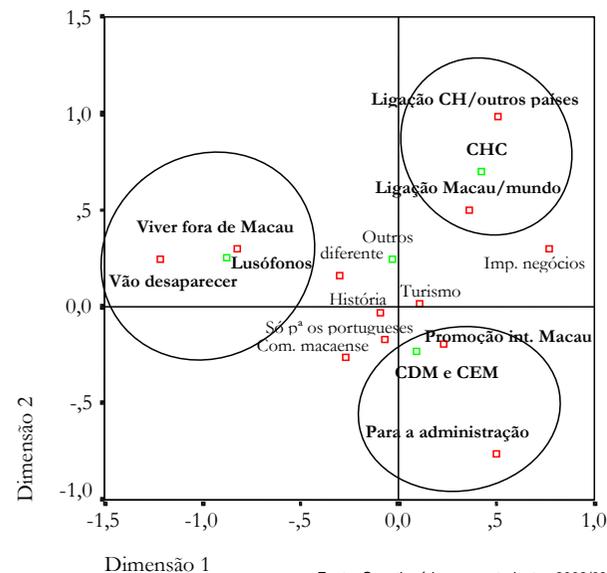
Quanto à utilidade do português no contexto europeu, sendo o valor mais elevado encontrado a quinta posição (23.7%) as opiniões dividem-se entre a segunda (17.0%), a terceira (12.4%) e a quarta (19.3%) posições; situação equivalente pode encontrar-se no que respeita à atribuição de uma posição à língua portuguesa em termos internacionais – surge com maior número de ocorrências a terceira (12.1%), a quarta (16.1%) a quinta (15.4%) e a sexta (12.2%) posições. De forma resumida: dos inquiridos que responderam a cada um dos indicadores propostos, 72.2% considera que a língua portuguesa se encontra entre as 7 mais úteis no mundo e 75.5% entre as 5 mais úteis na Europa; 80.7% coloca-a entre as primeiras 4 em Macau.

Quisemos, ainda, saber como é que os nossos inquiridos se posicionavam perante um outro conjunto de representações relativamente à língua e à cultura portuguesas em Macau. De um modo geral, a representação mais amplamente assinalada foi a de que língua e cultura portuguesas farão sempre parte da história de Macau (71.0%), que é, depois, combinada diferentemente com outras opções - entre as quais se destacam, em termos globais, o facto de *tornarem Macau diferente de outras cidades da China* (59.1%), serem percebidas como *uma característica da comunidade macaense* (55.%) e perspectivadas como *importantes para o desenvolvimento turístico* (41.6%), não se verificando, portanto, nestes casos, associação a qualquer um dos grupos criados. Ainda assim, através de uma análise de correspondências múltiplas, quisemos perceber se existiriam aspetos que diferenciavam as várias categorias [A *fig. 3 – Percepção sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau*, à semelhança da figura anterior, projetando

num espaço a duas dimensões as variáveis “origens” e “percepções”, mostra as tendências obtidas]. Fazendo, então, uma leitura segundo os *grupos tipo*, verificámos que, mais uma vez, é entre o grupo dos *lusófonos* e o dos *CHC* que se podem encontrar pontos de distinção significativos. Sendo que, para os últimos voltam a ser os aspetos que se prendem com o *exterior* e o simbolismo da ligação de Macau e da China através de Macau a outros espaços a surgir mais valorizados e associados a esta categoria, enquanto que aos primeiros se associa a percepção de que, dentro de pouco tempo, língua e cultura portuguesas irão desaparecer em Macau e que são importantes para quem quer ir viver para fora de Macau. O que não será de estranhar, se tivermos em consideração que, neste grupo, se encontram os estudantes do ensino secundário, maioritariamente da Escola Portuguesa, e que nos seus projetos de vida está incluída a possibilidade de continuarem a desenvolver os seus estudos fora do território, nomeadamente, em Portugal e, ainda, que entre estes jovens se encontram os de naturalidade portuguesa estando, desde sempre, Macau associado a um espaço de *passagem* e não de *permanência*, embora, para muitos, acabe por se transformar numa *passagem prolongada*.

Quanto às categorias *CDM* e *CEM*, não se distinguem significativamente mas parecem atribuir maior significado a questões que se relacionam com o imediato como é o caso da importância para a Administração, assim como com a promoção internacional de Macau. De salientar que, em qualquer um destes dois grupos a referência ao desaparecimento da língua e da cultura portuguesas em Macau é das opções menos referidas, só ultrapassada, mesmo, pela importância que poderão ter para quem quer ir viver para fora do território – o que, podemos questionar-nos, não se sabe se será por não lhes atribuírem importância para este fim ou porque não tencionam sair de Macau

Fig. 3 – Percepção sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau



Em suma, a relação com a língua portuguesa é uma relação acima de tudo do tipo *instrumental*, sendo que os que se encontram permanentemente em Macau (*CDM*), ou de forma já mais prolongada (*CEM*), apresentam orientações mais imediatas e centradas nas vantagens locais que, em termos de emprego, podem advir do facto de dominarem a língua portuguesa ou, no caso dos que já desenvolvem uma atividade profissional, na necessidade de o fazerem quer por razões decorrentes da atividade que desenvolvem quer para efeitos de progressão na carreira, não sendo os mais *próximos* (*lusófonos*) a demonstrar ter representações mais positivas relativamente à *sua* língua e cultura e sugerindo a informação recolhida que são precisamente os mais *afastados* (*CHC*) entre os *afastados* que mais valorizam a posição internacional e europeia do português, assim como se mostram mais recetivos a conhecer aspetos da cultura portuguesa.

fig. 4 – Características de Macau



temática, mostram unanimidade nas referências apontadas independentemente dos diversos grupos de origem.

Verifica-se que o jogo assume uma proporção bastante elevada [ver Tabelas 2 e 3²⁴⁶], sendo a expressão “Casinos” mesmo a mais referida (33.4% do total) seguindo-se as “Ruínas de S. Paulo” apontadas por 22.0% dos respondentes. No conjunto, no entanto, as referências ao jogo são largamente ultrapassadas pelos aspetos relativos ao Património que, nos seus mais variados aspetos, é característica destacada por 90.8% dos estudantes que responderam a esta questão.

Uma leitura mais detalhada da informação obtida permite perceber que, isoladamente, é dado pouco destaque aos aspetos da cultura chinesa, não faltando, contudo no território inúmeras características e tradições com as quais, seguramente, uma significativa parte dos nossos inquiridos se identifica. O que não significa que a cultura chinesa não tenha sido referida, mas estas referências surgem acima de tudo associadas a uma *cultura ocidental, europeia* ou *portuguesa* nos seus mais diversificados elementos, dos quais se destacam os gastronómicos e patrimoniais. Se nos concentrarmos precisamente nos aspetos patrimoniais, os mais evidentes na cidade, e os que colheram uma maior atenção por parte dos nossos inquiridos, sendo maior a diversidade de referências apontadas, verificamos que à exceção do Templo de A-Má, que na verdade é, à semelhança das Ruínas de S. Paulo, um *ex-libris* da cidade poucos são os elementos do património chinês a ser referidos.

Facto idêntico ocorre na categoria “Gastronomia”, sendo certo que o que mais podemos encontrar em Macau são as diferentes cozinhas chinesas, nas respostas dos inquiridos estas são absolutamente residuais merecendo a culinária portuguesa o maior destaque e ultrapassando a macaense, claramente, a chinesa que não se encontra entre os aspetos mais apontados (é referida por apenas 11 inquiridos, surgindo na 44ª posição). Enfatiza-se o cruzamento das culturas portuguesa e chinesa, parecendo que as questões

calculadas com base no número de respondentes não tendo, assim, de corresponder a um total de 100%.

Por último, ficam algumas notas relativas aos principais aspetos que os inquiridos consideram ser características de Macau, questão que lhes foi colocada, de forma absolutamente livre, com o objetivo de perceber não só o que mais valorizavam mas se surgiriam aspetos relacionados com a língua e a cultura portuguesas e que frequência e peso assumiriam.

A Figura 4 ilustra claramente as opções tomadas pelos respondentes. Não há dúvida que se os casinos são a referência que mais se destaca o *ex-libris* da cidade não andarão muito distante. Mas o que a figura evidencia é a mais significativa imagem de marca da cidade: o encontro do Oriente e do Ocidente; não suscitará certamente muitas dúvidas o peso que a cultura portuguesa, em sentido amplo e nos seus mais variados aspetos e elementos, parece assumir como capital valioso na construção da imagem da cidade.

Sistematizada a informação em grandes categorias, é evidente o peso dos aspetos relacionados com o Património nas escolhas dos estudantes que, para além desta

²⁴⁶ Responderam a esta questão 1505 inquiridos que, no conjunto, referiram 4343 aspetos que, sujeitos a tratamento resultaram em 19 categorias distintas por sua vez decompostas em subcategorias. Sendo uma questão de resposta múltipla, as percentagens apresentadas foram

relacionadas com um mundo mais chinês (a referência à cultura chinesa isolada aparece na 40ª posição, tendo sido referida por apenas 15 inquiridos), só por si, não têm significado em matéria de distintividade, o que fará algum sentido se pensarmos que o que se pretende, acima de tudo, é uma demarcação em relação à China, país de que Macau é parte integrante mas com um estatuto *especial* que importa manter e, para isso, torna-se premente a construção de uma imagem que se diferencie atribuindo à cidade propriedades únicas no contexto regional mais amplo em que se insere.

Por ordem de frequência e mais referidos, os aspetos que os nossos inquiridos consideram ser característica específica de Macau são: os “Casinos”, as emblemáticas “Ruínas de S. Paulo”, a “Arquitetura antiga” da cidade misturando os estilos português e chinês, a “Diversidade Gastronómica”, a vertente do “Turismo e Atividades Turísticas” – entre as quais se destaca o “Grande Prémio de Macau” –, a “Gastronomia portuguesa”, o “Jogo” a par da “Torre de Macau”, a dimensão reduzida do território, o “Casino Hotel Lisboa” e o facto de Macau apresentar uma “mistura de duas culturas”, simbolizando o “Ponto de Encontro das culturas portuguesa e chinesa”.

Bibliografia

Almeida, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais*, Coleção “Portugal os Próximos 20 Anos”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Almeida, João Ferreira de, Ávila, Patrícia, Casanova, José Luís, Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís, Martins, Susana da Cruz e Mauritti, Rosário (2003), *Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.

De Swaan, Abram (2001), *Words of the World: the global language system*, Cambridge, Polity Press.

Silva, Perpétua Santos (2005), *Estudantes de Português numa Macau do Século XXI*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE – IUL.

TABELA 1 – PRÁTICAS CULTURAIS SEGUNDO O GRUPO DE ORIGEM

Conteúdo		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
		PT	Gera I	PT	Gera I	PT	Geral	PT	Geral	PT	Gera I
Ver televisão	AF	73.4	87.9	19.9	92.2	17.6	89.1	35.3	77.1	52.4	95.2
	R+N	26.6	12.1	80.1	7.8	82.4	10.9	64.7	22.9	47.6	4.8
Ler livros (sem ser de estudo)	AF	53.4	53.6	23.9	72.5	22.0	75.4	40.7	88.5	38.1	61.9
	R+N	46.6	46.4	76.1	27.5	78.0	24.6	59.3	11.5	61.9	38.1
Ler revistas	AF	47.7	68.0	9.2	69.0	7.0	60.1	23.7	77.7	30.0	70.0
	R+N	52.3	32.0	90.8	97.0	93.0	39.9	76.3	22.3	70.0	30.0
Ler jornais	AF	50.8	52.7	11.2	82.4	11.0	82.4	25.9	70.3	33.3	90.5

Ver filmes (vídeo, em casa)	R+N	49.2	47.3	88.8	17.6	89.0	17.6	74.1	29.7	66.7	9.5
	AF	30.6	70.4	6.8	40.7	3.8	30.4	14.5	41.3	20.0	47.4
Ouvir rádio	R+N	69.4	29.6	93.2	59.3	96.2	69.6	85.5	58.7	80.0	52.6
	AF	37.7	48.4	6.9	51.5	8.3	45.0	24.6	63.0	25.0	50.0
Ouvir música gravada	R+N	62.3	51.6	93.1	48.5	91.7	55.0	75.4	37.0	75.0	50.0
	AF	42.7	91.4	8.9	85.9	7.6	75.4	22.3	90.0	40.0	90.0
Consultar Internet	R+N	57.3	8.6	91.1	14.1	92.4	24.6	77.7	10.0	60.0	10.0
	AF	66.2	89.6	15.0	86.4	8.8	83.5	30.1	95.7	26.3	90.0
Consultar livros de estudo	R+N	33.8	10.4	85.0	13.6	91.2	16.5	69.9	4.3	73.7	10.0
	AF	64.6	66.4	23.9	55.2	15.9	48.1	46.4	82.7	33.3	60.0
Ir a bibliotecas	R+N	35.4	33.6	76.1	44.8	84.1	51.9	53.6	17.3	66.7	40.0
	AF	24.0	26.6	12.6	54.4	11.0	63.3	31.7	91.4	15.0	45.0
	R+N	76.0	73.4	87.4	45.6	89.0	36.7	68.3	8.6	85.0	55.0

Fonte: Questionário aos estudantes de português 2002/03

TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DE MACAU POR CATEGORIA, SEGUNDO O GRUPO DE ORIGEM

Categorias	Total		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.
Património	90.8	1	93.1	1	108.3	1	92.5	1	59.3	1	66.7	1
Jogo e Casinos	45.7	2	26.3	3	44.5	2	47.0	2	58.5	2	37.5	3
Culturas	34.0	3	46.1	2	32.3	4	34.5	3	22.8	5	45.8	2
Gastronomia	29.1	4	25.4	4	34.1	3	31.8	4	17.5	6	33.3	4
Turismo e Ativ. turísticas	19.1	5	14.5	5	20.8	5	17.0	5	26.4	4	12.5	7
População	15.9	6	25.4	4	11.7	6	14.6	6	16.7	7	20.8	5
Espaço localização	13.4	7	10.5	8	5.5	9	11.9	7	32.5	3	8.3	8
Línguas	10.5	8	12.7	6	10.7	7	9.6	8	11.0	9	4.2	9
Aspetos Gerais	9.4	9	11.8	7	6.8	8	7.5	10	15.4	8	16.7	6
Direito e org. pol.	6.4	10	5.3	10	6.0	9	8.5	9	3.7	11
História	3.9	11	2.6	13	4.9	10	4.5	11	1.6	13	4.2	9
Diversão e Vida noturna	3.4	12	4.4	11	2.6	11	2.7	12	4.1	10	16.7	6
Condições de Vida	2.0	13	5.7	9	0.3	14	1.3	15	2.8	11	4.2	9
Relacionamento internacional	1.9	14	3.5	12	0.8	13	1.9	13	2.0	12	4.2	9
Religião	1.3	15	1.8	15	0.3	14	1.6	14	2.0	12
Submundo	1.1	16	0.9	16	1.6	13	1.0	17	0.4	15
Clima	0.9	17	2.6	13	2.8	11
Outros	0.8	18	2.2	14	0.5	12	0.2	16	1.6	14
Desporto	0.3	19	0.3	13	0.3	18

Fonte: Questionário aos estudantes de português 2002/03

Tabela 3 – Características de Macau segundo os principais grupos de origem (15 aspectos mais referidos)

Aspectos indicados	Total		Lusófonos		CDMI		CEM		CHC						
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%					
Casinos (Jogo e Casinos)	502	33,4	1	53	23,2	1	134	34,9	1	220	35,3	1	90	36,6	1
Ruínas de S. Paulo (Património)	331	22,0	2	45	19,7	2	99	25,8	2	140	22,5	3	45	18,3	5
Arquitectura antiga, misturada portuguesa e chinesa (Património)	301	20,0	3	28	12,3	3	75	19,5	3	152	24,4	2	43	17,5	6
Diversidade gastronómica (Gastronomia)	222	14,8	4	23	10,1	5	75	19,5	3	96	15,4	4	22	8,9	7
Turismo (Turismo)	166	11,0	5	9	3,9	17	41	10,7	6	67	10,8	6	48	19,5	2
Gastronomia portuguesa (Gastronomia)	149	9,9	6	13	5,7	14	42	10,9	5	77	12,4	5	15	6,1	10
Torre de Macau (Património)	129	8,6	7	28	12,3	4	48	12,5	4	47	7,5	10	5	2,0	17
Jogo (Jogo e Casinos)	129	8,6	7	6	2,6	20	13	6,0	12	50	8,0	8	47	19,1	3
Pequena (Espaço e Localização)	121	8,0	8	17	7,5	10	13	3,4	17	44	7,1	11	46	18,7	4
Casino Hotel Lisboa (Património)	110	7,3	9	15	6,6	12	33	8,6	8	54	8,7	7	8	3,3	15
Mistura de duas culturas (Culturas)	110	7,3	9	22	9,6	6	33	8,6	8	36	5,6	12	17	6,9	8
Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa (Culturas)	109	7,2	10	19	8,3	8	28	7,3	9	48	7,7	9	13	5,3	11
Mistura das culturas oriental e ocidental (Culturas)	102	6,8	11	11	4,8	15	24	6,3	11	54	8,7	7	10	4,1	14
Templo de A-Má (Património)	88	5,8	12	16	7,0	11	34	8,9	7	31	5,0	14	6	2,4	16
Grande Prémio (Turismo)	86	5,7	13	20	8,8	7	27	7,0	10	24	3,9	16	13	5,3	11
Cultura Portuguesa (Culturas)	76	5,0	14	14	6,1	13	21	5,5	13	33	5,3	13	6	2,4	16
Diversidade, diferentes origens (População)	70	4,7	15	18	7,6	9	14	3,7	16	21	3,4	17	16	6,5	9
A existência da língua portuguesa (Espaço e Localização)	64	4,3	16	10	4,4	16	17	4,4	14	26	4,2	15	11	4,5	13
Macanês (População)	57	3,8	17	22	9,6	6	10	2,6	20	18	2,9	18	6	2,4	16
Gastronomia macanês (Gastronomia)	56	3,7	18	22	9,6	6	9	2,3	21	2	3,2	33	5	2,0	17
Igrejas e Catedrais (Património)	54	3,6	19	5	2,2	21	21	5,5	13	18	2,9	18	10	4,1	14
Largo do Senado/Leal Senado (Património)	52	3,5	20	11	4,8	15	12	3,1	18	24	3,9	16	2	0,8	20
Tranquila e segura (Aspectos Gerais)	49	3,3	21	10	4,4	16	8	2,1	22	18	2,9	18	12	4,9	12
Estilo arquitectónico de edifícios e monumentos (Património)	48	3,2	22	15	6,6	12	14	3,6	16	15	2,4	20	3	1,2	19
Multicultural (Culturas)	44	2,9	24	20	8,8	7	7	1,8	23	11	1,8	24	5	2,0	17
Diversão e espetáculos (Diversão e vida nocturna)	34	2,3	26	5	2,2	21	5	1,3	25	13	2,1	22	8	3,3	15
Calçada portuguesa (Património)	31	2,1	28	1	0,4	25	15	3,9	15	14	2,2	21	1	0,4	21
Multilinguismo (Espaço e Localização)	26	1,7	31	1	0,4	25	6	1,6	24	7	1,1	28	12	4,9	12
Ruas estreitas (Espaço e Localização)	20	1,3	35	2	0,9	24	2	0,5	28	6	1,0	29	10	4,1	14
Aterros (Espaço e Localização)	10	0,7	46	1	0,4	25	1	0,2	34	8	3,3	15

Fonte: IQ aos estudantes de portugueses

37) RAQUEL BEATRIZ DE LIMA MACHADO - UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL

RAQUEL MACHADO nasceu em Ponta Delgada, em 1987.



Ingressou no Conservatório Regional daquela cidade açoriana aos seis anos de idade, onde foi aluna da Prof.^a Irina Semiónova e completou o 8º Grau de Piano com a classificação de 18 valores. Enquanto aluna daquela instituição, participou em diversas audições, recitais e concertos, como solista ou integrando grupos de música de câmara e coro.

Em julho de 2009 terminou a Licenciatura em Música – Variante de Piano, na Universidade de Aveiro, na classe de Piano da professora Nancy Lee Harper e na classe de Música de Câmara do professor António Chagas Rosa.

Em dezembro de 2009 recebeu o Prémio Caixa Geral de Depósitos – Melhor finalista da Licenciatura em Música, numa cerimónia que teve lugar no Auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro.

Participou em diversos master classes com os pianistas Massimiliano Valenti, Rudolfo Rubino, Mário Laginha, Paulo Pacheco, Sofia Lourenço, Miguel Borges Coelho, e Sergei

Milstein. No âmbito dos Cursos Internacionais de Música de Guimarães, trabalhou Música de Câmara sob a orientação de António Saiote.

Em 2007 participou no recital de encerramento do Congresso Europeu de Professores de Piano (ESMAE, Porto), e no mesmo ano atuou na Sessão Solene Comemorativa da Elevação da Ribeira Grande a Vila, que decorreu no Teatro Ribeiragrãndense. Em 2006 ingressou na Lira Açoreana, sendo a primeira pianista desta orquestra constituída por jovens músicos açorianos. Enquanto membro do coro do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro participou já em diversos concertos, dos quais se destacam a Missa da Coroação (Mozart), Requiem (Brahms), A Criação (Haydn), a Nona Sinfonia (Beethoven), Sinfonia Coral (Beethoven) dirigida pelo maestro António Saiote e onde foi solista o pianista António Rosado.

Atualmente estuda canto com a soprano Isabel Alcobia. Como soprano, apresentou-se pela primeira vez como solista em maio de 2010 no Teatro Micaelense (S. Miguel – Açores), interpretando a *Missa Breve* de Delibes e *Alleluia* de Mozart.

FOI SOPRANO CONVIDADA DO 14º COLÓQUIO EM BRAGANÇA (OUTUBRO 2010)

PATROCINADA EM MACAU PELA DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES DA PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES



38) RAUL LEAL GAIÃO, COLABORADOR *Dicionário da Língua Portuguesa contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Colaborador do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*



RAUL LEAL GAIÃO, Mestre em Língua e Cultura Portuguesa/Estudos Linguísticos, com a dissertação de *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses* (publicada).

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Licenciado em Ciências Literárias pela Universidade Nova de Lisboa.

Colaborador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Colaborador do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Desenvolve investigação na área do falar/dialeto macaense, tendo escrito e publicado vários artigos:

- “Línguas de Macau” in *Dicionário Temático da Lusofonia*.
- “Nhónha-nhónha – A Reduplicação no Crioulo Macaense”, in *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*.

- “Asiaticismos no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”, in *SIMELP, I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*.

- “Asiaticismos no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”, in *Atas/Anais 4º Encontro Açoriano da Lusofonia*.

- “Representações do crioulo macaense”, in *SIMELP*

TEMA 1.1 ADÉ: ADÉ: REPRESENTAÇÕES DE DÓCI PAPIAÇÂM DI MACAU, RAUL LEAL GAIÃO

SINOPSE

O crioulo, também conhecido por *patuá*, *papiaçâm*, *língua maquista*, *papiá cristã di Macau*, *lingu nhonha*, inserido num espaço onde era falado o português pelos portugueses europeus ou reinóis e o chinês/ cantonês pela comunidade chinesa, começou provavelmente a sua formação nos finais do século XVI, sendo falado pela comunidade macaense até às primeiras décadas do século XX.

O processo de descrioulização decorre a partir dos últimos anos do século XIX, devido não só à pressão do português em presença (língua dominante, de prestígio e língua da administração), mas também à intensificação da instrução e à forte crítica social, pois era considerada língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas.

Enquanto decorre este processo, José dos Santos Ferreira, Adé, nascido em Macau a 28 de julho de 1919 e tendo falecido a 24 de março de 1993, vivendo durante toda a vida na sua terra natal, cria uma vasta obra composta de poemas, peças de teatros, novelas e textos diversos em patuá, onde reflete e representa o crioulo macaense, nomeadamente o seu futuro, e sobre a sua gente

1. Introdução

Os crioulos são resultantes do contacto entre línguas, em circunstâncias próprias e específicas e o seu surgimento, embora nem sempre, aparece ligado ao período dos descobrimentos, ao pôr em contacto gentes, culturas e línguas em comunidades multilingues que não se entendiam mutuamente. Os crioulos distinguem-se de outras línguas pela rapidez da sua formação, em condições históricas excepcionais: por necessidade social, falantes de diferentes línguas maternas procuram comunicar entre si, recorrendo a uma língua que não dominam, nem de fácil acesso, mas mais funcional (Pereira: 2007).

A necessidade de comunicação entre portugueses e nativos de várias línguas originou a criação de formas simplificadas de linguagem, formas pidginizadas, de regras elementares e que dentro de cada comunidade se desenvolveram para a formação de línguas crioulas. Os crioulos de base portuguesa nasceram num contexto de relações comerciais e de escravatura em que o português era a língua dominante. Uma vez formados, mantiveram-se, durante séculos, à sombra de línguas de maior prestígio. (Pereira: 2007).

No Oriente formaram-se crioulos de base portuguesa, a língua dominante, cruzada com as línguas nativas, nomeadamente em Malaca, Macau, Diu, Damão, Timor, Java, Flores, Ceilão, com aproximações lexicais e sintáticas, e, pelas suas características, organizados em três grupos: malaio-português, indo-português e sino-português. No grupo sino-português integra-se o crioulo de Macau, *língua maquista ou patuá*.

Sendo as representações sociais construções coletivas geradas pelas crenças de um determinado grupo no contexto de uma cultura e que servem para organizar o conhecimento comum responsável pela dinâmica da vida quotidiana, pretendemos analisar as representações veiculadas nos textos (a maioria em crioulo macaísta) de José dos Santos Ferreira, Adé²⁴⁷, sobre a língua/crioulo macaísta e a identidade da comunidade macaense, no seu pensar, sentir e viver.

²⁴⁷ José Inocêncio dos Santos Ferreira (1919-1993), conhecido por Adé, é filho de pai português (de Seia) e mãe macaense. Viveu toda a sua vida em Macau, trabalhando como funcionário público e ensinando português a chineses para suprir as suas carências financeiras ...Escritor, poeta,

jornalista, colaborou em diversos periódicos macaenses: *Renascimento*, *O Clarim*, *Notícias de Macau*, *Gazeta Macaense*... e criou uma extensa obra composta de poemas, peças de teatro, novelas, programas radiofónicos em patuá e português. Cultor do patuá, escrevia, ensaiava e ele

2. *Qui-cuza sã patoá? / O que é o patuá?*

Após o estabelecimento dos portugueses em Macau, em 1557, o incremento da atividade comercial possibilitou, ao longo do tempo, uma relação intercultural, forjando uma mestiçagem através das ligações com mulheres indígenas, malaias, hindus, chinesas e japonesas que permitiram a integração de elementos culturais e linguísticos na comunidade macaense, exercendo também influência, embora mais ténue, a movimentação de escravos africanos e mesmo indianos. (Gaião, 2010).

À pergunta que ele próprio formula (através de Chacha), “*Vós querê sabe qui-cuza sã patoá? Quelê-môdo ta vai nosso patoá?*”, José dos Santos Ferreira/Adé responde e esclarece que é a língua dos antepassados, língua cristã, de gente cristã, criada pelas gentes de Macau, transmitida de geração em geração, inserida num espaço onde era falado o português pelos portugueses europeus ou reinóis e o chinês/cantonês pela comunidade chinesa:

“Patoá sã nómi qui gente di geraçám nôvo chomá língu antigo di Macau. Otróra, gente antigonostre, nádi chomá patoá. Ilôtro chomá nôs-sua papiaçám língu maquista. Têm ora, chomá língu cristám. Quim nom pôde fazê “r” vêm fora, sã ta falá língu clistám. Gente antigo di Macau sã tudo cristám, j’olá? China-china gentio papiá ilôtro-sua língu; nhu-nhum vêm di Portugal, labitá portuguê caregado, ramendá portuguê di vósso carta; maquista-maquista nom-sabe torá portuguê, unga co ôtro nádi falá china, sã labitá língu cristám, qui sã língu maquista. Otróra, únde têm mestre capaz vêm di Portugal ensiná portuguê drêto-drêto? Sã gente di Macau têm-qui fazê inventaçám, dále vêm fora onçôm-sua língu, sã nunca?”²⁴⁸ (Carta di Chacha pa su neto Agapito, In Ferreira, 1996: vol II, 199).

A afirmação por parte de Adé de que o crioulo macaense é uma língua contrasta com muitas opiniões até aí formuladas. Por exemplo, para Silva Mendes, consubstanciando as representações negativas na época pela aparência com o português, o crioulo é uma

simples corruptela do português por ação do chinês em presença, português mal falado e por vezes ininteligível: “O “patois” macaísta não é senão um português estragado pelo contacto com a língua chinesa”. (Mendes, 1979: 34)

3. *Quelora língu maquista já vêm fora na Macau? / Quando nasceu o patuá?*

Como já foi referido anteriormente, as relações que os portugueses estabeleceram com outros povos contribuíram para a formação do crioulo macaísta, resultante de um contexto de línguas em contacto e encontro de culturas diferentes, desenvolvida no meio de diversidade linguística pela necessidade de comunicação, ficando registados no crioulo elementos da língua dominante e ao mesmo tempo da(s) língua(s) de substrato.

Como se tratava de uma língua puramente oral e sem prestígio, não há dados históricos objetivos que tracem a origem e o desenvolvimento do crioulo macaense. António da Silva, em 1915, explica a modificação do português e a criação do dialeto, a *Língua de Macau*, por força de um conjunto de circunstâncias sociais e históricas (embora possam não corresponder exatamente à realidade histórica da criação do patuá, são reveladoras das circunstâncias histórico-culturais de Macau):

- “As raras e difíceis comunicações com a mãe pátria”;
- “Contactos com outros elementos linguísticos”, preponderantemente “o contacto com as línguas orientais chinesa, malaia e japonica, em rasão das frequentes relações comerciais”;
- “A falta de escritores locais que pudessem manter na sua pureza, as formas literárias consagradas pelos eruditos”;
- “A deficiência de cultura geral”. (Silva, 1915: 161).

A maioria dos crioulos conhecidos surgiu entre o início do século XVI e XVIII, sendo os primeiros de base portuguesa. Adé reflete a falta de conhecimento histórico da

próprio representava as suas peças em patuá, motivando os filhos da terra para o dialeto macaense, onde retrata a gente da sua terra.

²⁴⁸ Patuá é o nome que a gente nova dá à língua antiga de Macau. Outrora a gente mais antiga não chamava patuá. Eles chamavam ao nosso falar, *língua macaísta*. Às vezes chamam *língua cristã*. Quem não consegue pronunciar o “r” diz “*clistã*”. A gente antiga de Macau era toda cristã. Os

chineses falam outra língua; os que vêm de Portugal falam português carregado semelhante ao português da tua carta; os macaenses não sabem entoar o português, não falam uns com os outros chinês, falam a língua cristã que é a língua macaísta. Outrora onde havia mestres capazes de ensinar português correto? A gente de Macau teve que criar (inventar) a sua própria língua. (versão nossa)

origem do crioulo macaísta, não deixando de afirmar as opiniões comuns entre a comunidade macaense sobre as condições e o período da sua formação:

“Falá verdade, Chacha nom-sabe quelora língu maquista já vêm fora na Macau. Tanto letrado co nhu-nhum capaz tamê nom sabe. Pôde sã qui já começá na fim-fim di seclo dizassês, juntado co acunga quanto família nôvo-nôvo vêm fora na Macau. [...] Na meo-meo di seclo dizassete, sã quelora Macau virá ôlo, olá más tanto filofilo. Ilôtro já pinicá quelê tánto pa su língu sai más bem-fêto. Cava, intremente gente di Macau já ficá más tanto, língu maquista já crecê juntado. Nosso língu já pulá di geraçám pá geraçám, dia-em-dia têm más catá-cutí nôvo, co más papiaçám di português na meo. Di áno pa áno fica más dóci, más têm chiste”²⁴⁹. (Ferreira, 1996: vol II, 200)

4. Qui papiá língu maquista? / Quem fala o patuá?

Macau foi ao longo do tempo um espaço multilíngue, onde eram faladas várias línguas pelos diferentes grupos sociais, ao qual se foram juntando línguas dos diversos grupos que iam chegando. O crioulo macaísta torna-se a forma de comunicação oral da comunidade macaense²⁵⁰, originando uma situação diglósica, pela presença do português, falado entre as elites locais e o chinês na comunidade chinesa:

“China-china gentio papiá ilôtro-sua língu; nhu-nhum vêm di Portugal, labitá português caregado, ramendá português di vôsso carta; maquista-maquista nom-sabe torá português, unga co ôtro nádi falá china, sã labitá língu cristám, qui sã língu maquista.”²⁵¹ (Ferreira, 1996: vol II, 200)

O crioulo era a língua dos macaenses, usada por todos nas diversas situações de comunicação, e utilizada por alguns elementos que não pertencem à comunidade macaense, usando-o para se relacionarem com os macaenses:

“Di seclo dizôito tê meo-meo di seclo dizanóve sã tempo más quente di nôsso língu maquista. Nom-têm casa di filo-Macau, nom-têm nhum, nhónha, chacha, quiança qui nádi sabe papiá maquista chapado. Vai bazar comprá sôm, vai greza cunfissá co padre, sã papiá maquista. Têm padre subí púpito pregá sermám, metade na português torto-torto, metade na nôsso língu maquista. Tudo áma co cuzinhéro na casa, atai di cartá marmita, apô cartá águ, cegónha, lavadéra, china vendê merenda, tudo sã papiá maquista, quim más bem-fêto, quim más tôtro-ravirado. Na quarté di sodado, filo-Macau cristám-nôvo sã lôgo papiá unchinho portuguezado. Sium capitam qui casá co nhónha di Macau azinha sabe papiá nosso língu. Quelora ilôtro chegá Macau nôvo-nôvo, sã torá português qui fazê nosso sodado-sodado co puliça chang-keng fica tonto, nom-pôde intende bem-fêto. Tudo ora capitám gritá “sodado, avança”, nosso sodado senta na chám discansá...”²⁵² (Ferreira, 1996: vol II, 201)

O final do texto evidencia as dificuldades de comunicação, pelo facto de não haver um bilinguismo efetivo. Os mal-entendidos gerados nesta babel de línguas são em diversos passos apontados na obra de Adé: Na novela “Estória di Maria co Alféris Juám”, uma macaense, referindo-se ao discurso do padrinho da noiva, comenta: “papiá portuguezado qui fazê quelê tanto chacha nom-pôde sabe qui-cusa ta uví. Caregá “r” qui fazê tanto nhónha rapiá corpo”²⁵³ (Ferreira, 1996: vol II, 107). Após o discurso, batem palmas e bebem um copo. Alguém protesta por não perceber e assim recusa-se a aplaudir o que não entende: “Chacha Ambrósia sai voz falá: “Drêto sã têm gente papiá língu maquista pa nós pôde

macaísta chapado/correto. Vão ao bazar fazer compras, vão à igreja confessar-se ao padre, falam macaísta. Há padres que sobem ao púlpito pregar sermão, metade em português torto, metade na nossa língua macaísta. Toda a criada e cozinheiro em casa, criado chinês de transportar marmita, mulher que traz água/aguadeira, mulher de recolha de detritos, lavadeira, chinês que vende merenda/merendeiro, todos falam macaísta, uns melhor, outros pior. No quartel dos soldados falam um pouco à maneira de Portugal. O capitão que casa com mulher de Macau, depressa sabe falar a nossa língua. Os que chegam de novo a Macau falam português, o que faz com que os nossos soldados e os polícias chineses fiquem tontos, pois não conseguem entender o português correto. Sempre que o capitão grita “soldado avança”, os nossos soldados sentam-se no chão a descansar. (versão nossa)

²⁵³ “Falou em português e duma forma tão eloquente que nenhuma das “chachas” presentes conseguiu perceber patavina. Os “r” bem carregados até fizeram arrepiar as senhoras” (versão de Ferreira, 1996: vol II, 164)

²⁴⁹ Para falar verdade, a avó não sabe quando é que a língua macaísta chegou a Macau. Tanto letrados como homens entendidos também não sabem. Talvez tenha começado nos fins do século XVI, juntamente com as novas famílias que chegaram a Macau.

No meio do século dezassete, quando Macau olhou, viu mais filhos/cresceu. Eles fazem com que a sua língua saia mais correta. Depois, entretanto, a gente de Macau ficou (a viver) e a língua macaísta cresceu junto. A nossa língua passou de geração em geração, cada dia mais variada, com mais falar português pelo meio. De ano para ano torna-se mais doce e tem mais chiste/grça. (versão nossa)

²⁵⁰ Macaense: “grupo com identidade étnica [...], euro-asiático natural de Macau, de ascendência portuguesa e por vezes com cruzamentos vários” (Cabral, 1993: 20,21).

²⁵¹ Os chineses falam outra língua; os que vêm de Portugal falam português carregado semelhante ao português da tua carta; os macaenses não sabem entoar o português, não falam uns com os outros chinês, falam a língua cristã que é a língua maquista. (versão nossa)

²⁵² Do século dezoito até meados do século dezanove é o tempo mais quente da nossa língua macaísta. Não há casa de filho de Macau, não há homem, mulher, avó, criança que não saiba falar

intendê! Si nunca, iou nádi batê palma!". *Acunga chuchuméca di Atútu Bêço-Grôso sai su capacidade, vai meo di sala i xplicá papiaçám di Sium Teodorico na maquista chapado, pa gente antigo pôde intendê. Papiá sete catórzi, vumitá um-cento boboriça vêm fora*"²⁵⁴ (Ferreira, 1996: vol II, 107). A mesma dificuldade é sentida por Chacha perante a carta escrita pelo neto: "*Vôs já inchí carta co assi tanto papiaçám na português torado, qui fazê Chacha ficá istonteadado, nom-pôde intendê bem-fêto*". (Ferreira, 1996: vol II, 203). Dificuldades que podiam ser ultrapassadas, se houvesse um bilinguismo efetivo. António Silva, no princípio do século XX, pretende que coexistam e sejam faladas no mesmo espaço o português e o crioulo, advogando uma situação de bilinguismo que provavelmente contribuiria para que o crioulo não desaparecesse tão cedo:

"Quería que todos os portugueses, aqui nascidos, falassem o português genuíno, mas também desejava que todos falassem o dialeto local, pois que ele é muito melodioso e seu vocabulário bastante completo." (Silva, 1915: 162)

Também Adé defende o bilinguismo na comunidade macaense, ao mesmo tempo que incentiva a aprendizagem do português correto:

"Sempre defendemos que os macaenses devem saber português, e bem, habilitando-se a exprimir-se corretamente no idioma pátrio. Mas não se conclui daí que o dialeto da sua terra não deva merecer guarida nos seus lares". (Ferreira, 1996: vol II, 8)

5. Língu maquista unga porçám di linguaze di ôtro raça / Patuá – contacto entre línguas

Os crioulos são línguas resultantes do contacto entre línguas, como no início referimos, ao pôr em contacto gentes, culturas e línguas em comunidades multilingues que não se entendiam mutuamente.

Ao superstrato português juntaram-se, no macaísta, elementos exógenos; a estrutura dominante e muitos elementos lexicais estão relacionados com o malaio: *catupá, chilicote, dodol*, no domínio da culinária; *parão, estrica*, como utensílios domésticos; *cate, tael*, como medidas; termos de vestuário feminino, *bajú*, por exemplo. (Gaião, 2010). Apesar das relações comerciais intensas com os falantes de chinês /cantonês²⁵⁵, a maior parte dos autores refere a fraca ou nula existência de palavras chinesas no léxico do crioulo macaense, como por exemplo, António Silva: "*O que é certo, porém, é que apesar da construção gramatical do dialeto de Macau ser idêntica á chinesa, não se encontra nele uma única palavra derivada da língua sínica*". (Silva, 1915: 164). A influência chinesa foi primitivamente bastante ténue, mas a atividade comercial e as relações com mulheres chinesas abriram as portas à penetração linguística chinesa, embora com menor peso; outras influências se foram exercendo.

"De todas as curiosidades que os macaístas possam oferecer aos observadores europeus, nada é de certo mais interessante do que a linguagem de que entre si se servem; é uma espécie de dialecto em que, de envolta com portuguez de 1500, andam locuções chinezas e phrases inglezadas" (França, 1897: 200-201).

Adé destaca as línguas em contacto que originaram o crioulo macaísta, o português, o canarim, o malaio e até o espanhol, situação em que os casamentos tiveram um papel crucial:

*"Língu maquista sã ramendá português champurado co china, co unga porçám di linguaze di ôtro raça, já sã canarim, já sã malaio co unchinho di ispanhol pingá-pingá. Ispanhol sã pó cósa di Macau perto di tera filipino; canarim co malaio pó cosa di Macau inchido di ilôtro. Português antigo têm qui tanto já casá co nho-nhónha malaio, co nho-nhónha di Goa. Si nunca sã assi, qui-foi tanto maquista-maquista já sai iscuro-iscuro?"*²⁵⁶ (Ferreira, 1996: vol II, 200).

²⁵⁴ "A Chacha Ambrósia disse alto e bom som que não estava certo; alguém devia reproduzir em língua macaísta as palavras proferidas, para que todos pudessem entender. Caso contrário, ela negar-se-ia a aplaudir. O intrómetido do Atútu de Beiços-Grossos, armado em sabichão, foi até ao centro da sala e tentou explicar em língua macaísta cerrada o discurso do senhor Teodorico. Queria que a velhada o entendesse. Porém, metendo os pés pelas mãos, não disse senão disparates". (Versão de Ferreira, 1996: vol II, 164)

²⁵⁵ A influência da língua chinesa no crioulo de Macau também está presente no léxico, embora com fraca penetração durante anos, por razões sociais, e em aspetos morfológicos e sintáticos, devido aos diversos contactos com os falantes de chinês: "*a pidginized form of the Macao creole came to be used for trade with chinese merchants in Canton*" (Holm, 1989: 297).

²⁵⁶ "A língua macaísta é como o português misturado com chinês, com uma porção de linguagem de outras raças, canarim, malaio, com uns pingos de espanhol. Espanhol é por causa de Macau ficar perto das Filipinas; canarim com malaio por causa de Macau estar cheio deles. Os portugueses

Adé acentua a construção e a dinâmica da identidade macaense e da sua língua, dando conta das influências mais recentes e como o crioulo começa a imigrar com as comunidades da diáspora, nomeadamente Hong-Kong e Xangai:

“Nunca tardá muto, já têm Ongcông. Nhu-nhum capaz fazê inventaçám, começá chuchú palavrainglezado na nôsso língu. Tánto filo-filo di Macau virá vai Ongcông buscá siviço, já casá, começá têm su catravada. Masquí capaz labitá «Oh, yes, oh, no», ilôtro nunca pinchá fora su língu maquista”²⁵⁷. (Ferreira, 1996: vol II, 201)

Depois dos cruzamentos originários, o patuá foi absorvendo influências diversas, chinesas mesmo e de um modo acentuado nos diversos traços culturais, como salienta Amaro: *“ [...] uma progressiva consciencialização de autonomia cultural a par duma progressiva abertura à cultura da milenária China transparece na realidade macaense, com crescente abandono dos seus velhos padrões luso-indo-malaios”* (Amaro, 1972: 445).

6. Febre di língu maquista já abrandá quelê tánto na Macau / Descrioulização

Devido a fatores exógenos, os crioulos evoluem e morrem lenta ou abruptamente; por vezes confinam-se a contextos de comunicação mais restritos ou deixam de ser usados pelos falantes, trocando-o por uma língua de maior prestígio e mais funcional, social e culturalmente; há transformações que contribuem para que o crioulo perca a sua identidade e autonomia lexical e estrutural, reduzindo-se a uma variedade da língua de contacto. Quanto mais se intensifica o contacto com a língua de prestígio e se verifica a perda de funcionalidade do crioulo, mais se acentua o processo de descrioulização.

O processo de descrioulização do crioulo macaense decorre a partir dos últimos anos do século XIX, devido não só à pressão do português em presença (língua dominante, de

prestígio e língua da administração), mas também à intensificação da instrução e à crítica social, pois era considerado língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas.

“O crioulo começou a ser menosprezado nos últimos cem anos em Macau como língua de chachas, língua das nhonhas, língua das pessoas pouco instruídas, à medida que os contactos com Portugal foram sendo mais estreitos e que a escolaridade em português foi aumentando com a criação de escolas primárias e secundárias que nos primeiros séculos eram escassas” (Batalha, 1983: 289).

Isto mesmo confirma Adé, ao intensificar-se a educação e o ensino do português e a própria diáspora macaense, reduzindo-se cada vez mais o uso do crioulo na comunicação diária:

“Na meo-meo di seclo dizanóve começá vêm tanto mestre di Portugal ensiná portuguê drêto. Cavá, quánto escola já abrí, já têm colégio co covento inchido di gente capaz labitá portuguê. Nunca tardá muto, já têm Ongcông. [...] Quelora seclo vinte começá, febre di língu maquista já abrandá quelê tánto na Macau. Têm tánto gente falá portuguê co inglê bem-fêto, pa más azinha achá siviço, ganhá sapeca. Chegá meo-meo di estunga seclo, língu maquista começá definhá, ficá pinchado na unga canto. Quim labitá maquista sã somente pa fazê chiste, j'olá? Unchinho saíám olá língu di nôsso bizavô, tetravô, quatriavô, vagar-vagar ta dispacê, ramendá andorinha dispacido na tempo-frio. Más quánto tempo nós lôgo têm língu maquista pa uví? Más vinte ano? Más trinta? Sômente Dios sabe. Vósso Chacha nádi têm aqui pa sabe.”²⁵⁸ (Ferreira, 1996: vol II, 201)

Coincidente com o início do processo de descrioulização do crioulo macaense, incrementa-se, por diversas formas, o ensino em Macau. Desde os finais do século XV, a Igreja e as ordens religiosas criaram escolas para ensinar a religião cristã e a língua portuguesa. Os jesuítas têm um papel primordial na instrução, desde a criação da *escola de ler e escrever* até à organização dos estudos superiores do Colégio de S. Paulo (Grosso, 2007: 40), primeira Universidade ocidental do Extremo Oriente (Santos, 1994). A cargo das ordens religiosas, o ensino sofreu um forte revés com a expulsão dos Jesuítas

português. Não tarda muito chega Hong-Kong ... Quando começa o século XX, a febre da língua macaísta abrandou muito em Macau. Tem muita gente a falar português e inglês corretos. Chegamos ao meio deste século (XX), a língua macaísta começa a definhar, é deitada para um canto. Quem fala macaísta é somente para fazer graça. É uma pena ver a língua dos nossos bisavôs, tetravôs lentamente a desaparecer, como a andorinha desaparece no tempo frio. Quanto tempo poderemos, ainda, ouvir a língua macaísta? Mais vinte anos? Mais trinta? Só Deus sabe. (versão nossa)

antigos casaram com mulheres malaias e mulheres de Goa. Se não tivesse sido assim, como é que tantos macaístas saíram escuros?” (versão nossa)

²⁵⁷ Não tarda muito chega Hong-Kong. Os que são capazes de criar, começam a introduzir palavras inglesas na nossa língua. Muitos filhos de Macau vão à procura de trabalho, casam e têm filhos. Embora sejam capazes de falar «Oh, yes, oh, no», nunca abandonam a língua macaísta²⁵⁷. (versão nossa)

²⁵⁸ No meio do século dezanove começam a vir mestres de Portugal para ensinar português correto. Depois com muitas escolas abertas, há colégios e conventos cheios de gente capaz de falar

por diploma pombalino de 1759, executado em Macau em 1762 (Santos, 1994). A expulsão dos Jesuítas contribuiu para que a educação no Território ficasse mais pobre.

Na segunda metade do século XIX são dados passos importantes para a intensificação do ensino em Macau:

“O ensino público, entretanto criado, ficou sob a alçada do Governo de Macau, embora custeado pelo Leal Senado. Em 30 de setembro de 1869 é criado o Conselho Inspetor de Instrução Pública, que passa a tutelar todo o Ensino, sob a Presidência do Governador” (Silva, 1998: 10).

A Associação Promotora da Instrução dos Macaense (APIM) criou na segunda metade do século XIX a Escola Comercial Pedro Nolasco da Silva para dar formação profissionalizante aos jovens macaenses que começavam a ser atraídos pelo grande desenvolvimento de Hong Kong.

A 30 de junho de 1893, foi aprovado pelo Governo de Portugal o projeto regulando a instrução em Macau, cujos art.º 3 e 4 ordenavam:

*“Art. 3 – A instrução secundária será ministrada no Liceu Nacional de Macau, creado por esta lei.
Art. 4 – O Liceu de Macau é equiparado, para todos os efeitos, em categoria aos liceus nacionais do reino”.* (Teixeira, 1986: 13)

De igual modo, e por meios diversos, procura-se promover o ensino da língua portuguesa. *“É obrigatório, a partir de 1 de janeiro próximo futuro, em todas as escolas primárias da província, oficiais, municipais, missionárias ou de quaisquer instituições subvencionadas pelo governo o ensino da língua portuguesa”*²⁵⁹.

A decadência do patuá, também Pereira a relaciona, como começa a ser comum na época, com a intensificação do ensino do Português, ligada ao aumento da escolaridade, tendendo o patuá a desaparecer, devido à criação do Liceu e ao grande número de escolas portuguesas que vão espalhando abundantemente pelos filhos de Macau o conhecimento da língua portuguesa. (Pereira, 1999:160).

António Silva, no princípio do século (XX), focaliza a evolução do patuá por ação da presença da língua portuguesa no mesmo espaço: *“vai-se modificando, graças à tendência em aproximar-se do verdadeiro português”.* (Silva, 1915: 161) Tem passado por várias evoluções e *“tende cada vês mais a aproximar-se do português, pelo menos em Macau, onde já muita gente o não fala nem mesmo no seio da família”.* (Silva, 1915: 162)

A descrioulização linguística e mesmo cultural intensifica-se nos meados do século XX; a partir de meados dos anos sessenta, após a Guerra do Pacífico, os conflitos do 1.2.3. e as sucessivas diásporas macaenses, fortalece-se esta nova orientação: a aproximação da comunidade macaense à comunidade chinesa. “Com a estratégia matrimonial e o achinesamento cultural e linguístico dilui-se a identidade cultural e linguística de matriz portuguesa e perspectiva-se uma “sinificação ou hanização dos macaenses” (Marreiros: 1994).

7. Qui logo papiá língu maquista? / O futuro do crioulo macaísta

Nos inícios do século (XX) António Silva vaticina: *“Daqui a algum tempo desaparecerá por completo ficando o seu estudo reservado somente aos filólogos que o quiserem arrancar ao pó do esquecimento por amor á arte”.* (Silva, 1915: 162) Adé lamenta que o dialeto macaense, infelizmente, esteja quase a desaparecer. *“Se percorrermos a cidade de lés a lés, visitando lares macaenses, veremos quão reduzido é o número de pessoas capazes de sustentar uma conversa em maquista chapado. É muito provável que, dentro de umas dezenas de anos, dele nada mais fique, além de vagas e saudosas recordações e uns volumes que um ou outro escrupuloso colecionador de livros poderá ter guardado religiosamente nas estantes, protegidos contra a ação destruidora da traça”.* (Ferreira, 1996: vol II, 6). O que restará do crioulo macaense no futuro?

*“Na coraçã di nòsso nêto-nêto, // Di ilôtro-sa nêto co bisnêto, // Cuza cavá logo ficá?
// Saudádi co lembrança dóci // Di ancuza qui sã di más bom, // Di gente qui sã divera quirido! [...] Língu di gente antigo di Macau // Lô dispacê tamê. Qui saiam! // Unga dia, mas quanto ano, // Quiança lô priguntá co pai-mai // Qui-cuza sã, afinal, // Dóci papiaçã di Macau.”*²⁶⁰. (Ferreira, 1990: 22-23)

²⁵⁹ Portaria nº Ferreira, 1996: vol II, ° 331, de 6 de novembro de 1919, *Boletim Oficial de Macau*, nº 45, de 6 de novembro de 1919.

²⁶⁰ *No coração dos nossos netos, dos seus netos e bisnetos, o que vai ficar? Saudades e lembranças doces, daquelas coisas boas, de gente muito querida [...] a língua de gente antiga de*

Perante esta situação, Adé pretende contribuir de todas as maneiras, para divulgar e preservar o que ficou desse idioma e manter o legado dos valores que constituem o património cultural macaense, criando e recriando o patuá:

“Para nós, o contacto ou o ensejo de brincar com o “patois” foi sempre motivo de enorme satisfação. Versejar ou declamar poesias, escrever diálogos e monólogos, historietas, recitais, letras de canções, ou cantar em “patois”; compor peças de teatro e pô-las em cena, atuando nas comédias com os amigos; produzir programas radiofónicos e participar nas transmissões; dialogar com os nossos conterrâneos, tudo isto fizemos tantas vezes até com lágrimas nos olhos. Gozámos, emocionados, todos os momentos da nossa lida amena com o delicioso poema de Macau de outros tempos.” (Ferreira, 1996: vol II, 5).

8. Papiçam subi vai cabeça / Língua com regras

Os crioulos foram frequentemente entendidos como falares pobres e sem regras; a ideia de que se trata de uma língua é muito recente na tradição crioulistica. Embora provenientes de sistemas muito reduzidos, os pidgins, e apresentem de uma maneira geral uma forma aparentemente simplificada na sua componente flexional e no seu sistema morfológico (a falta de artigos, de marcas de género, número, modo e tempo), são línguas com estruturas sintáticas, morfológicas, fonéticas e lexicais identitárias, possuindo formas

para codificar o género e o número ou formas gramaticais livres, como, por exemplo, no caso dos tempos verbais. (Gaião, 2010).

O interesse pelo patuá e o seu estudo é recente. Opiniões esparsas, apontamentos dispersos e circunstanciais ou pequenos comentários opinativos aparecem principalmente nos fins do século XIX e na primeira metade do século XX²⁶¹. Os estudos, e principalmente a recolha de material do patuá, começa com o macaense João Feliciano Marques Pereira²⁶² que, na segunda metade do século XIX, publicou e anotou na revista *Ta-Ssi-Yang-Kuo* um conjunto de textos coligidos por pessoas amigas em Macau, acompanhados de um glossário dos principais termos do crioulo macaense. Leopoldo Danilo Barreiros²⁶³ transcreveu na revista *Renascimento* grande parte desses textos e acrescentou outros (Batalha, 1988).

Estudos sistemáticos de recolha e análise do falar macaense, principalmente a nível do léxico, foram efetuados na segunda metade do século XX por Graciete Batalha²⁶⁴. Mais recentemente os trabalhos linguísticos de Isabel Tomás²⁶⁵, Alan Baxter²⁶⁶ e Mário Pinharanda²⁶⁷.

Macau desaparece também. Que pena! [...] Um dia, daqui a uns anos //A criança perguntará aos pais // Que coisa é, afinal // O Doce falar de Macau? (versão nossa)

²⁶¹ Bento da França, *Macau e os seus Habitantes*, Imprensa Nacional; Manuel da Silva Mendes, (1979), *Macau, Impressões e Recordações*, Macau: Quinzena de Macau; Filipe Emílio de Paiva (1997), *Um Marinheiro em Macau -1903, Álbum de Viagem*, Macau: Museu Marítimo de Macau; António José Gonçalves Pereira, (1999), *Imagens do Oriente – Impressões de Viagens*, Macau: Museu Marítimo de Macau. António Silva, (1915), “O Dialeto de Macau”, In *Oriente*, Macau, abril de 1915, n. 4.

²⁶² J. F. Marques Pereira (1995), “*Subsídios para o estudo dos dialetos crioulos do Extremo-Oriente*”, In *Ta—ssi- yan-kuo, Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Português*, coligidos e anotados por J. F. Marques Pereira, 1989-1900, Edição Direção dos Serviços de Educação e Juventude, Fundação Macau, Macau.

²⁶³ Barreiros (1943), “*Dialeto Português de Macau*”, In *Renascimento*.

²⁶⁴ Graciete Batalha, (1983), “Situação e perspectivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)”, in *Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo*, Atas, vol 1, Lisboa.

Graciete Batalha, (1988), *Glossário do Dialeto Macaense, Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*, Macau: Instituto Cultural de Macau.

²⁶⁵ Maria Isabel Tomás, (1992), *Os Crioulos Portugueses do Oriente*, Instituto Cultural de Macau.

²⁶⁶ Alan Baxter, (2009) “*O português em Macau: Contacto e assimilação*”, in Ana M. Carvalho (org), *Português em Contacto*, Madrid.

Senna Fernandes, Miguel & Alan N. Baxter., (2001), *Maquista chapado – vocabulário e expressões do crioulo português de Macau*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

Nunes, Mário & Alan N. Baxter., (2004), “*Os marcadores Pr- verbais no crioulo de base lexical portuguesa de Macau*”. *PAPIA* 14. 13-46.

Pinharanda Nunes, Mário & Alan N. Baxter (2004.) “*Os Marcadores pré-verbais no crioulo de base lexical portuguesa de Macau*”. *PAPIA, Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 14. 31-46.

²⁶⁷Mário Pinharanda Nunes (2004) “*Os Marcadores pré-verbais no crioulo de base lexical portuguesa de Macau*”, *Papia, Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, 14. 13-46.

Mário Pinharanda Nunes, (2008) “*Os demonstrativos em maquista: uma análise morfosintática contrastiva*”, *Papia, Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, 18. 7-21

Mário Pinharanda Nunes (2011) *Estudo da Expressão Morfosintática das Categorias de Tempo, Modo e Aspeto em Maquista*, Tese de Doutoramento, Universidade de Macau.

Para António Silva, o crioulo macaense apresenta uma estrutura linguística semelhante à língua chinesa, devido à ausência de flexão, “...notando-se sobretudo na construção gramatical, a influencia preponderante das fórmulas literárias sínicas” (Silva, 1915: 163). Neste sentido, e embora considere que “não há sintaxe, porque não há concordância [...], pois que a sua construção é chinesa” (Silva, 1915: 163), estabelece um paralelismo entre a estrutura sintática do crioulo macaense e a língua chinesa:

“Os verbos sam invariáveis nos modos, tempos, números e pessoas, e a sua construção idêntica á chinesa.” (Silva, 1915: 161) “Assim dizemos: eu faço, lou fazê – em china Ngo chu; estou fazendo, lou ta fazê – em china Ngo chu kan; eu fiz, lou já fazê – em china Ngo chu lo; eu farei, lou logo fazê – em china Ngo chao chu”. (Silva, 1915: 162).

De facto, verifica-se nas duas línguas a ausência de flexão e a anteposição de formas para marcar o tempo verbal.

Muitos macaenses se esforçaram por manter regras próprias que lhes permitissem regular a sua linguagem falada e escrita. Dessas regras, não se sabe se ficaram apontamentos ou mesmo se ficou algum compêndio com a síntese de toda a matéria compilada.

“Muitas obras e variadíssimas composições antigas se sumiram com o rodar dos anos, não admira que tenham igualmente desaparecido registos acerca das regras gramaticais, que possam ser arquivados. (Ferreira, 1996: vol II, 225).

Adé analisa a o crioulo macaísta e elabora um epitome de Fonética e Morfologia macaenses, comparando-as às da gramática de língua portuguesa, “*Epítome de Gramática Comparada*”, gramática dos substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, preposições, advérbios, conjunções e interjeições e descodifica um alargado vocabulário do patuá. (Ferreira, 1996: vol II, 227-252).

9. Alma dôci di gente di Macau / Patuá e identidade macaense

A identidade cultural é uma forma de identidade coletiva característica de grupos sociais que partilham as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo. Fixa-se como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos sentirem-se mais

próximos e semelhantes. “Os macaenses ou filhos da terra são o produto de uma longa sedimentação de contactos e influências mútuas entre a China, a Europa e todo o mundo marítimo do sul da Ásia”. (Cabral, 1993: 12).

A sua identidade é o resultado do contacto e cruzamento de culturas, embora de matriz portuguesa, vivida nas diversas formas de manifestação identitária: a língua, a religião, a vida quotidiana, a culinária, as relações sociais. O dialeto macaense significa mais que ser apenas um simples idioma; muitíssimo mais que o trivial linguajar quotidiano dum povo. Caracteriza a própria índole, os sentimentos, a maneira de ser, assim como os encantos, costumes desse povo, ele é bem a imagem da boa gente antiga de Macau, é a chancela da sua identidade, um dos marcos indelévels do encontro entre civilizações diferentes. (Ferreira, 1996: vol II).

A identidade macaense define-se em primeiro lugar pela memória coletiva, “*Dóci lembrança di tempo antigo*” e revela a alma, as gentes, a fé cristã, “*Fé cristám di gente antigo*”, “*Macau terá di fé*”. Em “*Macau Cristám*”, Adé verseja as crenças e rituais católicos como a *Procissám di Sinhôr-Passo*, *Oraçám di Paixám*, *Morti di Jessus* (Ferreira, 1996: vol IV, 113), o Natal, no conjunto de poemas dedicados ao Natal, *lou querê cantá Natal* (Ferreira, 1996: vol IV, 93-107) e ainda, entre muitos, os textos e poemas de Natal “*Acunga qui nós já sunhá*” (Ferreira, 1996: vol IV, 69-92) e *Natal sã festa grándi* (Ferreira, 1996: vol IV, 37-91). O envolvimento religioso faz com que chamem ao crioulo língua cristã. Nos versos de Adé, o modo de vida macaense é assim expresso na sua simplicidade: “*Telado qui velo // Co rópa sugá, // Escada qui istrêto, // Janela co fula, // Nhonhónha cantá. // Min-pau qui quente-quente // Padéro gritá. // Sol fórti di riva, // Têng-têng-lou di basso*. (Ferreira, 1996: vol V, 203). As atividades e figuras do quotidiano, muitas delas que o tempo desvaneceu, são movimentadas pelas ruas de Macau: “*atai di carta marmita*”, “*apô carta águ*”, *cegonha*” (mulher do despejo), “*lavadêra*”, “*china que vende merenda*” (merendeiro), “*teng-teng lou*” (o homem do ferro velho/tin-tins). À boa maneira portuguesa não falta a má-língua, em textos satíricos, que originaram verbos bem expressivos, no falar macaense: *malinguar*, *chuchumecar*, *boquizar*. Em textos como “*Má-lígu*”, “*Nunca faltá má-*

língu” satiriza o malinguar, indo até ao diálogo acusatório de Carlota, “*Vós bem di má-língu!*” e Vicenta, “*Vós bem di nuviléra!*” (Você é bastante lingueira).

A variada, saborosa e doce gastronomia macaense está espalhada pelas mesas, principalmente nas festas, e que a partir de um determinado tempo é o pretexto para as reuniões sociais entre macaenses, “*Sã pitiquéro pa vós cherá // Comê, pegá dedo lambê*”²⁶⁸ (Ferreira, 1996: vol III,173), gastronomia ela própria resultante dos contactos culturais expressos na diversidade originária da culinária macaense (Gaião, 1999):

*“Macau herdou dos chineses o hábito das gemas ou ovos salgados; os peixes, mariscos e moluscos secos; feijões, leguminosas e hortaliças salgadas, liofilizadas ou avinagradas, ou conservadas em óleos, aguardentes e especiarias. De Portugal vieram-nos sobretudo os hábitos dos fumados e da vinha-d’alhos. Posivelmente da Malásia e da Índia, da Tailândia e do Ceilão, retivemos os chatini, balichão ou blachan, os muitos sambais e missós. Um pouco por todo o lado fomos buscar os achares (o sambal é um deles) [...]. ...Há quem associe dois dos mais apreciados “empurra-arroz” de Macau às nossas centenárias e estreitas ligações a Timor: o peixe esmagal ou esmagal e o limão de Timor”*²⁶⁹ (Jorge, 1993: 53-54).

Adé, nas descrições das reuniões e festas da comunidade macaense, nos anos de Maria, por exemplo, desfila as iguarias macaenses: “*Mesa na sala-jantá, di pónta-a-pónta sã comezaina, bebinga-nabo, apa-bico, chilicote, coquêra, nata, mamún, soransorábi, bôlo-minino, bôlo mármore, enténa-pôdre, bicho-bicho, bagí, ladú, chau-chau lacassá*” (Ferreira, 1996: 89), ou ainda no seu casamento: “*carniça, laia-laia chacháu, chilicote co pá-m-rechiado, pastelám, cabêlo-nóiva, ...*” (Ferreira, 1996: 107), a que se podiam acrescentar muitas outras como *chili-missó, missó-cristão, ondi-ondi, mintchi, diabo*.

No patuá espelham-se as relações sociais, o militar reinol que casa com a macaense: “Sium capitam qui casa co nhónha di Macau azinha sabe papiá nosso língu” (Ferreira, 1996: 201) e os costumes chineses que se vão infiltrando, “*Clu-clu na Macau* (Ferreira, 1996: vol II, 221), “ano-Nóvo-China”, pois “a partir de meados dos anos sessenta, como já foi referido anteriormente, há uma aproximação cada vez maior da comunidade macaense à comunidade chinesa.

9 Dóci língu // Doce língua de afetos

António Silva exalta o carácter “chistoso” (expressão usada pelos falantes de patuá do dialeto macaense), principalmente na boca das mulheres: “[...] *o dialeto local [...] é muito melodioso e o seu vocabulário bastante completo. [...] verão como é melodioso, quando pronunciado por senhoras que o falem bem.*” (Silva, 1915: 162)

Dialeto desprezioso, cheio de chiste e ingenuidade, o crioulo macaísta é a “língu dóci”, língua de afetos, por oposição ao português carregado, e capaz de significar realidades que o português não possui. António Silva acentua a especificidade do léxico macaense, a capacidade de codificar distinções semânticas, ao mostrar que em português não existem termos que tenham uma correspondência semântica exata a alguns termos do macaísta, salientando as cambiantes semânticas próprias do crioulo:

“Existem algumas palavras no dialeto de Macau, cuja correspondente não se encontra em português. Ex: Cachi – morder, mas não um morder que dói, morder ao de leve, Cachi é uma carícia. Titi – maguar-se muito pouco. Chipi – tirar qualquer coisa, servindo-se de colher ou de outro utensílio de forma semelhante etc.” (Silva, 1915: 162)

É um falar doce, pois é uma língua apenas falada, que tem gente que a fala, entoando-a docemente.

“Na Macau têm más ancuza dóci: // Têm gente boca dóci, // Capaz papiá fazê vós contente”. (Ferreira, 1990: 27). Língua doce,

Algumas características fonéticas (como a leveza da suspensão pela apócope do r final dos verbos) e morfológicas (como a reduplicação e as onomatopeias), próprias dos crioulos e do macaísta em concreto, revelam a doçura, a sonoridade e o ritmo que o(s) aproxima das formas poéticas, mesmo quando o discurso é prosaico:

- Na formação dos pidgins e dos crioulos há alterações que têm como fim a simplificação de grupos consonantais: fenómenos como a inserção de vogal, tanto no início, no meio e no final das palavras, a queda de consoantes, ou substituições por

²⁶⁸ “São iguarias para a gente cheirar // Comer e lamber os dedos.” (versão de Adé III, 177)

²⁶⁹ Num inquérito realizado na década de 90 (século XX) para avaliar do uso e conhecimento dos termos do falar macaense os “vocábulos referentes à culinária tradicional macaense ainda são conhecidos medianamente” (Gaião, 1999: 64)

consoantes mais fracas, consoantes fricativas que mudam para oclusivas, ou consoantes fricativas sonoras que tendem a ensurdecer, o duplo r ou o r inicial tendem a fundir-se num único r (aborrecido/buricido; terra/terá) (Couto, 1996), fenómenos que normalmente suavizam o falar.

- As onomatopeias imitam os sons e reproduzem-nos na sua repetição. Verifica-se uma diversidade de formas consoante a origem e a sua lexicalização frequente:

"...«têng-têng-lou» ta passá, batê su lata «têng-têng»" (Ferreira, 1996: vol II, 76); "...su gongôm torto-ravirado na chám..." (ibidem: 68); "Na ora di cai, já chu-chú ôlo-deco na istrica di fero" (ibidem: 78); "...já sai di su bóca ramendá múseca «ngi-ngi, ngó-ngó» ta sai di coraçám di rabecám..." (ibidem: 102); "...Chico-Boncô acordá tom-tôm mom-tôm..." (ibidem: 99)

- A reduplicação nas línguas crioulas apresenta vários modelos, desde a repetição do fonema ao morfema, do lexema à repetição da frase ou de segmento da frase; para além do seu carácter expressivo, sob o ponto de vista semântico, pode representar a pluralidade, intensidade, aspeto iterativo, distributividade, mudança de categoria gramatical... não se reduz aos nomes, mas a outras categorias gramaticais, verbos, adjetivos, advérbios e numerais. (Gaião, 2007, p. 278-279).

A reduplicação dos nomes marca o plural:

"...olá amui-amui virá cabeça..." (Ferreira, 1996: Vol II, 69) / [raparigas chinesas]; "...fazê rópa pa nhónha-nhónha..." (ibidem: 69) [senhoras]; "...acunga dôs padre co madre-madre..." (ibidem: 94) [freiras]; "...quiança-quiança chomá êle Titi Chai." (ibidem: 69) [crianças].

A reduplicação dos adjetivos e advérbios marca a intensidade:

"...abri ôlo grândi-grândi" (ibidem: 68) [muito grandes]; "...boca fini-fino ta gurunhá..." (ibidem: 95) "muito fina"; "...su pai tonto-tonto..." (ibidem: 78) [completamente tonto]; "Calçam justo-justo na bariga co nádiga..." (ibidem: 100) [muito justo/ apertado]; "Venâncio intrá na casa murúm qui murum." (ibidem: 105) [muito triste]; "...azinha-azinha corê vai janela..." (ibidem: 67) [muito depressa]; "...vagar-vagar já subi..." (ibidem: 69) [muito devagar/ devagarinho]; "Sã êle acunga dia cedo-cedo vém horta" (ibidem: 91) "muito cedo"; "Unchinho-unchinho ora sã A P'eng ta sai voz falá ..." (ibidem: 77) [muito pouco]; "...vai greza SantAntónio, cedo qui cedo" (ibidem: 83) [muito cedo]; "Cháqui-cháqui gafinhá abolô buscá ancuza comê." (ibidem: 76) [a pretexto de]

A reduplicação do verbo indica fundamentalmente o aspeto iterativo ou repetição da ação (nos verbos de ação):

"...na cama bulí-bulí su corpo..." (ibidem: 67) [mexendo e remexendo]; "...ôlo batê-batê..." (ibidem: 67) [abrir e fechar os olhos]; "...tentá êle capí-capí ôlo..." (ibidem: 71) [abrir e fechar os olhos]; "...zinguá qui zinguá su vassora." (ibidem: 69) "arrear"; "Venâncio gemê qui gemê..." (ibidem: 82) "gemeu". (Gaião, 2007: 278-285)

- **Como** os crioulos em geral não têm flexão, no macaísta o tempo passado exprime-se pelo infinitivo ao qual se antepõe o advérbio já, "já cartá ... já começá... já abrandá", enquanto o tempo futuro se constrói colocando o advérbio logo antes do infinitivo, "logo vendê ...logo fazê...logo comê", conferindo a repetição da partícula adverbial um certo ritmo sonoro à frase.

- A abundância dos diminutivos como o balbuciar da linguagem infantil: *unchinho, piquinino, argolinha, Chacha, nhonha, Ri-rí ...*

As saborosas iguarias de Macau, entre as quais os bem doces doces (alguns bem portugueses), são a melhor imagem que Adé encontra para mostrar a doçura do patuá:

"Sucre sã dóci, // Lête comel sã dóci. // Dóci sã jagra co açuca-pedra, //Sã cana qui nôs cachí; // Dóci sã laia-laia frutázi maduro // Qui nôs panhá comê. // Bebinga-lête sã dóci, // Coquéra, bolo-nata, ladú sã dóci; // Dóci sã cabelo-noiva co barba, // Tocha co robuçado di ovo; // Dóci sã múchi-múchi, bicho-bicho, // Bagí, do-dol, goiavada.

Alua, fárti, coscorám, // Cilicário co gelêa sã dóci. // Dóci sã bolo-minino, // Fula-fula, entêna-pôdre, // Xarópi di figo, gemada // Co dóci di camalênga. // Bolo-bate-pau sã d'ci, // Bolo-umbigo tamêm sã; // Dóci sã "hang-ian-chá", // "Hong-tau-chók", "chi-ma-u", // Ôndi-ôndi, chá-cha, "tau-fufá" // Co "hap-tou-vu". (Ferreira, 1990: 21)

Língu maquista sã unga língu burifado di beleza!

A língua macaísta é uma língua inebriada de beleza!

Referências bibliográficas

- AMARO, Ana Maria (1972), *Jogos, Brinquedos e Outras Diversões Populares de Macau*, Macau: Imprensa Nacional.
- BATALHA, Graciete (1983), "Situação e perspectivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)", In Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo, Atas, vol 1, Lisboa.
- BATALHA, Graciete (1988), *Poesia Tradicional de Macau, Macau*.
- Boletim Oficial de Macau, nº 45, de 6 de novembro de 1919.
- CABRAL, João de Pina e Nelson Lourenço (1993), *Em Terra de Tufões, Dinâmicas da Etnicidade Macaense, Macau: Instituto Cultural de Macau*.
- COUTO, Hildo Honório do (1996), *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins, Brasília: Editora UnB*.
- FERREIRA, José dos Santos (1990), *Docí Papiaçam di Macau, Dialeto Macaense, Macau: Instituto Cultural de Macau*.
- FERREIRA, José dos Santos (1996), *Papiaçam di Macau, vol. II, Macau: Fundação Macau*.
- FERREIRA, José dos Santos (1996), *Poema di Macau, Vol IV, Macau: Fundação Macau*.
- FERREIRA, José dos Santos (1996), *Macau sã assí, Vol V, Macau: Fundação Macau*.
- FRANÇA, Bento da (1897), *Macau e os seus Habitantes, Imprensa Nacional*.
- GAIÃO, Raul Leal (1999), *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses, Coleção Estudos de Macau, Macau: Universidade de Macau*.
- GAIÃO, Raul Leal (2005) "Línguas de Macau". In Fernando Cristóvão (dir e coord), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: ACLUS, Texto Editores.
- GAIÃO, Raul Leal (2007), "Nhónha-nhónha – A Reduplicação no crioulo macaense", In I. Mata e Maria J. Grosso (org), *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*, Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, FLUL.

GAIÃO, Raul Leal (2010), *Representações do crioulo macaense*, In (Eds.) M^a João Marçalo & M^a Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M^a do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva, *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3.

GROSSO, Maria José dos Reis (2007), *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*, Macau: Universidade de Macau.

JORGE, Cecília (1993), "Tacho do diabo". In revista *Macau*, II série, nº 11, março 93.

HOLM, John (1989), *Pidgins and Creoles*, vol. II (Reference Survey), Cambridge: Cambridge Language Surveys.

MARREIROS, Carlos (1994), "Alianças para o futuro", In *Revista de Cultura*, nº 20, Macau: Instituto Cultural de Macau.

MENDES, Manuel da Silva (1979), *Macau, Impressões e Recordações*, Macau: Quinzena de Macau.

PEREIRA, António José Gonçalves (1999), *Imagens do Oriente – Impressões de Viagens*, Macau: Museu Marítimo de Macau.

PEREIRA, Dulce (2007), *Crioulos de Base Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos (1994), *Macau – Primeira Universidade Ocidental do Extremo-Oriente*, 2 edição, Macau: Fundação Macau, Universidade de Macau.

SILVA, Albina dos Santos et al. (org) (1998), *Documentos Para a História da Educação em Macau*, vol. 3, Macau: Direção dos Serviços de Educação e Juventude.

SILVA, António (1915), "O Dialeto de Macau", In *Oriente*, Macau, abril de 1915, n. 4.

TEIXEIRA, Monsenhor Manuel (1986), *Liceu de Macau*, 3^a ed., Macau: Direção dos Serviços de Educação.

ANEXOS

Edições das obras de José dos Santos Ferreira

Escandinávia, Região de Encantos Mil, Edição de Autor, 1960.

Macau São Assi, Dialeto Macaense, Edição de Autor, 1968.

Qui-Nova Chencho, Dialeto Macaense, Edição de Autor, 1974.

Papiá Cristám di Macau, Epítome de Gramática Comparada, Edição dos Serviços de Turismo de Macau, 1978.

Bilhar e Caridade, poesia, Edição de Autor, 1982.

Camões, Grandi na Naçam - Dialeto Macaense, Fundação A-Má-Kók, Lisboa, 1982.

Poéma di Macau - Dialeto Macaense, (poesias), Leal Senado de Macau, 1983.

Macau di Tempo Antigo, Dialeto Macaense, Edição de Autor, 1985.

Natal Amor-Paz-Alegria, poesia e prosa, Edição de Autor, Macau, Natal de 1986.

Nhum Vélo (patois) (1986)

História de Maria e Alferes João, (versão portuguesa da novela "Estória di Maria co Alféris Juám"), Instituto Cultural de Macau, 1987.

Acunga Natal Qui Nós já Sunhá, Dialeto Macaense, Edição de Autor, 1988.

Macau Jardim Abençoado, Dialeto Macaense, poesia e prosa, I C M, 1988.

Sã Natal, Jesus já Nacê, Edição de Autor, 1989.

Luz di Natal, Dialeto macaense, Edição de Autor, 1990.

Docí Papiaçám di Macau, Dialeto Macaense, I C M, 1990.

História de Maria e Alferes João (versão portuguesa), I C M, 1990.

Natal Cristám, Dialeto macaense, Edição de Autor, 1991.

Poéma na lingu maquista (Poesia em papel-de-arroz), Macau, livros do Oriente, 1992.

Escandinávia região de Encantos Mil, Obras Completas, vol I, Fundação Macau, 1994

Papiaçám di Macau, Obras Completas, vol II, Fundação Macau, 1996.

Macau di Tempo Antigo, Obras Completas, Vol III, Fundação Macau, Macau, 1996.

Poema di Macau, Obras Completas, Vol IV, Fundação Macau, Macau, 1996.

Macau sã assí, Obras Completas, Vol V, Fundação Macau, Macau, 1996.

39) **ROLF KEMMLER**, DEPT^o LETRAS, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL, PORTUGAL/ALEMANHA



Rolf Kemmler Natural de Reutlingen (Alemanha), é investigador da área da historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desde julho de 2010.

Doutorado em Filosofia (Dr. phil. em Filologia Românica) pela Universidade de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada *A Academia Ortográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, publicada em 2007. Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 com uma tese intitulada *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma ortográfica de 1911* (publicada em 2001 como artigo na revista *Lusorama* sob o título «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»).

Com a maioria das publicações dedicadas à disciplina da historiografia linguística, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI

e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVIII-XIX, às quais dedicou larga bibliografia especializada desde 1996 (cf.

www.diacronia.de/Lista_de_publicacoes_Diacronia.pdf).

[INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.](#)

[SÓCIO FUNDADOR DA AICL](#)



TEMA 3.5 UMA QUERELA LUSÓFONA COM FINAL FELIZ: A ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE 1990 ROLF KEMMLER (CEL / UTAD VILA REAL) *

1 Introdução

Nos mais de vinte anos que decorreram desde então, toda a comunidade lusófona já deve ter tido qualquer forma de notícia do facto de o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* ter sido assinado pelos Ministros da Cultura e detentores de cargos afins dos países lusófonos em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1990. Com a publicação no *Diário da República*, em 17 de setembro de 2010, este episódio mais recente na longa história de uma aproximação ortográfica sobretudo luso-brasileira, passou a vigorar noventa e nove anos após a oficialização da primeira reforma ortográfica oficial em 12 de setembro de 1911. O novo regime ortográfico chegou a entrar em vigor de forma retroativa devido ao *Aviso 255/2010* do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa (*Aviso 255/2010*).

Na sequência de vários artigos que publicámos ao longo dos anos (cf., Kemmler 2001, 2009, 2010) já tratámos dos aspetos históricos mais essenciais que dizem respeito ao sistema vigente da ortografia simplificada. Se o lusitanista alemão Werner Thielemann (1997: 49) ainda deixou transpirar bastante ceticismo quanto a uma entrada em vigor do *Acordo Ortográfico*, logo no título bastante sugestivo do seu artigo 'Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – Fórmula mágica ou querela sem fim?',²⁷⁰ podemos afirmar, agora, em 2011, que os eventos mais recentes tenham feito com que as reticências então fundamentadas do colega alemão passaram a adquirir um estatuto meramente histórico.

Resultado da alteração da entrada em vigor estabelecida pelo *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico* de 2004, que prevê a entrada em vigor no ano a seguir ao terceiro depósito de um dos instrumentos de ratificação do *Acordo Ortográfico* e dos dois protocolos modificativos junto do MNE português, a situação legal estabelecida pelo *Aviso 255/2010* leva a crer que este documento relativamente simples terá conseguido terminar a vetusta querela ortográfica luso-(afro-)brasileira. Com o presente artigo visamos documentar o *status quo* atual do 'novo' regime ortográfico em Portugal e no Brasil.

2 A entrada em vigor no Brasil

²⁷⁰ O título original do artigo em língua alemã é: «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - Zauberformel oder Querele ohne Ende?» [tradução nossa].

Dado que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* já deveria ter entrado em vigor internacionalmente no dia 1 de janeiro de 2007, o governo brasileiro preferiu aguardar com a promulgação do acordo e a subsequente entrada em vigor.²⁷¹ Após a ratificação do *Segundo Protocolo Modificativo* pela Assembleia da República Portuguesa em 2008, já não se verificava este obstáculo, pelo que o presidente brasileiro Lula Inácio da Silva estabeleceu, mediante o decreto n.º 6583 de 29 de setembro de 2008, que o novo regime ortográfico deveria entrar em vigor no dia 2 de janeiro de 2009:

DECRETO Nº 6.583 DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 54, de 18 de abril de 1995, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação do referido Acordo junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, na qualidade de depositário do ato, em 24 de junho de 1996;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 1º de janeiro de 2007, inclusive para o Brasil, no plano jurídico externo;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 16 de dezembro de 1990, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O referido Acordo produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Parágrafo único. A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.

Art. 3º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim (*Decreto* 6.583/2008: 1)

Em remate de todas as medidas legais anteriores que o Brasil tomara antes, a fim de conseguir a entrada em vigor do novo regime ortográfico (cf. Kemmler 2010: 270-271), este decreto presidencial decreta a execução do *Acordo Ortográfico* (que é reproduzido na íntegra em anexo ao decreto) e prevê a entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2009. Com o prazo de transição relativamente curto de quatro anos até 31 de dezembro de 2012, o governo brasileiro estabeleceu uma adesão rápida. Em sequência à publicação do texto linguístico-legal seguem outros três decretos relacionados com a matéria: o decreto 6.584 promulga o primeiro *Protocolo Modificativo*, o decreto 6.585 manda executar o primeiro *Segundo Protocolo Modificativo* e o decreto 6.586 estabelece o seguinte sobre a implementação:

DECRETO Nº 6.586, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e em observância ao disposto no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, aprovado pelo Decreto Legislativo no 54, de 18 de abril de 1995, e promulgado pelo Decreto no 6.583, de 29 de setembro de 2008, no Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Praia, em 17 de julho de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo no 120, de 12 de junho de 2002, e promulgado pelo Decreto no 6.584, de 29 de setembro de 2008, e no Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004, e internalizado pelo Decreto no 6.585, de 29 de setembro de 2008,

D E C R E T A :

Art. 1º Nos termos do artigo 2º do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, os Ministérios da Educação, da Cultura e das Relações Exteriores, com a solicitação de colaboração da Academia Brasileira de Letras e de entidades afins nacionais e dos Países signatários do Acordo, adotarão as providências necessárias para elaboração de vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa.

Art. 2º Os livros escolares distribuídos pelo Ministério da Educação à rede pública de ensino de todo o País serão autorizados a circular, em 2009, tanto na atual quanto na nova ortografia, e deverão ser editados, a partir de 2010, somente na nova ortografia, excetuadas a circulação das reposições e complementações de programas em curso, conforme especificação definida e disciplinada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 29 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fernando Haddad

²⁷¹ O *Acordo Ortográfico* foi aprovado no Senado Federal do Brasil em 18 de abril de 1995, tendo sido publicado pelo *Decreto Legislativo* 54/1995 do presidente José Sarney.

João Luiz Silva Ferreira (Decreto 6.586/2008: 9)

De natureza bastante pragmática, o decreto 6.586 prevê a elaboração do 'vocabulário ortográfico comum' em parceria com os organismos competentes do Brasil e dos outros países signatários. Sabe-se, no entanto, que o desejo do estabelecimento de um vocabulário ortográfico único não pode ser satisfeito tão cedo, pelo que veio em boa hora a publicação da quinta edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* pela Academia Brasileira de Letras (ABL 2009) pouco após a entrada em vigor do novo regime ortográfico.²⁷²

No que respeita aos livros didáticos, o decreto 6.586 permite a circulação de livros nas grafias antiga e moderna para o ano de 2009, estabelecendo que a partir do ano de 2010 os livros novos devem respeitar a ortografia reformada. Na seguinte resolução dirigida aos autores e às editoras de livros didáticos para o ensino escolar, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) já tinha estabelecido o conteúdo do art. 2.º do decreto 6.586 na resolução de 7 de maio de 2008:

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO
RESOLUÇÃO Nº 17, DE 7 DE MAIO DE 2008²⁷³

Autoriza a adequação dos livros escolares de ensino fundamental e médio às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 14, Capítulo V, Seção IV, do Anexo I, do Decreto n.º 6.319, de 20/12/2007, e os artigos 3º, 5º e 6º do Anexo da Resolução/CD/FNDE nº 31, de 30/09/2003, e

CONSIDERANDO a conveniência e a oportunidade da atualização dos livros utilizados por alunos e professores da Educação Básica às novas regras ortográficas, que entram em vigor a partir de 2009, em cumprimento ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, Página 5585, de 20/04/1995, e no Diário do Congresso Nacional, Seção 2, Página 5837, de 21/04/1995, resolve "ad referendum":

Art. 1º Autorizar a adequação das obras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Art. 2º Os livros podem ser objeto de conversão ou adaptação para distribuição aos alunos e professores da rede pública de educação básica, desde que não ocorra alteração no número de páginas de cada livro, em qualquer hipótese.

§ 1º A conversão consiste na substituição de todas as palavras, frases e expressões grafadas na forma corrente pela nova grafia oficial.

§ 2º A adaptação significa, nas obras do componente curricular de Língua Portuguesa, a conversão de termos descrita no parágrafo anterior, e também a supressão ou inclusão de frases ou textos que enunciam regras gramaticais respectivamente revogadas ou introduzidas pela nova norma.

Art. 3º A distribuição dos livros adequados às novas normas ortográficas pode ocorrer para utilização a partir do período letivo de 2009, considerando as peculiaridades de cada programa e os ciclos de produção, distribuição, reposição e complementação.

§ 1º A decisão de realizar a adequação das obras à nova norma ou de manter sua forma original, tal como inscrita, avaliada e aprovada no PNLD e no PNLEM, é de competência, iniciativa e responsabilidade exclusivas de cada detentor de direito autoral.

§ 2º As obras podem ser fornecidas pelas editoras já devidamente convertidas ou adaptadas para o atendimento:

- I - da distribuição relativa ao Programa Nacional Biblioteca da Escola, no período letivo de 2009;
- II - da reposição e complementação das séries finais do ensino fundamental - 5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano - nos períodos letivos de 2009 e 2010; e
- III - da primeira distribuição e também da reposição e complementação do ensino médio, nos períodos letivos de 2009, 2010 e 2011.

§ 3º Os livros adequados conforme definido no parágrafo anterior deverão estar assim identificados por um selo padronizado, a ser fornecido pelo FNDE para este fim.

§ 4º Fica vedada a adequação de obras da reposição e complementação das séries iniciais do ensino fundamental - 1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano - no período letivo de 2009.

§ 5º Não caberá qualquer interferência ou responsabilização ao Ministério da Educação sobre o processo ou o resultado da adequação das obras didáticas, observado o disposto no artigo 2º desta Resolução, especialmente no que se refere ao número de páginas, para fins de controle de qualidade e cumprimento contratual.

Art. 4º As obras a serem produzidas para os editais do PNLD 2010, PNLD 2011, PNLEM 2012, PNBE 2010 e seguintes já devem estar obrigatoriamente adequadas às novas regras ortográficas, conforme especificação nos respectivos editais ou seus termos aditivos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD (*Resolução* FNDE 17/2008b: 20).

Com a publicação dos quatro diplomas referidos estavam, de facto, removidos quaisquer obstáculos para a entrada em vigor do *Acordo Ortográfico* no Brasil, tendo a

²⁷² Segundo Brito (2009), o *VOLP* foi lançado no dia 19 de março de 2009.

²⁷³ A resolução vem acompanhada pela seguinte nota explicativa: «(*) Republicado por ter saído no DOU de 8/5/2008, Seção 1, página 11, com incorreções no original». Trata-se do texto publicado na *Resolução* FNDE (17/2008a: 11).

resolução do FNDE facultado as medidas necessárias para a sua adoção dentro dos livros escolares de maneira obrigatória a partir de 2010.

No Brasil, o regime ortográfico do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* entrou efetivamente em vigor no dia 1 de janeiro de 2009. Claro que isto não quer dizer que a 'nova' ortografia tenha encontrado aplicação em todos os níveis da sociedade ou mesmo em todo o âmbito público onde a medida pode ter efeito. Verifica-se, sim, que a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, que podem ser considerados os dois jornais mais influentes do país, passaram desde aquele dia à adoção da ortografia simplificada.²⁷⁴ No que respeita, porém, ao governo brasileiro, parece que desde logo a perspectiva não era tão prometedora. Já no dia 1 de janeiro de 2009 a jornalista portuguesa Isabel Peixoto (2009: 35) fez as seguintes constatações com base nos jornais brasileiros no comentário intitulado «Órgãos de poder brasileiros ainda não estão preparados»:

Alguns dos principais órgãos de poder do Brasil não estão preparados para cumprir de imediato a reforma. De acordo com o jornal "Folha de São Paulo", o Governo federal, o Senado e a Câmara dos Deputados vão ignorar o início da vigência do acordo ortográfico, devido à "confusão" gerada pela coexistência de actuais e novas regras. O jornal adianta que só o Supremo Tribunal Federal deverá cumprir já o acordo. Paralelamente, os meios de comunicação social do país têm vindo a anunciar dicas. Um deles é precisamente o "Folha", que garantiu adoptar as novas regras a partir de hoje. No último fim-de-semana do ano, o diário "O Globo" publicou, em edição especial, um caderno sobre a reforma ortográfica, intitulado "Acordo em desacordo", que aponta as falhas e dificuldades para a implantação do acordo.

Apesar destas reticências iniciais, pode-se constatar que as dúvidas na aplicação do *Acordo Ortográfico* não impediram que a ortografia reformada fosse cada vez mais aplicada. Numa espécie de balanço provisório, o jornalista brasileiro Ricardo Westin (2010) chegou a publicar o seguinte artigo intitulado «Governo ainda se perde na nova ortografia» no diário *Folha de São Paulo* de 11 de janeiro de 2010:

Os ministérios "apoiam" ou "apóiam" as atividades? Os quartéis vão abrir licitação para comprar "linguiça" ou "lingüiça"? Subiram as alíquotas de importação de rádios de "micro-ondas" ou "microondas"?

Um ano após o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrar em vigor no Brasil, o "Diário Oficial" da União - o jornal que publica todas as políticas, leis, contratos e editais do governo federal - ainda se confunde com a grafia das palavras.

Ao folhear edições recentes do "Diário Oficial", a Folha constatou uma bagunça ortográfica. Palavras como as do primeiro parágrafo desta reportagem ora se grafam pela maneira antiga, ora se escrevem segundo a nova regra.

O Acordo Ortográfico está em vigência no país desde o dia 1º de janeiro de 2009. Certos acentos caíram, o trema foi praticamente extinto e o hífen ganhou novas regras.

Assim, diz o Acordo Ortográfico, ministérios "apoiam", quartéis compram "linguiça" e rádios são de "micro-ondas".

A Imprensa Nacional, órgão que publica o "Diário Oficial", diz que não pode fazer alterações porque o conteúdo é de responsabilidade da Presidência, dos ministérios e de outras entidades públicas. "Quando vemos algo berrante, tentamos alterar. Mas não é nossa incumbência. Temos de manter o texto como nos foi encaminhado", explica um funcionário.

Ao pé da letra, porém, o governo federal não está cometendo erros, porque há um período de adaptação. Até 2012, tanto a grafia nova como a antiga são aceitas.

De qualquer forma, o governo que redige leis com uma certa instabilidade ortográfica é o mesmo que não permite que as editoras enviem para as escolas públicas livros e dicionários com a grafia antiga.

Em 2008, o governo disse que recomendaria que os documentos oficiais fossem todos redigidos na nova maneira a partir do ano seguinte.

"É natural que alguns errinhos ainda passem. Ainda estamos no período de transição", afirma Godofredo de Oliveira Neto, presidente da Comissão de Língua Portuguesa do Ministério da Educação.

Para Oliveira Neto, os erros no "Diário Oficial" não passam de exceção. "No Brasil, a adoção foi absolutamente avassaladora. Os jornais todos, de norte a sul, adotaram as novas regras. Não há nenhuma aula de gramática em que se ensinem as regras antigas. Foi uma coisa muito tranquila, sem trauma. Acho que nem precisávamos do prazo de adaptação."

O objetivo do Acordo Ortográfico, firmado em 1990, é tornar praticamente nulas as diferenças de escrita existentes entre os países que têm o português como idioma oficial.

A 'bagunça ortográfica' constatada por Ricardo Westin não consegue surpreender. Na verdade, não deixa de ser natural que durante um período de transição (e provavelmente ainda para além deste período) se verifique a coocorrência das grafias antigas e moderna – sobretudo em publicações que editam textos oriundos das fontes mais diversas como acontece com o D.O.U. na sua função de publicação periódica para textos de natureza oficial. Mesmo que o otimismo de Oliveira Neto nos pareça ligeiramente exagerado quanto

novas regras da reforma ortográfica da língua portuguesa». Não temos dúvidas que a adoção por estes dois jornais importantes tenha exercido alguma influência sobre a aceitação geral das novas regras ortográficas.

²⁷⁴ Veja-se o título e o subtítulo do artigo publicado pela LUSA (2009) no jornal *Público*: «Jornais brasileiros adoptam a partir de hoje novas regras ortográficas: Os jornais 'Folha de São Paulo' e 'O Estado de São Paulo', dois dos principais diários brasileiros, adoptam a partir de hoje as

à extensão da adoção do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* no Brasil, pode-se, sim, constatar que a adoção no Brasil ocorreu sem incidentes de maior envergadura.²⁷⁵

3 A entrada em vigor em Portugal

O Aviso 255/2010 de 17 de setembro de 2010, cujo papel era a formalização da entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* não só a nível mundial mas também em Portugal, passou completamente despercebido pela imprensa periódica portuguesa.²⁷⁶

Na reunião do Conselho de Ministros do governo português de 9 de dezembro de 2010, o terceiro dos oito pontos da ordem do dia estabeleceu o seguinte sobre a entrada em vigor:

3. Resolução do Conselho de Ministros que Determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano lectivo de 2011/2012 e, a partir de 1 de Janeiro de 2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do Diário da República (*Comunicado* 2010).²⁷⁷

Do texto algo resumido do Comunicado (2010) resultou a Resolução 8/2011, com a mesma data, que constitui um marco histórico na história do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, pois trata das medidas para pôr em prática a reforma ortográfica:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011

A língua portuguesa é um elemento essencial do património cultural português. A protecção, a valorização e o ensino da língua portuguesa, bem como a sua defesa e promoção da difusão internacional, são tarefas fundamentais do Estado, consagradas na Constituição. A prossecução destes objectivos é, igualmente, um desígnio do XVIII Governo Constitucional, materializado na adopção de uma política da língua, unificada e eficaz, como eixo fundamental do desenvolvimento cultural, económico e social dos Portugueses.

Ao Governo compete criar instrumentos e adoptar medidas que assegurem a unidade da língua portuguesa e a sua universalização, nomeadamente através do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e da promoção da sua aplicação.

A presente resolução do Conselho de Ministros determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano lectivo de 2011-2012 e, a partir de 1 de Janeiro de

2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do *Diário da República*.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 1990, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos de 23 de Agosto, simplifica e sistematiza vários aspectos da ortografia e elimina algumas excepções ortográficas, garantindo uma maior harmonização ortográfica. O Acordo Ortográfico incide apenas sobre a ortografia, mantendo-se a pronúncia e o uso das palavras inalteráveis. Deve salientar-se que não se trata do primeiro acordo sobre a ortografia do português ou a primeira convenção ortográfica da língua portuguesa.

Esta resolução adopta, ainda, o Vocabulário Ortográfico do Português, produzido em conformidade com o Acordo Ortográfico, e o conversor Lince como ferramenta de conversão ortográfica de texto para a nova grafia, disponíveis e acessíveis de forma gratuita no sítio da Internet www.portaldalinguaportuguesa.org e nos sítios da Internet de todos os departamentos governamentais, ambos desenvolvidos pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) com financiamento público do Fundo da Língua Portuguesa. Ainda, para garantir que a aplicação do Acordo Ortográfico é efectuada de forma informada, tanto pelos portugueses em geral como pelas entidades referidas na resolução, prevê-se a realização de iniciativas de informação e de sensibilização e a divulgação de conteúdos de esclarecimento da aplicação do Acordo Ortográfico no sítio da Internet de cada departamento governamental.

O Acordo Ortográfico visa dois objectivos: reforçar o papel da língua portuguesa como língua de comunicação internacional e garantir uma maior harmonização ortográfica entre os oito países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em primeiro lugar, a aplicação do Acordo Ortográfico e a definição de uma base ortográfica comum aos oito países que partilham este património linguístico permitem reforçar o papel da língua portuguesa como língua de comunicação internacional. Trata-se de algo particularmente relevante na criação de oportunidades e na exploração do seu potencial económico, cujo valor é consensualmente reconhecido.

Este instrumento visa contribuir para a expansão e afirmação da língua através da consolidação do seu papel como meio de comunicação e difusão do conhecimento, como suporte de discurso científico, como expressão literária, cultural e artística e, ainda, para o estreitamento dos laços culturais.

Deve referir-se que a cooperação no seio dos países de língua portuguesa tem assumido uma importância crescente, o que levou à criação, pelo Governo, do Fundo da Língua Portuguesa, destinado a promover a língua como factor de desenvolvimento e de combate à pobreza.

Em segundo lugar, a harmonização ortográfica nos países da CPLP é fundamental para que os cerca de 250 milhões de falantes, presentes em comunidades portuguesas no estrangeiro, nos países de língua oficial portuguesa ou, ainda, integrados no crescente número de pessoas que procuram a língua portuguesa por outras razões, possam comunicar utilizando uma grafia comum.

O Acordo do Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008 e ratificado pelo Decreto do

em Portugal» aos principais jornais e semanários portugueses. A notícia não chegou a ser aproveitada por nenhuma das publicações.

²⁷⁷ Dado que a *Resolução 8/2011* resulta do texto estabelecido no *Comunicado* (2010), aproveitando inclusive alguns dos parágrafos originais, prescindimos da reprodução integral daquele texto para reproduzir o texto mais recente conforme foi publicado no *Diário da República*.

²⁷⁵ Numa postura bastante otimista, Silva (2010: 143) relata sobre a entrada em vigor passado um ano após a entrada em vigor do novo regime ortográfico: «Como previsto, o Acordo Ortográfico entrou oficialmente em vigor em 1º de janeiro de 2009, sendo imediatamente adotado pelos principais jornais brasileiros. Segundo os responsáveis, os jornalistas aderiram facilmente às novas regras e a reação dos leitores foi positiva».

²⁷⁶ Foi no dia 4 de outubro de 2010, em sequência do 14.º Colóquio da Lusofonia em Bragança, que enviámos um breve artigo intitulado «O Acordo Ortográfico de 1990 já está em vigor

Presidente da República n.º 52/2008, ambos de 29 de Julho, determinou uma nova forma de entrada em vigor do Acordo Ortográfico com o depósito do terceiro instrumento de ratificação. Assim, e nos termos do Aviso n.º 255/2010, de 13 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, de 17 de Setembro de 2010, o Acordo Ortográfico já se encontra em vigor na ordem jurídica interna desde 13 de Maio de 2009. Para salvaguardar uma adaptação e aplicação progressivas dos termos do Acordo Ortográfico, a referida resolução prevê, para determinadas entidades, um prazo transitório de seis anos para a implementação da nova grafia.

Considerando a existência de diversos recursos, em papel ou informáticos, já disponíveis em Portugal, destinados ao apoio à expressão escrita e à produção de texto em língua portuguesa em consonância com as novas regras expressas no Acordo Ortográfico, a utilização da nova grafia está a ser gradualmente introduzida nos hábitos quotidianos dos Portugueses. A adopção do Acordo Ortográfico pelos órgãos de comunicação social tem vindo a contribuir, numa base quotidiana e de forma progressiva e natural, para a familiarização da população com as novas regras ortográficas. A sua aplicação pelas diversas entidades públicas e a sua utilização nos manuais escolares serão determinantes para a generalização da sua utilização e, por consequência, para a sua adopção plena. A este propósito, cumpre esclarecer que, nos termos da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho, os manuais escolares são adoptados por períodos de seis anos, de acordo com um calendário já estabelecido e que importa manter em virtude do investimento feito pelas famílias e pelo Estado na sua aquisição ou comparticipação, adequando a este calendário a utilização progressiva do Acordo Ortográfico, visando que, até ao final do período transitório de seis anos, todos os manuais apliquem a grafia do Acordo Ortográfico. Ora, uma vez que se encontra a decorrer o período transitório, compete ao Governo garantir que os cidadãos disponham de instrumentos de acesso universal e gratuito para a aplicação do Acordo Ortográfico e definir atempadamente os procedimentos a adoptar.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Determinar que, a partir de 1 de Janeiro de 2012, o Governo e todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direcção, superintendência e tutela do Governo aplicam a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos de 23 de Agosto, em todos os actos, decisões, normas, orientações, documentos, edições, publicações, bens culturais ou quaisquer textos e comunicações, sejam internos ou externos, independentemente do suporte, bem como a todos aqueles que venham a ser objecto de revisão, reedição, reimpressão ou qualquer outra forma de modificação.

2 — Determinar que, a partir de 1 de Janeiro de 2012, a publicação do *Diário da República* se realiza conforme o Acordo Ortográfico.

3 — Determinar que o Acordo Ortográfico é aplicável ao sistema educativo no ano lectivo de 2011-2012, bem como aos respectivos manuais escolares a adoptar para esse ano lectivo e seguintes, cabendo ao membro do Governo responsável pela área da educação definir um calendário e programa específicos de implementação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 — Manter a vigência dos manuais escolares já adoptados até que sejam objecto de reimpressão ou cesse o respectivo período de adopção, previsto no artigo 4.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 261/2007, de 17 de Julho.

5 — Determinar que cada departamento governamental deve desenvolver iniciativas de informação e de sensibilização e assegurar a divulgação de conteúdos no respectivo sítio da Internet, para esclarecimento da aplicação do Acordo Ortográfico.

6 — Para os efeitos dos números anteriores, adoptar o Vocabulário Ortográfico do Português e o conversor ortográfico Lince, disponíveis no sítio da Internet www.portaldalinguaportuguesa.org e nos respectivos sítios da Internet dos departamentos governamentais.

7 — Determinar a criação de uma rede de pontos focais para acompanhamento da aplicação do Acordo Ortográfico composta por representantes nomeados pelos membros do Governo responsáveis pelas seguintes áreas:

- a) Negócios estrangeiros;
- b) Finanças;
- c) Procedimento legislativo;
- d) Educação;
- e) Ensino superior;
- f) Cultura;
- g) Assuntos parlamentares.

Presidência do Conselho de Ministros, 9 de Dezembro de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* (Resolução 8/2011: 488-489).

Após uma demorada introdução na matéria e nas questões relacionadas, a resolução do governo português estabelece que o *Acordo Ortográfico* deverá entrar em vigor em todas as repartições e entidades relacionados com a função pública. Ao explicitar de forma detalhada que a medida se deve aplicar a «[...] todos os actos, decisões, normas, orientações, documentos, edições, publicações, bens culturais ou quaisquer textos e comunicações, sejam internos ou externos, independentemente do suporte, bem como a todos aqueles que venham a ser objecto de revisão, reedição, reimpressão ou qualquer outra forma de modificação» (Resolução 8/2011: 489), o governo chega a obrigar os seus agentes a uma adoção da grafia reformada no sentido mais lato possível, não permitindo, para este efeito, qualquer prazo de transição. De forma coerente, fica estabelecido que o próprio *Diário da República* como órgão oficial do governo, venha a realizar a reforma ortográfica na mesma data.

Também no sistema educativo, o novo regime ortográfico passa ser obrigatório no próximo ano lectivo de 2011/2012, ou seja, a partir de setembro de 2011. Dado que, para além deste prazo, vai continuar a haver manuais do ensino público que se encontram redigidos na norma ortográfica anterior e que não poderão ser substituídos por estarem ainda em vigor, é possível que venha a haver crispações durante o período de transição. Apesar disso, a experiência histórica com reformas anteriores leva a crer que a implementação não possa deixar de ter o êxito desejado pelo governo, uma vez que não tardará que os manuais redigidos na norma ortográfica anterior venham a ser substituídos por livros na grafia reformada.

Não sabemos até que medida a imposição aos departamentos governamentais relativa à organização de ações de formação terá tido efeito até agora. Cremos que uma das primeiras sessões de esclarecimento a nível nacional que derivou da *Resolução 8/2011* deverá ter tido lugar no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da UTAD, no dia 2 de fevereiro de 2011, quando o Professor Gonçalo Fernandes, o Diretor do Departamento e um dos principais especialistas da casa na matéria, expôs e discutiu as principais alterações ao sistema ortográfico perante um público de cerca de cem pessoas na assistência (cf. Gonçalves / Loureiro 2011; UTAD 2011).²⁷⁸

Perante a falta de um vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa a quem normalmente competia a elaboração de uma obra desta natureza, a resolução atribui o valor de vocabulário oficial ao *Vocabulário Ortográfico do Português* do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) que se encontra no referido site www.portaldalinguaportuguesa.org.²⁷⁹

Anteriormente à publicação da *Resolução 8/2011*, outro passo decisivo já fora dado em 15 de dezembro de 2010, quando o Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, apresentou ao parlamento o Projeto de Deliberação n.º 8/XI que, depois de votado nesse dia, chegou a ser publicado na forma da Deliberação n.º 3-PL/2010, em 22 de dezembro de 2010. Como se pode verificar adiante, a medida proposta encontra-se em coerência com a referida resolução do Conselho de Ministros:

DELIBERAÇÃO N.º 3-PL/2010
IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Considerando que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República (RAR) n.º 26/91, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos de 23 de Agosto de 1991;

Considerando que o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, de 16 de Maio de 2008, publicada no Diário da República de 29 de Julho de 2008 e ratificada pelo Decreto do Presidente da

República n.º 52/2008, de 21 de Julho de 2008, publicado no Diário da República de 29 de Julho de 2008;

Considerando que, de acordo com a referida Resolução da Assembleia da República, as disposições do Acordo Ortográfico devem ser aplicadas em Portugal num prazo limite de 6 anos após o depósito do instrumento de ratificação do Segundo Protocolo Modificativo;

Considerando que, em 17 de Setembro de 2010, foi publicado, em Diário da República, o Aviso n.º 255/2010, do Ministérios dos Negócios Estrangeiros, dando conta do depósito do instrumento de ratificação por Portugal em 13 de Maio de 2009;

Considerando que aquele depósito passou a ser juridicamente relevante com a publicação do respectivo Aviso de ratificação no Diário da República, como decorre das disposições conjugadas do artigo 119 n.º 1 alínea b) da Constituição da República Portuguesa e do artigo 3.º n.º 2 alínea b) da Lei n.º 74/98, de 24 de Agosto (*Lei formulário*); 2

Considerando que, nos referidos termos, a Assembleia da República está vinculada a aplicar o Acordo Ortográfico até 13 de Maio de 2015, data limite que resulta do artigo 2.º n.º 2 da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008;

Considerando ser necessário assegurar uma redacção uniforme dos actos publicados em Diário da República;

A Assembleia da República delibera o seguinte:

1- A partir de 1 de Janeiro de 2012 a Assembleia da República passará a aplicar a ortografia constante do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em todos os seus actos legislativos e não legislativos, bem como nas suas publicações oficiais e instrumentos de comunicação com o exterior (*Diário da Assembleia da República* – 1.ª e 2.ª Séries –, Canal Parlamento, edições e portal da Internet).

2- O vocabulário da língua portuguesa a adoptar pela Assembleia da República é o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP) disponível no portal de língua portuguesa, (<http://www.portaldalinguaportuguesa.org>) desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e subsidiado pelo Fundo da Língua Portuguesa.

3- Os documentos apresentados na grafia anterior ao Acordo, durante o período da moratória, serão transformados na nova grafia através da utilização de uma aplicação informática multiplataforma, específica para a conversão de texto, o Lincê, desenvolvido pelo ILTEC no âmbito do contrato celebrado com o Fundo da Língua Portuguesa, com base no Vocabulário Ortográfico do Português, e disponibilizado gratuitamente.

4- A fim de possibilitar a elaboração de documentos de acordo com a nova grafia, os postos de trabalho da Assembleia da República serão equipados com um corrector ortográfico e um dicionário que reflectam as alterações na língua portuguesa decorrentes do Acordo Ortográfico. Estes instrumentos serão integrados com as ferramentas de produtividade utilizadas na Assembleia da República. 3

5- Será preparado pelos serviços um *tutorial*, a disponibilizar na intranet da Assembleia da República, explicando as alterações linguísticas que irão ocorrer quando for adoptado o novo acordo.

6- Tendo presente que a conversão de texto para a nova grafia implica que esse texto, com vocabulário anterior ao Acordo, exista em formato digital, determina-se a circulação unicamente electrónica das perguntas e requerimentos (com excepção das respostas aos que são dirigidos à

²⁷⁸ Para além desta sessão 'inaugural', as professoras linguistas vila-realenses Felicidade Moraes e Marlene Loureiro estão a oferecer cursos de formações abertos não só à comunidade universitária mas a toda a sociedade civil. Para a mesma dirigiu-se a entrevista concedida pelo Prof. Gonçalo Fernandes à estação radiofónica M80 (Vila Real) no dia 24 de fevereiro de 2011.

²⁷⁹ Mesmo que tenha derivado do mesmo projeto para a elaboração de um vocabulário ortográfico, a obra de Jansen (2008) não corresponde ao *Vocabulário ortográfico* de que se pode fazer consulta online, uma vez que somente se contemplam as formas sujeitas a alterações pela medida metaortografica (cf. Jansen 2008: 9).

Administração Local) a partir de 1 de Junho de 2011, visto que a desmaterialização deve ser prévia à aplicação do Acordo Ortográfico.

7- No que respeita à informação constante do portal da Internet da Assembleia da República, a nova grafia do Acordo apenas será adoptada obrigatoriamente quanto à informação dinâmica a adicionar a partir de 1 de Janeiro de 2012, quer se trate de informação inserida directamente, quer por remissão das bases de dados internas, tendo em conta o volume de informação e os custos associados.

Palácio de São Bento, 15 de Dezembro de 2010.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,
(Jaime Gama) (*Deliberação* 3-PL/2010).

Não deixa de ser relevante o facto de esta proposta de Jaime Gama ter sido aprovada com o voto favorável de todo o parlamento, o que leva a agência LUSA a constatar o seguinte no subtítulo do artigo que noticia o acontecimento: «A partir de **1 de janeiro de 2012**, o **novo Acordo Ortográfico** será aplicado na **Assembleia da República**. Esta decisão foi hoje tomada no **Parlamento**, de **forma unânime**» (LUSA 2010b; negritos no original).

No atinente à imprensa portuguesa, deve-se constatar que a adoção continua algo fragmentária. O primeiro jornal português a ter adoptado a ortografia do acordo consta ter sido o jornal desportivo *Record* (pertencente ao grupo Cofina Media).²⁸⁰ Um ano depois, a agência de notícias LUSA aderiu ao *Acordo Ortográfico* em janeiro de 2010 (LUSA 2010a). Tendo o grupo Impresa em geral adoptado a grafia reformada desde 8 de junho de 2010,²⁸¹ o semanário *Expresso* declarou a adesão no artigo intitulado «Expresso poupa letras e adota acordo ortográfico: Atualizámos a grafia, Mãe já teve i, açúcar já foi com dois ss e sozinho levava acento, Agora atuamos sem c mas admitimos exceções em alguns cronistas, Tentaremos ser ótimos», tendo passado a adotar a ortografia reformada a partir da edição de 26 de junho de 2010 (*Expresso* 2010). Já o *Correio da Manhã* (que igualmente pertence ao grupo Cofina Media) que anunciou vir publicando uma consulta

ortográfica para os editores desde 19 de março de 2009 (cf. Ribeiro 2009) ainda não chegou a adotar a nova grafia. No que respeita aos outros jornais de grande divulgação como o *Público* (grupo Sonae) e *Diário de Notícias / Jornal de Notícias* (grupo Controlinveste) bem como o semanário *Sol* e o desportivo *Bola*, deve-se constatar que ainda não procederam à adoção da ortografia reformada.²⁸²

Perante os exemplos no mundo dos *média* portugueses, também a associação do consumidor DECO PROTESTE passou a adotar a grafia reformada em todas as publicações, justificando a medida não somente com a aplicação da reforma noutras publicações e no ensino, mas também com a economia que a simplificação ortográfica traz consigo:

Em 2011, a DECO PROTESTE vai dar mais um exemplo do que melhor sabe fazer: ensinar a poupar. Não só com dicas sobre os produtos mais baratos ou os investimentos mais rentáveis, mas também nas palavras. A partir de janeiro, adotamos o novo acordo ortográfico em todas as publicações e suportes. Revistas, guias, portal e comunicações atualizam a grafia e perdem algumas consoantes mudas, hífenes e acentos. Pouparamos nas letras para melhor servirmos o consumidor português.

Poderíamos fazê-lo só em 2015, quando o acordo passa a ter força de lei. Mas com o alargamento da nova grafia a vários jornais e revistas, e ao ensino já a partir do próximo ano, queremos ser muito mais do que espetadores da mudança. Uma organização como a DECO PROTESTE promove a linguagem simples e próxima do leitor, mas sobretudo o respeita pela língua portuguesa. É através desta que, todos os meses, comunica com 400 mil associados e passa a mensagem a milhões de consumidores. Se o objetivo é uniformizar um idioma usado por 250 milhões de falantes no mundo, este é o momento certo para passar à ação.

Começamos nesta página. Deixámos cair o "C" no Discurso Direto, mas mantivemos o tom acutilante e incisivo que caracteriza a rubrica e todos os conteúdos da revista. Mesmo sem cês e pês mudos, elevamos a voz do consumidor (Moreira 2011: 3).

Com a sua mensagem aos leitores, o diretor da DECO PROTESTE não se limita a informar sobre o facto da adoção das normas ortográficas do *Acordo Ortográfico*, mas também logra transmitir a imagem de que esta adoção é mais um serviço da associação em benefício dos sócios e leitores das revistas da associação. Parece-nos, para além

desportivo *Record* era o único meio de imprensa com dimensão nacional que já aplicava as novas regras».

²⁸¹ Veja-se Machado (2010). O grupo Impresa inclui as publicações *Expresso*, *Visão*, *Exame* e a Rádio Renascença.

²⁸² No fim do seu artigo no *Publico* sobre a adoção por parte do grupo Impresa, Machado (2010) constata de forma lacónica: «O PÚBLICO decidiu não adoptar para já».

²⁸⁰ Veja-se a notícia correspondente em *JN* (2009): «Decidimos que a partir de um de Janeiro iríamos adoptar o novo acordo, para nos habituarmos às novas regras e habituarmos também o leitor», disse à Lusa o director-adjunto da publicação». Cf. também as palavras em remate da sua notícia sobre a adoção do novo regime ortográfico pelo grupo Impresa de Machado (2010): «Para além da agência Lusa, que aderiu ao novo acordo ortográfico em finais de Janeiro, o diário

disso, evidente que pelo menos algumas palavras dentro do texto terão sido escolhidas para visualizar as alterações que o novo regime ortográfico traz consigo (*adotamos, atualizam, espetadores, objetivo, ação, Direto*).

3 A adoção nos outros países lusófonos

No seu artigo intitulado «Uma avaliação do primeiro ano de implantação do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», o linguista brasileiro José Pereira da Silva faz uma síntese da situação atual da adoção. Parece, portanto, que o único país a ter efetivamente adotado a ortografia reformada terá sido Cabo Verde desde o segundo semestre de 2009 (Silva 2010: 137), encontrando-se os restantes países aderentes em fases diferentes da ratificação do acordo e dos protocolos modificativos.²⁸³

4 A modo de digressão: ainda Dom Quixote e os moinhos, ou a oposição portuguesa contra o Acordo Ortográfico em Portugal

Como é sabido, o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 nem sequer chegou perto de despertar tanta oposição do que aconteceu com a tentativa do acordo de 1986. Quando, porém, surgiram sinais de uma entrada em vigor do acordo, a resistência foi-se formando de novo. Desta vez, porém, as opiniões contrárias à reforma foram divulgadas sobretudo na Internet mas também nos média portugueses,²⁸⁴ contando entre os seus principais representantes o linguista lisboeta António Emiliano e o escritor Vasco Graça Moura. Para além disso, ambos chegaram a publicar livros sobre o assunto. Parece, no entanto, que ambos os autores terão aproveitado da grande insegurança na sociedade portuguesa para produzir lucros com a publicação de livros polémicos de grande divulgação.

Do ponto de vista científico, obras com títulos como *Foi você que pediu um Acordo Ortográfico?* (Emiliano 2008a), *O fim da ortografia* (Emiliano 2008b), *Apologia do desacordo ortográfico* (Emiliano 2010) como ainda *Acordo Ortográfico: A perspectiva do desastre* (Moura 2008) não nos parecem que podem ser levadas a sério como contributos fidedignos e isentos de pessoas que alegam ter usufruído de uma formação académica séria. A perspectiva do cientista que pelo menos se aplica ao linguista da Universidade Nova de Lisboa (Emiliano) e que em princípio exigiria dele um mínimo de isenção científica, não admite, a nosso ver, a participação (nem muito menos a liderança espiritual) num *mob* de linchamento que é governado pela ignorância popularucha como é tipificado pelo movimento «Não queremos o Acordo Ortográfico!» da rede social *Facebook*.

Verifica-se que os opositores do *Acordo Ortográfico*, em vez de validarem as suas convenções com argumentos científicos, o fazem predominantemente com apelos emocionais que acabam por desqualificar tais contribuições como pseudocientíficas e pseudossérias. Devido ao facto de o sistema da ortografia simplificada ter resultado dos trabalhos científicos e histórico-comparatistas (fonéticos, dialetológicos e metaortográficos) de Gonçalves Viana e da comissão de reforma de 1911, uma ocupação séria deveria considerar, no mínimo, a evolução histórica da ortografia luso-brasileira durante o século XX, tomando, de preferência, em consideração as épocas mais remotas.

5 Conclusão

Se no nosso artigo publicado no âmbito do 14.º Colóquio da Lusofonia pudemos informar que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* finalmente entrou em vigor devido ao *Aviso 255/2010*, prometendo assim um final feliz para a contenda ortográfica luso-brasileira que durou quase um século, a panorâmica que se oferece hoje é ainda mais prometedora. Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2009, a aplicação do novo

²⁸³ Neste contexto é de grande interesse a informação do artigo no *Público* de 10 de fevereiro de 2011 com o título «Com periodicidade mensal: Jornal galego *Novas da Galiza* aplica novo acordo ortográfico da língua portuguesa». Mesmo que se trate de um jornal assumidamente reintegracionista esta medida não deixa de ser significativa para o contínuo linguístico galego-português.

²⁸⁴ Devido à informação fornecida por Lusa (2008), é inegável que tenha havido um manifesto-petição contra o *Acordo Ortográfico* que em 5 de maio de 2008 terá reunido mais de 4000 assinaturas. Na internet correm vários números relacionados com esta iniciativa, os quais parecem difíceis de verificar. Por se tratar de uma tentativa fracassada á qual hoje somente pode ser atribuído mero valor histórico, prescindimos a investigação mais pormenorizada do assunto.

regime ortográfico é uma realidade no Brasil, não constando que a medida tenha sido seriamente contestada.

Em Portugal, foi através da *Resolução 8/2011* de 9 de dezembro de 2010 do Governo de Portugal e da *Deliberação 3-PL/2010* da Assembleia da República que foi ordenada a entrada em vigor para o dia 1 de janeiro de 2012. Com estas duas medidas, os principais órgãos da República Portuguesa manifestaram a sua vontade de aderir ao regime do *Acordo Ortográfico*. Para além disso, a aprovação unânime dentro da Assembleia da República manifesta que todos os partidos se declararam a favor da aplicação da reforma, não cabendo, por isso, dúvida que o sonho quixotesco dos opositores do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* não conseguiu convencer ninguém – a não ser as camadas populares menos bem informadas que são alvo fácil para slogans publicitários negativos.

A querela ortográfica luso-brasileira terminou com as medidas portuguesas destinadas a estabelecer a data de entrada em vigor. Em benefício da própria língua portuguesa, convinha agora que todos aqueles, que se julgam superiores aos demais falantes da língua portuguesa, viessem a aceitar a realidade e que admitissem a todo o mundo lusófono (quer dizer todas as pessoas que usam o português como língua materna ou estrangeira) o direito de participar de uma ortografia simplificada e unificada luso-(afro-)brasileira!

6 Referências bibliográficas

- ABL (2009) = Academia Brasileira de Letras (52009): *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Emiliano, António (2008a): *Foi você que pediu um Acordo Ortográfico?* Nota introdutória de Vasco Graça Moura. Lisboa: Guimarães Editores.
- Emiliano, António (2008b): *O fim da ortografia: Comentário razoado dos fundamentos técnicos do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Emiliano, António (2010): *Apologia do desacordo ortográfico: Textos de Intervenção em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico de 1990*. Lisboa: Verbo; Babel.
- Fernandes, Gonçalo / Loureiro, Marlene (2011): «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». Apresentação Powerpoint, feita na sessão de esclarecimento no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 2 de fevereiro de 2011.

- Jansen, Maarten (Org.) (2008): *ortografia em mudança: Vocabulário, as palavras que mudam com o Acordo Ortográfico*, Lisboa: ILTEC; Editorial Caminho.
- Kemmler, Rolf (2001): «Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911». In *Lusorama* 47-48, 128-319.
- Kemmler, Rolf (2009): "Para a história da ortografia simplificada". In Maurício Silva (Org.): *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*, São Paulo: Editora Contexto, 53-94.
- Kemmler, Rolf (2010): "O Papel do Segundo Protocolo ao Acordo Ortográfico de 1990 na história da ortografia simplificada". In Chrystello, J[osé] Chrys (ed.) (2010): *Atas / Anais do 14.º Colóquio da Lusofonia, Bragança, Portugal: 27 setembro – 2 outubro 2010*, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-5-5), ficheiro CDlusofonia2010\atas finais.pdf , 261-282.
- Moreira, Pedro (2011): «DISCURSO DIRECOTO: A DECO PROTESTE arranca 2011 com o novo acordo ortográfico em todas as publicações e conteúdos, atualizamos a grafia, mas mantemos a objetividade que nos caracteriza, Consumidor em voz alta sem cês e pêns mudos». In *Dinheiro & Direitos* 103 (janeiro/fevereiro 2011), 3.
- Moura, Vasco Graça (2008): *Acordo Ortográfico: A perspectiva do desastre*. Lisboa: Aletheia Editores.
- Thielemann, Werner (1997): «Acordo ortográfico - Zaubermel oder endlose Querele?». In Briesemeister, Dietrich / Schönberger, Axel (Hrsg.) (1997): *Portugal heute: Politik - Wirtschaft - Kultur*, Frankfurt am Main: Vervuert (Bibliotheca Ibero-Americana; Bd. 64), 429-460.

6.1 Artigos em revistas, jornais e na internet

- Brito, Diana (2009): «Academia Brasileira de Letras lança no Rio o novo vocabulário oficial após reforma ortográfica». In *Folha Online* (19 de março de 2009). In <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u537599.shtml> (última consulta: 1 de março de 2011).
- Expresso* (2010): «Expresso poupa letras e adota acordo ortográfico: Atualizámos a grafia, Mãe já teve i, açúcar já foi com dois ss e sozinho levava acento, Agora atuamos sem c mas admitimos exceções em alguns cronistas, Tentaremos ser ótimos». In *Expresso* (25 de junho de 2010). In <http://aeiou.expresso.pt/expresso-poupa-letras-e-adota-acordo-ortografico=f590263> (última consulta: 1 de março de 2011).
- JN* (2009): «Média: Jornal Record já aplica novo acordo ortográfico». In *Jornal de Notícias* (12 de janeiro de 2009). In http://www.jn.pt/Paginalnicial/Media/Interior.aspx?content_id=1070762&page=-1 (última consulta: 1 de março de 2011).
- LUSA (2008): «Documento vai ser entregue ao poder político: Manifesto-petição contra o acordo ortográfico reúne mais de 4000 assinaturas». In *Público* (5 de maio de 2008). In http://www.publico.pt/Cultura/manifestopeticao-contra-o-acordo-ortografico-reune-mais-de-4000-assinaturas_1327770 (última consulta: 1 de março de 2011).
- LUSA (2009): «Jornais brasileiros adoptam a partir de hoje novas regras ortográficas: Os jornais "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo", dois dos principais diários brasileiros, adoptam a partir de hoje as novas regras da reforma ortográfica da língua portuguesa». In *Público* (1 de janeiro de 2009). In http://www.publico.pt/Cultura/jornais-brasileiros-adoptam-a-partir-de-hoje-novas-regras-ortograficas_1354669 (última consulta: 1 de março de 2011).
- LUSA (2010a): «Agência Lusa adopta Acordo Ortográfico a partir de 30 de Janeiro: A decisão de adoptar a partir de amanhã o Acordo Ortográfico foi tomada pela administração da Lusa para reforçar a 'vocação global' da agência nos oito países de língua oficial portuguesa, em Macau e junto das comunidades espalhadas pelo mundo. (Nota da Direcção do Expresso no final do texto)». In *Expresso* (29 de janeiro de 2010). In

- <http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?fokey=ex.stories/560811&p=stories&op=view&uop=userlogin> (última consulta: 1 de março de 2011).
- LUSA (2010b): «Parlamento aplica novo Acordo Ortográfico em 2012: A partir de 1 de janeiro de 2012, o novo Acordo Ortográfico será aplicado na Assembleia da República. Esta decisão foi hoje tomada no Parlamento, de forma unânime». In *Expresso* (15 de dezembro de 2010). In <http://aeiou.expresso.pt/parlamento-aplica-novo-acordo-ortografico-em-2012=f621355> (última consulta: 1 de março de 2011).
- Machado, Ana (2010): «*Actual do Expresso* passará a *Atual*: Imprensa adota novo acordo ortográfico já esta semana». In *Público* (7 de junho de 2010). In http://ww2.publico.pt/Media/imprensa-adopta-novo-acordo-ortografico-ja-esta-semana_1440951 (última consulta: 1 de março de 2011).
- Peixoto, Isabel (2009): «Falta consenso entre linguistas: Acordo ortográfico entra hoje em vigor no Brasil, mas não há entendimento quanto ao vocabulário comum». In *Jornal de Notícias* (1 de janeiro de 2009), 35.
- Público (2011): «Com periodicidade mensal: Jornal galego *Novas da Galiza* aplica novo acordo ortográfico da língua portuguesa». In *Público* (10 de fevereiro de 2011). In http://www.publico.pt/Media/jornal-galego-novas-da-galiza-aplica-novo-acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa_1479552 (última consulta: 1 de março de 2011).
- Ribeiro, Octávio (2009): «Editorial: Acordo, sim, com o Leitor». In *Diário da Manhã* (19 de março de 2009). In <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/opiniao/octavio-ribeiro/acordo-sim-com-o-leitor> (última consulta: 1 de março de 2011).
- Silva, José Pereira da (2010): «Uma avaliação do primeiro ano de implantação do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». In *Soletas* 19 (janeiro/junho de 2010) ISSN 1519-7778, 136-148. In <http://www.filologia.org.br/soletas/19/12.pdf> (última consulta: 1 de março de 2011).
- UTAD (2011): «UTAD realiza sessão de esclarecimento sobre Acordo Ortográfico aberta à Comunidade». In <http://www.utad.pt/salaimprensa/salaimprensa/index.aspx?id=478> (última consulta: 1 de março de 2011).
- Westin, Ricardo (2010): «Governo ainda se perde na nova ortografia». In *Folha de São Paulo* (11 de janeiro de 2010). In <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u677420.shtml> (última consulta: 1 de março de 2011).

6.2 Textos legais

- 1.º *Protocolo* (2000) = «Decreto do Presidente da República n.º 1/2000». In *Diário da República*: 1.ª Série 23 (28 de janeiro de 2000), 368.
- 2.º *Protocolo* (2008) = «Decreto do Presidente da República n.º 52/2008». In *Diário da República*: 1.ª Série 145 (29 de julho de 2008), 4784, 4802-4803.
- Aviso 255/2010 = «Aviso n.º 255/2010». In *Diário da República*: 1.ª Série 182 (17 de setembro de 2010), 4116.
- Comunicado (2010) = «Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de Dezembro de 2010». In *Governo de Portugal: Conselho de Ministros*. In <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/ConselhoMinistros/ComunicadosCM/Pages/20101209.aspx> (última consulta: 1 de março de 2011).
- Decreto Legislativo 54/1995 = «Decreto Legislativo n.º 54, 1995». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 76 (20 de abril de 1995), 1.

- Decreto 6.583/2008 = «Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008: Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 189 (30 de setembro de 2008), 1-9.
- Decreto 6.584/2008 = «Decreto n.º 6.584, de 29 de setembro de 2008: Promulga o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Praia, em 17 de julho de 1998». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 189 (30 de setembro de 2008), 9.
- Decreto 6.585/2008 = «Decreto n.º 6.585, de 29 de setembro de 2008: Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 189 (30 de setembro de 2008), 9.
- Decreto 6.586/2008 = «Decreto n.º 6.586, de 29 de setembro de 2008: Dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 189 (30 de setembro de 2008), 9.
- Deliberação 3-PL/2010 = «Deliberação N.º 3-PL/2010: implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa na Assembleia da República». In *Diário da República: II Série A* 55 (22 de dezembro de 2010), 2-3.
- Resolução 8/2011 = «Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011». In *Diário da República: 1.ª Série* 17 (25 de janeiro de 2011), 488-489.
- Resolução FNDE 17/2008a = «Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008: Autoriza a adequação dos livros escolares de ensino fundamental e médio às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 87 (8 de maio de 2008), 11.
- Resolução FNDE 17/2008b = «Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008: Autoriza a adequação dos livros escolares de ensino fundamental e médio às mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa». In *Diário Oficial da União: Seção 1* 90 (13 de maio de 2008), 20.

[NR: este artigo não foi sujeito à Convenção Ortográfica vigente nos Colóquios]

40) SUSANA ANTUNES EB 2,3 Maia, S. Miguel, E

41) PAULO ANTUNES, Universidade Dos Açores

Susana Maria Loureiro da Silva Matos Antunes

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – Português e Francês (ensino de) e mestre em Cultura e Literatura Portuguesas pela Universidade dos Açores, tendo apresentado uma dissertação intitulada *Imagens Críticas do Brasil na Geração de 70: Eça de Queirós e Batalha Reis*. Pertence ao Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Básica 2,3 da Maia – S. Miguel – Açores, onde exerce funções de docente.

É SÓCIA FUNDADORA DA AICL

Paulo Custódio Pires Antunes

É Investigador na Universidade dos Açores

TEMA 3.5 NEMÉSIO E O SER AÇORIANO SUSANA ANTUNES
ESCOLA BÁSICA 2, 3 DA MAIA E PAULO ANTUNES UNIVERSIDADE DOS
AÇORES

«Sou ao mesmo tempo e, acima de tudo, português açoriano europeu, americano brasileiro e, por tudo isto, românico hispânico e ocidental e gostava de ser homem de todo o mundo.», assim se definia Vitorino Nemésio, num dos momentos mais significativos da sua vida, ao receber o Prémio Montaigne, atribuído pelo seu contributo para o património cultural da Europa e a defesa da universalidade da literatura.

Representando a ilha um universo de experiência, o eixo do mundo, Nemésio define o ilhéu como uma rocha, rodeado por mar, aconchegando na concha, a sua casa.

Em Vitorino Nemésio a Geografia predomina sobre a História e o conceito de açorianidade surge em 1932: “ (...) A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar. Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os atos de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quase religiosa de convívio com quem não teve a fortuna de nascer, como o logos, na água (...)”, testemunhando uma idiossincrasia muito própria resultante de (...) “uma forte variedade da nação portuguesa, criada em meio milénio no isolamento norte-atlântico.»

Mesmo fora da ilha, Nemésio continua a vê-la e a senti-la.

Ele próprio, no seu modo de ser e de agir e através da componente da sua obra literária, constitui o exemplo do homem universal, do açoriano no mundo sempre disposto a participar no encontro de civilizações, de culturas.

A singularidade do ser açoriano nomeado na obra de Vitorino Nemésio assume no conto «O Arquipélago dos Picapaus» a condensação da experiência da solidão insular de um emigrante, John Derosa, que regressa à sua ilha.

Não é o torna-viagem que regressa para se exibir (ou para se esconder do fracasso!), mas sim o ilhéu que vive no limbo entre o passado e a saudade da ilha a que regressa.

“Vou falar-lhes dum Reino Maravilhoso. Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve e haverá reinos maravilhosos neste mundo. O que é preciso, para os ver, é que os olhos não percam a virgindade original diante da realidade, e o coração, depois, não hesite. Ora, o que pretendo mostrar, meu e de todos os que queiram merecê-lo, não só existe, como é dos mais belos que se possam imaginar.”²⁸⁵

O REGRESSO À ILHA: ONDE A TERRA SE DESPE E O TEMPO SE DEITA

Marcado pela particularidade de ser ilhéu e pelo fascínio que sobre ele exerceu a distância, elemento basilar do seu «mito pessoal»,²⁸⁶ Vitorino Nemésio entendeu a realidade açoriana como sendo uma existência dividida entre a renúncia ao seu ambiente de origem - traduzida pelo desejo de aventura - e a vida rotineira da ilha, isto é, entre o partir e o ficar. É desta constante interação de elementos tão divergentes que se sustenta a entidade do açoriano, onde «os elementos [que a compõem] não são a terra, a água, o fogo e o ar, mas as nuvens, a lava, e o mormaço...»²⁸⁷.

Movido por uma constante inquietação plasmada na sua alma de ilhéu, Nemésio é marcado pelas diferentes *viagens* (míticas e reais, espirituais e terrenas) que empreende

²⁸⁵ Miguel Torga, «Um Reino Maravilhoso: Trás-os-Montes», in *Boletim Cultural*, VI série, nº10, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, maio de 1988.

²⁸⁶ cf. José Martins Garcia, *Para uma Literatura Açoriana*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, p. 89.

²⁸⁷ António Manuel Bettencourt Machado Pires, *Vitorino Nemésio Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1998, p. 30.

e pelo que elas encerram em si, constituindo uma marca indelével da sua ficção. Com elas, tenta recuperar um mundo arquétipo²⁸⁸, mas perdido. Um mundo só encontrado na sua palavra - um mundo que se resume à sua Ilha mitificada, à sua *Ilha perdida* que se encontra em oceano nenhum.

Pelo fascínio que sobre ele exerceu a distância, pela sua condição de *homo uiator*, Vitorino Nemésio, insaciável observador do mundo que transportou sempre consigo, confere, ao longo da sua obra, grande importância à emigração terceirense, quer para o Brasil, quer para a América - os então considerados *novos mundos*.

Aqueles que partiam iam construindo, ao longo do seu percurso repleto de aventuras e desventuras, a *Ilha sonhada*, mitificada e perpetuada, à distância, pela Memória. Esta visão de *fora para dentro*, as aventuras vividas e imaginadas são-nos transmitidas pelos torna-viagem: os que regressam ao ponto de partida. Mas nem sempre o regresso dos que partem é um momento de felicidade pela revisitação efetuada. A distância que o tempo opera e o encontro muitas vezes adiado ampliam a dimensão onírica *daquele mundo* que ficou para atrás. E depois, quando se regressa «*Começamos a ser estrangeiros onde nascemos, [porque tudo] se [parece] com a ausente!*»²⁸⁹ A *chegada* significa o reencontro, a busca de um passado que é do próprio, aquilo que mitificou à distância e que por isso mesmo é difícil de encontrar. Como afirma José Martins Garcia, «... a *Ilha* que se abandona nunca é a mesma *Ilha* a que se regressa [...] A imagem da *Ilha* que o açoriano transporta consigo através do mundo [resulta] dum processo do imaginário a que nenhum regresso poderá conferir a coincidência com o real.»²⁹⁰ - sentimento que experimentamos quando regressamos à Ilha ou à Terra-Mater - o que se procura já é uma Ilha/Terra-Mater perdida na Memória e consumida pela distância no tempo: « [...] *esteja o açoriano onde estiver, e há muito tempo que seja, não repudia a sua origem. Dividido talvez, desarraigado*

nunca. [...] os luso-americanos [...] sonham [com] formas de vida coletiva, pouco realistas às vezes, para uns Açores distanciados, que já nem bem são os seus.»²⁹¹

Mas será que a viagem não se deve realizar para não corrermos o risco de sentirmos essa perda irreparável? Ou mesmo assim devemos embarcar?

Sintetizando as contradições próprias quer do que embarca porque sofre com a partida, quer do que fica porque sofre por ter ficado enalhado numa vilória qualquer, quer ainda daquele que, uma vez regressado, sofre com a saudade dos mares antes navegados e das terras calcorreadas com sabor a aventura, o açoriano vive na inquietação de quem tem a Ilha como berço e, simultaneamente, como túmulo. Mesmo partindo, o percurso efetuado tende a repor a sua circularidade através da figura do torna-viagem - aquele que, retornado à sua Ilha, vive de memórias e «... *assume a dimensão fantástica com que sonham os habitantes da ilha.*»²⁹² Relatos vivos, fantásticos e lendários atizam o desejo dos que ficaram com a vontade de ir mais além e amenizam as saudades dos que regressaram daquelas terras bafejadas por ventos misteriosos de outros mares «...*soprado [s] dos seios do Pacífico...*»²⁹³.

Constituindo uma emanção da insularidade à distância, *O Mistério do Paço do Milhafre*²⁹⁴ é uma tela gigantesca onde se inscreve o sentir e o pulsar das gentes da Terceira. Nos quinze contos que o compõem, a par de uma esmagadora bagagem cultural, deparamo-nos com toda a autenticidade, com um forte poder imaginativo, um testemunho de experiências pessoais e confidências de amigos, quase sempre numa perspetiva de indagação do homem e do seu comportamento na sociedade. Qualquer que seja a perspetiva, ela reflete sempre a ansiedade do espírito e a sensibilidade nemesianas, em

²⁸⁸ Como afirma Lúcia Cehin, «As estruturas arquetípicas são como que molas propulsoras, fatores dinâmicos que se manifestam por meio de impulsos, podendo agir sobre a mente como forças criadoras.», in *A imagem poética de Vitorino Nemésio*, Col. «Antília», Angra do Heroísmo, SREC, 1983, p. 37.

²⁸⁹ Vitorino Nemésio, «Encontro de Angra», in *Corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983, pp. 139-141.

²⁹⁰ Vitorino Nemésio - *à luz do Verbo*, col. «Perfis», Lisboa, Vega Editora, 1988, p. 183.

²⁹¹ Vitorino Nemésio, «Açores: De onde sopram os ventos», in *Açores, Atualidade e Destinos*, Angra do Heroísmo, Atlântida, 1975, p. 38. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

²⁹² José Martins Garcia, *Temas Nemesianos*, Angra do Heroísmo, Edição da SREC, 1981, p. 36.

²⁹³ Vitorino Nemésio, «O Arquipélago dos Picapaus», in *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, 1949, p. 319.

²⁹⁴ Lisboa, Bertrand, 1949.

permanente mobilização com todos os domínios do conhecimento e com um humanismo aberto à esperança.

Tudo filtrando pelo cendal íntimo, Vitorino Nemésio invoca o universo insular por razões afetivas e reconfortantes, deixando emergir esse sentimento de ilhéu sublimado pela distância. Tratando-se de um universo ficcional radicado na insularidade, ele atinge uma dimensão universal porque transpõe o limite delineado pelo próprio contorno da Ilha e pelo que ele simboliza. Configurando-lhe a visão que tem das coisas do mundo, a Ilha, mesmo ao longe, exerce sobre Vitorino Nemésio uma inquietude enquanto ilhéu, estendendo-se até à inquietude do ser humano, o qual tem sempre uma *Ilha ao longe* que quer recuperar.

Nascido da saudade das terras e das suas gentes, *O Mistério do Paço do Milhafre* reconstitui as aventuras e desventuras dos que partiram para *outros mundos*, por diferentes motivos, e que depois regressaram, tentando recuperar o retorno à infância de ouro, à adolescência, à *Ilha perdida*, à ilha que está na origem de Nemésio enquanto homem atormentado pela contradição partir/ficar - contradição que radica no mais profundo da idiossincrasia açoriana - e enquanto ficcionista.

Fazendo coexistir observação, memória e imaginação, Nemésio estabelece uma relação mágica entre o presente e as histórias de outros tempos que ficaram cristalizadas na sua lembrança. Com esta cristalização do empírico levada a cabo pela distância, Nemésio, como um alquimista, permite que a realidade se deixe resvalar para o lado do sonho, da fantasia, do irreal e parta em busca do inatingível. Enquadrado neste último cenário, encontramos John Derosa, o narrador interposto²⁹⁵ de uma fábula aventureira: «O Arquipélago dos Picapaus», o último e o mais pequeno conto d' *O Mistério do Paço do Milhafre*.

John Derosa, descendente de António Machado da Rosa, projeta o leitor nas extensões norte-americanas com uma narrativa fantástica das suas andanças pela *terra prometida*. Presente o tema da viagem e, como consequência, os efeitos que a distância produz, John Derosa, «...norte-americano bisneto de portugueses...»²⁹⁶, de regresso à ilha, vive de recordações. Bafejado pela sorte na *terra da fatura*, John Derosa sente-se dividido entre a aventura americana e o apelo da sua raiz telúrica. Uma vez de volta ao sossego da ilha açoriana «*Procur[a] em vão, no fundo do [seu] saco de aventuras, farrapos de experiência...*»²⁹⁷, mas nada se assemelha, afinal, à «...*aragem carregada de sal que [o] visita no torreão da Ponta Negra e faz tremar as folhinhas amargas e verdoengas dos salgueiros.*»²⁹⁸ Remetido ao sossego da ilha, o narrador d' «O Arquipélago dos Picapaus» torna as suas vivências, em terras americanas, lendárias, contaminando os seus sentidos com uma febre que o não larga.

Sob o ímpeto do sonho que lhe vai ditando uma certa angústia e um certo mal-estar provocado pela saudade daquele outro mundo e também pela má consciência do passado, John Derosa sente necessidade de encontrar um certo alívio que lhe permita sossegar o íntimo. De Kate a Nanette, passando por Vera, John vê-se confrontado com um passado glorioso e um presente feito de sonhos desfeitos «*Estou casado há meses, na Ilha, [...] com um corpo feminino que se compõe da maré cheia, das nuvens algodoadas, dos bicos dos penedos, [...] É Minha Mulher a Solidão.*»²⁹⁹ A metamorfose da ilha em corpo feminino (um misto de erotismo e açorianidade) dá a John Derosa o lenitivo necessário para submergir a saudade que sente e a má consciência do herói (?) que foi em terras americanas. Sustentado por um fio de saudade, como acontecera a João Cachalote personagem do conto «*I'm very well, thank you*», o herói (?) d' «O Arquipélago dos Picapaus» quando funde a sua Ilha com a Terra, a *Mater* e a *Mulher*, parece estar a

²⁹⁵ Classificação adotada por José Martins Garcia. cf. in *Temas Nemesianos*, p. 36.

²⁹⁶ Vitorino Nemésio, «Oiro! Oiro!», in *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, 1949, pp. 305-306.

²⁹⁷ Vitorino Nemésio, «O Arquipélago dos Picapaus», in *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, 1949, p. 317.

²⁹⁸ *Ibidem*.

²⁹⁹ *Ibidem*.

gozar o repouso merecido do aventureiro. O que foi aventura reflete-se agora numa densidade corpórea sem contorno material. A irrealidade e o imaterial conquistam terreno na Memória de John Derosa e a sua Mulher (ir)real chama-se Solidão...

Aventureiro, herói ou anti-herói?

John Derosa, tal como o Matesinho do conto «Quatro Prisões Debaixo de Armas», vive peripécias e aventuras em terras longínquas e quando regressa à terra natal não se consegue reintegrar na sua comunidade de origem. Das viagens que efetuou trouxe um saco cheio de recordações - até da sua perfídia e vileza que lhe povoa os sonhos. A confissão no final do conto feita pelo narrador a propósito da «... *fauna torpe e absurda que [lhe] povoa os sonhos e o fundo inconfessável que [se leva] conosco até à cova.*»³⁰⁰ faz-nos pensar nos fantasmas e nas ilusões que John Derosa transporta consigo.

Longe da *terra prometida*, John, em jeito de recordação e acatando o ímpeto do onírico, traz de volta o passado, «...o passado [que] vale duas vezes o presente... Uma, porque vale o que foi, exatamente quando era; outra, porque torna a valer esse valor, quando o puxamos à memória, *agora que não é precisamente aquilo que foi...*»³⁰¹ E por não ser exatamente *aquilo que foi* é que John Derosa cede ao onírico que, de certa forma, o conduz a outros horizontes. A distância provocou a mitificação de dois lugares - o *cá* e o *lá* - a divisão do presente onde convergem dois universos distintos o açoriano e o americano e a estranha sensação de *não pertencer a mundo nenhum*. No entanto, o apelo das suas raízes telúricas é forte e o narrador de «O Arquipélago dos Picapaus» que se divide entre o *cá* e o *lá* deixa-se seduzir pelo Atlântico que sustenta a sua Esfinge: «*Mas de manhã, quando abro a porta para o caminho, o mar envia-me um pique mais doce e*

bravio. E desisto de comparações [entre o que representa o cá e o lá] simplesmente idiotas.»³⁰²

Acompanhado de sua mulher a Solidão (do latim *Solitudine* - estado de quem está só), John Derosa talvez não tenha sido ou talvez não seja o herói que viveu todas aquelas peripécias em terras americanas ou então a plenitude dessa vivência não lhe preenche o vazio que sente no presente, por isso a necessidade de atribuir à realidade um tom fantástico. Tão fantástico como o Arquipélago dos Picapaus!

Situado «...*na latitude do Golfo da Califórnia, entre 25º e 30º da latitude Norte*»³⁰³, o Arquipélago dos Picapaus apresenta uma localização no mapa semelhante ao Arquipélago de Guadalupe, situado no Oceano Pacífico, sendo *habitado* por pica-paus - ave que abunda na América do Norte muito venerada pelos Índios da Pradaria³⁰⁴.

Honado como pássaro-profeta e confiante guia dos viajantes nos seus caminhos, o pica-pau simboliza também o regresso à infância, pelo facto de fazer buracos nas árvores. É também expressão do desejo de «...*voltar a entrar na mãe [...], imagem libertadora do pensamento, desejo nascido da introversão.*»³⁰⁵ John Derosa constrói a sua utopia em direção ao passado, numa tentativa de o repor, de o tornar consciente e sobre ele refletir («*Como se um homem não nascesse para ter saudades daquilo que foi e onde o foi...*»)³⁰⁶

Recorrendo à antropomorfização da realidade, John Derosa tenta recuperar um mundo que, por estar distante, lhe dói e um outro mundo do qual se sente órfão: a Ilha *Mater* transformada em sua Mulher, a Solidão! Desta forma, «O Arquipélago dos Picapaus» consegue comportar, de um modo condensado, o mito pessoal de Nemésio em todas as suas realizações: o narrador, ao longo da distância que percorreu, foi colecionando aventuras e, de visita à Ilha, condensa a própria Ilha à Terra-Mãe e à Mulher. Transformando a Ilha em Mulher, a distância tornou-a intocável e inatingível; transformou-

³⁰⁰ *Idem*, p. 323.

³⁰¹ Vitorino Nemésio, «A Tartaruga», in *O corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983, p. 148. O sublinhado é da nossa responsabilidade.

³⁰² Vitorino Nemésio, «O Arquipélago dos Picapaus», in *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, p. 318.

³⁰³ *Idem*, pp. 319-320.

³⁰⁴ Segundo a abordagem feita por Marie-Hélène Piwnik, o Arquipélago dos Picapaus corresponde às ilhas Havai. cf. «Tentative de Lecture d'une Nouvelle de Vitorino Nemésio : O Arquipélago dos Picapaus», in *Arquivos do Centro Cultural Português XIX*, Separata, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 1983, p. 806.

³⁰⁵ Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Teorema, s/d, pp. 525-526.

³⁰⁶ Vitorino Nemésio, «A Tartaruga», in *O Corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983, p. 146.

a em mito, edificando um paço onde, como epígrafe, poderão estar inscritas as palavras que encontramos no *Mau Tempo no Canal*: «O amor de um mito é puro mito.»³⁰⁷

John Derosa personifica ao lado de/da Solidão o duplo sentido do percurso humano: aquele que aspira à restauração do passado e um outro que ambiciona conquistar o mistério da eternidade - *O Mistério do Paço do Milhafre*.

«Desta angústia de velho ausente das suas pedras,»³⁰⁸ Nemésio, homem itinerante e «...incansável perseguidor de valores éticos...»³⁰⁹, por ter mergulhado na vivência açoriana, recuperou e transportou consigo um mundo ancorado na sua *Ilha Perdida*.

O conceito de *Açorianidade* foi definido por Nemésio em 1932 e, desde então, foi amplamente divulgado em contextos bem diferenciados, desde estudos de âmbito literário a intervenções de ordem política. Naquele ano, por ocasião das Comemorações do V Centenário do Descobrimento dos Açores, afirmou:

“ (...) Quisera poder enfeixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. Em primeiro lugar o apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar.

Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os atos de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quase religiosa de convívio com quem não teve a fortuna de nascer, como o logos, na água (...)

Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo habitat a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar.»³¹⁰

Em «Le mythe de Monsieur Queimado», o explicador das peculiaridades das origens dos Açores a Vitorino Nemésio, Monsieur Queimado, a propósito do ser açoriano, afirma: «*Nous sommes entièrement soumis à la loi du secret et de l'encerclement.*»³¹¹ e, acrescentaríamos nós, «*soumis aussi à la loi du coeur*», indo ao encontro das palavras de Nemésio no seu texto intitulado *Açorianidade*.

É apoiado neste entrelaçamento entre experiência vivida e reelaboração dessa vivência, memória e fantasia, sonho e desejo que Nemésio mergulha e capta o íntimo açoriano que ele também sente latejar e onde, afinal, cabe um Mundo: «...açorianidade é o nosso modo de afirmação no mundo, a alma que sentimos, na forma de corpo que levamos.»³¹² Sem antepassados, segundo a explicação de Monsieur Queimado, o homem açoriano carrega a marca da terra e da vida insular sobre si quase provocando uma osmose entre a natureza ilhoa e o homem ilhéu: «*A ilha acabou por ser, afinal, arquétipo e sonho, idade de ouro e mito insular, vontade de regresso e vontade de partir, alma que se carrega toda a vida, à qual chamou açorianidade.*»³¹³

Conforme afirma Nuno Sampayo, «*Nemésio, contista, é uma exatidão poética*»³¹⁴ e um padrão de vida interior radicado na sua ilha matricial «...onde tudo é ainda genuíno, “*germinal*” e quase sem tempo.»³¹⁵ e onde a terra se despe...

No interior do *Labirinto da [nossa] Saudade*, com vontade de ir e de ficar, o que tão bem caracteriza este sentimento de ilhéu, ou seja, de quem tem o seu destino traçado «... [no] emparedamento [e nesta] constante referenciação do seu mundo abreviado aos outros pequenos universos rodeados de água salgada:»³¹⁶

³⁰⁷ Obras Completas de Vitorino Nemésio, vol. VIII, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994, p. 152.

³⁰⁸ Vitorino Nemésio, «Matéria orgânica a distância astronómica», in *Limite de idade*, col. «Auditorium», Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1972, p. 80.

³⁰⁹ José Martins Garcia, *Temas Nemesianos*, Angra do Heroísmo, Edição da SREC, 1981, p. 71.

³¹⁰ Vitorino Nemésio, «Açorianidade», in *Insula*, Número Especial Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, nº 7-8 (julho-agosto), Ponta Delgada, 1932, p. 59.

³¹¹ *apud* Maria Margarida Maia Gouveia, *Vitorino Nemésio Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 1986, p. 411.

³¹² Vitorino Nemésio, «Açores: De onde sopram os ventos», in *Açores: atualidade e destinos*, Atlântida, Angra do Heroísmo, 1975, p. 36.

³¹³ António M. B. Machado Pires, *Vitorino Nemésio Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1998, p. 87.

³¹⁴ «Um grande escritor português - Vitorino Nemésio», in *Críticas sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Bertrand, 1974, p. 187.

³¹⁵ Eduardo Lourenço, «Vitorino Nemésio ou da livre navegação», in *Críticas sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Bertrand, 1974, p. 148.

³¹⁶ Vitorino Nemésio, «As derrotas de Oeste», in *Corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983, p. 113.

A saudade, o desejo de querer ultrapassar barreiras, a *Ilha* que transportamos dentro de nós e a sua simbologia são modos de sentir que também encontram reflexo nas palavras recentes de Concha Rousia³¹⁷:

“A ilha, sem eu saber, veio comigo, ou talvez fui eu que fiquei nela e vou voltando a pouco e pouco, mesmo que o meu corpo chegasse há algo mais de vinte e quatro horas. Em mim há hoje um vazio, que desde miúda eu já aprendi a identificar como a morada da saudade... Atrevo-me a olhar lá dentro dessa morada e sinto a presença do que hoje me falta... Vejo a ilha, vejo as pedras negras abraçadas pelo verde e o azul...”

E porque ilhéus e portanto embarcações, seguiremos em busca d' «O Arquipélago dos Picapaus», cumprindo a

«Rota de Ítaca»

*Ao José Bretão e à Mafalda,
amigalhíssimos do peito.*

*Mas se tenho de partir que de novo eu parta
é talvez bem melhor do que ficarem
meus pés no cais chumbados em argola
meus olhos no horizonte ao sonho a velejar.*

*Que eu parta. E assumo o risco de partir
fender a bruma sobre este coração cerrada
colher num bojador espinhos perfumados
partir e não saber em que angra fundear.*

*Largar amarras. Ir decifrando
quantos portulanos na vida houver de decifrar.*

*E se no fim faltar o cais para a chegada
o mar também é terra onde morar.
Marcolino Candeias, Na Distância deste Tempo*

A Terra que se despe para nos receber e onde o Tempo se deita porque é feito do sonho que prevalece!

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *Críticas sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Bertrand, 1974.
- BETTENCOURT, Urbano, «Dos Açores e da sua Literatura: errância e permanência», in *O gosto das Palavras III: crónicas e leituras*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999.
- CEHIN, Lúcia, *A imagem poética em Vitorino Nemésio*, Angra do Heroísmo, Antília, 1983.
- MOURÃO-FERREIRA, David, *O essencial sobre Vitorino Nemésio*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1897.
- NEMÉSIO, Vitorino, «Açores: de onde sopram os ventos», in *Açores: atualidade e destinos*, Angra do Heroísmo, Edições Atlântida, 1975.
- _____, *Limite de Idade*, col. «Auditorium», Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1972.
- _____, *Mau Tempo no Canal*, vol. VIII, «Obras Completas de Vitorino Nemésio», Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1994.
- _____, *O Corsário das Ilhas*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1983.
- _____, *O Mistério do Paço do Milhafre*, Lisboa, Bertrand, 1949.
- GARCIA, José Martins, *Para uma Literatura Açoriana*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.
- _____, *Temas Nemesianos*, col. «Gaivota /15», Angra do Heroísmo, Edição da SREC, 1981.
- _____, *Vitorino Nemésio à luz do verbo*, col. «Perfis», Lisboa, Vega Editora, 1988.
- _____, *Vitorino Nemésio - a obra e o Homem*, Lisboa, Arcádia, 1978.
- GOUVEIA, Maria Margarida Maia, *A viagem e viagens em Vitorino Nemésio*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985.
- _____, «Os mitos de um narrador: a ficção na história, a história na ficção», in *Atas do Colóquio Internacional*, Ponta Delgada, Edições Cosmos e SIEN, 1998.
- _____, *Vitorino Nemésio Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 1986.
- CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Teorema, s/d.
- LEMOS, Paula de, «Ínsulas, conchas e signos: Maria Lamas e Vitorino Nemésio», in *Atas do Colóquio Internacional*, Ponta Delgada, Edições Cosmos e SIEN, 1998.
- LOPES, Óscar, *Entre Fialho e Nemésio - Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea II*, col. «Temas Portugueses», Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987, pp. 745-784.
- LORENZO, Marga Romero, «A illa, táboas de un naufraxio: Vitorino Nemésio e Manuel António Os escritores novecentistas da literatura galega», in *Atas do Colóquio Internacional*, Ponta Delgada, Edições Cosmos e SIEN, 1998.
- PIWNIK, Marie-Hélène, «Tentative de Lecture d'une Nouvelle de Vitorino Nemésio : O Arquipélago dos Picapaus», in *Arquivos do Centro Cultural Português XIX*, Separata, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 1983.
- PIRES, António M. B. Machado, *Raul Brandão e Vitorino Nemésio - Ensaíos*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- _____, *Vitorino Nemésio Rouxinol e Mocho*, Praia da Vitória, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1988.
- RIBEIRO, Cristina Almeida, «Sortilégio e enigmas do Paço do Milhafre», in *Atas do Colóquio Internacional*, Ponta Delgada, Edições Cosmos e SIEN, 1998.

³¹⁷ *A ilha no interior*, Galiza, 7 abril, 2009.

ROUSIA, Concha, *A Ilha no Interior*, Galiza, 7 abril, 2009.

SÁ, Maria das Graças Moreira de, «Vitorino Nemésio: poeta da sua ilha, poeta do seu mar», in *Arquipélago*, vol. X, Ponta Delgada, 1988, pp.181-193.

SILVA, Heraldo Gregório da, *Açorianidade na poesia de Vitorino Nemésio - realidade, poesia e mito*, col. «Temas Portugueses», Lisboa - Ponta Delgada, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

42) **TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS, BÉLGICA**

tiago.ferreira@europarl.europa.eu; tagusnununus@hotmail.com



TIAGO ANACLETO-MATIAS é mestre em Tradução e Interpretação Especializadas (2008), licenciado em Tradução Especializada (2002) e bacharel em Línguas e Secretariado (2000) pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Politécnico do Porto (ISCAP), tendo sido aluno na Escola Superior de Comércio e Gestão (*Handelshøjskole Syd*) de Esbjerg – Dinamarca, em 1998, ao abrigo do Programa *Erasmus*.

Possui uma pós-graduação em Tradução para Legendagem pelo Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes do Porto (2004).

Com a presente comunicação é a quarta vez que participa nos Colóquios da Lusofonia: Açores (2008 e 2009), Bragança (2009) e a quinta num Encontro Internacional (I Congresso Internacional de Estudos Interculturais do ISCAP, 2008).

As suas publicações são nas áreas dos Estudos da Tradução e da Linguística Aplicada.

Tem igualmente cooperado no apoio ao secretariado em diversos Colóquios da Lusofonia, nomeadamente nos Açores, Bragança e Brasil.

Desde 2004 que é funcionário efetivo do Parlamento Europeu, em Bruxelas.

INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011.
É SÓCIO FUNDADOR DA AICL



TEMA 3.5. O ESTADO ATUAL DA LÍNGUA NA COMUNICAÇÃO À ESCALA EUROPEIA E MUNDIAL. EM QUE POSIÇÃO ESTRATÉGICA SE ENCONTRA E ENQUADRA O PORTUGUÊS? VISÕES E REFLEXÕES

TIAGO ANACLETO-MATIAS, PARLAMENTO EUROPEU

O facto de estar a trabalhar numa organização internacional em que as línguas detêm um estatuto primordial no desempenho do dia a dia institucional e representam o elo de ligação nas comunicações dos representantes do povo, e onde se atribui a mesma importância a todas os idiomas sejam eles bastante dispersos ou não, leva a questionar se a língua portuguesa é indubitavelmente defendida e, sobretudo, divulgada em larga escala, não só a nível europeu, mas sobretudo à escala mundial.

Tendo presente o provérbio eslovaco “*Aprende línguas e serás alguém*”, tentar-se-á comprovar se o Português tem, ao lado das outras línguas, a mesma hipótese de vingar, sendo estudado, divulgado e utilizado em grande amplitude no plano internacional, visto haver na União Europeia, atualmente, vinte e três línguas oficiais.

Durante esta análise, levantar-se-ão não só estas questões, mas também se descortinará quem são os intervenientes na preservação e difusão do português como língua de comunicação, de tradução e interpretação, de ligação entre povos e de uso no comércio internacional.

Atualmente, ainda a aguardar-se que os anos e a inércia passem em Portugal para se efetivar, final e irreversivelmente, a aplicação do Acordo Ortográfico, há a preocupação de se descobrir também se as várias Instituições Europeias estão preocupadas em começar, ou não, a utilizar a nova grafia da língua portuguesa como se fez, aliás, com a língua alemã há alguns anos atrás.

Por último, tentar-se-á decifrar se o português continua a manter a sua posição no quadro mundial das línguas mais usadas no mundo e se os vários países onde se fala o português têm a preocupação de manter viva a sua língua, senão materna, pelo menos de comunicação interpessoal.

1 – A Língua e a sua Expansão enquanto Organismo Vivo

Muitas teorias, umas mais positivas e corretas, e outras sem qualquer fundamento, foram criadas e por muitos aceites em como o atual Acordo Ortográfico seria uma

catástrofe para a língua portuguesa. Ora, obviamente numa sociedade que lê pouco e escreve ainda menos, essa teoria foi acatada como, de facto, verdadeira e que, em muitos casos, era o Brasil a impor-nos a sua maneira de grafar as palavras. Chegou-se mesmo a ouvir dizer por muitos que cometem erros crassos ao escrever que jamais se submeteriam à vontade dos brasileiros, como se a língua não fosse uma só, apenas com algumas variantes, tal como acontece ao longo de todo o território português. Não é necessário atravessar o Atlântico para nos depararmos com expressões diferentes de norte a sul de Portugal continental e nas regiões autónomas das ilhas dos Açores e da Madeira.

A verdade é que um povo acaba por adquirir, muitas vezes, e começar a formular opiniões baseadas naquilo que vai ouvindo, e por vezes lendo, nos meios de comunicação social. Mesmo aqueles que não têm conhecimentos suficientes para contestar regras ortográficas, nem tão pouco compreender por que razão se escreve desta ou daquela maneira, e por que razão antigamente se escrevia assim e agora se começará a escrever de outra forma, o certo é que a opinião pública acaba por usar e abusar do facto de muitos portugueses nem saberem escrever a palavra “você”, sem cedilha, ou de usar o mesoclítico corretamente, como na expressão “saber-se-ia” ou “fá-lo-ia”, nem saberem que “contrato”, já se escrevia sem “c”, ou mesmo “repleto”. Depois, obviamente, iniciam uma luta constante contra as necessárias alterações na grafia da língua portuguesa, sem conseguirem compreender que a língua é um organismo vivo, que está em constante mutação e que necessita sempre de se adaptar à evidente evolução do modo de falar.

Os meios de comunicação social, sobretudo a televisão, em vez de se preocuparem em começar a divulgar e a explicar as alterações impostas e a introduzir com o novo Acordo Ortográfico, o qual já foi aprovado em 1990, estiveram mais preocupados no debate e na polémica da supressão das consoantes mudas, de alguns hífenes que se encontravam a mais, assim como de alguns acentos supérfluos, já para não falar na utilização de letras minúsculas iniciais para os meses do ano, por exemplo, tal como os franceses já fazem há imenso tempo. As alterações a introduzir com este Acordo Ortográfico não representam, segundo o professor Malaca Casteleiro, “*mais de 1,6% dos*

vocábulos da língua portuguesa, o que num universo linguístico tão vasto e numa língua tão rica como o português, é algo irrisório”.

Muitos portugueses não se apercebem da real importância da Lusofonia. Urge, portanto, estabelecer prioridades e esclarecer ao longo deste artigo essa questão, para além de se aprender como respeitar uma língua e saber implantar o uso atualizado da mesma.

Tal como todos nós, seres humanos, a língua portuguesa é um ser vivo, sempre em constante transformação. Portanto, devemos atualizar-nos e deixar que a língua portuguesa evolua. Não nos podemos esquecer que Portugal apenas representa, uns meros 10 milhões na Europa a falar a língua de Camões. É errado dizer que só os Portugueses irão alterar a sua grafia; os Brasileiros também procederam a variadíssimas alterações, apesar de em Portugal a Comunicação Social ter levado a população a crer que não. Enquanto portugueses, devemos ter orgulho na língua que falamos e tem-se a convicção que o Acordo Ortográfico de 1990 é um passo bastante positivo e benéfico para a divulgação, estudo e promoção da língua portuguesa em todo o mundo. Esta língua une povos, culturas e formas de pensar em cinco continentes.

Tal como o professor Evanildo Cavalcante Bechara afirmou numa entrevista ao Público, “os Portugueses sempre se consideraram os donos da língua; hoje há vários donos” e, subscreve-se esta crítica. De facto, não o somos: a língua é de quem a fala. No entanto, um bloguista do Público, José Queirós, o qual foi escolhido para Provedor do Leitor do jornal ‘O Público’, de forma infundada, continua, ainda atualmente, a ‘bater o pé’ para a não introdução do Acordo Ortográfico, alegando que “o Acordo é um ato (não um “ato”) que devia envergonhar os que o assinaram, além de não contribuir para uma pretensa unificação da língua, quimera que jamais se fará à custa do sacrifício de um punhado avulso de consoantes.” Ainda acrescenta que “o acordo é uma mistificação e um embuste, já denunciados de várias formas no espaço público, e assume características meramente políticas e de um oportunismo inqualificável”, o que está perfeitamente errado, visto a dimensão da língua portuguesa exigir urgentemente a aplicação definitiva de um Acordo Ortográfico com tantos anos, à semelhança do Acordo levado a cabo nos anos 90

com a língua alemã nos diversos estados onde se fala oficialmente essa língua, a saber: Alemanha, Áustria, Listenstaine, Luxemburgo e Suíça.

Logo, não se partilha minimamente da opinião sensacionalista daquele jornalista e bloguista d’O Público, e declara-se aqui abertamente que não houve vergonha alguma em ter-se subscrito um abaixo-assinado a favor da implantação do Acordo Ortográfico em Portugal, em prol de uma língua mais forte, mais dinâmica e mais competitiva a nível mundial. Pensa-se também que deveria ser para todos os Lusófonos um orgulho poder ouvir-se a língua portuguesa em qualquer parte do mundo, seja ela com sotaque do norte, centro ou sul de Portugal, das ilhas, de qualquer país de expressão portuguesa na África, ou mesmo com pronúncias brasileira, macaense ou timorense ou, por que não, por falantes da língua portuguesa que não seja a sua materna.

Ainda é mais flagrante a impertinência e ignorância daquele jornal, sabendo que tantos outros jornais já aderiram à nova grafia, assim como alguns canais de televisão, e bem como algumas revistas, entre elas a reputada “Visão”. Há programas informáticos que já preveem e incluem todas as alterações impostas pelo novo Acordo Ortográfico e que, se não houver intolerância e a adversidade humana em aceder à mudança – e é sabido pelo senso comum que o ser humano é adverso à mudança, seja ela de que índole for – a aplicação do Acordo Ortográfico é algo que não provocará nenhum sismo – nem cisma – linguísticos e que será uma mais-valia para as gerações vindouras, as quais não terão dificuldade nenhuma em escrever sem consoantes mudas, conforme o professor Malaca Casteleiro já tantas vezes defendeu, não só publicamente, como na própria redação de artigos de imprensa.

A provar esta teoria, está o facto de nalgumas escolas do 1º Ciclo já existirem professores a lecionar segundo a renovada norma ortográfica e outros ainda o fazerem na forma antiga. A verdade é que uma turma que já conheça as novas regras, quando é obrigada, por alguma razão, a ter aulas com outro professor que ainda ensina à moda antiga, são os próprios alunos que advertem o professor para a nova realidade, dizendo que já não se escreve, por exemplo, os meses com letra maiúscula. Todos sabemos que as crianças aprendem com mais rapidez qualquer regra, seja na sua língua materna, seja

numa estrangeira, do que os adultos. No caso das consoantes mudas, segundo o professor Malaca Casteleiro, “*é-lhes muito mais fácil compreenderem e aprenderem a escrever uma palavra onde aquela específica letra não é pronunciada*” (Casteleiro, 2008).

Portanto, contrariamente àquela ideia que o Público quer fazer equivocadamente continuar a fazer passar aos seus leitores, interessa citar a posição que foi postulada pela Porto Editora numa mensagem enviada eletronicamente aos seus clientes, no dia 2 de março de 2011, e a qual representa, indiscutivelmente, parte da política editorial da mesma, nomeadamente para as publicações a partir de setembro de 2011, e da qual se extrai o seguinte excerto: “[n]a verdade, em virtude da esmagadora maioria da comunicação social usar já a grafia consagrada pelo Acordo Ortográfico, as pessoas começam a estar familiarizadas com esta realidade incontornável.”

Agora, mais do que nunca, tendo em conta uma nova estratégia para a língua portuguesa, urge que todos os lusofalantes pratiquem o atual Acordo Ortográfico na sua escrita, para que o Português consiga seguir o seu caminho sem obstáculos, com uma grafia unificada, para que todos os países onde se fale a língua portuguesa possam intervir à escala global na divulgação, estudo, dinamização e implantação desta mesma língua, a qual continua a unir povos em todos os cinco continentes, aos níveis cultural, histórico e até comercial.

Conforme proferiu Chrystello na sua opinião relativamente à adoção da nova ortografia, na posição oficial da AICL – Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia quanto ao Acordo Ortográfico de 1990:

Não faz sentido teimar em manter a obediência ao Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa, celebrado entre Portugal e o Brasil em 1945 (quando ainda não havia televisão a cores, telemóveis ou Internet), acordo esse recauchutado no final do marcelismo com a exterminação dos acentos nos advérbios de modo. O que distingue uma língua viva de uma língua morta é precisamente o facto de estar em permanente evolução. Seria um esforço inútil não reconhecer as mudanças. Por alguma razão, não falamos latim. São os utentes menos cultos que fazem evoluir as línguas, que tendem para a simplificação e para a contaminação da escrita pela oralidade. Num momento em que escolas neozelandesas já aceitam que os alunos usem nos testes a escrita abreviada das SMS, seria tolo Portugal persistir em manter-se alheado do segundo protocolo do novo Acordo Ortográfico.

No que diz respeito ao trabalho editorial, a “*Porto Editora prevê que as suas novas edições, inclusive na área da Literatura, consagrem o Acordo Ortográfico a partir do próximo mês de setembro [de 2011], coincidindo, assim, com a entrada em vigor dos primeiros manuais escolares com a nova ortografia.*” Daquela Editora que tem uma missão em Portugal de quase serviço público devido a constituir uma referência incontornável no mercado de manuais e livros portugueses, e a qual já esteve igualmente presente num dos últimos Colóquios da Lusofonia – relembramos que estes já se encontram na sua XV edição – há ainda a referir a sua posição face à presente ortografia: “[n]o início deste ano [2011], tornou-se conhecido [pela parte do Governo Português] o calendário oficial de aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: no sistema educativo, já no próximo ano letivo de 2011/2012, e durante os três anos seguintes, e nos serviços e departamentos do Estado, a partir de 1 de janeiro de 2012.”

Para finalizar este ponto, ainda se pretende reafirmar que a língua é um ser em constante mutação por se encontrar em permanente evolução e em contacto com outras línguas que acabam por enriquecer-se mutuamente e que, segundo um tradutor que trabalha há mais de vinte anos nas Instituições Europeias, José António Mesquita: “logo que tiver autorização superior, deverei começar a escrever segundo a nova norma”.

2 – As línguas na Europa Unida

Neste artigo não se quer abordar o facto da língua portuguesa ser mais ou menos importante do que outras línguas, mas sabemos que a ideia dos portugueses quererem ser donos de uma língua que é de todos, o certo é que, se continuássemos com estas ideias serôdias e ideais fatalistas, a língua portuguesa passaria a ser considerada uma raridade no mundo linguístico à escala global. É certo que línguas como a estoniana, lituana ou mesmo a letã, estão limitadas aos seus menos de quatro milhões de falantes, mesmo sendo línguas oficiais nos seus países. É claro que não se pode esquecer as línguas de menor incidência em termos de número de falantes nativos, como o bretão, o ladino, o provençal, o silesiano, ou o valáquio, só para mencionar algumas línguas

européias que estão ameaçadas de extinção, mas estas, apesar dos esforços da União Europeia para o reconhecimento de todas as línguas minoritárias, muitas vezes não são reconhecidas, nem respeitadas nos países onde são faladas, não tendo tão pouco o direito ao reconhecimento como língua oficial na sua região, nem muito menos a nível nacional.

Felizmente que isso não acontece em todos os países: em Portugal, temos o mirandês oficializado na região de Miranda do Douro, como a segunda língua do país, a qual, referindo Carlos Reis “*um dos raros dialetos do português, é uma língua minoritária falada no nordeste de Portugal, junto à fronteira com Espanha. O idioma integra-se no domínio linguístico asturo-leonês. Constantemente submetido à pressão do português e à crescente influência do espanhol*” (Reis: 2005).

No entanto, o idioma mirandês “*foi preservado até hoje pela população agropastoril [e] hoje em dia, é utilizado por seis ou sete mil pessoas. Sendo uma língua de tradição oral, o seu reconhecimento, em 1999, proporcionou-lhe um novo prestígio e espaço próprio nos meios de comunicação e no ensino.*” (idem, idem). Ainda se pode acrescentar que hoje possui literatura e dicionários em língua mirandesa que se teve oportunidade de adquirir para a biblioteca pessoal, em finais de 2010.

Em Itália, o friulano, na região Friul-Venezia Júlia, e o reto-românico oficial, sobretudo no cantão suíço dos Grisões, só para detetar algumas, são línguas consideradas minoritárias, mas reconhecidas ao nível dos seus Estados e ensinadas a nível regional. Já o mesmo não acontece na França, a qual nunca reconheceu as várias línguas minoritárias do seu país até aos dias de hoje. O Bretão, por exemplo, é uma língua existente em grande escala da Bretanha francesa e pode ser ensinada, três horas por semana em algumas escolas da região, mas não é reconhecida pelo Estado Francês. O mesmo sucede com as línguas basca, catalã, corsa, flamenga, occitânica (ou occitana), provençal, todas elas existentes em França, mas nenhuma com um estatuto oficial.

Ora, com esta postura, a França tenta obrigar os seus habitantes a aprender apenas uma só língua, o francês, em detrimento das outras línguas, mesmo que haja populações a expressarem-se noutras línguas. Tal atitude fará com que várias daquelas línguas minoritárias tenham tendência a desaparecer, pois os jovens não querem, muitas vezes,

comunicar com a família numa língua que não é bem aceite e que não os identifica minimamente com a comunidade nacional em que se inserem, acima de tudo se forem imigrantes.

Desta forma, o mesmo está a acontecer com a língua portuguesa em França. Conforme referiu Nardi “[n]a comunidade franco-portuguesa, muitos pais obrigaram os filhos a ter o idioma como disciplina opcional pela qual eles tinham um interesse relativo. (...) [Q]uando todos os filhos se tornaram adultos, o ensino da língua quase desapareceu das escolas públicas; fica hoje reservado a cursos privados (...), [mas] poucos indivíduos da terceira geração aprendem o idioma” (Nardi, 2003: 12).

O mesmo infortúnio está a ter repercussões no Ensino Superior em França, em que a manutenção da língua portuguesa está posta em causa como unidade curricular disponível. A Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Portugueses, Brasileiros e da África e da Ásia Lusófonas (ADEPBA), alertou precisamente para aquele facto no final de 2010, em que “*o projeto de supressão, a partir de 2012, do Português nos concursos da Escola Normal Superior (ENS) e da Escola Politécnica (EP), duas instituições de referência no ensino superior e na investigação científica em França*”, será uma realidade se algo não se fizer. Esta posição das autoridades francesas “*atenta contra a credibilidade da língua portuguesa como instrumento de formação*”. A ADEPBA também disse que está em marcha uma petição, apoiada não só pelo Embaixador português em França, mas que tem igualmente “*o apoio dos lusitanistas e hispanistas em várias universidades francesas*”.

A concretizar-se a “reestruturação” dos currículos na ENS e na EP, segundo professores de diferentes universidades francesas ouvidos pela Lusa, naquelas duas escolas apenas se retêm três línguas europeias – inglês, alemão e espanhol – e “*fazem aparecer com grande força o Chinês ao lado do Árabe*” entre as línguas em que os candidatos às duas escolas podem prestar provas. Na petição pública da ADEPBA, é sublinhado que “*quaisquer que sejam as motivações desta decisão - simples comodidade, economia, pedagogia, notação, etc., elas são dificilmente aceitáveis num estabelecimento onde também se joga o papel e o prestígio da França*”.

Tal como finalmente a ADEPBA frisou, e muito bem, “*a supressão da língua portuguesa nos concursos é tanto mais incompreensível na medida em que se trata de uma língua de grande comunicação internacional falada em cinco continentes*”; e é neste contexto, e antes de prosseguir, que o presidente da ADEPBA recordou precisamente que o português “*é também uma grande língua de negócios entre a França e os países lusófonos*” e refere a importância do Brasil, de Angola e de Portugal, “*terceiro país em termos de exportações francesas e um dos principais parceiros comerciais*” (ADEPBA, 2010).

3 – Português: muitíssimo mais do que apenas uma língua europeia

Neste ponto, o que se ambiciona defender é que a Lusofonia é muito mais do que uma simples língua falada por menos de onze milhões na Europa. É sim uma realidade à escala mundial, com maior incidência no continente sul-americano, e até africano do que propriamente no europeu; apenas no asiático não ultrapassa o milhão de falantes.

Logo, se a política de língua em solo timorense continuar a tomar os seus contornos não só de língua oficial, mas também de comunicação e se tivermos em conta a presença, ainda nos dias de hoje, noutros países asiáticos, tais como Macau, Malásia, Indonésia e Índia, pode-se aqui afirmar que o português tem um futuro risonho à sua frente, ultrapassando sem demoras, e sem grandes dificuldades, o número diminuto dos habitantes dessa pátria que é a Lusitânia, e onde, graças aos imigrantes aí a trabalhar, o número da população conseguiu sofrer algum crescimento, e os quais acabam por ter de aprender a língua para se poderem integrar melhor e serem mais bem aceites.

Agora, o que é fulcral aqui realçar é a veracidade das circunstâncias adversas num contexto nacional, isto é, a política levada a cabo, sobretudo pelo Governo português que se refugia, quase sempre e por qualquer razão, na atual crise económica, para não investir na cultura e particularmente na língua, qual elemento imprescindível na identidade de qualquer ser humano e qualquer país. Não podemos estar sempre à espera que a divulgação, promoção, defesa e propagação da língua estejam sempre nas mãos dos

brasileiros, apesar de se estar convicto que esse é um facto. Se não fosse um país de tais dimensões a lutar pela língua portuguesa e a ter orgulho em falá-la, bem poderíamos estar cientes que um dia o português se resumiria ao retângulo, ou melhor, àquele “jardim à beira-mar plantado”, como muitas vezes Portugal é designado, se continuasse igualmente a haver aquele sentimento nacionalista que o português pertence apenas a Portugal.

Conheço casos de professores portugueses que ainda não conseguiram voltar a Timor-Leste para recomeçarem a lecionar, porque Portugal se encontra com problemas económicos, ao passo que os professores brasileiros já lá se encontram, para ensinar a língua durante o segundo semestre do presente ano letivo. Depois reclama-se que a língua está a desaparecer nalguns locais do mundo. Não podemos esperar que, uma nação tão recente, apesar de ter petróleo, e que sofreu tantos anos de repressão ditatorial de um vizinho esmagadoramente maior, tanto a nível populacional, como a nível geográfico, e que esteve ao abandono com a cumplicidade das mais influentes nações do mundo, que consiga financiar e promover a implantação de uma língua que, apesar de não lhes ser totalmente desconhecida, acabou por sofrer um revés, por estar tão longe dos outros países de língua oficial portuguesa e estar entregue às vontades dos seus ditadores do território vizinho, durante décadas de opressão e do impedimento da utilização da língua dos seus pais e avós. Escusado será dizer que, afortunadamente, Timor-Leste tem a vontade de recuperar o tempo perdido e de adotar o uso da língua portuguesa no seu território, conforme atesta a recente entrevista dada por Xanana Gusmão à Rádio ONU, onde expressamente declarou: “*o idioma ajudou a afirmar a jovem nação do sudeste da Ásia, após a independência da Indonésia em 2002, e deve crescer com as novas gerações (...) as quais já deverão falar português com mais facilidade*”, afirmando ainda que sobretudo devido à “*metade da população timorense ter menos de 15 anos*”.

Logo após a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, ter sido eleita, e depois da assinatura em julho de 2010 entre a RTP – Rádio Televisão Portuguesa e a EBC – Empresa do Brasil de Comunicação, de forma pouco divulgada na altura, foi anunciada finalmente na RTP, a intenção inequívoca de se criar um canal à escala planetária, ao

estilo da CNN, mas desta vez em língua portuguesa. “*Um dos vários pontos em análise será o modelo de negócio e a forma de financiamento, ainda por definir*” (Jornal Económico: 2010), mas já se tem conhecimento que “[a] equipa é aberta às empresas de comunicação social públicas dos outros membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (idem, idem), de maneira a apresentar programas de todos os países de expressão portuguesa, já que, segundo Jorge Lacão, Ministro português dos Assuntos Parlamentares, assim se consegue “*valorizar a língua portuguesa, que é falada por 250 milhões de pessoas em todo o mundo*” (ibidem). Vamos esperar que se passe do papel à ação.

Pensa-se que com este canal televisivo em língua portuguesa, cujo acordo foi assinado pelas duas operadoras de serviço público, se “*pretende promover o intercâmbio de programas e outras obras audiovisuais, a realização de coproduções, o apoio à produção de obras cinematográficas e audiovisuais, a formação profissional e o intercâmbio profissional e técnico, bem como o desenvolvimento de serviços conexos conjuntos, com especial destaque para a área da Internet*” (Jornal Económico: 2010).

Pode ser que com este canal lusófono a língua portuguesa chegue, finalmente, a países tão longínquos como a Malásia e a Indonésia, ou mesmo a Índia, nos quais ainda sobrevivem comunidades que sabem falar português ou que se expressam em dialetos nascidos da língua portuguesa, ávidas em ouvirem a voz dos seus antepassados e de aprofundarem os seus conhecimentos, muitos deles já parcialmente esquecidos.

Na obra “*Mar das Especiarias: a viagem de um português pela Indonésia*”, o autor, Joaquim Magalhães de Castro, menciona e descreve todas as influências que conseguimos deixar na Indonésia, e mesmo depois deste país ter decidido ocupar o outrora Timor português, e sem colonialismos bacocos, a verdade é que mesmo sob um ainda existente islamismo fundamentalista, a administração indonésia nunca conseguiu totalmente impor a sua influência e exterminar por completo, não só as influências religiosas cristãs, nomeadamente a católica, mas sobretudo as tantas palavras que ainda se mantêm vivas provenientes do português, muitas delas escritas e proferidas da mesma forma que qualquer outro lusófono faria.

Vocábulos como *Meninu, pendan, sakristan, Sinhor Algemado*, respetivamente Jesus Menino, pendão, sacristão, Cristo crucificado ou ainda *biola, joget, postoh, prokurador, secretario e tesoreiro*, respetivamente, viola, brinquete, (posto) centro da cidade, procurador, secretário e tesoureiro, ainda estão bem vivos no quotidiano destas populações das ilhas de Pequenas Sundas, entre elas as ilha de Adonara e ilha das Flores – curiosamente nome também dado a umas das ilhas do Arquipélago dos Açores.

Citando Magalhães de Castro, “[*d]e facto, contra o que possa parecer, face ao vasto mosaico religioso-cultural [deste] arquipélago [indonésio], o certo é que a influência portuguesa na Indonésia é imensa, sobretudo se considerarmos que a nossa presença na região se limitou a cerca de cento e cinquenta anos*”. A mesma situação aconteceu com o domínio pelos holandeses “*que procuraram destruir todos os vestígios da nossa influência. Felizmente não lograram a apagar tudo*” (Magalhães de Castro, 2010: 60).

Da mesma forma, foi preciso a China ver a importância de anos de História portuguesa em Macau e perceber a posição estratégica deste território de administração especial para a aprendizagem do português.

De facto, podemos pensar, e até compreender, que existe um interesse particularmente económico centrado no futuro e na expansão da economia chinesa, mas será que durante tantos e imensos anos de administração portuguesa naquele território houve a mesma preocupação, e até os mesmos apoios financeiros, para a aprendizagem da língua de Camões?

Segundo fontes fidedignas macaenses, hoje em dia o ensino do português é financiado em maior escala em Macau presentemente sob administração chinesa, do que durante tantos anos de administração portuguesa.

Tanto a China como o Brasil têm economias prósperas e em franco desenvolvimento e podem dar-se ao luxo de investir na formação de quadros em campos tão específicos como a língua, mas Portugal também não deveria deixar-se levar pelas vontades das grandes potências, nem sempre tentar desculpar-se com o argumento de ser pequenino e dispor de recursos limitados para levar a cabo esta ou aquela empreitada.

Ainda há poucos dias, sob a cumplicidade de muitos eurodeputados, não se votou contra o registo de patentes ser apenas redigido nas três línguas consideradas principais – alemão, francês e inglês – como se não houvesse mais vinte outros idiomas oficiais na União Europeia pertencentes a vinte e sete Estados-Membros. Se continuarmos assim, nem as línguas referidas no capítulo anterior, com inferior número de falantes nativos, têm hipótese de sobreviver dentro das Instituições Europeias.

Antes de se passar ao próximo capítulo e para contrariar esta atitude reducionista das línguas menos faladas na Europa, apesar de serem oficiais no seio das Instituições Europeias, convém citar a posição de um grupo de peritos, liderados pelo escritor libanês Amin Maalouf, a qual pondera que seria compreensível que qualquer “*cidadão europeu selecionaria uma língua pessoal adotiva proveniente de qualquer outro Estado-Membro, sendo também normal que muitos optassem por aprender línguas de outros continentes, idealmente línguas dos grandes países da Ásia, os quais se tornaram grandes parceiros económicos [do Continente Europeu]*” (tradução do inglês, 2008: 18).

Muitas daquelas línguas asiáticas encontram-se entre as 10 línguas maternas mais faladas no mundo e são utilizadas em países cujo desenvolvimento económico real é avassalador, como é o caso da China, da Índia e até da Rússia (sendo este um país pancontinental).

De seguida, apresenta-se uma tabela na qual se pode ver a posição que o português ocupa entre as línguas mais faladas no mundo:

LÍNGUAS	Nº FALANTES NATIVOS	PAÍSES OU ESTADOS ONDE É OFICIAL (ordem alfabética)
1 – Chinês: Mandarim/ Cantonês	1,210,000,000	China, Hong-Kong, Macau, Singapura, Taiwan.
2 – Hindí	487,000,000	Índia.
3 – Espanhol (Castelhano)	358,000,000	Argentina, Andorra, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela (nos Estados Unidos da América e Belize, não é oficial, mas há uma grande presença de falantes).

4 – Inglês	341,000,000	Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Índia, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido (entre mais outros 46 estados e muitas vezes como segunda língua oficial).
5 – Árabe	320,000,000	Arábia Saudita, Argélia, Barém, Comores, Chade, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Eritreia, Iémen, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Qatar, Saara Ocidental, Síria, Somália, Sudão, Tunísia.
6 – Português	250,000,000	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, (Galiza e Macau).
7 – Bengalês	207,000,000	Bangladesh, Índia (Estados de Bengala Ocidental e Tripura).
8 – Russo	164,000,000	Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia (Gagaúzia e Transnístria), Monte Athos (Estado Monástico Autónomo da Montanha Sagrada – península da Grécia), Quirguistão, Rússia, Turcomenistão e Ucrânia (Crimeia e Sebastopol).
9 – Japonês	127,000,000	Japão e Palau (Angaur).
10 – Alemão	110,000,000	Áustria, Bélgica, Listenstaine, Luxemburgo, República Federal da Alemanha, Suíça.

Curiosamente e como se pôde verificar pelo quadro supra-apresentado, a língua francesa não é, de todo, uma das línguas nativas mais faladas no mundo, apesar de estar presente em muitos países africanos como a segunda língua oficial. De facto, a França pratica uma política, tal como referido anteriormente, de não-aceitação das línguas minoritárias faladas no seu país, dando-lhes pouca visibilidade, atitude esta que acaba por desrespeitar as minorias e a subsistência de línguas tão importantes como outras quaisquer e que aquele estudo do grupo de peritos de Amin Maalouf acaba por condenar; além disso, “*aconselha também a que as relações bilaterais (...) se façam nas línguas dos países envolvidos – e não em inglês*” (idem, idem).

O que se pretende aqui demonstrar é que outros países onde o português é uma língua minoritária, como por exemplo na Índia, Indonésia, Malásia ou mesmo na Espanha ou no Paraguai, aquela não tem a mínima hipótese de sobreviver, e se os países lusófonos não adotarem uma posição proativa, dentro de poucos anos o português desaparecerá por completo daqueles territórios. A contrariar esta tendência, no entanto, há um caso

excecional de um país africano, a Guiné Equatorial, que decidiu adotar a língua portuguesa como oficial em 2007 – mais à frente abordar-se-á este facto.

4 – Afirmação Lusófona na Ásia: Macau como plataforma

Sendo o português uma das línguas mais faladas no mundo, para que o português (re)tome a sua posição de destaque na Ásia, é para todos imprescindível que se estabeleça imediatamente uma ligação, não só afetiva, a qual já existe, mas sobretudo institucional da parte do Brasil e de Portugal. Se a língua portuguesa já é uma realidade em Macau, devido ao interesse que a China tece por aquela língua devido à vontade de se expandir comercialmente para os PALOP's, seria também muito importante que a Malásia pudesse contar com uma língua em franca expansão, estando presente em todos os cantos do mundo, não só através de lusofalantes nativos, mas também através das comunidades migrantes, nomeadamente em Malaca.

É verdade que a Lusofonia já se encontra igualmente em solo Timorense, propriamente dita como língua oficial, onde o Português foi tido como uma língua de importância estratégica histórica, a qual une Timor-Leste aos outros países de língua portuguesa, mas seria imprescindível, neste momento, apostar definitiva e cabalmente na implantação da língua portuguesa, que ainda é uma realidade, em terras malaias, mais concretamente em Malaca, podendo vir a fixar professores lusófonos em Malaca para a divulgação, ensino e propagação da língua portuguesa. Não obstante, apesar de se ter tentado estender o XV Colóquio da Lusofonia a ter lugar em Macau até Goa e Malaca, o certo é que não houve um apoio concreto de instituições portuguesas para levar a AICL àquelas duas regiões onde há presença de lusofalantes como atesta Gonçalo Cadilhe na sua obra “Nos Passos de Magalhães”.

Os portugueses não se podem fazer valer simplesmente da epopeia histórica que levaram a cabo durante o Renascimento, nem do facto de o mundo ter, no final do século XV, estado dividido entre espanhóis e portugueses ao abrigo do Tratado de Tordesilhas. Nesta mesma linha de pensamento, Carlos Lopes, diretor executivo do Instituto das

Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR), disse à Lusa que “[m]uitos projetos de promoção da língua portuguesa pecam por serem carregados de simbolismo e não serem pragmáticos” (Lusa: 2010).

Por conseguinte, nos dias de hoje, os políticos devem tomar atitudes concretas como Xanana Gusmão: “O português parece-me mais como um instrumento de identidade. Somos diferentes pela história e pela cultura e aí é que nós nos apegamos. Somos Timor-Leste por causa da presença portuguesa, que nos deu uma identidade e o direito de sermos um povo”, por isso mesmo a língua portuguesa continuará a ser ensinada e a ser implementada em território timorense.

Mais uma vez foram outros países que resolveram dinamizar a Lusofonia. Na última Exposição Internacional, a qual teve lugar em 2010, em Xangai – China, Macau teve o cuidado de reservar um pavilhão exclusivamente para os países de expressão portuguesa, algo que é de exaltar, tendo em conta que Macau já se tornou independente de Portugal em 1999, mas que não pretende prescindir nem afastar-se das suas ligações socioculturais e históricas. Macau não é somente uma ponte de união entre a China e os países de língua oficial portuguesa, é também, e pretende sê-lo, “uma plataforma efetiva” (traduzida do inglês – Macao magazine, 2010: 6) entre as relações comerciais entre a China e os países onde se fala português.

“As autoridades Chinesas ainda decidiram que Macau seria o ponto de ligação entre as reuniões ministeriais permanentes do fórum das relações sino-lusófonas além de assegurar o secretariado daquelas reuniões” (idem, idem). Estas ligações comerciais têm mais ênfase nos setores de atividade da agricultura, minas, construção e finanças (ibidem: 7).

5 – Onde está presente a Língua Portuguesa e onde poderá vir a estar?

Uma das formas mais assinaláveis da divulgação da cultura e *modus vivendi* de um povo passa pela tradução literária e é aqui que a formação e aprendizagem de línguas estrangeiras acaba por poder favorecer o português, não só ao nível da interpretação, mas

sobretudo ao nível da tradução. A Literatura é um retrato de um povo e não apenas o retrato de um génio que inspirou o autor. Indubitavelmente, os tradutores da literatura portuguesa e, por extensão, da literatura de matriz açoriana são os agentes responsáveis pela difusão da cultura portuguesa em territórios além-fronteiras, os quais são também a ponte de ligação entre as duas culturas – a da cultura da língua de partida e a cultura da língua de chegada.

É através da aprendizagem, neste caso específico, de português como língua estrangeira que se tem conseguido traduzir autores açorianos, por exemplo, e outros tantos lusófonos, em variadíssimas outras línguas. Algo que se conclui positivo pelo facto de a língua portuguesa ser, pelo menos, estudada à dimensão europeia, apesar de, tal como abordado em alíneas anteriores, também na China. E é aqui que o provérbio eslovaco "aprende línguas e serás alguém" assenta cabalmente. Ao longo destes últimos anos nos Colóquios da Lusofonia, tem-se assistido à tradução em grande escala de Literatura Portuguesa por tradutores que, na sua maioria, são falantes de outras línguas de raiz indoeuropeia, especialmente de línguas do Leste Europeu que, tal como Chrystello afirmou num dos seus artigos de opinião, “[os tais falantes] têm bastante facilidade em aprender a nossa língua”.

Ora, isto converte-se, de certa forma, numa plataforma para o (re)lançamento do português como uma língua de trabalho em várias organizações de renome. Sabe-se que já tem presença permanente no quotidiano institucional europeu, mas ainda poderá vir a ser, otimisticamente, uma língua oficial no âmbito da ONU e é também existente no seio de outras instituições. Todas elas são: o MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, a União Africana, a UNASUL – União de Nações Sul Americanas, a OEA – Organização dos Estados Americanos, a CPLP – Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, a União Latina e, talvez a mais desconhecida, a EUROLAT – Assembleia Parlamentar Euro-Latina-Americana, a qual foi fundada em 2006, para a União Europeia poder dialogar e estabelecer acordos com os países do CARIFORUM, composto por estados da Comunidade das Caraíbas – CARICOM, juntamente com a República Dominicana. E

ainda, conforme diz o próprio nome formal, o português ainda aparece como oficial na Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa

Tendo em conta a mais recente instituição, a EUROLAT, pode-se tomar como um ponto positivo o facto de o português fazer parte das línguas oficiais desta Assembleia, apenas a par de outras três línguas; a saber: castelhano, francês e inglês.

Por último, conforme indicado no ponto três deste artigo, a Guiné Equatorial devido à sua proximidade geográfica e comercial com alguns países de expressão portuguesa, demonstrou interesse em entrar na CPLP e como uma das condições *sine qua non* é falar português, adotou-a como língua oficial. Não obstante, por causa dos membros da CPLP também exigirem que a Guiné Equatorial leve a cabo políticas democráticas para ser definitivamente aceite no seio da CPLP, ainda não há notícias da verdadeira implantação do português no território. De qualquer maneira, a Guiné Equatorial está a aguardar que os países membros a apoiem a formar professores que possam vir a ensinar a língua portuguesa e que permita divulgar o português no seu país, para além de esperar que aqueles países lusófonos acolham estudantes guinéu-equatorianos para aprofundarem definitivamente a nossa língua.

6 – Conclusão

Em suma, conclui-se que o português tem ainda, de certa forma, um longo caminho a percorrer no que toca à sua representação como língua de afirmação não só no mundo comercial, mas também como veículo cultural. Sabe-se que, aproximadamente, duas em cada três crianças que nascem em Portugal são filhos de “estrangeiros” a trabalhar em Portugal. Colocou-se estrangeiros entre aspas, porque não se considera que uma pessoa seja estrangeira num país onde trabalhe, faça os seus descontos, se sinta bem, e, sobretudo, contribua tal como qualquer outro habitante nacional, para o desenvolvimento e aumento da capacidade económica, social e cultural do país onde está inserido.

Tendo também como base o referido estudo do Grupo de Peritos apoiado pela Comissão Europeia, pode-se afirmar que um possível cliente ou comprador aceita muito

mais facilmente fechar um negócio se o interlocutor falar a sua língua, ou pelo menos conhecer a sua cultura, tentando entoar algumas palavras na língua materna do destinatário, do que aquele que utiliza uma terceira língua, diferente de ambos os intervenientes no negócio, a qual, talvez, possa ser o inglês, por se ter tornado a *língua franca* do fim do século passado e do início do presente.

Com esta ideia em mente, urge lutar pela presença da nossa língua em várias instituições internacionais e não tão unicamente nas referenciadas acima, como por exemplo nas Nações Unidas. Nos campos político e também comercial, aquela ideia levamos a crer que a língua portuguesa poderá tomar um papel preponderante nas relações comerciais e políticas, já que o Brasil é uma potência em franco crescimento e não prescinde da sua língua materna aquando da sua atuação no mundo globalizado dos dias que correm. Esta atitude louvável, que muitas vezes os próprios portugueses não abraçam, tem dado vida e importância à língua portuguesa e exigido veladamente a imposição a outros países de aprenderem o português de forma a poderem comunicar com um dos seus principais parceiros a nível de exportações e importações, tal como é o caso da China, a qual utiliza sagazmente Macau como a porta de entrada e saída daquelas relações comerciais numa língua que se quer mais dinâmica e de maior influência nos dias de hoje.

Neste caso, o inglês, não conseguiu impor a sua hegemonia nas relações comerciais destes grandes gigantes do comércio internacional dos finais do século XX e, sem sombra de dúvida, do século XXI. Estas duas nações impuseram-se a nível comercial e o Brasil passou, por exemplo, de devedor a credor do Fundo Monetário Internacional.

Depois de serem apresentados todos os pontos anteriores, pode-se rematar que a língua é a alma de um povo e segundo Carlos Reis declarou – algo que é uma grande esperança para a língua portuguesa: “*respeitando os dados constantes da Enciclopédia Ethnologue, o português [é] a sexta língua materna com maior expansão a nível mundial, sendo mesmo um dos raros idiomas que detém o estatuto de língua materna em Estados ou Territórios dos quatro continentes*”.

Portanto, pode concluir-se que a importância estratégica da língua portuguesa é tão imensa quanto a ponte obrigatória para o diálogo e relacionamento social, económico e cultural com outros blocos regionais. “[As] *previsões das Nações Unidas apontam para 286 milhões de falantes da língua portuguesa em 2025, e admitem que o número atinja os 336 milhões em 2050*” (Reis, 2005).

Com a certeza que o português começará a ter maior e melhor aceitação a nível internacional e que as línguas são o veículo de comunicação mais importante numa sociedade cada vez mais exigente, cita-se, em tom de conclusão, Martí, um cantor occitano, também referido por Jean-Baptiste Nardi, o qual defende que a sua identidade nunca deve ser posta em causa e que cada língua deve ser estudada, independentemente do número de falantes nativos vivos de uma determinada língua à escala planetária:

*“Mas perquè, perquè
M’an pas dit a l’escòla
La lenga de mon país?”*

Biblio e Webgrafia:

- ADEPBA – Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Portugueses, Brasileiros e da África e da Ásia Lusófonas (2010), http://www.pt-comunidades.com/index.php?option=com_content&view=article&id=570:franca-peticao-alerta-para-supressao-do-portugues-em-duas-instituicoes-de-ensino-uperior&catid=42:comunidade-eu&Itemid=251, consultado em 5 de março de 2011.
- Bechara, Evanildo, entrevista ao jornal 'O Público', ed. 10 de junho de 2010.
- Cadilhe, Gonçalo (2008), *Nos Passos de Magalhães*, Lisboa: Oficina do Livro.
- Casteleiro, João Malaca, entrevista ao jornal Sol, ed. 11 de janeiro de 2008.
- Chrystello, J. Chrys (2009), *CrónicasAçores: uma circum-navegação*, Ponta Delgada – Açores, VerAçor – Editores.
- Jornal Económico, http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-e-brasil-querem-criar-canal-de-televisao-lusofono_95625.html, consultado em 6 de março de 2011.
- Infopédia (2010), <http://www.infopedia.pt/>, consultada em 4 de março de 2011.
- Macao Magazine (julho de 2010), *Expo Shanghai'2010*, Macau: Gabinete de Informação do Governo da Região Administrativa de Macau da República Popular da China (RAEM).
- Magalhães de Castro, Joaquim (2010), *Mar das Especiarias: a viagem de um português pela Indonésia*, Lisboa: Editorial Presença.
- Maalouf, Amin (2008), líder do Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural, levado a cabo por uma Iniciativa da Comissão Europeia: *A Rewarding Challenge - How the Multiplicity of Languages Could Strengthen Europe*, Bruxelas.
- Nardi, Jean-Baptiste (2003), *As múltiplas faces da memória: territórios e cenários das lembranças*, Campinas – São Paulo,

www.apreis.org/docs/bresil/Lang.minor.mem_jbnardi_vp.pdf, consultado em 5 março 2011.
 Porto Editora (2011), mensagem eletrónica enviada a todos os seus clientes, a 3 março 2011.
 Queirós, José, (2010), Provedor do Leitor do Jornal 'O Público', a 4 de março de 2011.
 Reis, Carlos (2005), Além-Mar, Povos e Culturas – *Línguas: Diversidade Cultural em Vias de Extinção*,
<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFZyZyklVawqCqSok>,
 consultado em 4 de março de 2008
 Venuti, Lawrence (1995), *The Translator's Invisibility – A History of Translation*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
www.destak.pt/artigo/78490-promocao-peca-por-ser-carregada-de-simbolismo-e-falta-de-pragmatismo, publicado a 25 de outubro de 2010 e consultado em 5 de março de 2011.
www.lusofonias.net/acordo%20ortografico/index.htm, consultado em 5 de março de 2011.

43) VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR AÇORIANO, CONVIDADO ESPECIAL DOS COLÓQUIOS NO BIÊNIO 2010-2011



VASCO PEREIRA DA COSTA nasceu em Angra do Heroísmo, no ano de 1948. Professor do ensino secundário durante vários anos, esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra.

Desempenhou funções de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra.

Tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos em Portugal e nos EUA, Brasil, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Itália. Integrou o grupo de trabalho "Culture sans frontières" da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média

Em representação da A. P. E. tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de poesia.

Foi representante de Portugal no programa FAULT LINES da True and Reconciliation Commission da República da África do Sul.

Tem trabalhado para a rádio e para a televisão em programas de índole literária e cultural e exercido, nesta área, funções de consultor para programas infantis.

Foi diretor regional da cultura dos Açores (2003-2008) e antes disso foi cônsul honorário de França em Coimbra.

Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD)

INTEGRA A COMITIVA OFICIAL DOS COLÓQUIOS A MACAU EM 2011 COMO ESCRITOR CONVIDADO.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL

PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS:

Nas Escadas do Império: Contos. (1978) Coimbra, Centelha

Amanhece a Cidade, romance. (19

Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, (1980) novela; ed. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Lisboa.

Ilhíada; (1981), (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. "Gaivota".

[Plantador de Palavras, Vendedor de Lérias, 1.º Prémio Torça de 1984; \(ler extrato aqui\)](#), (1984) Coimbra, Câmara Municipal,

Memória Breve, (1987) contos. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura

Terras; (1997), (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Riscos de Marear; (1992) (poesia) Ponta Delgada : Eurosigno

Sobre-Ripas-Sobre-Rimas; (1994), Coimbra: Minerva

My Californian Friends; (1999), ed. Gávea-Brown:

[My Californian Friends \(2ª Edição\)](#) (2000) Viseu, Palimage Editores

Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, novela;

Memória Breve, contos

Lançará um novo livro em Macau



Além do mais é pintor, com o pseudónimo Manuel Policarpo.

As suas mais recentes Exposições de Pintura ocorreram em 12 de junho de 2009, no Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, depois na Ilha Terceira e em outubro 2009 em São Miguel (Portas do Mar).

Intitulavam-se *As Ilhas Conhecidas - Cartografia e Iconografia*.

Pintura crítica do Espírito Santo..."





Manuel Policarpo por Vasco Pereira da Costa in

<http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php>

Manuel Policarpo é oriundo da ilha do Pico. Com rápida passagem pela Terceira, desde há muito que vai calcorreando o mundo. Contudo, quando lhe perguntam onde nasceu, responde, mitificando:

*nasci numa ilha
por cima do mundo.*

Alardeia que é circunstância do tempo e dos espaços e que apenas caminha por onde o levam seus próprios passos. Mas reclama a sua condição de intelectual europeu e, por isso, mantém uma ativa distância por tudo o que é localista, regionalista, nacionalista, com pavor por toda a manifestação chauvinista.

Vagamundeou o planeta – a Europa, antes de mais, onde descobre a latinidade e o romanismo como essência do aprendizado; as áfrias, de que não detém nem ao menos os cheiros; as américas que o deslumbram de Norte a Sul; as árias que o inebriam, mas que lhe deixam, apenas, fugazes miradas que, a custo, guarda na memória. Reconhece, no entanto, ser ilhéu do Atlântico, reivindicando a ancestralidade de povoador primeiro dos Açores, reproduzindo, sobretudo, por mor de um tal capitão Thomé Gregório Ramalho, fecundador insaciável da Prainha do Norte, e de um tal João Salinas, escravo dos religiosos de São Francisco de Angra, putativo pai de uma pequena que vem a casar com

Manuel de Barcelos, do melhor semental do Ramo Grande da Terceira: escravo e senhor, assim organiza o seu código genético.

Aprendeu as capacidades expressivas da cor, primeiramente com a mãe, artista do efêmero, artífice de flores de açúcar, hábil manuseadora dos corantes for cooking effects (special effects...), que deslumbravam a burguesia angrense. Aliás, em entrevista a um diário português entretanto desaparecido, em 1978, considera que a gastronomia é a mais próxima arte da pintura. Mas também aprendeu as pinceladas infantis com velhas tias, que matavam as tardes húmidas esticando telas, bordando panos, repetindo mortas naturezas, moribundas cenas de caça, ingénuas representações etnográficas.

Depois, partiu, sem bilhete de retorno, à descoberta de sítios, paisagens, museus, mausoléus, poetas, escultores, pintores, gente, cidades com gente dentro, campos infindos com alma pressentida. Correu o Vale de Santarém, Ceca, Meca, a Casa do Diabo, o Cu de Judas, a Canada do Briado... Nunca tirou fotografias, com a presunção de que as pupilas dos olhos estabeleceriam free connection com os infindáveis rams da memória, e que guardaria no disco duro os motivos essenciais do que quereria figurar. Enganou-se: reconhece, hoje, que muito jeito lhe daria uma oficina que procedesse a um upgrade no disco duro da moleirinha.

Nunca vendeu um quadro, vejam bem.

Afirma, no entanto, ter olhos de cartógrafo, mãos impulsivas, índole de gravador. Experimenta, experimenta sempre, nunca estabelecendo, a priori, a técnica que vai utilizar. Deslumbra-se com o exótico, e vai inscrevendo mapas, rotas, mitos, símbolos...crendo, assim simular, em síntese, o que viu em vasos gregos, em paper-rocks indo-americanos, nos flamengos prediletos, nos impressionistas afeiçoados, nos contemporâneos ousados. Confuso, portanto.

Por isso dele dizem: é um poseur! – alça a sobranceira esquerda por detrás das lentes do estigmatismo com desdenhoso trejeito perante a mediocridade e, tão só porque peregrinou as sete partidas e já tem cãs sobejas e aprendizagens múltiplas, nem sequer reage aos que o sussurram como dileitante, cultivando uma ironia que, por vezes, roça o sarcasmo impiedoso.

- 'Tou-me maribando! – proclama do pico do Pico da sua altivez senhoril, do cume da sua libertada escravidão, do topo da sabedoria que lhe concedeu o passadio.

Nunca vendeu um quadro, mas tem uma invejada coleção de arte, que foi construindo através de trocas com pintores conhecidos e ignorados – desde o Camboja, Rajastão, franças e araganças, quase todas as presque-îles. E, assim, as suas obras estão dependuradas nos muros dos quintos do mundo.

Afirmam os amigos mais íntimos que do que gosta, mesmo é da blague. E ninguém, como ele, de um modo muito vencidista-esquerdelhista, conforme à sua feição de incorrigível vieux soixante-buitard, négligé soigné, cultiva a amizade seletiva, libertária, boémia e transgressora.

Donde, custa a entender por que, finalmente, resolve mostrar, em exibição, o que tem feito. Por mim, que o conheço há perto de sessenta anos, creio que é por amor às suas ilhíadas (ao Pico e à Terceira de afeições terrunhas, primacialmente) e também por vínculos de fraternidade a Dimas Simas Lopes, condiscípulo, utópico como ele que resolve

sustentar uma galeria no não-lugar, cartografado no Terreiro do Galhardo, Ladeira Branca, freguesia da Feteira, ilha Terceira, Açores, omphalós, do planeta.

Vasco Pereira da Costa



Tema 3.5 “Angra do Heroísmo – escala universal da literatura”? VASCO PEREIRA DA COSTA

Angra – universal escala da literatura

Gaspar Frutuoso, primeiro cronista das ilhas atlânticas, registou em *Saudades da Terra* que a ilha Terceira e a sua cidade de Angra eram *a escala universal do mar poente*, posto que à enseada aportavam as especiarias das índias orientais e o ouro e a prata das índias ocidentais.

Emanuel Félix, num opúsculo publicado em 1970, *Angra no último quartel do séc XVI*, evoca os escritos de João Hugo Van Linschoten, um mercador e explorador neerlandês que, na sequência de um naufrágio, aportou a Angra, elaborando um belo mapa da cidade e anotando um rol de curiosidades sobre a vida daquela *pequena Lisboa*. Ainda no século XVI, Pompeo Ardití, natural de Urbino, arquiteto contratado por D. Sebastião para elaborar planos de defesa das ilhas, descreve a *città molto bella, e bene acasata*.

Assinale-se, no século XVII, o *Espelho Cristalino* de frei Diogo das Chagas e, na transição para setecentos, o Padre António Cordeiro com a sua *História Insulana*, contendo ambas as obras de cariz historiográfico, referências e curiosas pequenas narrativas que aproximam as crónicas da índole ficcional.

Contudo, o registo histórico raramente coincide com os géneros literários, se bem que, alguns casos, os cronistas se deixem seduzir pelo maravilhoso, sobretudo quando a sua condição de eclesiásticos lhes impõe a explanação de milagres e a necessidade de atear nos mortais fumos de santidade: e, então, fundem-se a realidade e a fantasia.

As crónicas destes primeiros narradores da história açoriana permitem, no entanto, aos poetas e ficcionistas gizar cenários, desenhar personagens, desdobrar panos de fundo, adotar pré-textos, porque os marcos históricos da cidade de Angra constituem um manancial aliciante para os escritores. Deste modo, o povoamento e as tentativas de descoberta de terras a Ocidente dos Açores; a mercancia de ouro e de especiarias com toda a carga de aventura e de trágico marítimo; o exílio de personalidades como D. Afonso VI, de Gungunhana, do Marechal Gomes da Costa, de opositores ao regime fascista que fizeram das fortalezas angrenses os primeiros tarrafais; a resistência aos Filipes criando figuras míticas como Brianda Pereira e mitificando individualidades como D. António Prior do Crato e D. Violante do Canto; o facto de Angra ter acolhido o exército liberal e de ter sido capital do Reino com a presença de D. Pedro IV; a emigração para o Brasil, Estados Unidos e Canadá; a instalação de ingleses e americanos durante a segunda guerra mundial – toda esta carga factual constitui um manancial que os escritores irão explorar a partir do Romantismo.

Isto faz com que a cidade de Angra, a tal *pequena Lisboa* de que falava Frutuoso seja das cidades com mais referências na literatura portuguesa, não escapando, também, à atenção de alguns escritores estrangeiros. Por isso, à semelhança do que fez Eugénio de Andrade relativamente a Coimbra, compilando textos numa antologia que intitulou *Memórias da Alegria*, trabalho, neste momento, na organização de uma coletânea sobre Angra, com esta particularidade de não ser Coimbra uma cidade de nascimento de muitos escritores – Sá de Miranda, Camilo Pessanha e outros, poucos, ao passo que Angra confirma aquilo que venho propalando desde há algum tempo: que a produção leiteira só é suplantada pela produção poética.

A contenção de tempo, hoje e aqui, não irá possibilitar uma amostragem exaustiva dessas referências literárias e irá surgir, almejo eu, como um pórtico para o

reconhecimento da minha cidade de maravilha – então não sou eu o maior e único escritor vivo da rua Direita? Irei, portanto, ater-me a tantos exemplos, enumerando, no final, os escritores em cujas obras figura a cidade de Angra.

Sem preocupações cronológicas, começaria por Manuel Alegre, que, em Tanto Mar/Livro dos Açores, dedica quatro sonetos a Miguel Corte-Real, filho do primeiro capitão do donatário de Angra, mitificado navegador pré-colombiano pelas Américas. Desses quatro poemas, selecionei o primeiro:

*Eu não sabia ainda o que é o mar:
Sei agora este amor como um navio
Meu Regimento do Astrolábio e do Quadrante
Meu Tratado da Esfera e da Arte de Marear.*

*Passarei como Gil Eanes além da espuma
Morrerei como Magalhães na praia de Mazaguá
Navegarei em busca de Gaspar
O que chegou à América e não voltou.*

*Eu não sabia ainda o que era o mar.
Sei agora este amor: teu corpo azul
Sobre o lençol dos dias. Partirei*

*Para o teu continente, ó minha Atlântida.
Dizei a Vasqueanes meu irmão
Que também eu não voltarei.*

Dando um salto no tempo, mas, atendo-me aos acontecimentos históricos que anteriormente enumerei, socorro-me de Almeida Garrett, que em Angra recebeu a sua formação inicial tutelada por seu tio, o prelado D. Frei Alexandre da Sagrada Família. Numa nota à cena em que, no Frei Luís de Sousa, Maria descreve o retrato de D. Sebastião, Garrett esclarece: *De todos os retratos que sei existirem, creio que o mais autêntico é o que está, ou estava, pelo menos até 1828, em Angra, na ilha Terceira, no palácio do governo, que antigamente era o Colégio dos Jesuítas. É tradição ter sido para ali mandado por el-rei mesmo em sua vida. Muitas vezes contemplei aquele retrato na sua mocidade e por ele é feita a descrição que pus na boca de Maria.* Adianto que o retrato já lá não está há tempos largos.

Aproveito a presença de Garrett, e, digressionando como ele, para ir até às *Viagens na Minha Terra*. Aqui se alude, na *Carta de Carlos a Joaninha* a uma tal Soledade, freira no convento de São Gonçalo. *Naquele escolho no meio do mar, chamado a ilha Terceira, o herói da novela é levado à grade de um convento. Diz a Carta: O meu ar triste, distraído, indiferente, excitou a piedade das monjas. Uma delas, jovem, ardente, apaixonada, quis tomar a empresa de me consolar...Era Soledade que se chamava a freirinha.*

Esta mesma freirinha é alvo da conversa dos soldados liberais no Vale de Santarém:

-«O nosso capitão não se descuida; Ainda hoje chegou e já...»
-«O nosso capitão é daqui: não sabes?», retrucou o outro.
-«Silêncio! Eu te direi logo a história toda: é uma prima», murmurou um terceiro.
-«Ah! É prima. Então não há nada que dizer»
-«Prima, a menina dos rouxinóis?! Essa é maluca».
-«Que queres? Gosta delas assim, que, afinal, ele também o é».
-«E a freira de São Gonçalo na Terceira?»
-«Maluca».
-E a lady inglesa, que...»
-«Maluquíssima».

Mas sobre os amores freiráticos, muitas referências existem. O duque de Lauzun, que participou na expedição dos franceses à América, na Guerra da Independência, no regresso à Europa, arriba a Angra. E, nas suas *Mémoires* assim diz: *Je n'ai jamais vu de moeurs plus bizarres et mêler si plaisement l'amour de Dieu à l'autre.*

Um outro francês, o Conde de Ségur, na volta da América em 1792, também regista nas suas *Memórias* a passagem por Angra. De entre outras curiosidades, assinala o fandango dançado pelo bispo; visitas a um convento e descrição da dinâmica amorosa; visita ao governador e o estranho vestuário do seu filho.

Ainda no âmbito da literatura memorialista, citemos as *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, acompanhante dos Liberais:

O convento de São Gonçalo era um grande recurso para a oficialidade dos corpos, principiando pelo General. Todos tinham ali um derriço., como lhe chamavam, e nunca vi nada mais ridículo do que uma quinta-feira de endoenças na igreja daquele mosteiro. As lamentações eram aplaudidas com o mesmo entusiasmo das árias e cavatinas no teatro de São Carlos.

De igual modo, o Visconde da Luz ficou marcado pelo seu derriço durante a estada do exército liberal. Seu filho, Eduardo Montufar Barreiros, publicou em 1904 dois volumes de

um *journal* em dois volumes com o título *Os papéis de meu Pai* e aí se identifica pelas iniciais D.F. a noviça que tanto perturbou o oficial-engenheiro de fortificações.

Deixo em paz as pobres freiras e, não saindo do período do Liberalismo, sinalizo uma obra de um escritor angrense, Faustino da Fonseca que escreveu um romance cujo título é bem elucidativo: *Os Bravos do Mindelo*. Nele há descrições muito interessantes da angra daquele tempo. Deixo apenas esta:

Rompeu no castelo o toque da alvorada, o eco vibrante do clarim dando o sinal do batalhão, e o terno de cometas atacou as notas baixas, até se casarem num hino ao triunfal raiar da aurora. Passavam chocalhos de machos carregados de trigo para os moinhos do Pisão.

Apregoavam leite homens do monte, vindos da Ribeirinha, barba ruiva, pé descalço, vestidos de linho branco alvo de neve, a camisola presa no pescoço por botões de ouro, carapucinha preta com orelhas vermelhas, pequena como a palma da mão, posta à banda num elegante equilíbrio, batendo o bordão com rendilhados na ponteira; rolhas de pasto no bico negro das cabaças defumadas, com pontos e cordel em fendas, por onde o leite gotejava, aos solavancos do pau posto ao ombro esquerdo.

Apregoavam rapa, vergando a grandes molhos, pastores, ansiosos por se livrarem da carga, trazida desde noite do mato.

Chiavam carros numa orgulhosa competência, irritando em furiosos latidos os cães das quintas. Soaram trindades em Santa Luzia, vibrou na alegria da madrugada esse toque de sino, impregnado ao pôr do sol pela melancolia da tarde; seguiu-se-lhe o repique anunciando a festa; tocaram na Sé à missa das almas.

Na segunda metade do século XIX, referirei dois autores da geração de setenta: Antero e Eça.

De Antero, respigo uma carta endereçada a Oliveira Martins, datada de Angra, a 26 de junho de 1874, onde fora tratar-se com um médico homeopata. Diz assim:

Escrevo-lhe da ilha Terceira. Aqui nos Açores há um provérbio que reza: "S. Miguel, burgueses ricos; Terceira fidalgotes pobres; Faial, contrabandistas espertos." Com efeito, a Terceira é uma terra essencialmente portuguesa e peninsular: fidalguia, pobreza, touros, insouciance sóbria e filosófica, entusiasmo, bizzaria e parlapatices, numa palavra, os defeitos e as qualidades correspondentes ao idealismo peninsular que Você bem conhece e não menos bem descreveu já.

É quanto basta para que Você compreenda quanto tenho gostado disto, eu que de dia para dia me vou sentindo mais português, mais descubro em mim a fibra nacional e mais preciso pôr-me em comunhão com a alma coletiva.

De Eça, socorro-me da *Correspondência de Fradique Mendes*. O romancista aponta a sua descendência açoriana: *Carlos Fradique Mendes pertencia a uma velha e rica família dos Açores; e descendia por varonia do navegador D. Lopo Mendes, filho segundo da*

*Casa da Troba, e donatário de uma das primeiras capitánias criadas por começos do século XVI. E é nas palavras do próprio Fradique que ficamos a saber que ...quando fiz onze anos, minha avó, de repente, para me **habituár às coisas duras da vida** (como ela dizia), arrancou-me ao pachorrento ensino do Padre Nunes, e mandou-me a uma escola chamada **Terceirense**.*

Entremos agora pelo século XX e vamos às *Ilhas Desconhecidas* de Raul Brandão:

O navio fundeia na Terceira, num vasto semicírculo. Fechado ao norte pelo Monte Brasil e do outro lado pela ilha das Cabras. Está um calor surdo. Demoro-me a olhar a cidade, donde irrompe uma pirâmide amarela, o monumento a D. Pedro IV. Num plano mais afastado, alguns montes escavados. É Braga, Braga com mais regularidade nas ruas, mais cal nas paredes, e que lhe deu na veneta para ser praia, estendendo até à beira-mar os seus conventos e as suas igrejas pesadas, com um forte em cada extremidade. Na rua andam mulheres de capote negro, apertado na cinta e formando concha sobre a cabeça, e raparigas do povo com o lenço atado só com um nó e deixando ver as madeixas: - são as solteiras; as casadas escondem todo o cabelo e atam duas vezes o lenço no pescoço. Foi aqui que vi as mais lindas figuras de mulheres dos Açores – tipos peninsulares, de cabelos negros e olhos negros retintos.

São tantas as referências a Angra na obra de Vitorino Nemésio que teria que vos falar praticamente da obra completa. Bastará referir que foi um editor de Angra, Manuel Francisco Andrade, que editou o seu primeiro livrinho de versos e que, quer em prosa, quer em verso, quer em crónica, a cidade de Angra é tema e cenário obsidiantes. Só este autor daria para um volume da antologia em que trabalho.

Mudemos de tema, mudemos de autor. Vamos até ao tema do exílio. Coopto Urbano Bettencourt que, em *Algumas das cidades*, aborda a estada do Régulo dos Vátuas no presídio de São João Batista: *Há um rumor de passos na sombra destas pedras, inutilmente buscarão os caminhos de regresso a um reino de África. Alguém nos dirá se as cartas de Gungunhana iludem o tempo apenas ou, como a teia de Penélope, prolongam a espera e a esperança, prorrogando o instante da negação? É certo que generais e bispos o fizeram sargento católico e cristão e desse modo dilataram a fé e o império sem sair do quintal, mas quem poderá desvendar os recantos mais secretos de um homem ou interpretar os desígnios que os seus gestos transfiguram e mascaram?*

No *“Tratado de Vária História Dramática Insulana”* de autor anónimo do final do século, não são, aliás, raros esses casos de exilados mais ou menos voluntários

despejados na ilha central do arquipélago por entre a hospitalidade curiosa e o espanto de uma população menos propensa, todavia, a comover-se com o infortúnio de um soba arrancado à imensidão do espaço africano do que com as mágoas e as dores de um rei corno ou doido que um erro administrativo fizera despachar para a ilha ainda antes da inauguração da Casa Amarela.

Este rei corno ou doido é D. Afonso VI, personagem central de **A Solidão da Casa do Regalo**, texto dramático de Álvaro Oliveira. Cumpre aqui dizer que, se há um escritor de Angra, ele é Álvaro Oliveira, que em todos os géneros literários tem celebrado a cidade em todos os seus encantos e em todas as suas vilezas. Os limites de tempo impedem-me de referir, aqui, a qualidade dos seus textos, mas leiam, apenas, **Pátio da Alfândega Meia Noite** e apreenderão as minhas razões.

Irei, de seguida, não saindo do tema do exílio e da prisão, apresentar um excerto de um conto extraído da coletânea **Contos da Ilha Emersa – O Senhor Governador**, em que o autor, o terceirense José Pereira da Costa, um arquivista, ex-diretor da Torre do Tombo, foca o período subsequente à revolução frustrada de 1931, que eclodiu nos arquipélagos da Madeira e dos Açores:

...a repressão desabou sobre a ilha // os suspeitos foram deportados sob prisão para as masmorras da metrópole e de outras colónias // mas agora era ao contrário // no castelo / mantendo-se a tradição de presídio / o depósito de presos/ nome oficial / abarrotava de revolucionários degredados // o barco negro / comboiado por duas canhoieiras e sem ninguém esperar / deitara ferro ainda a manhã não despontara // depois em batelões de carga rebocados por um gasolina desembarcavam lá longe num pequeno cais filas negras de presos que serpenteavam encosta acima até ao portão chapeado de ferro do castelo por onde se sumiam nuns enormes barracões(...) por tudo e por nada os prisioneiros eram severamente castigados e os reincidentes eram algemados e levados // os que voltavam traziam os olhos esgazeados de terror e no rosto intumescido as marcas das torturas // (...) mas o pior era o calejão e a poterna // era como se fossem enterrados vivos // o calejão era um corredor subterrâneo aberto no tufo vulcânico por debaixo das largas muralhas // entrava-se por uma porta que dava para a praça de armas e na parede húmida tinham escavado uns nichos como se fossem para santos / só que lhes puseram umas grades de ferro e neles metiam os desgraçados que nem podiam estar de pé nem sentados // (...) foi assim que um dos cabecilhas do levantamento / o sapateiro / ali morrera / inchado e com o corpo negro de pancadaria // ele só içara junto das muralhas do castelo uma bandeira preta que a brisa da manhã fazia ondular suavemente.

Deste período inquietante nos fala José Saramago em **O Ano da Morte de Ricardo Reis**, pondo em destaque o valor simbólico do presídio de Angra do Heroísmo, porque, de facto, poucos foram os resistentes antifascistas que por lá não passaram:

*Qual é a intenção deles, com certeza não contam sair para o mar acreditando que será bastante para fazer cair o governo
A ideia é irem para Angra do Heroísmo, libertar os presos políticos, tomar posse da ilha, e esperar que haja levantamento aqui (...)
Para quando será isso? (...) E os barcos?
É o Afonso de Albuquerque, mais o Dão e o Bartolomeu Dias.
É uma loucura, repete Ricardo Reis. (...)
Enfim talvez tudo venha a correr bem, sabe-se lá se não acabarão por pôr de parte o projeto, e, se teimarem, talvez consigam chegar a Angra. Veremos o que acontece.*

Atingido o limite desta intervenção, resta-me lembrar o grande Emanuel Félix e *As raparigas lá de casa* ou o *Five o'clock tear*, em que capta uma atmosfera melancólica da cidade, a impiedosa e sarcástica *Ode Angra minha cidade em tom de elegia* de Marcolino Candeias.

Seria injusto, todavia, omitir J. H. Santos Barros, J. H. Borges Martins, José Álvaro Afonso, Joel Neto, Luís Filipe Borges, Rui Duarte Rodrigues – e tantos outros, não esquecendo aquele que por humildade não é referido...

Mas, na literatura, Angra não cabe na sua geografia nem no seu traçado urbanístico, Património da Humanidade. Por vezes, até, nem aí está: é uma cidade que assoma, sim, nas narrativas, nos poemas, nas artes plásticas, na música. É uma cidade que tem personagens, estórias, atmosferas, sonoridades, matizes, cheiros.

A literatura a arte em geral – possibilita um conhecimento outro, um itinerário outro, uma cidade outra, alcançada a uma categoria estética que perpassa os séculos e transpõe a circunstância – alheia aos que erguem paredões locais, tolhem os horizontes e amesquinham o futuro. Desdenhando do sublime da arte o futuro de Angra ficaria como eles: mesquinho e pechenchinho.

Coimbra, Fevº/Mar 2011

44) **ZAIDA FERREIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, – UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, GUARDA, PORTUGAL**



ZAIDA PINTO FERREIRA é licenciada em Estudos Anglo-Americanos, mestre em Estudos Americanos e doutoranda em Literatura Americana na Universidade Aberta de Lisboa.

Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1989, começou a lecionar no Instituto Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto.

Atualmente, leciona na Escola Superior de Turismo e Hotelaria deste Instituto, desde o ano de 2000 e é Presidente do Conselho Técnico-Científico.

Foi Presidente do Conselho Pedagógico durante quatro anos, assim como Presidente do Conselho Científico de 2000 a 2004.

Tem participado em diferentes congressos com apresentação de algumas comunicações e publicou artigos em revistas de cariz científico e em Atas de congressos.

TEMA 3.6 JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS E LESLIE SILKO – DOIS AUTORES, DUAS VOZES NA DEFESA DA PRESERVAÇÃO DO PLANETA, ZAIDA PINTO FERREIRA, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO E INVESTIGAÇÃO DO INTERIOR

José Rodrigues dos Santos, no romance *Sétimo Selo*, assim como Leslie Silko, no romance *Almanac of the Dead*, expressam uma inquietação comum em relação ao futuro, considerando que a sobrevivência da civilização pode estar ameaçada.

Apesar das diferenças a nível cultural, linguístico, une-os a conjugação de esforços na luta pela mesma causa – a preservação do planeta. Quer o romance de Rodrigues dos Santos quer o romance de Leslie Silko alertam o leitor para os sinais evidentes de exaustão ambiental

A presente comunicação tem como objetivo analisar os dois romances e consequentemente as vozes dos seus autores em consonância com as previsões de cientistas ambientais, de entre os quais se destaca James Lovelock.

Este artigo parte da leitura dos romances *O Sétimo Selo* de José Rodrigues dos Santos e *Almanac of the Dead* de Leslie Silko, procurando mostrar como as duas obras expressam uma inquietação comum em relação ao futuro, considerando que, face aos sinais evidentes de exaustão ambiental, a sobrevivência da civilização pode estar ameaçada. Apesar das diferenças a nível cultural, linguístico, une-os a conjugação de esforços na luta pela mesma causa – a preservação do planeta, essa joia suprema da criação para a qual o astronauta Edgar Mitchel chama a atenção na sua alocução, a bordo da cápsula de comando da *Apollo 14*, em 1971, um autêntico hino de louvor ao Universo e ao planeta Terra:

[...] olhei pela janela para o espaço, as estrelas e o planeta de onde viera e, subitamente, senti o universo como um ser inteligente, carinhoso e harmonioso. Também compreendi que a Terra é uma joia do cosmos, um lugar para venerar e preservar. Não estamos aqui por acaso, mas sim numa jornada de conhecimento, tão magnífica quanto o universo que nos sustenta. Temos uma profunda responsabilidade em cuidar da Terra [...] (Elgin, 2010:11)

No entanto, o Homem não está a corresponder ao papel de guardião da Terra, que foi depositada nas mãos da Humanidade pelo Criador, como afirmam as grandes tradições espirituais. Bem pelo contrário, percebe a natureza apenas como um bem que pode ser explorado como lhe aprouver, numa sede insaciável de recursos materiais. Não há amor à Terra, há apenas uso dela.

Assim, não admira a exclamação do cientista e filósofo visionário Buckminster Fuller, no início de um voo espacial à Lua: “Somos a tripulação da nave espacial Terra, mas somos uma tripulação amotinada. Como se pode comandar uma nave com uma tripulação rebelde?” (Elgin, 2010:11). Esta metáfora é bastante significativa, pois muitos cientistas e escritores já advertiram acerca da necessidade premente em domar este motim contra a natureza, uma vez que o círculo se fechou e não há por onde escapar. Gaia³¹⁸, tal como uma mãe severa, mas cuidadosa, adverte os seus “filhos” de que chegou o momento crucial de se fazer uma retirada ordeira e sustentável para um mundo onde tentemos viver em harmonia com a “Terra-Mãe”.

Duane Elgin, escritor e orador internacionalmente famoso, na sua obra *Simplicidade Voluntária*, chama a atenção para o facto de que, já em 1992, mais de mil e seiscentos cientistas mundialmente reputados, incluindo a maioria dos laureados Nobel em Ciência, subscreveram um “Alerta à Humanidade” sem precedentes. Nesta revelação histórica, asseguraram que “os seres humanos e o mundo natural estão em rota de colisão [...] podendo alterar de tal modo o mundo vivo que este não poderá sustentar a vida tal como a conhecemos” (2010: 32). E à guisa de conclusão, afirmaram:

Nós, abaixo assinados membros seniores da comunidade científica mundial, aqui alertamos a humanidade do que temos pela frente. É necessária uma grande mudança na nossa liderança da Terra e na vida que ela encerra, se quisermos evitar a miséria humana geral e a mutilação irreversível do nosso lar global neste planeta³¹⁹ (ênfase adicionado). (2010: 32)

Todos os sinais evidentes de exaustão ambiental são reveladores de que ao prejudicar-se negligentemente a teia da vida, esse dano pode chegar a um ponto sem retorno, onde se torna impossível repará-lo e regressar incólume à condição inicial. Por isso, obras como *O Sétimo Selo* de José Rodrigues dos Santos, baseada em informação histórica, técnica e científica verídica acerca de problemas ambientais e *Almanac of the*

Dead de Leslie Silko, com uma visão apocalítica do mundo, são essenciais para a criação de um novo paradigma, isto é um paradigma ecológico baseado numa ética ambiental. *O Sétimo Selo* leva o leitor numa impressionante viagem às maiores ameaças ambientais, que se erguem à sobrevivência da Humanidade, conducentes a um apocalipse. Por sua vez, *Almanac of the Dead* alerta também o público leitor para a iminência de um apocalipse a nível ambiental numa tentativa de ser reavaliada a relação do Homem com o mundo natural. Silko, numa entrevista concedida a Linda Nieman em *Women’s Review of Books*, vol. IX, de julho de 1992, afirma que o cenário apocalítico de *Almanac of the Dead* tem como objetivo provocar na *psique* do leitor uma necessidade de mudança:

“It’s like the way the Pueblos would use the ogre Kachina to scare the bad kids. It’s like, read this and be horrified, and then don’t let it be this scenario – let it be the other scenario”³²⁰.

Se, de facto, *Almanac of the Dead* tiver as repercussões almejadas por Silko, esta obra servirá para acordar uma sociedade adormecida e libertará a Terra moribunda do “coma” para o qual o homem civilizado logrou atirá-la. Esta escritora, de ascendência pluriétnica (índia, mexicana e branca), acredita que a Terra só conseguirá sobreviver graças à sabedoria ancestral dos povos nativos que sabem como viver em harmonia e equilíbrio com as forças naturais que os rodeiam. Caso contrário, a civilização poderá destruir-se a si própria, uma premonição já ouvida na voz profética de Henry David Thoreau em *Walden*.

Thoreau afirmava que o progresso tecnológico havia levado o homem a esquecer-se da relação de interdependência entre ele e a natureza circundante. Um século depois da sua morte, poder-se-á aquilatar da pertinência dos seus reptos à humanidade. Os apelos de Thoreau encontram, de facto, eco nas teses de Silko e de Rodrigues dos Santos de acordo com as quais só uma congregação de esforços permitirá salvar a humanidade.

³¹⁸ Nome que os Gregos davam à deusa da Terra, a Mãe-Terra, e sugerido por William Golding a James Lovelock para designar o Planeta Terra.

³¹⁹ O “Alerta à Humanidade” foi patrocinado pela União dos Cientistas Preocupados, 26 Church St., Cambridge, Massachusetts 02238.

³²⁰ Tradução nossa: Assemelha-se ao modo como os Pueblos usam o “bicho papão” Kachina para assustar as crianças más. É como se fosse, lê isto e fica horrorizada, e, por isso, não deixes que o cenário seja esse – mas sim, o outro cenário.

Recorde-se que desde a altura em que o filósofo René Descartes proclamou o Homem dono e senhor do Universo, este perdeu os seus elos de ligação com a natureza passando a olhá-la apenas com fins mercantilistas.

Daí que Silko pretenda consciencializar o público leitor da necessidade de se devolver ao homem o sentido de comunhão espiritual com o Universo. A descodificação, a aceitação e assimilação deste princípio fundamental dará ao ser humano a possibilidade de inverter o caos criado por uma sociedade fragmentada e alienada da sua ligação com o mundo natural. Na visão desta escritora, Brancos e Índios terão que unir esforços e, através de estratégias conjuntas, poderão tornar viável o que se vislumbra inatingível, isto é, o restabelecimento da harmonia e do equilíbrio no ecossistema. Uma dessas estratégias é confiar na sabedoria dos nativos e comungar da sua reverência pela natureza:

*All were welcome. It was only necessary to walk with the people and let go of all the greed and the selfishness in one's heart. One must be able to let go of a great many comforts and all things European; but the reward would be peace and harmony with all living things. All they had to do was return to Mother Earth. No more blasting, digging or burning*³²¹. (Silko, 1991: 710)

Rodrigues dos Santos, naturalmente, partilha da opinião de Silko quanto à sabedoria salvífica dos povos nativos, já que no seu romance *O Sétimo Selo* faz referência a Olkhon, uma ilha na Rússia, um dos principais pólos xamânicos do mundo, habitada por povos indígenas, e aos poderes dos xamãs, que muito têm para revelar à cultura ocidental. Assim, a personagem Nadezhda, estudante de climatologia, na Universidade de Moscovo, informa Tomás, professor de História, que, naquela ilha mágica, vive um dos mais importantes xamãs, Khamagan. O xamã é, nas sociedades nativas, uma figura muito poderosa e carismática. Mais que qualquer outro ser humano que se ocupe com o

sagrado, o xamã é a pessoa que se embrenha pelas mais remotas regiões do mistério cósmico, para ali haurir a visão e a força necessária para a comunidade humana, em seu nível mais elementar. O termo xamã deriva do substantivo Tungus-Mongol ou Tungus-Manchu *saman*, construído, por sua vez, a partir da raiz verbal *sa*, que, curiosamente, significa saber. Assim, o termo xamã significa literalmente – aquele que sabe.

O papel do xamã, nestas sociedades, é o de presidir a rituais religiosos e comunicar com os espíritos dos animais ou com outros reinos da natureza com o fim de orientar o seu povo; é o medianeiro entre o homem e o sobrenatural, faz diagnósticos de doenças e realiza curas, conforme explica Nadezhda a Tomás:

“O xamã utiliza os seus poderes místicos para viajar por outras dimensões e comunicar com os espíritos, de modo a conseguir um equilíbrio entre os dois mundos, o físico e o espiritual” (2008: 281).

Os ensinamentos de Khamagan assemelham-se à sabedoria da espiritualidade índia, preconizada por algumas personagens em *Almanac of the Dead*, entre as quais um Índio Hopi, que pauta a sua existência por um elevado sentimento de harmonia cósmica, o que lhe permite comungar de uma relação empática com tudo o que o rodeia e receber mensagens de outros reinos da existência:

*“The message had arrived. The Barefoot was the Messenger. [...] Mosca said the sandals were the Hopi's so he must have gone for a walk along the river to feel messages from the earth through his bare feet”*³²² (Silko, 1991: 616-617).

Retomando o romance *Sétimo Selo*, a personagem Filipe, um geólogo português, a trabalhar na área petrolífera, intérprete do xamã russo Khamagan, elucida o seu amigo de infância, Tomás, acerca da mundividência que subjaz ao fenómeno do xamanismo:

Os xamanes veneram o ar, a água e a terra e consideram que é importante manter o equilíbrio no mundo. Segundo eles, o planeta não é um sítio morto, mas cada coisa e cada lugar vibra com a presença viva de espíritos. Tudo tem uma alma, incluindo os animais e as

³²¹ Tradução nossa: Todos eram bem-vindos. Era só necessário caminhar com as pessoas e abandonar a ganância e o egoísmo. Tem de se ser capaz de abrir mão de muitos confortos, e de um grande número de coisas europeias, mas a recompensa seria paz e harmonia com todos os seres vivos. Tudo o que tinham de fazer era voltar para a Terra-Mãe. Não mais deflagração, escavação ou queimadas.

³²² Tradução nossa: A mensagem tinha chegado. Barefoot era o mensageiro. [...] Mosca disse que as sandálias pertenciam ao Hopi, por isso ele devia ter ido passear ao longo do rio para sentir as mensagens provenientes da terra através dos seus pés descalços.

plantas. A ética xamane preconiza o respeito pela natureza e a defesa das coisas naturais. (Santos, 2008: 294)

Poder-se-á dizer que o xamã acede a uma visão da realidade que é abrangente e uma em toda a sua diversidade, estabelece uma relação dialogante com uma matriz, fecunda e dinâmica e assume um padrão vital que poderá garantir a sobrevivência física e espiritual de todos e de tudo. Por conseguinte, Khamagan afirma:

A Mãe Terra e o Pai Céu criaram-nos e alimentaram-nos durante milhões de anos e merecem o nosso respeito. [...] Os homens acham que o mundo é inerte e está aqui para ser explorado. Não é e não está. O problema dos homens é que perderam o respeito pela Mãe Terra e isso condena-nos a todos. Precisamos de respeitar o lago e a montanha, a taiga e a estepe, a águia e o peixe, ou então perderemos tudo. Precisamos de tener medne. Cada um de nós é responsável pelo que faz [...]. (2008: 297)

No mundo xamânico, *tenger medne* significa a responsabilidade pessoal que o sujeito tem para com o universo e, na relação que se estabelece, não há intermediários, nem padres, nem livros sagrados e nem mesmo xamãs. Desta forma, o xamanismo e a mundividência índia unem os seres humanos à Natureza, às forças presentes na Natureza, fazendo deles seres equilibrados, sãos e felizes. Deste modo, a ideia de Homem como Sujeito e da Natureza como Objeto carece de sentido, dando lugar à visão de um Universo constituído por sujeitos dialogantes. A partir daí, o Homem vive no seio da Natureza sem alterar nada, interagindo com ela de uma forma amorosa e plena de respeito.

Perante o exposto, verifica-se que Rodrigues dos Santos e Silko, arautos de uma mudança de paradigma, estão imbuídos do mesmo ideal – promover uma ética ecológica na civilização ocidental, consciencializando o leitor para a necessidade de se refrear o impulso humano para a cupidez material, caso contrário, os alicerces para um futuro

humano salutar e belo estarão comprometidos, como observa a personagem romanesca Nadezhda, melancolicamente:

De olhos presos na floresta imensa, imaginou o terrível destino a que aquele pulmão permanecia alheio, imaginou o fogo que um dia o iria consumir, como se aquelas árvores esbeltas fossem vítimas inocentes alinhadas para a fogueira, condenadas às chamas eternas do inferno que se acercava, furtivo e impiedoso. (Santos, 2008: 209)

Almanac of the Dead sublinha ainda que, para além das secas provocadas pelo aquecimento global do Planeta, e das mudanças climáticas ocasionadas pelo choque destrutivo entre as forças científico-tecnológicas e as forças naturais, a maior parte dos aquíferos dos Estados Unidos (e do resto do mundo) estão contaminados com infiltrações de pesticidas e de outros resíduos venenosos, para já não falar da poluição atmosférica. Tais atos imperdoáveis, como o Índio Hopi faz questão de salientar, são crimes contra a integridade da vida humana:

*The eco-warriors had been accused of terrorism in the cause of saving Mother Earth. So I want to talk a little about terrorism first. Poisoning our water with radioactive wastes, poisoning our air with military weapons' wastes – those are acts of terrorism! Acts of terrorism committed by governments against their citizens all over the world*³²³. (Silko, 1991: 734)

Na mesma obra, também a personagem Clinton, um veterano negro, acusa os descendentes dos Europeus de agirem como verdadeiros saqueadores da Terra-Mãe, isto é, de devastarem os principais recursos naturais, tirando o máximo proveito da terra e deixando para trás aterros químicos tóxicos, cursos de água poluídos, derrames de petróleo nos oceanos e resíduos nucleares que se irão manter letais durante dezenas de milhares de anos: “*The Europeans had managed to dirty up the good land and good water around the world in less than five hundred years. Now the despoilers wanted the last bits of living earth for themselves alone*”³²⁴ (1991: 415).

³²³ Tradução nossa: Os ecoguerreiros tinham sido acusados de terrorismo ao tentarem salvar a Terra-Mãe. Assim, em primeiro lugar, quero falar um pouco sobre terrorismo. Envenenar a nossa água com resíduos radioativos, envenenar o ar com resíduos de material militar – esses, sim, são atos de terrorismo! Atos de terrorismo cometidos por governos contra cidadãos de todo o mundo

³²⁴ Tradução nossa: Os Europeus conseguiram sujar a terra boa e a água boa em todo o mundo em menos de 500 anos. Agora, os espoliadores queriam os últimos pedaços de terra apenas para ele.

No mundo empírico, figuras como McKibben, ambientalista e escritor americano, partilham da opinião das personagens ficcionais criadas por Silko e Rodrigues dos Santos, salientando o facto de, pela primeira vez na história da nossa espécie, já não existir um mundo natural imune aos efeitos da mão humana: “Not in the Adirondacks, nor in the rainforests of the Amazon, not even on the Antarctic ice-cap, can one get away from the effects of human civilization”³²⁵ (citado em Peter Singer, 2005: 16). Realmente, através de ações irrefletidas, danificou-se a camada de ozono que protege o planeta da radiação solar, aumentou-se o teor de dióxido de carbono existente na atmosfera e, a partir daí, todos os elementos vitais da natureza ficaram comprometidos. Daí que Rodrigues dos Santos, apoiando-se em dados científicos, apresenta em *O Sétimo Selo* as inquietações de peritos em questões ambientais, conforme se infere do diálogo entre a estudante de climatologia e Tomás:

Os modelos climáticos consideram imperativo que estabilizemos a situação [de emissão de dióxido de carbono] nos 450 ppm. O problema é que os 445 ppm já não são possíveis, uma vez que só as nossas emissões vão cumulativamente elevar a concentração de dióxido até esse valor em 2010. Ora, como às atuais emissões temos ainda de acrescentar as futuras, eu diria que a situação já está descontrolada. (2008: 208-209)

Em suma, o homem, na sua cegueira, utilizou e continua a utilizar livremente os oceanos e a atmosfera como grandes vazadouros para os seus resíduos, atos que são considerados, em *Almanac of the Dead*, como uma forma de terrorismo cometida pelo próprio governo. Por sua vez, Rodrigues dos Santos denuncia ainda um outro tipo de terrorismo, desta vez direcionado contra indivíduos que lutam de uma forma altruísta contra os interesses económicos de grandes grupos financeiros:

“Achas então que foram os interesses do petróleo que provocaram a morte dos teus amigos cientistas”, observou Tomás [...]

“Acho, não”, corrigiu o amigo. “Sei.”

“As pessoas podem ter o aspeto mais civilizado do mundo, e no caso do petróleo há muitas que nem sequer têm esse aspeto, mas quando se trata de defender interesses desta envergadura, meu caro, não há civilizado que resista. Tudo se torna primitivo, violento, básico. A preservação deste tipo de poder envolve os instintos mais primários e as ações mais brutais que se possa imaginar.” (2008: 263-264)

Todas estas asserções, tanto em *Sétimo Selo* como em *Almanac of the Dead*, patenteiam que a Terra está em perigo, assim como todos nós, participantes desta grande teia da vida, e o inimigo não é outro senão nós próprios. Por isso, nesta época crucial, Rodrigues dos Santos e Silko exibem, de uma forma catastrófica, a encruzilhada em que a humanidade se encontra, apontando duas grandes saídas, o colapso ou a transformação, a ruína ou a renovação. Presentemente, ainda se sobrepõem, mas vão afastar-se cada vez mais, à medida que se prossegue em direção ao futuro. Recorde-se, por exemplo, a exclamação incrédula de um cientista, logo no início do romance *Sétimo Selo*, ao verificar que, na Antártida, uma plataforma de gelo de quatro quilómetros de espessura, está a desmoronar-se por causa do degelo: “Mas isso não é possível! Larsen B existe desde a última grande glaciação, há doze mil anos. Uma plataforma de gelo tão grande e tão antiga não se desfaz sem mais nem menos” (Santos, 2008: 13). Assim, tal como os icebergues principiam a flutuar pela primeira vez em milhares de anos, também, na vida da humanidade, as incertezas quanto ao futuro nunca foram tão abissais, uma vez que as repercussões das transformações que estão a ocorrer são incontáveis:

“Se a temperatura média do planeta subir três graus Celsius... humpf... a Austrália não passará de deserto e cinzas.” [...] “Aliás a coisa já começou. Os grandes incêndios de 2003 libertaram em dez minutos mais energia do que a bomba atómica de Hiroxima, e o fumo das árvores a arder foi atirado para o ar com uma força de tal modo explosiva que entrou na estratosfera e começou a circular pelo globo. Consegue imaginar isso?” [...] “Além disso, as secas irão alastrar e a agricultura entrará em colapso. Este continente... humpf... está à beira do abismo.” (Santos, 2008: 417)

No entanto, a maioria das pessoas ainda não aceita o facto de a crise ambiental ser realmente grave e a vida continua a decorrer como se perigo algum a ameaçasse, sob a sanção de forças interessadas na promoção do consumo, como

³²⁵ Tradução nossa: Nem nos Adirondack, nem nas florestas tropicais da Amazônia, nem mesmo sobre a calota de gelo da Antártica, se consegue fugir aos efeitos da civilização humana.

denuncia o escritor Elgin em *Simplicidade Voluntária*, à semelhança de Rodrigues dos Santos e Silko:

[...] a comunicação social, especialmente a televisão, é uma força poderosa na criação de condições para o colapso ecológico. Ao promover agressivamente uma consciência consumista para vender publicidade, modera a preocupação pública e desvia as atenções da urgência dos desafios globais. Mascara a realidade da situação mundial, ignorando os problemas fundamentais e gerando uma sensação falsa de normalidade, a comunicação social atrasa o processo de aprendizagem social. (2010: 124)

Na perspetiva de Elgin, as organizações ambientais que poderiam fazer a diferença através de uma atuação criativa e inovadora são escassas e com pouco impacto. Por isso, as pessoas são forçadas a confiar em burocracias ultrapassadas e rígidas incapazes de responderem, de uma forma satisfatória, às ameaças ambientais: “Com a maioria das nações a adotar uma ética de sobrevivência e a virar as costas às responsabilidades da biosfera e da família humana, o mundo desliza imparavelmente em direção à calamidade” (2010: 125). Noutra passagem, Elgin, numa crítica dura à irresponsabilidade da sociedade moderna, chega mesmo a referir que o sentimento diminuto da responsabilidade pela orientação da sobrevivência antecipa a destruição da biosfera e origina uma espiral de guerra e destruição ambiental que se alimenta a si própria. Na sua opinião, dentro de uma geração, a biosfera torna-se tão estropeada e os habitantes do planeta tão divididos pelos conflitos, de tal modo que se instala uma nova era das trevas na Terra. De igual modo, o romance *O Sétimo Selo*, escrito dois anos antes da obra de Elgin, *Simplicidade Voluntária*, critica a mesma atuação negligente dos governos e o modo infantil e indiferente do cidadão comum face aos problemas ecológicos que assolam o planeta:

“Quando os cientistas do painel da ONU vieram a público e confirmaram que, nas próximas décadas, as tempestades vão ficar mais violentas, o deserto irá alastrar para mais de metade do planeta e o nível do mar vai subir uma dezena de metros ou mais, o que seria normal acontecer? Acho que CNN teria de interromper a emissão com grande espalhafato, milhões de pessoas deveriam ter saído às ruas em terror e exigido mudanças imediatas na política energética, os dirigentes políticos teriam de vir à televisão anunciar medidas de emergência para enfrentar esta catástrofe. Não achas que isso seria uma reação normal?”

“És capaz de ter razão.”

“Mas não foi isso o que aconteceu, pois não? Os cientistas fizeram um anúncio com esta dimensão e... e só faltou ver as pessoas a bocejarem de tédio! Achas isto normal?” (Santos, 2008: 256-257)

De facto, de uma forma inconsequente, os governos estão a olhar para a Terra como se tratasse de uma mercadoria inextinguível, utilizando a filosofia do *laisser-faire*, sem se preocuparem com o destino das gerações vindouras. Por esse motivo, Rodrigues dos Santos apela várias vezes, ao longo do seu romance, para a necessidade do governo atuar urgentemente para não se correr o perigo de se ultrapassar uma espécie de fronteira sem retorno, para além da qual se terá esgotado a última oportunidade de recuperar o equilíbrio natural da Terra: “ [...] *Primeiro em Quioto, depois em encontros que fomos tendo ao longo do tempo, nós os quatro fomos conversando sobre o maior desafio que a humanidade hoje enfrenta: será possível impedir o apocalipse?*” (2008: 257). Assim, o escritor discorre através da personagem ficcional Nadezhda sobre a mudança do clima do planeta e a conseqüente subida das águas do mar que poderá ocasionar o desaparecimento de países inteiros:

“Se a temperatura média do planeta subir cinco graus, e vai subir, podes ter a certeza de que haverá regiões que se tornarão inabitáveis, sem dúvida nenhuma. [...] desde que em 1850 se começaram a fazer registo das temperaturas, onze dos doze anos mais quentes de que há memória ocorreram depois de 1995. As conseqüências da continuação desta tendência são catastróficas. Para começar, o nível do mar irá subir, o que, [...], se revelará desastroso.”

[...]

“Olha, bastam cinquenta centímetros para engolir toda a Polinésia.” [...]

“Desde o início do século XX, e por causa do aquecimento global, o nível do mar já subiu dezassete centímetros. Mas o problema é que irá subir mais do que isso.” (Santos, 2008: 199)

De igual modo, no mundo empírico, James Lovelock, ambientalista inglês, considerado pelo *New Scientist* como uma das figuras mais influentes do movimento ambientalista, alerta, no seu mais recente livro, *The Revenge of Gaia* para o facto de que, dentro em breve, a Humanidade irá confrontar-se com um novo tipo de problema, denominado de “refugiados do clima”, e, simultaneamente, com um agravamento da escassez de alimentos, estando assim comprometida a sobrevivência futura do homem. Realmente, tanto Lovelock como especialistas ambientais preveem que o aquecimento do planeta poderá provocar, nos próximos anos, o êxodo de dezenas de milhões de “refugiados do clima” expulsos de suas terras não só pelas secas e pelas doenças daí decorrentes, mas também pela subida dos níveis do mar. E, profeticamente, Lovelock questiona: “*Do we*

have the food and shelter needed when cities such as London, Calcutta, Miami and Rotterdam become uninhabitable?³²⁶ (2007: 199). E, dentro em breve, catástrofes maiores poderão surgir e, por isso, a advertência de Lovelock para o risco de extinção dos seres humanos: “We have in a sense stumbled into a war with Gaia, a war that we have no hope of winning”³²⁷ (2007: 140). *Almanac of the Dead* corrobora o receio de Lovelock e remete o leitor para as profecias índias que vaticinam a destruição da Humanidade, enquanto a Terra-Mãe permanecerá incólume:

*As the prophecies had warned, the earth's weather was in chaos; the rain clouds had disappeared while terrible winds and freezing had followed burning, dry summers. Old Yoeme had always said the earth would go on; the earth would outlast anything man did to it, including the atomic bomb.*³²⁸ (Silko, 1991: 718)

Desta forma, é pertinente a proclamação de Carl Jung, psicanalista suíço, que, perante os sinais perigosos da era moderna, capazes de prenunciar graves ocorrências, faz notar que:

*“If there was ever a truly apocalyptic era, it is ours. God has put the means for a universal holocaust into the hands of men”*³²⁹ (Sabini, 2002: 175).

Também, em Sétimo Selo, Nadezhda alerta Tomás sobre as preocupações apocalíticas de Filipe, em relação ao destino da humanidade:

*“O Filhka tinha uma maneira terrível de descrever o que nos espera ainda neste século.”
Abanou a cabeça. “Usava uma palavra assustadora.”
“O quê?”
A russa respirou fundo e voltou a encarar Tomás.
“Apocalipse.” (Santos, 2008: 209)*

A palavra apocalipse encaminha-nos para uma mensagem em código enviada por James Cummings, um físico inglês, a Filipe, “When He broke the seventh seal, there was silence in heaven”³³⁰ (Santos, 2008: 154). Tomás, perito em línguas antigas, encontra na

Bíblia, no Livro *O Apocalipse* de S. João, o significado daquele código. E, perante esta citação religiosa, Tomás elucida o agente da Interpol acerca do significado apocalítico do *Livro dos Sete Selos*, de onde fora extraída a frase em código:

*Os primeiros quatro selos fizeram aparecer quatro cavaleiros destruidores. São os quatro cavaleiros do Apocalipse. Um é um conquistador, os outros são portadores da fome, da guerra e da morte. O quinto selo fez aparecer os mártires e o sexto trouxe um terramoto e outros terríveis cataclismos destinados a punir os castigos da humanidade.
[...] “Quando Ele quebrou o sétimo selo, fez-se silêncio no Céu.”
[...] “E depois? O que aconteceu depois?”
[...] “João viu trovões, relâmpagos e terremotos por toda a parte. Na terra e no mar são lançados fogo, saraiva e sangue, tornando inabitável um terço do planeta. Cai uma estrela do céu e o Sol fica obscurecido pela fumaça. Numa extinção em massa, parte da humanidade e da vida desaparecem.” “Em resumo, começa o apocalipse.”
[...] “Já viu o que esta frase desencadeia?”
“O fim do mundo, meu caro professor. O fim do mundo.” (Santos, 2008: 161-162)*

Este presságio apocalítico não é estranho à nossa sociedade, uma vez que está a ser confrontada, cada vez mais frequentemente, com terremotos, tsunamis, furacões. Ainda recentemente, no dia 11 de março, no Japão³³¹, o homem sentiu-se encurralado na sua pequenez, ao ter de enfrentar um sismo de magnitude 8,9 (o mais forte registado no Japão em cento e quarenta anos), seguido de um tsunami, num verdadeiro cenário dantesco. De facto, a natureza, de uma forma implacável, sem se fazer anunciar, “presenteia” toda a Humanidade com cenas de uma violência inusitada. Como se pode constatar, todas as asserções feitas por Rodrigues dos Santos e Silko nos seus romances, assim como pelo cientista James Lovelock e, por último, por Carl Jung, acerca de um potencial apocalipse, encerram sérias admoestações à humanidade em relação ao poder e severidade da Terra-Mãe para com os seres humanos ambiciosos que, na sua total cegueira, desafiam as leis da Natureza. De repente, todos os elementos

secos. A velha Yoeme sempre disse que a terra continuaria e iria superar tudo o que o homem lhe fez, incluindo a bomba atómica).

³²⁶ Tradução nossa: Se alguma vez houver uma época verdadeiramente apocalítica, de facto, é a nossa. Deus colocou os meios para um holocausto universal nas mãos dos homens.

³²⁷ Tradução de Cecília Antão da Silva: Num certo sentido, envolvemo-nos numa guerra com Gaia, uma guerra que não temos qualquer esperança em ganhar. (2007: 158)

³²⁸ Tradução nossa: Como as profecias tinham avisado, o clima da terra estava um caos; as nuvens haviam desaparecido enquanto ventos terríveis e gélidos tinham dado lugar a verões tórridos e

³²⁹ Tradução nossa: Quando Ele quebrou o sétimo selo, fez-se silêncio no céu” (Rodrigues dos Santos, 2008:162).

³³⁰ Tradução nossa: Quando Ele quebrou o sétimo selo, fez-se silêncio no céu” (Rodrigues dos Santos, 2008:162).

³³¹ <http://ww1.rtp.pt/noticias/?t=Tsunami-atinge-o-Japao.rtp&article> (consultado em 11/03/2010).

³²⁶ Tradução de Cecília Antão da Silva: Temos alimentos e abrigos necessários quando cidades como Londres, Calcutá, Miami e Roterdão se tornarem inabitáveis. (2007: 217)

³²⁷ Tradução de Cecília Antão da Silva: Num certo sentido, envolvemo-nos numa guerra com Gaia, uma guerra que não temos qualquer esperança em ganhar. (2007: 158)

³²⁸ Tradução nossa: Como as profecias tinham avisado, o clima da terra estava um caos; as nuvens haviam desaparecido enquanto ventos terríveis e gélidos tinham dado lugar a verões tórridos e

naturais, violados e feridos de morte, se insurgem contra os maus-tratos que lhes têm sido infligidos.

Assim, poder-se-á concluir que os romances *O Sétimo Selo* e *Almanac of the Dead* são um grito de alerta à Humanidade: a Terra está à beira de um holocausto ecológico e, se tal hecatombe vier a acontecer, a humanidade não sobreviverá. Por conseguinte, José Rodrigues dos Santos e Leslie Silko, conhecida por Profeta do Apocalipse, sentem a responsabilidade de alertar o homem para a premência de se reconciliar com a Terra-Mãe, enquanto ainda se dispõe de tempo e poder. Na verdade, longe de tentar dominá-la e subvertê-la, é sensato manter com a Terra-Mãe uma atitude de reverência e sabedoria, encontrando a salvação na rendição: "We need the people of the world to sense the real and present danger so that they spontaneously mobilize and unstintingly bring about an orderly and sustainable withdrawal to a world where we try to live in harmony with Gaia"³³² (Lovelock, 2007: 192).

Termo este artigo, fazendo referência às palavras proferidas por Magalhães Pinto, na sua crónica de opinião para o *Diário Económico* de 13 de janeiro de 2005, a propósito do tsunami em dezembro 2004, no Sudeste Asiático. Estas palavras relembram-nos a nossa pequenez face ao poder inigualável da Natureza:

*À mingua da educação que havíamos de dar-nos, a natureza encarrega-se de nos educar. As forças que não podemos controlar encarregam-se de nos reduzir à nossa verdadeira dimensão. Encarregam-se de nos mostrar como somos átomos no seio do Universo, no conjunto da humanidade, no anonimato das multidões.*³³³

Referências Bibliográficas:

- Bíblia (1998) – *Nova Bíblia dos Capuchinhos*. Lisboa/Fátima: Difusora Pública.
 Elgin, Duane (2010) – *Simplicidade Voluntária*. Trad. de Sofia Serra. Alfragide: Estrela Polar.
 Lovelock, James (2007) – *The Revenge of Gaia*. London: Penguin Books.
 --- (2007) – *A Vingança de Gaia*. Trad. de Cecília Antão da Silva. Lisboa: Gradiva.
 Nieman, Linda (1992) – "Narratives of Survival", *The Women's Review of Books*. Vol. IX, julho, p. 10.
 Pinto, Magalhães (2005) – "Tsunami no sudeste asiático". *Diário Económico*. 13 de janeiro, p. 9.
 Sabini, Meredith, ed. (2002) – *The Nature Writings of C.G. Jung*. Berkley: North Atlantic Books.
 Santos, José Rodrigues dos (2008) – *O Sétimo Selo*. Lisboa: Gradiva.
 Silko, Leslie (1991) – *Almanac of the Dead*. Nova Iorque: Penguin Books.
 Singer, Peter (2005) - *Como havemos de viver? A Ética numa Época de Individualismo*. Trad. de Fátima St. Aubyn. Lisboa: Dinalivro.
 Thoreau, Henry David (1992) - *Walden*. New York: Everyman's Library.

³³² Tradução de Cecília Antão da Silva: Precisamos que a população mundial sinta o perigo real e atual para se mobilizar espontaneamente e levar a cabo, sem restrições uma retirada ordeira e sustentável para um mundo onde tentemos viver em harmonia com Gaia. (2007: 210)

ATAS/ANAIS

15º COLÓQUIO DA LUSOFONIA (6º encontro açoriano) 11 A 15 ABRIL 2011

ISBN 978-989-95891-7-9



[alto patrocínio](http://www.ipm.edu.mo/index.html)

<http://www.ipm.edu.mo/index.html>

e o patrocínio

Presidência do Governo Regional dos Açores
Direção Regional das Comunidades



Câmara Municipal da Lagoa



Organização:

³³³ *Diário Económico*, 13 de janeiro de 2005, p.9.

Texto *REVISTO EM 2011 para o Acordo Ortográfico de 1990*

ATAS / ANAIS GRAVADO E VERIFICADO POR JOÃO CHRYSTELLO

Macau: quatro séculos de Lusofonia - Passado, Presente e Futuro



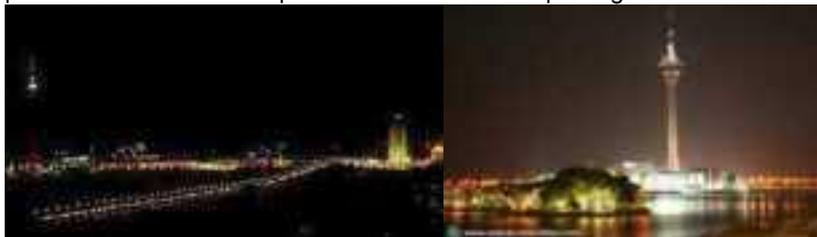
ruínas de são paulo



ponte da amizade

ponte sai van

ponte gov. nobre de carvalho



ponte governador nobre de carvalho

torre de macau